



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX - SUP. AO Nº 82 QUARTA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

MENSAGEM Nº 6/2015-CN

(MENSAGEM Nº 181/2015, NA ORIGEM)

Encaminha, em cumprimento ao art. 15 da Lei nº 12.593, de 2012,
o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2014

PROGRAMAS TEMÁTICOS
Programas de Soberania, Território e Gestão

VOLUME II / TOMO IV

BRÁSÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24 Líder Humberto Costa - PT ^(22,28) Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾ Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾ Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37) Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42) Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)	Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21 Líder do PMDB - 17 Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾ Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17 Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾ Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾ Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾ Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾ Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾ Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25) Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27) Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾ Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)	Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II

PROGRAMAS TEMÁTICOS
**Tomo IV - Programas de Soberania,
Território e Gestão**



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II
PROGRAMAS TEMÁTICOS
Tomo IV - Programas de Soberania,
Território e Gestão

Brasília - DF
2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO-BASE 2014

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTROS:

Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União

Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil

Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria-Geral da União

Valdir Moysés Simão

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Kátia Regina de Abreu

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

José Aldo Rebelo Figueiredo

Ministra de Estado da Cultura

Juca Ferreira

Ministro de Estado da Defesa

Jacques Wagner

Ministro de Estado da Educação

Renato Janine Ribeiro

Ministro de Estado da Fazenda

Joaquim Levy

Ministro de Estado da Integração Nacional – Interino

Gilberto Magalhães Occhi

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Martins Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Helder Barbalho

Ministro de Estado da Previdência Social

Carlos Eduardo Gabas

Ministro de Estado da Saúde

Ademar Arthur Chioro dos Reis

Ministro de Estado das Cidades

Gilberto Kassab

Ministro de Estado das Comunicações

Ricardo Berzoini

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Embaixador Mauro Luiz Lecker Vieira

Ministro de Estado de Minas e Energia

Carlos Eduardo de Souza Braga

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Patrus Ananias de Sousa

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Armando Monteiro Neto

Ministro de Estado do Esporte
George Hilton dos Santos Cecílio

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Barbosa

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Henrique Eduardo Lyra Alves

Ministro de Estado dos Transportes
Antônio Carlos Rodrigues

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – Interino
Roberto Mangabeira Unger

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Eliseu Padilha

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Nilma Lino Gomes

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
Edinho Araújo

Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Edinho Silva

Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Miguel Rosseto

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO-BASE 2014

CC-BY-NC Creative Commons 2015 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Os endereços nos quais se encontram o original são:

<http://www.planejamento.gov.br>,

<http://bibspi.planejamento.gov.br> e

<http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br>.

Impresso no Brasil.

Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Gilson Alceu Bittencourt

Diretores da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

André Arantes Luciano

Bráulio Santiago Cerqueira

Débora Nogueira Beserra

Jorge Abrahão de Castro

Rodolfo Osorio de Oliveira

Projeto gráfico

Roberto Tavares Walkowicz

Jucildo Augusto da Silva Lima

B823r

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Relatório anual de avaliação do PPA 2012-2015: ano-base 2014 /
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de
Planejamento e Investimento Estratégicos. -- Brasília: MP, 2015.
2v.: il.

Conteúdo: v.1 – Dimensão estratégica v.2 – Programas Temáticos
1. Plano Plurianual - avaliação 2. Políticas Públicas I. Título

CDU 338.26"2012/2015"(81)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL.....	9
INTRODUÇÃO	11
PROGRAMAS DE SOBERANIA, TERRITÓRIO E GESTÃO	13
2057 - POLÍTICA EXTERNA	15
2043 - INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA.....	48
2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	68
2056 - POLÍTICA ESPACIAL.....	143
2059 - POLÍTICA NUCLEAR	164
2046 - MAR, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTIDA	176
2029 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	199
2038 - DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	242
2039 - GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA E ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	280
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	371
ANEXO I - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS	315

APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o **Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012 – 2015**, ano-base 2014, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012–2015, o presente Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Com o objetivo de facilitar a leitura, este Relatório está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado à Avaliação dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA (Volume I) compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia e desenvolvimento inclusivo, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção e promoção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende a Avaliação dos Programas Temáticos do PPA, é organizado fundamentalmente a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2014. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa. Este volume apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I – Programas Sociais; II – Programas de Infraestrutura; III – Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV – Programas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nelas retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas ainda neste último ano de implementação do PPA 2012–2015, bem como extrair aprendizados que orientem a elaboração e implementação do PPA 2016–2019.

Boa leitura!

Nelson Barbosa
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente volume (Volume II) do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2012-2015, ano-base 2014, é dedicado à avaliação dos 65 Programas Temáticos que compõem o Plano e está organizado em 4 tomos:

TOMO I - Programas Sociais;

TOMO II - Programas de Infraestrutura;

TOMO III - Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental;

TOMO IV - Programas de Soberania, Território e Gestão.

A avaliação anual dos Programas Temáticos do Plano Plurianual 2012-2015 alinha-se ao processo de monitoramento centrado nos principais atributos do Plano. Como atividade contínua, o monitoramento temático aprimora o entendimento sobre o estágio de implementação das políticas públicas declaradas no PPA, contribuindo para a tomada de decisões na Administração Pública Federal. Desse modo, a gestão do Plano é exercício ativo de melhoria da atuação governamental.

Por outro lado, ao realizar a organização e registro de informações relativas à gestão do Plano, este Relatório possibilita a geração de conhecimento compartilhado, primordial para viabilizar a participação social no seu monitoramento.

Ao explicitar as principais realizações dos programas, esta parte do Relatório de Avaliação fornece os fundamentos para os resultados apresentados na avaliação da dimensão estratégica (Volume I do Relatório de Avaliação), uma vez que o conjunto dos programas temáticos – e das políticas públicas que eles incluem – é a expressão concreta da ação do Governo Federal que traduz de maneira operacional o modelo de desenvolvimento em curso no país.

Da mesma forma, o conjunto de informações disponibilizado neste documento enseja reflexões acerca dos desafios da operação do Estado, principalmente no que se refere à articulação e cooperação interinstitucional e ao fortalecimento do diálogo federativo. Essas questões são pontos estruturantes do modelo de planejamento que se adotou a partir das inovações introduzidas pelo PPA 2012-2015, com o fortalecimento do seu componente estratégico, participativo e territorial.

Para cada Programa Temático, apresenta-se a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira de todas as ações orçamentárias vinculadas às iniciativas. Com a análise situacional de cada Objetivo e Meta, o Governo promove a transparência do conjunto de ações realizadas e previstas no âmbito do PPA para alcançar os resultados almejados pela sociedade brasileira. Assim, espera-se qualificar ainda mais o diálogo do Governo Federal com a sociedade, Congresso Nacional e demais entes federados na construção de um País com mais desenvolvimento, mais igualdade e mais participação.

Boa leitura!

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 ANO-BASE 2014

**VOLUME II - PROGRAMAS TEMÁTICOS
TOMO IV - PROGRAMAS DE SOBERANIA,
TERRITÓRIO E GESTÃO**

**PROGRAMA: 2057 - Política Externa****Indicadores**

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Segmento política, governo e instituições, do Monitor da Percepção Internacional do Brasil (MPI-BR)	pontos	26/05/2011	11	12/03/2012	35

Observações:

Segmento política, governo e instituições, do Monitor da Percepção Internacional do Brasil (MPI-BR) - Este indicador não foi mais apurado. O último cálculo data de 2012.

OBJETIVO: 0900 - Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil é atualmente um dos onze países que mantêm relações diplomáticas com todos os outros 192 Estados-membros das Nações Unidas. Em 2013, foi concluído o processo de instalação da 139ª embaixada residente do Brasil no exterior, em Lilongue, no Maláui. Após ter estabelecido em 2011 relações diplomáticas com o Sudão do Sul e com o Reino de Tonga, o Governo brasileiro estabeleceu em 2013 embaixadas cumulativas junto a esses dois países.

Além de consolidar um perfil universal de relacionamento diplomático, o Governo brasileiro executou, no período entre 2012 e 2014, intensa agenda de ações voltadas para o aprofundamento e a ampliação do diálogo político e a cooperação com países de todas as regiões do mundo.

As atividades realizadas para o cumprimento do objetivo situam-se em distintos níveis, a saber:

- Visitas realizadas pela Presidenta da República a outros países, e visitas de Chefes de Estado ou Governo estrangeiros ao Brasil. Além disso, devem ser mencionados os encontros mantidos pela Presidenta à margem de eventos internacionais.
- Visitas realizadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores a outros países e por ele recebidas no Brasil. Mencionem-se, além disso, os encontros mantidos pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores à margem de eventos internacionais.
- Visitas e encontros realizados por outras autoridades de primeiro escalão do Governo brasileiro.
- O trabalho da rede de postos do Brasil no exterior, que se traduz em contatos praticamente diários com representantes dos Governos e das sociedades dos países em que estão acreditados.
- Os contatos mantidos em nível infraministerial em Brasília, seja com visitantes estrangeiros, seja com representantes das embaixadas residentes em Brasília.
- As iniciativas conduzidas no âmbito dos processos de integração e/ou concertação regional, bem como no contexto de outros mecanismos de formato variado (MERCOSUL, UNASUL, CELAC, BRICS, IBAS, BASIC, Parceria Estratégica Brasil-UE, entre outros).
- A participação do Brasil em organismos internacionais.

O aprofundamento das relações bilaterais dá-se em duas grandes linhas. Em primeiro lugar, a relação com os países vizinhos e a integração regional, dimensão que recebe alta prioridade. Em segundo, o aprofundamento de nosso diálogo e



nossas parcerias no plano global. Incluem-se aí o diálogo e a cooperação tanto com parceiros tradicionais, como os Estados Unidos, os países da União Europeia e o Japão, quanto com países emergentes e em desenvolvimento, com base também em mecanismos de formato mais amplo, como o BRICS, o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e os processos de Cúpulas América do Sul-África (ASA) e América do Sul-Países Árabes (ASPA).

Avalia-se que o conjunto dessas ações, com destaque para as cobertas no item a – a chamada “diplomacia presidencial” –, resultou nesse período em ganhos importantes de projeção do Brasil no mundo e avanços no diálogo e na cooperação com um número considerável de países.

Metas 2012-2015

• **Apoiar a implementação dos programas e ações de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nas áreas de saúde, meio ambiente, igualdade de gênero, cultura e educação.**

Análise Situacional da Meta

Apoio à participação de 110 professores de português e matemática do ensino fundamental e médio de Cabo Verde e 50 professores de São Tomé e Príncipe no Programa das Letras e Números (formação e especialização) em Fortaleza-CE, em julho de 2012.

Apoio à participação de 210 professores de português, matemática e ciências do ensino fundamental e médio de Cabo Verde no Programa das Letras e Números (formação e especialização), em Fortaleza, Ceará, em julho de 2013.

Apoio à participação de 40 estudantes universitários (por ano) de Cabo Verde no Programa de Incentivo à Formação Científica, em parceria com a CAPES, em 2012, 2013 e 2014.

Apoio à participação de 50 estudantes universitários (por ano) de Moçambique no Programa de Incentivo à Formação Científica, em parceria com a CAPES, em 2012, 2013 e 2014.

Apoio à participação de 50 estudantes universitários (por ano) de Angola no Programa de Incentivo à Formação Científica, em parceria com a Capes, em 2012 e 2013.

Apoio à Participação de diplomatas dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco, (7 diplomatas no ano de 2012, 5 diplomatas em 2013 e 2 diplomatas em 2014).

Missões de Observação Eleitoral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 2012, às eleições em Timor-Leste, Guiné-Bissau e Angola, e em 2014, às eleições em Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, e Moçambique.

Há variações no número de beneficiários diretos atingidos, em função de variações na própria demanda por parte dos países beneficiados. No caso do curso de formação de Rio Branco, a necessidade de manter proporção adequada entre número de estudantes brasileiros e estrangeiros influi no número de beneficiários, tendo em vista a redução no tamanho das turmas recentes. Especialmente relevante tem sido o apoio financeiro e em recursos humanos dado pelo Brasil a Missões de Observação Eleitoral nos países em desenvolvimento de língua oficial portuguesa.

• **Apoiar a participação dos países membros nas reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

Análise Situacional da Meta

Apoio a estágio de diplomata moçambicana no Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em fevereiro de 2012, tendo em vista a assunção por parte de Moçambique da presidência pro-tempore da CPLP, entre julho de 2012 e julho de 2014.

O Brasil deu apoio financeiro e logístico (hospedagem e escritório) à missão do Representante Especial da CPLP para a Guiné-Bissau, o brasileiro Carlos Moura, entre janeiro e julho de 2014.

• **Construir ou adquirir instalações para 22 Embaixadas, Delegações Permanentes e Consulados**

**Análise Situacional da Meta**

Concluiu-se o processo de aquisição de imóvel adicional para a Chancelaria do Consulado-Geral em Rivera. Finalizou-se, ainda, construção da Chancelaria do Vice-Consulado em Encarnación. Tendo em vista as oscilações do mercado imobiliário local, a Embaixada em Berlim recebeu instrução para ratificar a avaliação do imóvel que se pretende adquirir para sua Chancelaria. A continuidade das obras de construção da Chancelaria no Vice-Consulado em Rio Branco, no Uruguai, aguarda a solução de questão trabalhista de responsabilidade da empresa vencedora da licitação.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

19/02/2015

• Expandir e intensificar a agenda de relacionamento e a cooperação com os países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas**Análise Situacional da Meta**

Entre as várias linhas de ação apontadas na análise situacional do objetivo, destacam-se, no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014, como especialmente relevantes para o monitoramento da meta em questão, as seguintes:

(1) Nas trinta e nove viagens que fez ao exterior no período em consideração, a Senhora Presidenta da República realizou vinte e oito visitas de natureza bilateral: nove delas a países da América do Sul, três a países da América Central e do Caribe, uma à América do Norte, três à África, uma à Ásia, uma ao Oriente Médio e dez a países da Europa, inclusive à Santa Sé. A Presidenta Dilma Rousseff também participou de vinte e quatro compromissos de natureza multilateral, como, por exemplo, as aberturas do Debate Geral da LXVII (2012), da LXVIII (2013) e da LXIX (2014) Assembleia-Geral das Nações Unidas, as Cúpulas do G20 em Los Cabos (2012), São Petersburgo (2013) e Brisbane (2014). À margem desses eventos foram realizados encontros bilaterais com Chefes de Estado ou de Governo estrangeiros.

(2) No Brasil, a Senhora Presidenta da República recebeu, além de dois Presidentes eleitos, quarenta e três visitas de Chefes de Estado ou de Governo de trinta e dois países, alguns dos quais por ocasião da realização no País da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho de 2012. Também no Brasil, a Presidenta Dilma Rousseff manteve encontro com o Papa Francisco, em julho de 2013, durante a Jornada Mundial da Juventude. Nos meses de junho e julho de 2014, no contexto da realização da Copa do Mundo FIFA, a Presidenta da República manteve contatos com Chefes de Estado ou de Governo e com o Secretário-Geral das Nações Unidas.

(3) No âmbito dos processos de integração e concertação regional, destaca-se a participação da Senhora Presidenta da República nas Cúpulas de Chefes de Estado do MERCOSUL em Mendoza (junho de 2012), Brasília (dezembro de 2012), Montevideu (julho de 2013), Caracas (julho de 2014) e Paraná, na Argentina (dezembro de 2014), assim como nas Cúpulas da UNASUL em Mendoza (junho de 2012), Lima (abril de 2013), Paramaribo (agosto de 2013) e Quito (dezembro de 2014). No contexto latino-americano, cumpre ressaltar a participação da Presidenta Dilma Rousseff na I e na II Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em Santiago do Chile (janeiro de 2013) e em Havana, Cuba (janeiro de 2014).

(4) No tocante ao diálogo com os parceiros emergentes, destaca-se a organização pelo Brasil da VI Cúpula do BRICS em Fortaleza/CE, em julho de 2014. O evento propiciou encontros, no País, da Senhora Presidenta da República com os Chefes de Estado ou de Governo de Rússia, Índia, China e África do Sul. Foi também realizado, na ocasião, encontro dos mandatários dos BRICS e Chefes de Estado e de Governo da América do Sul. No período sob consideração, a Presidenta Dilma Rousseff participou anteriormente, na Índia, da IV Cúpula do agrupamento (março de 2012) e, na África do Sul, da sua V Cúpula e do Fórum de Diálogo BRICS-África (março de 2013). No que concerne ao diálogo com os países em desenvolvimento, cumpre destacar a participação da mandatária brasileira na III Cúpula



ASPA, no Peru (outubro de 2012), na III Cúpula ASA, na Guiné Equatorial (fevereiro de 2013), assim como na comemoração do jubileu de Ouro da União Africana, na Etiópia (maio de 2013).

(5) O Ministro de Estado das Relações Exteriores, por seu turno, realizou, entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014, noventa e cinco viagens ao exterior. Descontadas as ocasiões em que acompanhou a Senhora Presidenta da República, realizou sessenta e uma visitas bilaterais: dezesseis delas a países da América do Sul, sete à América Central e ao Caribe, sete à América do Norte, sete à África, dezenove a países da Europa, quatro ao Oriente Médio e uma à Ásia e Oceania. Participou ainda de cinquenta e cinco eventos multilaterais ou conferências no exterior, oportunidades em que pôde manter encontros bilaterais com homólogos de diversos países. Ainda no âmbito de suas viagens ao exterior, cumpre destacar a participação do Ministro de Estado, em 2014, como garante da mesa de diálogo entre Governo venezuelano e forças de oposição, a convite das partes. Sua participação deu-se no âmbito de Comissão de Chanceleres da UNASUL estabelecida para acompanhar, apoiar e assessorar um diálogo político amplo e construtivo na Venezuela.

(6) No Brasil, o Ministro de Estado das Relações Exteriores recebeu, no período sob consideração, oitenta e oito visitas de chanceleres de setenta países.

• **Implementar o Plano de Concertação Político-Diplomática, a fim de possibilitar que todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tenham representação diplomática em todos os países da CPLP**

Análise Situacional da Meta

Foi dada continuidade ao Projeto de Apoio à Instalação, Estruturação e Manutenção da Embaixada da Guiné-Bissau em Brasília, iniciado em 2011 e com duração prevista de cinco anos (até 2015), no âmbito do Programa de Concertação Político-Diplomática da CPLP.

OBJETIVO: 0901 - Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o país é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil mantém participação ativa nos esforços da comunidade internacional para fortalecer o multilateralismo. Diante das dificuldades do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para alcançar decisões frente às crises contemporâneas e os consequentes efeitos sobre a credibilidade do órgão, o País tem intensificado seus esforços para tornar o CSNU mais representativo, legítimo e eficaz.

Nesse sentido, o Brasil intensificou a coordenação com seus parceiros do G-4 (Alemanha, Índia e Japão) e demais membros da ONU para que seja dado impulso ao processo de reforma do CSNU em 2015, ano que marca o 70º aniversário da criação da ONU e os 10 anos da Cúpula Mundial de 2005 (na qual os líderes mundiais clamaram por uma reforma urgente do CSNU).

Paralelamente à atuação direta no processo negociador, o Brasil busca expandir o alcance das discussões sobre o tema para além do âmbito estritamente intergovernamental. Com o apoio brasileiro, e em seguimento a seminário organizado pelo País em abril de 2013, na Praia do Forte/BA, Índia e Japão realizaram eventos sobre reforma do CSNU (respectivamente em fevereiro e julho de 2014) com a participação da sociedade civil. Outro exemplo desse esforço foi a recente criação de um sítio eletrônico (nos idiomas português, espanhol e inglês) vinculado à página do MRE que compila artigos, documentos, referências bibliográficas e outras informações relevantes sobre o tema.



Metas 2012-2015

- **Aprofundar a participação, no âmbito da UNASUL, em atividades do Conselho Sul-Americano em Matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional.**

Análise Situacional da Meta

Criado em novembro de 2012, o Conselho Sul-americano em matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional (CDOT) teve sua primeira reunião ministerial em agosto de 2013 e a segunda em junho de 2014. O governo brasileiro participou ativamente da elaboração do Plano de Ação do Conselho, o qual se acha agora em fase de execução, mediante seus três Grupos de Trabalho: segurança cidadã; justiça; e ações contra a delinquência organizada transnacional. Têm sido realizadas diversas ações, como a organização de seminários e a elaboração de metodologias para intercâmbio de informações sobre acesso à justiça, lavagem de ativos e legislação sobre controle de armas.

- **Aprofundar a participação, no âmbito da UNASUL, em atividades do Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas.**

Análise Situacional da Meta

O Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas foi criado em 2010 e conta com seis Grupos de Trabalho, nas seguintes áreas: i) redução da demanda; ii) desenvolvimento alternativo, integral e sustentável, inclusive o preventivo; iii) redução da oferta; iv) medidas de controle; v) lavagem de ativos; vi) fortalecimento institucional e harmonização legislativa. Os trabalhos dos GTs avançaram ao longo de 2013 e de 2014 e o Brasil indicou pontos focais para todos eles. Os pontos focais são representantes de órgãos do Governo brasileiro competentes pelos temas dos GTs e mantêm contato com os pontos focais dos demais Estados Membros da UNASUL. A última Reunião Ministerial do Conselho foi realizada em julho de 2014 e avançou no exame de diversos projetos, entre os quais o estabelecimento de uma rede sul-americana de observatórios de drogas.

- **Implementar mecanismos de diálogo e cooperação internacional na área do enfrentamento ao problema mundial das drogas e aos ilícitos transnacionais.**

Análise Situacional da Meta

O MRE coordena a realização de reuniões bilaterais na área de enfrentamento ao problema mundial das drogas e aos ilícitos transnacionais, as quais contribuem para o aprofundamento da cooperação internacional na matéria, ao permitirem, entre outros aspectos, a identificação de prioridades, a discussão de iniciativas conjuntas e o intercâmbio de informações e boas práticas. Desde 2012 até o presente momento, foram realizadas reuniões bilaterais com Bolívia, Colômbia, Estados Unidos, Guiana, Peru, Rússia e União Europeia, além de reuniões trilaterais Brasil-Bolívia-Peru. Em paralelo, o Brasil tem participado ativamente dos foros que tratam do problema mundial das drogas e do enfrentamento aos ilícitos transnacionais no âmbito de MERCOSUL, UNASUL, CELAC, BRICS, OEA e ONU, cujos trabalhos tiveram continuidade em 2014.

- **Negociar acordos de cooperação na área de defesa nos âmbitos bilateral, regional e multilateral**

Análise Situacional da Meta

Os novos acordos seguem os moldes de um Acordo-Quadro, de modo a ampliar o escopo e padronizar procedimentos nas ações de cooperação. O MRE é responsável pela condução das negociações, levando em conta as especificidades de cada país, e o contexto político das relações bilaterais ou multilaterais.

Cabe também ao MRE a renegociação de acordos já em vigor, com vistas a adequá-los à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), que redefiniu parâmetros para o tratamento de informações sigilosas.

Em 2014, foram assinados Acordos de Cooperação em matéria de Defesa entre o Brasil e os seguintes países: Suécia, Emirados Árabes Unidos, Jamaica e Antígua e Barbuda. Outros acordos dessa natureza encontram-se atualmente em negociação tanto no âmbito do Fórum IBAS quanto com os seguintes países: Argélia, Argentina (ajuste complementar), Benin, Canadá, Eslovênia, Filipinas, Finlândia, Indonésia, Marrocos e Mali. Ademais, cinco acordos sobre Proteção de Informação Sigilosa (Argentina, Bulgária, Espanha, Luxemburgo e Ucrânia) também estão em



negociação.

- **Negociar acordos de cooperação na área de segurança e combate a ilícitos transnacionais nos âmbitos bilateral, regional e multilateral**

Análise Situacional da Meta

O Brasil é signatário de acordos de cooperação na matéria com todos os países da América do Sul e alguns países da África. No período em questão, foram encaminhadas ao exame dos demais órgãos competentes do Governo brasileiro as propostas de acordos bilaterais apresentadas por 11 países. Paralelamente, com o objetivo de dar maior celeridade a futuras negociações com outros países, foram elaborados modelos de acordo de cooperação para o combate a ilícitos transnacionais e para o combate ao tráfico ilícito de drogas, igualmente transmitidos à consideração de outros órgãos. No período, o Brasil firmou com a Bolívia o "Memorando de Entendimento sobre o Apoio ao Projeto Piloto de Sistema de Controle da Redução de Cultivos Excedentários de Coca" (2012), que regulamenta a participação brasileira nos esforços do Governo boliviano para o monitoramento da área plantada de coca naquele país.

- **Negociar, no âmbito das Nações Unidas, instrumento multilateral sobre crimes cibernéticos.**

Análise Situacional da Meta

O Brasil vem acompanhando atentamente as discussões sobre o problema do crime cibernético, no âmbito da Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Criminal (CPCJC/ECOSOC), tendo inclusive contribuído financeiramente para os trabalhos de grupo de peritos na matéria. O Brasil procura colaborar para a construção de consensos internacionais que possibilitem a celebração de convenção universal sobre o tema. Em paralelo, o País vem tratando da cooperação internacional para o combate ao crime cibernético no plano bilateral e no âmbito do BRICS, da OEA e da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos - COMJIB.

- **Organizar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20)**

Análise Situacional da Meta

Meta concluída em 2012.

- **Promover a cooperação nas áreas de segurança pública de grandes eventos internacionais no Brasil e de prevenção ao terrorismo.**

Análise Situacional da Meta

No contexto da preparação para os grandes eventos e no entendimento de que a vinda de grande número de atletas, dignitários e turistas tem requerido interlocução com autoridades de segurança de outros países, foram empreendidos diversos esforços governamentais voltados para o aprimoramento da segurança pública e a prevenção a atos terroristas, como, por exemplo, o Centro Integrado de Comando e Controle Nacional e do Centro de Inteligência Nacional, durante a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo FIFA (2014). Durante a Copa do Mundo, diplomatas participaram de todos os Centros Integrados de Comando e Controle, ocasião em que interagiram com a comunidade de segurança para melhor garantir a integridade e o bem estar de turistas e dignitários estrangeiros em visita ao país.

Em paralelo, o tema da segurança em grandes eventos tem sido tratado em mecanismos de diálogo e cooperação bilaterais, como o Grupo de Trabalho Brasil-EUA sobre Segurança e Combate aos Ilícitos Transnacionais (outubro de 2012), a III Reunião da Comissão Conjunta Brasil-Guiana de Cooperação Policial e Combate às Drogas (maio de 2013) e a segunda reunião de consultas Brasil-Rússia sobre novos desafios e ameaças (agosto de 2013). O tema foi também abordado em reunião de Altos Representantes Responsáveis por Segurança dos BRICS (dezembro de 2013).

OBJETIVO: 0902 - Promover e participar da discussão sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não-proliferação, nos diferentes foros de negociação bilateral, regional e multilateral.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

**Análise Situacional do Objetivo**

O Brasil tomou parte, ao longo de 2013 e 2014, de diversas reuniões de foros multilaterais, regionais e bilaterais na área de desarmamento, não proliferação e controle de armas. Na área nuclear, continuou atuando na defesa do lançamento de negociações multilaterais sobre um instrumento juridicamente vinculante que proíba tais armas e preveja a destruição dos arsenais existentes, com base em metas e prazos definidos e realistas. Nas áreas química e biológica, o País defendeu a universalização e plena vigência dos tratados que já proíbem armamentos dessas duas categorias (as Convenções sobre Armas Químicas e sobre Armas Biológicas). Ao mesmo tempo em que comprometido com a não proliferação de armas de destruição em massa, o País manteve sua posição em defesa da cooperação internacional para o uso pacífico de bens e tecnologias nas áreas nuclear, química, biológica e missilística, indispensáveis para a promoção do desenvolvimento socioeconômico. Na área de armamentos convencionais, o Brasil participou ativamente das negociações que levaram à adoção do Tratado sobre Comércio de Armas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, instrumento assinado pelo País em 3 de junho de 2013 e encaminhado pelo Poder Executivo, para apreciação do Congresso Nacional, em novembro de 2014.

Metas 2012-2015

- **Participar da preparação da IX Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, em 2015**

Análise Situacional da Meta

O Brasil participou dos três Comitês Preparatórios da IX Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação (TNP), entre 2012 e 2014. Nesse âmbito, tem atuado em conjunto com os países da chamada Coalizão da Nova Agenda, no sentido de apresentar propostas e iniciativas, a serem consideradas na IX Conferência (que ocorrerá de 27 de abril a 22 de maio de 2015), de forma a assegurar o cumprimento, pelos Estados nuclearmente armados, de suas obrigações em matéria de desarmamento nuclear.

- **Participar das Conferências anuais da Convenção para a Proibição de Armas Químicas, e de Proibição de Armas Biológicas e Toxínicas e das reuniões do Grupo de Peritos Governamentais**

Análise Situacional da Meta

De 2012 a 2014, o Brasil participou das Conferências dos Estados-Partes na Convenção sobre Armas Químicas, realizadas na Haia, e das Reuniões dos Estados-Partes na Convenção para a Proibição de Armas Biológicas e Toxínicas, ocorridas em Genebra. O país tem atuado ativamente no sentido de promover a destruição de arsenais ainda existentes de armas químicas e biológicas no plano internacional, assegurar a plena observância pelos Estados Partes nessas Convenções com relação à não proliferação de tais armamentos e de fomentar a maior cooperação internacional para fins pacíficos de bens e tecnologias nessas áreas.

OBJETIVO: 0905 - Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A primazia conferida às negociações multilaterais na estratégia brasileira de negociações comerciais internacionais explica-se, de um lado, pelo interesse em preservar a primazia do sistema multilateral face à multiplicação de acordos regionais e bilaterais de comércio – e, de outro, pelo padrão de distribuição do comércio exterior brasileiro. Poder-se-ia, neste particular, dividir as exportações em cinco grandes grupos: Ásia (cerca de 30%), América Latina e Caribe (cerca de 20%), União Europeia (cerca de 20%), Estados Unidos (cerca de 10%) e outros (cerca de 20%).

A Rodada Doha, ainda em curso, é a primeira rodada de negociações comerciais multilaterais sob a égide da OMC, criada em 1995. Lançada em Doha, no Catar, em novembro de 2001, a Rodada Doha foi designada como a "Rodada do



Desenvolvimento", pela prioridade atribuída às necessidades e interesses dos países em desenvolvimento.

Em 2008, no entanto, as negociações foram interrompidas devido a divergências em torno dos objetivos negociadores e a alegações, por parte dos países desenvolvidos, de que mudanças estruturais na economia mundial – como a ascensão dos países emergentes – requereriam ajustes significativos.

O Brasil tem-se engajado em negociações de acordos bilaterais e regionais, em conjunto com os sócios do Mercosul, tanto na região com parceiros extra-regionais, como a União Europeia. A América do Sul está em curso de tornar-se uma área de livre comércio. A OMC continuará a desempenhar papel de destaque na estratégia de política comercial brasileira, devido ao interesse do país em preservar a consistência e a harmonia das regras internacionais de comércio, à distribuição geograficamente equilibrada do comércio exterior brasileiro e ao fato de que questões essenciais para o Brasil, como a redução dos subsídios à agricultura, só podem ser tratadas de forma efetiva no contexto multilateral.

No que concerne à OCDE, importa manter o padrão do relacionamento atual do Brasil com a Organização, foro privilegiado de poder econômico e de reflexão ("think tank") e exame de políticas públicas e econômicas, dando-se prosseguimento ao processo de aproximação gradual e seletiva, iniciado no início da década de 1990. Tal processo orienta-se por avaliação dos custos e benefícios de maior aproximação com a Organização nos diversos Comitês. Como parte do processo de maior coordenação no que se refere ao relacionamento com a OCDE, são mantidas atividades de coordenação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre o Relacionamento com a OCDE.

No ano de 2013, os trabalhos do Comitê sobre Direitos Autorais e Conexos (SCCR, sigla em inglês), no âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) lograram avanços significativos. Em junho último, foi concluído, em Conferência Diplomática realizada no Marrocos, o "Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso", cujas negociações basearam-se em proposta apresentada pelo Brasil, em coordenação com Equador e Paraguai, em maio de 2009. O processo de ratificação do tratado pelo Brasil está em curso.

O País tem participado ativamente das discussões do G20, que atua como plataforma de coordenação macroeconômica internacional e produz decisões capazes de afetar a arquitetura econômica global, emitindo diretrizes para a atuação dos principais organismos econômicos internacionais em temas que considere prioritários.

Com respeito à reforma das instituições financeiras internacionais (e do FMI, em particular), o Brasil tem procurado dar destaque ao tema em sua atuação externa. A concretização da reforma do FMI resultará em aumento do peso do Brasil e países em desenvolvimento nas quotas e poder de voto da Organização. As declarações e recomendações emitidas em ocasiões como as Nações Unidas, o G20, os agrupamentos regionais, e encontros bilaterais de alto nível são fundamentais para reafirmar a prioridade conferida pelo Brasil e pela comunidade internacional à reforma da governança econômica mundial e cobrar a implementação dos compromissos assumidos.

Metas 2012-2015

• Assinar Memorando de Entendimento com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para a cooperação triangular em países africanos

Análise Situacional da Meta

O Brasil assinou com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), em junho de 2011, acordo destinado à cooperação triangular, mediante apoio ao Fundo Fiduciário de Cooperação Sul-Sul – South-South Cooperation Trust Fund (SSCTF).

O Fundo é administrado pelo Banco e conta com aporte brasileiro no volume total de US\$ 6 milhões, para o financiamento de projetos de cooperação. Conforme destacado no acordo, os recursos do Fundo são utilizados pelo Banco para financiar atividades como estudos técnicos, cooperação técnica, capacitação e organização de seminários,



em reforço à cooperação Sul-Sul entre os países da África e países em desenvolvimento localizados fora do continente. Sob a perspectiva brasileira, o Fundo pode apoiar a transferência de experiências nacionais e cooperação técnica em áreas como agricultura e agronegócios, energia e meio ambiente e desenvolvimento social. As perspectivas abertas pelo acordo que resultou no estabelecimento do Fundo fazem com que não seja mais necessária a assinatura de Memorando de Entendimento com o Banco Africano de Desenvolvimento.

Em 2013 foram concluídos os aportes do Governo brasileiro ao Fundo Fiduciário de Cooperação Sul-Sul (realizados entre 2011 e 2013).

O Fundo, que iniciou suas atividades a partir da contribuição brasileira, já financiou determinados projetos demandados pelo BAD (como o Africa Ecological Footprint Report 2012, apresentado na Conferência Rio+20) e por países membros, como o de estudos sobre áreas propícias à produção de biocombustíveis, proposto pela Tanzânia. Desde 2011 foram aprovados 16 projetos para financiamento do Fundo, em montante correspondente a US\$ 5,2 milhões.

• **Concluir a negociação de novo quadro normativo sobre créditos à exportação na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), inclusive para a venda de aeronaves**

Análise Situacional da Meta

O Consenso da OCDE sobre Créditos Oficiais à Exportação é um acordo estabelecido em 1978, do qual participam Austrália, Canadá, Coreia, EUA, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Suíça e União Europeia (UE). Seu objetivo é o de estabelecer igualdade de condições para a concessão de créditos à exportação por seus participantes, impedindo a competição predatória e a concorrência desleal entre fornecedores desses créditos. Ao participar do Consenso ou seguir suas regras, um país fica imune a questionamentos por parte de terceiros na Organização Mundial de Comércio (OMC).

Alguns países não-membros da OCDE, entre eles o Brasil, utilizam os parâmetros estabelecidos pelo Consenso como referência na concessão de créditos, de forma a balizar o cálculo de prêmios adequados para a cobertura do risco e os prazos apropriados para financiamento, bem como para proteger-se de processos de solução de controvérsias na OMC. No caso do setor aeronáutico, inclusive por interesse da Embraer, o Brasil tornou-se, em 2007, participante pleno do terceiro Anexo do Consenso, que é chamado de Entendimento Setorial Aeronáutico (ASU, na sigla em inglês).

Em fevereiro de 2012, China e EUA concordaram em iniciar discussão sobre os termos de um futuro instrumento internacional para disciplinar créditos à exportação, que viesse a substituir o Consenso. O Brasil e a UE foram convidados a participar das discussões preliminares. Posteriormente, de novembro de 2012 a fevereiro de 2015, realizaram-se reuniões em Washington, Berlim, Pequim, Bruxelas e Brasília, todas com a presença de outros países (África do Sul, Índia, Indonésia, Israel, Malásia, Rússia e Turquia), além dos signatários do Consenso. A próxima reunião será realizada em Brasília, provavelmente em maio de 2015. As discussões enfrentam desafios importantes, entre os quais as diferenças de perspectiva entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

• **Concluir a negociação para o ingresso do Brasil no Banco Asiático de Desenvolvimento como membro não-regional**

Análise Situacional da Meta

O Brasil lançou candidatura a membro não regional do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD) em novembro de 2009 e desde então procurou obter o apoio necessário por parte dos demais membros. A participação no Banco contribuiria para intensificar as relações do Brasil com a região asiática, que tem participação crescente nas transações comerciais e financeiras globais. Também viabilizaria representação do Brasil na estrutura de governança do Banco, que dispõe de capital de US\$ 165 bilhões e concedeu financiamentos no montante de US\$ 13,3 bilhões, em 2012.

O processo de acesso ao Banco contempla duas etapas: na primeira fase, são realizadas consultas informais aos membros regionais e não regionais do BAsD; na segunda, a direção do Banco pode realizar missão técnica ao Brasil, seguida de votação. O ingresso de novo membro no BAsD requer a aprovação formal de 2/3 do número total de



membros (o que corresponderia a 45 países), os quais devem deter ao menos 75% do poder de voto na instituição. A candidatura brasileira encontra-se na etapa de consultas informais.

Entre os 67 membros do Banco, 47 países já declararam apoio à candidatura brasileira, o que representa o cumprimento do requisito relativo ao número mínimo de membros. No entanto, tais países detêm 63,29% do poder de voto na instituição, o que é insuficiente para atender o segundo requisito, qual seja, o do peso de votos necessário.

O Japão e os EUA detêm juntos 25,5% dos votos, o que faz com que o apoio de um deles seja indispensável.

Em função da resistência continuamente observada, por parte de ambos os países, ao ingresso de novos membros extra-regionais no Banco, o Brasil não vem insistindo na matéria e tem centrado esforços em outras iniciativas, a exemplo da cooperação financeira entre os BRICS.

• **Concluir as negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC)**

Análise Situacional da Meta

A Rodada Doha da OMC, iniciada em 2001, esteve próxima de uma conclusão em 2008. Certos países, no entanto, passaram a demandar concessões muito mais significativas dos principais países emergentes (Brasil, China e Índia) em acesso a mercados para bens industriais (NAMA) e serviços, sem oferecer contrapartidas nas áreas de interesse exportador desses países (agricultura, no caso do Brasil).

Intensas negociações ao longo de 2013 permitiram chegar a um conjunto de resultados aprovados pelos Ministros na 9ª Conferência Ministerial da OMC, em Bali, entre eles o Acordo de Facilitação de Comércio e quatro decisões/declarações sobre agricultura ("serviços gerais" em países em desenvolvimento, formação de estoques para programas de segurança alimentar, administração de quotas tarifárias e subsídios à exportação). Há também quatro decisões de interesse dos países de menor desenvolvimento relativo – PMDRs - (algodão, regras de origem preferenciais para seus produtos, derrogação ("waiver") para preferências em comércio de serviços, e acesso livre de quotas e tarifas - "duty free-quota free", ou "DFQF" – para bens por eles exportados. O "Pacote de Bali", cujo principal atributo terá sido resgatar a credibilidade do "pilar negociador" da OMC, completou-se com a decisão de definir, até o final de 2014, um programa de trabalho (PTPB – Programa de Trabalho Pós-Bali), com vistas à conclusão da Rodada Doha.

Ao longo de 2014, não se avançou na elaboração do PTPB, devido a impasse em torno da finalização do Acordo de Facilitação do Comércio, tendo a Índia vinculado o tema a uma revisão em seu favor da decisão de Bali sobre subsídios a programas de segurança alimentar. A questão só foi resolvida em novembro, após negociações diretas entre os EUA e a Índia. Em 27/11, o Conselho Geral da OMC referendou os resultados, concluindo seu primeiro acordo multilateral em 19 anos e adiando, para julho de 2015, o prazo para a conclusão do programa de trabalho pós-Bali.

As discussões sobre os próximos passos evidenciam a dificuldade dos Membros para chegarem a acordo sobre as questões centrais (agricultura, acesso a mercados para produtos industriais e serviços). Os pacotes negociadores de agricultura e produtos industriais de 2008 encontram resistência de vários lados, o que exigirá significativo esforço para que se logre um acordo.

• **Concluir, no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI), negociação de instrumentos jurídicos internacionais sobre limitações e exceções aos direitos autorais para (a) pessoas com deficiência para leitura, (b) bibliotecas e arquivos, (c) usos educacionais e (d) pessoas com outros tipos de deficiência**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, os trabalhos do Comitê sobre Direitos Autorais e Conexos (SCCR, sigla em inglês) lograram avanços significativos. Em junho daquele ano, foi concluído, em Conferência Diplomática realizada no Marrocos, o "Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso", cujas negociações basearam-se em proposta apresentada pelo Brasil,



em coordenação com Equador e Paraguai, em maio de 2009. O novo acordo foi assinado no dia 28 de junho de 2013. O processo de ratificação do tratado pelo Brasil está em curso.

Como se recorda, o Brasil foi um dos copatrocinadores da proposta que deu início às discussões sobre o Tratado de Marraqueche e um dos principais protagonistas de todo o processo negociador. O Tratado de Marraqueche constitui um marco histórico do regime multilateral de propriedade intelectual, pois se trata do primeiro acordo multilateral sobre limitações e exceções aos direitos de propriedade intelectual. É, também, um exemplo raro de acordo econômico-comercial centrado na causa dos direitos humanos.

As negociações de instrumentos jurídicos internacionais em benefício de (i) bibliotecas e arquivos, (ii) usos educacionais e (iii) pessoas com outros tipos de deficiência continuam na pauta do SCCR. Recorde-se que o Brasil já apresentou propostas sobre limitações e exceções em benefício de bibliotecas e arquivos e de instituições de ensino com base na experiência nacional de reforma da legislação de direitos autorais em curso e tem participado ativamente das discussões.

OBJETIVO: 0906 - Negociar e ampliar os acordos de livre comércio do Mercosul com terceiros países e regiões.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A suspensão da Rodada Doha coincidiu com o início de uma grave crise internacional que acirrou a competição por mercados para exportações. Os países que, como o Brasil, conferem primazia às tratativas multilaterais como meio de ampliação de acesso a mercados, passaram a se deparar com um crescente ativismo dos parceiros na negociação de acordos de livre comércio (ALCs) e na adoção de políticas econômicas, em especial na área cambial, que buscam maior competitividade exportadora.

Trata-se de situação desafiadora para o Brasil, que sofre os reflexos dessas políticas tanto no acesso a terceiros mercados quanto no seu próprio mercado interno, cuja dimensão representa atrativo para nossos parceiros comerciais.

As negociações de acordos de livre comércio ou de preferências tarifárias integram o conjunto de instrumentos do Governo brasileiro para ampliar as exportações. Os processos negociadores do Mercosul no plano extrarregional tiveram continuidade nos últimos anos. Aos acordos comerciais já celebrados com Israel, Egito, Índia e União Aduaneira da África Austral (SACU), veio somar-se, no final de 2011, o ALC com a Palestina, que reforça o reconhecimento daquele Estado pelos países do Mercosul, além da negociação em curso com a União Européia.

No conjunto dos acordos assinados, estão em vigor o ALC com Israel, desde abril de 2010 (Decreto nr. 7.159/2010), e o Acordo de Comércio Preferencial (ACP) com a Índia, desde 2009 (Decreto nr. 6.864/2009). Encontram-se em diferentes estágios de tramitação os processos de ratificação dos ALCs com Egito e Palestina e do ACP com a SACU.

É importante ressaltar que as lideranças da indústria e a agricultura brasileira vêm, crescentemente, reiterando seu apoio em favor de novos acordos comerciais do Brasil com parceiros comerciais de peso, a fim de ampliar suas exportações, atrair investimentos estrangeiros diretos e a transferência de tecnologia.

Metas 2012-2015



• **Estabelecer programas de importação, sem quotas e sem tarifas ("duty-free, quota-free"), de produtos originários de Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDRs)**

Análise Situacional da Meta

Pela Declaração emitida por ocasião da 6ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), adotada em Hong Kong em 2005, os países desenvolvidos assumiram o compromisso de oferecer acesso a seus mercados livre de tarifas e de quotas ("Duty-Free, Quota-Free" - DFQF) a, pelo menos, 97% dos produtos originários de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs). O compromisso de acesso estende-se aos países em desenvolvimento que se declarem em posição de fazê-lo. Em dezembro de 2009, durante a 7ª Reunião Ministerial da OMC, o Brasil anunciou seu compromisso de implementar um programa DFQF.

Em julho de 2011, a CAMEX aprovou o Programa brasileiro de preferências comerciais ("Duty Free, Quota Free") destinado aos PMDRs, assim como um segundo programa para a redução da alíquota de importação de produtos do setor têxtil e de confecções originários do Haiti. A concessão de acesso preferencial aos PMDRs e ao Haiti constitui iniciativa de grande efeito político para o Brasil, ao mesmo tempo em que, de acordo com estudos especializados, terá impacto comercial reduzidíssimo ou virtualmente nulo sobre a produção brasileira. A Exposição de Motivos que encaminha ao Congresso Projeto de Lei que operacionaliza o Programa brasileiro de preferências comerciais encontra-se em tramitação no âmbito do Poder Executivo com vistas a seu envio, em momento oportuno, ao Congresso Nacional.

• **Negociar acordo comercial do MERCOSUL com a União Europeia e com outros parceiros comerciais de peso**

Análise Situacional da Meta

Negociações Mercosul-União Europeia

Na Reunião Ministerial Mercosul-UE, em 26 de janeiro de 2013, foi emitido mandato para o intercâmbio de ofertas em bens, serviços, investimentos e compras governamentais até o último trimestre de 2013.

A aprovação da oferta brasileira pela CAMEX, em 03 de outubro, constituiu importante contribuição a essa fase da negociação. A elaboração da oferta envolveu intenso diálogo com o setor privado, que tem prestado seu apoio à negociação. Concluída a oferta do Brasil, o Governo brasileiro participou ativamente de exercício de consolidação da proposta conjunta do Mercosul, tendo por base as ofertas nacionais.

Tendo em vista a evolução do trabalho interno de ambas as partes, o qual prosseguiu durante o primeiro semestre de 2014, o prazo originalmente definido para o intercâmbio de ofertas acabou sendo adiado. Em reunião intra-Mercosul, realizada em maio de 2014, deu-se por encerrada a preparação da oferta do Mercosul no plano técnico. Os resultados alcançados foram avaliados pelos Ministros e Presidentes na última reunião de Cúpula do bloco, realizada em 28 e 29 de julho. Na oportunidade, os Presidentes manifestaram satisfação pelo acordo alcançado na preparação da oferta e a expectativa de que o lado europeu também concluísse seu processo de consultas internas. Tendo assumido a Presidência Pro-Tempore do Mercosul no primeiro semestre de 2015, o Brasil espera que, uma vez finalizada a proposta europeia, seja possível fixar data para o intercâmbio das respectivas ofertas.

Assinatura de Acordos-Quadro com Líbano e Tunísia

No dia 16 de dezembro de 2014, na Cúpula do Mercosul realizada na cidade argentina do Paraná, foram assinados um Memorando de Entendimento de Comércio e Cooperação Econômica entre o Mercosul e a República do Líbano e um Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica com a República da Tunísia. Ambos os instrumentos estabelecem um Comitê Conjunto encarregado de estabelecer parâmetros e servir de foro para negociação de acordo de livre comércio, entre outras funções.



Implementação de acordos comerciais extrarregionais

Egito

O Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito, assinado em 2010, encontra-se em fase de exame parlamentar nos países do Mercosul. Em 17 de janeiro de 2013, o Egito depositou o instrumento de ratificação do Acordo na Secretaria do Mercosul. No Brasil, o ALC foi encaminhado ao Congresso Nacional para exame parlamentar e aprovado pela Comissão de Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 16/12/2014.

Índia

O Acordo de Comércio Preferencial (ACP) Mercosul-Índia está em vigor desde 2009 (Decreto nr. 6.864/2009). No primeiro semestre de 2013, foram mantidos contatos entre o Mercosul e a Índia para a retomada de processo negociador para a inclusão de novos produtos e aprofundamento de preferências no âmbito do Acordo. No caso do Brasil, o Governo lançou, em 13 de agosto de 2013, consulta pública ao setor privado para avaliar interesse no acordo. Eventual negociação dependerá da elaboração de lista comum de produtos de interesse do Mercosul e de novos entendimentos com o Governo indiano.

Israel

O ALC Mercosul-Israel está em vigor, desde abril de 2010 (Decreto nr. 7.159/2010). Em abril de 2012, em Buenos Aires, realizou-se a I Reunião do Comitê Conjunto do Acordo, na qual foi apresentada ao lado israelense a necessidade de um mecanismo que exclua da cobertura do acordo bens cujos certificados de origem indiquem, como procedência, locais submetidos à administração de Israel desde 1967, nos termos do Artigo 2º do Decreto Legislativo n. 936/2009. O tema continuará a ser discutido pelas Partes na II Reunião do Comitê Conjunto, prevista para 2015.

Palestina

Assinado em 20/12/2011, na Cúpula do Mercosul em Montevidéu, o acordo de livre comércio com a Palestina foi enviado à Casa Civil da Presidência da República em dezembro de 2013 pela EMI 535/2013, com vistas a seu envio ao Congresso Nacional.

SACU (África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia)

Assinado em 2009, o Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-SACU foi aprovado pelo Congresso Nacional em 15/12/2010. Sua ratificação depende ainda de completar-se a tramitação de Ata de Retificação aprovada pelos Estados Partes do Mercosul e pelos membros da SACU, que deverá ser enviada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional.

OBJETIVO: 0907 - Desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Cabe destacar as ações de inteligência comercial, por meio da elaboração dos Guias "Como Exportar" e da produção de pesquisas de mercado; a constante presença brasileira em feiras multissetoriais no Brasil e no exterior; o lançamento do "Investment Guide to Brasil 2014" e do sítio eletrônico "Guia de Comércio Exterior e Investimento – Brasil Export", ambos em parceria com a APEX-Brasil, com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); e a valorização da capacitação e do treinamento



dos funcionários da rede de Setores de Promoção Comercial no exterior.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 10 para 15 o número de atividades de treinamento e capacitação para os operadores do sistema de promoção comercial brasileiro.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foi criado o curso virtual de treinamento de funcionários técnicos dos Setores de Promoção Comercial (SECOM) dos postos no exterior, aumentando consideravelmente o número de treinamentos oferecidos ao ano. No ano de 2013, foram realizados 79 cursos virtuais. Em 2014, os treinamentos alcançaram 98 postos. Também foi oferecido o módulo de promoção comercial nos cursos de formação do Instituto Rio Branco, de aperfeiçoamento de Assistentes e de Oficiais de Chancelaria e de capacitação de diplomatas e de funcionários administrativos que planejam ser removidos para o exterior pela primeira vez. No total, 7 cursos de promoção comercial foram oferecidos, ao longo de 2014, aos funcionários do Quadro. Cabe destacar, por fim, o lançamento do ciclo de videoconferências, que ofereceu a oportunidade para os parceiros de promoção comercial indicar representante para conversar com os Setores de Promoção Comercial dos postos no exterior. Em 2014, foram organizadas 8 videoconferências entre os parceiros e a rede de SECOMS. Com a criação do curso virtual e do ciclo de videoconferências, a meta prevista de 15 atividades de treinamento por ano foi amplamente superada pelo número de ações desenvolvidas em 2013 e em 2014.

Quantidade alcançada

113

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar de 12 para 25 a participação institucional do Ministério das Relações Exteriores em feiras no Brasil visando divulgar os serviços disponíveis para a promoção das exportações.**

Análise Situacional da Meta

A meta anual continua a ser perseguida. Em 2012, o MRE participou de 17 feiras no Brasil. Durante o ano de 2013, houve participação em 11 feiras. Em 2014, o Itamaraty passou a colaborar com o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), organizado pelo MDIC, enviando representante para 6 encontros. Ademais, neste mesmo ano, o MRE participou do Encontro de Comércio Exterior (ENCOMEX), realizado em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, e do Encontro Nacional de Comércio Exterior (ENAEX), no Rio de Janeiro.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar em 20% o total de registros cadastrados na rede BrasilGlobalNet.**

Análise Situacional da Meta

Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014, o número de registros do cadastro de importadores havia sido ampliado em aproximadamente 32%.

Quantidade alcançada

32

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar de 130 para 190 eventos anuais o apoio à participação de empresas brasileiras em feiras setoriais e multissetoriais no exterior.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram apoiadas 19 missões empresariais e 135 feiras no exterior. Em 2013, sob responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores, o governo brasileiro prestou apoio a 24 missões empresariais e 126 feiras no exterior. Em 2014, em coordenação com os SECOMs, apoiou a realização de 50 missões de promoção comercial e de turismo. Nesse dado, incluem-se visitas com a participação de órgãos governamentais, entidades empresariais (a



exemplo de federações e associações) e o apoio à vinda de delegações empresariais compradoras ao Brasil. No que tange à realização de feiras no exterior, o MRE apoiou 74 eventos nos mais diferentes setores econômicos, tais como alimentos, turismo e defesa. A depender da disponibilidade de recursos, permanece a meta de alcançar 190 eventos anuais até 2015. O valor da quantidade alcançada refere-se ao total de eventos no exterior que contaram com a participação do MRE em 2014.

Quantidade alcançada

124

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar de 15 para 25 o número de "roadshows" para a atração de investimentos para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com especial ênfase nos setores portuário e aeroportuário, para os megaeventos esportivos e para setores relacionados à economia verde e inovação.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, houve participação dos SECOMs em 21 eventos de atração de investimento. Em 2013, em mais de 50 eventos. Em 2014, no total, os SECOMs participaram de 46 eventos que divulgaram oportunidades de investimento na economia brasileira. Foram realizados diversos seminários e encontros com o empresariado local para a divulgação de oportunidades de investimentos em áreas estratégicas da economia brasileira, principalmente nos setores portuário, aeroportuário, ferroviário e rodoviário. Também se ofereceu apoio a delegações estaduais e municipais em missões de atração de investimento para suas regiões.

Quantidade alcançada

46

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar de 35 para 100 as contratações anuais para elaboração de estudos sobre investimentos e comércio e de pesquisas de mercado em coordenação com o setor privado e as associações de classe brasileiros, com o objetivo de subsidiar ações de promoção comercial e investimentos.**

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2014, o MRE envolveu-se ativamente na elaboração de estudos sobre comércio exterior e investimentos, em coordenação com entidades de classe e órgãos governamentais, de modo a identificar oportunidades comerciais para a comunidade empresarial brasileira e subsidiar estratégias na área governamental. Com este propósito, ao longo do ano foram atualizados/elaborados nove guias da série "Como Exportar" e oito pesquisas de mercado. Foi lançado, igualmente, o "Investment Guide to Brasil 2014", em parceria com o MDIC, MAPA e APEX, o primeiro guia lançado pelo Governo Federal sobre oportunidades de Investimentos no Brasil. Foram produzidos, ainda, 380 estudos de comércio sobre países específicos e sobre grupos de países.

Quantidade alcançada

398

Data de Referência

31/12/2014

- **Expandir de 4 para 6 o número de cidades sul-americanas a serem contempladas com a realização de seminários e oficinas relativas ao Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI).**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o MRE realizou seminários sobre o PSCI no Equador, contemplando as cidades de Guayaquil, Cuenca e Quito, e Paramaribo, no Suriname. Em 2013, foram realizados 3 seminários de PSCI no Peru, nas cidades de Arequipa, Piura e Lima, e 1 seminário de PSCI na Argentina, na cidade de Córdoba. Em 2014, foram realizados mais três seminários do PSCI no Peru, nas cidades de Lima, Chiclayo e Tacna, e um seminário em Bogotá, na Colômbia. Vale ressaltar que a atividade em questão depende do interesse manifestado por parte dos países sul-americanos. A meta anual continua ser perseguida.

Quantidade alcançada



4

Data de Referência

31/12/2014

- **Melhorar a qualidade da base de importadores cadastrados na rede BrasilGlobalNet.**

Análise Situacional da Meta

Desde 2012, foram validados os dados cadastrados de 40.771 empresas não brasileiras no portal BrasilGlobalNet/Brasil Export. Dentre essas, 8.606 empresas efetuaram seu cadastro pela primeira vez.

- **Melhorar a qualidade dos serviços prestados em 78 dos 100 Setores de Promoção Comercial (SECOMs) já em operação, em termos de disponibilidade de recursos humanos e infraestrutura.**

Análise Situacional da Meta

Tendo em conta as novas fronteiras das atividades de promoção comercial, foram contratados, por intermédio de remanejamento de vagas entre Setores de Promoção Comercial, novos funcionários para postos no exterior considerados estratégicos, a saber, Trípoli, Cidade do Cabo, Nairóbi, Abuja, Istambul, Porto Príncipe, Iaundé, Luanda e Sydney. A criação e aperfeiçoamento do Diário de Atividades, ferramenta para inserção e descrição das atividades desenvolvidas pelos SECOMs, tem permitido maior controle, à distância, do trabalho dessas unidades. Está em elaboração sistema que possibilitará atribuir pesos relativos às diferentes atividades do Diário de Atividades, assim como o desenvolvimento de ferramenta que classificará os SECOMs de acordo com o número de funcionários, facilitando a comparação e a concorrência saudável entre os postos. As atividades de treinamento e capacitação de funcionários, objeto de meta em separado, contribuem igualmente para melhorar a qualidade dos serviços prestados. Em 2013, foi realizado treinamento virtual com 76 SECOMs. Em 2014, houve apresentação virtual do novo site de Promoção Comercial do Governo Federal, o Guia de Comércio Exterior e Investimento – Brasil Export, para 98 SECOMs. O valor da quantidade alcançada refere-se ao número de SECOMs que realizaram o curso virtual (98) e/ou que receberam novos funcionários em 2013 e 2014 (9, dentre estes 2 que não receberam treinamento).

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar, ao menos, uma reunião por semestre até 2015 sobre atração de investimentos estrangeiros diretos com órgãos estaduais e municipais que tratam desse tema.**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi criada em 2013. A partir deste ano, foi dada especial ênfase ao contato com os demais entes da Federação. Diplomatas brasileiros mantiveram reuniões com autoridades e representantes de órgãos ligados à atração de investimento dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Goiás, Sergipe, Rio de Janeiro, Pará, Santa Catarina, Paraíba, Bahia, Rondônia, Amazonas e Distrito Federal. Os órgãos são orientados com o intuito de melhorar a atração de investimento estrangeiro direto para os estados brasileiros. Os SECOMs foram instruídos a apoiar iniciativas estaduais e municipais de atração de investimentos, promovendo 46 eventos de atração de investimento em 2014. No exterior, foram apoiadas, a pedido dos governos estaduais, 7 missões de atração de investimentos organizadas por Estados brasileiros. O governo federal, ademais, repassou aos governos estaduais cerca de 20 informações sobre empresas estrangeiras interessadas em investir no Brasil, captadas pela rede de postos no exterior. O valor da quantidade alcançada se refere ao número de reuniões, desde 2013, sobre atração de investimentos estrangeiros diretos com órgãos estaduais e municipais que tratam do tema.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0908 - Promover a participação brasileira em foros internacionais sobre energia e mineração, com



vistas a ampliar a importância e a influência do Brasil, no contexto global.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Entre 2012 e dezembro de 2014, o Brasil participou de forma ativa nos principais foros regionais e internacionais relacionados ao tema de energia, buscando fortalecer a posição do País como ator central no cenário energético mundial. Em 2014, o Brasil participou das discussões sobre o tema de energia em diversos organismos multilaterais como o G-20, no âmbito de Grupo de Trabalho sobre Sustentabilidade Energética (ESWG), sob a presidência australiana do G-20.

No contexto regional, o Brasil participou das discussões do Conselho Energético da UNASUL, voltadas para a criação de Tratado Energético da UNASUL, bem como das discussões sobre integração energética no âmbito da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE). Em 2014, o brasileiro Fernando Ferreira foi empossado Secretário-Executivo da OLADE, para mandato de 3 anos.

Na área de energias renováveis, o Brasil participou de diversos foros internacionais, dentre os quais se destacam os eventos promovidos pela iniciativa da ONU “Energia Sustentável Para Todos” (SE4ALL), da qual o País faz parte do Conselho Consultivo e do Conselho Executivo, em novembro de 2013; da IV Assembleia Geral da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA) e da II Semana da Sustentabilidade em Abu Dhabi (janeiro de 2014), e da quinta Reunião Ministerial sobre Energia Limpa (CEM5), realizada em Seul (12-13 de maio), com a participação de 21 países. Como copresidente da Parceria Global de Bioenergia (GBEP), o Brasil apoiou, em maio de 2014, a II Semana da Bioenergia, que reuniu em Moçambique cerca de 120 participantes oriundos das Américas, África, sudeste da Ásia e Europa, entre cientistas, funcionários do governo e representantes do setor privado, em particular da África, para discutir temas específicos de sustentabilidade. O Brasil participou também, em Bonn, das reuniões dos grupos de atividade cinco (AG-5 - “Atlas Global de Energias Renováveis - Componente Bioenergia”), e dois (AG-2 - “Divulgação e Compartilhamento de Dados e Experiência da Implementação dos Indicadores do GBEP”), do Grupo de Trabalho para Capacitação da Parceria Global de Bioenergia (GBEP). Destaca-se, também, a participação na Organização Internacional de Normatização (ISO), onde o Brasil atua para a promoção da produção sustentável dos biocombustíveis.

No que diz respeito ao tema de mineração, o Brasil esteve presente nos principais eventos multilaterais nessa área, com o objetivo tanto de buscar mercados para sua produção de matérias-primas minerais, como também de defender a agregação de valor às exportações brasileiras de produtos minerais. O Brasil participou, por exemplo, das reuniões dos Grupos Internacionais de Estudo do Chumbo e Zinco, do Níquel e do Cobre (Lisboa, abril de 2014). O Brasil também participou ativamente das discussões do Grupo Especializado sobre Mineração Ilegal, no âmbito da Organização do Tratado para Cooperação Amazônica (OTCA).

Metas 2012-2015

- **Promover no plano internacional a defesa do acesso do Brasil a recursos energéticos para o desenvolvimento do país**

Análise Situacional da Meta

A atuação internacional do Brasil na área de energia, tanto no âmbito bilateral quanto multilateral, tem servido para alavancar a posição do País na defesa do desenvolvimento e compartilhamento de novas tecnologias, da promoção da segurança energética e da ampliação do acesso a fontes sustentáveis de energia. Nesse sentido, destaca-se a participação brasileira nos principais foros regionais e internacionais relacionados ao tema, tais como o G-20, o Conselho Energético da UNASUL, a Organização Latino-Americana de Energia (OLADE) e a iniciativa da ONU “Energia Sustentável Para Todos” (SE4ALL). No âmbito bilateral, o Brasil vem aprofundando o diálogo com países como Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, bem como com a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e a União Europeia.

OBJETIVO: 0909 - Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.



Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo programático de "promover e fortalecer a cooperação em C,T&I" com diversos países, organismos multilaterais e entidades integrantes de sistemas nacionais de inovação (órgãos governamentais, empresas, universidades e centros de pesquisa e desenvolvimento [P&D]) vem sendo cumprido ao longo dos últimos anos. Entre os diversos eventos que podem ser mencionados por contarem com a ativa participação brasileira, destacam-se a XXVIII Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Ciência, Tecnologia e Inovação; a realização da expedição científica marítima nipo-brasileira "Iatá Piúna" no Atlântico Sul, em abril e maio de 2013; a III Conferência Brasil-Estados Unidos de Inovação e o I Grupo de Trabalho Brasil-EUA de inovação, também em setembro passado, no BNDES, no Rio de Janeiro; a II Reunião da Comissão Mista de C,T&I Brasil-Canadá, em junho; e reuniões de grupos de trabalho de inovação com o Reino Unido, França e Portugal, em abril. Em novembro de 2013 foi realizada, no Rio de Janeiro, a VI edição do "Fórum Mundial de Ciências", a primeira vez que o evento ocorreu fora da Hungria, país cujos governo e Academia de Ciências são os principais idealizadores e promotores do evento. O Fórum contou com a participação de delegados de mais de 100 países, tendo sido acordadas diretrizes do uso da ciência para o desenvolvimento global sustentável.

No ano de 2014, deu-se continuidade ao esforço de promover a cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação e TV digital nos âmbitos bilateral e multilateral, mediante a realização de reuniões dos "Comitês Conjuntos" bilaterais na área de C,T&I e de seminários e oficinas com vistas à aproximação entre os setores de C,T&I do Brasil e de outros países.

No campo da governança da Internet, o Brasil vem participando ativamente dos fóruns globais, além de estar engajado em iniciativas bilaterais e regionais, com base em dois princípios básicos: (i) Defesa de que a governança da Internet deve ser transparente, democrática, multilateral e multissetorial, em linha com o que foi preconizado nos documentos de resultados da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação; (ii) Defesa da perspectiva de que a Internet deve servir como ferramenta para o desenvolvimento e de que os temas de interesse dos países em desenvolvimento (infraestrutura, acesso, capacitação, etc.) devem ocupar o centro do debate internacional (os países desenvolvidos tendem a ignorar esses temas, concentrando-se em questões – que não deixam de ser do interesse dos PEDs, e, em particular, do Brasil – como direitos humanos e propriedade intelectual). Dessa maneira, seja no âmbito bilateral, regional ou multilateral, o Brasil tem buscado maior envolvimento dos países nas discussões sobre a governança global da Internet e demais temas relacionados à Sociedade da Informação, em especial dos países em desenvolvimento, com vistas a influenciar na definição da agenda internacional e assegurar resultados que contemplem a perspectiva desses países.

2014 representou um marco na história da governança global da Internet e o Brasil contribuiu decisivamente para esse importante passo. O País, além de ter adotado internamente o Marco Civil (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014) – primeira legislação nacional no mundo a estabelecer princípios e direitos para o uso e a gestão da Internet –, sediou a Reunião Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet – NETmundial (São Paulo, 23 e 24 de abril). Ainda no primeiro semestre de 2014, o Brasil manteve envolvimento intenso no debate internacional sobre governança da Internet, com participação ativa em numerosos foros multilaterais e multissetoriais internacionais sobre o tema.

No segundo semestre de 2014, o Brasil manteve participação expressiva em foros multilaterais, como a IX Reunião do IGF (Istambul, 2-5/set), e tem assumido papel de destaque no processo de elaboração de proposta para a transição das funções desempenhadas pela Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN) para a comunidade multissetorial global, sendo um dos cinco governos a ocupar assento no Grupo de Coordenação da Transição IANA (ICG).

Metas 2012-2015

- **Assegurar a adoção por países da América do Sul, Central, Caribe e África do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T).**

Análise Situacional da Meta



Os principais resultados da ação na área de TV digital, em 2012, foram a consolidação da divulgação do padrão nipo-brasileiro (ISDB-T e o middleware “Ginga”) na América do Sul; o avanço nas negociações com países da África (Angola e Botsuana) e América Central (Guatemala, Nicarágua, Honduras e El Salvador) para adoção futura do ISDB-T; e a realização da I Conferência Intergovernamental de TV Terrestre e do V Fórum Internacional do ISDB-T (Quito, 14-16/mar/12). Entre janeiro e setembro de 2013, o avanço das negociações realizadas em 2012 resultou na adoção do padrão nipo-brasileiro de TV Digital (ISDB-T) por Botsuana, Guatemala e Honduras. O VI Fórum Internacional realizou-se em Montevidéu, em maio de 2013.

No primeiro semestre de 2014, procurou-se cumprir a meta mediante o cumprimento da implementação dos projetos conjuntos de capacitação em TV Digital estabelecidos em memorandos de entendimento bilaterais com Chile, Equador, Peru e Uruguai. O governo brasileiro financiou, também, a vinda, em março, de delegação técnica botsuanesa na área de TV Digital, haja vista a adoção do ISDB-T por aquele país em 2013. O Brasil também realizou diversas gestões com vistas à realização da VII Reunião do Fórum Internacional do ISDB-T e da III Conferência Intergovernamental da TV Digital Terrestre em maio, em Caracas, conforme acordado nas últimas edições dos encontros, embora os citados eventos tenham sido afinal adiados a pedido do lado venezuelano.

No segundo semestre de 2014, foi realizado, em São Paulo, em 24/ago, encontro informal entre os representantes dos países membros do Fórum Internacional com vistas a revisar os documentos de harmonização dos três Grupos de Trabalho. O Brasil manteve esforço de aproximação com outros países africanos e centro-americanos que aderiram ou estudam aderir ao padrão nipo-brasileiro. Quanto à cooperação bilateral com o Japão na área, foi adiada a IX Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil-Japão sobre TV Digital, que seria realizada em novembro de 2014, em Tóquio. No primeiro semestre de 2015, o Brasil deverá propor novas datas para a realização da reunião do mecanismo.

• **Capacitar os Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) para atuarem como observatórios de inovação e da governança da internet.**

Análise Situacional da Meta

De 2012 a 2014, buscou-se coordenar os esforços dos Setores de Ciência e Tecnologia das Embaixadas de modo a identificar oportunidades de ação conjunta em inovação condizentes com as estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação, tais como os Planos Brasil Maior e Inova Brasil e o Programa Ciência sem Fronteiras. Diversos Postos do Brasil no exterior, como Embaixadas em países da Europa (destaque para Finlândia e Reino Unido), da Ásia (destaque para Coreia do Sul, Japão e Cingapura) e nos Estados Unidos (inclusive Consulados), já passaram a atuar como observatórios de inovação, identificando oportunidades e sinergias entre instituições públicas e privadas brasileiras e de outros países com vistas à formação de parcerias para pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços.

No caso da Governança da Internet, tendo em vista a crescente importância do tema no cenário internacional, o Itamaraty tem procurado manter os Postos informados sobre os desdobramentos das discussões nos planos interno e externo.

Principalmente a partir de 2014, as missões do Brasil junto à ONU (Nova York) e à OMC (Genebra, com atuação junto à UIT), em particular, reforçaram o encaminhamento constante do tema de governança da Internet no âmbito de suas respectivas competências. Algumas Embaixadas e Consulados, por sua vez, têm encaminhado análises periódicas sobre o tratamento do tema, bem como apoiado reuniões realizadas nos países de suas respectivas jurisdições.

• **Expandir de 12 para 15 o número de países com Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) brasileiros.**

Análise Situacional da Meta

Até o fim de 2013, Argentina, México, EUA, Canadá, Portugal, França, Reino Unido, Alemanha, Rússia, China, Japão e Coreia do Sul contavam com SETEC. O Itamaraty tem efetuado gestões e mantido programas junto a postos em outros países que permitam alcançar a meta estabelecida. Os países que se têm mostrado mais propensos a passarem a contar com SETEC são Finlândia, Uruguai, Suécia, Noruega e Cingapura, tendo em conta a densidade de programas e atividades com o Brasil na área de ciência, tecnologia e inovação.

No primeiro semestre de 2014, a Austrália passou a contar com um Setor de Educação, Ciência, Tecnologia, Inovação



e Cultura brasileiro (SECTIC), que já conta, inclusive, com plano estratégico.

No segundo semestre de 2014, o Itamaraty buscou reforçar a atuação dos Setores de Ciência e Tecnologia já existentes, com vistas ao aprimoramento da busca e análise de informações junto a instituições de pesquisa e desenvolvimento de outros países sobre oportunidades de cooperação com o Brasil.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2014

• **Expandir de 14 para 19 unidades o número dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) no exterior.**

Análise Situacional da Meta

Até o fim de 2013, as Embaixadas em Buenos Aires, México, Washington, Ottawa, Lisboa, Paris, Londres, Berlim, Moscou, Pequim, Tóquio e Seul, além dos Consulados-Gerais em Nova York e Los Angeles) contavam com SETEC. O Itamaraty tem efetuado gestões e mantido programas junto a outros postos que permitam alcançar a meta estabelecida. Tais postos que se têm mostrado mais propensos a passarem a contar com SETEC são o Consulado-Geral em São Francisco e as Embaixadas em Montevidéu, Helsinque, Estocolmo, Oslo e Cingapura, tendo em conta a densidade de programas e atividades com o Brasil na área de ciência, tecnologia e inovação.

No primeiro semestre de 2014, a Embaixada em Cambera passou a contar com um Setor de Educação, Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura (SECTIC), que já conta, inclusive, com plano estratégico.

No segundo semestre de 2014, o Itamaraty buscou reforçar a atuação dos Setores de Ciência e Tecnologia já existentes, com vistas ao aprimoramento da busca e análise de informações junto a instituições de pesquisa e desenvolvimento de outros países sobre oportunidades de cooperação com o Brasil.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2014

• **Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet, e temas relacionados.**

Análise Situacional da Meta

A) COOPERAÇÃO EM C,T&I

Até o fim de 2013, cabe destacar as negociações bem-sucedidas para a realização em 2018 da World Hydrogen Energy Conference no RJ; realização do Fórum de C,T&I para o Desenvolvimento Sustentável em paralelo à Rio+20; adoção do Plano Decenal Brasil-China 2012-2022 (área de C,T&I é prioritária); realização de Comissões Mistas de C,T&I com Equador e Peru; missão do CERN ao Brasil; lançamento da Força-Tarefa Brasil-Noruega para P&D no Setor de Petróleo e Gás; e Inauguração do Centro Internacional de Energias Renováveis – Biogás, junto ao Parque Tecnológico Itaipu.

No primeiro semestre de 2014, continuaram a realizar-se reuniões na área de C,T&I: I Reunião de Ministros de C,T&I do BRICS (Kleinmond, 9-12/fev); Comissões Mistas de C,T&I com Suíça (abr) e Coreia do Sul (abr), Seminários BRICS sobre Inovação (mar) e sobre Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais (mai); Seminário sobre Biotecnologia do FOCALAL (abr); 3º Workshop Brasil-Canadá sobre Nanotecnologia (mai); e entrega do 1º Prêmio Diáspora Brasil da ABDI (mai). O governo apoiou missão do MCTI e da ANPROTEC à China (mai) e à Finlândia (jun).

No segundo semestre de 2014, realizaram-se Comissões Mistas de C,T&I com Chile e Colômbia. O Itamaraty coordenou-se com atores do sistema brasileiro de inovação para apoiar a execução de políticas públicas para aumentar a competitividade internacional dos setores industrial e de serviços, com destaque para: a) estabelecimento de cooperação com a UE em pesquisa em regulação em nanotecnologia (projeto comunitário NANoREG); b) participação em negociações com EUA e empresas do país para implantação de centros de P&D no Brasil; c) definição de programa



de cooperação com a Noruega em P&D para a exploração de petróleo e gás; e d) seguimento de negociações com a Ucrânia para a construção de fábrica de insulina recombinante humana, com transferência da tecnologia para o Brasil. Na área de TICs, foi assinado, em set/2014, convênio para a implantação de projeto de cooperação entre Brasil e França em supercomputação e realizou-se o VII Diálogo Brasil-UE sobre Sociedade da Informação (Bruxelas, nov/2014).

B) TV DIGITAL

Em 2012 o Brasil consolidou a divulgação do padrão nipo-brasileiro (ISDB-T e o middleware Ginga) na América do Sul e avançou em negociações com países da África e América Central para adoção do ISDB-T. Em 2013, aderiram Botsuana, Guatemala e Honduras.

No primeiro semestre de 2014, o Brasil buscou consolidar a expansão do ISDB-T já conquistada. Apoiou a aproximação entre comunidades técnicas do Brasil e Argentina na área de TV Digital com vistas à harmonização do Ginga, em fev e abril. O Brasil financiou a vinda, em março, de delegação botsuanesa em TV Digital. Realizou-se em SP, em maio, o Diálogo Brasil-Japão sobre TICs.

No segundo semestre de 2014, o governo brasileiro manteve esforço de aproximação com países africanos e centro-americanos que estudam aderir ao padrão nipo-brasileiro. Organizou encontro informal entre representantes dos países do Fórum Internacional para revisar os documentos de harmonização do padrão. Quanto à cooperação com o Japão, foi adiada a IX Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto sobre TV Digital, que se realizaria em novembro de 2014, em Tóquio, e será remarcada em 2015.

C) GOVERNANÇA DA INTERNET

Além da participação ativa em fóruns internacionais, no âmbito regional o Brasil assumiu a presidência do GT sobre Governança da Internet no marco do Plano de Ação para a Sociedade da Informação na América Latina e Caribe (eLAC 2015). Participou da proposta de criação do GT do MERCOSUL sobre Privacidade, Segurança da Informação e Infraestrutura Tecnológica.

No primeiro semestre de 2014, o governo brasileiro convocou a Reunião Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet (NETmundial – 23-24/abr/14), que demandou intensos esforços do governo em conjunto com os demais setores. O Brasil enviou delegações a outros foros, como a 3ª reunião do GT sobre Cooperação Aprimorada (Genebra, fev); a 49ª Reunião da ICANN (Cingapura, mar); o Evento de Alto Nível sobre a Revisão da Implementação dos Resultados da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (Genebra, jun); e a 50ª reunião da ICANN (Londres, jun).

No segundo semestre de 2014, o Brasil manteve participação em encontros multilaterais, com destaque para o IX IGF (Istambul, 2-5/set); a 51ª Reunião da ICANN (Los Angeles, 11-16/out); a Conferência de Plenipotenciários da UIT (Busan, 20/out-07/nov); o Painel Intersessional da CSTD (Genebra, 26-28/nov); e a Reunião do Grupo Assessor Multissetorial do IGF (Genebra, 1º-03/dez), em preparação para a 10ª edição do Fórum (João Pessoa, nov/2015). No âmbito regional, o Brasil participou da 7ª edição do LACIGF (São Salvador, 16-18/jul); da XXII Reunião do Registro de Endereços da região (LACNIC 22 – Santiago, 27-31/ago); e da Reunião Preparatória à V Conferência Ministerial sobre Sociedade da Informação (eLAC – São José, 5-7/nov).

OBJETIVO: 0911 - Aprimorar e expandir os serviços consulares, o tratamento dos temas migratórios e as atividades de apoio às comunidades brasileiras no exterior, nos termos da política governamental estabelecida pelo Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Houve aumento no volume de documentos emitidos pelo Sistema Consular Integrado devido à disponibilização de novos serviços, antes processados fora do Sistema. O crescimento da demanda por serviços consulares brasileiros no exterior gera a necessidade de adequar as práticas consulares em termos quantitativos e qualitativos, o que será tratado por



evoluções no Sistema Consular Integrado.

Metas 2012-2015

- **Elevar o Índice de Produtividade Consular Consolidado (IPCC) dos atuais 81,28% para 89,41%**

Análise Situacional da Meta

Foi possível manter a programação prevista no exterior para o ano de 2014. Contudo, no Brasil, a manutenção de contratos de serviços foi prejudicada. As atividades no exterior foram mantidas prioritariamente, mas houve cortes em atividades, tais como: consulados itinerantes e aquisição de material de consumo (especificamente toner para as impressoras a laser que operam o Sistema Consular Integrado nas repartições consulares e setores consulares de missões diplomáticas), e manutenção e reposição de equipamentos, entre outros.

Quantidade alcançada

92,15

Data de Referência

30/06/2014

OBJETIVO: 0913 - Ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A proporção de alunos estrangeiros em cada turma do Curso de Formação de Diplomatas manteve-se muito acima da meta desde o início do PPA. No que diz respeito à meta de aumento da taxa de afrodescendentes aprovados do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), o IRBr ficou abaixo da meta em 2012 e 2014, apesar de o IRBr ter concedido 57 (2012) e 52 (2014) bolsas para candidatos afrodescendentes à carreira de diplomata nesses anos. Essa situação deve ser corrigida em 2015, quando o CACD for realizado sob o auspício da Lei 12.990/2014, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal.

Metas 2012-2015

- **Alcançar o índice de 10% na quantidade de bolsistas estrangeiros participantes do Curso de Formação, por turma**

Análise Situacional da Meta

A turma do Curso de Formação admitida no primeiro semestre de 2014 contou com 9 estrangeiros num total de 41 alunos. A turma admitida no segundo semestre de 2014, contou com 4 estrangeiros num total de 23. Portanto, houve 20% de estrangeiros no total das duas turmas que estudaram no IRBr em 2014.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

05/01/2015

- **Aumentar a taxa de aprovação de candidatos afro-descendentes no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, dos atuais 5,17% para 7%**

Análise Situacional da Meta

Apenas um candidato afrodescendente foi aprovado no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2014, num total de 19 alunos brasileiros. A quantidade de aprovados ficou abaixo da meta, embora 52 candidatos afrodescendentes tenham recebido bolsas de estudo do IRBr para esse concurso. Essa situação deve ser corrigida em 2015, quando o CACD for realizado sob o auspício da Lei 12.990, de 9 de junho de 2014, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da



administração pública federal.

Quantidade alcançada

5,26

Data de Referência

25/07/2014

OBJETIVO: 0915 - Expandir o conhecimento internacional sobre a variedade brasileira da Língua Portuguesa e sobre a cultura brasileira, e promover o intercâmbio, a cooperação cultural e educacional e a diversidade cultural, nos âmbitos bilateral e multilateral, e a transformação da percepção sobre o Brasil e os brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, o Brasil avançou no processo de internacionalização acadêmica, com ações de apoio e orientação aos bolsistas do Programa Ciência sem Fronteiras em 27 Embaixadas e Consulados, bem como foi dada continuidade aos programas de cooperação acadêmica internacional Sul-Sul: Programa Estudante Convênio-Graduação (PEC-G) e Programa de Estudante Convênio Pós-Graduação (PEC-PG).

No plano cultural, o Brasil participou de 37 feiras e festivais nas áreas de literatura, artes visuais, música e artes cênicas, em 22 países, com destaque para a Feira do Livro Infantil de Bolonha, o Festival Ibero-Americano de Teatro de Bogotá e a Feira do Livro de Gotemburgo. Com vistas à divulgação de novos talentos brasileiros no exterior, foram organizadas residências de artistas plásticos na China, na Índia e na Argentina; apresentações musicais no âmbito do projeto "Novas Vozes do Brasil" em Moscou, Madri e Berlim; e traduções da coletânea "Nova Dramaturgia Brasileira" para 6 idiomas. Foram apoiados, ademais, 115 eventos e iniciativas em 65 países para a promoção do setor audiovisual brasileiro, além da organização do III Concurso Itamaraty para o Cinema Sul-Americano, que premia, desde 2012, o melhor filme de longa-metragem sul-americano em coprodução, a fim de incentivar o intercâmbio entre as cinematografias da região. No contexto de promoção da vertente brasileira da língua portuguesa, mais de 7 mil matrículas foram registradas nos cursos oferecidos pelos 24 Centros Culturais e 5 Núcleos de Estudos que integram a Rede Brasil Cultural. Foram realizados 18 cursos de capacitação de professores de português como língua estrangeira e como língua de herança, que contribuíram para ampliar o número de profissionais empenhados na disseminação do idioma.

No campo de publicações, produziu-se o primeiro volume da Biblioteca Sul-Americana, série bilíngue português-espanhol que pretende aprofundar o conhecimento cultural na região e que teve o Barroco Sul-Americano com o tema de estreia. Deu-se seguimento às séries de publicações "Mundo Afora", com a edição sobre Educação Básica e Ensino Médio, e "Textos do Brasil", sobre a Publicidade Brasileira.

No âmbito dos organismos multilaterais culturais, destaca-se a participação do Brasil na 9ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, quando se logrou inscrever a "Roda de Capoeira" na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO. Ademais, o Brasil manteve sua atuação nas duas sessões do Conselho-Executivo da UNESCO ocorridas em 2014.

Metas 2012-2015

- Expandir de 5 para 25 os cursos de capacitação de professores no exterior.

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram realizados 7 cursos que, somados aos 19 anteriormente realizados, totalizaram 26 cursos. Assim, a meta para o final de 2015, de 25 cursos de capacitação de professores, foi ultrapassada no segundo semestre de 2014.

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

11/02/2015



• **Expandir de 68 para 100 o número de leitorados brasileiros no exterior.**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2014 havia 44 vagas de leitorados ativas.

Atualmente a seleção de novos leitorados está balizada pelos seguintes critérios:

(i) Ampliação do número de leitorados em países de maior relevância para o Programa Ciência sem Fronteiras, pelo papel catalizador e potencializador que os leitores podem exercer para este programa estratégico;

(ii) Reforço dos leitorados nos países de língua oficial portuguesa. Os primeiros serão abertos em Angola e em Moçambique, pela importância desses dois países para a política externa brasileira;

(iii) Fortalecimento do Programa de Leitorados nos BRICS. O Brasil mantém leitorados na China e na Rússia. Em 2015 serão abertas duas vagas de leitorados na África do Sul e 1 vaga na Índia;

(iv) Dinamização dos leitorados na América do Sul.

Foram criados mecanismos para compensar a diminuição do número de leitorados, mantendo o mesmo nível de divulgação da língua portuguesa e da cultura brasileira no exterior:

(i) Ampliação da rede de Centros Culturais, atualmente em número de 24. Está em processo de implantação um Centro Cultural na Venezuela, e em negociação a abertura de Centros Culturais na China, na Rússia;

(ii) Possibilidades de que os leitores venham a apresentar projetos multiplicadores das atividades de ensino do português. Os projetos são apresentados pelos leitores às Missões Diplomáticas ou Consulares brasileiras, que os remetem à DPLP para seleção. Os selecionados são financiados pelo MRE, por meio do Programa de Reforço aos Leitorados Brasileiros no Exterior - PRLB. Em 2014 foram aprovados 3 projetos, que estão em execução: (a) criação de material didático digital, pela Embaixada em Assunção; (b) elaboração de material didático escrito e audiovisual para estudantes de português como língua estrangeira, pelo Consulado-Geral em Los Angeles; (c) criação de website com material para aprendizagem online de português, pela Embaixada em Paris;

(iii) a disponibilização de material online para o ensino da língua portuguesa e da cultura brasileira no Portal da RBC (<http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/material-didatico>). Nesse Portal, já podem ser encontrados: (a) Lições Brasileiras - curso de português com 83 módulos divididos em 3 níveis de aprendizagem (Inicial, Médio e Avançado); (b) Guia de Conversação Russo-Português, produzido pela Embaixada do Brasil em Moscou, e voltado para a aprendizagem do português por estudantes russos; (c) Português para Tailandeses, material bilíngue, com conteúdo de nível básico, produzido por leitora brasileira na Tailândia, voltado para a aprendizagem de português por estudantes tailandeses; (d) coleção Só Verbos, composta por 3 volumes, que introduz aos estudantes os verbos em português, desde o nível inicial até o avançado. Outros materiais serão disponibilizados no decorrer de 2015;

(iv) o desenvolvimento de material didático em projeto conjunto com a UNILA, para falantes de espanhol.

Atualmente a Rede Brasil Cultural - RBC é composta de 73 unidades (44 leitorados, 24 Centros Culturais e 5 Núcleos de Estudos Brasileiros) sediadas em 45 países, distribuídos em 5 continentes. Conta com 9.542 alunos e 176 professores.

Quantidade alcançada



44

Data de Referência

11/02/2015

- **Realizar 40 cursos de português como língua de herança no exterior.**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados 10 novos cursos de Português como Língua de Herança (POLH) no ano de 2014. Somados aos 29 ministrados entre 2011 e 2013, haverá 39 cursos realizados. Assim, a meta de 40 cursos deverá ser alcançada em 2015.

Quantidade alcançada

39

Data de Referência

11/02/2015

- **Reestruturar, modernizar e expandir de 22 para 24 a Rede de Centros Culturais Brasileiros.**

Análise Situacional da Meta

A meta de expansão numérica foi alcançada em julho de 2013, com a inauguração dos Centros Culturais Brasileiros (CCBs) em Buenos Aires, e em Tel Aviv. No entanto, a crescente demanda para aprendizagem do português em vários países indica a necessidade de superação dessa meta. Assim: (i) já estão em processo de negociação acordos para a criação de CCBs nos BRICS (Rússia e na China); (ii) está em processo de implantação o Centro Cultural na Venezuela; e (iii) continua em estudo a abertura de CCB nos Estados Unidos, maior receptor de alunos do Programa Ciência sem Fronteiras.

As metas de reestruturar e modernizar os Centros Culturais tiveram continuidade em 2014, quando foram aprovados 39 novos projetos, que contemplaram 18 das 29 unidades do conjunto de CCBs e Núcleos de Estudos Brasileiros - NEBs - da Rede Brasil Cultural.

Continuam a ser priorizadas (i) a renovação das bibliotecas; (ii) a aquisição de material permanente, de mobiliário e de equipamentos eletrônicos e de informática; (iii) a capacitação dos professores; (iv) a disponibilização de material didático nos portais da Rede Brasil Cultural, dos Centros Culturais e dos Núcleos de Estudos Brasileiros; e (v) o incentivo da participação dos alunos em atividades culturais.

No segundo semestre de 2014 foi equipada e mobiliada a nova sede da Casa Cultural Brasil-Angola.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

11/02/2015

OBJETIVO: 0916 - Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O governo brasileiro, por meio da FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão, teve como principais realizações em 2014:

- iniciou o ano de 2014 com os “Diálogos sobre Política Externa”, o maior exercício de reflexão realizado pela FUNAG em parceria com o Itamaraty junto à sociedade civil. Encerrou o ciclo de debates daquele exercício com a III Conferência



sobre Relações Exteriores – CORE, que passou em revista os principais temas da política externa brasileira;

- promoveu 33 (trinta e três) debates, sendo eles: “Diálogos de Política Externa” com 14 painéis temáticos, além da sessão de abertura e de encerramento, 1 Conferência - III CORE, 3 seminários, 5 mesas-redondas, 1 workshop, 5 palestras, 1 encontro e 1 fórum acadêmico;

- editou 27 (vinte e sete) publicações no exercício de 2014 e 29 (vinte e nove) e-books. Ao todo, foram publicadas 207 (duzentas e sete) obras no período 2012-2014, superando em 72,5% (setenta e dois e meio por cento) a meta de 120 (cento e vinte) publicações previstas no PPA sobre os temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira;

- realizou o XII Curso para Diplomatas Sul-Americanos, no período de 12 a 25 de maio de 2014;

- atualizou o cadastro de referências em relações internacionais e política externa, que teve cumprimento de 100% (cem por cento) desta meta, ampliando suas informações;

- concluiu a inclusão de todo o acervo bibliográfico no portal eletrônico para acesso e download gratuitos.

- entregou às bibliotecas e aos formadores de opinião pública 26.715 publicações, no País e no Exterior, no decorrer do exercício de 2014, além de realizadas parcerias nacionais e internacionais para a implementação de atividades conjuntas e inserção dos temas contemporâneos e históricos da política externa brasileira, com ênfase especial na difusão no mercado internacional das obras editadas pela Fundação para promover o pensamento e a literatura brasileira especializada;

- editou e publicou teses do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores que obtiveram alto conceito e indicação pelas bancas examinadoras do IRBr, em consonância com a meta de realização de concursos anuais de dissertações de mestrado em relações internacionais e ciências políticas, prevista no PPA 2012-2015.

- participou de 25 (vinte e cinco) feiras, bienais, lançamentos de livros, bem como apoiou outras atividades por meio de publicações disponibilizadas, com vistas à divulgação de temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira.

Metas 2012-2015

• **Editar 120 obras sobre temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira**
Análise Situacional da Meta

Foram editadas 207 publicações sobre os temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira, sendo 109 referentes ao exercício de 2012, 71 referentes 2013 e 27 no período de janeiro a dezembro de 2014.

Quantidade alcançada

207

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar biblioteca virtual contendo seleção de dissertações e artigos selecionados de relações internacionais e ciências políticas, com enfoque nos temas de política externa**
Análise Situacional da Meta

Foi concluída a inclusão de todo o acervo bibliográfico da FUNAG no portal eletrônico para acesso e download gratuitos. Tal medida permite levar as obras editadas pela Fundação à rede global da internet. Essa evolução representa mudança na metodologia de trabalho da instituição com racionalização operacional, maior divulgação e alcance de suas



atividades e publicações. Importante registrar que para avaliar os resultados obtidos, a Fundação desenvolveu instrumentos de análise dos índices de consultas e leituras online. Em 2014, registraram-se 1.313.504 milhão de visitas ao site (36% no Brasil e 64% no exterior), e foram registrados 1.229.421 milhão de downloads de livros na Biblioteca Digital, um aumento de 50,8% em relação ao mesmo período de 2013. O portal da FUNAG (www.funag.gov.br) é considerado fonte de conhecimento no campo das relações internacionais. O acervo bibliográfico da Fundação corresponde a 557 obras, em sua maioria em português, mas também 32 em inglês e 5 em espanhol.

• **Implantar cadastro de referências em relações internacionais e política externa**

Análise Situacional da Meta

Foi atualizado o cadastro de referências em relações internacionais e política externa, que teve cumprimento de 100% (cem por cento) desta meta, ampliando suas informações de janeiro de 2012 a dezembro de 2014.

• **Realizar 10 cursos para diplomatas estrangeiros**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado o XII Curso para Diplomatas Sul-Americanos, no período de 12 a 25 de maio de 2014, o que representa 8 (oito) dos 10 (dez) cursos para diplomatas estrangeiros previstos para o período 2012-2015, com o cumprimento de 80% (oitenta por cento) dessa meta.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2014

• **Realizar 60 debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados diretamente e/ou em parceria com outras instituições 71 debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional, superando a meta em 18% (dezoito por cento), aí compreendidos seminários, conferências, workshops, palestras, encontros e cursos, desses, 22 ocorreram em 2012; 16 em 2013; e, em 2014, foram promovidos 33 (trinta e três) debates, sendo eles:

“Diálogos de Política Externa” com 14 painéis temáticos, além da sessão de abertura e de encerramento, 1 Conferência - III CORE, 3 seminários, 5 mesas-redondas, 1 workshop, 5 palestras, 1 encontro e 1 fórum acadêmico.

Quantidade alcançada

71

Data de Referência

31/12/2014

• **Realizar dois concursos acadêmicos sobre temas de relações internacionais, com enfoque nos temas da política externa.**

Análise Situacional da Meta

Edição e publicação de teses do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores que obtiveram alto conceito e indicação pelas bancas examinadoras do IRBr, em consonância com a meta de realização de concursos anuais de dissertações de mestrado em relações internacionais e ciências políticas.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0917 - Diversificar e ampliar a cooperação técnica internacional do Brasil, com base em mecanismos bilaterais, multilaterais e regionais.



Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

As ações de cooperação internacional concebidas, executadas ou apoiadas pelo Governo brasileiro priorizam a erradicação da fome e da pobreza, o combate à desigualdade e exclusão social, a promoção do desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável e a formação de capital humano.

No âmbito deste objetivo, a diversificação e ampliação da cooperação técnica internacional representam o aumento das ações de cooperação prestada pelo Brasil (Sul-Sul) que resultarão, consequentemente, no desenvolvimento de capacidades de indivíduos, instituições e organizações vinculadas à administração pública, à sociedade civil e ao setor produtivo privado, por intermédio da transferência de conhecimento, tecnologia, experiências bem sucedidas, compartilhamento de capacidades produtivas, bem como o fornecimento de bens, serviços e materiais, necessários à autonomia dos países parceiros em suas políticas públicas de desenvolvimento social e econômico.

No período 2012/2014, a cooperação Sul-Sul com a África, Ásia, Oceania, América do Sul, Central e Caribe alcançou expressivos resultados no âmbito dos programas bilaterais. Ao todo, foram executadas 4.801 ações referentes à meta quantificável. A segunda meta ainda não foi concluída.

Metas 2012-2015

- **Aumentar em 10% em relação a 2010 o quantitativo de projetos concluídos na Cooperação Técnica Internacional prestada pelo Brasil a outros países em desenvolvimento.**

Análise Situacional da Meta

As ações de cooperação internacional concebidas, executadas ou apoiadas pelo Governo brasileiro priorizam a erradicação da fome e da pobreza, o combate à desigualdade e exclusão social, a promoção do desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável e a formação de capital humano.

No âmbito desta meta, a diversificação e ampliação da cooperação técnica internacional representam o aumento das ações de cooperação prestada pelo Brasil (Sul-Sul) que resultarão, consequentemente, no desenvolvimento de capacidades de indivíduos, instituições e organizações vinculadas à administração pública, à sociedade civil e ao setor produtivo privado, por intermédio da transferência de conhecimento, tecnologia, experiências bem sucedidas, compartilhamento de capacidades produtivas, bem como o fornecimento de bens, serviços e materiais, necessários à autonomia dos países parceiros em suas políticas públicas de desenvolvimento social e econômico.

No período 2012/2013 a cooperação Sul-Sul com a África, Ásia, Oceania, América do Sul, Central e Caribe alcançou expressivos resultados no âmbito dos programas bilaterais. Ao todo, foram implementadas 2.097 ações de cooperação técnica com diversos países, nas áreas de saúde, agricultura, meio ambiente, trabalho e emprego, educação e formação profissional, cultura, desenvolvimento social, pecuária, biocombustíveis, piscicultura, comunicação, desenvolvimento agrário, segurança pública, administração pública, energia, urbanismo, nutrição, metrologia, geografia, estatística e finanças. Soma-se a esse número mais 560 projetos dos programas multilaterais e trilaterais, totalizando 2.657 ações de cooperação implementadas em dois anos e seis meses.

Em 2012 foram implementadas 1.058 ações de cooperação técnica, quantitativo inferior à base de comparação, de 1.348 projetos, em 2010. Em 2013 foram implementadas 1.509 ações, ultrapassando a meta de 1.482 projetos, que somados àqueles do ano anterior, totalizaram 2.567 projetos implementados, portanto quase o dobro da meta que seria de 2.964 ações. Em 2014 foram implementadas 2.144 ações de cooperação técnica internacional, que somadas aos dois anos anteriores, totalizaram 4.711 ações implementadas, representando 158% da meta.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar proposta de marco regulatório para a Cooperação Técnica Internacional entre o Brasil e outros países em desenvolvimento**

**Análise Situacional da Meta**

Foi assinado em julho de 2013, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Projeto de Cooperação intitulado "Consolidação da Cooperação Técnica Internacional Brasileira", que tem como um dos seus componentes a elaboração de diagnósticos e subsídios para a construção do marco regulatório da cooperação técnica prestada pelo Brasil (Sul-Sul). Minuta de decreto contemplando o tema já foi elaborada e encontra-se em fase de análise.

No âmbito desta meta foi elaborado e publicado o Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul, que dará amparo aos procedimentos técnicos utilizados na cooperação prestada pelo Brasil aos países parceiros.

Também se encontra em análise do Governo Federal minuta de Decreto de regulamentação da Cooperação Sul-Sul.

OBJETIVO: 0918 - Expandir a participação do Brasil em negociações e ações internacionais de combate à fome e à pobreza e de cunho humanitário, a fim de prevenir calamidades, propiciar apoio emergencial em casos de desastres ou conflitos e auxiliar a recuperação de países atingidos por eventos danosos de grandes proporções.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

No período sob consideração, o Governo brasileiro executou intensa prestação de cooperação humanitária, a fim de garantir, principalmente, a ampliação de sua capacidade de resposta em situações de emergência e de crises prolongadas.

O aprofundamento da parceria com organismos internacionais especializados constituiu importante fator para o aumento considerável da projeção do país como doador internacional. Atestado mais notável dessa projeção foi a capacidade de aproximar diferentes organismos internacionais em torno de iniciativas propostas e elaboradas pelo Brasil.

A atuação humanitária brasileira logrou, adicionalmente, atrair a atenção de doadores tradicionais, como Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Comissão Européia, República Tcheca, Nova Zelândia, Suíça, Holanda e Espanha, tornando-os parceiros das iniciativas lideradas pelo Brasil. Atualmente, os referidos países vêm investindo em diferentes ações da cooperação humanitária brasileira por meio de aportes financeiros a organismos internacionais executores dos projetos.

Como em períodos anteriores, a cooperação humanitária pôde contar com a ampliação e constante apoio dos Grupos de Trabalho Interministeriais de Assistência Humanitária Internacional e de assuntos relacionados à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (GTI-FAO) para garantir maior eficiência e diversificação de suas ações. A exemplo disso, cabe mencionar a ampliação da capacidade brasileira de responder, principalmente no âmbito regional, a crises humanitárias por meio do envio de medicamentos e insumo hospitalar.

Ao longo de 2015 buscar-se-á elaborar marco regulatório relativo à provisão de cooperação humanitária pelo Brasil; a melhoria da gestão de processos; o monitoramento das ações de cooperação humanitária; a diversificação de parceiros; o aumento do quadro de funcionários e de recursos destinados à cooperação humanitária e melhor inserção do tema da cooperação humanitária.

Metas 2012-2015

• Elaborar marco legal relativo à provisão de cooperação humanitária internacional pelo Brasil**Análise Situacional da Meta**

Proposta do referido marco legal para provisão de Cooperação Humanitária Internacional encontra-se em fase de elaboração pelo Grupo de Trabalho Interministerial de Cooperação Humanitária.

No que tange especificamente a assistência alimentar, foi elaborado em coordenação com a Companhia Nacional de Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Desenvolvimento Agrário minuta de projeto de lei que deverá ser encaminhado para o Congresso nos próximos meses.



- **Expandir de 70, realizadas pelo Brasil em 2010, para 120 operações internacionais humanitárias e de gestão do risco de desastres**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizadas 109 iniciativas de cooperação humanitária, de cerca de US\$11,2 milhões. Em 2013, foram 95 iniciativas, de cerca de US\$8,3 milhões. Parcela significativa do total de iniciativas em 2012 e 2013 corresponde a doações de alimentos autorizadas pela Lei 12.429/11, operadas com o apoio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Até novembro de 2014, o País empreendeu 54 iniciativas de cooperação humanitária, no montante de cerca de US\$13,3 milhões, em benefício de 30 países na América Latina, África e Ásia e Oriente Médio. Dessa forma, o país contribuiu para a garantia dos direitos humanos em situações de emergência, conciliando medidas emergenciais e estruturantes e pautando a cooperação humanitária brasileira pela sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

No contexto da grave crise da epidemia de Ebola na África Ocidental, foi realizada, em articulação com o Ministério da Saúde, doação de 24 kits de medicamentos, sendo 9 kits para a Libéria, 8 kits para Serra Leoa, e 7 kits para Guiné. Cada kit possui capacidade para atender 500 pessoas pelo período de três meses. Foi anunciada ainda a expressiva doação de 11 mil toneladas de alimentos aos países mais afetados, totalizando aproximadamente US\$5,6 milhões.

O Brasil doou também 11.500 toneladas de arroz à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), com o apoio do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), contribuindo para garantia da segurança alimentar e nutricional dos refugiados palestinos atendidos pela organização na Cisjordânia, na Jordânia, em Gaza, no Líbano e na Síria pelo período de um ano, com valor total estimado em 4,2 milhões de dólares.

Foram respondidos apelos de emergências em saúde na Bolívia, em Cabo Verde, no Peru, na Síria, no Suriname, no Uruguai e na Venezuela, tendo sido enviadas aproximadamente 9 toneladas de medicamentos.

Com o apoio do Ministério da Defesa, foram realizadas missões à Bolívia, com o envio de helicóptero para resgate de vítimas de chuvas e inundações na região do Beni; e ao Chile, mediante o envio de aeronaves para combate a incêndios florestais no país.

Ainda na vertente emergencial, o Brasil somou 300 mil dólares aos esforços de atenção às necessidades de refugiados e deslocados internos sírios, especialmente no âmbito da estratégia "No lost generation" lançada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas para a Síria, que objetiva promover educação às crianças sírias. Por intermédio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), foram realizadas contribuições a Santa Lúcia e a São Vicente e Granadinas, na América Central, para contribuir na recuperação dos meios de produção das populações afetadas pelas fortes chuvas que atingiram a região em 24 de dezembro de 2013.

Na dimensão estruturante, o Brasil reafirmou o compromisso com a estratégia do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Na África, o PAA África - "Purchase from Africans for Africa" iniciou sua segunda fase em 2014. O programa está sendo desenvolvido desde 2011 em cinco países da África Subsaariana (Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal), com o objetivo de promover compras locais de alimentos para assistência alimentar, por meio de projetos conjuntamente concebidos e executados com o engajamento da sociedade civil, dos Governos e das Nações Unidas. Ao final da primeira fase, foram beneficiados 5.516 agricultores, 420 escolas primárias e 128.456 estudantes, nos referidos cinco países.

Na América Latina, foi iniciada a implementação do Programa PAA Colômbia de "Fortalecimento da Agricultura



Familiar como Modelo Agroalimentar para Autossuficiência Alimentar e Geração de Excedentes Articulados a Mercados Institucionais e com o Apoio dos Governos Locais como Política de Estado", nos moldes do programa africano, por meio da FAO e do PMA, para a replicação da estratégia estruturante no contexto colombiano.

Por fim, foi financiada consultoria brasileira nas Filipinas para o desenvolvimento de um projeto piloto PAA Ásia - "Purchase from Asians for Asia", com o objetivo de apoiar o Governo filipino no estabelecimento da estratégia de compras locais de alimentos da agricultura familiar para a reconstrução da agricultura local nas zonas afetadas pelo tufão Hayan/Iolanda, em novembro de 2013.

Aliando as dimensões emergencial e estruturante, foi realizada ainda contribuição pioneira ao Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV) para criação de bolsa destinada a ampliar a participação de jovens profissionais brasileiros em projetos humanitários das Nações Unidas; bem como contribuição à República Democrática do Congo, por meio do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), para o importante projeto piloto "Capoeira pela paz" de reinserção social de crianças ex-combatentes de grupos armados na província de Kivu do Norte por meio da capoeira.

Quantidade alcançada

54

Data de Referência

30/11/2014

OBJETIVO: 0919 - Promover a percepção internacional do compromisso do Brasil com os direitos humanos e com os temas sociais, por meio da participação ativa em órgãos multilaterais e do diálogo e da cooperação bilaterais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O governo brasileiro busca manter uma atuação internacional que reflita o compromisso do país com a promoção e defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento social, em linha com a importância também atribuída a esses objetivos no plano doméstico. Para tanto, o Brasil participa ativamente das atividades do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, da III Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, da Organização Mundial de Saúde, da Organização Internacional do Trabalho e dos demais organismos regionais e internacionais afetos a essa temática, e também dialoga com os órgãos e mecanismos dos sistemas regional e internacional de proteção dos direitos humanos.

Contribuíram para realçar a importância atribuída pelo Brasil a esses objetivos a atuação do Brasil como membro pleno, eleito em novembro de 2012 para mandato de três anos (2013-15), junto ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. Também importantes foram a eleição de diversos candidatos brasileiros a órgãos regionais e internacionais de promoção e proteção dos direitos humanos, a seguir listados: Roberto de Figueiredo Caldas, eleito em junho de 2012 para a Corte Interamericana de Direitos Humanos; Maria Margarida Pressburger, eleita em outubro de 2012 para o Subcomitê de Prevenção da Tortura da ONU; Wanderlino Nogueira Neto, eleito em dezembro de 2012 para o Comitê de Direitos da Criança da ONU; José Augusto Lindgren Alves, eleito em junho de 2013 para o Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial da ONU; Paulo de Tarso Vannuchi, eleito também em junho de 2013 para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos; e Renato Zerbini Ribeiro Leão ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, em abril de 2014. Destacam-se também a exitosa organização, em Brasília, da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, em outubro de 2013, do Fórum Mundial de Direitos Humanos, em dezembro de 2013, e do XXI Congresso Panamericano da Criança e do Adolescente, em dezembro de 2014, bem como o engajamento brasileiro no processo de revisão dos 20 anos do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo+20), ao longo de 2013 e 2014, na 6ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, em outubro de 2014, na Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas realizada em Nova York em setembro de 2014, no processo que levou ao lançamento da Década Internacional dos Afrodescendentes e da Década dos Afrodescendentes



Latinoamericanos e Caribenhos, e ainda nas negociações que culminaram com a adoção da Convenção Interamericana contra o Racismo a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância e da Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância, e de importantes resoluções nas Nações Unidas sobre o direito à privacidade na era digital e os direitos das pessoas LGBT.

Metas 2012-2015

- **Assinar o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**

Análise Situacional da Meta

Foi incluída, entre as recomendações parcialmente aceitas pelo Brasil como resultado da avaliação a que o país foi submetido pelo mecanismo de revisão periódica universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em maio de 2012, "dar início a consultas com os órgãos federais e conselhos dotados de competência sobre matérias relativas à promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais, com vistas à possível assinatura do referido Protocolo Facultativo". As referidas consultas foram iniciadas em outubro de 2013, em diálogo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, junto ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), o qual emitiu resolução favorável à assinatura e à posterior ratificação daquele instrumento.

- **Elaborar critérios e procedimento de natureza pública para a seleção de candidatos brasileiros a órgãos de tratados de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA)**

Análise Situacional da Meta

O governo brasileiro tem buscado conferir primazia ao critério da qualificação no processo de seleção de candidatos brasileiros a órgãos de tratados de direitos humanos da ONU e da OEA, buscando identificar os potenciais candidatos por meio de diálogo entre órgãos governamentais, conselhos nacionais e organizações do terceiro setor dedicadas aos temas de direitos humanos. As decisões acerca do lançamento de candidaturas pelo Brasil a órgãos de tratados de direitos humanos têm se nutrido de sugestões emanadas e do apoio prestado por esses conselhos e organizações.

- **Elaborar sítio eletrônico para a difusão permanente e atualizada de informações sobre temas de direitos humanos e política externa**

Análise Situacional da Meta

A necessidade de difusão de informações sobre a política externa em direitos humanos está, no momento, sendo atendida por meio da disposição dessas informações no portal do Ministério das Relações Exteriores e em sítios eletrônicos geridos pelas Delegações do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra e em Nova York, assim como pelo atendimento a pedidos específicos de informação, apresentados ao amparo da Lei de Acesso à Informação. Em coordenação com a área técnica competente, foi atualizada a seção do portal do Ministério relativa a direitos humanos. O governo brasileiro tem lançado mão, igualmente, das redes sociais para difundir informações sobre a política externa em direitos humanos.

- **Organizar a Conferência Mundial sobre Trabalho Infantil, no Brasil em 2013**

Análise Situacional da Meta

O país sediou em Brasília, de 8 a 10 de outubro de 2013, a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil (CGTI). Apoiado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o evento contou com a participação de 155 delegações governamentais (36 lideradas por ministros), compostas por representantes de governos, trabalhadores, empregadores e/ou sociedade civil. As plenárias contaram com a presença da Presidenta da República, Dilma Rousseff, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de ministros brasileiros. A conferência adotou a Declaração de Brasília sobre o Trabalho Infantil, que reconhece o problema como global, reafirma a busca da eliminação das piores formas de trabalho infantil até 2016 e o compromisso de continuar as ações nacionais até a sua completa erradicação, sob a liderança dos governos e com apoio de trabalhadores, empregadores e sociedade civil. A Conferência de Brasília foi um passo decisivo no sentido da consolidação do conceito de erradicação sustentável do trabalho infantil. A Declaração de Brasília foi endossada pelo Conselho de Administração da OIT durante sua 320ª Sessão (Genebra, 13-27/mar/2014),



ocasião em que se solicitou sua integração ao Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC). O IPEC é o maior programa operativo individual da OIT.

- **Promover o credenciamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos junto ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos como "Instituição Nacional Brasileira", conforme os "Princípios de Paris"**

Análise Situacional da Meta

O credenciamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos junto ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH) depende da consolidação de sua estrutura, conforme dispõe a Lei 12.986, de 2 de junho de 2014. Já havendo sido escolhidos os membros da sociedade civil que compõem o Conselho, o órgão encontra-se em fase de estruturação e definição dos membros de suas comissões e grupos de trabalho. Na medida em que avançar em sua consolidação, será dado prosseguimento ao processo de adequação de seus métodos de trabalho aos "Princípios de Paris", conforme previsto naquele instrumento legal, e de cuja observância depende o seu credenciamento como "Instituição Nacional Brasileira". O Conselho deverá submeter memoriais ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em que apresentará descrição minuciosa de seu marco legal e institucional, além de suas atividades, com vistas ao credenciamento do órgão como instituição nacional de direitos humanos.



PROGRAMA: 2043 - Integração Sul-Americana

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Chegada de turistas provenientes da Argentina ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	1.399.592	31/12/2013	1.711.491
Chegada de turistas provenientes da Bolívia ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	99.359	31/12/2013	95.028
Chegada de turistas provenientes da Colômbia ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	85.567	31/12/2013	116.461
Chegada de turistas provenientes da Guiana ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	5.236	31/12/2013	4.286
Chegada de turistas provenientes da Venezuela ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	51.186	31/12/2013	68.309
Chegada de turistas provenientes do Chile ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	200.724	31/12/2013	268.203
Chegada de turistas provenientes do Equador ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	23.095	31/12/2013	29.324
Chegada de turistas provenientes do Paraguai ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	194.340	31/12/2013	268.932
Chegada de turistas provenientes do Peru ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	81.020	31/12/2013	98.602
Chegada de turistas provenientes do Suriname ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	2.930	31/12/2013	3.430
Chegada de turistas provenientes do Uruguai ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	228.545	31/12/2013	262.512
Corrente de Comércio Brasil-Argentina	US\$ milhão por ano	31/12/2010	32.957	31/12/2014	28.425
Corrente de Comércio Brasil-Bolívia	US\$ milhão por ano	31/12/2010	3.396	31/12/2014	5.428
Corrente de Comércio Brasil-Chile	US\$ milhão por ano	31/12/2010	8.362	31/12/2014	9.008
Corrente de Comércio Brasil-Colômbia	US\$ milhão por ano	31/12/2010	3.275	31/12/2014	4.099
Corrente de Comércio Brasil-Ecuador	US\$ milhão por ano	31/12/2010	1.035	31/12/2014	964,953
Corrente de Comércio Brasil-Guiana	US\$ milhão por ano	31/10/2010	28,4	31/12/2014	27,364
Corrente de Comércio Brasil-países da América do Sul	US\$ milhão por ano	31/12/2010	62.995	31/12/2014	66.611
Corrente de Comércio Brasil-países do MERCOSUL	US\$ milhão por ano	31/12/2010	39.221	31/12/2014	43.498
Corrente de Comércio Brasil-Paraguai	US\$ milhão por ano	31/12/2010	3.159	31/12/2014	4.403
Corrente de Comércio Brasil-Peru	US\$ milhão por ano	31/12/2010	2.928	31/12/2014	3.531
Corrente de Comércio Brasil-Suriname	US\$ milhão por ano	31/12/2010	63,6	31/12/2014	47,088
Corrente de Comércio Brasil-Uruguai	US\$ milhão por ano	31/12/2010	3.105	31/12/2014	4.863

**Plano
Mais Brasil**

Corrente de Comércio Brasil-Venezuela	US\$ milhão por ano	31/12/2010	4.687	31/12/2014	5.806

Observações:

Corrente de Comércio Brasil-países do MERCOSUL - Inclui Venezuela.

OBJETIVO: 0406 - Promover a cooperação com os países da América do Sul, com vistas à construção de uma visão compartilhada em matéria de defesa e segurança regional, à integração das indústrias nacionais de defesa e ao fortalecimento das medidas de fomento à confiança.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2014, o Brasil foi responsável por sete eventos no âmbito do Conselho de Defesa Sul-americano:

Na área de Política de Defesa, houve a continuação do Grupo de Trabalho formulado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) para o monitoramento de áreas especiais. Ocorreu no período de 22 a 26 de setembro – Belém-PA – o Workshop BRASIL SURINAME, com palestras, oficinas e debates com o objetivo de compartilhar conhecimento e experiências do CENSIPAM nas áreas de meteorologia e clima, sensoriamento remoto, hidrometeorologia e repressão a ilícitos.

Ocorreu, ainda, o Seminário Sul-americano sobre Mobilização Nacional. A iniciativa foi realizada nas instalações da Escola Superior de Guerra (ESG) no Rio de Janeiro - RJ, no período de 15 a 18 SET e contou com a participação de representantes dos países membros da UNASUL inclusive como palestrantes, e de representantes governamentais integrantes do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB).

Outra iniciativa no âmbito do Conselho foi o Grupo e Trabalho instituído para estudar a criação de uma comissão de assessoramento ao CDS.

A primeira reunião ocorreu durante os dias 5 e 6 de junho, no Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica (CEMCOHA), em Salvador, BA. Uma segunda reunião, no dia 20 de novembro, ocorreu de forma virtual, e houve consenso entre as delegações sobre a criação da comissão, assim como, a continuação das tratativas de seu estabelecimento durante o ano de 2015.

Na área de Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz, ocorreu a continuação do Grupo de Trabalho formado para estabelecer o mecanismo de resposta aos desastres naturais, com acesso via Internet, utilizando o Protocolo de Cooperação e disponibilizando o Inventário de Capacidades de Defesa dos Estados Membros do CDS. O modelo de Inventário de Capacidades foi estabelecido pelo Grupo de Trabalho durante a reunião realizada nos dias 9 e 10 de setembro, na cidade de Salvador, BA e aprovado na Reunião da Instância Executiva do CDS, realizada em Montevideu - Uruguai, nos dias 10 e 11 de dezembro de 2014.

Ocorreu, ainda, um Workshop sobre Operações de Paz – Lições Aprendidas e Perspectivas - no período de 17 a 19 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro. O evento possibilitou conhecer as posições de cada país integrante do CDS em relação às Operações de Manutenção de Paz e Ajuda Humanitária. Os debates abordaram aspectos nos níveis político-estratégicos, operacional e tático.

Já no escopo de Indústria e Tecnologia de Defesa, ocorreu a continuação do Grupo de Trabalho constituído por especialistas com o propósito de apresentar o desenho, desenvolvimento e a produção regional de um sistema de



aeronaves não tripuladas (VANT REGIONAL).

Para o ano de 2014, tinha sido planejada a realização de duas reuniões.

A primeira delas, realizada em Brasília, de 2 a 4 de setembro, permitiu a elaboração e aprovação dos Requisitos Operacionais do projeto conjunto.

A segunda reunião realizada de 25 a 28 de novembro, em Salvador, BA, teve o propósito de elaborar os Requisitos Técnicos para o sistema, tendo como base os Requisitos Operacionais aprovados na reunião anterior. Ao fim de quatro dias de reunião do GT, o objetivo foi atingido, destacando-se a efetiva participação das delegações de todos os países integrantes do CDS.

Por fim, no campo de Formação e Capacitação ocorreu o III Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (III CAD-SUL) para altos funcionários (civis e militares) dos Ministérios de Defesa

Ocorreu no período de 9 de setembro a 6 de novembro, nas dependências da ESG - RJ. A 3ª versão do CAD-SUL procurou desenvolver aspectos comuns de integração entre os países que fazem parte da UNASUL, fomentando o conhecimento entre os Estados-Membros de seus enfoques, avanços e perspectivas no âmbito da Defesa.

Metas 2012-2015

• **Ampliar a cooperação militar, de pesquisa e de desenvolvimento com os países da América do Sul, colaborando com o fortalecimento do Brasil no cenário internacional, de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, durante uma reunião do CDS, por meio de uma iniciativa do Ministério da Defesa do Brasil foram iniciadas as tratativas entre os países para se gerar a configuração de um sistema de um Veículo Aéreo Não-Tripulado (VANT) que atendesse aos interesses dos países da UNASUL. No estudo realizado em 2012, sob a abordagem exclusivamente técnica, não foi possível chegar a uma configuração que atendesse aos diversos requisitos iniciais apresentados pelos Estados-partes. Assim, na atividade do Plano de Ação – 2013 buscou-se a flexibilização dos requisitos para a obtenção de um consenso quanto aos Requisitos Operacionais de um VANT que possa atender às necessidades dos Países da UNASUL, a ser desenvolvido e produzido regionalmente. O Plano de Ação CDS de 2013 previu a realização de duas reuniões em Brasília. A primeira reunião, realizada em 8 e 9 de agosto, revelou o apoio inequívoco ao projeto conjunto, por parte de todas as delegações presentes. As discussões realizadas levaram à caracterização de duas vertentes: uma delas correspondente a uma aeronave de porte mediano para pequeno e outra de porte maior. Na segunda reunião foi deliberado que o projeto prosseguirá com as características do modelo de porte mediano, as quais foram quantificadas. No ano de 2014 foi planejada a realização de duas reuniões. A primeira delas realizou-se em Brasília, de 2 a 4 de setembro, permitiu a elaboração e aprovação dos Requisitos Operacionais do projeto conjunto. A segunda reunião realizada de 25 a 28 de novembro, em Salvador, BA, teve o propósito de elaborar os Requisitos Técnicos para o sistema, tendo como base os Requisitos Operacionais aprovados na reunião anterior. Ao fim de quatro dias de reunião do GT, o objetivo foi atingido, destacando-se a efetiva participação das delegações de todos os países integrantes do CDS. Para 2015, estão previstos serem acordados os Requisitos Logísticos e Industriais do sistema, os quais serão estipulados após a definição da estrutura empresarial que será adotada para o empreendimento.

• **Consolidar o Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED/CSD)**

Análise Situacional da Meta

Em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado e designado pelo CDS para o ano de 2014, o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa produziu o Registro Sul-Americano de Gastos de Defesa, referente ao quinquênio 2006 a 2010. Ressalta-se que os delegados brasileiros tiveram a seu encargo a compilação dos dados e a confecção gráfica desse



documento. Além disso, produziram também a preparação de uma metodologia padronizada para transparência do Inventário Militar da região, tendo sido finalizado o trabalho do Grupo de Trabalho constituído para esta finalidade e entregue ao CEED-CDS. Cita-se, ainda, o estudo das definições e Conceitos de Segurança e Defesa na região, documento em elaboração com base nas matrizes de respostas de todos os países membros. Já no que se refere à Política de Gênero – a mulher no âmbito da Defesa, tarefa recentemente atribuída ao CEED (2013), os trabalhos se desenvolvem com base na matriz que foi enviada e respondida pelos países membros. O Brasil já retornou satisfatoriamente as questões demandadas. Quanto ao Estudo Prospectivo América do Sul 2025, está em andamento a análise do uso e da demanda de recursos estratégicos na região, assim como das reservas existentes.

• **Estabelecer acordos com os países da América do Sul que possibilitem a integração das indústrias regionais de produtos de defesa, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Defesa participa do Projeto do Avião de Treinamento da UNASUL, envolvendo suas indústrias em parceria com demais países da América do Sul (Argentina, Equador e Venezuela).

Em 2012 foram realizadas três reuniões presenciais, Córdoba, Bariloche e Buenos Aires, respectivamente. Durante a VII Reunião da Instância Executiva, na cidade de Lima, em 27 de novembro de 2012, foi proposto que a atividade continuasse como um Projeto do CDS, devido à importância do tema. Na IV Reunião Ordinária do CDS, também realizada na cidade de Lima, no dia 28 de novembro de 2012, foi aprovada a proposta do projeto, desenvolvimento e produção regional. Também decidiu-se pela criação de um comitê consultivo a fim de elaborar o modelo societário de um consórcio industrial para a continuação do Projeto.

Para que não ocorresse descontinuidade nos trabalhos, foi assinado, em novembro de 2013, o Acordo de Participação Conjunta (APC), documento que estabeleceu um acordo pré-constituente da S/A entre as futuras empresas participantes dessa sociedade.

Em fevereiro de 2014, ocorreu uma reunião que tratou elementos essenciais para a continuação e sucesso do Projeto, a saber: Estatuto do Comitê Consultivo (CC), que foi criado como um fórum de caráter estratégico e possui a função de governança do Projeto, agregando os diversos países na condução de pautas que levarão à execução das decisões de caráter político, emanadas do CDS; e elaboração do Instrumento Marco (IM), que é o documento legal, que todos os países da UNASUL assinarão, afirmando seu apoio político ao esforço de execução do Programa EPB-UNASUL I. Como parte desse documento, constará um anexo em que somente os países que efetivamente participam desse Programa, Argentina, Brasil, Equador e Venezuela, assinarão sua participação nos trabalhos de desenvolvimento e produção da aeronave.

• **Implementar os Planos de Ação definidos no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CSD)**

Análise Situacional da Meta

O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) já consolidou cinco planos de ação em 2009, 2010-2011, 2012-2013 e 2014. No final de 2014, estabeleceu seu sexto Plano de Ação. Os Planos de Ação são construídos em cima de quatro ideias-força, denominadas eixos temáticos. Os eixos são: Política de Defesa; Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz; Indústria e Tecnologia de Defesa; e Formação e Capacitação. Cabe ressaltar que o Plano de Ação em 2015 lista 27 atividades a serem executadas, sendo 6 de responsabilidade de execução pelo Brasil. Todas elas estimulam a cooperação entre os países do nosso entorno regional e fomentam o desenvolvimento dos quatro eixos temáticos. Como exemplos de ações desenvolvidas no Plano de Ação 2014, destaca-se o Seminário Regional de Defesa Cibernética que, ocorreu no período de 14 a 16 de maio de 2014, em Buenos Aires, Argentina. O evento teve por objetivo gerar informações e capacidades para enfrentar os desafios das ameaças cibernéticas no âmbito da Defesa.



Foram apresentados temas de grande importância para o setor cibernético, com destaque para segurança da informação e comunicações, proteção de infraestruturas críticas, regulação de aspectos legais e técnicos, software livre e computação em nuvem. Além disso, em junho de 2014, na cidade de Buenos Aires, ocorreu a Conferência “La Defensa y los Recursos Naturales” e a II Reunião para Formular um Diagnóstico para Propor Mecanismos de Cooperação em Matéria de Proteção e Defesa dos Recursos Naturais. Esta reunião teve os seguintes objetivos: propiciar o intercâmbio de informações acerca da situação e potencial dos recursos estratégicos regionais e o papel da Defesa, com vistas a estabelecer uma visão comum da UNASUL neste âmbito estratégico; fomentar o debate por parte dos Ministros, Vice-ministros e altos funcionários, a fim de identificar as diretrizes que o setor de Defesa poderia adotar para a preservação e proteção dos recursos estratégicos, como contribuição deste setor para o desenho de uma estratégia integral sul-americana sobre os recursos naturais; e formular conclusões, recomendações e propostas de alcance regional em relação à defesa dos recursos estratégicos naturais na UNASUL. Já sob responsabilidade do Brasil, durante os dias 5 e 6 de junho de 2014, ocorreu no Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica (CEMCOHA), em Salvador, BA, a reunião da atividade 1.j do Plano de Ação 2014, do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS). A proposta inicial apresentada pela Delegação Brasileira considerava a apresentação à Instância Executiva do CDS de um projeto de estabelecimento de uma comissão permanente de assessoramento, com os seguintes objetivos: construção da confiança; assessoramento dinâmico ao Conselho de Ministros; troca de informações e harmonização de posições, de modo a cooperar com o desenvolvimento de atividades estabelecidas no Plano de Ação; acompanhamento das conjunturas regional e internacional relativas a temas de defesa, de forma contínua e dinâmica; intercâmbio de informações sobre operações militares, projetos em desenvolvimento, inteligência militar e documentos de defesa; intercâmbios entre as Forças Armadas dos Estados-membros, para treinamento e capacitação; troca de informações e harmonização de posições, em preparação para atividades multilaterais na área de defesa; e facilitação de iniciativas relativas ao setor de produtos de defesa. Ocorreu, ainda, o Exercício Combinado Regional na Carta Sobre Operações de Manutenção de Paz (UNASUL IV / 2014), executado por meio de um exercício de Posto de Comando, no período de 3 a 7 de novembro de 2014, simulando a participação de um componente militar do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS). Já no período de 4 de agosto a 19 de novembro ocorreu em Buenos Aires, Argentina, o III Curso Sul-Americano de Formação de Civis em Defesa sob a responsabilidade do Ministério da Defesa daquele país, com a participação e condução da Escuela de Defensa Nacional (EDENA) e da Universidad Nacional de la Patagonia Austral, e foi desenvolvido em duas modalidades, uma virtual e uma presencial.

OBJETIVO: 0765 - Estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na Faixa de Fronteira, por meio de políticas públicas que tenham em conta sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração regional sul-americana, com vistas a reduzir a vulnerabilidade das populações fronteiriças, sobretudo no fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos e na promoção do acesso a políticas sociais.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira requer articulação institucional, já que tal objetivo envolve extenso rol de ações que estão sob a responsabilidade de diversos órgãos da federação. Com tal finalidade, criou-se, em 2010, a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF, coordenada pelo Ministério da Integração Nacional.

Ao longo de 2011 e 2012, estimulados pela CDIF, os 11 Estados da Federação localizados na faixa de fronteira criaram seus Núcleos Estaduais de Fronteira, com estrutura semelhante a da CDIF.

Até o final de 2014, o Ministério da Integração Nacional - MI organizou 4 (quatro) encontros nacionais, um a cada ano, com os Núcleos Estaduais de Fronteira.



Até o final de 2014, estimulados pelo MI, 10 (dez) desses Estados haviam elaborado Planos de Desenvolvimento e Integração de suas Faixas de Fronteira – PDIFs.

Ao longo do ano de 2014 buscou-se identificar uma agenda federal de trabalho para a faixa de fronteira considerando, principalmente, os investimentos da União em curso e/ou previstos e as demandas dos PDIFs.

Nesse sentido, ao longo do primeiro semestre, o Ministério da Integração Nacional elaborou uma proposta de priorização das cidades-gêmeas no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, que poderá compor a nova versão do PAC, prevista para 2015. A relação oficial de cidades-gêmeas nacionais foi estabelecida por meio da Portaria do Ministério da Integração Nacional Nº 125, de 21 de março de 2014.

Na escala local/regional, o meio geográfico que melhor caracteriza a faixa de fronteira, a partir das premissas acima, é aquele formado pelas cidades-gêmeas.

Estes adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira, seca ou fluvial, caracterizam-se pela integração econômica, cultural e física, esta última expressa por um processo de conurbação que, em muitos casos, já está consolidado. Além disso, essas cidades são manifestações condensadas dos problemas específicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Essas cidades são, naturalmente, o alvo prioritário de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico e social integrado. A concentração de efeitos territoriais nas cidades-gêmeas e a extensão desses efeitos numa distância indeterminada rumo ao interior de cada território nacional têm implicações práticas para a atuação do Estado.

Com relação à estruturação e integração de Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira, não há, no âmbito da CDIF, uma agenda para uma intervenção mais estruturada do estado na região. Existem iniciativas isoladas de órgãos federais ligados ao tema, que utilizam recursos provenientes de outros programas governamentais.

Metas 2012-2015

• Desenvolver cursos e implementar Institutos de Educação Profissional e Tecnológica ao longo da Faixa de Fronteira brasileira, com oferta compartilhada de vagas entre brasileiros e estrangeiros

Análise Situacional da Meta

No âmbito desta meta, há ações dos Institutos Federais, em sua oferta regular, e do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec.

A rede federal voltada para a educação profissional, científica e tecnológica presta um importante serviço à nação ao qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, ao realizar pesquisas e ao desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo. Dos 588 municípios localizados na faixa de fronteira, 44 possuem Institutos Federais – IFs, com 11 institutos no Arco Norte (distribuídos nos estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre, com 07 institutos no Arco Central (entre os estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e 25 institutos no Arco Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Para a faixa de fronteira, o projeto de criação dos Institutos Federais tem ainda o objetivo de contribuir para a integração do Brasil com os outros países da América do Sul.

Os cursos, para esses institutos, são planejados de acordo com as necessidades regionais e a oferta de vagas é compartilhada entre brasileiros e estrangeiros oriundos dos países vizinhos.

Atualmente, 5 Institutos Federais localizados na faixa de fronteira (IFAM / IFMT/ IFPR / IF Farroupilha / IF Sul) oferecem vagas a estudantes estrangeiros como forma de implementar as ações para a criação de cursos binacionais. No entanto, só o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, localizado em Santana do Livramento, fronteira com o Uruguai, funciona plenamente ofertando curso binacional em parceria com a Universidad Del Trabajo Del Uruguay (CETP



UTU).

No Campus Avançado de Santana do Livramento, é oferecido o curso técnico em Informática para Internet, com 40 vagas. Dessas, 50% são destinadas para alunos brasileiros e 50% para alunos uruguaios.

Na Escola Técnica Superior de Rivera CETP-UTU, no Uruguai, é oferecido o curso técnico em Controle Ambiental, com 30 vagas, das quais 50% são destinadas para uruguaios e 50% para brasileiros.

O programa abre oportunidades de trabalho e estágio para os alunos em ambos os países. O IFSul é responsável pela seleção dos alunos brasileiros e a UTU pelos alunos uruguaios.

A parceria entre o IFSul e a UTU é uma cooperação internacional inédita, que atende a uma necessidade comum da zona fronteira, tornando igualitário o acesso à qualificação profissional e possibilitando a integração entre ambos os países.

O ineditismo reside no fato de que os diplomas dos cursos ofertados são automaticamente reconhecidos por ambos os países, permitindo que o profissional atue em qualquer um deles sem a necessidade de revalidar seu diploma.

Como ação complementar, em 2013, foi criado o Núcleo Estruturante dos Institutos Federais de Fronteira – NIFF, que trabalha no modelo rotativo e promove informação e atualização aos 12 Institutos Federais que atuam nos 11 estados da fronteira terrestre do Brasil.

No âmbito do Pronatec, também em Santana do Livramento são oferecidos cursos de formação inicial e continuada nas áreas de Montagem e Manutenção de Computadores e de Recepcionista. Estes cursos atendem brasileiros e uruguaios, desde que tenham CPF para a matrícula.

A oferta compartilhada entre instituições de diferentes países envolve um processo de negociação complexo, que compreende legislação, currículos, métodos de seleção e a legalidade dos diplomas para os estudantes de ambos os países. Há, ainda, questões legais que envolvem a contratação de professores e a matrícula de alunos estrangeiros no âmbito do Pronatec.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

30/06/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	0	30/06/2014
Região Norte	5	unidade	0	30/06/2014
Região Sul	4	unidade	3	31/12/2013

• Estruturar e integrar Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira, conforme as potencialidades identificadas na Região

Análise Situacional da Meta

O governo brasileiro, por meio do Ministério da Integração, ao longo de 2013, por meio de recursos provenientes do Programa 2029, investiu na faixa de fronteira cerca de R\$10,8 milhões em fruticultura (região Sul), piscicultura e aquicultura (região Norte), erva-mate e agricultura familiar (região Centro-Oeste). Além disso, o governo está desenvolvendo o programa Rotas de Integração Nacional, um programa de estruturação de cadeias produtivas. O Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC, por sua vez, não desenvolve nenhuma ação direta nos APL transfronteiriços, porém estimula e acompanha as ações dos Núcleos Estaduais - NE, auxiliando-os no contato e mobilização das instituições representantes do GTP APL, para desenvolvimento de projetos de apoio aos APL. Nesse sentido, o MDIC apoiou os NE em 3 ações de capacitação na fronteira, conduzidas por representantes do GTP APL:

1. Arranjos Produtivos Locais (APLs) do leite da região central e da fronteira de Mato Grosso do Sul: em março de 2014, foram doados 78 veículos, 77 resfriadores e 500 kits de irrigação adquiridos por meio de um empréstimo do BNDES ao NE, 150 ordenhadeiras provenientes do MDA, além de capacitação de 100 técnicos pela Embrapa Gado de Leite, em Coronel Pacheco - MG, por 11 dias.

2. APL de Ovinocultura de Ponta Porã: cerca de 15 produtores da agricultura familiar rural e trabalhadores rurais



participaram do 1º Curso de Manejo Básico de Ovinocultura, realizado em Ponta Porã pela Embrapa, em 20 de setembro de 2013. O curso teve o objetivo de capacitar os participantes sobre o manejo alimentar, sanitário e reprodutivo de ovinos.

3. Arranjo Produtivo do Leite (APL) de Santana do Livramento:

Nos dias 3 e 4 de outubro de 2013, foi realizado o 5º Seminário Rumos da Bacia Leiteira, no Salão de Atos da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Durante o evento, a Embrapa realizou cursos de capacitação de produtores e técnicos, sobre cooperativismo, manejo vacinal, recria, entre outros.

Pela Suframa, em 2013, foram desenvolvidas ações para a realização da meta de estruturação e integração de APL em Faixa de Fronteira nos Estados do Acre e Roraima, tendo sido aprovados 4 (quatro) projetos de apoio à produção agrícola e 2 (dois) projetos de infraestrutura econômica, que serão viabilizados na proporção da disponibilidade de cota orçamentária, por meio de Transferências Voluntárias de Recursos na modalidade Contratos de Repasse. O processo de contratação com os entes apoiados está sendo operacionalizado pela Caixa Econômica Federal – CEF.

Ainda, reiteramos que em decorrência da revisão do PPA ocorrida em 2012, esta atividade está sendo desenvolvida no âmbito do Programa Temático 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.

Desta forma, segundo informações apresentadas, a meta acumulada é conforme a seguir:

Quantidade alcançada 2012: 0

Quantidade alcançada 2013: 7 (3 Região Norte, 2 Região Centro-Oeste, 2 Região Sul)

Quantidade alcançada 2014: 1 (1 Região Centro-Oeste)

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

30/06/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	3	30/06/2014
Região Norte	7	unidade	3	30/06/2014
Região Sul	6	unidade	2	30/06/2014

OBJETIVO: 0796 - Promover a implementação das Áreas de Controle Integrado (ACIs) na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL, por meio da modernização e aprimoramento, dotando-as de adequada infraestrutura, recursos humanos, financeiros e tecnológicos, de forma a simplificar os trâmites aduaneiros.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Em reunião da UNASUL, foi estabelecido que o Brasil priorizaria quatro pontos de fronteira para melhoria das condições de infraestrutura, lato senso. Este projeto está sendo implementado. Não houve evolução no ano de 2014.

Metas 2012-2015

• Implementar efetivamente o controle integrado em 10 ACIs

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi implantada de forma parcial a ACI/Cargas em Artigas (Uruguai), que faz divisa com Quaraí (Brasil). A Receita Federal do Brasil ainda não pode dispor de um Auditor (AFRFB) durante todo o dia naquela ACI. O Ministério da Agricultura envia um Fiscal Agropecuário de Santana do Livramento duas a três vezes por semana



(alternadamente). A Agência de Vigilância Sanitária e a Polícia Federal não têm representação por falta de mão de obra e por questão envolvendo porte de arma no país limítrofe.

A permanência das condições atuais que envolvem questões institucionais coloca dificuldades ao cumprimento da meta prevista para 2015. São elas: falta de mão de obra dos órgãos intervenientes nas ACI; questão envolvendo o controle migratório pelo DPF; e necessidade de renegociar, entre outras, as cabeceiras em ACIs previstas em Resolução do MERCOSUL e a cabeceira de ACI com o Peru. A RFB está dando prosseguimento ao projeto.

Durante o ano de 2013, não houve evolução significativa na implantação de novas ACI's ou melhorias nas já existentes. A criação e a operacionalização das ACI's não decorrem exclusivamente da vontade da RFB, mas dependem também dos demais órgãos necessários a seu funcionamento, os quais enfrentam dificuldades na alocação de servidores nas localidades de fronteira. Sem o foco comum nesse problema o alcance da meta pretendida é prejudicado.

Sem evolução durante o ano de 2014.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0883 - Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Com a criação em 2012 do Grupo de Alto Nível Brasil - Uruguai (GAN), foi dada ênfase à Integração Produtiva bilateral, que tem como foco inicial os setores Eólico, Naval e Automotivo. Nesses setores, as negociações vêm avançando de forma mais rápida, mas sua efetivação está condicionada principalmente a aspectos normativos nacionais. Foi estabelecido Plano de Ação com prazos, objetivos e metas, aprovadas pelos Ministros de Relações Exteriores de Brasil e Uruguai. As negociações evoluíram para a celebração de acordo de integração produtiva bilateral do setor de naval e offshore, no âmbito do ACE-02 Brasil/Uruguai. As negociações nos demais setores elencados continuam.

Não houve avanço significativo na criação do Observatório Mercosul de APL, no âmbito do Grupo de Integração Produtiva do Mercosul (GIP), em função do entendimento brasileiro de que os APLs, por conta de particularidades regionais, terão maior possibilidade de sucesso se forem manejados de maneira bilateral com os países vizinhos. Nesse sentido, foi firmada parceria em 8 de abril de 2014, entre o MDIC e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mediante Termo de Execução Descentralizada, para que o Instituto (IPEA) avalie o potencial de complementariedade produtiva nos setores naval fluvial, complexo fertilizantes/soja e granito no norte do Brasil e Sul da Venezuela.

Tal avaliação servirá de fundamento para políticas públicas e ações governamentais concertadas entre ambos os países. Foi necessário que o IPEA selecionasse pesquisador, por meio de Chamada Pública, para realização desse estudo (PROCIN nº 001/2014 - Projeto " Avaliação e Estudo dos Setores Naval Fluvial, Complexo Soja/Fertilizantes e Granito no Norte do Brasil e Sul da Venezuela", cujo resultado final foi publicado no D.O.U de 01/07/2014).

Metas 2012-2015

• Desenvolver dois projetos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no MERCOSUL

Análise Situacional da Meta



No primeiro Encontro Setorial de Integração Produtiva, realizado em 22 de outubro de 2014, no Uruguai, com a participação das Câmaras Setoriais de Metalmeccânico, Químico, Plástico e Têxtil, foram definidas ações a serem implementadas em 2015, incluindo a organização de encontros empresariais para a identificação de projetos. Assim, essa meta tem grande chance de ser alcançada ainda no período deste PPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Implementar o Fundo MERCOSUL de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas**

Análise Situacional da Meta

O Conselho do Mercado Comum (CMC) aprovou a criação de um Fundo de Garantias para apoiar as PME's do MERCOSUL envolvidas em processos de integração produtiva.

Em 2012, com apoio do Grupo de Integração Produtiva do Mercosul (GIP), o Grupo Técnico Mercosul trabalhou na regulamentação do Fundo, que culminou com a aprovação, pelo CMC, das Decisões 46/12 – Regulamento FMPME e 47/12 – Regulamento FMPME – Aspectos Operativos.

Uma vez criado e regulamentado, consideramos implementado o Fundo, dando cumprimento a essa meta. O registro de cumprimento da meta ocorreu em 31/12/2013.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0940 - Incentivar a construção de um espaço regulatório e econômico integrado na América do Sul, por meio do adensamento, da convergência, do aprofundamento e da ampliação dos acordos firmados pelo Brasil, em conjunto com o MERCOSUL ou em separado, no marco institucional da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), com vistas a conferir fluidez ao intercâmbio de bens e serviços na região.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A construção de um espaço regulatório e econômico integrado na América do Sul avança de forma gradual, tendo como foco de irradiação o MERCOSUL. Em 2012, a Venezuela aderiu ao MERCOSUL e a Bolívia assinou o Protocolo de Adesão ao Bloco. O Equador prossegue nas conversações com vistas a aderir ao Bloco. Em 2013, foram assinados Acordos Quadro de Associação MERCOSUL-Guiana e MERCOSUL-Suriname, que deverão ensejar negociação de acordos comerciais entre o MERCOSUL e os novos Estados Associados ao amparo do artigo 25 do Tratado de Montevideu de 1980. No primeiro semestre de 2015, o Brasil assumiu a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL, que durará um semestre.

Metas 2012-2015

• **Aprofundar as preferências tarifárias no ACE-58 e no ACE-59**

Análise Situacional da Meta

Os Acordos de Complementação Econômica (ACE) têm por objetivo impulsionar o desenvolvimento dos países-membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) mediante a complementaridade dos sistemas produtivos da região. Podem ser mais abrangentes, incluindo todo o universo tarifário, ou abarcar um número menor de produtos. Os ACEs comportam sistemas de integração sub-regional (como o MERCOSUL e a Comunidade Andina das



Nações), acordos de livre comércio, como também simples acordos de preferências tarifárias fixas.

No ACE-58 (MERCOSUL-Peru), o aprofundamento das preferências tarifárias entre 2012 e 2015 seguiu o cronograma previsto no acordo e alcançou a liberalização de 83,6% dos produtos brasileiros exportados para o Peru. No ACE-59 (MERCOSUL-Venezuela, Colômbia e Equador), o cronograma de desgravação também foi aprofundado, atingindo o patamar de 80% dos produtos brasileiros exportados à Colômbia e 83% dos produtos exportados ao Equador.

O Brasil apresentou proposta de aceleração dos cronogramas de desgravação à Colômbia em reunião do ACE-59, em outubro de 2014, e ao Peru em reunião com o Vice-Ministro de Comércio Exterior, em novembro de 2014.

- **Concluir a negociação do Acordo Bilateral sobre Investimentos entre Brasil e Chile**

- **Análise Situacional da Meta**

- O Brasil prepara contraproposta à atual minuta do Acordo Bilateral sobre Investimentos com o Chile, na linha das novas orientações da CAMEX que pautam as negociações de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) que o Brasil mantém com alguns países africanos. Em outubro de 2014, o Brasil apresentou as linhas gerais do modelo de ACFI às autoridades chilenas. Os dois lados comprometeram-se a continuar trocando informações no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Investimentos.

- **Concluir a negociação do Protocolo sobre Comércio de Serviços entre MERCOSUL e Colômbia, no ACE-59**

- **Análise Situacional da Meta**

- A negociação do Protocolo sobre Comércio de Serviços entre MERCOSUL e Colômbia estava suspensa para reavaliação da posição brasileira desde 2011. Em 2013, o Brasil apresentou nova proposta de tratamento tributário no Acordo à contraparte colombiana. Em abril de 2014, a Colômbia apresentou contraproposta de redação, a qual se encontra sob análise do Governo brasileiro.

- **Incorporar compras governamentais no âmbito dos ACEs ou bilateralmente**

- **Análise Situacional da Meta**

- O tema está sob negociação no MERCOSUL. Apenas após a conclusão da negociação no MERCOSUL, deverá ser negociado no âmbito dos Acordos de Complementação Econômica.

- **Incorporar investimentos no âmbito dos ACEs ou bilateralmente**

- **Análise Situacional da Meta**

- O tema foi apresentado à Colômbia e ao Peru em visitas chefiadas pelo Secretário de Comércio Exterior/MDIC, em agosto de 2014.

- **Incorporar o Certificado de Origem Digital nos ACEs ou bilateralmente**

- **Análise Situacional da Meta**

- O Certificado de Origem é o documento que identifica a origem de determinado bem para efeitos de concessão de tratamento tarifário preferencial contratual ou autônomo ou para que não se apliquem a uma mercadoria restrições específicas, como as medidas de defesa comercial. Para tanto, o certificado de origem deve ser emitido em conformidade com as regras prescritas por cada Acordo, Sistema Geral de Preferências (SGP) ou legislação pertinente. Com o objetivo de proporcionar maior facilidade e segurança, além de redução de custos nas operações comerciais envolvendo origem, o Brasil participa do Projeto de Certificação de Origem Digital (COD), em conjunto com os demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Ao país exportador, o projeto COD possibilita a emissão de certificados de origem em formatos eletrônicos, e ao país importador possibilita a recepção desses certificados.

- O Brasil já concluiu o desenvolvimento das plataformas de emissão e de recepção do COD e já realizou o registro oficial no Sistema Informático do Certificado de Origem Digital de produção e de provas da ALADI (SCOD). Criou-se, ainda, um foro virtual, no âmbito da ALADI, para discutir as especificações técnicas do referido projeto.

- Já foram aprovados protocolos adicionais que conferem respaldo jurídico à Certificação de Origem Digital no âmbito dos ACEs 18, 35 e 59.



- **Incorporar o comércio de serviços no âmbito do ACE-58 (MERCOSUL-Peru)**

Análise Situacional da Meta

A negociação de Protocolo de Serviços MERCOSUL-Peru no âmbito do ACE-58 depende da conclusão prévia de negociação do Protocolo de Serviços que esse bloco vem mantendo com a Colômbia (ACE-59). Em 2013, o Brasil apresentou nova proposta de tratamento tributário no Acordo à contraparte colombiana. Em abril de 2014, a Colômbia entregou contraproposta de redação, a qual se encontra sob análise do Governo brasileiro.

OBJETIVO: 0941 - Promover o aperfeiçoamento do MERCOSUL, com vistas à consolidação da União Aduaneira, à integração de cadeias produtivas, à redução das assimetrias regionais e à coordenação de políticas econômico-comerciais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A permanência de conjuntura econômica internacional desafiadora impôs a revisão, no MERCOSUL, dos ritmos para a consolidação da União Aduaneira. Nesse contexto, prevaleceram medidas tendentes a resguardar as economias e os mercados domésticos, com vistas a garantir a manutenção dos níveis de atividade e emprego. Além disso, o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, efetivado em agosto de 2012, impôs esforço negociador nos níveis político e técnico, com vistas à incorporação e adequação do novo Estado Parte.

Durante a Presidência Pro Tempore argentina, no segundo semestre de 2014, os Estados Partes discutiram a extensão dos regimes especiais de importação, tema que permanece na agenda por ocasião da Presidência Pro Tempore brasileira, no primeiro semestre de 2015.

Metas 2012-2015

- **Adotar mecanismo de revisão periódica de regulamentos técnicos e de medidas sanitárias e fitossanitárias harmonizados no MERCOSUL**

Análise Situacional da Meta

Em razão de diferenças nos interesses dos Estados Partes, não foi possível, até o momento, contar com mecanismo automático de revisão periódica de regulamentos técnicos (RTM) e medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) harmonizados no MERCOSUL. Não obstante, os RTMs e SPS continuam a ser regularmente revistos, caso a caso, pelas instâncias técnicas responsáveis do Bloco.

- **Concluir a negociação para a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e a implementação do mecanismo de distribuição da renda aduaneira.**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, os trabalhos de implementação da 1ª etapa da eliminação da dupla cobrança da TEC (EDCT) e do mecanismo de distribuição da renda aduaneira se desenvolveram satisfatoriamente. Em dezembro de 2011, no entanto, mudança nos parâmetros adotados pelos países gerou impasse no processo de EDCT. Em 2012, foram privilegiadas iniciativas de construção de confiança entre as alfândegas nacionais, inclusive no que diz respeito à valoração aduaneira, questão central para a implementação da EDCT. No ano de 2013, o processo de implementação da 1ª etapa da EDCT entrou em compasso de espera, tendo em vista a reconfiguração da agenda do bloco em razão do processo de alargamento.

- **Concluir o exame integral do funcionamento e dos resultados do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), nos termos do Artigo 81 da Decisão CMC 01/10 e do Artigo 2. da Decisão CMC 40/12.**

Análise Situacional da Meta

Os órgãos internos do Brasil cujas competências estendem-se sobre o FOCEM vêm realizando reuniões com vistas a identificar os ajustes globais desejados ou necessários a serem aplicados ao fundo. Estão em consideração, entre outros, o valor total dos aportes anuais dos estados Partes, a possibilidade de qualificar a carteira de projetos e incluir novos Estados Partes. Uma vez definida a posição brasileira, ela fundamentará as discussões havidas no âmbito do



MERCOSUL.

• **Concluir o processo de entrada em vigor do novo Regime Comum de Importação de Bens de Capital Não Produzidos no MERCOSUL**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2012, os Estados Partes do MERCOSUL decidiram prorrogar, por 1(um) ano, a autorização para que Brasil e Argentina possam manter, em caráter excepcional e transitório, seus regimes nacionais de importação de bens de capital.

Em 2014, a extensão dos regimes especiais de importação foi objeto de discussão entre os Estados Parte, que culminou com sua prorrogação, até junho de 2015. O tema deverá seguir na agenda negociadora durante a Presidência Pro Tempore brasileira, no primeiro semestre de 2015.

• **Desenvolver iniciativas de integração produtiva com os Estados Partes do MERCOSUL e regulamentar o Mecanismo de Fortalecimento Produtivo do MERCOSUL.**

Análise Situacional da Meta

A inserção da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL ocupou parte significativa dos esforços do Grupo de Integração Produtiva (GIP), responsável pelo tema no bloco, que se reuniu nos meses de abril e novembro de 2013. Durante o ano de 2013, tratou-se de identificar as iniciativas comunitárias que deveriam ser aprofundadas.

Estão em execução dois projetos de integração produtiva financiados com recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM): "Adensamento e Complementação Automotiva no âmbito do MERCOSUL" e "Qualificação de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás". Ambos correspondem a iniciativas do governo brasileiro, e são executados pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), vinculada ao MDIC. Os projetos, financiados exclusivamente a partir da quota brasileira no FOCEM, preveem atividades de integração produtiva que beneficiarão a todos os Estados Partes.

Durante a Presidência Pro Tempore argentina, no segundo semestre de 2014, foram realizadas as duas primeiras edições dos Encontros Setoriais de Integração Produtiva, que reuniram empresários dos setores metalmeccânico, químico, plástico, têxtil, calçadista, alimentício e de cosméticos, eletrônicos e de tecnologia da informação. Ademais, foi aprovado o Programa de Integração no setor de brinquedos.

• **Regulamentar o Fundo de Garantias para Micros, Pequenas e Médias Empresas do MERCOSUL.**

Análise Situacional da Meta

A primeira etapa - negociação do Regulamento - foi concluída em dezembro de 2012, com a aprovação da Decisão nº 46/2012 do Conselho do Mercado Comum. A segunda etapa (elaboração do manual operativo do Fundo) encontra-se em curso.

• **Revisar a Decisão CMC nº 08/94 "Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações e Áreas Aduaneiras Especiais"**

Análise Situacional da Meta

A revisão da Decisão CMC nº 08/94 encontra-se em discussão no Grupo Mercado Comum do MERCOSUL (GMC), no contexto da revisão dos regimes especiais de importação vigentes no bloco.

OBJETIVO: 0944 - Fortalecer a institucionalidade dos mecanismos de integração regional, sobretudo a UNASUL e o MERCOSUL, para que seus órgãos tenham instrumentos capazes de impulsionar a integração sul-americana.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A UNASUL executou, em 2014, seu terceiro orçamento anual. O organismo tem submetido suas finanças à análise periódica de firma de auditoria, garantindo a transparência na gestão das contribuições pelos Estados Membros. Na



Cúpula de Quito (5/12/2014), adotaram-se diretrizes para a construção de uma visão estratégica da UNASUL, na qual consta seu fortalecimento institucional, incluindo maior articulação entre instâncias setoriais e aprovação de regulamento da Secretaria-Geral.

Após o estabelecimento da nova estrutura institucional dos órgãos dependentes do Grupo Mercado Comum, em 2012, os Estados Partes deram continuidade ao processo de reordenamento institucional do MERCOSUL. A Decisão CMC Nº 01/13 "Tarefas Conjuntas entre os Órgãos da Estrutura Institucional do MERCOSUL" visa a dotar os referidos órgãos de maior autonomia e agilidade na realização de ações conjuntas. A Decisão CMC Nº 03/13 "Critérios para Criação de Instâncias de Apoio" estabelece procedimentos para racionalizar a criação de estruturas de apoio. Em cumprimento ao mandato estabelecido pela Decisão CMC Nº 24/12 "Complementação e Articulação MERCOSUL-UNASUL", o Conselho do Mercado Comum revisou o regime de participação dos Estados Associados no MERCOSUL, no contexto da adesão da Guiana e do Suriname como Estados Associados. Também em 2013, aprovou-se o Acordo Sede entre a República Oriental do Uruguai e o Alto Representante-Geral do MERCOSUL, órgão criado em 2010, com sede em Montevideu.

No plano doméstico, houve avanços significativos no processo de incorporação ao ordenamento jurídico nacional de normas que permitirão ao Brasil regularizar suas contribuições financeiras a órgãos do MERCOSUL: a Decisão CMC Nº 63/10, relativa ao Alto Representante-Geral do MERCOSUL, foi promulgada em novembro de 2013; as normas referentes ao Instituto Social do MERCOSUL (Decisões CMC Nº 08/11 e 37/08) e à Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão (Decisão CMC Nº 29/10) tiveram os respectivos Decretos Legislativos publicados no Diário Oficial da União, aguardando-se o Decreto de promulgação para que se efetuem os pagamentos. A Decisão CMC Nº 12/10, referente ao Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do MERCOSUL, tramita no Poder Legislativo.

No primeiro semestre de 2014, a Presidência Pro Tempore venezuelana concluiu-se com a criação de novas instâncias no Bloco, em áreas relevantes para o aprofundamento da integração regional. A Decisão CMC Nº 14/14 criou a Reunião de Autoridades Sobre Povos Indígenas (RAPIM). O novo foro será responsável por coordenar discussões, políticas e iniciativas em benefício das populações indígenas dos Estados Partes. Representantes dos povos indígenas participarão das Seções Nacionais da RAPIM.

Como desdobramento da "Decisão sobre o Repúdio à Espionagem por Parte dos Estados Unidos sobre os Países da Região", adotada pelos Presidentes dos Estados Partes na Cúpula de Montevideu, em julho de 2013, o CMC aprovou a Decisão Nº 17/14, criando a Reunião de Autoridades sobre Privacidade e Segurança da Informação e Infraestrutura Tecnológica do MERCOSUL (RAPRISIT). Órgão auxiliar do CMC, a RAPRISIT tem a função de propor políticas e iniciativas regionais na área de segurança da informação.

Também se criou uma "Unidade Técnica de Educação" (Res. GMC Nº 29/14), estrutura que, quando consolidada, estará encarregada de administrar o Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL (SIMERCOSUL), criado pela Decisão CMC Nº 36/12. O SIMERCOSUL visa a consolidar e ampliar os programas de mobilidade acadêmica existentes na região. A UTE será instalada no âmbito da Secretaria do MERCOSUL.

Ainda durante a Presidência Pro Tempore venezuelana, registrou-se importante avanço institucional com o pleno retorno do Paraguai às negociações e aprovação de normas.

A Presidência Pro Tempore argentina, no segundo semestre de 2014, também impulsionou iniciativas de caráter institucional, tendo aprovado diretrizes para uma Política Comunicacional do Bloco. Dispôs-se, ainda, sobre as atividades para a complementação e articulação entre o MERCOSUL e a UNASUL e sobre a participação do MERCOSUL como



observador em processos regionais de integração e organismos internacionais. No aspecto do reordenamento do Bloco, os Estados Partes atualizaram a estrutura do GMC e a tipologia de seus órgãos dependentes. Em relação aos Estados Associados, foi aprovada Decisão que regulamenta sua participação nos Fundos setoriais do MERCOSUL, em complemento às contribuições dos Estados Partes.

Destaca-se, ainda, a designação do primeiro brasileiro, o Dr. Paulo Abrão, para chefiar o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos, ocupando o cargo de Secretário Executivo do órgão, cujo mandato, iniciado em 1º de fevereiro de 2015, tem duração de dois anos.

Metas 2012-2015

• Criar o Fundo de Participação Social do MERCOSUL

Análise Situacional da Meta

Ao criar a Unidade de Apoio à Participação Social (UPS), a Decisão CMC Nº 65/10 previu a criação e a regulamentação do Fundo de Apoio à Participação Social, conferindo à Coordenação da UPS a prerrogativa de apresentar ao Grupo Mercado Comum (GMC), por meio do Alto Representante-Geral do MERCOSUL, o projeto de norma correspondente. Em 14/8/13, o Grupo Mercado Comum designou a nacional argentina Mariana Vázquez como Coordenadora da UPS. No Plano de Ação da UPS para 2014, circulado para os Coordenadores Nacionais do GMC em 4/2/14, a criação do Fundo foi mencionada como um dos objetivos a serem cumpridos.

Embora a UPS não tenha apresentado, até dezembro de 2014, projeto de norma com a proposta do Fundo, a Presidência Pro Tempore do Brasil pretende dar início ao processo de negociação da norma de criação e regulamentação desse fundo no primeiro semestre de 2015, reiterando à UPS a necessidade de concluir esse objetivo, conforme dispõe a mencionada Decisão CMC Nº 65/10.

• Instalar a Secretaria-Geral da UNASUL

Análise Situacional da Meta

Os Chefes de Estado da UNASUL lograram designar, em agosto de 2014, o ex-Presidente da Colômbia, Ernesto Samper, como novo Secretário-Geral do organismo. Além disso, a sede definitiva do Secretariado foi inaugurada em dezembro de 2014, em Quito, em cerimônia que contou com a presença da Presidente da República. Atualmente, está em curso processo seletivo para a admissão de cinco Diretores técnicos, que serão contratados pela Secretaria-Geral e incumbidos de setores específicos da integração sul-americana, tais como assuntos sociais e assuntos econômicos.

OBJETIVO: 0946 - Expandir as iniciativas previstas nos Planos de Ação das instâncias subsidiárias da UNASUL nas áreas da saúde, combate à fome e à pobreza, erradicação da extrema pobreza, segurança alimentar e nutricional, proteção social e economia solidária, bem como consolidar e implementar o Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), com vistas a reforçar o pilar social da integração regional.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O Plano de Ação 2015-2017 do Conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social (CSDS) encontra-se em negociação e será objeto de reuniões em fevereiro de 2015. Boa parte dos trabalhos da instância tem por base a Agenda de Ações Sociais Prioritárias. A Agenda busca enfocar os esforços do CSDS em alguns objetivos de interesse compartilhado entre os Estados Membros, a exemplo da erradicação da desnutrição crônica infantil; consolidação dos sistemas de proteção e promoção social para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e pessoas em situações de vulnerabilidade; consecução de maior inclusão social, econômica e produtiva; promoção do acesso a alimentos saudáveis e de qualidade; e participação dos cidadãos em condições de igualdade. Além disso, está em fase avançada de negociação no Conselho o Marco Conceitual para Políticas Sociais na UNASUL, o qual deverá contribuir para a harmonização dos trabalhos dos Estados Membros em termos de desenvolvimento social.



No MERCOSUL, a supervisão do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) cabe à Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais (CCMAS), cuja coordenação nacional brasileira é exercida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS).

O PEAS consiste em dez eixos, estruturados em 26 diretrizes e 104 objetivos prioritários. Com metas mais avançadas que os Objetivos do Milênio, o PEAS ambiciona contribuir para a erradicação da fome, da pobreza e do analfabetismo, além de universalizar a saúde pública, entre outros objetivos de alcance regional.

Existem, atualmente, no marco do PEAS, os seguintes projetos, em diferentes fases de elaboração: "Fortalecimento Institucional para Superação da Pobreza: uma Abordagem Integral sobre os Núcleos Duros da Pobreza"; "Gênero, Pobreza e Desenvolvimento"; "Crianças e Adolescentes Migrantes"; "Economia Social e Solidária"; "Alimentos Tradicionais"; e "Marco em Educação Alimentar e Nutricional".

O financiamento dos projetos sociais no MERCOSUL, no curto, médio e longo prazos, segue sendo um dos pontos centrais de discussão na CCMAS. Os possíveis modelos a serem aplicados estão em estudo.

Metas 2012-2015

- **Definir cronogramas para a implementação de ações concretas nos 10 eixos do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS)**

Análise Situacional da Meta

No segundo semestre de 2014, a Coordenação Nacional brasileira do Grupo Mercado Comum (GMC), em conjunto com a Coordenação Nacional brasileira da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL (CCMAS), iniciou um processo de diagnóstico do grau de cumprimento dos objetivos prioritários contidos nas diretrizes e eixos do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS). A partir desse diagnóstico, será possível, ainda no primeiro semestre de 2015, traçar as próximas etapas na execução do Plano, revisando-o, quando necessário, e estabelecendo cronogramas, consideradas as dificuldades decorrentes da natureza intergovernamental do exercício de integração regional.

- **Estabelecer programa de cooperação permanente baseado nas metodologias e práticas desenvolvidas pelo Conselho de Desenvolvimento Social da UNASUL**

Análise Situacional da Meta

O conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social negocia a instalação do Observasul, que será instância de compartilhamento de experiências e análise comparativa de políticas sociais dos países participantes. Será, ainda, um espaço de acompanhamento dos níveis de cumprimento das políticas sociais regionais e seu impacto sobre a população do continente. Já em funcionamento está a Matriz de Cooperação Horizontal da UNASUL, que consiste em plataforma virtual que possibilita a inserção de dados de programas, projetos e ações desenvolvidas pelos países, assim como o registro de demandas de cooperação nessas experiências.

OBJETIVO: 0947 - Consolidar um conjunto de direitos fundamentais e benefícios em favor dos nacionais dos Estados-Partes do Mercosul, mediante Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania, conforme estabelecido pela Decisão do Conselho do Mercado Comum Nº 64/10.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O pilar da cidadania do MERCOSUL é um dos fundamentos do processo de integração. A fim de aprofundar a agenda cidadã da integração, foi aprovado, em 2010, o "Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania" (Decisão CMC Nº 64/10), que se estrutura em torno de três objetivos gerais: implementação de política de livre



circulação de pessoas; igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos para nacionais dos Estados Partes; e igualdade de condições para acesso ao trabalho, saúde e educação. O Plano visa a complementar e consolidar as cidadanias nacionais, não as substituir. Atualmente, a meta dos Estados Partes é implementar o Plano de Ação até o 30º aniversário do MERCOSUL, em 2021. Trata-se de um processo de negociação complexo e de longo prazo, para o qual não é possível fixar datas e cronogramas peremptórios.

Metas 2012-2015

• Definir as medidas necessárias para a plena implementação, até 2021, dos objetivos definidos pelo Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL

Análise Situacional da Meta

- Área de fronteiras: está em curso a revisão do Acordo de Recife, que estabelece medidas técnicas e operacionais de regulação dos controles integrados nas fronteiras entre os Estados Partes. No 2º semestre de 2014, atualizaram-se os termos do Acordo de Complementação do Acordo de Recife em Matéria Migratória.
- Trabalho, emprego e circulação de pessoas: aprovou-se a Resolução GMC Nº 11/13 "Plano para Facilitar a Circulação de Trabalhadores no MERCOSUL". O Plano visa garantir a inserção formal dos trabalhadores nas estruturas laborais dos Estados Partes e melhorar a qualidade do emprego na região. O Plano alinha-se com a Declaração Sociolaboral do MERCOSUL e os Acordos sobre Residência. No 2º semestre de 2014, o MERCOSUL aprovou outros dois Acordos de grande relevância para a circulação de pessoas: a atualização da lista de documentos de viagem e o acordo que permite aos cidadãos dos Estados Partes solicitarem prorrogação por 90 dias de visto de turista no território do país de destino.
- Circulação de veículos: a adoção de uma placa veicular comum no MERCOSUL, cujo desenho e demais características técnicas foram aprovados em outubro de 2014, representa importante avanço na agenda cidadã. A norma já foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro. A placa tem o propósito de facilitar a circulação e a segurança no trânsito entre os países do Bloco, contribuindo para uma melhor fiscalização aduaneira e migratória. A partir de 1º de janeiro de 2016, a placa comum será de uso obrigatório, nos Estados Partes, para todos os veículos registrados pela primeira vez.
- Educação: O Sistema Integrado de Mobilidade Acadêmica do MERCOSUL (SIMERCOSUL), aprovado durante a Presidência Pro Tempore brasileira (PPTB) de 2012, tem o objetivo de promover um salto qualitativo e quantitativo nas iniciativas de mobilidade acadêmica no Bloco. Serão priorizadas mobilidades nos cursos acreditados pelo mecanismo regional de acreditação (Sistema ARCU-SUL) e as iniciativas que estimulem o aprendizado do espanhol e do português. O tema é prioritário para o Ministério da Educação (MEC). Duas normas relativas ao SIMERCOSUL foram aprovadas na Cúpula de Caracas, em julho de 2014: a Decisão CMC Nº 16/14 "Plano de Funcionamento do SIMERCOSUL" e a Resolução GMC Nº 29/14 "Unidade Técnica de Educação". Estrutura responsável por administrar o sistema, a UTE será instalada no âmbito da Secretaria do MERCOSUL e disporá, inicialmente, de três funcionários a ela dedicados exclusivamente. A meta é alcançar 3 mil mobilidades.
- Direitos do Consumidor: estão em andamento as negociações para aprovar um Acordo do MERCOSUL sobre Direito Aplicável em Matéria de Contratos Internacionais de Consumo. O acordo possibilitará que o consumidor seja favorecido pela aplicação da lei do Estado Parte que se mostre mais benéfica.
- Alto Representante-Geral do MERCOSUL: Durante a Presidência Pro Tempore uruguaia (PPTU) 2013, o Uruguai firmou com o Bloco o Acordo de Sede para o funcionamento do Alto Representante-Geral do MERCOSUL (ARGM). O ARGM tem a incumbência funcional de trabalhar pela implementação do Plano de Ação.

OBJETIVO: 0954 - Promover, sobretudo no âmbito do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL, a integração da infraestrutura física com os países da América do Sul, nos setores de transportes, energia e comunicações, com especial ênfase no componente de financiamento, com vistas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.



Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

O Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (COSIPLAN) foi desenhado para servir de foro de articulação de ministros, de forma a obter respaldo político no mais alto nível para os projetos de integração na América do Sul. Em 2011, o Brasil exerceu a Presidência pro tempore do Conselho e coordenou o processo de elaboração do Plano de Ação Estratégico 2012-2022. Também nesse período, a partir dessa Carteira geral, foi selecionada a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API), inicialmente composta por 88 projetos individuais da Carteira de Projetos, que constituem 31 projetos estruturados. A Agenda reúne projetos prioritários para o processo de integração, escolhidos por consenso entre os 12 países-membros, com o compromisso dos respectivos governos para sua execução. O valor do investimento, à época, alcançava R\$ 13 bilhões. No âmbito do Conselho, em 2012, o Brasil negociou a incorporação do Nordeste brasileiro ao Eixo Amazonas ampliado, permitindo que essa região também se beneficie da integração regional. Em 2014, os ministérios e secretarias envolvidos nos projetos brasileiros se reuniram para discutir os avanços, as revisões e as alterações da Carteira, que é atualizada anualmente. A Carteira de Projetos atual é composta de 579 projetos, que preveem cerca de US\$ 163 bilhões de investimentos.

A situação atual da Carteira de projetos é a seguinte:

179 projetos estão em fase de execução, somando US\$ 72,9 bilhões em investimentos, correspondendo a 30,9% da Carteira; 294 projetos estão na fase de pré-execução ou perfil, somando US\$ 69,9 bilhões de investimentos, correspondendo a 50,8%

da Carteira; e 106 projetos já foram concluídos, com investimentos de US\$20,3 bilhões, correspondendo a 18,3% da Carteira.

Metas 2012-2015

• Iniciar a execução da Agenda de Projetos Prioritários do COSIPLAN que envolvam o Brasil

Análise Situacional da Meta

Após a atualização em 2014, a Agenda de Projetos Prioritários de Integração tem 31 projetos estruturados, totalizando 100 projetos individuais. O Brasil está envolvido em 18 projetos individuais, indicados mais adiante. Antes de apresentar os projetos, vale esclarecer seus estágios. Na etapa de Perfil, estudam-se os antecedentes que permitem formar o juízo no que concerne à conveniência e à viabilidade técnico-econômica de se levar a cabo o projeto. Na etapa de Pré-execução, encontram-se os projetos que estão em uma das seguintes fases: 1) pré-viabilidade – quando se examinam com detalhes as alternativas consideradas mais convenientes na etapa de perfil; 2) viabilidade – nessa fase, incluem-se e analisam-se os aspectos relacionados com a obra física, o programa de desembolsos e o começo da execução do projeto; 3) investimento – compreende as questões relativas a financiamento e ao projeto executivo. A etapa de Execução refere-se ao conjunto de atividades necessárias para a construção física em si, abrangendo a assinatura do contrato, a compra e a instalação de maquinários e outras instalações necessárias. A etapa Concluído é a que considera a finalização de construção da obra física em si em sua totalidade.

1) Corredor Ferroviário Bioceânico Trecho Cascavel – Foz do Iguaçu. Em estágio de perfil.

2) Ponte Ferroviária com Pátio de Cargas – Ciudad del Este – Foz do Iguaçu. Em estágio de perfil.

3) Corredor Ferroviário Bioceânico Trecho Paranaguá – Cascavel e Variante entre Guarapuava e Engenheiro Bley. Em estágio de pré-execução.

4) Nova Ponte Puerto Presidente Franco – Porto Meira, com Área de Controle Integrado Paraguai-Brasil. Em estágio de pré-execução. O objetivo do projeto é dinamizar as atividades econômicas da capital paraguaia, passando pela tríplice fronteira (Foz do Iguaçu, Cidade del Este e Puerto Iguaçu) até a localidade de Clorinda, na Argentina e melhorar a fiscalização na fronteira.

5) Linha de Transmissão 500 kv Itaipu – Villa Hayes, da Subestação Villa Hayes e Ampliação da Subestação Margem



Direita Itaipu. Em execução. Ele conta com recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul – FOCEM. Em 2012, foram realizadas obras de fundação e suporte e foi concluído o caminho de acesso principal à Subestação Villa Hayes. Também foram realizadas obras de fundação e suporte na Subestação Margem Direita Itaipu e foi iniciada a obra de drenagem.

6) Readequação da Rodovia Caracas – Manaus. Em execução.

7) Construção da Rodovia Boa Vista – Bonfim. Concluído.

8) Melhoramento da Navegabilidade do Rio Paraguai entre Apa e Corumbá. Em estágio de pré-execução.

9) Melhoramento da navegabilidade do Rio Tietê. Em execução, com conclusão prevista para início de 2017.

10) Melhoramento da navegabilidade do Rio Alto Paraná (Águas Arriba Saltos del Guairá). Em execução, com conclusão prevista para novembro de 2015.

11) Anel Viário de Campo Grande. Em execução. No entanto, ainda é necessário concluir a realocação da rede de energia elétrica e a regularização do processo de desapropriação.

12) Área de Controle Integrado Puerto Suárez – Corumbá. Em execução.

13) Construção da Ponte Internacional Jaguarão-Rio Branco. Em fase de pré-execução.

14) Dragagem da Lagoa Mirim. Em pré-execução.

15) Dragagem do Rio Taquari. Em fase de execução.

16) Dragagem, balizamento e sinalização do Sistema Lagoa Mirim – Lagoa dos Patos. Em fase de perfil.

17) Adequação Ferroviária de Bitola no trecho Rivera - Santana do Livramento – Cacequi. Concluído no segundo semestre de 2012.

18) Ponte sobre o Rio Madeira em Abunã (BR 364/RO). Em fase de pré-execução.

OBJETIVO: 0957 - Promover a implementação do Banco do Sul como instrumento regional de financiamento de projetos com vistas ao desenvolvimento econômico e social na América do Sul, bem como avançar na negociação de um mecanismo regional de garantias, para facilitar o acesso a diferentes formas de financiamento a empreendimentos na região.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Desde meados de 2010, as delegações dos países fundadores do Banco vieram se reunindo periodicamente, tanto em reuniões plenárias de alto nível quanto em 3 Grupos Técnicos. Como resultado, avançou-se substancialmente na elaboração das políticas operacionais do Banco, em sua estrutura organizacional e estratégias de atuação, que servirão como base para a gestão e operação do Banco.

No âmbito do governo brasileiro, estão em andamento os trabalhos necessários à internalização do Regulamento ao ordenamento jurídico brasileiro, especialmente sobre os aspectos orçamentários derivados dos compromissos de aportes de capital assumidos pelo país.

Tendo em vista que o Convênio Constitutivo encontra-se ainda em tramitação no Congresso Nacional, não é possível ao Brasil realizar sua integralização de capital.

O Executivo enviou o texto do Convênio Constitutivo ao Congresso Nacional em 22.02.2012. Desde então, está tramitando na Câmara dos Deputados sob o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 548/2012.

O projeto já foi aprovado nas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Finanças e Tributação (CFT) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados e está aguardando apreciação pelo Plenário para, em caso de aprovação, seguir para análise pelo Senado Federal.

Metas 2012-2015

- Iniciar o financiamento de projetos-piloto por parte do Banco do Sul

**Análise Situacional da Meta**

Tendo em vista que o Banco do Sul ainda não iniciou suas operações, nenhum projeto-piloto foi financiado. Para que projetos de interesse do Brasil possam ser financiados, é necessária a realização de aporte financeiro pelo país. O aporte, por sua vez, somente pode ser realizado após a aprovação do Convênio pelo Congresso Nacional, o que ainda não ocorreu.

Nenhum projeto foi financiado pois o banco ainda não entrou em operação.

OBJETIVO: 1006 - Promover a ampliação do MERCOSUL, por meio da incorporação de novos Estados Partes e Associados.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O MERCOSUL conta com cinco Estados Partes: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, este último formalmente admitido no Bloco em agosto de 2012. Durante a Presidência Pro Tempore brasileira, no segundo semestre de 2012, foi assinado o Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL, que deverá ser ratificado pelo Congresso dos signatários do Protocolo para que a Bolívia se torne Estado Parte do Bloco. Guiana e Suriname tornaram-se, em 2013, Estados associados ao Bloco, fazendo com que todos os Estados da América do Sul sejam Estados Partes ou Associados ao MERCOSUL. O Equador estuda a possibilidade de integrar-se ao Bloco como Estado Parte.

Metas 2012-2015

- **Executar os compromissos previstos no Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela no MERCOSUL.**

Análise Situacional da Meta

A Venezuela adotou, em 5 de abril de 2013, a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) e iniciou convergência à Tarifa Externa Comum (TEC), em estrita observância aos compromissos previstos em normas aprovadas pelo MERCOSUL. No plano tarifário, a Venezuela adotou as alíquotas da Tarifa Externa Comum para um número importante de produtos, correspondente a 28% do universo tarifário. Com vistas a estabelecer as condições para o livre comércio no Bloco, foram celebrados, em Montevidéu, em 26 de dezembro de 2012, no marco da Associação Latinoamericana de Integração (ALADI), os acordos de Complementação Econômica relativos aos programas de liberalização comercial com os países sócios.

Em matéria de incorporação normativa, a Venezuela empreende processo de consultas internas, com vistas à incorporação das normas dentro do prazo previsto de quatro anos estabelecido pelo Protocolo de Adesão, nos termos da Dec. CMC Nº 66/12. O tema segue sob acompanhamento regular pelo Grupo Mercado Comum (GMC).

- **Executar os compromissos previstos no Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 e 2014, realizaram-se reuniões pertinentes ao processo de adesão da Bolívia ao MERCOSUL em subgrupos temáticos nas seguintes áreas: a) assuntos comerciais; b) aspectos institucionais; c) incorporação normativa; e d) relacionamento externo. Os Estados Partes deram início aos trâmites internos para a incorporação do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL, firmado em 7 de dezembro de 2012.



PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Adequação da Força Aérea	%	31/12/2010	20	31/12/2014	40,11
Adequação da Força Naval	%	01/07/2011	20	31/12/2014	40,8
Adequação da Força Terrestre	%	31/12/2010	32	31/12/2014	17,64
Índice de Acidentes Aeronáuticos	%	31/12/2010	0,7	07/01/2015	0,89
Monitoramento do espaço aéreo	%	31/12/2010	89	06/01/2015	93,13
Taxa de acidentes náuticos	1/1.000	31/12/2010	1,31	31/12/2014	1,03

OBJETIVO: 0461 - Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea (SISDABRA) e Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB), visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), em 2013 foi concluída a implantação do software do Sistema de Tratamento e Visualização de Dados (STVD-SAGITARIO), nos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (CINDACTA) e Serviço Regional de Proteção ao Voo.

O sistema SAGITARIO também está sendo implantado nos Centros de Controle de Aproximação (APP), que tem como objetivo controlar as aeronaves que chegam e saem dos aeródromos. Até o segundo semestre de 2014, foram finalizadas seis implantações nos APP de Brasília, Confins, Curitiba, Macaé, Recife e Rio de Janeiro. Outros sete APP deverão ser implantados em 2015.

No primeiro semestre de 2014 foram modernizados cinco Sistemas Integrados de Torres de Tráfego Aéreo nas localidades de Brasília, Porto Alegre, Recife, Porto Velho e Boa Vista, sendo que, no final de 2014 a modernização de Belém-PA estava em fase de finalização.

Em 2014 também foi dada continuidade à modernização e substituição de sistemas de climatização, energia e aterramento das KF (casas de força) das unidades responsáveis pelo Controle de Tráfego Aéreo.

Na área de Meteorologia, nos anos de 2012, 2013 e 2014 foram substituídas 17 Estações Meteorológicas de Superfície (EMS- 1) que estavam no limite da sua vida útil.

Nesse mesmo período, foram substituídos 10 sistemas de auxílio à navegação por rádio VOR - "Very High Frequency Omnidirectional Range" por sistemas mais modernos DVOR- "Doppler Very High Frequency Omnidirectional Range". Ainda em relação ao aperfeiçoamento do Sistema de Navegação Aérea, nesses três anos de execução do Plano foram instalados novos equipamentos auxiliares para orientação de pousos em condições de baixa visibilidade - "Instrument Landing System" (ILS), nas localidades de Brasília, Campina Grande, Campo Grande, Rio de Janeiro/Galeão, Florianópolis, Joinville, Foz do Iguaçu e Vitória.

Em 2014 continua em fase de implantação na Bacia de Campos, região estratégica para o País, uma cobertura "Automatic Dependent Surveillance-Broadcast" (ADS-B), que tem por objetivo controlar o tráfego aéreo das aeronaves (helicópteros) empregadas nas operações "off shore" (e.g. plataformas de petróleo). O ADS-B é um sistema que recebe as informações do sistema de navegação das aeronaves de forma automática, de tal maneira que as mesmas possam ser visualizadas pelos controladores em suas telas de controle, mesmo em locais desprovidos de cobertura radar. As estações que compõem esse



sistema estão sendo instaladas nas principais plataformas de petróleo e aguardam a prontificação dos canais de comunicação e do Centro de Controle em Macaé para entrada em operação, prevista para 2015.

Em paralelo às ações do SISCEAB, as empresas aéreas que operam na região estão adequando as suas aeronaves com os equipamentos de bordo necessários à utilização do serviço ADS-B.

Quanto às ações de prevenção de acidentes aeronáuticos, o planejamento do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos foi executado dentro do esperado.

A modernização e a implementação dos equipamentos/sistemas e processos no SISCEAB /SISDABRA proporcionarão uma relevante melhora na capacidade de defesa e no controle do tráfego aéreo, diminuindo os atrasos de voos e os riscos de acidentes com aumento da segurança de todos os usuários do transporte aéreo e o cumprimento dos compromissos internacionais do Brasil.

Metas 2012-2015

• Implantar 90% da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea de Autodefesa (1ª BAAAD) até 2015.

Análise Situacional da Meta

A implantação da 1ª Brigada de Defesa Antiaérea segue o planejamento e a meta da implantação deverá ser atingida conforme previsto até dezembro de 2015. A implantação dessa Brigada envolve a ativação de um Quartel-General sediado em Brasília - DF e de três Grupos de Artilharia Antiaérea de Autodefesa.

O 1º Grupo de Defesa Antiaérea foi ativado em 12 de janeiro de 2012, na cidade de Canoas – RS e o 2º Grupo de Defesa Antiaérea foi ativado em 31 de outubro de 2012, na cidade de Manaus – AM. Em junho de 2014, foi iniciada a construção das instalações do 3º Grupo Defesa Antiaérea, na cidade de Anápolis - GO.

O Quartel-General da 1ª Brigada de Defesa Antiaérea está sendo instalado em sua futura edificação na Capital Federal, a qual depende ainda de algumas adequações na estrutura física, da alocação de recursos humanos e de equipamentos para permitir seu funcionamento na meta estabelecida.

O NuBDAAE, ativado em 22 de agosto de 2012 em Brasília, coordenou as atividades de preparo dos 1º e 2º Grupos de Defesa Antiaérea, promovendo o treinamento para utilização dos radares de busca SABER M 60, dos equipamentos de visão noturna MOWGLI 2M e dos sistemas de comunicação HARRIS FALCON III. Em 2014, foi realizado um exercício envolvendo o lançamento real de mísseis como preparativo para a Copa do Mundo. Ambas as Unidades atuaram na Defesa Aeroespacial do evento, atuando diretamente na proteção do Jogo de Abertura e demais jogos das cidades de Manaus e São Paulo.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

29/12/2014

• Instalar 7 radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro

Análise Situacional da Meta

O número de instalação de radares de vigilância do espaço aéreo sofreu alteração durante a sua execução para melhor atender as necessidades operacionais de controle do espaço aéreo, em função da evolução dos cenários pertinentes à defesa aeroespacial e ao gerenciamento do tráfego aéreo. Esses cenários contemplaram a necessidade logística de substituir alguns radares na região sudeste, que se encontravam em fase de obsolescência, a demanda crescente de tráfego aéreo controlado em áreas terminais de aeródromos nessa região e na região sul do país e a substituição de dois radares transportáveis por radares fixos..

Em 2012 e 2013, foram finalizadas as instalações de cinco radares para controle de tráfego aéreo nas seguintes localidades: Barcelos (AM), Navegantes (SC), Teresina (PI), Palmas (TO) e Londrina (PR).

Entre os anos de 2012 e 2014 foram finalizadas as substituições de quatro radares para controle de tráfego aéreo nas seguintes localidades: Chapada dos Guimarães (MT), Tanabi (SP), Três Marias (MG) e Santa Teresa (ES), uma vez que os antigos radares dessas localidades haviam atingido o final de sua vida útil. Adicionalmente foi realizada a



substituição de dois radares de controle de tráfego aéreo transportáveis instalados em Tefé (AM) e Sinop (MT), que seguiram para as suas sedes em Canoas (RS) e Santa Maria (RS).

Está prevista para iniciar em 2015 a instalação, na área de Vitória (ES), de um radar de área terminal, além de uma nova tecnologia de multilateração, que proporcionará ao espaço aéreo da terminal de Vitória (ES) um complemento na detecção de aeronaves, mesmo frente ao relevo desfavorável daquela localidade.

Também estão previstas para 2015 as instalações dos radares para controle de tráfego aéreo, nas seguintes localidades: Porto Alegre (PA), Lagoa Santa (MG), Curitiba (PR) e Porto Velho (RO). O radar a ser utilizado em Porto Velho será o radar instalado em Salvador (BA), que será substituído por um novo radar de controle de tráfego aéreo.

Ainda para 2015, está previsto o início da substituição dos radares de controle de tráfego aéreo das localidades de Pico do Couto (RJ), São Roque (SP), Morro da Igreja (SC) e Barra do Garças (MT); há também previsão da instalação de um radar meteorológico em Chapada dos Guimarães (MT).

Durante o período do presente PPA, não houve a presença de fatores que tenham prejudicado o desenvolvimento da meta de instalação de radares, pelo contrário, esta pode ser superada em todas as regiões.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	2	31/12/2014
Região Nordeste	1	unidade	1	31/12/2014
Região Norte	2	unidade	3	31/12/2014
Região Sudeste	1	unidade	3	31/12/2014
Região Sul	1	unidade	2	31/12/2014

• Modernizar 15 radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro

Análise Situacional da Meta

O número de radares de vigilância do espaço aéreo a serem modernizados foi modificado durante a execução do PPA para melhor atender as necessidades de logística de manutenção dos radares de vigilância, considerando a evolução dos seus ciclos de vida e as obsolescências identificadas nos radares..

A modernização de radares tem por finalidade aumentar a vida útil desses equipamentos e manter os altos níveis de operacionalidade, proporcionando a manutenção da segurança de voo pelo uso ininterrupto das informações no controle do tráfego aéreo.

Em 2013 foram modernizados dez radares meteorológicos instalados nas localidades de Belém (PA), Manaus (AM), Macapá (AP), Santarém (PA), Tabatinga (AM), Cruzeiro do Sul (AC), Boa Vista (RR), Porto Velho (RO), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Tefé (AM). Esses radares são utilizados no Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e suas imagens são visualizadas nos Centros Meteorológicos de Vigilância da Aeronáutica e no Centro Regional do SIPAM em Manaus – AM. A modernização do radar meteorológico de São Luís (MA) deverá ocorrer neste ano de 2015, devido às dificuldades enfrentadas durante as especificações contratuais e nas negociações com a empresa fornecedora do serviço.

Em 2014 foi modernizado o radar transportável voltado para controle de tráfego aéreo e defesa aérea, que se encontrava na região norte do país, mas que agora é de responsabilidade do Segundo Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle (2º/1º GCC – Canoas – RS).

Em 2015 deverão ser iniciadas as modernizações de outros cinco radares de controle de tráfego aéreo e defesa aérea. Estas modernizações atenderão ao SISCEAB e ao SISDABRA, nas seguintes localidades: Porto Espiridião (MT), Guajará-Mirim (RO), Eirunepé (AM), Cruzeiro do Sul (AC) e Santa Maria (RS), com a finalidade de melhoria no desempenho operacional desses radares e a extensão de sua vida útil.



Durante o período do presente PPA, o fator que prejudicou o desenvolvimento da meta de modernização de radares esteve correlacionado com a negociação de valores do empreendimento junto ao fornecedor do serviço de modernização do radar meteorológico de São Luis (MA).

A regionalização das metas, também, foi alterada em função das alterações percebidas no ciclo de vida dos radares, demandando a necessidade de suas substituições em lugar das modernizações, e da necessidade de melhorias das performances de processamento de informação dos radares meteorológicos, que atualmente possuem grande aplicação pela Defesa Civil dos Estados, na prevenção de desastres naturais provenientes dos fenômenos meteorológicos.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	unidade	0	31/12/2014
Região Norte	1	unidade	10	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	0	31/12/2014
Região Sul	5	unidade	1	31/12/2014

• Realizar 488 ações de prevenção de acidentes aeronáuticos

Análise Situacional da Meta

A exemplo de anos anteriores, o CENIPA desenvolveu ao longo do ano de 2014 extenso programa de prevenção de acidentes, realizando todas as ações previstas para o período, visando ao cumprimento de sua missão: “promover a prevenção de acidentes aeronáuticos, preservando os recursos humanos e materiais, visando ao progresso da aviação brasileira”. Nesse contexto, uma ação de prevenção corresponde a um curso, uma palestra, um simpósio, realizado pelo CENIPA e organizações subordinadas, para toda a comunidade aeronáutica brasileira.

Em 2014, foram realizados 13 (treze) cursos, 88 (oitenta e oito) palestras, 12 (doze) seminários, 6 (seis) simpósios, e 3 (três) visitas técnicas, totalizando as 122 ações de prevenção anuais previstas, alcançando um público total de 8.536 profissionais da aviação civil e militares. O CENIPA também conduziu dois encontros do Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CNPAA), fórum do qual participam diversas entidades da comunidade aeronáutica brasileira, onde questões de segurança de voo são debatidas e soluções são propostas, visando à melhoria da segurança em todos os campos da atividade aérea do país.

Para o próximo e último exercício financeiro deste PPA, a depender do volume de crédito posto à disposição do sistema, espera-se que a meta de realização das 122 ações de prevenção restantes seja alcançada, e que o CENIPA consiga levar os princípios e as recomendações de segurança de voo a um público ainda maior.

Quantidade alcançada

366

Data de Referência

23/12/2014

• Realizar 90% das adequações necessárias ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), propostas até 2016.

Análise Situacional da Meta

O DECEA vem dotando o SISCEAB e o SISDABRA de equipamentos/sistemas e processos que promovem a circulação segura e eficiente do tráfego civil e militar no espaço aéreo sob jurisdição do Brasil, visando ampliar a capacidade de defesa, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.

Quanto ao principal objetivo do DECEA, que é o sistema de controle do espaço aéreo e de defesa aérea, o Departamento implementou desde 2012 até o 2º semestre de 2014 nove radares de vigilância de uma previsão inicial de sete e modernizou 11 radares de uma previsão inicial de quinze, visando alcançar a meta de realizar 90%



das adequações necessárias ao SISCEAB propostas até 2015.

Quantidade alcançada

81,8

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0462 - Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Da mesma forma que em 2012 e 2013, ao longo do ano de 2014 foram destinados recursos para as atividades de preparo e emprego da Força Aérea Brasileira (FAB) que propiciaram o aprimoramento e a prontidão tático-operacional de seu efetivo militar e civil, o aperfeiçoamento da logística de pronto emprego e a elevação de sua capacidade operativa, contribuindo para o cumprimento da destinação constitucional do Comando da Aeronáutica (COMAER), sintetizada na "Manutenção da Soberania do Espaço Aéreo Nacional com vistas à Defesa da Pátria".

Neste sentido, o Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) promoveu a formação, capacitação, aperfeiçoamento ou especialização de 18.969 alunos nas áreas de interesse do COMAER, objetivando elevar a sua capacidade operativa, por meio das atividades de ensino voltadas ao emprego operacional e ao apoio das atividades subsidiárias..

Por sua vez, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), por meio dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação voltados à formação de engenheiros, mestres e doutores nas áreas de interesse do COMAER, do Ministério da Defesa e da Aviação em geral, realizou a colação de grau de 147 alunos nos Cursos de Pós-Graduação, sendo diplomados 50 mestres, 32 doutores e 65 alunos de mestrado profissional; nos Cursos de Especialização lato sensu, colaram grau 66 alunos. Já nos Cursos de Graduação em Engenharia o ITA concluiu a formação de um total de 111 alunos.

Destacam-se ainda os esforços do governo federal para dar continuidade ao projeto de Expansão do ITA, que consiste em duplicar a oferta de vagas da Graduação e aumentar em 50% a oferta de vagas para a Pós-Graduação, que visa atender uma necessidade crescente de setores estratégicos do País.. Em 2014, o ITA recebeu a aprovação do Ministério da Educação para licitar a primeira obra da expansão e um dos principais desafios nos próximos anos será a contratação de cerca de 200 novos docentes qualificados.

Em 2014, o COMAER também proporcionou adestramento ao seu efetivo por meio da realização de um conjunto de operações militares e exercícios operacionais conforme relatado na meta específica: Realizar 32 operações aéreas.

Destes destacamos o treinamento realizado com a Operação Ágata 8, que contou com a participação de 8.594 militares e a mobilização de 32 aeronaves, na qual o processo de comando e controle foi centralizado no Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), quando foram realizadas missões de Defesa Aérea, de Transporte Aéreo Logístico e de Busca e Salvamento, entre outras, ao longo de toda a fronteira oeste.

Os militares da FAB também tiveram capacitações realizadas por meio dos recursos alocados às Organizações Militares (OM), para o cumprimento dos Planos de Missões de Ensino (PLAMENS), no Brasil e no Exterior.

Visando ao adestramento do efetivo, com vistas à operação de equipamentos e aeronaves adquiridas no exterior, foram realizadas as missões previstas nos Planos de Missões Técnico- Administrativas no Exterior (PLAMTAX), realizado por meio do treinamento em simuladores de voo e formação especializada, além de intercâmbios com países estrangeiros para realização de Operações Aéreas Conjuntas.

No ano de 2014 foram realizadas movimentações de pessoal por interesse do serviço, perfazendo um total de 18.507 militares, aproximadamente 20% da meta prevista, dando pleno cumprimento ao Plano de Movimentação de Pessoal.

Quanto à infraestrutura e logística necessária à manutenção da operacionalidade das OM da FAB, assegurou-se o



funcionamento de 21 simuladores de voo, por meio de contratos de suporte logístico (CLS) e de manutenção corretiva, contribuindo para o objetivo de redução dos custos de operação (treinamento de pilotos em missões de instrução). Também foi possível atender as demandas de manutenção e viabilizar a operação dos 05 estandes de tiro e campo de provas da FAB, bem como realizar manutenções em material bélico e a manutenção da reserva de guerra (aérea e terrestre) e da capacidade de controle de distúrbios civis.

Quanto à logística diretamente voltada ao apoio da atividade aérea, o adequado planejamento de aquisição de itens, equipamentos e contratação de serviços para manter as aeronaves da FAB disponibilizadas permitiu que fosse alcançada a média diária de 244 aeronaves disponíveis, o que possibilitou perfazer um total de 151.310 horas voadas, cerca de 97,62% do esforço aéreo previsto de 155.000 horas para 2014.

Para o alcance de tais resultados, procedeu-se a aquisição de 125.464 m³ de combustíveis de aviação, bem como a obtenção e manutenção de equipamentos e instalações necessários ao recebimento, estocagem, conservação de combustíveis e lubrificantes de aviação. Celebrou-se, ainda, contratos com várias empresas para assegurar o fornecimento de combustíveis de aviação em todo o Território Nacional para os próximos 05 anos.

Em 2014, manteve-se a estratégia de celebrar contratos pagos por hora de voo com empresas privadas visando a melhoria na disponibilidade de alguns projetos, bem como de otimização dos processos de obtenção de serviços e materiais, diminuindo o estoque e as perdas pelo exíguo tempo de vida útil de alguns equipamentos e peças.

Metas 2012-2015

• Adestrar, anualmente, 28.000 militares

Análise Situacional da Meta

A Força Aérea Brasileira (FAB), de 2012 a 2014, proporcionou adestramento em diversas áreas de atuação. Em 2012, realizou as Operações Ágata 4, 5 e 6, Operação Cruzex C2, Operação Amazônia e FAEX XII.

Em 2013, os adestramentos foram realizados por meio da Operação Ágata 7, Operação Combinada Laçador, “Cruzex Flight 2013” e Reuniões de Aviação Operacional.

Em 2014, proporcionou adestramento por meio da Operação Ágata 8, Operação BVR2/Sabre, Exercício Operacional Transportex 2014 e Exercício Operacional CSAR 2014.

Na Operação Ágata 8, um dos eixos de defesa para a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014, a FAB centralizou em Brasília o processo de comando e controle no Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro.

Na Operação BVR2/Sabre foram realizadas missões de Controle e Alarme em Voo e Reabastecimento em Voo, dentre outras. Já no Exercício Operacional Transportex 2014 foi treinado o lançamento de material com a utilização de óculos de visão noturna, teste dos sistemas de autodefesa das aeronaves C-130 e C-105, missões de reabastecimento em voo e lançamento de paraquedistas. No Exercício Operacional CSAR 2014 foi realizado o treinamento do uso de óculos de visão noturna, ataques simulados e resgates.

De 2012 a 2014 foram também realizadas várias Reuniões de Aviação Operacional, como, por exemplo, as Reuniões da Aviação de Asas Rotativas, Reuniões da Aviação de Transporte, Reuniões de Aviação de Patrulha e a Reuniões da Aviação de Caça, cujo objetivo principal foi o intercâmbio de informações operacionais e atualização doutrinária.

De 2012 a 2014, militares da FAB tiveram suas capacitações incrementadas por meio dos Planos de Missões de Ensino (PLAMENS), no Brasil e no Exterior, a exemplo de cursos técnicos específicos na área de manutenção de aeronaves, de radares e logística de suprimento de aviação. Da mesma forma para a manutenção da operacionalidade da FAB, no período de 2012 a 2014, foram realizadas missões previstas nos Planos de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (PLAMTAX) realizado por meio do treinamento em simuladores de voo e formação especializada, além de intercâmbios com países estrangeiros para realização de Operações Aéreas Conjuntas.

De 2012 a 2014, a FAB realizou treinamentos em simuladores de voo no Brasil, permitindo a preparação de tripulações para atuarem tanto em situações normais como em emergências.

As principais realizações previstas para o próximo período nesta meta são as missões PLAMTAX, missões PLAMENS, Manobras Operacionais e Treinamentos em Simulador de Voo no País.



Cumprir ressaltar que, em 2012, o critério de mensuração utilizado considerou todos os militares adestrados, diretamente e indiretamente, totalizando 55.040 militares. A partir do ano 2013, o critério de mensuração foi modificado para considerar somente os militares diretamente adestrados. Neste novo critério, a meta do PPA totalizou 22.157 militares de janeiro de 2012 a dezembro de 2014.

Quantidade alcançada

22.157

Data de Referência

22/12/2014

• Capacitar 20% do efetivo por meio das atividades de ensino para o emprego operacional e de apoio**Análise Situacional da Meta**

De acordo com a Portaria do Comando da Aeronáutica nº 1.116/GC6 de 11 de julho de 2014, Anexo I, que operacionaliza o Objetivo 0462 –“Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego”- cabe à Aeronáutica a meta de capacitar 20% do efetivo por meio das atividades de ensino para o emprego operacional e de apoio.

Apesar do enunciado da meta não indicar que a mesma é anual, o Departamento de Ensino da Aeronáutica tem como meta capacitar 20% do efetivo, por meio de atividades que se iniciam e se findam em um mesmo ano.

No ano de 2014, foram realizadas a formação, a capacitação, o aperfeiçoamento e a especialização de 18.969 alunos nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica.

Os principais cursos englobados nessa capacitação são:

- Curso de Formação de Cabos;
- Curso de Especialização de Soldados;
- Curso de Formação de Sargento;
- Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento;
- Curso de Formação de Médicos Dentistas e Farmacêuticos;
- Curso de Tática Aérea para Oficiais e Graduados;
- Curso de Especialização em Logística;
- Curso Básico de Manutenção para Oficiais;
- Curso de Padronização de Instrutores;
- Curso de Negociação de Contratos Internacionais e Acordos de Compensação;
- Curso de Formação de Oficiais;
- Curso de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica;
- Curso de Graduação em Engenharia;
- Curso de Pós-Graduação em Engenharia;
- Estágio de Adaptação ao Oficialato, e
- Curso de Formação de Oficiais Especialistas.

No que se refere às principais realizações na formação básica, pode ser mencionada a Academia da Força Aérea, que possui um corpo discente formado por 730 alunos, dos quais 476 são Aviadores, 159 Intendentes, 72 Infantes e 10 alunos estrangeiros, integrantes do programa de intercâmbio entre a Força Aérea Brasileira e as Nações Amigas, divididos nas quatro séries.

O Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica possui os Cursos de Formação de Médicos, Dentistas e Farmacêuticos, Estágio de Adaptação ao Oficialato e Curso de Formação de Oficiais Especialistas, onde computou-se 307 oficiais capacitados/formados. Já a Escola de Especialistas de Aeronáutica obteve êxito na plena capacitação de 3.752 sargentos em diversas especialidades. Já a Escola Preparatória de Cadetes do Ar - EPCAR - capacitou 503 alunos, divididos em três séries.



Desta forma, o Departamento de Ensino da Aeronáutica formou, capacitou, e aperfeiçoou os seguintes percentuais do efetivo da Força Aérea Brasileira: Em 2012, 14,61%; em 2013, 22,25% e em 2014, 24,42%. Estes percentuais totalizam 61,28%.

Quantidade alcançada

61,28

Data de Referência

31/12/2014

• **Realizar 32 operações aéreas**

Análise Situacional da Meta

No que se refere ao Preparo e Emprego Técnico-Operacional da Força Aérea, ocorreram 11 Operações aéreas em 2014, sendo as Operações Cooperación III, Salitre Amazônia, PATNAV Atlântico, Porteira Fechada, ÁGATA 8, Copa do Mundo, Lança 2014 Fase I e II e AVOP H-XBR, ligadas ao emprego de meios aéreos e as operações Águia 2014 fase I e II e operação Tangará I, ligadas à atividade espacial.

Uma operação considerada de grande relevância para a Nação Brasileira foi a AGATA 8. Instruída por meio do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), criado por decreto presidencial em junho de 2011, a mesma foi realizada em maio de 2014, a qual mobilizou 32 aeronaves da FAB ao longo de toda extensão da fronteira brasileira Oeste. A FAB participou com 8.594 militares, incluindo aviões de caça, transporte, asas rotativas e reconhecimento. As aeronaves de reconhecimento levantaram dados, de acordo com as necessidades de diversas organizações da administração pública, em busca de ilícitos como o desmatamento, garimpo ilegal, narcotráfico e contrabando. Além de combater os crimes na região de fronteira, a Força Aérea também levou saúde para comunidades isoladas. Equipes de médicos, dentistas e auxiliares de enfermagem foram até locais remotos para realizar atendimento.

O Exercício Cooperación III, ocorrido nas cidades de Lima e Pisco - Peru, faz parte do ciclo previsto no Sistema de Cooperação das Forças Aéreas Americanas (SICOFAA) 2013/2014 e teve por objetivo adestrar os integrantes das Forças Aéreas Americanas nos processos de planejamento, coordenação, comando e controle de operações militares de não-guerra com envolvimento de forças multinacionais e visou comprovar a efetividade do processo de planejamento e procedimentos previstos no Manual de Operações Combinadas de Apoio Humanitário e Desastres do SICOFAA.

A Operação Copa do Mundo teve o objetivo de realizar a Vigilância e o Policiamento do Espaço Aéreo (ações de Defesa Aeroespacial), bem como o Controle do Espaço Aéreo, por intermédio dos respectivos órgãos operacionais, em coordenação com os demais órgãos envolvidos, a fim de garantir a incolumidade física dos participantes do evento, contra tráfegos aéreos não identificados e considerados suspeitos.

Ainda no ano de 2014 a Força Aérea Brasileira foi empregada em missões de apoio logístico utilizando seu esforço aéreo em prol das seguintes atividades: Operação São Francisco, no complexo da Maré (GLO); Operação Humaitá (GLO); Operação Imperatriz (GLO); Operação de Desintrusão da Terra Indígena AWÁ-GUAJÁ (GLO); Operação de Desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé (GLO); Operação Ilhéus (GLO); Operação Bahia II (GLO); Operação Pernambuco (GLO); e Operação BRICS (Defesa Aérea); 28º e 29º Edições dos Expedicionários da Saúde; Programa Mais Médicos do Governo Federal; , 1º e 2º turnos das Eleições 2014; ENEM; ENADE; Combate ao Incêndio ocorrido no Chile; Enchentes no Espírito Santo, Acre, Amazonas e Rondônia; Rodízio das tropas e logística dos Contingentes Brasileiros no Haiti e no Líbano; Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e Projeto Calha Norte.

Para o ano de 2015 estão previstas as seguintes Operações Aéreas voltadas para o preparo e emprego da Força Militar: ÁGATA (9, 10 e 11); ATLÂNTICO IV; CENTRO-OESTE; PORTEIRA FECHADA; PATNAV ATLÂNTICO; REAL THAW; AIR MOBILITY RODEO; ANGEL DE LOS ANDES ; PANAMAX ; PERBRA ; COLBRA ; AVOP HX-BR; AVOP VH-36; CRUPIÊ; MORCEGO 2015; SIGMA; CARCARÁ 2015 ; TCA 01 ; ARCANJO 2015; e ESPECTRO 2015. As Operações Aéreas de preparo e emprego, voltadas para a atividade espacial para 2015 são: ÁGUIA 2015; TANGARÁ 2015; MUTITI; e SÃO LOURENÇO.

É pertinente esclarecer que em 2012, quando foi estabelecida a Meta de 32 Operações, a FAB computava apenas as Operações Aéreas de preparo e emprego da Força que estavam focadas na atividade aérea militar, sendo que a média



anual era de 8 Operações Aéreas. Consequentemente, em quatro anos teríamos as 32 Operações Aéreas. Entretanto, não foram consideradas na época, para fins de cômputo de preparo e emprego, as operações aéreas ligadas à área Espacial. A partir de 2013, as operações aéreas ligadas à área espacial da Força passaram a ser consideradas para fins de preparo e emprego, em face de sua importância estratégica para a FAB e para o País, prevista inclusive na Estratégia Nacional de Defesa (END). Assim, o que aparentemente possa parecer um aumento significativo das Operações Aéreas, em verdade, o que houve foi o cômputo das Operações Aéreas associadas à atividade espacial, as quais até 2012 não eram consideradas.

Quantidade alcançada

47

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Para a soberania da Nação Brasileira, a Estratégia Nacional de Defesa preconiza a independência tecnológica no desenvolvimento e produção de meios que suportem as atividades militares. No caso da Força Aérea Brasileira, essa independência tecnológica está focada na área aeroespacial.

Entre os resultados alcançados no Objetivo elencam-se os obtidos no segmento espacial com o Programa Espacial Brasileiro que opera em parceria com a Agência Espacial Europeia (ESA) e alcançou a expressiva marca de 199 veículos Ariane rastreados e confirmou o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) como peça importante do Acordo de Cooperação Internacional.

O CLBI também alcançou a significativa marca de lançar, monitorar e avaliar 31 foguetes em cinco dias como parte da Operação Astros 2020, realizada pela empresa Avibrás, em parceria com o Exército Brasileiro. Em agosto de 2014, o CLBI lançou com êxito mais um Foguete de Treinamento Básico (FTB) na Operação Barreira 10. Esse foguete tem 3 metros de comprimento e alcançou 30 km de apogeu.

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) realizou com sucesso, o lançamento de um FTB durante a Operação Falcão I/ 2014 e o lançamento do décimo Foguete de Treinamento Intermediário (FTI), durante a Operação Águia I/ 2014.

Em setembro de 2014, foi realizado no CLA o lançamento do foguete (FTI) VS-30 V13 durante a Operação Raposa, que levou uma carga útil denominada EPL (Estágio Propulsivo Líquido), que utiliza etanol e oxigênio líquido e o sistema GPS para uso espacial, desenvolvido em cooperação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o IAE, com suporte financeiro da Agência Espacial Brasileira (AEB).

Nessa operação, o modelo Weather and Range Forecasting – WRF, fruto de pesquisa do IAE, foi utilizado operacionalmente pelo meteorologista da campanha com excelentes resultados. O modelo tem o propósito de prever o comportamento do vento com uma antecedência de 6 a 12 horas, simular a trajetória do veículo na atmosfera e prever o ponto de impacto, visando o resgate de carga útil (quando necessário).

Tanto os FTB quanto os FTI fazem parte do projeto Foguetes de Treinamento (FOGTREIN), cujo principal objetivo é manter operacionais as equipes e testar os meios (antenas, radares, servidores, sistemas, softwares) que operam nos voos dos veículos lançados a partir de Alcântara.

Quanto ao segmento de ciência e tecnologia deste Objetivo destaca-se como relevante na atividade de Certificação de Projetos Aeroespaciais, que o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI) vinculado ao COMAER entregou o Certificado de Tipo da aeronave AS 365 K2 (Pantera) para a empresa Airbus Helicopters e também que por meio do seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT/DCTA), o IFI efetuou em setembro de 2014, seu primeiro pedido internacional de patente de invenção, junto à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), sediada na cidade de Genebra,



Suíça, intitulado “Dispositivo de Identificação Portátil, objetos cirúrgicos com marcadores magnéticos, método de identificação de objetos cirúrgicos com marcadores magnéticos e sistema de prevenção de retenção de objetos cirúrgicos com marcadores magnéticos”.

A invenção é de titularidade do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e foi classificada de grande apelo social e de forte potencial técnico e mercadológico para a indústria.

O IFI também realizou em 2014 várias Visitas Técnicas às empresas da Indústria Aeronáutica para prospectar e ampliar seu conhecimento acerca do potencial do parque industrial brasileiro e, desta forma, permitir atuação proativa nas atividades de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (Offset), Catalogação de Empresas do Setor Aeroespacial (CESAER), Convênio ICMS 75/91, Propriedade Industrial e Transferência de Tecnologia.

No segmento aeronáutico do Objetivo, os principais fatos foram: em 2013 a aprovação inicial da modernização de 43 aeronaves de caça nacionais A-1; diversas assessorias técnicas no campo industrial para a definição da nova aeronave estratégica de reabastecimento em voo - Projeto KC-X2 e a continuidade do desenvolvimento de um sistema nacional de enlace de dados em tempo real (ar-ar) e (ar-solo) - Projeto Data Link BR.

No projeto do avião de transporte tático e reabastecimento em voo KC-X /KC-390 foi concluída em 2014 a certificação do projeto, viabilizada por meio dos ensaios do protótipo e validação da linha de produção.

Em 03 de fevereiro de 2015 foi realizado com sucesso o primeiro voo de testes para avaliação das qualidades de voo e desempenho da nova aeronave.

O projeto, que será a maior aeronave já produzida na América Latina, é estratégico não apenas para garantir maior mobilidade militar mas também para consolidar o desenvolvimento da indústria nacional de defesa. Essa aeronave já tem 60 intenções de compra e conta com um mercado estimado de 700 unidades. A expectativa atual é que a construção do avião de carga deva atingir cerca de US\$ 20 bilhões em exportações.

O que se pode prever em função da alocação de recursos e das renegociações contratuais associadas aos projetos componentes do objetivo é um retardamento na execução e no resultado final das atividades planejadas.

Metas 2012-2015

• Desenvolver 4 projetos de sistemas bélicos

Análise Situacional da Meta

Nesta Meta, o projeto Bomba de Penetração (BPEN) foi concluído em 2012 e continuam em desenvolvimento os projetos Míssil Antirradar (MAR-1), Míssil Ar-Ar de 5ª Geração (A-DARTER) e Míssil Ar-Ar (MAA-1B), o que corresponde a 25% do previsto no período do PPA.

Os principais obstáculos aos projetos de desenvolvimento foram a reduzida alocação de recursos, agravados pela descentralização ocorrida somente no final do 1º semestre de 2014 e, ainda, aos riscos tecnológicas e fatores processuais que envolvem a condução de projetos de alta tecnologia.

Esses fatores, aliados aos atrasos decorrentes dos riscos associados ao desenvolvimento de sistemas de alta complexidade, comprometem os cronogramas propostos nos contratos firmados, exigindo a negociação de Termos Aditivos, que adiam os prazos de conclusão e alteram os custos iniciais. Contudo, ainda assim foi possível realizar etapas importantes desses projetos.

Com respeito ao desenvolvimento do míssil MAR-1 pela MECTRON, era esperado que em 2014 todos os subsistemas do míssil atingissem o estado de maturação compatível com a Critical Design Review (CDR). No entanto, os resultados obtidos na Campanha Contra Alvo 2.1, evidenciou a necessidade da continuidade no processo de desenvolvimento, de forma que os subsistemas e o míssil como um todo atinjam as potencialidades especificadas.

Também foi iniciada a avaliação do pedido de reequilíbrio econômico solicitado pela MECTRON. Dessa forma, estima-se que o término do desenvolvimento do MAR-1, previsto para o final de 2014, ocorra no ano de 2017. No que diz respeito ao desenvolvimento do míssil A-DARTER, fruto de uma parceria entre Brasil e África do Sul, em 2014 foram realizados o ensaio em voo cativo da eletrônica do míssil, a integração dos sistemas dos mísseis de ensaio, as entregas do hardware para a realização dos ensaios em voo de caracterização da performance, a Revisão Crítica (CDR)



do Projeto do Processador Central do Míssil, o ensaio em voo guiado com três lançamentos, o encerramento dos contratos nº 004/CTA-SDDP/2008 e 005/CTA-SDDP/2007 ambos com a MECTRON - Transferência de Tecnologia, a elaboração do 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 005/CTA-SDDP/2008, com a AVIBRAS, para contemplar as alterações de engenharia de sistemas no motor-foguete, a negociação e confecção de contratos para a Industrialização da Fase 4 no Brasil e a negociação e confecção de contrato para o desenvolvimento de IRSA alternativo utilizando detectores de mercado.

O projeto A-DARTER teve de ser readequado devido a disponibilidade de recursos. Desta forma, estima-se que o término do desenvolvimento previsto para 2015, ocorra no ano de 2017. Em 2015, planeja-se a execução da fase de desenvolvimento da industrialização do projeto, concomitante com o final da campanha de ensaios do míssil, para comprovação de requisitos técnicos, que serão realizados na África do Sul com a participação de equipes de ensaio brasileiras.

Com relação ao desenvolvimento do míssil MAA-1B, em 2014 foram realizados testes para avaliação da comunicação entre lançadores LAU-100/101 (com software modificado), equipamento que emula o míssil MAA-1B, e a aeronave F-5M, porém o projeto enfrenta ainda o desafio tecnológico do desenvolvimento dos subsistemas do Controle Ativo de Rolamento (CAR) e do Auto-Diretor, impossibilitando a continuidade do projeto, com base no cronograma físico-financeiro em vigor. A partir de 2015 há a perspectiva de realização de campanhas de ensaio em voo cativo, pré-programado-2 e contra alvo 1 e 2.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

• Desenvolver cargueiro tático militar (Projeto KC-X)

Análise Situacional da Meta

O Projeto KC-390 encontra-se na 4ª e última fase, a de Projeto Detalhado e Certificação da aeronave e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2. O avanço do processo de desenvolvimento da aeronave alcançou, ao final do exercício financeiro de 2014, 74,93% de execução física, mantendo-se a expectativa de atingir os 100% da meta em 2016, com a certificação final do projeto da nova aeronave, viabilizada por meio da campanha de voos de ensaios dos protótipos e validação final da linha de produção.

O projeto é estratégico não apenas para garantir maior mobilidade militar mas também para consolidar o desenvolvimento da indústria nacional de defesa. O projeto já tem 60 intenções de compra e conta com um mercado estimado de 700 aeronaves. A expectativa é que a construção do avião de carga deva atingir cerca de US\$ 20 bilhões em exportações.

Destacam-se como grandes marcos da execução física ocorrida na expansão da planta industrial de Gavião Peixoto – SP, em 2014:

- A inauguração em maio/2014 do hangar com todo o ferramental de montagem final das aeronaves;
- A conclusão da fabricação e apresentação oficial (roll-out) da primeira aeronave protótipo, em outubro/2014; e
- O início da integração da segunda aeronave protótipo.

No evento de apresentação do primeiro protótipo ficou evidente, pela presença de representantes de mais de 30 países, o interesse internacional pelo projeto, reforçando o potencial de exportação do produto, com todas as suas repercussões em termos de empregos e divisas para o Brasil.

Em relação aos compromissos originalmente autorizados era previsto atingir em 2014, 81,92% de avanço no desenvolvimento, mas, devido à disponibilidade orçamentária, foi necessário renegociar os contratos visando adequar a execução física ao montante de recursos disponibilizados.

Quantidade alcançada

74,93

Data de Referência

31/12/2014



• **Realizar 4 pesquisas na área de tecnologia aeroespacial**

Análise Situacional da Meta

A Meta atingiu 100% do previsto. No período teve continuidade a pesquisa da tecnologia de Propulsão Líquida, no Instituto de Aeronáutica e Espaço, tendo sido realizado com êxito o lançamento do foguete VS-30 V13 (FTI) com o uso de Etanol como combustível.

A Divisão de Ciências Atmosféricas do IAE, em sua linha de pesquisa “Meteorologia Aeroespacial”, desenvolveu e adaptou o uso do modelo numérico WRF (Weather and Range Forecasting) para o Centro de Lançamento de Alcântara, por meio de análises de validação das saídas do modelo em comparação com dados observados (perfis verticais do vento), a fim de garantir a segurança das atividades de lançamento de foguetes.

Dentre as diversas pesquisas de tecnologia aeroespacial realizadas pelo DCTA, destacam-se as quatro seguintes:

1) Em 2012 o IAE certificou o subsistema de recuperação do Sara Suborbital com a realização do ensaio de abertura dinâmica dos paraquedas. Foi a campanha final de processo iniciado em 2008 onde foi importante o descarte de atuadores de separação pirotécnicos em prol dos pneumáticos e elétricos, o que constitui inovação em relação ao “design” clássico deste tipo de conjunto.

2) Em 2013 foi concluído o processo de fabricação da manta absorvedora de microondas com resina epóxi usando aditivo MnO-MgO-Fe2O3, que será utilizado para blindagem de ruídos eletrônicos. A composição com os aditivos citados são uma inovação desses componentes na classe de materiais absorventes.

As aplicações desses materiais concentram-se no setor da indústria de telecomunicações e aeronáutica, podendo se relacionar:

- Revestimentos de câmara anecoica para ensaios eletromagnéticos;
- Blindagem de ambientes com fontes intensas de Rádio Frequências danosas ao tecido humano;
- Antenas de alto desempenho;
- Controle de interferência eletromagnética;
- Redução da seção reta radar (“radar-cross-section”) de aeronaves e artefatos; e

3) No início de junho de 2014 foram realizados ensaios a quente do Gerador de Gás do Motor L75, executados com êxito no banco de ensaios da Divisão de Propulsão Espacial (APE), com o apoio financeiro da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP). O Gerador de Gás é uma parte importante do Motor L75, pois serve para acionar a turbina que movimenta as bombas de propelentes líquidos, etanol e oxigênio líquido. Esses ensaios serviram para verificar a sequência de partida e desligamento, o processo de combustão e validar os modelos termodinâmicos adotados no projeto, cujo regime de funcionamento é muito diferente daqueles usuais em motores a líquido. Ensaios semelhantes não haviam sido realizados ainda no País e não são conhecidos similares que funcionem com o par oxigênio líquido e etanol.

4) A quarta pesquisa também realizada em 2014, visa garantir a segurança das atividades de lançamento de foguetes, em particular no Centro de Lançamento de Alcântara, onde há a necessidade de se prever o comportamento do vento com uma antecedência de 6 a 12 horas para simular a trajetória que o veículo fará na atmosfera e para prever o ponto de impacto, visando o resgate de carga útil (quando necessário). Para tanto, faz-se uso de modelos atmosféricos regionais (por exemplo, o Weather and Range Forecasting – WRF), ferramenta normalmente utilizada nos Centros Operacionais de Meteorologia, que necessita de dados de vento e de temperatura, e de algumas informações do local (por exemplo, das condições de topografia, do uso do solo, etc). A Divisão de Ciências Atmosféricas, em sua linha de pesquisa “Meteorologia Aeroespacial”, desenvolveu estudos para adaptar o uso de um destes modelos numéricos (no caso o WRF) para o Centro de Lançamento de Alcântara, por meio de análises de validação das saídas do modelo em comparação com dados observados (perfis verticais do vento). Ao longo de 2011- 2014, foram realizados testes com as parametrizações de transporte vertical de momentum e de microfísica de nuvens, visando representar as condições do tempo no CLA da melhor maneira possível. Além disso, houve um esforço muito grande em deixar o modelo totalmente automatizado.

Durante a Operação Raposa realizada no CLA entre agosto-setembro de 2014, o modelo WRF foi utilizado



operacionalmente pelo previsor meteorologista da campanha, com excelentes resultados. Uma análise mais detalhada dos resultados obtidos está em andamento, comparando os valores simulados com os observados através de métricas estatísticas (viés e erro médio quadrático). Uma outra pesquisa (a ser executada ao longo do ano de 2015), é o uso das saídas deste modelo para se estudar a dispersão de gases liberados pela combustão do propelente sólido dos veículos lançados no CLA. Este modelo foi o assunto de 2 mestrados acadêmicos e de 3 trabalhos científicos publicados em revistas especializadas.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

02/01/2015

OBJETIVO: 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Comando da Aeronáutica (COMAER) promove continuamente a adequação da frota de aeronaves e dos meios operacionais empregados pela Força Aérea Brasileira (FAB) para assegurar a defesa aeroespacial do País e cumprir sua destinação constitucional.

A modernização e a aquisição de aeronaves de combate, transporte e patrulha, de helicópteros e de aeronaves remotamente pilotadas (ARP), mais conhecidas por veículo aéreo não tripulado (VANT), são algumas das metas estruturantes respaldadas na Estratégia Nacional de Defesa (END) estando diretamente relacionadas com o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) e o Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (PAED).

Considerando o planejamento definido para os projetos do COMAER, é importante destacar que em 2014:

- a)foi recebida 01 (uma) nova ARP (ou VANT), modelo Hermes 900, adquirida junto à empresa AEL Systems S.A,
- b)foi entregue e recebida a última aeronave de patrulha P-3BR modernizada pela EADS – Construcciones Aeronáuticas S.A., totalizando as 09 aeronaves do projeto. Neste projeto foram recebidas as etapas contratuais referentes aos materiais de solo, à Assistência Técnica, à Garantia Estendida, aos motores reserva 5 e 6, e às etapas referentes ao Fundo de Revitalização, bem como celebrada a assinatura do 8º Termo Aditivo transferindo etapas contratuais de 2014 para 2015; estima-se para 2015 a conclusão do recebimento e pagamento de etapas contratuais finais;
- c)foram recebidas 12 das 14 aeronaves de transporte de carga e tropa a serem modernizadas em 2014 no Projeto C-95 Bandeirante, muito utilizadas em missões ACISO – Ação Cívico-Social, especialmente nas regiões amazônica e do Pantanal; ao longo do ano de 2015, último ano do Projeto C-95, existe a previsão contratual de recebimento de nove aeronaves C-95 e oito aeronaves P-95 empregadas em patrulhas marítimas, buscas e resgates);
- d)no Projeto H-XBR, as principais realizações no período foram: o recebimento de 07 (sete) helicópteros, acompanhados de suporte logístico inicial, desta forma foram recebidos desde 2012 o total de 12 helicópteros EC-725, sendo três para uso da FAB, quatro do Exército, três da Marinha e dois VIP (operados pela FAB); importante registrar, ainda, que em 2011 foram entregues outras três aeronaves EC-725, sendo destinada uma para cada Força Singular, perfazendo 15 helicópteros entregues desde o início do Projeto;
- e)No Projeto FX-2, de aquisição de 36 caças multipropósito Gripen NG , o COMAER celebrou a assinatura do contrato comercial com a empresa SAAB e a EMBRAER, bem como do contrato de compensação comercial, em outubro de 2014, sendo o início de sua eficácia prevista para 2015; encontram-se em negociação os contratos relativos ao suporte logístico e à aquisição de armamentos;
- f)quanto aos Projetos de desenvolvimento e de aquisição do cargueiro tático militar KC-390, foi celebrado em maio de 2014 com a EMBRAER o contrato de aquisição de 28 Aeronaves de série e logística inicial associada; Ainda em 2014 foram registradas as seguintes realizações: inauguração do Hangar de montagem final das aeronaves KC-390, conclusão



da montagem da primeira aeronave protótipo, recebimento dos segmentos estruturais do segundo protótipo da aeronave e início da integração da segunda aeronave protótipo; apresentação oficial da primeira aeronave protótipo (roll-out). Este último evento marcou a conclusão da fase de integração e deu início à campanha de testes em solo, visando à realização do voo inaugural que ocorreu em 3 de fevereiro de 2015, está planejada a conclusão da 2ª aeronave protótipo e o início da realização da campanha de ensaios em voo para a certificação do produto.;

g)no que se refere ao Projeto A-1 (AM-X), ao final de 2012, a EMBRAER já dispunha de quatorze aeronaves para revitalização e modernização, sendo que, em 2013, mais oito aviões foram entregues à referida empresa; até 2014 foram recebidas três aeronaves de combate modelo A-1M modernizadas;

h)na segunda fase do Projeto de Modernização dos F-5BR, iniciada em 2012, 07 aeronaves foram recolhidas à EMBRAER para execução dos serviços contratados e em 2014 foram recebidas 4 aeronaves F5BR modernizadas e a primeira aeronave biposto modernizada; para 2015 está previsto o recebimento de 2 F5BR biposto e dos demais F5BR modernizados, bem como de salvados provenientes das unidades que não serão modernizadas;

i)no âmbito do Projeto AH-X, a empresa Rosoboron Export, fornecedora dos helicópteros Mi-35, entregou em 2014 o quarto e último lote das 12 (doze) unidades contratadas no final de 2009; assim sendo, a Força Aérea incorporou ao seu acervo mais 03 (três) helicópteros AH-2 Sabre e o simulador/treinador já se encontra em fase final de recebimento;

j)no Projeto CL-X2, de aquisição de aeronaves de busca e salvamento modelo C-295, fabricado pela EADS-CASA foi concluída a análise da oferta, a elaboração do Relatório Final, a negociação contratual e a assinatura do Contrato em 30/04/2014; paralelamente foram analisados e negociados os Projetos de Compensação (Offset), resultando na assinatura do Acordo de Compensação em 17/06/2014; Ainda em 2014, teve início a execução contratual e pagamento da 1ª Etapa; Para 2015, o destaque será a realização da reunião do Critical Design Review (CDR);

l)no Projeto I-X (denominado inicialmente de Projeto VU-Y) em 30/04/2014 foi assinado contrato com a EMBRAER S/A, para o fornecimento de seis aeronaves LEGACY 500 e suporte logístico inicial, configuradas como laboratório de inspeção em voo do SISCEAB;

m)no Projeto E-99M foram realizadas várias etapas contratuais, destacando-se, em especial: a realização do Critical Design Review (CDR) com fornecedores da EMBRAER Aviation International (EAI); finalização do software, demonstração em campo e treinamento prático do hardware do Sistema de Missão Móvel de Comando e Controle (ERIEYE); e a realização da Revisão Preliminar do Projeto (PRR) com fornecedores da AEL SISTEMAS S.A.;

n)No Projeto Link BR2, que tem como objetivo de desenvolver, integrar, validar e fornecer um sistema tático de enlace de dados entre aeronaves e com estações de solo, foram recebidos os Estudos Técnicos Preliminares 1 e 2, realizada a System Functional Review (SFR) e a Preliminary Design Review (PDR) dos itens embarcados e dos itens de solo; Para 2015, estão previstas a realização do Critical Design Review (CDR), a entrega dos rádios NETCOR, o desenvolvimento e entrega (produto) da Estação Data Link (EDL) e o desenvolvimento e entrega (protótipo) da EDL de Comunicações (COM).

Metas 2012-2015

• Adquirir 45 aeronaves

Análise Situacional da Meta

De Janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foram incorporadas ao acervo do Comando da Aeronáutica 18 (dezoito) aeronaves, sendo que:

- a) Em 2012: quatro aeronaves de caça leve, modelo AL-X Super Tucano, fabricados pela EMBRAER S/A e cinco helicópteros H-36 (EC-725) fabricados pelo consórcio Helibrás/Eurocopter;
- b) Em 2013: foi recebida uma aeronave de asa rotativa CH-60/Black Hawk, fabricada pela Sikorsky Aircraft Corporation, duas aeronaves de transporte leve modelo C-98 Caravan, fabricado pela também norte-americana Cessna Aircraft Company, e dois VANT fabricados pela israelense Elbit Systems, totalizando cinco aeronaves.
- c) No período de janeiro a dezembro de 2014, foram recebidas: 01 (uma) aeronave não tripulada (VANT), modelo Hermes 900, da empresa israelense AEL Systems e os 03 (três) últimos helicópteros russos AH-2 Sabre (MI-35)



totalizando as 12 aeronaves previstas no contrato referente ao Projeto AH-X, iniciado em 2009.

Observação: Até 2013 não vinham sendo incluídos no cálculo dessa Meta os helicópteros do projeto HX-BR. Após a revisão do critério foram somados os cinco helicópteros H-36 que foram destinados à FAB a partir de 2012, dos quais, dois na configuração VIP para o atendimento de missões da Presidência da República.

Importante ressaltar que outros sete helicópteros do Projeto HX-BR também já foram recebidos ao longo do PPA 2012-2015, sendo quatro destinados ao Exército e três à Marinha, motivo pelo qual não foram considerados nesta Meta.

Esta meta, estabelecida para o período do PPA, não será atingida devido às várias postergações da escolha da empresa vencedora para o fornecimento de 36 aeronaves de combate (Projeto F-X2).

Soma-se ao fato a necessidade de adequar as execuções contratuais aos limites orçamentários do Ministério da Defesa no período 2012-2014.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/12/2014

• Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015.

Análise Situacional da Meta

Objetivando assegurar sua capacidade efetiva de realizar sua missão constitucional, o COMAER em 2014 voltou a priorizar os investimentos relativos aos projetos relacionados à essa Meta, com isto foi possível dar prosseguimento às etapas contratuais acordadas para a consecução de 07 (sete) projetos estratégicos definidos pela logística militar do COMAER que também abrange a nacionalização de seus respectivos processos de fabricação.:

- a)Projeto Armamento do P-3AM – Aquisição de míssil Harpoon;
- b)Projeto Armamento do P-3AM – Aquisição de bomba BDU-48;
- c)Projeto Python 4 – Aquisição de kits de modificação de lançador;
- d)Projeto Bomba Guiada a Laser – Aquisição de kits de guiagem a laser;
- e)Projeto Contratação de Suporte Logístico para os Pod Reccelite e Litening;
- f)Projeto de modificação de lançador para míssil Derby para treinamento; e
- g)Projeto Aquisição de sistema de Cômputo de Tiro.

Destacam-se nos projetos acima a aquisição de um sistema de cômputo de tiro ar-solo, necessário ao treinamento e qualificação das tripulações aéreas, bem como o pagamento de etapas contratuais de projetos como a aquisição de mísseis Harpoon e Python 4, que haviam permanecido suspensas em 2013.

Adicionalmente a estes sete projetos, no âmbito do Comando Geral de Operações Aéreas (COMGAR), em 2014 verificaram-se cinco entregas relativas ao Sistema de Planejamento e Análise de Comando e Controle (SPA-C2) do Projeto Hércules 2, restando para 2015 a entrega para a entrada em produção e a última entrega do contrato de desenvolvimento em 2016.

Em decorrência da citada priorização de projetos realizada pelo COMAER, foi possível realizar 15,9% da meta em 2014, os quais, somados aos 1,47% atingidos em 2013 com o desenvolvimento de alvo aéreo para o míssil MMA-1B e de kits de guiagem laser para bombas de baixo arrasto para fins gerais (BA-FG), representam o alcance total de 17,37% da Meta programada.

Em 2015 essa meta deverá atingir 24,81% com o pagamento de 7,1% de restos a pagar de 2014.

Quantidade alcançada

17,37

Data de Referência

31/12/2014

• Modernizar 20 aeronaves

Análise Situacional da Meta



De Janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foram modernizadas nove aeronaves de patrulha marítima denominada P-3BR, fabricada pela empresa norte-americana Lockheed Martin e modernizada pela empresa espanhola EADS-CASA, 23 aeronaves de transporte leve modelo C-95 Bandeirante, uma aeronave de patrulha marítima modelo P-95 e três aeronaves de ataque ar-superfície A-1M, (Projeto AM-X), todos de fabricação nacional – EMBRAER S/A e uma aeronave de combate modelo F-5FM (biposto).

No período de janeiro a dezembro de 2014, no que diz respeito à modernização de aeronaves, foram recebidas 12 aeronaves de transporte de carga/tropa C-95 Bandeirante de um total de 14 aeronaves entregues para modernização, duas aeronaves de combate modelo A-1M (Projeto AM-X), quatro aeronaves de combate modelo F5BR monoposto e mais uma F-5BR biposto e a última aeronave de patrulha P-3BR.

Para 2015, existe a previsão do recebimento de mais 17 aeronaves modernizadas, modelo C- 95 Bandeirante, com o encerramento do contrato de modernização previsto para novembro de 2015.

A meta de modernizar 20 aeronaves foi extrapolada em relação ao planejado, pois embora existam projetos com execução abaixo do planejado, ocorreu a modernização/revitalização de aeronaves não previstas inicialmente.

Ressalta-se que o montante despendido para modernizar e ou revitalizar uma aeronave depende de vários fatores tais como: tipo de aeronave, tempo de operação da aeronave, complexidade do serviço a ser executado, disponibilidade de componentes, boletins técnicos entre outros.

Quantidade alcançada

37

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0482 - Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2014, o Exército Brasileiro, coerente com a concepção da estratégia de emprego, deu continuidade à manutenção e ao fortalecimento do posicionamento de cerca de 280 organizações militares operacionais e respectivos comandos no território nacional, priorizando a mobilidade estratégica de suas tropas, o aumento da vigilância e monitoramento da linha de fronteira brasileira e a articulação militar terrestre, visando dissuadir possíveis ameaças. Foi dada continuidade à implementação dos Projetos Estratégicos do Exército (PEEx): Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron); Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger); Defesa Cibernética e Guarani. Todos estes projetos continuam contribuindo para a aquisição de meios para sensoramento, apoio à decisão e atuação integrada da Força Terrestre.

Merece destaque a aquisição de mais 250 metros de pontes modulares semipermanentes e o prosseguimento da execução de obras de infraestrutura de instalações de aquartelamentos do Exército, bem como a elaboração de projetos para novas obras que possibilitam melhores condições para o cumprimento das missões constitucionais do Exército.

A implementação das iniciativas deste Objetivo proporcionou a melhoria da infraestrutura das organizações militares do Exército; a geração de empregos em diferentes regiões do País; e beneficiou a sociedade brasileira ao possibilitar a presença das forças militares em áreas remotas do território nacional, o que contribui, de forma permanente, para diminuir crimes transfronteiriços e ambientais, bem como proporcionar maior segurança à população.

A adequação e a otimização da infraestrutura de instalações do Exército está conectada diretamente com outras políticas públicas que visam à consecução do Plano Estratégico de Fronteiras, do Governo Federal.

As obras de adequação e otimização da infraestrutura de instalações do Exército distribuíram-se pelo território nacional, com destaque para as áreas de fronteira.



Metas 2012-2015

- **Ampliar a capacidade de construção de pontes modulares semi-permanentes para travessia de obstáculos e seu emprego combinado em calamidades e desastres naturais de 300m para 1.000m até 2015.**

Análise Situacional da Meta

No ano 2014, o foram adquiridos 250 metros lineares de pontes modulares semipermanentes, o que possibilitou a ampliação da sua capacidade de construção e instalação de pontes modulares semipermanentes para travessia de obstáculos para 1210 metros.

Essa equipagem, juntamente com a equipagem já existente nos Batalhões de Engenharia de Combate, ampliará a capacidade de operar da tropa em atividades militares e no apoio à população no caso de calamidades.

Com isso, a meta prevista foi cumprida e ultrapassada, possibilitando melhores condições de emprego dos Batalhões de Engenharia de Combate em todas as regiões do País.

Quantidade alcançada

1.210

Data de Referência

15/12/2014

- **Ampliar a capacidade de implantação de Próprios Nacionais Residenciais de 170 unidades/ano para 190 unidades/ano, em especial nas localidades de fronteira.**

Análise Situacional da Meta

Para ampliar a capacidade de apoio a família militar, o Exército Brasileiro concluiu no ano de 2014 a implantação de 96 próprios nacionais residenciais (PNR), nas guarnições militares do País.

A expectativa para o ano de 2015 é a de dar continuidade na construção de mais 1.091 PNR em diversas cidades onde existe organizações militares, em especial em guarnições dos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Acre, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul.

Para melhorar as condições de moradia dos militares do Exército, busca-se a realização de Parceria Público-privada (PPP) para a construção, administração e manutenção de cerca de 20.000 unidades habitacionais em todo o país.

Com as obras de construção que estão em andamento e a com previsão de recursos para o ano de 2015, estima-se que essa meta seja alcançada até o final do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

164

Data de Referência

15/12/2014

- **Aumentar de 40% para 50% a adequação das organizações militares na Amazônia.**

Análise Situacional da Meta

Com o propósito de implementar a estratégia da presença na região amazônica, o Exército Brasileiro busca ampliar a adequação das organizações militares nesta área, onde estão situados os comandos militares da Amazônia e do Norte, com cinco Brigadas de Infantaria de Selva e suas Organizações Militares subordinadas, totalizando um efetivo superior a 25 mil militares.

Destaca-se nessa meta a importância de adequação dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), pois juntamente com os militares que neles residem e trabalham há a comunidade local (muitas vezes indígenas).

As principais realizações no de 2014 nas organizações militares na Região Amazônica foram:

-No 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Manaus/AM) - construção e adequação de instalações a serem compartilhadas com o 7º Batalhão de Polícia do Exército;

-No 3º Batalhão de Infantaria de Selva (Barcelos/AM) - construção de um bloco de próprios nacionais residenciais com 12 Apartamentos para Subtenentes e Sargentos, construção do Pavilhão Enfermaria e construção do Grupo Gerador.

-No 61º Batalhão de Infantaria de Selva (Cruzeiro do Sul/AC) - construção da estação de tratamento de esgoto, construção da pavimentação, construção do cercamento e construção da quadra poliesportiva.



-No 34º Batalhão de Infantaria de Selva (Macapá/AP) - adequação da rede elétrica da Base Administrativa do Comando de Fronteira Amapá.

-Início das obras de implantação do Comando da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, em Macapá-AP.

-No Comando da 8ª Região Militar (Belém/PA) - construção do Pavilhão Garagem.

Além destas obras, houve continuidade às obras de adequação nos demais Batalhões de Infantaria de Selva e nos Pelotões Especiais de Fronteira presentes na faixa de fronteira amazônica.

A expectativa para o próximo período é de dar continuidade às obras de adequação das diversas organizações militares, o que trará benefícios simultâneos para os militares e à população local.

A meta evoluiu 3% no ano de 2014, passando de 45% para 48%. Com esse crescimento e a estimativa para o ano de 2015, espera-se que essa meta seja alcançada até o final do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

48

Data de Referência

15/12/2014

- **Aumentar de 40% para 60% a adequação da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada e da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, a fim de otimizar a capacidade ofensiva da Força Terrestre, face a crises de grande vulto.**

Análise Situacional da Meta

A 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, com o Comando e Unidades Subordinadas situadas no Estado do Paraná e a 6ª Brigada de Cavalaria Blindada, com o Comando e Unidades Subordinadas situadas no Estado do Rio Grande do Sul, estão sendo reestruturadas para receber novos meios blindados.

A maior parte das instalações das Unidades Subordinadas da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada ainda se encontra com obras de adequação, como o 5º Regimento de Carros de Combate, em Rio Negro/PR, o 3º Regimento de Carros de Combate, em Ponta Grossa/PR, o 5º Batalhão Logístico e o Parque Regional de Manutenção da 5ª Região Militar, ambos em Curitiba/PR.

A maior parte das instalações das Unidades Subordinadas da 6ª Brigada de Cavalaria Blindada já foram adequadas ou tiveram as obras de construção concluídas. Entretanto, ainda há necessidade de obras de vulto no 4º regimento de Carros de Combate, em Rosário do Sul, no 1º Regimento de Carros de Combate, no Parque Regional de Manutenção da 3ª Região Militar e no 4º Batalhão Logístico, em Santa Maria.

As principais realizações no ano de 2014 nas unidades da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada foram a conclusão da construção do Pavilhão do 4º Esquadrão de Carros de Combate no 3º Regimento de Carros de Combate e a continuidade no:

-5º Regimento de Carros de Combate - as obras de construção da garagem de blindados da Companhia de Comando e Apoio e dos 1º, 2º, 3º e 4º Esquadrões de Carros de Combate; de pavimentação dos 1º, 2º, 3º e 4º Esquadrões de Carros de Combate; do pavilhão de Comando; do pavilhão do 3º Esquadrão de Carros de Combate e do pavilhão de manutenção de viatura; de construção das redes hidrossanitária (2ª Fase), elétrica, de lógica e de telefonia; e as de construção do Corpo da Guarda.

-5º Batalhão Logístico - as obras de construção do pavilhão de manutenção da viatura blindada de combate Leopard, da pavimentação rígida da entrada da organização militar até o pavilhão de manutenção e de reparação do posto de abastecimento.

-3º Regimento de Carros de Combate - as obras de construção do pátio de viaturas sobre rodas, do pavilhão de serviços terceiros, construção da pavimentação e do pórtico da guarita principal.

-Parque Regional de Manutenção da 5ª Região Militar - as obras de construção do pavilhão de manutenção de viaturas blindadas e construção da garagem de viaturas sobre rodas.

As principais realizações no ano de 2014 nas unidades da 6ª Brigada de Infantaria Blindada foram a conclusão da construção da pavimentação de acesso à área de manutenção de blindados e aquisição e instalação de sistema de



proteção para descargas atmosféricas, ambas no 4º Regimento de Carros de Combate e a continuidade no:

-4º Regimento de Carros de Combate - as obras de adaptação da entrada da rede elétrica e de adequação de pavimentação, a construção do pavilhão de manutenção de viaturas blindadas e a adequação da rampa de lavagem de blindados.

-12º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado - as obras de construção do pátio de manobra.

-4º Batalhão Logístico - as obras de construção do pavilhão romaneio e do pavilhão de manutenção de blindados.

-Campo de Instrução de Santa Maria - as obras de construção do simulador de apoio de fogo, construção da subestação de energia e de pavimentação.

-Centro de Instrução de Blindados - a construção do pavilhão de ensino e manutenção, do pavilhão garagem, do pavilhão manutenção de blindados e pista de concreto.

-1º Regimento de Carros de Combate - as obras de ampliação do pavilhão de manutenção, de construção da garagem para carretas de transporte e de adequação do posto de abastecimento;

-9º Regimento de Cavalaria Blindado - as obras de adequação do posto de combustível e de construção do pavilhão de manutenção e de adaptação da oficina mecânica.

A meta evoluiu 2% no ano de 2014, passando de 47% para 49%. Com o ritmo de crescimento ao longo dos anos e a previsão para o ano de 2015, estima-se que essa meta não seja alcançada ao final do PPA.

Quantidade alcançada

49

Data de Referência

15/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sul	60	%	49	15/12/2014

• Aumentar de 60% para 80% a adequação da Força de Ação Rápida Estratégica (FAR Estratégica).

Análise Situacional da Meta

A Força de Ação Rápida Estratégica (FAR Estratégica) é composta pela Brigada de Infantaria Paraquedista, Comando de Aviação do Exército, Brigada de Operações Especiais e 12ª Brigada de Infantaria Leve.

A FAR é integrada por militares com elevados níveis de treinamento e têm condições de atuar rapidamente em qualquer ponto do território nacional.

A Brigada de Infantaria Paraquedista é integrada por dez unidades operacionais, algumas delas instaladas em aquartelamentos existentes desde a década de 1950. A maior parte das instalações já foram adequadas e necessitam de complementos para uma utilização mais racional.

A Brigada de Aviação do Exército é integrada por sete unidades operacionais, distribuídas em três Estados da Federação (SP, AM e MS), sendo a mais recente o 3º Batalhão de Aviação do Exército, em Campo Grande – MS, que iniciou sua implantação em 2012.

A Brigada de Operações Especiais, com sede em Goiânia-GO, é integrada por sete unidades versáteis de apoio e de operações especiais, com efetivos de militares especializados em missões de Comandos, Operações Psicológicas e de Força Especiais.

A 12ª Brigada de Infantaria Leve, com sede em Caçapava - SP, é integrada por nove unidades operacionais e está organizada, equipada e adestrada para deslocar-se por meio aéreo ou helitransportado para cumprir missões em curto prazo e em qualquer ponto do território nacional.

As principais realizações em 2014 nas unidades da Força de Ação Rápida Estratégica foram a reparação do pavilhão da 2ª Companhia de Fuzileiros do 2º Batalhão de Infantaria Leve (São Vicente/SP), a construção de um bloco de próprios nacionais residenciais com 12 Apartamentos para Subtenentes e Sargentos na Brigada de Operações Especiais (Goiânia-GO) e a construção da coleta seletiva do 4º Batalhão de Aviação do Exército (Manaus/AM).

Nas unidades da Força de Ação Rápida Estratégica encontram-se em andamento:



-No Batalhão de Aviação de Taubaté (Taubaté/SP) - a construção do hangar do Batalhão de Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército, a construção do simulador de voo, a adequação da estação de tratamento de esgoto e construção da via de acesso aos hangares.

-No 3º Batalhão de Aviação do Exército (Campo Grande/MS) - a construção do pátio de aeronaves, a construção da pista de taxiamento, a construção da complementação da pista de abastecimento, a construção de cinco guaritas e a construção do cercamento frontal.

-No 4º Batalhão de Aviação do Exército (Manaus/AM) - a construção do hangar II, a construção da estação de tratamento de esgoto e a construção da subestação II.

-Na Brigada de Operações Especiais - a construção de dois depósitos (paióis) e a construção do Pavilhão Almojarifado.

Até o momento foi alcançada 70% da meta prevista.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

15/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	80	% acumulado do projeto físico	70	15/12/2014

• **Aumentar de 60% para 80% a adequação das organizações militares fora da Amazônia.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foi dado prosseguimento na execução das obras para melhorar as condições operacionais e administrativas em 143 organizações militares nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Bahia, Piauí, Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e no Distrito Federal, sendo a sua grande maioria dotadas de instalações com idade superior a 50 anos (algumas dessas do início do Século 20), com as infraestruturas bastante deterioradas devido ao longo tempo de utilização.

Até o momento foi alcançada 72% da meta prevista.

Quantidade alcançada

72

Data de Referência

15/12/2014

• **Estruturar 20% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), a fim de otimizar a contribuição da Força Terrestre para atuação e segurança do Estado na faixa de fronteira.**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) é um sistema integrado de sensoramento, de apoio à decisão e de emprego operacional, com a previsão de desdobrar meios cujo propósito é fortalecer a capacidade de monitoramento e de atuação do Estado nos 16.886 km da faixa de fronteira brasileira o que equivale a cerca de 27% do território nacional. O Projeto Básico do Sisfron elaborado em 2011 prevê o montante de R\$ 11,9 bilhões (para as infraestruturas de tecnologia, de obras civis e de apoio à atuação operacional) a serem aplicados em um período de implantação de dez anos.

Os benefícios da sua implantação são: a ampliação da capacidade do Exército de compartilhar dados produzidos com outros órgãos governamentais, como por exemplo, com os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras, existentes nos níveis estadual e municipal; a impulsão na capacitação da indústria nacional; e a geração de empregos na indústria nacional, com uma expectativa de se criar mais de 12 mil empregos anuais.

No ano de 2014 foi dada continuidade à implantação do Projeto Piloto do Sistema na área do Comando Militar do Oeste, que engloba os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com foco principal na área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede em Dourados - MS, melhorando a capacidade operacional de suas unidades subordinadas, desdobradas ao longo da faixa de fronteira.



A execução do projeto é complexa, tendo em vista o fato de que os bens e serviços contratados, em função de sua natureza, objetivo e vulto, não estão disponíveis “em prateleira”, para pronto fornecimento. Além disso, o projeto ainda enfrenta o desafio de realizar a regularização patrimonial das áreas onde serão instaladas as torres das Infovias.

As principais realizações do período foram as seguintes:

1)No Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão

Os investimentos realizados possibilitaram as entregas de conjuntos compostos por câmeras pessoais portáteis, processadores táticos de vídeos e rádios portáteis, com alta capacidade de transmissão, para serem empregados pelas frações da ponta da linha durante as operações. Adicionalmente, foram realizadas as entregas de viaturas especializadas de comunicações táticas e de comando e controle.

2)No Sistema de Apoio à Atuação

Os investimentos realizados possibilitaram aquisições de material de emprego militar para o Sistema e permitiram atender às necessidades básicas das organizações militares localizadas na área do Comando Militar do Oeste, abrangendo a região do Projeto Piloto do PEE SISFRON.

Foi possível atender, ainda, a outras necessidades pontuais e emergenciais dos Comandos Militares da Amazônia e do Sul.

3)No Sistema de Obras de Infraestrutura

Os recursos disponibilizados permitirão o prosseguimento, até 2015, de obras contratadas em 2012 (9º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica) e em 2013, bem como reforçar os recursos destinados ao pagamento de mão de obra temporária contratada pelo Projeto.

Até o momento foi alcançada 5,79% da meta prevista.

Quantidade alcançada

5,79

Data de Referência

15/12/2014

• **Implantação e adequação das instalações do Comando do Exército em Pirassununga - SP**

Análise Situacional da Meta

O 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado, sediado em Pirassununga-SP, sofreu um processo de transformação, adequando as instalações a sua nova dotação de viaturas blindadas. As metas de implantação e adequação foram alcançadas, possibilitando melhores condições para o cumprimento de sua missão como unidade operacional.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

15/12/2014

• **Implantar 100% da Brigada de Operações Especiais**

Análise Situacional da Meta

A Brigada de Operações Especiais é integrada por seis unidades operacionais sediadas em Goiânia-GO e uma unidade em Manaus-AM.

A Brigada conta com unidades versáteis de apoio e de operações especiais, com efetivos de militares especializados em missões de comandos, operações psicológicas e de forças especiais.

A Brigada foi criada em 2002 e encontra-se em processo de implantação. A maior parte das instalações já foi adequada, sendo necessários complementos para possibilitar melhor adestramento dos militares.

No ano de 2014 foi dada a continuidade e/ou concluídas as seguintes atividades iniciadas em 2013: construção do pavilhão almoxarifado, construção da área de prestadoras de serviços e permissionários; construção do pavilhão administrativo da Base de Administração e Apoio.

Até o momento foi alcançado 90% da meta prevista.

Quantidade alcançada

90

**Data de Referência**

15/12/2014

• Modernizar 75% da estrutura da 12ª Brigada de Infantaria Leve**Análise Situacional da Meta**

A 12ª Brigada de Infantaria Leve encontrava-se com 70% do processo de modernização executado até 2012.

Não houve evolução no ano de 2014, contudo, com a previsão de execução para 2015, estima-se que essa meta seja alcançada até o final do PPA.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

15/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	75	%	70	15/12/2014

OBJETIVO: 0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo tem quatro vertentes de atuação: apoio a comunidades carentes; capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar; desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças e a cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional.

Existe uma significativa aderência destas vertentes de atuação, consideradas atividades subsidiárias do Ministério da Defesa e nas Forças Armadas, às Políticas Setoriais e Agendas Transversais relativas à sociedade brasileira localizada em áreas com maiores índices de pobreza e exclusão social e em municípios isolados.

No que tange à vertente de apoio a comunidades carentes, o Projeto Rondon, é um projeto de integração social que tem como um de seus objetivos, a busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população e que acumulou número significativo de 4.913 universitários capacitados ao longo do período do PPA -. Ademais, houve o engajamento de 478 Instituições de Ensino Superior, localizadas em 19 Estados de origem, atuando em nove Estados da Federação, percorrendo 239 municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), beneficiando milhares de cidadãos.

No âmbito da execução do Projeto Soldado Cidadão, que trata da capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar, foram qualificados 12.802 jovens no ano de 2014, sendo 1.246 da Marinha, 10.654 do Exército e 902 da Aeronáutica, perfazendo, ao longo do PPA, até dezembro de 2014, um total de 37.636 jovens capacitados.

A capacitação dos jovens recrutas abrange as áreas da indústria, transporte, serviços gerais, informática e comércio, isso realizado durante a prestação do serviço militar, o que proporciona uma oportunidade de inseri-los no mercado de trabalho, ao regressarem à vida civil.

As novas parcerias entre organizações militares com instituições do Sistema "S", entre elas o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan); com empresas do setor de telecomunicações; e a criação de cursos de formação de condutores; estes foram os fatores significativos que contribuíram para a melhor qualificação dos jovens cidadãos Brasileiros.

Quanto à contribuição pelo Programa Forças no Esporte (Profesp), as Forças Armadas mantiveram as atividades de prática esportiva educacional, estimulando adolescentes e crianças que vivem na vulnerabilidade social, tornando-os



integrados à cidadania, reduzindo os riscos de exposições ao uso de drogas, prostituição, outras criminalidades, bem como evitando que sejam jogados ao trabalho infantil. Nos jovens pertencentes ao Profesp, pode-se constatar diminuição da evasão escolar, melhor desempenho no aproveitamento dos alunos, como aprovação em colégios militares e em universidades, tendo alguns que se tornam atletas com conquistas de índices olímpicos. Observa-se ainda que o Profesp proporciona que ex- alunos sejam inseridos no mercado de trabalho com excelente desempenho.

As Forças Armadas também vêm atuando em ações de apoio a órgãos, entes e entidades do Governo, em atividades de assistência a comunidades carentes; apoio à Defesa Civil em situações emergenciais e de calamidades; no combate a crimes ambientais; apoio na realização de grandes eventos; na garantia da lei e da ordem; ajuda humanitária em âmbito nacional e internacional e na realização de obras em benefício do desenvolvimento nacional.

Em 2014, o Exército Brasileiro continuou apoiando a realização da Operação Pípa, destinada a levar água potável às populações afetadas pela seca no semiárido brasileiro. Cooperou na distribuição dos profissionais de saúde do programa Mais Médicos para seus destinos nas diversas regiões do País. Cooperou, também, no apoio logístico para as ações da Organização Não Governamental Expedicionários da Saúde, no atendimento clínico, cirúrgico e odontológico às populações indígenas da região do Xingu.

Destarte, ainda em 2014, no campo das ações subsidiárias, o Exército Brasileiro cooperou com a defesa civil no socorro às populações atingidas pelas enchentes que assolaram os Estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Acre, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, restabelecendo a ligação entre os municípios de Novo Repartimento/PA e Pacajá/PA através do lançamento de uma ponte de apoio logístico (LSB, da silga em inglês) na rodovia BR 230, e lançou uma ponte portátil fixa do tipo Bailey M2 na cidade de Manaus/AM, criando uma rota alternativa de tráfego durante a realização da Copa do Mundo de Futebol. Além disso, realizou a instalação de pontes metálicas na BR 174-AM e em São João do Triunfo-PR, a fim de permitir o restabelecimento do tráfego em virtude de quedas de pontes, provocadas pelas fortes chuvas. Cooperou, também, com meios aéreos da Aviação do Exército, no combate aos incêndios florestais ocorridos na região da Serra dos Órgãos, em Petrópolis-RJ.

Com relação à cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional, houve a contribuição da engenharia de construção do Exército em diversos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em apoio ao desenvolvimento nacional, destacando-se a elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia do edifício que abrigará a nova sede do Superior Tribunal Militar, e das instalações da Escola Superior de Guerra, ambos em Brasília/DF; a conclusão das obras de restauração e reparos emergenciais da pista de pouso do Aeroporto Internacional de Rio Branco/AC; a construção de 60,4 Km da BR 135 no Piauí; a duplicação e restauração de 11,7 Km do Lote 2 da BR 101 em Sergipe; na restauração, melhoramento e pavimentação de 29 Km da BR 319, no Acre; na restauração de 67 Km da BR 364, na conservação de 124 Km da BR 401, em Rondônia, na implantação e reparação de 84 km da BR-418, na Bahia; e na conservação de 68 Km da BR 367/MG.

O Exército também está trabalhando no desenvolvimento da nova plataforma para o Sistema de Patrimônio da União, utilizando como base o Sistema Unificado do Processo de Obras.

Encontra-se em fase de desenvolvimento o Portal BIM Brasileiro (Building Information Modeling) em parceria técnica com o Ministério da Defesa, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como, a criação da base referencial para sistemas de defesa.

O caráter emergencial e cronogramas exíguos de algumas demandas foram fatores que dificultaram a execução do objetivo.

Para 2015, visualiza-se a manutenção da cooperação no âmbito das ações subsidiárias a partir das solicitações que se fizerem chegar. Além disso, o Exército Brasileiro permanecerá atuando na duplicação e restauração da BR 101, em Sergipe; na restauração, melhoramento e pavimentação da BR 319, no Acre; na restauração da BR 364, na conservação de 124 Km da BR 401, em Rondônia; na implantação e reparação de 84 km da BR-418, na Bahia, e na conservação de 68 Km da BR 367/MG.

Para cumprir o Objetivo, foram realizados arranjos de gestão e pactuações com o Ministério da Integração; Ministério dos Transportes; Ministério dos Esportes; Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério da Educação.



A implementação do Objetivo beneficiou toda a sociedade brasileira, principalmente as comunidades carentes da Região Nordeste, Sul e Norte. Este benefício foi estendido também para as populações das cidades atendidas pelos apoios aos “Grandes Eventos” realizados em 2014, por contar maior segurança às estruturas e serviços imprescindíveis ao País.

Metas 2012-2015

• Desenvolver 5.000 Atletas Militares para participação em Competições Esportivas Nacionais e Internacionais

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, 2.030 atletas foram apoiados.

Dentre as atividades do Desporto Militar do Brasil, destacaram-se as competições esportivas nacionais e internacionais conduzidas pelo Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM) e pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), envolvendo atletas de alto rendimento. Neste tipo de competições, foram alcançadas diversas conquistas, podendo citar como exemplo o desempenho alcançado pelas equipes brasileiras no 2º Campeonato Mundial de Cadetes, com 13 medalhas de ouro, 8 medalhas de prata e 8 medalhas de bronze, perfazendo-se um total de 29 medalhas obtidas em todo o Campeonato, o que lhes proporcionou o terceiro lugar na Competição. Pode-se citar ainda o terceiro lugar conquistado pelas equipes feminina e masculina de Taekwondo no 22º Campeonato Mundial Militar de Taekwondo onde foram obtidas 1 medalha de ouro, 4 medalhas de prata e 7 medalhas de bronze, somando um total de 12 medalhas obtidas durante a Campeonato.

Quantidade alcançada

2.030

Data de Referência

30/12/2014

• Engajar 9.500 Rondonistas nas operações do "Projeto Rondon"

Análise Situacional da Meta

No período do Plano, 4.913 universitários foram capacitados, sendo estes oriundos de 478 instituições de ensino superior, permitindo que 12 operações fossem realizadas em 239 municípios. Apesar deste resultado estar relacionado em grande monta aos recursos públicos (cerca de 85%) investidos, também houve recursos provenientes de patrocinadores privados.

Os estados de origem dos rondonistas foram: Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Rondônia, e Roraima.

Já os estados beneficiados foram: Alagoas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Tocantins.

Quantidade alcançada

4.913

Data de Referência

31/12/2014

• Participação de 80.000 crianças no Programa "Forças no Esporte"

Análise Situacional da Meta

O Programa resulta de uma articulação institucional entre os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Ministério do Esporte (ME) e Ministério da Defesa (MD). O MDS e ME fornecem recursos orçamentários que complementam a parcela do MD. Isto permite que os objetivos sejam alcançados, inclusive o da meta de atendimento anual, por intermédio de, atualmente, 107 Organizações Militares da Marinha, Exército e Aeronáutica. São contemplados pelo Programa jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Ao longo do PPA, foram atendidos 42.500 jovens e adolescentes, entre 7 e 17 anos, considerando 12.000 em 2012,



15.000 em 2013 e 15.500 em 2014.

Deve-se salientar que, por características peculiares, o atendimento das 15.500 crianças ocorreu desde o início do ano de 2014. Isso é motivado pela dinâmica de entrada e saída de jovens no final e início de cada do ano. Além disso, o efetivo pode crescer ou diminuir em razão da adesão ou saída de Organizações Militares (OM) no Programa. O positivo é que para 2015, já há garantia de mais cinco núcleos, possibilitando o acréscimo de mais 500 beneficiados. Em relação a 2014, os jovens contemplados pelo Programa são provenientes de 67 municípios de 25 estados, abrangendo o arquipélago de Fernando de Noronha, os interiores de Norte a Sul do País e as fronteiras. Em São Gabriel da Cachoeira – AM, município brasileiro que faz fronteira com a Colômbia e a Venezuela, a maior parte desses beneficiados é formada por crianças indígenas das etnias baré, baniwa e tukano.

Quantidade alcançada

42.500

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	80.000	pessoas	42.500	30/12/2014

• Profissionalização de 56.000 jovens pelo Programa "Soldado Cidadão"

Análise Situacional da Meta

Quanto à capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar, temos como principais resultados, ao término do ano de 2014, a qualificação profissional de 12.802 jovens das três Forças Armadas. Assim sendo, somando-se aos 24.834, resultado obtido nos anos de 2012 e 2013, tem-se o total de 37.636 jovens qualificados pelo projeto soldado cidadão até 2014, referente ao PPA 2012-2015.

Esses jovens são capacitados em vários cursos nas áreas de indústria, transporte, serviços, informática e comércio durante a prestação do serviço militar obrigatório, o que contribui para uma melhor inserção dos participantes no mercado de trabalho, quando do retorno à vida civil. O projeto Soldado Cidadão está presente em 137 municípios espalhados por todo o território nacional.

As novas parcerias entre as Organizações Militares com instituições do Sistema "S", entre elas o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); as empresas do setor de telecomunicações; e a criação de cursos de formação de condutores; estes foram os fatores que contribuíram para a melhor qualificação dos jovens cidadãos. O crescente aumento do custo hora/aula de qualificação, por militar atendido desde 2012 até 2014, vem sendo o fator que mais dificultou a realização de um número maior de cursos de qualificação profissional ao longo do ano em curso.

Para o ano de 2015, está prevista a qualificação de 7.560 jovens.

Quantidade alcançada

37.636

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	56.000	pessoas	37.636	31/12/2014

OBJETIVO: 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB), elaborado em 2009, foi revisado e atualizado,



em 2013 para adequá-lo ao Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED). Os sete Programas Estratégicos da Marinha, discriminados no PAEMB-2013, são os seguintes:

- 1) Programa Nuclear da Marinha (PNM);
- 2) Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval, no qual se destacam o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), o Programa de Obtenção de Meios de Superfície (PROSUPER), a Construção de Navios-Patrolha de 500t (NPa 500t), a Construção de quatro Corvetas Classe Barroso, o Programa de Obtenção de Navios Aeródromos (PRONAE) e o Programa de Obtenção de Navios Anfíbios (PRONANF), a criação de Batalhões de Operações Ribeirinhas de Fuzileiros Navais e obtenção de três Navios-Patrolhas oceânicos de 1.800t;
- 3) Recuperação da Capacidade Operacional da Marinha;
- 4) Complexo Naval da 2ª Esquadra e 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra;
- 5) Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz);
- 6) Segurança da Navegação; e
- 7) Pessoal - Nosso Maior Patrimônio.

O PROSUB foi criado em 2008, a partir de uma parceria celebrada entre o Brasil e a França, com objetivo de produzir o primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear e de mais quatro submarinos convencionais diesel-elétrico.

Em 2014, deu-se prosseguimento à primeira fase de implantação do Programa, com a construção da Base e do Estaleiro Naval, no Município de Itaguaí/RJ, e com a conclusão das edificações e das estruturas metálicas dos prédios, onde serão abrigados os profissionais de todas as atividades relacionadas à construção dos submarinos. Também, foi inaugurado o prédio principal do estaleiro de construção, projetado para as atividades de união das seções e de acabamento dos submarinos.

Concomitantemente à construção da Base e do Estaleiro Naval, estão sendo construídos o 1º e o 2º submarinos convencionais, respectivamente, S-BR1 e S-BR2. O S-BR1 teve suas primeiras seções produzidas na França e trazidas ao Brasil, onde a construção continua em andamento. No tocante ao S-BR2, prossegue a fabricação das cavernas e do casco resistente em solo nacional.

No tocante ao projeto de construção de Navios-Patrolha (NPa) de 500 toneladas, o 2º lote, composto de 5 NPa, está sendo executado pelo Estaleiro Eisa, do Rio de Janeiro-RJ, com previsão de prontificação e entrega entre 2015 e 2017. A alteração do cronograma foi motivada por dificuldades de ordem financeira, técnica e gerencial do Estaleiro EISA. Quanto aos demais Meios Navais, em 2014 foram incorporados ao Setor Operativo da Marinha, duas lanchas-patrolha rápidas que, em função do pequeno calado, da alta manobrabilidade e da blindagem, constituem meios adequados para operação na Amazônia Ocidental. Também foram incorporados à Marinha do Brasil o Navio de Transporte Fluvial (NTrFlu) “Almirante Leverger” e o Aviso Hidroceanográfico Fluvial (AvHoFlu) “Caravelas.

No projeto de modernização de 12 aeronaves AF-1 (Skyhawk), sete delas já foram entregues à Embraer, em Gavião Peixoto-SP, com previsão de retorno da primeira aeronave modernizada em 2015.

Em relação aos meios aeronavais, do total de seis Helicópteros de Múltiplo Emprego MH-16 (S-70B “Seahawk”), quatro foram recebidos em 2012 e a entrega dos dois últimos está prevista para 2015, ampliando a capacidade de realização de atividades anti-submarinas da Força Naval.

O Programa HX-BR do MD prevê a aquisição de 50 helicópteros EC-725, sendo 16 unidades destinadas à MB. A primeira aeronave foi recebida em 2011, a segunda em 2013 e, em 2014 foram recebidas mais duas aeronaves. São duas aeronaves na versão básica e que possuem uma série de avanços tecnológicos, tendo como principal evolução operativa, a capacidade de cumprimento de missão “Search and Rescue” (SAR). Uma delas com produção executada integralmente no Brasil pela empresa Helibrás.

Está prevista a incorporação de mais 12 aeronaves EC-725 até o ano de 2017.

No que tange aos meios bélicos dos fuzileiros navais, foi adquirido o Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS FN 2020, produzido pela AVIBRAS, reforçando a capacidade de artilharia de campanha do CFN e mais uma viatura oficina veicular com o propósito de complementar o Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS FN



2020, com previsão de recebimento em 2015. Foram ainda adquiridos dois Sistemas Radares Saber M60 da empresa brasileira BRADAR para integração com o Sistema de Defesa Antiaérea, visando a proteção de pontos e áreas sensíveis. Em 2014 foram modernizadas doze Viaturas Blindadas Sobre Lagartas M113A1 e recebida em Jan/2014 mais uma Viatura Blindada Sobre Rodas 8x8 PIRANHA III C, totalizando, até 2014, 26 das 30 unidades contratadas junto a empresa suíça MOWAG. As quatro viaturas PIRANHA III C restantes deverão ser recebidas em 2015.

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) está sendo especificado e projetado para atender ao previsto na Estratégia Nacional de Defesa, que enfatiza os aspectos de monitoramento e controle, de forma integrada, das Águas Jurisdicionais Brasileiras, das áreas internacionais de responsabilidade para operações de socorro e salvamento e de áreas de interesse específico, provendo a capacidade de prevenir ou responder, prontamente, a qualquer ameaça, agressão ou ilegalidade.

O SisGAAz atenderá as demandas da Marinha com impacto decisivo no cumprimento das tarefas de segurança marítima busca e salvamento e prevenção à poluição, bem como possuirá flexibilidade para interoperação com os sistemas das demais Forças (SISFRON e SISCEAB) e com o SIPAM e SIVAM.

Em 2014, como previsto 12 jovens mulheres ingressaram no 1º ano da Escola Naval formando a primeira turma de Aspirantes femininas admitidas na mais antiga instituição de ensino superior do País.

Metas 2012-2015

• Conclusão do estaleiro e da Base Naval do PROSUB

Análise Situacional da Meta

Em 2014, as obras marítimas do estaleiro e base naval do PROSUB - EBN prosseguiram, com a conclusão da construção das edificações e das estruturas metálicas dos prédios onde serão abrigadas as atividades relacionadas com a construção dos submarinos. Em 12/12/2014 foi inaugurado, com a presença da Presidenta da República, o prédio principal do Estaleiro de Construção, onde os futuros submarinos serão montados.

Foram concluídas em 2014 as obras civis no Pátio de Manobra de Submarinos e das Oficinas de Apoio à Fabricação, Ativação de Baterias e Suporte Leve.

Da mesma forma, os Prédios da Tripulação do SBR, Escritórios, Refeitório e Cozinha, Vestiários, Ambulatório, Central de Utilidades, e ainda o Prédio do CIAMA foram concluídos em 2014.

Para testar as instalações do cais, foi realizada a primeira atracação de um submarino da classe “Tupi” no Complexo Naval de Itaguaí (CNI).

Em relação ao final de 2013, a meta de conclusão evoluiu de 26% para 49% e em 2015 estão previstos avanços nas obras do Castelo D’Água e Subestação Elétrica, bem como o início das obras do prédio da Oficina de Mastros e Periscópios e do Departamento de Segurança.

Proseguirão também os serviços de construção do arruamento de acesso ao túnel, instalação de equipamentos e facilidades nos demais cais do complexo e ainda está previsto o início da cravação das estacas dentro da ensecadeira/cofferdam e das fundações do cais 2.

Quantidade alcançada

0,49

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1	unidade	0,49	31/12/2014

• Conclusão do projeto do Primeiro Submarino de Propulsão Nuclear (SNBR-1)

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi concluída, com sucesso, a primeira parte da “Fase de Concepção” do Submarino de Propulsão Nuclear, ou “First General Design Study SN-BR - Phase A I”, de acordo com a sistemática de projeto francesa. Essa fase de



projeto foi realizada pelo Corpo Técnico de Projeto do SN-BR. Ao final dessa Fase, foi elaborada a primeira versão do “Relatório de Estudos de Exequibilidade (REE) do SN-BR”, conforme definido na Doutrina de Obtenção de Meios da Marinha.

Em 2013, teve continuidade a 2ª fase do “Projeto de Concepção” do SN-BR, ou “Second General Design Study SN-BR Phase A II”. Essa fase de projeto também foi realizada pelo Corpo Técnico da Marinha com o apoio da equipe de assistência técnica francesa. Essas duas fases do Projeto do SN-BR são complementares e correspondem, unidas, à Fase de Concepção completa do submarino de propulsão nuclear.

Ao longo de 2014 foi dado prosseguimento à atividade de Projeto do Submarino com Propulsão Nuclear Brasileiro (SN-BR), denominada Fase Preliminar do Projeto do SN-BR ou Fase Bravo do Projeto do SN-BR, iniciada em 29 de agosto de 2013 e designada como “Third General Design Study SN-BR Phase B” de acordo com a metodologia adotada MB.

Esta fase se constitui na principal parte do Contrato de Transferência de Tecnologia do PROSUB as atividades são realizadas pelo corpo Técnico de Projeto do SN-BR, formado por cerca de uma centena de Oficiais Engenheiros da Marinha e um pequeno grupo de Servidores Cíveis contratados pela EMGEPRON (Gerente do Projeto do SN-BR) e pela AMAZUL, no Escritório Técnico de Projeto da COGESN em São Paulo.

As principais atividades desenvolvidas para a Fase B do Processo de Projeto do SN-BR são:

- Preparação de recursos humanos e ferramentas para o desenvolvimento da Fase B;
- Escolha dos tipos de tecnologia para o Projeto;
- Desenvolvimento da arquitetura para os sistemas de bordo e alocação dos seus requisitos;
- Escolha de componentes padrão e seleção de equipamentos para o Projeto, com estimativa de quantidades;
- Início da atividade de projetos de sistemas; e
- Arranjo dos principais compartimentos.

Prosseguiram também em 2014 as atividades de planejamento do Apoio Logístico Integrado (ALI) do SN-BR, previstas no Contrato de Transferência de Tecnologia do PROSUB.

Em 2015 deverão ser alcançadas as seguintes etapas:

- Conclusão do Projeto Preliminar do Submarino com Propulsão Nuclear;
- Definição e Produção do Arranjo Geral;
- Dimensionamento estrutural do casco resistente e das estruturas principais;
- Análise de custos e programação das atividades de projeto e produção; e
- Verificação da consistência de todos os elementos do SN-BR.

O Reator Nuclear do SN-BR está sendo desenvolvido exclusivamente pela MB, através do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), não havendo transferência de tecnologia da parte francesa.

Quantidade alcançada

0,28

Data de Referência

31/12/2014

• Construção de 27 Navios-Patrolha de 500 t

Análise Situacional da Meta

O Programa de Obtenção de Navios Patrulha (NP) de 500t, incluído no Paemb, contempla a construção de 27 unidades no País.

Os dois primeiros navios, NP “Macaé” e “Macau”, que compõem o 1º lote de NP, foram construídos no Estaleiro Inace, em Fortaleza-CE, e entregues à Marinha em anos anteriores a 2012.

Em 2014, mesmo após a assinatura do terceiro Termo Aditivo ao contrato (TA-03), o Estaleiro EISA não obteve sucesso na solução das dificuldades de ordem financeira, técnica e gerencial, que vem impactando o cumprimento do cronograma físico-financeiro pactuado para o segundo lote de 5 navios patrulha.

Em decorrência dessas dificuldades, o EISA apresentou no final de 2014 nova estimativa de cronograma para a



conclusão dos navios patrulha:

- NPa Maracanã (3º navio) – segundo semestre de 2015;
- NPa Mangaratiba (4º navio) – primeiro semestre de 2016;
- NPa Miramar (5º navio) – segundo semestre de 2016;
- NPa Magé (6º navio) – primeiro semestre de 2017; e
- NPa Maragogipe (7º navio) – segundo semestre de 2017.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

• **Execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (SBR-3)**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram recebidos os primeiros itens de materiais: chapas de aço para o casco resistente (7 chapas de aço), consumíveis de soldagem e tubos de aço inox. A Previsão para 2015 é a continuação do recebimento de materiais para a construção do SBR-3 e o início da fabricação do casco resistente do SBR3.

Quantidade alcançada

0,02

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	20	%	0,02	31/12/2014

• **Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (SBR-2)**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foi iniciada a construção do segundo Submarino Convencional (S-BR2), e em 2014 teve prosseguimento a fabricação de suas cavernas e do seu casco resistente.

Previsão para 2015 consiste em continuar o recebimento de materiais para a construção do SBR-2 e concluir a fabricação de todas as cavernas do SBR2.

Quantidade alcançada

2,8

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	50	%	2,8	31/12/2014

• **Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (SBR-1)**

Análise Situacional da Meta

As atividades associadas à meta foram executadas em 2014, conforme o cronograma estabelecido em contratos firmados pela Marinha com as empresas DCNS (francesa) e ICN - Itaguaí Construções Navais S.A

No período anterior (2012/2013) foram recebidos os lotes de chapas de aço especial para a fabricação da estrutura do S-BR1 e foi identificada a necessidade de readequação dos processos produtivos para melhorar a produtividade na fabricação do casco resistente do Primeiro Submarino Convencional (SBR-1)

Em 2014 estavam sendo executadas na ICN as atividades de fabricação da Seção de Qualificação (SQ), iniciada em 2011, e fabricação das subseções de ré do casco resistente pela Nuclep/ICN, iniciada em 2012;

Até 2014 foram concluídos 255 cursos de capacitação de pessoal e até 2015 outros 54 serão executados;

Continuam em andamento na UFEM as atividades de fabricação de estruturas leves (tanques, suportes e tubulações), de montagem da proa e instalação de suportes nas seções de vante.



Em 2015 deverão ocorrer: o recebimento e transferência para a ICN do berço de vante; a continuação do recebimento de materiais para a construção do SBR-1; recebimento de materiais específicos, como: escotilhão macho e conveses de fibra seção 3 e 4.

Também em 2015 está previsto o início do recebimento dos principais equipamentos: motor elétrico principal (MEP); sistema de carregamento, manuseio e armazenamento de armas (WSHS); grupo diesel geradores (GDG) e Sistema de monitoração de baterias. Além disso está planejado o término da fabricação do casco resistente do SBR1; a transferência das seções de ré do SBR-1 para a UFEM; e o início da instalação das estruturas leves nas seções de ré do SBR1.

Quantidade alcançada

43,76

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	80	%	43,76	31/12/2014

• Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha, no período de 2012 a 2015

Análise Situacional da Meta

A quantidade de meios em processo de obtenção pela Marinha é de 38 unidades, representando 35% do total de 108 unidades previstas no planejamento para o período 2012-2015.

No escopo do Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval, integrante do PAED/PAEMB, em 2014 foram incorporados ao Setor Operativo da MB os seguintes Meios: Navio Hidroceanográfico Fluvial 'Rio Branco', Navio de Transporte Fluvial (NTrFlu) "Almirante Leverger", Aviso Hidroceanográfico Fluvial (AvHoFlu) "Caravelas"

Com relação as aeronaves de interceptação e ataque embarcadas (AF-1/1A), a Embraer foi contratada para modernizar 12 unidades, das quais, sete já foram entregues à aquela Empresa, em Gavião Peixoto -SP. A primeira unidade modernizada deverá ser entregue para a MB em 2015, conforme novo cronograma estabelecido com a Embraer. Do total de seis Helicópteros de Múltiplo Emprego MH-16 (S-70B "Seahawk"), quatro foram recebidos em 2012 e a entrega dos dois restantes está prevista para 2015.

O Programa HX-BR do Ministério da Defesa prevê a aquisição de 50 helicópteros EC-725, sendo 16 unidades destinadas à MB. A primeira aeronave foi recebida em 2011, a segunda em 2013 e, em 2014 foram recebidas mais duas aeronaves.

Estas duas aeronave recebidas em 2014 possuem uma série de avanços tecnológicos para o cumprimento de missão "Search and Rescue" (SAR). A MB foi a força que recebeu o primeiro helicóptero EC-725 com produção executada integralmente no Brasil.

Quanto aos meios de Fuzileiros Navais, o contrato celebrado entre a Marinha e a Empresa Suíça MOWAG, estabelece a fabricação de 30 unidades de Viaturas Blindadas Especiais Sobre Rodas 8x8 PIRANHA IIIC, das quais já foram recebidas 21 unidades até o ano de 2012, quatro unidades em 2013 e uma unidade em janeiro de 2014 totalizando 26 unidades recebidas. Restam quatro viaturas com previsão de entrega para 2015.

Quanto aos Navios-Patrolha de 500t, cinco unidades encontram-se em construção no Estaleiro EISA (RJ), com previsão de entrega de um navio em 2015, dois em 2016 e dois em 2017.

Quantidade alcançada

35

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica.



Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Calha Norte (PCN) abrange 194 municípios, 95 dos quais ao longo de 10.938 km da faixa de fronteira, em seis estados da federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima). O Programa tem uma área de atuação que corresponde a 32% do Território Nacional, onde habitam cerca de oito milhões de pessoas, incluindo 46% da população indígena do Brasil.

O PCN para atingir seus objetivos tem suas ações distribuídas entre duas dimensões de atuação do Ministério da Defesa (MD): manutenção da soberania e integridade territorial e apoio às ações de governo na promoção do desenvolvimento regional.

A dimensão de manutenção da soberania e integridade territorial, também conhecida como a "vertente militar" do Calha Norte, desenvolve ações voltadas para o controle e a segurança da navegação fluvial, para a implantação de unidades militares e para o apoio aéreo na região. Com isso, busca facilitar a vigilância dos rios, do espaço aéreo e da faixa de fronteira, em sua área de atuação.

A dimensão de apoio às ações de governo na promoção do desenvolvimento regional, ou "vertente civil" do Programa, atua basicamente com a implantação e o desenvolvimento da infraestrutura básica nos municípios da região abrangida.

Metas 2012-2015

• Adequação da infraestrutura de 30 Pelotões Especiais de Fronteira

Análise Situacional da Meta

Nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) são realizadas constantes adequações na busca de uma melhor condição e qualidade de vida para seus integrantes, bem como para as populações vizinhas que dependam da existência dos pelotões naquela região.

Em 2014, sete PEF foram adequados, com manutenções e melhorias, perfazendo um total de 20 pelotões no período de 2012 a 2014, correspondentes à seleção e execução de pequenas e médias intervenções. Dentre estas intervenções, destacam-se: i) reforma do telhado do 6ºPEF/5º Batalhão de Infantaria de Selva, em Pari Cachoeira/AM, ii) aquisição de máquinas agrícolas para o PEF da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, iii) aquisição de material para recuperação das cozinhas e refeitórios dos PEF do Comando de Fronteira Solimões/ Tabatinga/AM e iv) construção das instalações do 1º PEF de Marechal Thaumaturgo/AC.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	30	unidade	20	31/12/2014

• Adequação da infraestrutura de 110 unidades militares

Análise Situacional da Meta

Esta meta é caracterizada por: adequação e manutenção de unidades militares, realização de obras e serviços de infraestrutura e pavimentação das rodovias e estradas vicinais que atendem às unidades militares e às comunidades da região abrangida pelo Programa Calha Norte e aquisição de materiais e equipamentos não militares necessários ao pleno funcionamento das unidades.

Ao longo do PPA, 67 unidades militares foram adequadas.

Em 2014, 18 unidades militares foram selecionadas e submetidas a pequenas e médias intervenções, tendo com principais realizações, entre outras: i) ampliação do laboratório do Hospital Naval de Belém; ii) reforma dos telhados e manutenção dos próprios nacionais do Comando do 9º Distrito Naval em Manaus/AM e do Comando do 4º Distrito Naval em Belém/PA; iii) continuidade nas obras de implantação do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em



Barcelos/AM; iii) conclusão da pavimentação da área do 4º Batalhão de Aviação do Exército, em Manaus/AM; e iv) recuperação e reforço estrutural de edificações do telhado e dos portões dos hangares da Base Aérea de Belém.

A adaptação das demandas tem sido uma preocupação constante dos Comandos Militares, Marinha, Exército e da Aeronáutica.

Quantidade alcançada

67

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	110	unidade	67	31/12/2014

• Adequação de 150 embarcações empregadas pelas Forças Armadas

Análise Situacional da Meta

Esta meta é caracterizada por: adequação e manutenção das embarcações empregadas pelas Forças Armadas na região do Programa Calha Norte, visando o controle e a segurança da navegação fluvial, o apoio logístico às unidades militares, bem como o apoio às comunidades, evitando a ocorrência de acidentes com embarcações e inibindo ações ilícitas.

A meta alcançada ao longo do PPA foi de 70 embarcações mantidas em melhores condições, fruto da seleção de pequenas e médias intervenções realizadas pelos Comandos Militares em suas embarcações. Destacam-se no período as seguintes realizações, entre outras: i) manutenção de embarcações das Organizações Militares da região; ii) aquisição de insumos para adequação de embarcações; iii) remotorização de 5 lanchas de ação rápida; iv) manutenção do dique Jerônimo Gonçalves.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	150	unidade	70	31/12/2014

• Adequação de 40 aeródromos

Análise Situacional da Meta

As adequações visam proporcionar aos aeródromos na região do Programa Calha Norte condições de operacionalidade e apoio adequado ao atendimento das unidades militares instaladas e das comunidades que se beneficiam da presença das Forças Armadas. Caracterizam-se por: realização de obras e serviços de manutenção nas pistas de pouso e decolagem, nas áreas de estacionamento e de taxiamento de aeronaves e nos terminais de passageiros que compõem.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	40	unidade	3	31/12/2014

• Atender 194 municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas seguintes áreas: segurança e defesa, econômica, educação, saúde, social, transportes e esportes

Análise Situacional da Meta

O Programa Calha Norte (PCN) celebrou no ano de 2014 um total de 292 convênios, sendo 49 no Acre, 24 no Amazonas, 46 no Amapá 129 em Rondônia, 44 em Roraima.



Com estes convênios celebrados (292), num total de 90 municípios contemplados, o PCN permaneceu com os índices alcançados em 2013, de 78% dos municípios, quando alcançou a meta de 152 municípios. Não houve, portanto, alteração da meta no ano de 2014.

Quantidade alcançada

152

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	100	%	152	31/12/2014

• Realizar 720 horas de voo disponibilizadas pelas Forças Armadas (FFAA)

Análise Situacional da Meta

Em 2014, registrou-se o alcance da meta anual de 180 horas de voo. Considerando a realização nos anos de 2012 e 2013 dessa meta, o valor alcançado é de 540 horas de voo, ou 75% da meta prevista para o período do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

540

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	720	unidade	540	31/12/2014

OBJETIVO: 0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicações no Exército, visando assegurar a capacidade de defesa cibernética no campo militar e contribuir com a segurança cibernética nos campos civil e industrial.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, o Exército Brasileiro, cumprindo o que prevê a Estratégia Nacional de Defesa, deu prosseguimento ao processo de busca de autonomia em tecnologias cibernéticas iniciado em 2012.

Foi dado prosseguimento a: obras para construção do Centro de Defesa Cibernético, no polo de tecnologia da informação; criação de normas e doutrinas para setor cibernético; renovação de licenças de sistemas de prevenção de intrusão e da infraestrutura de proteção e gerenciamento de tráfego (BIG – IP); estabelecimento de uma rede nacional tática e estratégica de contingência do Exército; obras no Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército e no Centro Integrado de Telemática do Exército, vinculadas às atividades do Setor Cibernético; instalação do computador de alto desempenho no Instituto Militar de Engenharia; crescimento das pesquisas e elaboração de teses e dissertações sobre temas afetos ao setor cibernético; capacitação e formação de recursos humanos nas área de interesse do setor cibernético; criação do Projeto Saltar, em parceria com Fundação Universidade de Brasília; realização de seminários nacionais de segurança da informação e criptografia; criação da revista científica Enigma; continuação do projeto para desenvolvimento do rádio definido por software. Destaca-se a participação do Exército na coordenação e integração da segurança e na defesa cibernética de grandes eventos, como ocorreu nas diversas cidades sedes da Copa do Mundo da FIFA, no apoio às Eleições 2014 e participação na Operação Amazônia, propiciando um benefício direto a sociedade e a nação brasileira.

Fator que contribui para execução do objetivo é a forte integração da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira com outros órgãos públicos e com empresas nacionais da área de tecnologia da informação, principalmente quando da utilização dos meios em operações militares em ambiente de maior segurança cibernética.



O resultado parcial deste Objetivo é a obtenção gradual da capacidade de defesa cibernética do Exército e da infraestrutura crítica nacional e o desenvolvimento da pesquisa científica na áreas de segurança cibernética, com o propósito de atender as prioridades de seu planejamento anual de emprego e também as demandas do Estado e da sociedade.

Metas 2012-2015

• Desenvolver 40% do Projeto Defesa Cibernética.**Análise Situacional da Meta**

Até o ano de 2014, foi possível desenvolver 52% do Projeto Defesa Cibernética.

As principais atividades deste projeto no ano de 2014 foram: aquisições de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação e de comunicações, visando a melhoria da proteção das redes corporativas; dado prosseguimento na capacitação técnica de pessoal integrante das diversas organizações militares que trabalham na implantação do Projeto Estratégico Defesa Cibernética (PEDCiber); estabelecida parceria com a Universidade de Brasília para desenvolvimento do Projeto Salto, que visa realizar a análise de tráfego de redes de comunicações de dados para fins de defesa cibernética; dado prosseguimento no desenvolvimento do Projeto Rádio Definido por Software (RDS) que proporcionará ao País o domínio das comunicações rádio; e aprovada a Doutrina Militar de Defesa Cibernética, que contribuirá para a defesa do Brasil no espaço cibernético. Além disso, foi executado e licitado o projeto executivo e legal da infraestrutura da área do prédio do Centro de Defesa Cibernética, em Brasília-DF. As obras do Centro darão continuidade à implantação da infraestrutura, sendo fundamentais para complementar o Projeto Estratégico Defesa Cibernética. A implantação do Projeto ainda depende do andamento de outras atividades essenciais, como a capacitação e adestramento de pessoal, a aquisição e desenvolvimento de materiais e sistemas, e o desenvolvimento da doutrina de defesa cibernética. Para tal, foi dado prosseguimento à capacitação técnica do pessoal integrante das diversas organizações militares que trabalham na evolução do PEDCiber, preparando o pessoal para o emprego funcional dos sistemas que compuseram o Setor Cibernético, no período da Copa do Mundo FIFA 2014, realizada no Brasil.

Ainda como realizações, foi contratado o serviço de modelagem e o serviço de análise de sistemas para apoio ao desenvolvimento da plataforma operacional do RDS, adquirido equipamentos de perícia forense computacional para 2ª fase das Células Cibernéticas, iniciada a construção da Escola de Comunicações, reformada a área do Instituto Militar de Engenharia para instalação e funcionamento do computador de alto desempenho e aprimorada a segurança de sistemas corporativos da área de telemática do Exército.

Em relação à capacitação de pessoal, foram realizados cursos como o de gerência de redes de computador; o de fundamentos de governança de TI; o de gerenciamento de serviços de TI; o de auditor líder em segurança da informação; o de engenharia reversa de código malicioso; e o de análise forense computacional.

Dentro da área de evolução da doutrina do Exército Brasileiro, foi preenchida e estruturada a base de dados do sistema “Hidra Doutrina” com dados referentes a lições aprendidas, a operações militares, a referenciais normativos e a generalidades. Tudo isso voltado para o incremento da proteção dos sistemas de informação.

Apesar de dificuldades encontradas, a resposta à implantação do Projeto Estratégico Defesa Cibernética tem seguido um ritmo bastante forte, ultrapassando as expectativas da meta para o período.

Quantidade alcançada

52

Data de Referência

31/12/2014

• Implantar o centro de defesa cibernética**Análise Situacional da Meta**

Atualmente, os trabalhos do Centro de Defesa Cibernética são realizados em suas instalações provisórias. O projeto executivo para início das obras de construção da instalação definitiva foi licitado no 1º semestre de 2014. O início das obras para construção da nova sede estão previstas para o ano de 2015. A Meta de implantação, que contempla também



as atividades de defesa cibernética atingiu em 2014, 80% do total.

Como principais atividades e realizações, destacam-se: a participação na Copa do Mundo; o apoio às Eleições 2014; a participação na Operação Amazônia 2014; a continuação do projeto para desenvolvimento do Rádio Definido por Software (RDS), sob coordenação do Centro Tecnológico do Exército e em conjunto com o Centro de Análise de Sistemas Navais, o Instituto de Pesquisa da Marinha, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, e as empresas Mecatron e Hidromec; a publicação da revista científica Enigma, para fomentar a divulgação de pesquisa qualificada na área de segurança da informação e criptografia; a criação do Projeto Sistema de Análise de Link e Tráfego de Dados em Redes de Comunicações (Saltar), em parceria com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), que tem como finalidade a pesquisa e o desenvolvimento de um sistema piloto para realizar a análise de tráfego de redes de comunicações de dados para fins de defesa cibernética de infraestruturas críticas que se utilizam de Tecnologia da Informação e Comunicações; a capacitação e formação de recursos humanos nas área de interesse do setor cibernético; a criação de normas e doutrinas para o setor cibernético (Doutrina Militar de Defesa Cibernética), contribuindo para a defesa do Brasil no espaço cibernético; a instalação do supercomputador CRAY no Instituto Militar de Engenharia; a renovação de licenças de sistemas de prevenção de intrusão e da infraestrutura de proteção e gerenciamento de tráfego (BIG – IP); o robustecimento da infraestrutura de proteção de segurança da rede corporativa do Exército; o estabelecimento de uma rede nacional tática e estratégica de contingência do Exército, com rádios que aumentaram a contingência da Rede Rádio, com grande impacto nas operações de garantia da lei e da ordem, no que se refere as atividades de Comando e Controle.

Ainda sobre o RDS, cabe salientar que ele proporcionará ao País o domínio das comunicações rádio, bem como poderá contribuir com o desenvolvimento nas áreas de comunicações satelitais e móveis.

Quantidade alcançada

80

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0523 - Elevar a capacidade operativa da Marinha e adequar a infraestrutura das instalações terrestres, para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Com o propósito de elevar a capacidade operativa da Marinha do Brasil (MB), prevista no Plano de Articulação e Equipamento da Marinha e implementada, anualmente, por meio do Plano de Ação (PA) da Marinha, foram empreendidas ações de obtenção e revitalizações dos meios operativos, como também, a criação, elevação, modernização e revitalização de várias Organizações Militares (OM), objetivando adequá-las para melhor atender às necessidades dos setores operativos e administrativos da MB. Nesse contexto, a articulação da Marinha compreende todas as OM a serem criadas, ampliadas ou modernizadas, necessárias à adequação da Força conforme prescrito na Estratégia Nacional de Defesa. Além das instalações voltadas para as atividades operativas, administrativas, técnicas e de ensino da MB, contemplará, também, aquelas ligadas ao atendimento e apoio aos militares e dependentes, tais como: moradia, assistência social e serviço médico-odontológico.

O Programa Geral de Manutenção (PROGEM) abrangeu todos meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais da MB, destacando-se: Navio-Desembarque de Carros de Combate “Mattoso Maia”, Fragata “Defensora”, Fragata “Independência”, Corveta “Júlio de Noronha”, Corveta “Jaceguay”, Corveta “Inhaúma”, Corveta “Frontin”, Corveta “Barroso”, Navio Faroleiro Almirante “Graça Aranha”, Navio de Desembarque-Doca “Ceará”, Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel”, Submarinos “Tupi”, “Tamoio” e “Tapajó”, seis Aeronaves de Asa Fixa (AF-1/1A) A4 Skyhawk na Empresa EMBRAER, quatro Helicópteros Super LYNX AH-11A e Viaturas Blindadas Sobre Lagarta do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra.



O Navio de Desembarque-Doca “Ceará” concluiu o seu Período de Manutenção e está realizando adestramento de sua tripulação para restabelecer sua prontidão operativa e no que concerne às Viaturas Blindadas Especiais M113A1 do CFN houve alteração no cronograma de modernização, permanecendo da seguinte forma: Das trinta viaturas dezesseis já foram modernizadas até 2014 e as quatorze viaturas restantes terão seu processo de modernização concluído até 2015.

Quanto ao Emprego do Poder Naval no campo internacional, prossegue a participação da MB na Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), estando no teatro de operações a Fragata “Constituição” como Navio Capitânia daquela Força Multinacional que permanecerá nessa função até fevereiro de 2015, quando será substituída pela Fragata “União”.

Destacam-se, ainda, a realização das seguintes Operações em 2014: “IBSAMAR”, cujo propósito foi realizar adestramento de unidades da Esquadra em Operação Combinada com a Marinha da Índia e da África do Sul; “BRASBOL”, com o propósito de realizar operação combinada, ação de presença e estreitamento laços de amizade com a Armada Boliviana; “BRACOLPER”(Colômbia e Peru), visando realizar ação de presença, estreitamento de laços de amizade com os países visitados, obtenção de informações operacionais das regiões visitadas; e a “FRATERNAL XXXII” visando realizar Operações Combinadas com a Armada da Argentina (ARA) e contribuir para a manutenção do nível de adestramento dos meios da Esquadra. Ainda em 2014, várias comissões permearam o relacionamento internacional com as Marinhas amigas, colaborando para o desenvolvimento de parcerias estratégicas. Dentre elas destacam-se as seguintes operações: “CARIBEX” com países da América do Sul e do Caribe; “PRATA”; “PLATINA”; e “DIPLOMEX-SSN”.

No que tange às Operações Conjuntas do Ministério da Defesa, que têm como principal objetivo aprimorar a interoperabilidade entre as Forças Armadas, foi realizada no 1º semestre de 2014 a Operação “ÁGATA 8”, na faixa de fronteira. Ainda, pode-se mencionar a participação da MB na segurança da Copa do Mundo da FIFA 2014.

Quanto às embarcações de apoio, menciona-se a incorporação de 5 novas Chatas para Transporte de Combustível. A série inicial de 4 embarcações foi construída pelo Estaleiro B3 Boat Indústria de Embarcações Ltda em Salvador-BA, e entregues à Marinha, sendo duas unidades em 2012 e duas unidades em 2013. Face à importância das Chatas de Transporte de Combustível para o Setor de Apoio, a MB assinou o Termo Aditivo para a obtenção de mais uma unidade que foi recebida em 2014.

Também foi assinado contrato entre a Diretoria de Engenharia Naval e o Estaleiro B3 Boat para a construção de uma Lancha de Emprego Geral Média e de três Embarcações para Transporte de Pessoal Médias, com capacidade de transportar 200 passageiros, a serem entregues em 2015.

Com relação ao preparo do pessoal, além de várias operações militares de âmbito nacional e internacional, também foram ministrados diversos cursos nos centros de instruções da Marinha e outras instituições militares e civis, de forma a manter as tripulações dos meios operativos em níveis de adestramento e qualificações compatíveis com as missões programadas. Estão previstas para 2015 as rotinas de manutenção de diversos meios navais: da Esquadra; aeronavais; dos Distritos Navais; da Diretoria de Hidrografia e Navegação e da Força de Fuzileiros da Esquadra.

O Navio Aeródromo (NAe) “São Paulo” passará por um Período de Docagem para avaliação de sua estrutura e uma possível modernização da propulsão. A Fragata “Independência” e as Corvetas “Inhauma” e “Jaceguai” estão com previsão de término dos seus Períodos de Manutenção e retorno à disponibilidade operacional.

Em 2015 está prevista, também, o recebimento da primeira aeronave AF-1 modernizada pela empresa EMBRAER e a entrega da primeira aeronave AH-11A para modernização.

Metas 2012-2015

- **Atender 100% das necessidades de construção, modernização e/ou revitalização de Organizações Militares terrestres, preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, esta meta foi revista, uma vez que, em 2012, baseou-se nas prioridades elencadas no Plano de Articulação e Equipamento da Marinha (PAEMB), que é um documento de longo prazo, ao passo que a meta atual, baseia-se no Plano de Ação (PA) da Marinha, que é um instrumento de planejamento anual visando adequar os recursos disponíveis às necessidades da Força.



A Marinha almeja atender integralmente às necessidades apontadas no seu PA. Cabe assinalar que o Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (PAED)/PAEMB e o Plano Plurianual (PPA) são documentos condicionantes do PA.

Em 2014 teve início a revitalização do prédio da antiga Maternidade da Praça XV, cedido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a fim de abrigar o Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPM e Adequação do Anel Hidrossanitário do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), a fim de cumprir protocolo de intenções entre a MB e a CEDAE/RJ;

Quanto às Organizações Militares (OM) da MB destacam-se em 2014 a elevação da Delegacia de Porto Velho (DelPVelho) para Capitania de 3ª Classe com obras pendentes tendo em vista as restrições impostas pelo IPHAN, para a liberação do tombo para a execução das obras de transformação das instalações da DelPVelho em CP; elevação da Capitania dos Portos de Alagoas (CPAL) para Capitania de 2ª Classe; criação da Agência de Valença-BA com obras não iniciadas e a Criação da Ag.Juruena-MT com obras civis em andamento.

Em 2014, ocorreu ainda no 5º Distrito Naval a elevação da Delegacia de São Francisco do Sul (DelSFSul) para 1ª Classe e criação da Agência de Águas de Chapecó-SC.

Em face das recentes enchentes ocorridas no Vale do rio Uruguai, que atingiu sobremaneira o Município de Águas de Chapecó-SC, constatou-se a necessidade de alterar o projeto arquitetônico da OM, elevando a construção, por meio de pilotis, em três metros, o qual encontra-se em elaboração no âmbito do Com5DN.

- Criação da Ag.Juruena-MT – Obras civis em andamento.

Previsão para 2015

Em 2015, deverão ser concluídas as obras de adequação do Anel Hidrossanitário do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro-AMRJ.e dado andamento às obras: da Delegacia de Porto Velho (DelPVelho); da Capitania dos Portos de Alagoas; da Delegacia de São Francisco do Sul; da Delegacia de Itacuruçá-RJ; da Agência de Águas de Chapecó-SC; da Agência de Sinop-MT; da Agência de Valença-BA; da Agência de Juazeiro-BA; e da Agência de São Gabriel da Cachoeira-AM.

Encontram-se em andamento as tratativas entre a Capitania dos Portos de Pernambuco e o Administrador-geral de Fernando de Noronha, quando à possibilidade de cessão à MB de uma área para a construção da futura Agência de Fernando de Noronha-PE.

Quantidade alcançada

41,25

Data de Referência

31/12/2014

- **Elevar o índice dos meios operativos da Marinha do Brasil na condição “Disponível” de 43% para 80%”.**

Análise Situacional da Meta

Essa meta foi revista em 2013, de modo a adequá-la ao conceito utilizado pela Força: “Meio Disponível”.

A Marinha, por meio do Programa Geral de Manutenção (PROGEM), priorizou para o ano de 2014, os meios que apresentaram maior necessidade de revitalização/manutenção, de modo a recuperar a sua capacidade operacional. Em 2014, foram empreendidas várias ações de modo a manter os níveis desejados na qualificação/adestramento do pessoal, reaparelhamento e adequação dos meios operativos e administrativos, dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais e obtenção de munição para o restabelecimento da dotação de paz (adestramento e instrução), compreendendo munição de campanha portátil, de metralhadora, mísseis diversos, bombas de aviação, minas e obtenção de sobressalentes.

Conforme o cronograma do PROGEM foi atingido cerca de 48% dos meios operativos da Marinha na condição disponível, com incremento de 3% em relação ao ano anterior.

As principais atividades de Modernização-Revitalização dos meios incidiram nas seguintes atividades: Navio-Aeródromo “São Paulo”, Navio-Desembarque de Carros de Combate “Mattoso Maia”, Fragata “Defensora”, Corveta “Júlio de Noronha”, Corveta “Jaceguai”, Navio Faroleiro Almirante “Graça Aranha”, Navio de Apoio Oceanográfico



“Ary Rongel”, Navio Polar “Maximiano”, Navio Oceanográfico “Antares”, Submarinos “Tupi”, “Tamoio” e “Tapajó”, seis Aeronaves de Asa Fixa (AF-1/1A) A4 Skyhawk, quatro Helicópteros Super LYNX AH-11A e 60 meios operativos do Comando de Fuzileiros da Esquadra entre Viaturas Blindadas e de Apoio.

Durante o exercício de 2015 existe a previsão do término dos Períodos de Manutenção de alguns meios, conforme o cronograma estabelecido no PROGEM o que permitirá aumentar a disponibilidade de meios da Força em cerca de 3%, caso não exista contingenciamentos no orçamento aprovado.

Os desafios de implementação foram de ordem técnica, devido à complexidade das tarefas executadas e as restrições orçamentárias- financeiras.

Quantidade alcançada

48

Data de Referência

31/12/2014

• **Prover formação e capacitação de militares e servidores civis, alcançando o quantitativo de 12.100 em 2015.**

Análise Situacional da Meta

As ações empreendidas em 2014, assim como em anos anteriores, possibilitaram a qualificação e a capacitação contínua do pessoal militar e servidores civis da Marinha para o emprego em atividades de natureza técnico profissional. Os cursos ministrados atendem desde a formação básica até os níveis mais elevados de pós-graduação. Dentre as diversas Instituições no Brasil que são utilizadas na qualificação do pessoal destacam-se a USP, a Escola Superior de Guerra (ESG); o INFNET (MBA), Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB/UFRJ), FGV-RJ, FGV-DF, PUC-RJ, UNISUL-SC, UNICEUB-DF, SENAI- RJ, SENAI-RS, INCA e FIRJAN. Além dos Cursos de Política e Estratégia Marítimas e de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

No âmbito da MB, destacaram-se os cursos de formação básica, especialização e aperfeiçoamento, ministrados nas Instituições de Ensino: Colégio Naval, Escola Naval, Centro de Instrução Almirante Wandenkolk e Centro de Instrução Almirante Alexandrino – localizados no Rio de Janeiro, e também nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros, localizadas nas cidades de Fortaleza, Vitória-ES, Recife-PE e Florianópolis-SC.

Teve continuidade em 2014 a formação de pilotos brasileiros no Programa de Cursos de Asa Fixa na Marinha Norte-Americana (US NAVY) e na Academia da Força Aérea Brasileira (AFA), bem como o início e a continuidade de diversos cursos de pós-graduação, mestrados e cursos técnicos nas áreas de interesse da MB, no Brasil e no exterior, necessários para a qualificação de militares e civis para o desempenho dos diferentes cargos e funções no âmbito da MB.

Os cursos ministrados nas instituições de ensino em 2014 envolveram cerca de 13.800 alunos, em diversos níveis. Além disso, foram realizados, aproximadamente, 70 cursos na modalidade de ensino a distância, beneficiando 4.600 alunos, atingindo uma requalificação do pessoal sem descontinuidade do exercício das tarefas profissionais de rotina, reduzindo custos e superando as limitações geográficas existentes, destacando-se os cursos de Gestão Pública; Curso Especial de Metodologia Didática, Gestão por Excelência e Liderança; Informática básica; Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Metodologia Científica Integrada e o Fórum Permanente de Educação. Esse último, visando divulgar e valorizar iniciativas em educação bem sucedidas em desenvolvimento no âmbito da Marinha e das demais Forças Armadas, no meio corporativo e acadêmico, e facilitar o compartilhamento do conhecimento entre os profissionais da área de ensino da Marinha.

Releva mencionar, também, o Programa de Intercâmbios de pessoal entre a Marinha do Brasil e as Marinhas Amigas nas áreas operativas, de ciência e tecnologia, logística e instrução, visando estreitar laços de amizade e cooperação entre as Marinhas, contribuir para a formação profissional e cultural, bem como aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos em outras Academias Navais, que contou com a participação de 21 Marinhas: Angola, Argentina, Bolívia, Cabo Verde, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos da América, França, Haiti, Líbano, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Senegal, Uruguai e Venezuela, com a participação de 323 alunos.



Visando atender ao estabelecido na Lei nº 12.216, de 11 de março de 2010, que prevê o aumento de efetivo da Força em mais 21.507 militares (36% do efetivo atual da Marinha do Brasil) em um horizonte temporal de 20 anos, continuam em andamento as obras de ampliação e revitalização dos Centros de Instrução, da Escola Naval, do Colégio Naval e das Escolas de Aprendizes-Marinheiros, a fim de proporcionar condições adequadas para manter o nível de qualificação exigido na formação do pessoal da Marinha.

Ainda em 2014 foram capacitados 4.102 alunos, entre conscritos do Serviço Militar Inicial (Marinheiros-Recrutas), formandos dos Institutos de Ensino Superior que fornecem profissionais para a prestação do Serviço Militar Obrigatório - médicos, farmacêuticos, veterinários e dentistas, bem como para a formação militar-naval dos profissionais oriundos do Serviço Militar Voluntário - SMV (profissionais das áreas de saúde, de apoio à saúde e técnica, incluindo magistério e engenharia), realizada inicialmente como Praças Especiais e profissionais das áreas industrial, de saúde e de treinamento físico-militar, em complemento às necessidades do Quadro Técnico de Praças da Armada - QATP e do Corpo Auxiliar de Praças – CAP.

Expectativa para o próximo período:

Tendo em vista o montante aprovado para o exercício financeiro de 2015, a expectativa é de ocorra uma formação de 15.000 alunos nas Instituições de Ensino citadas, bem como a formação de 5.000 novos alunos na modalidade à distância.

Quantidade alcançada

22.825

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0527 - Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

As atividades inerentes à segurança da navegação aquaviária são perenes, de caráter contínuo, em face da constância em que o meio aquaviário é empregado pela sociedade, abrangendo desde os pequenos navegantes até as grandes empresas de navegação, que utilizam as águas em suas necessidades econômicas, sociais, de lazer e de sustento.

Essas atividades da Marinha exigem investimentos na obtenção de novos equipamentos, na modernização dos já existentes e na alocação e capacitação do pessoal para empreender as ações correlatas. Assim, como nos anos anteriores, a Marinha como “Autoridade Marítima” do País deu continuidade aos eventos visando à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores e à prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio.

De dezembro de 2013 a abril de 2014, foi realizada a Operação “Verão” 2013/2014, que fiscalizou embarcações em todo o País. A segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana no mar e a prevenção da poluição hídrica foram os principais aspectos abordados durante a operação.

Nas ações de Inspeção Naval foram verificados diversos itens, entre eles: habilitação dos condutores; documentação das embarcações; material de salvatagem - tais como coletes e boias salva-vidas; extintores de incêndio; luzes de navegação; lotação; e o estado das embarcações.

A Operação “Verão” 2013/2014 resultou em 103 mil embarcações abordadas, 10.500 notificações emitidas e 1.605 embarcações apreendidas.

Além da “Operação Verão” anual, a Marinha vem empreendendo, em caráter permanente, outras ações para elevar o nível de conscientização dos navegantes, condutores e passageiros, quanto à segurança, ainda em patamares inadequados em face dos hábitos e limitações existentes em determinadas regiões, em especial das comunidades que utilizam as águas como meio de locomoção e de sustento. Dentre as campanhas executadas, as de maior relevância referem-se às dirigidas



à eliminação dos acidentes de escalpelamento na Região Amazônica, com a finalidade de incentivar a cobertura dos eixos propulsores das embarcações.

Além da Operação Verão '2013/2014' foram realizadas operações de fiscalização de embarcações na área de jurisdição dos Comandos do 4º, 6º, 7º, 8º e 9º Distrito Naval.

A navegação segura compreende, ainda, outras atividades de igual importância desempenhadas pela Marinha, sendo relevante destacar a manutenção de auxílios à navegação (faróis, boias de sinalização, cartas náuticas) e o fornecimento de previsões meteorológicas e oceanográficas confiáveis e tempestivas e o acompanhamento contínuo do tráfego marítimo de interesse.

Para atender a responsabilidade da Marinha em produzir os documentos cartográficos e de auxílio à navegação, disponibilizando-os aos navegantes nacionais e estrangeiros, em 2013, efetuou a modernização do parque gráfico da Base de Hidrografia da Marinha em Niterói, unidade responsável pela produção, venda e disponibilização de forma mais rápida dos itens mencionados. Desde julho de 2013, a Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil, em parceria com a EMGEPRON, passou a comercializar esses produtos pela internet, por meio do site <http://www.cartasnauticasbrasil.com.br>

Considerando as grandes áreas de cobertura, principalmente na Região Norte do País, a Marinha executa as tarefas de fiscalização em áreas de fronteira, em ações conjuntas com o Exército Brasileiro, a Polícia Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e outros órgãos de fiscalização e controle.

Em 2014, ainda foram realizadas as seguintes ações: ativado o Serviço de Sinalização Náutica do Noroeste (SSN-9), Organização Militar -OM responsável por realizar a cartografia e sinalização náutica na jurisdição do Comando do 9º Distrito Naval em Manaus-AM. A OM está integrada ao Projeto "Cartografia da Amazônia", do Governo Federal.

No âmbito do Projeto Cartografia da Amazônia, em 18/12/2014, foi incorporado à Marinha, o Navio Hidroceanográfico Fluvial "Rio Branco", último navio do projeto a ser incorporado e que ficará sediado em Manaus diretamente subordinado ao SSN-9.

Para 2015, estão previstas a continuação das ações da Operação Verão, até 10ABR2015, nas jurisdições dos Comando dos Distritos Navais, com ênfase nas seguintes áreas: habilitação dos condutores, documentação das embarcações, material de salvatagem - como coletes e boias salva-vidas, extintores de incêndio, luzes de navegação, lotação e estado das embarcações.

Metas 2012-2015

• Ampliar em 80% a quantidade de Inspeções Navais (IN) realizadas

Análise Situacional da Meta

As ações de fiscalização do tráfego aquaviário são divididas em dois períodos distintos: Alta temporada – compreendido entre os meses de dezembro à fevereiro, é quando as ações são intensificadas, tendo em vista o aumento de movimentação das embarcações. Neste período, há um deslocamento de pessoas para reforçar as equipes de fiscalização e Baixa temporada – compreendido entre os meses de março à novembro, corresponde ao período de menor movimentação de embarcações, quando as ações de fiscalização são reduzidas e reprogramadas, ocorrendo a desmobilização do pessoal deslocado para as equipes.

Neste sentido, o empenho da Marinha para elevar o índice de Inspeções Navais em relação à frota de embarcações registradas através das Capitânicas, Delegacias e Agências, atingiu 247.280 ações na "Operação Verão" 2013-2014. Estas inspeções representaram um acréscimo de 67% em relação ao período de 2012, quando foram realizadas 148.150 ações e 84% em relação a 2011 quando ocorreram 134.682.

No ano de 2014 foram realizadas 267.162 ações de inspeções e vistorias pela Marinha representando um acréscimo de 8% em relação a 2013 e 98% em relação a 2011.

Ressalta-se que é no primeiro semestre que são realizadas a maioria das ações de fiscalização, devido ao período de alta temporada e também o esforço da Marinha em aumentar a fiscalização em áreas de fronteira, atuando em parceria ou apoiando o Exército Brasileiro, a Polícia Federal, o Ibama e outros Órgãos.



A expectativa é que para o próximo período se mantenha a mesma quantidade de Inspeções e Vistorias Navais, mas ampliando-se a efetividade das ações dos Agentes da Autoridade Marítima, na busca da melhoria dos níveis de segurança da navegação. Para este fim, a Diretoria-Geral de Navegação já emitiu instruções específicas aos Comandos dos Distritos Navais. Dentre elas, destacam-se:

- a) Realização de palestras sobre educação ambiental para a comunidade náutica, colônias de pesca, iates clubes e marinas, com enfoque para o descarte inadequado de lixo e esgoto na água, a partir de embarcações; e
- b) Incrementar as Ação de Fiscalização do Tráfego Aquaviário (AFTA), em particular nos horários e locais de desatracação de embarcações de turismo náutico, especialmente aquelas utilizadas para eventos festivos diurnos e noturnos; nos locais e horários de maior tráfego e aqueles de conhecida concentração de embarcações de esporte e recreio, especialmente nos feriados, sábados e domingos;
- c) Utilização do elemento surpresa, por meio de inspeções navais por mar, por terra e por aeronave, em horários aleatórios, recolhendo sempre que possível as embarcações com desconformidades que justifiquem sua apreensão; e, ainda, verificando os equipamentos de segurança das motos aquáticas e as habilitações de seus condutores, previstas nas Normas da Autoridade Marítima para Amadores, Embarcações de Esporte e/ou Recreio e para Cadastramento e Funcionamento das Marinas, Clubes e Entidades Desportivas Náuticas (NORMAM-03/DPC).

Quantidade alcançada

98

Data de Referência

31/12/2014

• **Prover formação e capacitação de 58.000 marítimos**

Análise Situacional da Meta

Gradativamente a Marinha busca enfatizar a importância e incrementar a atividade de Ensino Profissional Marítimo (EPM), elevando a quantidade de marítimos e fluviários capacitados e disponíveis para ingresso no mercado de trabalho especializado, mediante a ampliação de cursos ministrados no Centro de Instrução Almirante Graça Aranha - Rio de Janeiro - RJ, Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA) - Belém - PA e outros Centros de Ensino. Ressalta-se a inauguração em abril de 2013 do Centro Técnico de Formação de Fluviários da Amazônia Ocidental, primeiro centro de formação de aquaviários da Amazônia Ocidental, tendo como propósito desenvolver o EPM na Região e em maio de 2013, a inauguração do Centro de Simuladores de Navios "CLC José Jacaúna Sales" no CIABA, para a formação de pilotos e oficiais da Marinha Mercante.

Em 2014 foram executadas várias ações no sentido de capacitar marítimos para as atividades comerciais marítimas e em consequência deste esforço foram capacitados no período de janeiro a dezembro de 2014 um total de 29.231 alunos. Desta forma, nos vários cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM) foram capacitados até o final de 2012, 35.000 alunos; até o final de 2013, 58.869 alunos e até o final de 2014, 98.159 alunos, constatando-se que a Meta estabelecida para o PPA 2012-2015 foi superada em 2013.

Estima-se que serão oferecidas em 2015 novas 35.000 vagas para os Cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM).

Quantidade alcançada

98.159

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0528 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Com base nas premissas, preconizadas nas diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, a Marinha vem pautando suas ações no sentido de assegurar o incremento da capacidade operativa dos meios navais com sistemas/equipamentos no



estado da arte. Nesse sentido, as ações visam o desenvolvimento de projetos de tecnologia voltados à Defesa Nacional, em especial na otimização da principal tarefa do Poder Naval de “negar o uso do mar ao inimigo”.

Para alcançar os objetivos de possuir sistemas e equipamentos cada vez menos dependentes de tecnologia importada é essencial que o fortalecimento da capacitação tecnológica nacional seja obtida com o envolvimento permanente dos setores governamental, industrial e acadêmico, por meio de parcerias estratégicas, incluindo projetos de uso dual.

No que tange ao Programa Nuclear da Marinha (PNM), cuja execução teve início em 1979, este se divide em dois segmentos: o Desenvolvimento do Ciclo do Combustível Nuclear e o Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE). O primeiro visa dominar as etapas do ciclo do combustível nuclear necessárias à obtenção de urânio enriquecido para os elementos combustíveis que serão empregados no núcleo de um reator nuclear. O segundo visa a desenvolver um protótipo, em terra, cuja instalação servirá de base e de laboratório para outros projetos de reatores nucleares, incluindo o desenvolvimento do protótipo do sistema de propulsão naval a ser embarcado no primeiro Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear.

Em 7 de junho de 2013, foi assinado o contrato com a empresa ASK SUBSEA AS, da Noruega, para obtenção de um Navio de Pesquisa Hidroceanográfico (NPqHo), fruto do Acordo de Cooperação firmado em parceria com o MCTI, Petrobrás, Vale S.A. e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O navio atuará como uma plataforma científica e tecnológica capacitada a realizar levantamentos geológicos do fundo do mar, bem como na aquisição de dados do ambiente marinho para futura exploração de seus recursos naturais. O NPqHo que terá o nome “Vital de Oliveira” está sendo construído na China, e terá capacidade de transportar 40 a 60 cientistas, com prazo de entrega inicialmente previsto para 2014, foi postergado para 2015.

No tocante ao Projeto de Desenvolvimento do Míssil Antinavio de Superfície (MAN-SUP), uma etapa importante do Projeto foi o disparo, com sucesso, pela Corveta “Barroso”, do primeiro míssil Exocet MM-40 (fabricado na França) revitalizado no Brasil, utilizando motor de fabricação brasileira pela empresa Avibras.

Em 2012 foram concluídas as avaliações operacionais do Centro de Integração de Sensores e Navegação Eletrônica do Navio de Desembarque de Carros de Combate “Almirante Sabóia”; do Sistema de Controle e Monitoração do Navio-Patrolha “Maracanã” e da quarta cascata de enriquecimento de urânio (Módulo I).

Em 2014, como previsto em 2013 foi dado continuidade à Avaliação Operacional do Helicóptero Múltiplo Emprego MH 16, a cargo do Centro de Análise de Sistemas Navais, com término previsto para março de 2015.

No âmbito das Organizações Militares de CT&I sob responsabilidade da SecCTM, em 2014 continuam as pesquisas e desenvolvimentos dos seguintes Projetos: Protótipo da mina de fundo de influência acústico, magnética e pressão; Desenvolvimento de Sonar Passivo; Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais das Instituições de Ciência e Tecnologia e Inovação da MB (SIG-ICT); Desenvolvimento do protótipo nacional de um Radio Definido por Software (RDS); Projeto SIGLMD (Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização da Defesa); Projeto SIPLM (Sistema de Planejamento Operacional Militar); Projeto ATHENA - Sistema Integrado de Inteligência Estratégico-Militar; Aprimoramento do Veículo Aéreo Não Tripulado - VANT/Tático Carcará IV; Comunicações Submarinas (Csub); Sistema de Previsão do Ambiente Acústico para o Planejamento das Operações Navais (SISPRES); Emprego de Biodiesel nos Motores a Diesel dos Meios Navais de Superfície; Sistema de Propagação de Energia Acústica (PROPENERG); Desenvolvimento do protótipo do MAGE Veicular; Sistema de Simulação Tática e Treinamento - Versão 3 (SSTT3); Projeto Sistema Sonar Passivo Rebocado; Projeto SIOp (Sistema de Inteligência Operacional); Projeto SAD-Log (Sistema de Apoio à Decisão Logística); Projeto CISNE (integração de sensores, favorecendo a navegação); Desenvolvimento de Sensores e Subsistemas para Veículo Submarino Autônomo; Desenvolvimento de uma célula “phased array” de bancada para aplicação em sistemas de Guerra Eletrônica (GE); e Desenvolvimento de modelos de fusão de dados para sistemas táticos e de navegação.

Em 2014, também prosseguiram os projetos prioritários para o PROSUB, em especial os voltados para acústica submarina e controle de atmosferas confinadas. Esses Projetos prioritários proporcionam a capacitação de recursos humanos com recursos orçamentários da MB e do Programa “Ciência sem Fronteiras”.

O desenvolvimento de projetos sob o modelo de parcerias estratégicas com Universidades, Institutos de Pesquisas



Nacionais e Internacionais e Indústrias permite trazer à Marinha elevado ganho em capacitação tecnológica com alto grau de qualidade e menor custo total.

Cabe ainda ressaltar que os projetos de caráter dual, além de atender os interesses da Marinha, contribuem, também, para o desenvolvimento socioeconômico do País, sobretudo pela geração de empregos na Base Industrial de Defesa.

Por fim, em 2014 tiveram continuidade as obras de infraestrutura de CT&I, no que diz respeito à revitalização das instalações do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira e do Instituto de Pesquisas da Marinha.

Metas 2012-2015

- **Implantar uma unidade piloto de conversão (Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânio - USEXA) com capacidade nominal de 40 t/ano de hexafluoreto de urânio**

Análise Situacional da Meta

No Projeto do Ciclo do Combustível Nuclear, o ciclo do combustível nuclear é o conjunto de etapas do processo industrial que transformam o mineral urânio, da forma como ele é encontrado na natureza, em combustível, para sua utilização dentro de uma usina nuclear ou num reator de submarino. Dentro desse Ciclo, a unidade piloto de conversão (Usexá) permitirá que o País atue em todas as etapas do beneficiamento do mineral radioativo, desde a extração até a fabricação do combustível nuclear. Com isso, o Brasil ficará independente de outros países no processo de enriquecimento, garantindo o fornecimento para as Usinas Nucleares e também para o futuro submarino com propulsão nuclear.

Como a Marinha do Brasil (MB) domina essa tecnologia sensível e estratégica de enriquecimento, ela fornece as cascatas de enriquecimento de urânio para a empresa Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que por sua vez é a empresa responsável pela produção do combustível para as Usinas Angra I e Angra II, com a consequente economia de divisas para o Brasil. No escopo da parceria firmada entre a MB e a INB, o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) produz as centrífugas que atendem as necessidades daquela Empresa.

Conforme reportado em 2013, com o comissionamento na Usexá, das unidades de produção de Nitrato de Urânio (NTU) e de Trióxido de Urânio (UO₃), foram atingidas importantes etapas intermediárias para a obtenção do Hexafluoreto de Urânio (UF₆).

A execução da meta em 2014, foi realizada conforme o cronograma estabelecido pela Marinha e considerando os riscos associados a este tipo de desenvolvimento estão previstas para 2015 a conclusão das montagens eletromecânicas, rotinas de testes, comissionamento e pré-operação das unidades de Tetrafluoreto de Urânio (UF₄), de hexafluoreto de urânio (UF₆) e Ácido Fluorídrico (HF).

Quantidade alcançada

0,33

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1	unidade	0,33	31/12/2014

- **Implantar uma usina nuclear de geração de energia elétrica (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica - LABGENE) projetada e construída no País, incluindo o seu reator, com potência de cerca de 11 MW, protótipo em terra do sistema de propulsão naval**

Análise Situacional da Meta

O Projeto do LABGENE visa capacitar a Marinha do Brasil em projetar, implantar, comissionar, operar e manter instalações nucleares aplicáveis à propulsão naval. O Laboratório encontra-se em construção no Centro Experimental Aramar (Iperó-SP).

As obras civis do protótipo do reator nuclear em terra (LABGENE) avançam conforme o cronograma estabelecido pela Marinha, com a construção simultânea de sete Prédios no Centro Experimental.

As obras civis do LABGENE concentram-se nas estruturas dos prédios para sistemas nucleares, ao mesmo tempo em que foram iniciadas, em 2013, as montagens eletromecânicas do compartimento das turbinas a vapor. Os sistemas e



equipamentos principais encontram-se em fase de testes de aceitação, tais como o Motor Elétrico Principal, o Simulador do LABGENE e os Turbo-Geradores Auxiliares e Principais.

Neste ponto deve-se notar o caráter dual do Projeto: O reator a ser fabricado produzirá energia para gerar 11MW de energia elétrica, o que é suficiente para iluminar uma cidade de 20.000 habitantes, como também poderá desenvolver novos materiais e produzir radioisótopos para a medicina.

Em 2014, as principais realizações foram: o término da fabricação e testes de aceitação em fábrica do motor elétrico de propulsão (MEP); o término dos testes de aceitação do simulador de engenharia do LABGENE e o início da construção da superestrutura do Prédio do Combustível.

Para 2015, as etapas previstas incluem: a entrega do motor elétrico de propulsão (MEP) e a continuação das montagens eletromecânicas do compartimento do reator (Bloco 40) e do compartimento das turbinas a vapor (Bloco 30).

Quantidade alcançada

0,27

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1	unidade	0,27	31/12/2014

OBJETIVO: 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, o Exército deu continuidade à readequação de seus quadros de dotação de material, por meio da aquisição de produtos de defesa (Prode), ampliando sua operacionalidade. Essa operacionalidade evidencia-se quando ocorre o emprego da Força Terrestre em operações para a garantia da lei e da ordem e em ações subsidiárias, com destaque para a Defesa Civil, quando das ocorrências de catástrofes naturais.

O plano de aparelhamento da Força está dividido em duas vertentes principais: o atendimento às necessidades correntes de reposição e complemento do seu quadro de material; e às necessidades futuras, oriundas da visão prospectiva do Exército, baseada na evolução doutrinária e em aspectos relacionados com a ciência e tecnologia, ingredientes esses que também contribuem para a ampliação da operacionalidade.

É nesse contexto que se enquadram os projetos estratégicos do Exército - Recuperação da Capacidade Operacional (Recop), Projeto Proteger, Projeto de Defesa Antiaérea, Projeto Guarani e o Projeto Astros 2020 - atualmente em implementação.

O Projeto Recuperação da Capacidade Operacional (Recop) tem por objetivo dotar as unidades de material de emprego militar imprescindível ao seu emprego operacional. A meta quantificável a ser atingida pelo Recop é dotar o Exército com meios operacionais que preencham pelo menos 80% do Quadro de Distribuição de Material Previsto com produtos de alta qualidade e desempenho operacional que permitam à Força Terrestre obter as capacidades previstas na Estratégia Nacional de Defesa para cumprimento de suas obrigações constitucionais.

O Projeto Proteger foi concebido a partir da necessidade do Estado de Proteger as Estruturas Estratégicas Terrestres do País, também denominadas infraestruturas críticas, que compreendem instalações, serviços, bens e sistemas cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, podem provocar sério impacto social, ambiental, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade. Trata-se de um sistema destinado à ampliação da capacidade de atuação do Exército em ações preventivas ou de contingência na proteção da sociedade, no apoio à Defesa Civil, na proteção ambiental e em operações de proteção contra agentes químicos, biológicos, radiológicos e nucleares e contra atentados terroristas, além das operações de garantia da lei e da ordem.

O Projeto Defesa Antiaérea destina-se à atualização do Sistema de Defesa Antiaérea do Exército Brasileiro, com o



objetivo de atender às exigências da Estratégia Nacional de Defesa, do Livro Branco de Defesa Nacional e da legislação que estabelece o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro, do qual a Artilharia Antiaérea (AAAe) da Força Terrestre é parte integrante, como elo permanente.

A intenção deste projeto estratégico do Exército é reequipar as unidades de artilharia antiaérea do Exército Brasileiro por meio da aquisição de materiais, modernização dos meios existentes, desenvolvimento de itens específicos pelo fomento à Indústria Nacional de Defesa, capacitação de pessoal e implantação de um sistema logístico integrado para oferecer suporte aos demais sistemas durante o seu ciclo de vida.

O Projeto Guarani (Nova Família de Blindados de Rodas) tem por objetivo transformar as Organizações Militares de Infantaria Motorizada em Infantaria Mecanizada e modernizar as Organizações Militares de Cavalaria Mecanizada. Para isso, estão sendo desenvolvidas novas viaturas blindadas média de rodas, a fim de dotar a Força Terrestre de meios para incrementar a dissuasão e a defesa do território nacional. A primeira viatura desenvolvida foi a Viatura Blindada para Transporte de Pessoal Média de Rodas - Guarani (VBTP-MR Guarani), que possibilita a substituição das viaturas Urutu e Cascavel, fabricadas pela Engesa e em uso há mais de 40 anos.

O Projeto Astros 2020 contém no seu escopo e estrutura as seguintes etapas: criação e implantação de uma unidade de mísseis e foguetes; um centro de instrução de artilharia de mísseis e foguetes; um centro de logística de mísseis e foguetes; uma bateria de busca de alvos; paióis de munições; uma base de administração e o campo de instrução de formosa; transformação do atual 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes para 6º Grupo de Mísseis e Foguetes; o desenvolvimento de dois novos armamentos - o foguete guiado e o míssil tático de cruzeiro, com alcance estimado de 300 km. Ressalta-se que o Projeto Astros 2020 caracteriza o investimento em pesquisa e desenvolvimento de Prode, modernização de viaturas Astros, construção de instalações militares, aquisição de viaturas logísticas, munições do sistema Astros.

O sistema Astros 2020, concebido e elaborado pela empresa brasileira Avibras, sediada em São José dos Campos - SP, possibilitará a realização do lançamento, partindo das plataformas da nova viatura lançadora múltipla universal na versão MK-6, dos vários foguetes da família Astros e também do míssil tático de cruzeiro de 300 km.

As principais realizações ligadas a esse objetivo foram:

- a) No projeto estratégico de recuperação da capacidade operacional: aquisição de ambulâncias operacionais, de viaturas de apoio e motocicletas Harley Davidson, de pistolas de grande capacidade, de monóculos de visão noturna, de lunetas panorâmicas M 12, de goniômetro bússola, de monóculos termais da indústria nacional, de Embarcações tipo voadeira e de Embarcações tipo Guardian 25, de pontes de engenharia para viaturas Leopard, de paraquedas, de metralhadoras MINIMI, de rádios Falcon III 780 51 X, de rádios Falcon III V HH, de rádios MPR 9600 portátil, de rádios MPR 9600 veicular, de transceptores portáteis TPP-1400 e de carregadores do TPP-1400; melhorias no Sistema de Material do Exército; transformação de postos abastecimento; aquisição de cozinhas de campanha; aquisição de munição 5.56mm; fabricação de armas leve anti-carro; transformação de fuzis MD97 em Fuzil IMBEL IA2 – 5,56 mm; fabricação de morteiros 120 mm, morteiros 81 mm e morteiros 60 mm; manutenção de viaturas blindada Cascavel, de viaturas blindadas Urutu e de viaturas blindadas Especiais Socorro M578; fabricação de balsa logística; aquisição de dois Sistemas Aéreo Remotamente Pilotado (SARP) categoria 1 (Tiriba Customizado) e três SARP categoria 0 junto à indústria nacional; aquisição de equipamentos de avaliação operacional para o Centro de Avaliação de Adestramento do Exército.
- b) No projeto estratégico Astros 2020, foram recebidas as viaturas do sistema Astros, com suas plataformas, compartimentos, chassis, cabines, “shelters”, equipamentos eletromecânicos, equipamentos eletrônicos e componentes para seis viaturas Lançadoras Múltipla Universal, uma viatura Posto de Comando e Controle, uma viatura Remuniadora e uma viatura Posto Meteorológico.
- c) No Projeto Defesa Antiaérea: aquisição de oito Centros de Operações de Artilharia Antiaérea; aquisição de cinco Radares de Busca Saber M60; aquisição de 19 Viaturas de 34 Ton; aquisição de sete conjuntos de material de comunicações de Seção AAAe; aquisição de 68 equipamentos rádio das viaturas de combate do sistema de AAAe Gepard, solução estabelecida para integração das viaturas adquiridas na Alemanha ao sistema de comunicações do



Exército Brasileiro; aquisição de um conjunto de sistema de controle remoto dos rádios (KDU) para as viaturas de combate do sistema de AAAe Gepard, composto de 68 KDU e respectivos suportes; pacote de trabalho que visa a atender às atividades de gerenciamento do Projeto, que proporcionam a capacidade de coordenação, supervisão e fiscalização necessárias; estruturação de seis salas do simulador do sistema de míssil telecomandado RBS 70; adequação das instalações para recebimento dos sistemas antiaéreos, inclusive com seus simuladores, na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea; e transporte de contêineres de suprimento do Gepard.

d)No Projeto Guarani: continuação das obras de infraestrutura no 33º Batalhão de Infantaria Motorizado em Cascavel/PR; entrega de viaturas blindadas de transporte de pessoal média de rodas Guarani no 33º Batalhão de Infantaria Motorizado em Cascavel/PR; e elaboração dos projetos das obras de infraestrutura no 15º Batalhão Logístico em Cascavel/PR e no 34º Batalhão de Infantaria Motorizado em Foz do Iguaçu/PR.

Metas 2012-2015

• Implantação de 20% do Sistema Integrado de Artilharia Antiaérea do Exército Brasileiro (SIAAEB)

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi revisada e desde 2013 foi incorporada a uma nova meta mais abrangente incluída no PPA: "Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea".

• Implantar 20% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER).

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, o Exército brasileiro deu continuidade às ações voltadas para a proteção das estruturas estratégicas do País. Para isso, a Força Terrestre tem buscado o desenvolvimento e a aquisição de Produtos de Defesa (Prode) compatíveis com o Projeto, no contexto de autoproteção, emprego de equipamento individual e coletivo, mobilidade terrestre, fluvial, lacustre e aérea. Além disso, tem-se buscado a adequação e/ou construção de instalações de Organizações Militares abrangidas pelo Projeto.

As principais realizações até o período realizado (2012-2014), fruto da implantação do Proteger, foram: a aquisição de instrumentos de pontaria e precisão para armamentos e equipamentos especializados para tropa antiterror poderem atuar em melhores condições na defesa de instalações estratégicas; a aquisição de cerca de 2.000 viaturas operacionais e de comando e controle; a confecção dos projetos de adequação de centros de coordenação de operações interagências; a contratação de uma empresa para revisão do projeto básico e elaboração do projeto executivo do Proteger; construção e recuperação de embarcações do Comando Militar da Amazônia e do Comando Militar do Norte; contratação de serviços para adequação de instalações e para o funcionamento de sistemas de comunicações necessários à condução da gestão e das operações do Centro de Coordenação de Operações Terrestres Interagências Móvel; e a aquisição do Sistema Rádio Digital Troncalizado .

A expectativa para o ano de 2015 é a de contratar o projeto para a construção do Centro de Coordenação de Operações Terrestre Interagência, que será localizado em Brasília.

Até o momento, foi realizada 2,5% da meta prevista, devido a dificuldades operacionais e de restrição orçamentária-financeira.

Quantidade alcançada

2,5

Data de Referência

15/12/2014

• Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea.

Análise Situacional da Meta

A atualização do Sistema de Defesa Antiaérea proporcionará níveis adequados de proteção das estruturas estratégicas do País e de outros locais que temporariamente necessitem de proteção antiaérea, em situações de guerra, crise ou mesmo em situações de paz nas operações doutrinariamente definidas como de “não guerra”, como, por exemplo, segurança de grandes eventos (esportivos, políticos e culturais), visitas de dignitários, reuniões de cúpula e missões de



paz.

O Sistema de Defesa Antiaérea do Exército deverá ter condições de se contrapor a ameaças aéreas tradicionais (aeronaves de asa fixa e rotativa, mísseis balísticos e de cruzeiro, foguetes de variados alcances, aeronaves remotamente pilotadas, entre outras) e assimétricas (aeronaves civis abduzidas e transformadas em vetores de ação terrorista), aeronaves remotamente pilotadas de baixo custo e de fácil montagem que transportem carga explosiva, morteiros, e ultraleves, balões dirigíveis ou qualquer outro tipo de ameaça que desenvolva perfis de voo em direção aos locais defendidos.

No ano de 2014, alcançou-se 120 dos 114 entregáveis inicialmente previstos para o ano, quais sejam: aquisição de oito Centros de Operações de Artilharia Antiaérea; aquisição de cinco Radares de Busca Saber M60; aquisição de 19 Viaturas de 34 Ton; aquisição de 07 Conjuntos de material de comunicações de Seção; aquisição de 68 equipamentos rádio das viaturas de combate do sistema de artilharia antiaérea do Gepard, solução estabelecida para integração das viaturas adquiridas na Alemanha ao sistema de comunicações do Exército Brasileiro; aquisição de um conjunto de sistema de controle remoto dos rádios (68) e respectivos suportes para as viaturas de combate Gepard; pacote de trabalho que visa a atender às atividades de gerenciamento do Projeto, que proporcionam a capacidade de coordenação, supervisão e fiscalização necessárias; estruturação de seis salas do simulador do sistema de míssil telecomandado RBS 70, adquirido e computado na meta de 2013; adequação das instalações para recebimento dos sistemas antiaéreos, inclusive com seus simuladores, na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea; e transporte de contêineres de suprimento do Gepard.

Essas entregas cumpriram o cronograma estabelecido e permitiram que militares fossem capacitados e empregados em missões reais, como a defesa antiaérea de estádios, locais de concentração de delegações estrangeiras e estruturas estratégicas do País durante a Copa do Mundo.

Destaca-se ainda a participação das Organizações Militares da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea em todas as operações conjuntas do Ministério da Defesa no ano de 2014, já com os equipamentos adquiridos e com o pessoal capacitado.

Até o momento, foi realizada 8% da meta prevista, devido a dificuldades operacionais e de restrição orçamentária-financeira.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

15/12/2014

• Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados

Análise Situacional da Meta

O Projeto Guarani (Nova Família de Blindados de Rodas) tem por objetivo transformar organizações militares de infantaria motorizada em mecanizada e modernizar as organizações militares de cavalaria mecanizada. Para isso, estão sendo desenvolvidas novas viaturas blindadas, a fim de dotar a Força Terrestre de meios para incrementar a dissuasão e a defesa do território nacional. A primeira viatura desenvolvida foi a Viatura Blindada para Transporte de Pessoal Média de Rodas Guarani (VBTP-MR Guarani), que possibilita a substituição das viaturas Urutu, fabricadas pela Engesa, em uso há mais de 40 anos.

Concebido pelo Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército, o Projeto da VBTP-MR Guarani foi desenvolvido em parceria com a Iveco Defesa, com sede em Sete Lagoas/MG, subsidiária da FIAT Automóveis. A avaliação técnica do lote piloto da VBTP-MR Guarani, realizada no Centro de Avaliação do Exército, no Rio de Janeiro/RJ, foi concluída em novembro de 2013.

Com a produção seriada para aquisição pelo Exército Brasileiro, visualiza-se como futura entrega à sociedade que a fabricação da Nova Família de Blindados de Rodas poderá fortalecer consideravelmente a Indústria de Defesa, propiciando, além do desenvolvimento tecnológico, a geração de empregos diretos e indiretos.



Em 2014 foi dada a continuidade na execução das obras de infraestrutura no 33º Batalhão de Infantaria Motorizado em Cascavel/PR, das obras no Centro de Instrução de Blindados, localizado em Santa Maria-RS, também foram elaborados os projetos para as obras de infraestrutura no 15º Batalhão Logístico em Cascavel/PR e no 34º Batalhão de Infantaria Motorizado em Foz do Iguaçu/PR; além da realização de cursos de manutenção e condução da viatura blindada de transporte de pessoal média de rodas Guarani para oficiais e sargentos no Centro de Instrução de Blindados em Santa Maria/RS.

Foram recebidas pelo Exército Brasileiro 128 VBTP-MR Guarani, contemplando 12 organizações militares e proporcionando maior poder de combate, mobilidade e proteção. Esses novos blindados foram utilizados na Operação Copa, na Operação Ágata e na Operação São Francisco, no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro/RJ.

Até o momento, foi realizada 8% da meta prevista, devido a dificuldades operacionais e de restrição orçamentária-financeira.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

15/12/2014

OBJETIVO: 0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) foram criados pelo Governo Federal para fortalecer e concretizar uma política de integração nacional para a Amazônia Legal Brasileira. O sistema inclui a implantação e operação de infraestrutura adequada para a realização de ações nas áreas de telecomunicações, sensoriamento remoto, inteligência, meteorologia e cartografia no intuito de produzir conhecimento e informações que alimentem as políticas públicas voltadas para a região, tais como as de segurança, de proteção ao meio ambiente e educação ambiental, de inclusão digital, de distribuição de renda, de regularização fundiária, dentre outras.

Desde o início do PPA, o Censipam colocou à disposição da sociedade civil produtos e serviços avançados nas suas áreas de atuação. Esses produtos contribuíram para a integração da região e a geração de informações, principalmente no que tange a produção de boletins de previsão do tempo, prevenção a desastres ambientais e acesso a internet em regiões de difícil acesso, onde empresas comerciais não fornecem tal serviço.

Por meio do programa de monitoramento de áreas especiais, o Censipam também realizou trabalho em regiões de fronteira, garimpos, áreas indígenas, e nas regiões com maiores índices históricos de desmatamento, com o objetivo de colaborar com órgão parceiros na prevenção e repressão de ilícitos. A equipe de inteligência do Órgão também teve papel fundamental no combate a outros ilícitos, emitindo relatórios e demais produtos de inteligência.

Já com o projeto Cartografia da Amazônia, o Censipam gerou cartas que facilitam a navegabilidade dos rios da região, o estudo da densidade de floresta, o controle do desmatamento, o mapeamento de recursos minerais, e a pesquisa cartográfica e científica.

Todas as ações do Censipam são realizadas por equipe técnica própria, que busca manter os contratos de fornecimento e o parque de equipamentos de comunicações e de TI atualizado e em operação.

Metas 2012-2015



• **Atingir 90% de modernização da infraestrutura Tecnológica.**

Análise Situacional da Meta

O produto indica o nível de modernização e operacionalidade da infraestrutura do Censipam disponibilizada aos órgãos parceiros do Sipam. Como forma de medir o processo de manutenção e evolução desse produto, é utilizada a média ponderada entre a infraestrutura interna (peso 1) e a infraestrutura de campo (peso 2), tanto para os itens modernização quanto disponibilidade. O percentual final é obtido a partir da média aritmética dos percentuais de modernização e disponibilidade.

Os indicadores de Disponibilidade e Modernização priorizam a infraestrutura de campo, pois é a mais sensível e menos tolerante a falhas, bem como aquela que na maioria das vezes está sob uso direto de órgãos parceiros do Sipam ou que gera produtos essenciais ao sistema.

Quantidade alcançada

84,91

Data de Referência

31/12/2014

• **Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal**

Análise Situacional da Meta

O produto indica o nível de modernização e operacionalidade da infraestrutura do Censipam disponibilizada aos órgãos parceiros do Sipam. Como forma de medir o processo de manutenção e evolução desse produto, é utilizada a média ponderada entre a infraestrutura interna (peso 1) e a infraestrutura de campo (peso 2), tanto para os itens modernização quanto disponibilidade. O percentual final é obtido a partir da média aritmética dos percentuais de modernização e disponibilidade.

Os indicadores de Disponibilidade e Modernização priorizam a infraestrutura de campo, pois é a mais sensível e menos tolerante a falhas, bem como aquela que na maioria das vezes está sob uso direto de Órgãos Parceiros do Sipam ou que gera produtos essenciais ao sistema.

Quantidade alcançada

95,63

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	90	%	95,63	31/12/2014

• **Atualizar 112 produtos cartográficos náuticos.**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, foram elaborados 15 produtos cartográficos náuticos. Os produtos elaborados envolveram 9 cartas em papel, 3 cartas eletrônicas e 3 atualizações.

A previsão para a produção dos produtos náuticos em 2014 foi ultrapassada em 36% , pois, estava previsto que fossem produzidas 7 cartas em papel, 2 cartas eletrônicas e 2 atualizações.

Quantidade alcançada

64

Data de Referência

31/12/2014

• **Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades)**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 houve capacitação de técnicos do Censipam e parceiros envolvidos nos programas desenvolvidos pelo órgão, dentre eles: Amazônia SAR, Suscetibilidade, Hidrologia, Meteorologia, Sensoriamento Remoto e outros.



Dentre os órgãos parceiros participantes tem-se o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, a Defesa Civil e a Universidade Federal de Rondônia.

Como forma de melhorar o alcance da meta, estuda-se a implantação de plataforma de ensino à distância, o que eliminaria as principais restrições para a consecução da meta.

Tendo vista restrições de recursos para viabilizar as capacitações, o Censipam está construindo metodologia de ensino à distância por meio de uma plataforma livre, para viabilizar o cumprimento da meta.

Quantidade alcançada

88

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	1.300	unidade	88	31/12/2014

• Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras

Análise Situacional da Meta

A disponibilização de terminais de comunicação VSAT para a região amazônica depende, dentre outros fatores, de disponibilidade de banda no satélite utilizado para transmissão dos dados. O Censipam mantém contrato de locação de espaço em satélite comercial, o qual possui oferta limitada em razão da crescente demanda dos usuários por acessos de maior capacidade.

A limitação de expansão do espaço no satélite, aliado ao aumento na largura de banda de acesso e, consequentemente, da qualidade de serviço oferecida aos terminais já instalados, dificultaram que mais terminais fossem postos em operação.

Tem-se buscado a otimização da aplicação das VSAT de forma a retirá-las dos grandes centros urbanos, onde já existe internet comercial disponível a baixo custo, e levá-las para o interior, onde não há qualquer outra forma de comunicação a não ser satelital. Com isso, o parque tecnológico que contava com 572 terminais em dezembro de 2013, hoje, conta com 556 VSAT em operação.

Quantidade alcançada

556

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	1.000	unidade	556	31/12/2014

• Editar 4.924 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR).

Análise Situacional da Meta

O planejamento previa a edição de 400 ortoimagens para o ano de 2014, contudo, foram editadas 384 imagens. Para o período do Plano, totalizam-se 1.356 ortoimagens.

O Exército Brasileiro, parceiro do projeto, encontrou algumas dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como; necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros.

Quantidade alcançada

1.356

Data de Referência

31/12/2014

• Editar e imprimir 610 cartas topográficas.

**Análise Situacional da Meta**

As cartas topográficas são a última etapa do processo de produção cartográfica, em que após o aerolevantamento, processamento, geração de modelos digitais do terreno e de superfície, elaboração de ortoimagens e arquivos de estratificação vegetal, são realizadas coletas de campo, objetivando a definição dos nomes das estradas, rios, igarapés, obras de infraestrutura, ruas, lagos, prédios da administração pública, igrejas, edifícios privados, pontos notáveis entre outras informações de identificação nominal.

A edição das cartas topográficas dependem do processo de reambulação, que será iniciado em 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Elaborar 6.354 arquivos de estratificação vegetal.**Análise Situacional da Meta**

O planejamento previa 400 arquivos de estratificação para o ano de 2014, porém, foram elaborados 369 arquivos. O Exército Brasileiro encontrou algumas dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros.

Quantidade alcançada

1.311

Data de Referência

31/12/2014

• Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal**Análise Situacional da Meta**

Durante o primeiro semestre de 2014, foram emitidos um total de 23.203 boletins meteorológicos pelos Centros Regionais do Censipam. Estes boletins representam o número de boletins elaborados para os principais municípios amazônicos com previsão de três dias, atendimentos para rádios, portal internet, TVs, previsões especiais de 24 horas, para missões de campo e para boletins climáticos.

A partir de 2014 foram realizadas mudanças na metodologia de cálculo do número de boletins meteorológicos elaborados, visando uma aproximação com o real trabalho realizado, considerando apenas os boletins gerados e não os boletins gerados x número de usuários habilitados a receber. Dentre os fatores que contribuíram para a execução da meta têm-se os dados de estações de superfície, produtos dos radares meteorológicos, imagens de satélite e prognósticos de modelos numéricos de previsão de tempo. Já os fatores que dificultaram a execução da meta estão relacionados à queda e/ou lentidão na rede de internet, que causaram dificuldade para download de dados de inicialização do modelo de previsão numérica BRAMS, bem como a elaboração de boletins meteorológicos. No segundo semestre foram gerados 118.127 boletins meteorológicos pelos Centros Regionais do Censipam totalizando 141.330 boletins para o ano de 2014.

Desse total, 111.882 são boletins de previsão diária do tempo para os municípios da Amazônia enquanto 29.448 são boletins climáticos de grande abrangência espacial nos quais são considerados os dados de previsão diária, dados de imagens de satélites meteorológicos, dados de radares, dentre outras fontes de informação. Nesse número também estão computados os boletins gerados para atendimentos a rádios, portal internet, TVs, previsões especiais de 24 horas e para missões de campo.

O alto valor dos boletins de previsão diária para os municípios deve-se ao fato de que são gerados três boletins diários para cada município (24, 48 e 72 horas). Em Manaus, por exemplo, atualmente são realizadas três previsões para 42 municípios da Amazônia, o que resulta em 126 previsões diárias. O Centro Regional de Porto Velho elabora três previsões diárias para 80 municípios, o que resulta em 240 previsões diárias.

O total de boletins elaborados ao longo do PPA mostra que a tendência, desde o primeiro semestre de 2014, é que a



meta seja extrapolada consideravelmente a cada ano. Isso se deve não só a revisão da metodologia utilizada para o cálculo do número de boletins meteorológicos elaborados como também à ampliação da capacidade de geração de informações meteorológicas pelo Censipam e à ampliação da capacidade de atendimento a um número maior de clientes que demandam o produto gerado.

Quantidade alcançada

141.330

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	39.312	unidades/ano	141.330	31/12/2014

• Emitir anualmente 300 produtos da área de inteligência

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a metodologia de produção de conhecimento seguiu os padrões do Decreto nº 7.845/12, que regulamenta o credenciamento de segurança e tratamento de informação em qualquer grau de sigilo, porém, continuou com a mesma metodologia de aferição dos produtos de inteligência produzidos. Por conseguinte, foi atingido o total de 674 produtos na área de inteligência, que contribuíram com as políticas de combate aos ilícitos na Amazônia.

O Censipam atuou em várias operações de inteligência na Amazônia, onde destacam-se: a operação com a Polícia Federal no combate ao narcotráfico na região de fronteira do Brasil; a Operação Hileia Pátria, coordenada pelo Gabinete Permanente de Gestão Integrado para a Proteção do Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ações preventivas e repressivas aos crimes e infrações ambientais na Amazônia Legal; a Operação Ágata VIII, Operação Amazônia e Operação Vigia I, coordenada pelo Ministério da Defesa, envolvendo pessoal e material tecnológico do Censipam.

O Censipam participou do planejamento inicial de execução de ações para garantir a desintrusão de Terras Indígenas, isto é, assegurar a efetivação plena dos direitos territoriais. Além disso, o Censipam apoiou o Centro de Inteligência Nacional da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), em Brasília-DF e a Marinha do Brasil, na região do Estado do Pará, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), disponibilizando pessoal e material tecnológico.

Em operações com órgão estaduais, destacaram-se: a Operação Marajó, Operação Caxiuanã II e Operação do Conselho de Segurança Pública do Meio Norte, coordenada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará e Amapá, envolvendo pessoal e material tecnológico.

O Censipam prestou seus serviços, também, na Operação Copa do Mundo, apoiando o Comando Militar do Oeste no Centro de Operações, na região de Cuiabá-MT.

Quantidade alcançada

674

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	300	unidade	674	31/12/2014

• Executar o imageamento de 160.000 Km² em áreas de não floresta.

Análise Situacional da Meta

Durante o período do Plano, foi imageada uma área de 125.435 km², o que equivale a 78% da meta.

Quantidade alcançada

125.435

Data de Referência



31/12/2014

• **Executar o imageamento de 571.046 Km² em áreas de floresta.**

Análise Situacional da Meta

A execução deste aerolevantamento deverá ser feita a partir da contratação da empresa Bradar, empresa brasileira, que detém a referida tecnologia para mapeamento em área de floresta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Implementar 80 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades)**

Análise Situacional da Meta

Face ao avanço nas etapas de instalação de equipamentos do programa Telecentros, pelo Ministério das Comunicações (MC), o Censipam, no primeiro semestre, acompanhou a entrega de equipamentos pelo MC, replanejando a operacionalização para o segundo semestre.

Portanto, as metas de estruturação foram priorizadas no primeiro semestre e as metas de operacionalização para o segundo semestre.

Ao longo do segundo semestre de 2014, foram instalados mais 15 telecentros e vistoriados outros 12, dos 24 telecentros previstos para o ano em questão. Na vistoria in loco dos requisitos exigidos pelo edital do programa acerca da validação dos espaços físicos, de responsabilidade das instituições beneficiadas (prefeituras), verificou-se que 12 desses espaços permaneciam inadequados para instalação dos equipamentos de informática e a oferta de conectividade via sistema VSAT.

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	80	unidade	38	31/12/2014

• **Monitorar 6 milhões de Km² no Programa de Áreas Especiais (ProAE)**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2014, com a ativação dos programas ProAE, Mapas de Suscetibilidade e Amazônia SAR, o volume de área monitorada foi de 1.414.400 km².

No segundo semestre de 2014, foi monitorada uma área de 4.501.814,23km², somando um total de 5.916.214,23 Km² no ano de 2014.

Como previsto, o volume de área monitorada aumentou consideravelmente e ultrapassou a meta prevista no PPA, tendo em vista a disponibilidade de imagens gratuitas do sensor LandSat 8 e a ativação do sensor ADS 80, da Força Aérea Brasileira, que ampliaram a disponibilidade de imagens, e por consequência, a área monitorada em Km².

Quantidade alcançada

9.062.163,23

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	6.000.000	km²	9.062.163,23	31/12/2014

• **Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km² de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)**

**Análise Situacional da Meta**

Esta meta deverá ser executada por meio de um Acordo de Cooperação Técnica a ser assinado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Atualmente, o Censipam está realizando o monitoramento das glebas públicas rurais federais em conjunto com o programa de monitoramento de áreas especiais.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Processar 4.924 Modelos Digitais de Superfície (MDS).**Análise Situacional da Meta**

O planejamento previa 400 Modelos Digitais de Superfície para o ano de 2014. Contudo, foram processados 369 modelos. Foram encontradas algumas dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como; necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros.

Quantidade alcançada

1.546

Data de Referência

31/12/2014

• Processar 4.924 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR).**Análise Situacional da Meta**

O planejamento previa a produção de 400 ortoimagens para o ano de 2014, contudo foram processadas 326 imagens, totalizando, cumulativamente, 1.392 imagens no período do Plano.

No desenvolvimento do Projeto Cartografia da Amazônia foram encontradas algumas dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros.

Quantidade alcançada

1.392

Data de Referência

31/12/2014

• Processar 6.354 Modelos Digitais do Terreno (MDT).**Análise Situacional da Meta**

O planejamento previa 400 Modelos Digitais de Terreno para o ano de 2014. Contudo, foram processados 369 modelos.

Foram encontradas algumas dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros.

Quantidade alcançada

1.484

Data de Referência

31/12/2014

• Produzir 189 cartas geológicas.**Análise Situacional da Meta**

Foram elaboradas 8 cartas geológicas, no exercício de 2014. Este número justifica-se pelo fato de que o esforço do Serviço Geológico Brasileiro foi para mapeamentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fora da região Amazônica.

No segundo semestre foi retomada a confecção de mapas geológicos no escopo do Projeto de Cartografia Geológica



para a região.

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

31/12/2014

• **Produzir 82 cartas aerogeofísicas.**

Análise Situacional da Meta

Foram elaboradas 22 cartas aerogeofísicas no ano de 2014. Este número justifica-se pelo fato de que o esforço do Serviço Geológico Brasileiro foi para mapeamentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fora da região Amazônica.

No segundo semestre foi retomada a confecção de mapas geológicos no escopo do Projeto de Cartografia Geológica para a região.

Quantidade alcançada

63

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0534 - Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No início do 2º semestre de 2014 finalizou-se a operação de segurança da Copa do Mundo, com forte envolvimento das Forças Armadas no vetor “Defesa”, que foi realizado nas ações de comando e controle, defesa química, radiológica, biológica e nuclear, segurança e defesa cibernética, defesa aeroespacial e controle do espaço aéreo, prevenção e combate contraterrorismo, defesa aérea marítima e fluvial, defesa de estruturas estratégicas, emprego de meios aéreos (helicópteros), fiscalização de explosivos e preparo e emprego da Força de Contingência. Todo o evento ocorreu dentro da normalidade dentro destes vetores de atuação.

A Operação Amazônia 2014, realizada no período de 10 a 21 de outubro, foi a principal atividade do segundo semestre de 2014, permitindo a ampliação da capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta, compreendendo o adestramento na defesa da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais, relativos à Amazônia.

Esta Operação abrangeu áreas terrestres, fluviais, marítimas e o espaço aéreo sob jurisdição e de interesse nacional. A situação hipotética enfocada pela Operação contemplou uma situação de crise entre Estados oponentes que evoluiu para um conflito armado, e os objetivos de adestramento propostos foram plenamente alcançados. Este tipo de operação continua sendo um grande laboratório para o aperfeiçoamento da Doutrina de Operações Conjuntas.

Em relação ao desempenho do quantitativo das metas que integram este Objetivo, sublinha-se que os seus percentuais de execução estavam, em média, até o final de 2014, compatíveis com o esperado para a execução do PPA.

Metas 2012-2015

• **Apoiar o aprestamento de uma brigada, para atuar em missões de paz e ações humanitárias**

Análise Situacional da Meta

Para o cumprimento da Meta, o Exército deu continuidade, em 2014, ao planejamento de criação de uma Força Humanitária, capaz de atuar, com prontidão, dentro ou fora do território nacional, em apoio a calamidades ou desastres naturais, e a criação de uma Força Expedicionária para atuar com capacidade de garantir a segurança própria e possuir um excedente de poder militar para atender às demandas internacionais em favor da paz.



O Projeto da Força Humanitária é um subprojeto do projeto estruturante Novo Preparo e Emprego da Força Terrestre, a cargo do Comando de Operações Terrestres (COTER), com início da implantação da Força de Ajuda Humanitária.

No segundo semestre de 2014, foi realizado o 1º estágio de capacitação para a Força de Ajuda Humanitária, sob a coordenação do COTER e com a participação de Oficiais do Estado-Maior do Exército, dos Órgãos de Direção Setorial, dos Comandos Militares de Área, do Centro de Inteligência do Exército e do Centro de Comunicação Social do Exército, além de palestrantes especialistas em assuntos de interesse do subprojeto.

No Comando Militar do Nordeste (CMNE), foi realizado o aprestamento do destacamento de resposta inicial da Força de Ajuda Humanitária.

No primeiro semestre de 2015, o COTER prosseguirá na preparação da Força de Ajuda Humanitária no CMNE.

A implantação do subprojeto Força Ajuda Humanitária contribuirá para capacitar a Força na atuação em diversas regiões brasileiras nas situações de desastre naturais, promovendo uma pronta resposta para a população afetada. Este objetivo está diretamente vinculado ao Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, do Governo Federal.

O emprego da Força de Ajuda Humanitária ocorrerá de acordo com a decisão do Comandante Supremo das Forças Armadas e, possivelmente, em atenção a solicitação de Governadores dos Estados. Portanto, em todo o território nacional, conforme necessidade e decisão do Governo Federal.

Devido ao subprojeto estar na fase de implantação, não foram realizadas entregas de bens e serviços à sociedade.

A Política Nacional de Defesa é voltada essencialmente para ameaças externas. Ela estabelece objetivos e orientações para ações de preparo e para o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, em atendimento aos Objetivos Nacionais. Dentre seus Objetivos, destacam-se os seguintes: defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior; contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.

A Política Militar de Defesa, aprovada em 2005, destaca que o Poder Militar brasileiro deve atender a dois requisitos simultaneamente: ter capacidade de garantir a segurança própria e possuir um excedente de poder militar para atender às demandas internacionais em favor da paz.

O Projeto Força Expedicionária encontra-se na primeira fase do processo de gerenciamento de projetos, a Iniciação. Em 2013, foi emitida a Diretriz de Iniciação e em 2014, no 1º Semestre, foi realizado o Estudo de Viabilidade. No 2º Semestre de 2014 foi elaborada a Diretriz de Implantação do Projeto Força Expedicionária.

O Projeto terá, inicialmente, sua sede localizada na cidade de Brasília-DF e a execução ocorrerá na área de responsabilidade de um Comando Militar de Área a ser designado. Com relação ao seu escopo, ele será delimitado, inicialmente, no âmbito de um desses Comandos, devendo ser ampliado paulatinamente, de modo a abranger os demais até o ano de 2022.

Para 2015, pretende-se realizar o Seminário sobre Força Expedicionária, visando definir a organização e a composição dessa Força.

Quando pronto, os produtos de defesa necessários para que a Força Expedicionária adquira as capacidades adequadas às suas tarefas prováveis poderão contribuir para estimular a indústria nacional de material de defesa.

Com isso, o País disporá de tropa em condições de ser empregada em operações de paz e ações humanitárias, contribuindo para o fortalecimento da imagem positiva das Forças Armadas junto à população brasileira e da imagem do Brasil junto aos Organismos Internacionais que promovem a paz.

• Atingir o percentual de 16% na implantação do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED)

Análise Situacional da Meta

O Sistema Tático de Enlace de Dados (Sisted) é um conjunto de enlaces de comunicações de dados padronizados e adequados para a transmissão de informações táticas digitalizadas, interligando dois ou mais sistemas de comando e controle ou de armas, caracterizando-se pela segurança da informação e da transmissão. A sua implantação é imprescindível, tendo em vista a necessidade de interoperabilidade entre as Forças Armadas nas operações conjuntas,



de forma ágil e segura.

Em 2014, os recursos executados propiciaram o alcance pleno da meta anual e o avanço da meta de implantação do Sisited para 14,00%, sendo os recursos aplicados, principalmente, nas seguintes atividades: desenvolvimento do Sistema Rádio Definido por Software; reuniões de projeto para interoperabilidade de comando e controle; e capacitação de recursos humanos no Brasil e no exterior.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2014

• **Atingir o percentual de 39% na implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS)**

Análise Situacional da Meta

O SISCOMIS faz parte da infraestrutura de telecomunicações para o Sistema Militar de Comando e Controle do Ministério da Defesa.

Para atender às operações militares, o SISCOMIS possui, ainda, estações transportáveis e móveis, operando através de enlaces satelitais em banda Ku ou na banda X, cujo emprego é exclusivamente militar. Essa rede se caracteriza por permitir elevada mobilidade, possibilitando a operação de estações em qualquer ponto na área de cobertura dos satélites.

O SISCOMIS é o mais importante meio de telecomunicações para o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas no atendimento às operações combinadas ou conjuntas, em missões humanitárias e nas missões de manutenção da paz. Em 2014, a meta de implantação do SISCOMIS avançou para 32,30%, sendo os recursos aplicados, principalmente, nas seguintes atividades: modernização das estações terrenas; pagamento de outorga do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC); visita técnica à Estação Rádio da Marinha no Rio de Janeiro; e aquisição de equipamentos de TI e peças de reposição.

A meta não foi alcançada plenamente, tendo em vista que não foi possível iniciar a modernização das estações terrenas em 2014, pelo fato de que a mesma teve seu edital de licitação publicado em 26 de setembro de 2014, após o parecer 379/2014/COJAER/AGU, de 8 de agosto de 2014, recomendar a mudança da modalidade de licitação. O encerramento da licitação e o consequente empenho da despesa ocorreram no final de novembro de 2014, ficando os trabalhos para serem realizados de forma faseada em 2015, o que possibilitará o alcance da meta estabelecida para o corrente ano. Como essa modernização busca preparar a rede do SISCOMIS para atender ao SGDC, que possui a previsão de lançamento em 2016, não haverá qualquer comprometimento do Sistema.

Quantidade alcançada

32,3

Data de Referência

31/12/2014

• **Atingir o percentual de 80% na implantação do centro de operações conjuntas**

Análise Situacional da Meta

Os centros de operações são estruturas de comando e controle imprescindíveis para o acompanhamento das operações correntes.

Em 2014, a meta de implantação de centros de operações conjuntas evoluiu para 69,60%, sendo os recursos aplicados, principalmente, nas seguintes atividades: aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM); contratação de enlace de internet para centros de comando e controle; incremento da interoperabilidade de comando e controle no âmbito da defesa; atualização de equipamentos e tecnologia empregados nos centros de comando e controle da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira; e capacitação de recursos humanos no Brasil e no exterior.

**Quantidade alcançada**

69,6

Data de Referência

31/12/2014

• Realizar 62 operações de presença na faixa de fronteira**Análise Situacional da Meta**

Em relação aos resultados alcançados no primeiro semestre de 2014, sublinha-se a Operação ÁGATA 8. Parte do Plano Estratégico de Fronteiras (Decreto nº 7.496, 08.06.2011), esta Operação iniciou na manhã do dia 10 de maio, atuando em toda a extensão da fronteira brasileira com os 10 países sul-americanos e com a atuação de cerca de 30 mil militares da Marinha, Exército e Aeronáutica. Como resultado alcançado ao término da Operação (21 de maio), destaca-se a apreensão de drogas (cerca de 40 toneladas de entorpecentes), superando às edições anteriores, assim como a recuperação em torno de 58 m³ de madeira ilegal.

Entre as Operações Ágata 7 (realizada em 2013) e Ágata 8 houve, em comum, os seguintes objetivos principais:

-Coibir os delitos transfronteiriços e ambientais, em cooperação com os órgãos de segurança pública e agências governamentais;

-Intensificar a presença militar na faixa de fronteira;

-Reforçar junto à população regional o sentimento de nacionalismo e de defesa da Pátria; e

-Contribuir para a ambientação das tropas às condições existentes nas áreas de responsabilidade de seus comandos.

No primeiro semestre de 2014, aconteceram os planejamentos operacional e tático da Ágata 8, bem como a operação em si e sua análise pós-ação; de tal forma que se agregaram quatro metas às 38 já contabilizadas até 2013.

Quantidade alcançada

42

Data de Referência

30/06/2014

• Realizar cinco exercícios de simulação de combate**Análise Situacional da Meta**

O principal exercício de simulação de combate previsto para o ano de 2014 foi o Azuver, realizado no 2º semestre, no período de 03 a 13 de novembro.

Em 2013, esta atividade foi realizada em duas fases distintas. A primeira fase compreendeu o período de 07 a 18 de outubro e a segunda de 04 a 14 de novembro de 2013, totalizando duas metas físicas alcançadas em 2013. Este exercício contou com a presença de cerca de 350 oficiais-alunos do curso de Estado-Maior para oficiais superiores das três Forças Singulares, sob a orientação doutrinária do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, com o propósito de continuar a integração destes oficiais no planejamento de operações conjuntas.

Ao longo do PPA, quatro exercícios foram realizados: um em 2012, dois em 2013 e um em 2014.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

24/11/2014

• Realizar oito operações conjuntas, a título de adestramento, com as Forças Armadas**Análise Situacional da Meta**

No que diz respeito ao ano de 2012, foram realizadas duas Operações Conjuntas - Amazônia e Atlântico III. Em 2013, a principal operação conjunta realizada foi a Operação de Adestramento Conjunto Laçador, efetivada no período de 16 a 27 de setembro de 2013, abrangendo os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parte do Oceano Atlântico.

Para a consecução da Operação Laçador em 2013 foram realizadas três reuniões de planejamento do adestramento e a



revisão de seu planejamento operacional; todas ao longo do segundo semestre de 2013, que, juntamente com a própria Operação, foram totalizadas como cinco eventos conjuntos computados na meta.

No ano de 2014 realizou-se, no segundo semestre (10 à 21 de outubro), a principal atividade de adestramento com as Forças Armadas: a Operação de Adestramento Conjunto Amazônia.

A Operação Amazônia abrangeu áreas terrestres, fluviais, marítimas e o espaço aéreo sob jurisdição e de interesse nacional. A situação hipotética enfocada pela Operação contemplou uma situação de crise entre Estados oponentes que evoluiu para um conflito armado. Tal conflito compreendeu a Defesa da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à Amazônia, e teve por objetivos:

- Adestrar o Estado-Maior Conjunto do comando do teatro de operações e Estados-Maiores das Forças Componentes em operações conjuntas;
- Empregar a doutrina de operações conjuntas, particularmente o processo de planejamento conjunto;
- Adestrar os diversos Comandos e respectivas tropas em ações críticas de combate, apoio ao combate ou de apoio logístico, singulares ou conjuntas;
- Adestrar os diversos sistemas operacionais, de modo a promover a capacidade de interoperabilidade entre as Forças;
- Realizar ações reais de comunicação social, operações psicológicas e inteligência, dentro do contexto da Operação;
- Realização de ações cívico-sociais e intensificação da presença do Estado brasileiro (Forças Armadas) na área; e
- Realizar experimentações doutrinárias de interesse para as operações conjuntas.

Foi realizada, ainda, em 2014, a Operação Segurança da Copa do Mundo que demandou o planejamento e emprego conjunto das Forças Armadas, concretizando mais um evento de operação conjunta das forças.

Considerando os anos de 2012, 2013 e 2014, teriam sido realizadas sete operações conjuntas, porém, as reuniões de planejamento do adestramento, no ano de 2013, fizeram parte da Operação propriamente dita e, salvo melhor juízo, foram consideradas como Operações. Já a revisão do planejamento operacional em outra área de operações completou o previsto para o ano de 2013 (duas operações).

Portanto no cômputo desta meta, passa-se a considerar seis operações conjuntas realizadas e não sete.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

10/02/2015

• Realizar quatro operações multinacionais com as Forças Armadas estrangeiras

Análise Situacional da Meta

A principal operação multinacional prevista para o ano de 2014 foi o Exercício da série Felino, realizado no período de 14 a 27 de setembro, na República Democrática do Timor Leste, na capital Díli, sob a coordenação das Forças Armadas daquele país.

Este exercício teve como finalidade exercitar uma força-tarefa conjunta e combinada, no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no sentido de incrementar a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados Membros e o treinamento para o emprego em operações de paz e de ajuda humanitária.

Em 2012, por questões conjunturais, econômicas e financeiras de Cabo Verde, o Exercício Felino planejado sofreu alteração de país-sede, não sendo realizado naquele ano (2012); passando, então, para a cidade de Boane - Moçambique, no período de 13 de fevereiro a 02 de março de 2013.

Já o exercício planejado para o ano de 2013 foi realizado sob a coordenação da Marinha do Brasil na região de Itaoca-ES, no período de 16 a 27 de setembro de 2013; totalizando, assim, três Exercícios até o ano de 2014.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

24/11/2014

OBJETIVO: 0542 - Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação



constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014 o Exército deu continuidade na capacitação, adestramento e prontidão logística, aperfeiçoamento das estruturas dos sistemas de ensino, de adestramento e de prontidão logística, capacitando e adestrando seu pessoal, com a finalidade de elevar a sua capacidade operacional.

No período, foram realizadas a melhoria da infraestrutura escolar de apoio aos discentes em capacitação técnica e na aquisição de bens, materiais de consumo e na prestação de serviços, visando atender a preparação e a execução das atividades de ensino em diversas escolas distribuídas pelo território nacional. Além de atender o funcionamento dos diversos cursos de capacitação, os recursos atenderam, ainda, despesas com a implementação de atividades diretamente envolvidas com as práticas educacionais, visando a permitir melhor coordenação e controle por parte dos estabelecimentos de ensino.

No ano de 2014, foram realizadas a formação e capacitação de recursos humanos para o atendimento de cargos e funções do Exército; o desenvolvimento da educação preparatória e assistencial durante a formação de novos oficiais e sargentos; a preservação do patrimônio histórico e cultural da Força; o fomento em pesquisas nas áreas de educação nas escolas de formação (Academia Militar das Agulhas Negras/Resende-RJ e no Instituto Militar de Engenharia/Rio de Janeiro-RJ), de aperfeiçoamento de Oficiais (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais/Rio de Janeiro-RJ), de pós-graduação, mestrado e doutorado (na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército-RJ) e de capacitação física dos militares (no Centro de Capacitação Física do Exército/Rio de Janeiro-RJ); o desenvolvimento dos desportos; o fomento nas áreas de doutrina e pessoal; e o cumprimento das fases de instrução previstas para o período, formando e qualificando os militares incorporados em marco, conforme planejamento do comando de operações terrestres, garantindo, assim, a capacidade de prontidão do Exército.

No campo da prontidão logística a criação, ativação e organização dos 3º e 9º Grupamentos Logísticos e a adequação de organizações militares que exercem as funções logísticas, dentro do projeto Nova Logística Militar Terrestre, contribuíram para que os materiais e serviços adquiridos provessem e atendessem as atividades de instruções, adestramento e emprego da tropa.

No período, o Exército Brasileiro, ainda, qualificou o contingente incorporado, bem como executou os diversos exercícios previstos nos períodos de adestramento básico e avançado, atuando em ações na garantia da lei e da ordem para a preservação da ordem pública, nos Estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, a fim de contribuir para o restabelecimento da paz social nessas regiões (Operação Ilhéus, Operação Bahia 2, Operação Pernambuco e Operação São Francisco no Complexo da Maré e Eleições 2014), além da mobilização para o emprego nas cidades sedes durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

Ainda manteve em constante preparação uma força de valor batalhão de infantaria e uma companhia de engenharia, enquanto que uma tropa de mesmo valor é empregada em missão de manutenção da paz no Haiti. Além disso, o Exército mantém militares cumprindo missões de paz, de caráter individual, em dez países.

Foi dado, ainda, prosseguimento nas obras de adequações e de construções para a implantação dos batalhões de polícia do Exército em Salvador-BA, em Manaus-AM e no Rio de Janeiro-RJ.

Os recursos destinados ao preparo da Força Terrestre atenderam parcialmente as iniciativas para acompanhar os centros de instrução e de manutenção da infraestrutura de apoio à instrução militar.

Como parte do sistema de preparo é cíclico, em 2015 prosseguirão as diversas iniciativas previstas nos planos de instrução militar, de formação, aperfeiçoamento e altos estudos, possibilitando o emprego dos meios militares de forma adequada.

Metas 2012-2015

- Ampliar a prontidão da Força Terrestre, por meio da instrução e adestramento das organizações militares, a



fim de empregar tropas de valor batalhão para atender até três crises simultâneas.

Análise Situacional da Meta

A ampliação do estado de prontidão da Força Terrestre ocorreu por meio do cumprimento do planejamento anual de instrução, referente aos soldados incorporados no 1º semestre de 2014 para prestar o serviço militar e ao efetivo profissional militar. Foram concluídos os períodos de instrução individual básica e o de instrução individual de qualificação, além do Curso de Capacitação Técnica e Tática de Oficiais e Sargentos de todas as organizações militares operacionais do Brasil, tudo visando o alcance da meta de emprego de tropas em até três crises simultâneas.

A capacitação logística da tropa é obtida durante a formação e qualificação dos soldados na prestação do serviço militar obrigatório e no adestramento logístico, por meio das instruções destinadas ao efetivo profissional (oficiais e sargentos) para exercício das suas funções (em especial as atividades de suprimento, manutenção, saúde e transporte) em operações.

O Exército manteve um batalhão e uma companhia de engenharia, com efetivo total de cerca de 2.000 militares, empregados na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). Além disso, durante o ano, um efetivo de igual valor foi preparado para substituir a tropa atualmente empregada a partir do fim do 2º semestre de 2014, naquele país.

Ao mesmo tempo, o Exército mantém em permanente condições de emprego unidades valor batalhão nas brigadas que compõem as Forças de Atuação Rápida (FAR), quais sejam a Brigada de Infantaria Paraquedista, o Comando de Operações Especiais, o Comando de Aviação do Exército e a 12ª Brigada de Infantaria Leve, possibilitando o pronto-emprego em situações de crise. A exemplo do que ocorreu em 2014, quando houve a necessidade de emprego nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia e nas cidades sedes da Copa do mundo da Fifa 2014.

Estima-se para 2015, prioritariamente, a manutenção dessas forças de atuação dentro do País e como força de paz.

- **Estruturar a logística militar terrestre, por meio da criação de dois grupamentos logísticos e da adequação das unidades logísticas existentes.**

Análise Situacional da Meta

A criação de dois grupamentos logísticos no Exército busca separar os ramos administrativo e logístico. Com essa meta alcançada, as regiões militares, localizadas em todo o País, estarão em melhores condições para focalizar a dimensão humana do Exército no amplo espectro de funções desempenhadas. Da mesma forma, dentro da previsão do projeto Nova Logística Militar Terrestre, será dada continuidade na adequação das diversas unidades logística existentes no Exército.

Em 2014, foi dada a continuidade da criação, ativação e organização do 9º Grupamento Logístico (Campo Grande-MS) e a criação e ativação do 3º Grupamento Logístico (Porto Alegre-RS). Prosseguiu-se a implantação do 1º Batalhão Logístico de Selva, em Boa Vista - RR e do 2º Batalhão Logístico de Selva, em São Gabriel da Cachoeira - AM. Além desses, foram adequadas as instalações do 22º Batalhão de Suprimento, em Barueri - SP.

Os estudos doutrinários que estão sendo realizados apontam para a criação de estruturas logísticas a serem implantadas, adequadas as necessidades das regiões do País, avaliando-se as melhores condições de atendimento dos conceitos de "organização por tarefa" e "modularidade".

Em 2015, pretende-se organizar o 3º Grupamento Logístico, conforme os resultados da experimentação doutrinária ocorrida em 2014, prosseguir na implantação do Batalhões Logísticos de Selva e iniciar a transformação da 16ª e 17ª Bases Logísticas, situadas respectivamente em Tefé - AM e Porto Velho - RO, em Batalhões Logísticos.

Com isso, a meta contribuirá para a melhoria das condições de apoio logístico as diversas organizações militares no Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Região Amazônica do País.

- **Incrementar a qualidade da formação e capacitação do pessoal, por meio do aprimoramento da estrutura de educação, cultura e instrução técnica militar.**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2014, com a finalidade de melhorar as condições de ensino e a capacitação do pessoal, foram realizadas melhorias da infraestrutura escolar de apoio aos discentes em capacitação técnica e na aquisição de bens,



materiais de consumo e na prestação de serviços, visando atender a preparação e a execução das atividades de ensino em diversas escolas distribuídas pelo território nacional, tais como: Escola de Comando e Estado-Maior, Escola Preparatória de Cadetes do Exército, Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Formação Complementar, Escola de Sargentos da Armas, Escola de Instrução Especializada, Escola de Saúde, Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos, Escola de Sargentos de Logística, Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, cinco centros e nos 44 núcleos de preparação de Oficiais da reserva, além de inúmeros centros de instrução com especialidades específicas, como guerra na selva, paraquedista, caatinga, Pantanal, foguetes, operações especiais, aviação do exército, engenharia de construção e operações psicológicas.

Em linhas gerais, os recursos foram empregados para: aquisição de materiais de consumo (expediente, limpeza, informática, etc) e permanente diversos (mobiliários, aparelhos e equipamentos de informática) destinados à adequação das instalações utilizadas em proveito do ensino; manutenção e conservação de bens imóveis utilizados em proveito das atividades de ensino; contratação de serviços em apoio ao ensino; e despesas relacionadas com o transporte de militares para as atividades de preparação, avaliação e de coordenação do ensino e deslocamentos dos alunos para exercícios e em cooperação de instruções.

Além de atender o funcionamento dos diversos cursos de capacitação descritos acima, os recursos atenderam, ainda, despesas com a implementação de atividades diretamente envolvidas com as práticas educacionais, visando a permitir melhor coordenação e controle por parte dos estabelecimentos de ensino, tais como: Procap/SAU, com o objetivo de aprimorar os conhecimentos profissionais de médicos, dentistas, farmacêuticos, médicos veterinários e enfermeiros, profissionais de saúde que encerram as fileiras da Força; cursos nos níveis de pós-graduação e capacitação por meio do EAD/DECEX; curso de idiomas do Centro de Estudo de Pessoal/Forte Duque de Caxias; cursos em estabelecimentos de ensino civis nacionais; curso de habilitação ao quadro auxiliar de Oficiais na Escola de Instrução Especializada; curso de preparação da Escola de Comando e Estado-Maior; sistema de excelência gerencial do Estado-Maior do Exército; implantação do ensino por competência; e estágios/seminários de atualização pedagógica.

Foram capacitados mais de 11.500 de militares em aproximadamente 107 estabelecimentos de ensino espalhados por todo o território nacional, o que permitiu o reacompanhamento de recursos humanos para o atendimento dos diversos cargos e funções do Exército, qualificando as necessidades adequadas à manutenção das atividades da Força. No campo das pesquisas, estão sendo satisfatoriamente atendidas, permitindo ao Exército o aprimoramento de estudos no campo de pessoal, nas áreas de educação, de capacitação física e desenvolvimento dos desportos.

Para o próximo período (ano de 2015) estima-se capacitar, aproximadamente, 17.200 militares.

• Manter a capacidade de prontidão da Força Terrestre

Análise Situacional da Meta

A capacidade de prontidão da Força Terrestre se dá através da condição de ser empregada, em caso de necessidade, com rapidez, eficiência e eficácia.

Foram realizadas as atividades de instrução relativas à qualificação dos soldados incorporados no início de 2014, bem como se concluíram os períodos de adestramento básico e avançado, além de estar em curso o desenvolvimento do Sistema Combater (simulação de combate), em testes na guarnição de Santa Maria - RS.

O Exército atuou em ações nas faixas de fronteira a fim de coibir e reprimir ilícitos transfronteiriços, bem como realizou ações cívico sociais e ações na garantia da lei e da ordem (GLO) para a preservação da ordem pública, intensificando a presença do Estado Brasileiro nas regiões da operação, podendo ser citadas como exemplo a Operação Ilhéus; a Operação Bahia 2; a Operação Pernambuco e a Operação São Francisco, no Complexo de Favelas da Maré; Copa do Mundo FIFA 2014; Operação Eleições 2014; entre outras.

A preparação da tropa para a defesa externa, particularmente do efetivo profissional que é constante, foi prejudicada pela concentração de esforços nas ações de GLO e de defesa de área.

No próximo período, o Exército Brasileiro estará incorporando um novo contingente de recrutas e, em decorrência



disso, executará as instruções individuais básicas necessárias à adaptação destes militares à rotina da caserna.

• **Preparar força de valor correspondente a uma brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária, fora do território nacional.**

Análise Situacional da Meta

Para o cumprimento da Meta, o Exército iniciou, durante o ano 2013, o planejamento de criação de uma Força Expedicionária que seja capaz de atuar fora do território brasileiro, por solicitação de Organismo Internacional, em ações de imposição de paz.

Destaca-se que o Exército já mantém em constante preparação, a cada semestre, uma Força de valor batalhão de infantaria e uma companhia de engenharia, enquanto que uma tropa de mesmo valor é empregada em missão de manutenção da paz no Haiti. Além disso, o Exército mantém militares cumprindo missões de paz, de caráter individual, em dez países.

O subprojeto encontra-se no primeiro grupo do processo de gerenciamento de projetos, a Iniciação. Em 2013, foi emitida a Diretriz de Iniciação e em 2014, no 1º Semestre, foi realizado o Estudo de Viabilidade. No 2º Semestre de 2014 foi elaborada a Diretriz de Implantação do Subprojeto Força Expedicionária, que será apresentada à Autoridade Patrocinadora (AP) para aprovação.

Para o próximo período está previsto a realização do Seminário sobre Força Expedicionária visando definir a organização e a composição dessa Força.

A Política Nacional de Defesa (PND), aprovada em 2012, é voltada essencialmente para ameaças externas. Ela estabelece objetivos e orientações para ações de preparo e para o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, em atendimento aos Objetivos Nacionais.

Dentre os Objetivos da PND, destacam-se os seguintes: defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior; contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; e intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.

A Política Militar de Defesa, aprovada em 2005, destaca que o Poder Militar brasileiro deve atender a dois requisitos simultaneamente: ter capacidade de garantir a segurança própria e possuir um excedente de poder militar para atender às demandas internacionais em favor da paz.

O projeto terá, inicialmente, sua sede localizada na cidade de Brasília-DF e a execução ocorrerá na área de responsabilidade de um comando militar de área (C Mil A) a ser designado. Com relação ao seu escopo, ele será delimitado, inicialmente, no âmbito de um C Mil A, devendo ser ampliado paulatinamente, de modo a abranger os demais até 2022.

Até o presente momento, não foram realizadas entregas, pois o subprojeto encontra-se na fase de iniciação. Quando pronto, os produtos de defesa necessários para que a Força Expedicionária adquira as capacidades adequadas às suas tarefas prováveis poderão contribuir para estimular a indústria nacional de material de defesa.

A intenção é de dispor de tropa em condições de ser empregada para salvaguardar os interesses nacionais no exterior, contribuindo para o fortalecimento da imagem positiva do Brasil e das Forças Armadas.

• **Preparar os Batalhões de Polícia do Exército e Companhias de Guarda para emprego em eventos de grande vulto - Priorizado o Batalhão de Manaus/AM**

Análise Situacional da Meta

A preparação dos batalhões de polícia do Exército e as companhias de guarda para emprego em eventos de vulto consiste em formar, qualificar e adestrar os recursos humanos e adequar as infraestruturas físicas dos quartéis para possibilitar melhores condições para o preparo e emprego desses militares.

Em 2014 foi dado prosseguimento adequada para a implantação do 6º Batalhão de Polícia do Exército (6º BPE), em Salvador-BA; do 7º Batalhão de Polícia do Exército (7º BPE), em Manaus-AM e do 3º Batalhão de Polícia do Exército (3º BPE), no Rio de Janeiro-RJ.

Quantidade alcançada

15

**Data de Referência**

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	15	% de execução física	15	31/12/2014

OBJETIVO: 0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) busca promover a interoperabilidade entre as Forças Armadas no que se refere à logística e à mobilização. Nesse escopo, as principais atividades desenvolvidas pelo EMCFA, em 2014, foram: realização de exercícios e adestramentos contínuos do Sistema Nacional de Mobilização; apoio à formação e qualificação de militares das escolas de Estado-Maior das Forças Armadas, em temas ligados à logística e à mobilização nacional; organização de palestras e eventos ligados ao incremento da interoperabilidade entre as Forças e o Ministério da Defesa, dentre os quais ocorreram o Seminário de Mobilização Nacional e as VI e VII Jornadas de Interoperabilidade Logística; realização de estudos de campo acerca dos sistemas, da estrutura, da doutrina e da articulação da logística e da mobilização; e participação em eventos relativos aos planejamentos de emprego conjunto das Forças Armadas e seus respectivos exercícios e no Seminário Sul-americano de Mobilização do Conselho de Defesa da União das Nações Sul-americanas.

Metas 2012-2015

• **Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório**

Análise Situacional da Meta

A meta de alistar 7.198.400 pessoas em quatro anos, para o serviço militar obrigatório, corresponde, em média, alistar 1.799.600 pessoas a cada ano. Logo, a meta para o ano de 2014 ficou próxima de ser alcançada, com 1.712.881 de pessoas alistadas, ou seja, 95,18% da meta anual.

A quantidade acumulada nos três primeiros anos do PPA (2012/2013/2014) perfaz o total de 5.972.238 pessoas alistadas, correspondendo a 82,96 % da meta prevista para os quatro anos. Da análise exposta, e mantida a tendência, estima-se que a meta seja ultrapassada na vigência do PPA.

Quantidade alcançada

5.972.238

Data de Referência

31/12/2014

• **Concluir a implantação da estrutura de preparo e emprego da mobilização militar, em 2014**

Análise Situacional da Meta

A implantação da estrutura de preparo e emprego da mobilização militar constitui-se de: atualização e elaboração do amparo legal; capacitação de recursos humanos; e desenvolvimento conjunto do software de apoio "Sistema de Informações Gerenciais de Logística e de Mobilização de Defesa".

No que diz respeito à atualização e amparo do Marco Legal, foram concluídos os processo de criação do Sistema de Mobilização Militar e da Diretriz Setorial de Mobilização Militar, bem como, as revisões do manual, da política e da doutrina de mobilização militar.

Quanto à capacitação de recursos humanos, foram promovidas palestras nos cursos de altos estudos das escolas militares, bem como no Curso de Logística e Mobilização Nacional da Escola Superior de Guerra.



- **Implantar 24% do sistema nacional de mobilização**

- Análise Situacional da Meta**

- O Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob) consiste em um conjunto de órgãos que atuam de modo ordenado e integrado, a fim de planejar e realizar todas as fases da mobilização e desmobilização nacionais, conforme o disposto no artigo 5º da Lei nº 11.631/07.

- Neste sentido, foi dado prosseguimento à formação e ao aperfeiçoamento de pessoas e equipes capazes de conduzir o Sistema nas missões de preparo e execução da mobilização nacional, consoante o inciso III, do art. 6º do Decreto 7.294/10. Este esforço incluiu incentivos para que pessoas dos setores público e privado, atores da sociedade brasileira, passem a atuar no tema mobilização. Materializaram a busca da meta em questão a participação pioneira de representantes dos órgãos governamentais integrantes do Sinamob, na condição de alunos do Curso de Logística e Mobilização Nacional, ministrado pela Escola Superior de Guerra, com o propósito de preparar civis e oficiais superiores das Forças Armadas e Forças Auxiliares para atuar nos níveis gerenciais executivos da logística e da mobilização nacionais e do assessoramento aos órgãos responsáveis pelo Sinamob.

- A meta prevista para 2014 era alcançar o percentual de 8% para sua implementação. Contudo, diante de obstáculos a execução, a meta física foi revista, o que permitiu implantar 3% do Sinamob durante o ano. O acumulado no período do PPA é de 5%.

- Quantidade alcançada**

- 5

- Data de Referência**

- 31/12/2014

- **Implantar 70% do Sistema de Informações Gerenciais de Logísticas de Defesa (SIGLD)**

- Análise Situacional da Meta**

- O Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa, cujo desenvolvimento foi iniciado em 2011, será a ferramenta de Tecnologia da Informação (TI) que tem por objetivo facilitar, por meio de suas funcionalidades, o processo de tomada de decisão, no que diz respeito às tarefas associadas à logística e à mobilização de defesa. Em junho de 2014, o módulo de cenários logísticos e de mobilização foi concluído, o que representa o fim do desenvolvimento da 1ª parte do Sistema. Os testes de software dos módulos básicos: controle de acesso; serviço logístico; gerência de dados; itens de suprimento; e cenário logístico e mobilização foram encerrados em novembro, concluindo a meta.

- O trabalho prossegue, a partir de 2015, com o início da 2ª fase do Projeto - de um total de três - com foco no incremento da interoperabilidade entre este e os sistemas logísticos das Forças Singulares.

- Quantidade alcançada**

- 70

- Data de Referência**

- 31/12/2014

- **Implantar o sistema de empresas de interesse da defesa nacional**

- Análise Situacional da Meta**

- O Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional (SISEIDN) tem por objetivo permitir o gerenciamento do cadastro de empresas de interesse da defesa nacional, contendo os dados necessários para a tomada de decisão no esforço da mobilização militar e nacional, particularmente no que se refere à utilização de recursos em complemento às carências logísticas associadas a uma hipótese de emprego.

- A capacitação para o SISEIDN foi postergada, em face da perspectiva de substituição desse sistema pelo Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa, cujo software de apoio está sendo desenvolvido pelo Centro de Análises de Sistemas Navais da Marinha.

- **Implantar o Sistema de Tecnologia e Inovação Militar (SisTIM)**

**Análise Situacional da Meta**

Este Sistema define-se como um conjunto de pessoal, instalações, equipamentos, doutrinas, procedimentos e informações. Suas ações, até o momento, referiram-se à atuação do Sistema como agente catalisador de disponibilização de informações sobre tecnologia e inovação militar de interesse da logística de defesa, no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

- **Integrar o Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional com o Sistema Georreferenciado da Presidência da República e com o Catálogo Brasileiro de Itens e Empresas (CATBR)**

Análise Situacional da Meta

A meta foi descontinuada.

- **Realizar 12 exercícios de mobilização para a defesa nacional**

Análise Situacional da Meta

Esta meta consiste em concretizar três ações de mobilização a cada ano.

Em 2014, foi possível a realização de uma ação de Mobilização Nacional, durante a Operação Amazônia.

Dentre as demais atividades desenvolvidas em 2014, destacam-se no 1º semestre: preparação do 1º Seminário Sul-americano de Mobilização Nacional, com reuniões na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro; participação na 1ª Reunião de Planejamento de Adestramento Conjunto da Operação Amazônia, coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; palestras na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), na Escola de Guerra Naval (EGN) e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro; e na participação do órgão central do Sistema Nacional de Mobilização no exercício de apoio logístico com os meios existentes e passíveis de mobilização, na Eceme, no Rio de Janeiro. No 2º semestre, destacam-se: participação na 2ª Reunião de Planejamento de Adestramento Conjunto da Operação Amazônia e a sua execução, coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; participação na reunião do II Grupo de Trabalho Conjunto Brasil - Turquia, na Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro; participação no exercício simulado de emprego do Sistema Nacional de Mobilização, incluído no Programa Gestão Estratégica em Mobilização, na EGN, no Rio de Janeiro; participação no intercâmbio de conhecimentos sobre mobilização com o Ministério da Defesa do Reino Unido, em Londres, na Inglaterra.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar, a cada biênio, pelo menos um exercício logístico sobre o emprego das Forças Armadas em casos de desastres**

Análise Situacional da Meta

A meta foi descontinuada desde 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0552 - Promover o desenvolvimento e a capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército, visando à ampliação da capacidade operacional terrestre para a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo será alcançado por um conjunto de iniciativas relacionadas à: implantação e modernização dos sistemas de comunicações, de guerra eletrônica e de comando e controle; e a pesquisa e desenvolvimento de sistemas, equipamentos



e materiais destinados ao uso civil e militar.

Em 2014, foi dado prosseguimento na ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios, cujas atividades foram iniciadas em 2013.

Nesse período, as principais realizações foram: aprimoramento do sistema logístico do material de comunicações e de guerra eletrônica, permitindo agilidade no retorno do equipamento à cadeia de suprimento; prosseguimento de projetos de implantação, reestruturação e expansão de redes metropolitanas, ampliando a capilaridade da intranet do Exército, denominada EBNet (uma rede integrada de comunicação de voz, dados e imagens); aquisição de materiais e contratação de serviços destinados a execução dos projetos relacionados aos sistemas corporativos e sistemas regionais do Exército, em especial, o Sistema Estratégico de Comunicações; da provisão e manutenção de equipamentos de comunicações nos principais comandos operacionais do Exército; manutenção do Sistema de Imagens e Informações Geográficas do Exército (SIMAGEx), apoiando as atividades de inteligência; elaboração de produtos cartográficos para o Estado da Bahia; desenvolvimento evolutivo do Sistema Pacificador em apoio às ações de defesa para a Copa do Mundo FIFA 2014; desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento do Campo de Batalha (GCB) para a família de blindados Guarani; apoio à integração do sistema de Comando e Controle da Força terrestre Terrestre com o sistema de simulação construtiva do Comando de Operações Terrestres; desenvolvimento do Sistema de Apoio à Decisão do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron); confecção do plano diretor do projeto Pólo de Ciência e Tecnologia de Guaratiba, do projeto básico do novo Instituto Militar de Engenharia e o projeto de transformação do Centro Tecnologia do Exército em novo Instituto Militar de Engenharia. Na área de pesquisa e desenvolvimento, continuidade dos trabalhos da torre operada remotamente e estabilizada para canhão 30 mm; do projeto Rádio Definido por Software; do radar de vigilância terrestre Sentir M20; do projeto Aurora; do projeto SARP Categoria 1; Finalização da avaliação do lote-piloto da arma leve anticarro e da apreciação do monóculo de imagem térmica OLHAR VDN-X1; apoio à avaliação do protótipo VLEGA Gaúcho; desenvolvimento das atividades dos projetos “munição 120 mm pré-raiada com propulsão adicional”, “missil superfície-superfície 1.2 anticarro” e “desenvolvimento de tecnologia para as pilhas térmicas híbridas de 3ª geração”.

A manutenção e o investimento em máquinas, equipamentos e instalações voltados para fabricação de produtos de defesa (Prode) vem reduzindo a defasagem tecnológica existente nos arsenais de guerra. Essas realizações possibilitaram elevar o nível de emprego operacional existente, devido a produção de diversos itens de Prode, e a manutenção do capital intelectual dentro das unidades fabris do Exército Brasileiro.

O Objetivo também contribui para o aprimoramento da capacidade nacional no campo da ciência e tecnologia, principalmente pela capacitação de engenheiros; e o aprimoramento da capacidade operacional das unidades do Exército, destacando a melhora dos índices relacionados ao apronto para atender as prioridades do planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

Para o ano de 2015, estima-se prosseguir no aprimoramento do sistema logístico do material de comunicações e de guerra eletrônica; atingir 100% na manutenção do SIMAGEx; prosseguir na elaboração das 56 cartas topográficas nas escalas de 1:25.000 e 1:50.000 de interesse da Força Terrestre; finalizar 490 produtos cartográficos (64,1% restantes) relativos ao Estado da Bahia; obtenção dos insumos geoespaciais relativos ao Estado do Amapá e início dos trabalhos de campo relativos ao apoio suplementar, com vistas à geração da base cartográfica digital deste Estado; continuação do desenvolvimento evolutivo do Sistema Pacificador em apoio às ações de defesa para os Jogos Olímpicos 2016; conclusão do protótipo do GCB para instalação na família em blindados Guarani; e apoio à implantação da simulação construtiva do Comando de Operações Terrestres.

A atuação nesse Objetivo gerou impactos em outras políticas públicas, dado que a adequação e otimização da infraestrutura de instalações do Exército contribuiu para incentivar a indústria nacional de defesa, gerando empregos e renda, indo ao encontro de outras políticas do Governo Federal de buscar aumento do número de postos de trabalho e o desenvolvimento da indústria nacional.

Metas 2012-2015



- **Adequar os arsenais de guerra para a produção, nacionalização, aperfeiçoamento, modernização e recuperação de produtos de defesa (PRODE).**

Análise Situacional da Meta

Os arsenais de guerra do Rio de Janeiro, de São Paulo e General Câmara são três organizações militares que têm como missão realizar a fabricação e a manutenção produtos de defesa (Prode) de interesse do Exército.

A adequação dos arsenais de guerra do Exército para produção, nacionalização, aperfeiçoamento, modernização e recuperação de Prode tem por finalidade elevar a capacidade produtiva e manter a qualificação técnica do pessoal militar pertencente a essa estrutura.

Dentre os resultados alcançados, destacam-se: aprimoramento da capacidade nacional no campo da ciência e tecnologia, principalmente pela capacitação de engenheiros; aprimoramento da capacidade operacional das unidades do Exército, destacando a melhora dos índices relacionados ao pronto para atender as prioridades do planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

As principais realizações foram: manutenção e investimento em máquinas, equipamentos e instalações voltados para fabricação de Prode, reduzindo a defasagem tecnológica existente nos arsenais de guerra. Essas realizações possibilitaram elevar o nível de emprego operacional existente, devido à produção de diversos itens de Prode e a manutenção do capital intelectual dentro das unidades fabris do Exército Brasileiro. Foram, ainda, adquiridos insumos e contratados serviços para a manutenção preventiva, corretiva e preditiva de máquinas e equipamentos industriais para possibilitar a correta operacionalidade dos equipamentos com o objetivo de garantir a confiabilidade e respeitabilidade dos resultados necessários para a obtenção de Prode com qualidade; contratados cursos para o aperfeiçoamento de militares e servidores civis; adquiridos máquinas e equipamentos a fim de ampliar a capacidade produtiva dos arsenais de guerra; adquiridos passagens e pagamento de diárias destinadas à fiscalização de empresas contratadas para a fabricação e revitalização de Prode; e aquisição de material de processamento de dados para apoio à atividade industrial.

Espera-se em 2015 que se conclua a revitalização dos arsenais de guerra pela aquisição de máquinas e equipamentos e a contratação de serviços destinados a aumentar a capacidade de produção e de revitalização de Prode estratégicos para Força Terrestre.

- **Ampliar a capacidade de formação de Engenheiros militares nas áreas de Construções Horizontais e Verticais, Eletricidade, Eletrônica e Meio Ambiente de 15 vagas para 20 vagas.**

Análise Situacional da Meta

A meta tem o intuito de ampliar a capacidade de formação de engenheiros militares nas áreas de interesse para atender às demandas do Exército Brasileiro nas áreas de construção, eletrônica e meio ambiente.

O Instituto Militar de Engenharia (IME), localizado no Rio de Janeiro-RJ, é o estabelecimento de ensino do Exército responsável pela formação dos oficiais engenheiros militares. O IME tem condições de ampliar a capacidade de formação de engenheiros militares nas áreas de construções horizontais e verticais (curso de fortificação e construção), eletricidade, eletrônica e meio ambiente de 15 para 20 vagas.

A meta já foi alcançada, pois no ano de 2014 foram formados 21 engenheiros militares nos cursos de eletricidade, eletrônica e de fortificação e construção. Além disso, há a expectativa de formação nos cursos citados de 26 engenheiros militares em 2015 e 25 engenheiros militares em 2016.

A distribuição de vagas pelas especialidades é realizada pelo Estado-Maior do Exército e disponibilizada aos alunos concluintes do 2º ano para escolha.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver 30% do sistema de comando e controle do Exército**

Análise Situacional da Meta

A condução das atividades militares envolve a necessidade de tomada de decisões, de transmitir ordens e de



acompanhar a execução das determinações, formando um circuito praticamente fechado de atividades no qual a informação e a decisão necessitam estar próximas para resultarem em uma boa solução da situação problema militar. Desta forma, a informação se constitui na matéria-prima do processo e as comunicações e os computadores são as ferramentas necessárias à implementação do Sistema de Comando e Controle, o qual tem por finalidade integrar todos os órgãos ligados à tomada de decisão.

O "comando" tem por objetivo o cumprimento da decisão, já o "controle" tem por objetivo a eficácia do "comando", ou seja, do cumprimento da decisão. Assim, o exercício do comando e controle ocorre por meio de um complexo sistema, envolvendo recursos humanos, instalações, equipamentos, normas e processos que possibilitam ao comandante dirigir e controlar suas tropas, tendo em vista o cumprimento da missão que lhe é imposta, em quaisquer circunstâncias, seja na paz ou na guerra, no preparo ou no emprego.

O Exército possui um Sistema de Comando e Controle que lhe permite executar as suas atividades, porém a permanente evolução dos meios de comunicações, a velocidade de mudança nas situações e cenários de emprego, que são cada vez mais complexos, e a continua sofisticação dos meios militares empregados fazem com que seja necessário um constante desenvolvimento das capacidades para manter o sistema de informações atualizado.

As principais realizações no ano de 2014:

- Aprimoramento do sistema logístico do material de comunicações e de guerra eletrônica.
- Manutenção do Sistema de Imagens e Informações Geográficas do Exército (SIMAGEx) em sua totalidade,
- Elaboração de 35,9% de produtos cartográficos relativos ao Estado da Bahia;
- Desenvolvimento evolutivo do Sistema Pacificador em apoio às ações de defesa para os Jogos Olímpicos de 2016;
- Desenvolvimento do Sistema Gerenciamento do Campo de Batalha para a família de blindados Guarani;
- Apoio à integração do sistema de Comando e Controle da Força Terrestre com o sistema de simulação construtiva;
- Apoio ao desenvolvimento do Sistema de Apoio à Decisão do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron).

A expectativa para o ano de 2015 diz respeito a continuidade dos projetos com faseamento previsto para o ano e a aquisição de bens e contratação de serviços para atender as necessidades de reestruturação, expansão e manutenção do Sistema de Temática do Exército;

Quanto aos desafios de implementação, destacam-se a complexidade dos processos de aquisição de materiais e contratação de serviços.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver e obter produtos de defesa (PRODE) para sistemas de comando e controle, de armas, de simulação, de sensores e de veículos, com ênfase em tecnologias duais, de aplicação militar e civil, contribuindo para o desenvolvimento científico-tecnológico do País.**

Análise Situacional da Meta

O desenvolvimento de produtos de defesa (Prode) se dá pela capacidade de pesquisa e de fabricação de novos produtos.

Já a obtenção de desses produtos visa adquirir material de emprego militar de interesse da Força.

No período, foi possível realizar o desenvolvimento e obtenção de Prode para sistemas de comando e controle, de armas, de simulação, de sensores e de veículos, com ênfase em tecnologias duais (de aplicação militar e civil).

Os projetos/atividades, como Guarani, Cobra, Sisfron, Radar, encontram-se em plena execução, contribuindo para o desenvolvimento científico-tecnológico do País.

As principais realizações em 2014 foram:

- Pesquis a e desenvolvimento (P&D) da Torre Operada Remotamente e Estabilizada para Canhão 30 mm (TORC 30);
- P&D do Projeto Rádio Definido por Software (RDS);
- P&D do Radar de Vigilância Terrestre Sentir M20;
- P&D do Projeto Aurora;



- P&D do Projeto SARP Cat 1;
 - Apoio ao desenvolvimento à avaliação do protótipo VLEGA Gaúcho;
 - Implantação da Infraestrutura laboratorial de defesa química, biológica, radiológica e nuclear e das pesquisas nas áreas de dosimetria numérica e de controle de qualidade em radiodiagnóstico;
 - Modernização, manutenção e expansão da infraestrutura dos laboratórios e dos projetos de apoio à P&D de Prode do Complexo de Guaratiba;
 - Desenvolvimento das atividades dos projetos “munição 120 mm pré-raiada com propulsão adicional”, “míssil superfície-superfície 1.2 anticarro” e “desenvolvimento de tecnologia para as pilhas térmicas híbridas de 3ª geração”;
 - Finalização da avaliação do lote piloto da arma leve anticarro, com o Prode sendo considerado conforme;
 - Implantação da infraestrutura do laboratório de material de intendência;
 - Apreciação de aceitação para o processo de aquisição das Viaturas Blindadas Multitarefa Leve de Rodas;
 - Avaliação do Fuzil 5,56 IA2 da Imbel;
 - prosseguimento das atividades relativas à transferência, para a área do Centro Tecnológico do Exército, de laboratório que o Instituto Militar de Engenharia possui em parceria com a Petrobras, atualmente instalado na Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro.
- Para o ano de 2015 pretende-se dar continuidade ao desenvolvimento de Prode em áreas estratégicas, o que contribuirá para a modernização das Forças Armadas e o fomento à base industrial de defesa, à luz da Estratégia Nacional de Defesa.

• **Implantar 20% do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG).**

Análise Situacional da Meta

O projeto "Polo de Ciência e Tecnologia", que será instalado em Guaratiba-RJ, será um complexo por meio do qual se pretende integrar naquela região empresas, pesquisa acadêmica e as principais organizações de ciência e tecnologia do Exército, com foco na otimização dos processos e na obtenção de tecnologias para poder produzir e desenvolver produtos de defesa para o Brasil.

Além do Centro de Avaliação do Exército e do Centro Tecnológico do Exército, que já estão na localidade, o projeto contempla, entre outras medidas, a mudança do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e do Instituto Militar de Engenharia para Guaratiba-RJ. Também está previsto a instalação de empresas nas imediações do Polo. O modelo idealizado para esse Polo busca ampliar a sinergia interna nas pesquisas, trabalhar a inovação e intensificar a interação com a base industrial de defesa com os centros de pesquisas e academias do País.

O objetivo deste projeto está alinhado com o que preconiza a Estratégia Nacional de Defesa de minimizar a dependência externa brasileira na obtenção de produtos de defesa.

Principais realizações no ano de 2014:

- Emissão das diretrizes de ativação dos núcleos da Agência de Gestão da Inovação (AGI), do Centro de Desenvolvimento Industrial, da Base Administrativa e do Instituto de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear;
- Contratação da capacitação de pessoal na Universidade de Linköping (Suécia); e
- Aquisição inicial dos aplicativos dos processo de inteligência tecnológica para AGI.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

• **Implantar o Instituto Tecnológico do Exército em Campinas**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi revisada e desde 2013 substituída por nova meta do PPA: "Implantar 20% do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército, em Guaratiba (PCTEG), Rio de Janeiro- RJ".



OBJETIVO: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, procurou-se dar continuidade às atividades de intercâmbio e cooperação internacional na área de defesa por meio da realização de 10 reuniões bilaterais com países inseridos no entorno estratégico ou do espectro de interesse da política externa brasileira, tais como: África do Sul, Angola, Argentina, Chile, Espanha, Estados Unidos, França, Guiana, Peru e Turquia.

Tal quantitativo, associado às 22 reuniões já realizadas nos anos 2012 e 2013, constituem o alcance da meta de 32 reuniões bilaterais. Como fator contribuinte para tal, destaca-se os arranjos de gestão levados a efeito desde o primeiro ano do PPA, tais como, o agendamento de reuniões com a necessária antecedência visando à otimização do emprego dos recursos, o estabelecimento de prioridades para a realização de reuniões bilaterais no exterior e o incremento da realização de eventos no País.

Ainda ao longo de 2014, procurou-se desenvolver atividades de cooperação internacional inseridas no âmbito do interesse do Ministério da Defesa (MD), no sentido de buscar o fortalecimento das relações bilaterais e suprir eventuais carências apresentadas pelas Forças Armadas dos seguintes países amigos: Bolívia, Guiana, Moçambique e Suriname.

Com respeito à participação do MD em fóruns internacionais que tratam de temas relacionados à área militar e de defesa, cabe destacar a presença de representantes nas reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a saber: III Reunião do Conselho Consultivo do Centro de Análise Estratégica, em Moçambique, XXVIII Reunião Plenária do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa, XVI Reunião de Chefes do Estado-Maior General das Forças Armadas, VI Reunião dos Diretores de Política de Defesa Nacional e XV Reunião de Ministros da Defesa Nacional, estas últimas realizadas em Portugal. Adicionalmente, merece destaque a participação brasileira na XI Conferência de Ministros de Defesa das Américas, no Peru.

Além disso, cumpre ressaltar a atuação de representantes do MD em reuniões técnicas de organismos internacionais, em estreita coordenação com o Ministério das Relações Exteriores e com as Representações Permanentes do Brasil em Nova Iorque e em Genebra., no sentido de zelar pelos interesses nacionais, elevar a projeção do País no cenário internacional e apoiar o posicionamento do Governo brasileiro nos temas tratados. Por sua vez, o intercâmbio na área de defesa também foi priorizado, por meio de cursos de estratégia e política de defesa, nos Estados Unidos, simpósio sobre defesa, na China, cursos de Direito Internacional em Conflitos Armados, na Suíça e Turquia, e curso sobre Direito Internacional Humanitário, na Itália.

No intuito de fortalecer parcerias regionais, cabe mencionar as reuniões promovidas pelo Conselho de Defesa Sul-americano em 2014, destacando-se as IX, X e XI Reuniões da Instância Executiva e V, VI e VII Reuniões Ordinárias do Conselho de Defesa Sul-americano. Também é relevante o papel protagonista do MD nos trabalhos relacionados às 25 Iniciativas do Plano de Ação 2014, especialmente na coordenação e realização de 7 atividades sob a responsabilidade direta do Brasil, assim como na presença de representantes do MD e dos Comandos das Forças em seminários, cursos, grupos de trabalho e workshops, notadamente nos setores de política de defesa, cooperação militar, ações humanitárias, operações de paz, formação e capacitação e indústria de defesa.

Ademais, é importante registrar a implantação das Adidâncias de Defesa em Cabo Verde, Etiópia, Indonésia, Líbano, República da Coreia e Senegal, de modo a ampliar a participação brasileira na área de defesa e contribuir para a projeção do Estado brasileiro junto àqueles países.

Por fim, avalia-se que o presente Objetivo foi cumprido a contento em 2014, em função dos arranjos de gestão mencionados anteriormente.

Para 2015, espera-se dar continuidade às atividades de intercâmbio e cooperação já iniciadas, assim como ampliar a pauta de cooperação em Defesa e explorar parcerias inovadoras, nos termos da projeção estratégica adquirida pelo Brasil ao



longo do presente PPA.

Metas 2012-2015

• Fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional, por intermédio da cooperação na área de Defesa

Análise Situacional da Meta

Desde o primeiro ano do PPA, o Ministério da Defesa (MD) buscou contribuir para a projeção do Brasil no cenário internacional por meio de atividades de cooperação com Forças Armadas estrangeiras, visando a fomentar a confiança mútua com os países em questão. Em particular, as atividades desenvolvidas priorizaram a construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa e o fortalecimento do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS). Em 2014, foram iniciadas e/ou implementadas ações de cooperação com os seguintes países:

- Bolívia: recuperação e manutenção de 4 viaturas blindadas VBR EE-9 Cascavel, pelo Comando do Exército;
- Guiana: fornecimento de viaturas e material para a representação do Exército Brasileiro na Escola de Guerra na Selva da Guiana;
- Moçambique: implantação de um Sistema de Simulação de Manobras de Navios para a sua Marinha, a cargo do Comando da Marinha; e
- Suriname: envio de especialista em munições para a realização de testes e validação das munições estocadas em Paramaribo e revitalização de duas viaturas blindadas Engesa Urutu, pelo Comando do Exército.

Na esfera do CDS, destaca-se o protagonismo brasileiro, desde o primeiro ano do PPA, na condução e/ou coordenação das 7 atividades sob a responsabilidade direta do Brasil, constantes do Plano de Ação 2014, a saber:

- 1.Reunião do Grupo de Trabalho para a gestão e monitoramento de áreas especiais, realizada em Belém;
- 2.Seminário Sul-americano de Mobilização Nacional, realizado no Rio de Janeiro;
- 3.Reunião do Grupo de Trabalho para avaliar as formas de estabelecer uma comissão de assessoramento do CDS de forma contínua, realizada em Salvador;
- 4.Reunião para a conclusão dos trabalhos para o estabelecimento de um mecanismo de resposta aos desastres naturais, com acesso via internet, realizada em Salvador;
- 5.Seminário “Operações de Manutenção da Paz e Ações Humanitárias: Lições Aprendidas e Perspectivas”, realizado no Rio de Janeiro;
- 6.Reuniões do Grupo de Trabalho com o propósito de apresentar o projeto, desenvolvimento e produção regional de um sistema de aeronaves não tripuladas (VANT Regional), realizadas em Brasília e Salvador; e
- 7.III Edição do Curso Avançado de Defesa Sul-americano (III CAD-SUL), realizada no Rio de Janeiro.

Merece destaque, ainda, a aprovação do Estatuto e Regulamento da Escola Sul-americana de Defesa, elaborado por Argentina, Brasil, Equador e Peru.

Além das ações desenvolvidas pelo MD descritas acima, cabe ressaltar o prosseguimento do Projeto de Desenvolvimento e Produção do Avião Regional de Treinamento Primário-Básico Unasur 1, iniciado em 2013, com a participação da Argentina, Brasil, Equador e Venezuela. Assim sendo, o Brasil mantém dois representantes do Comando da Aeronáutica atuando no escritório de gerenciamento de projetos, em Córdoba, constituído para tal fim. Por fim, avalia-se que a presente Meta foi cumprida a contento ao longo de 2014.

Para 2015, espera-se dar prosseguimento às atividades de cooperação com Forças Armadas estrangeiras e às iniciativas do Plano de Ação do CDS.

• Realizar 32 reuniões bilaterais com as Forças Armadas estrangeiras

Análise Situacional da Meta

Em continuidade às 22 reuniões realizadas em 2012 e 2013, o Ministério da Defesa (MD), com o intuito de incrementar parcerias e a cooperação na área de defesa, promoveu e/ou participou, em 2014, de dez reuniões bilaterais no âmbito desta Meta, discriminadas a seguir:

- II Reunião do Comitê Conjunto de Defesa Brasil – África do Sul, realizada naquele país;
- I Reunião do Comitê Interino Conjunto de Defesa Brasil – Angola, realizada naquele país;



- VIII Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil – Argentina, realizada em Brasília;
- VII Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil – Chile, realizada em Brasília; e
- III Reunião da Comissão Mista Brasil – Espanha, realizada em Brasília;
- VII Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil – Estados Unidos, realizada em Brasília;
- IX Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil – França, realizada em Brasília.
- I Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil – Guiana, realizada em Georgetown;
- XIX Reunião de Conversações entre os Estados-Maiores do Brasil – Peru, realizada em Lima; e
- II Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil – Turquia, realizada no Rio de Janeiro.

Adicionalmente, foi realizada a VI Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), no Rio de Janeiro.

Nesse contexto, merece destaque o alcance da meta de 32 reuniões bilaterais, desde o primeiro ano do PPA, realizadas com países inseridos no entorno estratégico ou do espectro de interesse do Brasil.

Finalmente, e com o propósito de ampliar a cooperação e identificar possibilidades de desenvolvimento de projetos e de ações conjuntas no setor de defesa, foram realizadas reuniões bilaterais com os seguintes Ministros da Defesa em 2014: África do Sul, Angola, Antígua e Barbuda, Chile, Indonésia, México, Moçambique, Sri Lanka, Suécia e Suriname.

Quantidade alcançada

32

Data de Referência

29/01/2015

OBJETIVO: 0971 - Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A Estratégia Nacional de Defesa contempla o contínuo reaparelhamento das Forças e desta forma o Comando da Aeronáutica formulou estratégias organizacionais no qual busca a inserção da organização no ambiente em que atua. Estas estratégias estão descritas no Plano Estratégico do Comando da Aeronáutica (PEMAER).

O PEMAER tem por finalidade construir e manter capacidade militar para compor o esforço da Defesa Nacional e resulta em configurações de forças militares aptas para o emprego. Para tanto, busca a modernização administrativa, o aprimoramento gerencial e a adequação a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea, visando atender os cenários traçados.

Ao longo dos anos de 2012 e 2013, a fim de adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira diversas obras foram concluídas e novas obras foram iniciadas para modernizar e renovar sua infraestrutura, para alojar e guarnecer as suas equipagens, capacitar o efetivo, garantir o desenvolvimento da tecnologia de uso aeroespacial e defender o espaço aéreo.

Em 2014, as ações orçamentárias receberam recursos menores e o COMAER para enfrentar este óbice priorizou obras de menor valor e maior impacto de acordo com a sua importância para o COMAER.

Foi possível atender com as obras de construção e adequação de instalações do Comando da Aeronáutica as áreas de ciência e tecnologia, infraestrutura na área de ensino, comando e assessoramento, apoio logístico, apoio à gestão de recursos humanos e infraestrutura na área de operações aéreas.

As metas que buscam o alcance do objetivo 0971, propiciaram e continuam propiciando resultados intermediários como a geração de empregos nas regiões em que ocorrem/ocorreram. O principal fator que dificultou o alcance das metas foi a readequação a disponibilidade orçamentária, o que causou a sua reprogramação e o adiamento de obras para o ano de 2015.



Metas 2012-2015

• Construir 530 Próprios Nacionais Residenciais**Análise Situacional da Meta**

A meta se relaciona diretamente com o remanejamento de Organizações Militares ao longo do Território Nacional, acarretando a necessidade de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) para alojar os militares pertencentes ao Comando da Aeronáutica.

Destaca-se os arranjos de gestão levados a efeito pelo COMAER, tais como priorização de recursos para atender as obras em andamento, o foco gerencial em processos eficientes que busquem redução de custos e prazos, bem como a eficácia na gestão orçamentária.

A situação atual desta meta é a seguinte: em 2012 foram finalizados 108 PNR, sendo 24 apartamentos na Vila do Aleixo em Manaus-AM, 24 apartamentos em Belém-PA e 60 apartamentos em Natal-RN e em 2013 foram finalizados 96 PNR em Porto Velho-RO.

No ano de 2014 estão em andamento a construção de 160 apartamentos em Lagoa Santa (MG), 48 apartamentos em Manaus (AM) e 72 apartamentos em Brasília (DF), localidades identificadas como de maior déficit habitacional dentro do COMAER.

Quantidade alcançada

204

Data de Referência

07/01/2015

• Construir 5 instalações militares**Análise Situacional da Meta**

A meta de construção de cinco instalações militares foi atingida em 2012 e ao final do ano de 2013, com esforços concentrados, foi possível superar a meta em mais uma construção/adequação de instalação militar.

Em 2014 foram previstas 39 obras de adequação de Organizações Militares já existentes no Comando da Aeronáutica.

Após ajustes feitos pela administração foi possível a conclusão de mais 13 obras, totalizando até o momento 19 obras de adequação de Organizações Militares. As demais obras continuam em execução com previsão de conclusão em 2015.

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

07/01/2015

• Implantar Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa-MG**Análise Situacional da Meta**

A implantação do CIAAR teve seu início no ano de 2009, com conclusão planejada em 30 (trinta) meses. Considerando os atrasos ocorridos, foram pactuados Termos Aditivos visando introduzir correções de projeto e repactuação do prazo de execução. Durante o ano de 2014, o avanço físico foi de 25%, totalizando, em dezembro, 80% do total da obra.

A empreiteira responsável pelas obras tem apresentado uma performance abaixo da esperada, o que vem provocando atrasos no cronograma e consequente dilatação dos prazos contratuais. Por consequência dos atrasos, sanções previstas em contrato têm sido aplicadas à empresa.

Em 29/12/2014 foi aprovado na área jurídica o 5º Termo Aditivo que deverá ser formalizado em janeiro de 2015. Com o atual ritmo das obras, a expectativa de conclusão das obras e de início da operacionalização do novo Centro, é o segundo semestre de 2015.

Concomitante às atividades construtivas, a administração está preparando todos os Processos Administrativos para a aquisição de mobiliário e equipamentos a serem instalados quando terminadas as obras.

Até a presente data, o atraso não causou impacto ao Comando da Aeronáutica, tendo em vista que as instalações do



atual Centro ainda têm suportado as demandas de formação deste Comando.

Quantidade alcançada

0,8

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1	unidade	0,8	31/12/2014

• **Implantar novo Centro de Instrução e Adequação da Academia da Força Aérea em Pirassununga - SP**

Análise Situacional da Meta

Esta meta não está inserida no Planejamento Estratégico da Aeronáutica. Foi criada no ano de 2012 por meio de emenda parlamentar e até a presente data, 31/12/2014, não recebeu nenhum recurso para ser iniciada.



PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN)	%	31/12/2010	27,6	31/12/2014	28,89
Número de imagens de satélites distribuídas anualmente	unidade	31/12/2010	397.359	31/12/2014	199.195
Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	10	30/01/2015	11

OBJETIVO: 0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A conquista da capacidade de acesso ao espaço, de forma autônoma, constitui prioridade estratégica da política espacial brasileira. Não obstante a prioridade estabelecida, os resultados não vêm atingindo níveis desejados em decorrência das dificuldades de natureza tecnológica intrínsecas nos projetos típicos de desenvolvimento tecnológico e dos óbices de natureza jurídica para a contração de projetos, entre outros. Os embargos internacionais impõem desafios para a indústria nacional, visto que muitas partes ou subsistemas dos veículos lançadores não estão disponíveis para compra. Em muitos casos, são necessários prazos de um ou até dois anos para que a indústria desenvolva e fabrique essas partes, componentes ou subsistemas, que passam necessariamente ainda por etapa de qualificação, quando não necessários trabalhos de reprojeção.

Como principais realizações, podem ser destacados os esforços e avanços, desde 2012, nos trabalhos de preparação do VLS XVT-01 (VSISNAV) para voo. No período, foi concluída a fabricação de todos os itens mecânicos, os ensaios das antenas das Redes Elétricas de Telemedidas, Telecomando e Respondedor Radar do quarto estágio do VSISNAV, o carregamento dos motores propulsores ativos do primeiro e segundo estágios e a continuidade nos desenvolvimentos de todos os sistemas necessários para a conclusão do Mock-up de Integração de Redes Elétricas (MIR) e do Protótipo de voo VSISNAV, atingindo 79% do estágio de desenvolvimento físico do projeto em 2014. Entretanto, para completar a fabricação do foguete e viabilizar o voo do VSISNAV, falta ainda a entrega de equipamentos das redes elétricas embarcadas, que foi contratada na indústria nacional e que se encontra em atraso contratual. Os estudos de viabilidade para o desenvolvimento do estágio líquido do VLS-Alfa não foram iniciados, e o voo de teste tecnológico XVT-02 não poderá ser realizado antes de 2017.

No desenvolvimento do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1), houve avanços no desenvolvimento estrutural do envelope motor S50, do desenvolvimento de novo propelente, do carregamento do envelope motor com propelente e do desenvolvimento da eletrônica de bordo. Os principais obstáculos para evolução do VLM-1, que residiam no estabelecimento de instrumentos e mecanismos operacionais-administrativos e financeiros para a continuidade no desenvolvimento dos motores do veículo, tanto no que concerne ao desenvolvimento estrutural dos motores, quanto ao desenvolvimento propulsivo, além do estudo das soluções da eletrônica de bordo, foram contornados com a celebração de um novo convênio, estabelecido no final de 2014. A nova agenda do desenvolvimento tecnológico do VLM-1 prevê a realização, em 2017, de um voo, com o experimento alemão SHEFEX 3, e de um lançamento orbital em 2018, com cargas úteis espaciais ou microsatélites a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).



Cabe serem destacados também os sucessos nos lançamentos, desde 2012, dos foguetes suborbitais, empregando o VS-30/Orion, para realização de experimentos em ambientes de microgravidade, bem como dos lançamentos de foguetes de treinamento, com os objetivos de exercitar as principais funções necessárias para lançamentos no CLA e no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), bem como fomentar indústria no desenvolvimento e fabricação desses foguetes.

A meta de certificar empresa nacional para produção do VSB-30 não teve evolução, por estar aguardando solução de financiamento para a contratação de um estudo sobre a viabilidade econômico-comercial de sua comercialização.

Metas 2012-2015

• Lançar 40 foguetes suborbitais e de treinamento

Análise Situacional da Meta

No período de 2012 a 2014, foi lançado um total de 30 foguetes suborbitais e de treinamento. Os foguetes suborbitais destinam-se à realização de experimentos em ambientes de microgravidade, em cooperação com o Programa Europeu de Microgravidade, enquanto que os foguetes de treinamento têm por objetivo exercitar as principais funções de comunicação, telemetria, rastreamento e gerenciamento dos procedimentos de segurança e comandos para lançamentos no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI). Desse total de lançamentos, ocorreu apenas uma falha, verificada com a “Operação Scramspace”, realizada em 2013 no Centro de Lançamento de Andoya (Noruega), e que, por motivo de problemas no 1º estágio do veículo VS-30/Orion, levou ao não cumprimento da missão e ao “recall” de todos os motores S30, para inspeção e verificação. Ao final de 2014 foi superado este obstáculo técnico, sendo que os lançamentos na Europa foram reprogramados para 2015. Em setembro de 2014, a partir do CLA, ocorreu o lançamento de um VS-30, tendo como carga útil o EPL (Estágio Propulsivo Líquido), que levou ao Espaço o 1º motor a propelente líquido do País, movido a oxigênio líquido e etanol. Em 2014, ocorreram cinco lançamentos de foguete de treinamento: dois Foguetes de Treinamento Intermediário (FTI) a partir do CLA, dois Foguetes de Treinamento Básico (FTB) no CLBI e um lançamento de FTB no CLA. Quanto ao lançamento do VS-40, a partir do CLBI, foi reprogramado para 2015.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

30/01/2015

• Obter a licença ambiental de operação (LO) para o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) até 2014

Análise Situacional da Meta

Os esforços para a obtenção da Licença de Operação (LO) para o CLA antecedem o período do atual PPA, com a apresentação ao IBAMA, em 2004, dos estudos e documentos necessários para a concessão desta licença. No entanto, em virtude da exigência do IBAMA de incluir neste processo as medidas de compensação do passivo socioeconômico, e diante da necessidade de ampliação da infraestrutura do CLA para atender às responsabilidades do governo brasileiro junto ao Tratado Brasil-Ucrânia, foi submetida solicitação de Licença de Instalação (LI) para um conjunto de obras e edificações complementares no CLA, contemplando também aquelas para atender às demandas da comunidade local. Com os estudos ambientais concluídos e exigidos, foram submetidos ao IBAMA, em 2013, os Relatórios de Controle Ambiental (RCA) necessários para obtenção da referida LI. Em fins de 2013, o IBAMA concedeu uma licença parcial (LI nº 956/2013), contemplando as seguintes obras e edificações: aeródromo, estradas (via interna), vila residencial Tapereí, setor de preparação e lançamento, setor de comando e controle, centro esportivo e social, e canteiro de obras principal. Nesta LI, além de ter sido incluída a construção do centro de tratamento de resíduos sólidos e da escola fundamental, como parte do passivo socioeconômico, o IBAMA estabeleceu também um conjunto de diversos condicionantes, a serem cumpridas, ao longo da execução dessas obras.

Em 2014, atendendo solicitação de moradores da região para a mudança da localização do centro de tratamento de resíduos sólidos, o Ministério Público da União do Estado do Maranhão (MPU) solicitou a suspensão desta obra e requereu novos estudos ambientais de alternativas de localização. Em 2014, também foi entregue documentação



adicional solicitada pelo IBAMA acerca das obras referentes às construções em Alcântara, especialmente relacionadas ao atracadouro de cargas.

Para 2015, prevê-se a concessão de Licença de Instalação para as obras e edificações remanescentes, não contempladas na LI nº 956/2013, quais sejam: hotel e centro de conveniências, portaria principal e guarda avançada do CLA, atracadouro, centro comunitário de Alcântara e emissário da estação de tratamento de esgoto da vila residencial. Tendo em vista que as obras e os diversos condicionantes estão ainda em fase de implementação – algumas ainda dependentes de LI, e considerando que a conclusão das obras e o cumprimento dos condicionantes são etapas fundamentais para a concessão da Licença de Operação (LO) do CLA, estima-se que esta meta não será alcançada até o final 2015.

• **Ter empresa nacional certificada para produção do foguete suborbital VSB-30**

Análise Situacional da Meta

A principal dificuldade para o maior avanço da meta foi a falta de mais estudos e informações sobre a viabilidade econômico-comercial do VSB-30, das formas de transferência de tecnologia e da gestão da propriedade intelectual. Somente após esses estudos é que será possível concluir pela exequibilidade ou não do alcance da presente meta. Para superar esta dificuldade, articulações foram feitas em 2013 com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para apoiar e financiar este estudo. O processo de licitação para contratação do estudo foi iniciado, mas encontra-se paralisado no momento.

• **Tornar a Usina de Propelentes Cel. Abner capaz de atender às necessidades de preenchimento dos motores do veículo lançador VLM-1**

Análise Situacional da Meta

Diante do cronograma inicial do projeto do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1), que previa um tiro em banco em dezembro de 2014 e o seu voo de qualificação em 2015, foram feitos estudos quanto à possibilidade do envolvimento da indústria nacional para atender às necessidades de preenchimento dos motores de veículo lançador VLM-1. Tendo em vista que o voo do VLM-1, com a carga alemã SHEFEX 3, foi reprogramado para 2017, novos estudos foram realizados no 1º semestre de 2014, com vistas a retomar a concepção original da meta, através da implantação de uma infraestrutura mínima requerida para carregar os motores S50 na Usina Cel. Abner (ponte rolante, revisão de macerador, resistência estrutural de fosso e prédios). Para tal, aquisições e contratações de serviços tiveram seus processos iniciados em 2014 e terão continuidade em 2015.

• **Veículo XVT-01 (VSISNAV) pronto até o final de 2013 para lançamento tecnológico em 2014**

Análise Situacional da Meta

O voo tecnológico XVT-01 (VSISNAV) é um ensaio do veículo com os dois primeiros estágios do VLS ativos, cujo objetivo principal é testar o sistema de navegação desenvolvido pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (SISNAV). Este voo depende do teste do sistema de redes elétricas e integração com a torre móvel no CLA (MIR – Mock-up de Interface de Redes), tendo sido realizada, em 2012, a Operação Salina, como parte inicial da preparação da MIR. Desde então, foram fabricados e contratados o fornecimento de centenas de itens mecânicos e eletrônicos, bem como realizada a revisão crítica de projeto (CDR) com a empresa Mectron EIC Ltda. Foram realizados também os ensaios das antenas das Redes Elétricas de Telemedidas, Telecomando e Responder Radar do Quarto Estágio do VSISNAV, na Câmara Anecoica do Laboratório de Integração e Testes (LIT), bem como concluído o carregamento de todos os propulsores do primeiro e segundo estágios do VSISNAV. Em 2014, prosseguiram-se os trabalhos de desenvolvimento de todos os sistemas para término do Mock-up de Integração de Redes Elétricas (MIR) e do Protótipo de voo VSISNAV, atingindo um estágio físico de 79% de desenvolvimento do projeto. As Operações Santa Bárbara (MIR) e Santa Bárbara II (VSISNAV) estão sendo replanejadas, em virtude do atraso na entrega de equipamentos embarcados das redes elétricas por parte da indústria nacional.

• **Veículo XVT-02 pronto até o final de 2015 para lançamento em 2016**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, as atividades de desenvolvimento do veículo XVT-02 estão paralisadas. A continuidade dos projetos e



posterior lançamento dos protótipos XVT-02 e V04 dependerá do sucesso da campanha do veículo XVT-01 (VSISNAV), atualmente em desenvolvimento para qualificação, assim como da disponibilidade de novos recursos. Caso sejam superados esses desafios, o lançamento somente deve ocorrer após 2018.

• **Voo de qualificação do VLM-1 realizado até 2015**

Análise Situacional da Meta

Para atingir esta meta, o projeto Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1), em desenvolvimento com a cooperação do Centro Aeroespacial Alemão (DLR), relacionada com o transporte da carga útil alemã (SHEFEX-3) pelo veículo lançador, foi dividido em quatro etapas: “Desenvolvimento Estrutural do Envelope Motor S50”, “Desenvolvimento de Novo Propelente”, “Desenvolvimento do Carregamento do Envelope Motor com Propelente” e “Desenvolvimento Preliminar da Eletrônica de Bordo”.

Quanto à etapa do “Desenvolvimento Estrutural do Envelope Motor S50”, as seguintes fases já foram concluídas: estudo de viabilidade, projeto térmico do motor, projeto de bobinagem, projeto estrutural do motor por modelo de elementos finitos, revisão crítica de projeto (CDR-2) e desenvolvimento da garganta em Carbono/Carbeto de Silício (C/SiC). Com isso, foi realizado o projeto detalhado do envelope motor S50, encerrando-se com a sua revisão crítica (CDR) ocorrida em fins 2013. Foram realizados dois tiros em banco com motores teste para avaliar a nova proteção térmica interna do motor S50, além de verificar o desgaste das tubeiras. O desenvolvimento do motor está 25% concluído em relação ao programado para a etapa.

No que diz respeito às etapas de “Desenvolvimento de Novo Propelente” e do “Carregamento do Envelope Motor com Propelente”, as seguintes fases já foram concluídas: Estudo Preliminar do Carregamento do Propelente e gestão do Processo, Estudos de Concepção do Procedimento de carregamento dos motores S-50 e do motor prova de conceito e gestão do processo, Revisão de requisitos de sistema (SRR), Definição do Propelente e Desenvolvimento do Liner e definição de métodos de testes, revisão dos resultados e requisitos preliminares. Dessa forma, foi desenvolvido o processo de carregamento do S50 com propelente sólido, tanto no que tange ao aspecto mecânico do mandril de carregamento, quanto à organização do controle da qualidade do carregamento. Foi finalizada também a versão preliminar do propelente a ser utilizado no VLM-1, que é uma versão industrializada do propelente do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1). Os desenvolvimentos do carregamento e do propelente estão 15% concluídos, em relação às etapas programadas.

Foram realizadas ainda diversas reuniões técnicas com o Centro Aeroespacial Alemão (DLR) para discussão sobre a eletrônica embarcada no veículo. Esta eletrônica foi objeto de um estudo à parte, com objetivos de absorção de tecnologia, culminando com uma Revisão de Requisitos do Sistema (SRR), ocorrida em fins de 2013. Esta etapa está 17% concluída em relação ao programado.

Paralelamente, foram discutidas também com o DLR sobre a dinâmica de voo e o atendimento às normas de segurança para lançamento, além de terem sido realizados ensaios preliminares com um modelo aerodinâmico do veículo, em Túnel Transônico Piloto, para análise do comportamento aerodinâmico do veículo em baixos números de Mach.

Os principais obstáculos para o maior avanço da meta estão nas dificuldades encontradas para o estabelecimento de contratos com a indústria para o desenvolvimento dos motores do veículo, tanto no que concerne ao desenvolvimento estrutural dos motores, quanto ao desenvolvimento propulsivo, assim como ao que se refere aos estudos das soluções da eletrônica de bordo. Em dezembro de 2014 foi firmado um contrato entre o IAE e a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia (FUNCATE), para apoio a gestão do projeto VLM-1, o que possibilita a contratação de serviços de engenharia a partir do 1º semestre de 2015. Em virtude do atraso na solução administrativa para contratação, foi estabelecido um novo cronograma de trabalho que prevê o voo de qualificação do VLM-1 em 2017, o lançamento suborbital do artefato alemão SHEFEX-3 utilizando um VS-50 em 2017, e o primeiro lançamento orbital do veículo lançador em 2018.

OBJETIVO: 0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).



Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A inserção do Brasil no restrito mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites é uma das principais prioridades da política espacial. O conjunto das metas do presente Objetivo compreende, por um lado, o compromisso do governo brasileiro de prover a infraestrutura geral necessária para o lançamento de satélites e, por outro lado, o compromisso ucraniano de prover os foguetes de lançamento Cyclone-4, conforme previsto no Tratado firmado entre o Brasil e Ucrânia, em 2003. Para a exploração comercial conjunta dos serviços de lançamento, foi constituída a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), à qual cabe, além de prover os foguetes de lançamento com base no Cyclone-4, também a responsabilidade pela implantação e manutenção da infraestrutura do sítio específico de lançamento do Cyclone-4. Desde 2012, poucos avanços ocorreram no desenvolvimento da infraestrutura específica relacionada com o sítio de lançamento do Cyclone-4.

Com o início das obras e as posteriores revisões dos projetos básicos/executivos e do plano de negócio da ACS, realizados entre 2011 e 2012, foi constatado que o capital de US\$ 487 milhões, aprovado em 2009 para a binacional ACS, é insuficiente para concluir todas as obras necessárias. Apesar do capital da ACS ter sido elevado, em maio de 2013, para US\$ 918 milhões, as obras, atualmente, encontram-se paralisadas.

Metas 2012-2015

• Certificar o foguete Cyclone-4 e realizar voo de qualificação até 2014

Análise Situacional da Meta

O Cyclone-4 é um veículo de lançamento de três estágios, construído com base no foguete Cyclone-3, e utiliza os mesmos dois primeiros estágios deste último. As novas características estão em grande parte concentradas no novo terceiro estágio, que terá uma capacidade três vezes maior de propelente, e uma nova coifa semelhante à utilizada no Ariane 4.

Para alcançar a meta estabelecida, no tocante à certificação do foguete Cyclone-4, o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI) foi designado e credenciado como Organismo de Certificação Espacial da AEB (OCE). Adicionalmente foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) da Segurança na Operação do Sistema de Lançamento Espacial Cyclone-4, com a finalidade de discutir e propor ações relacionadas à obtenção dos Certificados de Segurança do foguete Cyclone-4.

Não obstante os esforços desenvolvidos, desde 2009, com vistas a estabelecer com a Agência Espacial Ucraniana (SSAU) uma política de certificação conjunta para o reconhecimento da certificação do foguete Cyclone-4, conforme previsto no Tratado Brasil-Ucrânia, pouco avanço nos objetivos e metas estabelecidos foram obtidos. Apesar das reiteradas solicitações, a SSAU não enviou qualquer novo documento relacionado com o detalhamento das especificações técnicas do Cyclone-4 para análise pelo GT e OCE constituídos. Esta inadimplência levou ao OCE a expedir, no primeiro semestre de 2014, um parecer técnico que, dentre outras conclusões, recomenda à AEB seguir, para fins de maior sustentabilidade do Tratado, as práticas de segurança adotadas no Centro de Lançamento de Kouru - Guiana Francesa.

Não existe previsão para a conclusão desta meta enquanto perdurarem as atuais indefinições dos projetos e ações, que impedem a adequada evolução, tanto no desenvolvimento do veículo, quanto de sua infraestrutura. As indefinições atuais prejudicam a governança dos projetos e diversas ações, repercutindo ao longo da cadeia das atividades desenvolvidas, conjuntamente ou isoladamente, pelas partes brasileira e ucraniana.

Como parte dessas indefinições, consta a dificuldade encontrada, para o cumprimento da meta, relacionada com a demora na obtenção do cronograma de testes do Cyclone-4, bem como de documentos/relatórios dos testes e estudos já realizados. Ressalta-se que, somente após o recebimento do cronograma de testes na Ucrânia, poder-se-á programar a participação das equipes de certificação no acompanhamento dos mesmos, a fim de convalidar a aplicação das normas de segurança brasileiras e a consequente emissão dos certificados pertinentes.



O cumprimento desta meta, no tocante ao voo de qualificação do Cyclone-4, depende também da conclusão das obras de infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Sítio do Cyclone-4, bem como de testes e comissionamento dos novos sistemas do sítio do Cyclone-4 e da emissão das licenças diversas e da homologação dos processos de certificação. Todos esses fatos levam à conclusão de que a meta só poderá ser alcançada após 2016, caso superados esses obstáculos.

• **Implantar a infraestrutura geral e específica para o sítio do Cyclone-4 até 2014 (infraestrutura básica e urbanização, infraestrutura de redes e sistemas, interfaces com o CLA, Posto de Comando e prédio de armazenamento temporário de propelente)**

Análise Situacional da Meta

A implantação da infraestrutura geral e complementar no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), bem como a específica para o sítio do Cyclone-4, tem como propósito principal construir uma infraestrutura no país capaz de dar suporte aos serviços de lançamentos comerciais da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), fruto do Tratado Brasil-Ucrânia, bem como aos lançamentos governamentais previstos no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE).

A modernização e atualização da infraestrutura do CLA, iniciada em 2001, vem sendo desenvolvida de forma gradual. Estão em andamento as seguintes obras: do Prédio de Depósito de Propulsores do SPL, do Prédio de Segurança do SPL, da Rede Preventiva de Incêndio do SCC, do Posto Médico e da Escola Fundamental. Estas duas últimas obras, quando concluídas, atenderão também à comunidade local, de modo a promover maior harmonia das atividades do Centro com as da população do município de Alcântara.

Continua em andamento o desenvolvimento do Sistema de Monitoramento do Espectro Magnético (SIMO) do CLA, a modernização dos subsistemas de servomecanismo, telemetria e codificação angular dos Radares Adour e Atlas, assim como o realinhamento eletrônico e modernização dos Radares Adour e Bearn do CLBI.

Como parte das medidas de compensações ambientais e sociais, foi concluído o Projeto Executivo do Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos daquele município, que, no entanto, deverá ser revisado e readequado por força da solicitação de mudança do local de implantação feita pela comunidade local de quilombolas.

Quanto aos itens de infraestrutura de natureza geral, necessários para a operação do Cyclone-4, o Posto de Comando (CP), o Prédio de Armazenamento Temporário de Propelentes (TSA) e as interfaces do sítio do Cyclone com o CLA foram definidos como de responsabilidade brasileira, por acordo estabelecido entre a AEB e a Agência Espacial Ucrâniana (SSAU).

No que diz respeito ao Posto de Comando (CP), cujo projeto básico e obra foram contratados pela binacional ACS, houve a necessidade de reestudo e alteração do posicionamento da sua localização por motivos de segurança.

Da mesma forma, o Prédio de Armazenamento Temporário (TSA) de propelente, cujo projeto básico foi concluído em fins de 2012, teve o seu projeto executivo e obras contratados pela binacional ACS e durante o período teve sua construção iniciada (fundações). Também neste caso, a implantação das interfaces de sistemas do sítio do Cyclone-4 com o do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), bem como a implantação da infraestrutura de redes e sistemas, depende do andamento e conclusão das obras no CLA e do sítio de lançamento do Cyclone-4, que se encontram atrasadas por conta do pouco avanço nas discussões sobre o contrato 20/ACS/2010, celebrada entre a ACS e o consórcio de empresas, contratado para a execução das obras e serviços e fornecimento dos equipamentos necessários. Em resumo, não houve, em 2014, avanços nesta meta, pois ela está diretamente associada à conclusão de todas as obras civis e de redes e sistemas, tanto no CLA quanto no sítio do Cyclone-4.

Quantidade alcançada

85,72

Data de Referência

30/01/2015

• **Iniciar as operações comerciais de lançamento de satélites pela ACS em 2015**

Análise Situacional da Meta



O cumprimento desta meta depende essencialmente da conclusão das obras de infraestrutura complementares do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Sítio do Cyclone-4, dos testes e comissionamento dos novos sistemas do sítio do Cyclone-4, da emissão das licenças diversas e da homologação dos processos de certificação requeridos. Também há dependência da aprovação do Acordo de Salvaguardas com os Estados Unidos e a conclusão da certificação do Cyclone-4. O início das operações comerciais só será definido após superados todos os principais obstáculos.

• **Sítio do Cyclone-4 implantado, licenciado e certificado até 2014**

Análise Situacional da Meta

O início da implantação do sítio de lançamento do Cyclone-4 ocorreu, basicamente, em 2008, com a assinatura pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) de dois contratos para desenvolver os primeiros estudos necessários para a obtenção das licenças ambientais junto ao IBAMA, bem como do anteprojeto do sítio de lançamento. Em 2009, sucederam-se cinco novos contratos para elaboração dos projetos básicos, da documentação e desenvolvimento da maquete elétrica e dos equipamentos tecnológicos, assim como da criação do sítio de lançamento. Em 2010, dois novos contratos foram assinados, quando, além de novos serviços técnicos contratados, foi dado início, de fato, à construção de diversas obras civis, compreendendo o complexo de lançamento (LC), o complexo técnico (TC) e a área de armazenamento temporário de propelentes (Temporary Storage Zone of Container Tanks – TSA), que integram o sítio de lançamento do Cyclone-4. Com o início das obras e as revisões posteriores dos projetos básicos/executivos e do plano de negócio da ACS, realizadas entre 2011 e 2012, foi constatado que o capital de US\$ 487 milhões, aprovado em 2009 para a binacional ACS, seria insuficiente para concluir todas as obras necessárias do sítio do Cyclone-4. Apesar do capital da ACS ter sido elevado, em maio de 2013, para US\$ 918 milhões, as obras, atualmente, encontram-se paralisadas. Adicionalmente, os trabalhos de licenciamento e certificação do sítio do Cyclone-4 encontram-se também praticamente paralisados, pela falta de fornecimento, pelo lado ucraniano, de maior detalhamento das especificações técnicas do sítio do Cyclone-4, à semelhança do que vem ocorrendo com a certificação do foguete Cyclone-4.

OBJETIVO: 0399 - Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento e a consolidação de novas competências são de fundamental importância para a sustentabilidade do programa espacial no seu médio e longo prazos. Nesse contexto, destaca-se a conclusão das negociações e discussões com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o início da implementação de um programa de 300 bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras voltadas para o setor espacial. Como decorrência, foi estruturado na Agência Espacial Brasileira (AEB) o portal do Programa Ciência Sem Fronteiras Espacial e elaborados memorandos de entendimento com diversas agências espaciais internacionais, que atuarão como parceiros/facilitadores na implementação do programa. O início da etapa de formalização das candidaturas ocorreu em fins de 2013, e, até dezembro de 2014, já foram implementadas 27 bolsas, dentro de um conjunto de 120 recomendações apresentadas pela AEB no processo seletivo do CNPq, para 154 manifestações de interesse na área espacial.

Dentro do contexto do presente objetivo, devem ser destacados também os esforços do programa AEB-Escola na formação dos futuros talentos da área espacial, mediante ações de capacitação de professores e de divulgação científica, voltadas para as instituições de ensino superior, médio e fundamental, buscando despertar nos estudantes a criatividade e o interesse por ciência e tecnologia e pelo programa espacial, objetivando o desenvolvimento de novas vocações para área espacial. Além de inúmeros eventos promovidos, relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais, foi possível também, de 2012



até dezembro de 2014, capacitar 657 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas diversas áreas de interesse do programa espacial. Neste contexto, destaca-se também a capacitação de 172 outros especialistas de interesse para o programa espacial.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 1000 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas áreas de interesse do programa**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizadas duas edições do curso de capacitação do Programa AEB Escola, intitulado “ESCOLA DO ESPAÇO”, direcionadas para os professores das redes de ensino municipal, estadual e federal. A seleção dos professores foi realizada pelas instituições parceiras, tais como secretarias estaduais ou municipais de educação, universidades estaduais e federais e institutos federais. No mês de junho de 2012 ocorreu a II ESCBI, no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), na cidade de Natal/RN, onde foram capacitados 116 professores locais. No mês de setembro, foi realizada a III ES – Cuiabá/MT, em que participaram 85 docentes. Já em novembro de 2012, foi realizada a VII Jornada Espacial, na cidade de São José dos Campos /SP. Este evento diferencia-se da Escola do Espaço, uma vez que seus participantes são selecionados a partir do resultado das Olimpíadas Brasileiras de Astronomia e Astronáutica (OBA), e os alunos que se classificam nas 50 primeiras colocações são convidados a participarem, juntamente com seus respectivos professores coordenadores da olimpíada em suas escolas, de uma semana de atividades inteiramente voltadas para as ciências espaciais. Neste ano, a Jornada contou com a participação de 48 professores e 57 alunos.

Em 2013, de acordo com o planejado, foram realizadas três edições da Escola do Espaço, tendo sido a primeira no mês de março na cidade de Natal/RN, no CLBI, a IV Escola do Espaço – CLBI, onde 70 professores participaram deste curso. Em abril deste mesmo ano, ocorreu a V Escola do Espaço – Cuiabá/MT, em que 67 docentes foram capacitados. E, no mês de agosto, no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), foi realizada a VI Escola do Espaço onde foram capacitados 88 professores. Ainda em 2013, ocorreram dois cursos para Capacitação de Monitores, sendo o primeiro na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, o qual contou com 20 participantes. O segundo, realizado no mês de outubro na cidade de Brasília/DF, teve o total de 28 participantes. Excepcionalmente no ano de 2013, foram realizadas duas edições da Jornada Espacial. Desde sua concepção, este evento foi realizado somente na cidade de São José dos Campos/SP, e em 2013, com a finalidade de atingir maior número de participantes e oferecer oportunidade de alunos e professores conhecerem a realidade de um centro de lançamento de foguetes, a segunda Jornada foi realizada no CLBI. A primeira, ocorrida no mês de novembro e realizada na cidade de São José dos Campos/SP, capacitou 40 professores e contou com a participação de 56 alunos. Já a segunda, contou com a participação 35 professores e 40 alunos.

Em 2014 foi realizada a Capacitação de Monitores de Brasília/DF, nas dependências da AEB, nos dias 4 a 6 de junho. Foram 53 pessoas capacitadas, das quais 29 eram professores. Foram realizadas duas jornadas espaciais pelo AEB escola, uma em São José dos Campos/SP, de 16 a 22 de novembro, onde 58 alunos e 44 professores participaram de palestras, minicursos e atividades de construção de foguete, e outra em Natal/RN, de 8 a 12 de dezembro, com a participação de 45 alunos e 35 professores.

Quantidade alcançada

657

Data de Referência

30/01/2015

- **Capacitar 100 especialistas nas áreas de interesse do programa**

Análise Situacional da Meta

Esta meta tem como objetivo capacitar recursos humanos para as áreas de interesse do PNAE.

Até dezembro de 2014 foram capacitados 146 especialistas nas áreas de interesse do PNAE, tendo sido:

- 75 especialistas, por meio do Edital AEB/MCTI/CNPq N° 33/2010 que tem como objetivo apoiar projetos que visem contribuir significativamente para a formação, fixação, capacitação de recursos humanos e agregação de especialistas,



que contribuam para o ensino e execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológicos, associados aos projetos estratégicos do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE). Devido à suplementação dos recursos no Edital AEB/MCTI/CNPq N° 33/2010 foi alcançado um número maior de que o previsto na meta;

- 11 especialistas das instituições Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Agência Espacial Brasileira (AEB), que participaram do seminário intitulado “Seminar on Space Industrial Development” oferecido pela empresa estatal ucraniana Yuzhnoye com o objetivo de atualização na área técnica. O seminário teve apoio financeiro da AEB. Do referido seminário, também participaram profissionais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).

- Dois especialistas em propulsão química de baixo empuxo do INPE de Cachoeira Paulista;

- 52 especialistas, do projeto ITASAT, que tem como objetivo a fabricação, integração, testes e operação de micro satélite com aplicações tecnológicas.

- Seis especialistas do projeto CONASAT do INPE/RN, que tem como objetivo a fabricação e teste dos modelos de Engenharia e de Voo de um transponder de coleta de dados ambientais a ser embarcado no ITASAT. O modelo de engenharia foi entregue em dezembro de 2014.

Consideram-se como projetos de interesse/estratégicos do programa aqueles relacionados diretamente com o desenvolvimento de veículos lançadores, satélites e seus equipamentos e sistemas de solo e operação e controle de centros de lançamento.

Quantidade alcançada

146

Data de Referência

30/01/2015

• Estruturar os conteúdos programáticos e a metodologia para cursos de especialização e mestrado em Educação Espacial, em parceria com o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/MEC/CAPES)

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013 foi submetida à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) uma proposta de estruturação do curso de especialização. A CAPES, em resposta, solicitou a reformulação da proposta apresentada em um curso de mestrado profissional, visto a maior agregação de valor de um programa stricto sensu (mestrado profissionalizante) em relação a um de lato sensu (especialização).

No segundo semestre de 2013, iniciou-se o projeto de criação de um Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT-Espacial).

Em 2014, o CVT-Espacial foi materializado, na ocasião do lançamento do Espaço Educação e Tecnologia – E2T da AEB, sendo o primeiro no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) em Natal/RN, com a parceria entre a AEB, o Ministério da Educação e o próprio CLBI. Atualmente, o acordo de cooperação entre os parceiros está sendo finalizado e já foram iniciados os processos licitatórios de aquisições de equipamentos que serão utilizados nas diversas atividades do CVT-Espacial. Com este CVT operacionalizado serão realizadas missões espaciais completas com estudantes de escolas públicas e privadas. A inauguração está prevista para o primeiro semestre de 2015.

Paralelamente, serão redefinidas as disciplinas e o nível de qualificação mais adequado às premissas da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A partir dessas redefinições poderá ser reformulada a proposta do curso de mestrado profissional e encaminhada novamente à CAPES.

• Implementar 300 bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras, nas áreas de interesse do PNAE, em articulação com instituições e agências espaciais estrangeiras e outros programas nacionais

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram concluídas as negociações e discussões com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e



Tecnológico (CNPq) para a montagem de um programa de 300 bolsas do Ciência sem Fronteiras voltadas para o setor espacial. Foi estruturado portal do Programa Ciência sem Fronteiras Espacial e elaborado memorando de entendimentos com agências internacionais: Russian Federal Space Agency (ROSKOSMOS), Agência de Exploração Aeroespacial do Japão (JAXA), European Space Agency (ESA), China Centre for Resources Satellite Data and Application (CRESDA) e National Aeronautics and Space Administration (NASA), entre outras. Para as modalidades de bolsa Graduação Sanduíche (SWG), Atração de Jovem Talento (BJT) e Pesquisador Visitante Especial (PVE), a AEB enviou cartas de recomendação para melhor instruir os processos seletivos, que são de inteira governança do CNPq. Na modalidade SWG, foram recebidas, em 2013, 98 manifestações de interesse junto à AEB, dentre as quais foram encaminhadas 80 cartas de recomendação e 18 cartas de não recomendação.

Atualmente a AEB aguarda os resultados do CNPq para esta modalidade de bolsa, bem como o início do recebimento das manifestações de interesse para o processo seletivo do CNPq de 2014. Nas modalidades BJT e PVE foram enviadas cerca de 10 cartas recomendando os candidatos, dentre as quais a AEB ainda aguarda informação do CNPq a respeito do número de bolsas implementadas.

Nas modalidades de bolsa Doutorado Sanduíche (SWE), Doutorado Pleno (GDE) e Pós-Doutorado no Exterior (PDE), cabe à AEB selecionar os candidatos, implementar e acompanhar as bolsas.

Em 2014, foram implementadas duas bolsas na modalidade GDE, três na modalidade SWE, uma bolsa para PDE, uma bolsa na modalidade BJT, quatro na modalidade PVE e quatro bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior, sendo uma DEJ e três DES. Para a modalidade SWG foram recebidas 56 manifestações de interesse na área espacial, que resultaram em 40 recomendações da AEB e 14 aprovações dos candidatos recomendados, sendo sete pela CAPES e sete pelo CNPq.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

30/01/2015

- **Realizar seis eventos anuais relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizados os seguintes eventos: 1) Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA); 2) Olimpíada Internacional de Astronomia e Astrofísica; 3) participação da Campus Party; 4) da Rio +20; 5) da Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; 6) da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia; 7) do Circuito de Feiras de Ciências do GDF e 8) da Feira do Jovem Empreendedor Joseense.

Em 2013, o Programa AEB Escola apoiou os seguintes eventos: 1) Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica; 2) a SBPC Focal, que foi uma reunião especial voltada para a disseminação da ciência, educação e saúde para a população de Alcântara/MA, em diversas comunidades locais. Ocorrida no período de 22 a 26 de abril, o evento propiciou a realização de diversas atividades, como oficinas, curso e palestras; 3) a 65ª Reunião da SBPC, realizada de 21 a 26 de julho de 2013 no Campus da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE); 4) a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia/MCTI, ocorrida entre 21 e 27 de outubro, no Pavilhão de Exposição do parque da Cidade, Brasília/DF e 5) a 5ª Feira de Ciências e Tecnologias da Regional de Ensino de Ceilândia/DF. No estande da AEB, estudantes e outros visitantes puderam ter acesso a materiais institucionais.

Em 2014, o Programa AEB Escola realizou diversas atividades. Em abril, participou do Encontro Internacional de Astronomia e Astronáutica, em Campos dos Goytacazes - RJ, promovido pelo Clube de Astronomia Louis Cruls. Foram realizados minicursos, oficinas de foguetes de garrafa PET e palestras sobre a AEB. Ao todo, 20 pessoas participaram das oficinas. Ainda em abril, na Semana do Planetário de Brasília/DF, foram ministrados minicursos sobre Astronomia, Órbitas de Satélites e Foguetes, Sensoriamento Remoto e Robótica. Além destas atividades, foram realizadas oficinas do Carrinho Foguete e Construção e Lançamento de foguetes de garrafa PET. Estima-se que durante esta semana, aproximadamente 400 visitantes tenham participado das atividades propostas. Em maio, o Planetário do



SESC de Taguatinga Norte (DF) promoveu atividades voltadas para a temática de Astronomia e convidou o Programa AEB Escola para participar. Foram montadas três turmas por turno, com cerca de 30 alunos em cada uma, totalizando 540 alunos nos três dias de atividades. Por solicitação de uma professora colaboradora do Programa AEB Escola foi realizada uma oficina sobre Construção e Lançamento de foguetes de garrafa PET. Esta atividade ocorreu no dia 12/05 na Escola Centro Educacional/CED 07 de Taguatinga Norte/DF, e contou com a participação de 35 alunos e a construção de quatro foguetes. O Programa AEB Escola também participou da “5ª Feira de Ciências e Tecnologias da Regional de Ensino de Ceilândia/DF”. No estande da agência, estudantes e outros visitantes puderam ter acesso a materiais institucionais. Em julho, o Programa participou da Reunião da SBPC, no Acre, com minicursos de capacitação para mais de 2000 participantes. Em outubro, participou da SNCT em Brasília/DF, com a realização de minicursos e oficinas para mais de 200 pessoas. Também realizou atividades no Planetário de Brasília, em dezembro, com a construção de carrinhos-foguetes e minicursos sobre Astronomia e Astrofísica, ministrados para 300 participantes.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

30/01/2015

OBJETIVO: 0555 - Ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A busca do desenvolvimento e domínio das tecnologias críticas constitui um dos principais desafios do programa espacial. No âmbito das metas deste objetivo, cabe destacar, como uma das principais realizações, os importantes avanços, no âmbito do Comitê Diretor do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), das discussões e definições dos aspectos técnicos, mecanismos e instrumentos que deverão ser utilizados e orientarão a estruturação e implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PATT). Essas discussões culminaram na elaboração de um Memorando de Entendimento, assinado em dezembro de 2013 entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a empresa Thales Alenia Space, que servirá de instrumento legal para garantir a efetiva transferência de tecnologia pela mencionada empresa estrangeira para o Brasil. A Absorção de Tecnologia, constituída pelo envio de pessoal técnico para as instalações da empresa fabricante do satélite (na França), vem sendo implementada como planejado desde o início de 2014.

As demais metas do objetivo relacionadas com o desenvolvimento tecnológico de produtos/sistemas para aplicação espacial, voltadas para satélites, cargas úteis, veículos lançadores e sistemas de solo, vêm tendo desenvolvimento em ritmo lento e gradual, cabendo destacar que a meta relativa ao desenvolvimento de lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no satélite Amazônia-1 já foi atingida.

Destacam-se também os importantes avanços obtidos no desenvolvimento do Banco de Controle do Sistema de Reentrada Atmosférica (SARA), com o equipamento já desenvolvido e entregue, estando previsto para o primeiro semestre de 2015 um ensaio de integração desse banco com a plataforma do SARA. No campo do desenvolvimento de plataformas e subsistemas de picosatélites, cabe ser destacado também o lançamento com sucesso, em 2014, do nano satélite NANOSATC-BR1, desenvolvido pelo Centro Regional Sul de Pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE-CRS) e que já se encontra operacional.

Ainda no âmbito do Programa Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanossatélites (Serpens), está sendo concluído, por um consórcio de universidades brasileiras e estrangeiras, o desenvolvimento de um satélite padrão 3U (satélite miniaturizado, com dimensões 30cm x 10cm x 10cm), com o objetivo de coleta de dados



ambientais, a ser lançado no primeiro semestre de 2015.

Destaca-se também o satélite universitário AESP-14, padrão 1U (10cm x 10cm x 10cm), desenvolvido pelos estudantes de graduação e pós-graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), já finalizado e testado em laboratório. Foi entregue para lançamento à empresa japonesa JAMMS, responsável pelo lançamento do satélite a partir da Estação Espacial Internacional, previsto para janeiro de 2015.

Metas 2012-2015

• Catalisador de hidrazina qualificado para voo

Análise Situacional da Meta

O catalisador, a ser empregado nos propulsores da Plataforma Multi Missão (PMM), já havia sido aprovado em testes de qualificação. No entanto, em 2012, testes com o novo lote de catalisador preparado para o modelo de voo apresentaram desempenho inferior ao esperado. A análise dos resultados destes testes não foi conclusiva. Diante destes fatos, foram iniciadas em 2013 as atividades de revisão da metodologia de síntese do composto precursor da alumina empregada como suporte do catalisador dos propulsores da PMM, visando a sua utilização em missões futuras. O aluminato é sintetizado no Laboratório de Combustão e Propulsão do INPE, em virtude da variação da pureza do material importado. No primeiro semestre de 2014, os compostos precursores para preparação de suporte de alumina para catalisadores começaram a ser sintetizados e caracterizados usando insumos nacionais para garantir a reprodutibilidade. A metodologia de síntese do composto precursor da alumina foi revisada e otimizada. A expectativa para 2015 é impregnar a alumina com irídio tão logo o banco de testes de propulsores esteja operacional.

• Completar o desenvolvimento do Banco de Controle para lançar o satélite de reentrada atmosférica (SARA) suborbital em 2013

Análise Situacional da Meta

O desenvolvimento do Banco de Controle (BC) do Satélite de Reentrada Atmosférica (SARA), projeto inovador calcado em sistemas modularizados industriais e organizados em torno de um barramento de dados, foi contratado junto à empresa CENIC em fins de 2012, e o seu desenvolvimento foi iniciado em 2013 com a Revisão de Requisitos de Sistema (SRR). A partir desse evento, seguiu-se a Revisão Preliminar de Projeto do BC (PDR), a sua Revisão Crítica (CDR), concluindo com os testes de conformidade e entrega do equipamento. Por motivos de atraso no fornecimento de componentes eletrônicos importados, a entrega do BC, prevista para fins de 2013, somente ocorreu em maio de 2014. Em fins de 2013 foi entregue, também, o Modelo de Voo das Redes Elétricas do SARA Suborbital, cujo desempenho será demonstrado com ensaios específicos utilizando-se o BC desenvolvido. No 1º semestre de 2014 foram realizados os últimos eventos relacionados ao contrato industrial, que resultou na assinatura do termo de recebimento e aceitação final do BC. No 2º semestre de 2014, seguiu-se a preparação para o ensaio conjunto entre o SARA e o Banco de Controle, previsto para 1º semestre de 2015.

• Completar o projeto e a fabricação dos componentes do modelo de desenvolvimento do motor foguete a propelente líquido L75

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram iniciadas as aquisições de materiais e contratações de serviços e bolsistas, em conformidade com o Plano de Trabalho do convênio com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep). Destaca-se a contratação das empresas para o desenvolvimento e fabricação dos subsistemas mais complexos do Motor (turbobomba e câmara de empuxo) e implementação da fase 1 do banco de ensaios de bombas. Com a formalização do interesse da Alemanha no projeto, foi realizada Revisão Preliminar do Projeto (PDR) complementar com a participação do Centro Aeroespacial Alemão (DLR) e da empresa Airbus Defence and Space. Entre outras decisões tomadas, a de maior impacto foi a alteração do propelente do Motor L75 de querosene para etanol. Com isso, foi aberta a possibilidade de realização dos ensaios do Motor na Alemanha, mas houve a necessidade de reprojetar o Motor em parceria com o DLR. Como condição para a realização dos ensaios da câmara de empuxo no DLR, foi necessário o desenvolvimento de um modelo para verificar as características de desempenho e fabricação da câmara. Foi dado início aos contratos



para desenvolvimento da turbobomba, implantação do banco para ensaios de bomba e a preparação para ensaios à quente do gerador de gás. Em 2014 foi estabelecida a cooperação Brasil-Alemanha para teste de um cabeçote de injeção em combinação com uma câmara de combustão para o motor L75, e foi iniciado o contrato para o desenvolvimento da câmara de empuxo e fabricação do gerador de gás, dos ignitores, das válvulas e reguladores, além da continuação da fase1 do banco de bombas e do contrato da turbobomba.

• **Concluir a formulação de um Programa de Tecnologias Críticas**

Análise Situacional da Meta

Tecnologias críticas são aquelas essenciais para capacitar o País a utilizá-las nas aplicações espaciais de interesse nacional independentemente de cerceamentos tecnológicos. Algumas dessas tecnologias já são dominadas no País, mas é necessária uma política espacial que garanta a sua sustentabilidade e manutenção.

Com intuito de implementar um programa de Tecnologias Críticas, nos anos de 2012 e 2013 foi elaborada uma minuta para o referido programa.

Após o estudo e a elaboração da lista inicial de tecnologias críticas, foi realizado o alinhamento de ações com um gerenciamento efetivo do portfólio de projetos pertinentes do programa espacial (projeto SERPENS, Programa Uniespaço, Programa Microgravidade, Editais do CNPq, encomendas da FINEP e ações orçamentárias de pesquisa e desenvolvimento nos órgãos executores), no sentido de acelerar o desenvolvimento de tecnologias críticas niveladoras com o auxílio do conhecimento contido na carteira de projetos. Com isso, em 2013, foram lançados novos editais dos programas Uniespaço e Microgravidade para os quais 49 projetos foram apresentados e 27 aprovados e contratados pelo Programa Uniespaço e cinco pelo Programa de Microgravidade. Em 2013, foi realizado seminário de nivelamento para os selecionados no 4º Anúncio de Oportunidade (AO) do Microgravidade, para apresentação dos experimentos para a equipe do IAE e apresentação das instalações do IAE aos pesquisadores. De 28 a 29 de abril de 2014, foi realizada uma visita técnica ao CLA para os pesquisadores conhecerem e identificarem quais adaptações são necessárias durante a campanha de lançamento, que está prevista para julho de 2015.

Em 2014, foi lançada a chamada para apresentação de novas propostas para o Programa Microgravidade, ocasião em que foram apresentados nove projetos e cinco deles foram aprovados. Para esses projetos estava prevista, para o final de agosto, a visita técnica ao IAE, que ocorreu no dia 18 de setembro. Foi também realizado o encontro com os gerentes dos Projetos aprovados no AO 01/2013 do Programa Uniespaço, no MAB em São José dos Campos-SP, para apresentação dos trabalhos aos avaliadores, a comunidade científica e as empresas do meio aeroespacial. Foi aberta a 2ª chamada do AO 01/2013 do programa Uniespaço entre agosto e setembro de 2014, onde 25 projetos foram submetidos, dos quais 12 foram aprovados.

• **Concluir a formulação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)**

Análise Situacional da Meta

A formulação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PATT) foi concluída em 2013, com o término das discussões e definições das estratégias e aspectos técnicos, levadas a cabo pelo Comitê Diretor do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), constituído com o propósito de orientar a implementação das ações associadas ao contrato de fornecimento, pela empresa Thales Alenia Space (TAS), de um satélite geoestacionário de comunicações ao Brasil. Essas discussões levaram à elaboração de um Memorando de Entendimento (MoU), assinado entre a AEB e TAS em dezembro de 2013, com o objetivo de estabelecer um instrumento legal capaz de dar ao governo brasileiro garantias de que os itens de transferência de tecnologia oferecidos pela TAS seriam implementados ao longo do desenvolvimento do SGDC. A assinatura desse MoU foi feita concomitantemente com a assinatura do contrato para o fornecimento do satélite SGDC, celebrado entre a empresa brasileira Visiona e a TAS.

A implementação do PATT teve início no 1º semestre de 2014. Pelo lado da Absorção, um contingente de 26 técnicos e engenheiros brasileiros seguiu para a França e iniciou suas atividades por meio de cursos de nivelamento, seguidos de



trabalho integrado junto às equipes da empresa Thales, representando a AEB, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Ministério da Defesa e a empresa Visiona. Deste contingente, 17 profissionais permaneceram na França, para desempenharem importantes tarefas nas fases de Revisão Preliminar e Revisão Crítica do Projeto do SGDC

Em 2015 será desenvolvida a segunda etapa do programa de Absorção de Tecnologia. Um novo grupo será enviado à França, que formará o novo contingente com representantes da AEB, do INPE, do Ministério da Defesa (MD), da Visiona, e também da Telebras, e do Ministério das Comunicações, num total de 39 profissionais. Desses, um grupo de sete cumprirá apenas as fases de cursos de nivelamento, retornando ao Brasil em seguida. Os 32 remanescentes permanecerão até o final do projeto, retornando ao Brasil a partir de meados de 2016.

Pelo lado da Transferência de Tecnologia, ao longo do 1º semestre de 2014, foi realizada a priorização das tecnologias a serem contratadas, foram elaborados os Planos de Trabalho preliminares para as atividades da cedente das tecnologias (TAS), e das empresas cessionárias, seguido da formulação de proposta orçamentária para 2015, quando o programa deverá ter seus primeiros itens implementados por meio de contratos. Ao longo do 2º semestre de 2014, a AEB estabeleceu a formulação jurídica para tratar o processo de seleção e escolha das empresas nacionais e regras de licenciamento.

Ao longo do 2º semestre de 2014 foram também estabelecidas junto à TAS as bases para o Acordo de Transferência de Tecnologia Espacial, que deverá ser assinado no início de 2015 em substituição ao Memorando de Entendimento celebrado em 2013. Foram estabelecidas com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) as bases para um Edital de Subvenção Econômica visando selecionar e financiar as empresas nacionais interessadas na transferência das tecnologias previstas no Acordo entre a AEB e a TAS. O Edital de Subvenção deverá ser lançado em março de 2015.

- **Concluir estudo de viabilidade para o desenvolvimento de estágio líquido do VLS-Alfa**

- Análise Situacional da Meta**

- Este projeto não evoluiu nos últimos anos.

- **Desenvolver plataformas e subsistemas de microssatélites e realizar um lançamento até 2015 (ITASAT)**

- Análise Situacional da Meta**

- Em 2013, foi realizada uma avaliação do projeto ITASAT por consultoria internacional. Esta recomendou uma série de melhorias em aspectos técnicos e gerenciais do projeto. A partir deste diagnóstico, a AEB iniciou um processo de revisão dos planos do projeto com o objetivo de reorientá-lo e alinhar as expectativas da missão aos recursos orçamentários e humanos disponíveis para o seu desenvolvimento. O grau de complexidade do satélite foi reduzido de forma que o desenvolvimento do mesmo cumpra os cronogramas físicos e financeiros propostos após a revisão internacional. Foi escolhido um novo coordenador para o programa.

- Em 2014 o projeto do ITASAT mudou para estrutura CubeSat 6U (dimensões 30cm x 20cm x 10cm). Passou pela fase de projeto e revisão e desenvolvimento de diferentes subsistemas. Atualmente, o Modelo de Engenharia do satélite está sendo integrado e seus subsistemas testados. A fase integração e testes deve se estender até o primeiro semestre de 2015, e o Modelo de Voo deve ficar pronto no segundo semestre, com o lançamento previsto para o final do mesmo ano.

- **Desenvolver plataformas e subsistemas de picossatélites e realizar dois lançamentos até 2015**

- Análise Situacional da Meta**

- Em 2013 foi construído e testado no INPE o modelo de voo do satélite NANOSATC-BR1 do Centro Regional Sul (INPE-CRS) e para rastreá-lo foi instalada uma estação de solo em Santa Maria/RS e outra em São José dos Campos. Em 2014 o satélite teve sua integração final realizada, e passou por toda a bateria de testes necessária no Laboratório de Integração e Testes (LIT), sendo aprovado e lançado em junho, com sucesso, na Rússia. A fase de comissionamento transcorreu como planejado e dados importantes sobre a Anomalia Geomagnética sobre o Atlântico Sul foram coletados e utilizados na produção de artigos apresentados no 1º Congresso Latino Americano de Cubesats em



dezembro. Atualmente, o comissionamento do satélite está considerado encerrado.

Quanto ao projeto CONASAT, do Centro Regional do Nordeste (INPE-CRN), iniciado em 2011, que consiste na construção de uma constelação de nano satélites CubeSats padrão 8U, com o intuito de garantir a continuidade da coleta de dados para o Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais (SBCD) em 2013 o projeto foi redefinido devido a dificuldades em sua viabilização integral. O grupo passou a trabalhar no desenvolvimento de um transponder de coleta de dados, que será embarcado no ITASAT e nas demais missões de picossatélites. Em 2014, o Modelo de engenharia do Transponder de Coleta de Dados foi oficialmente entregue à equipe do ITASAT para sua integração no satélite e uma série de testes. O modelo de voo do transponder deve ser entregue no primeiro semestre de 2015.

Quanto ao picossatélite AESP-14, iniciado em 2012 e desenvolvido por estudantes do ITA, foi desenvolvido um modelo de engenharia, testado no LIT durante 2014. O modelo de voo foi entregue à empresa japonesa JAMSS, responsável pelo contrato de lançamento do satélite a partir do módulo japonês Kibo da Estação Espacial Internacional (ISS). O satélite AESP-14 teve seu lançamento definido numa parceria com a agência espacial japonesa JAXA para ser lançado a partir da ISS. Adaptações de segurança e no sistema de energia tiveram de ser realizadas pelo fato da ISS ser uma missão tripulada. Todas as adaptações foram feitas e foram realizados os testes necessários no LIT, passando por uma checagem final em agosto, acompanhada por representantes da JAXA. Com o lançamento inicialmente planejado para outubro de 2014, pelo veículo Cygnus ORB-3 da empresa Orbital Sciences Corp, atrasos no planejamento da equipe japonesa levaram à alteração do lançamento, passando para o veículo Falcon-9 da empresa Space-X nos EUA. Esse atraso foi providencial, pois houve uma falha durante o voo do veículo Cygnus ORB-3, ocorrido em 28 de outubro, que resultou num acidente com perda total da carga embarcada. O satélite AESP-14 foi integrado ao lançador Falcon-9 em novembro de 2014 e o seu lançamento está programado para janeiro de 2015.

Devido às prioridades estabelecidas pela AEB, os dois picossatélites sob a responsabilidade do LSI-TEC/USP foram descontinuados.

Quanto ao satélite UBATUBASAT (Tancredo-1) da Escola Municipal Tancredo Neves em Ubatuba-SP, em 2014, a AEB assumiu o compromisso de apoiar a campanha, o lançamento e a implantação de uma estação para seu rastreamento. Com a colaboração de parceiros internacionais, incluindo o Prof. Bob Twiggs (criador do padrão Cubesat), foi feito um dispositivo especial adaptado, onde o satélite será encaixado para ser ejetado ao espaço. O satélite deve ser lançado juntamente com o Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanossatélites (SERPENS), e seu sinal será rastreado até 30 de junho de 2015, a partir da própria estação da Escola. Esta escola tinha seu projeto completo, mas carecia do serviço de lançamento, pois foi implementado no padrão TubeSat. O lançamento do satélite, previsto para o primeiro semestre de 2015, foi fornecido dentro da parceria com a JAMSS e deve ser efetuado a partir da ISS. O Projeto SERPENS (um satélite 3U desenvolvido por um consórcio de universidades brasileiras que possuem cursos de Engenharia Aeroespacial, liderados pela Universidade de Brasília e com apoio financeiro da AEB) teve seu lançamento definido em parceria com a JAXA. Adaptações de segurança e no sistema de energia foram realizados durante 2014. Este satélite foi dividido em dois setores (Setor A e Setor B) e teve seu projeto e desenvolvimento de softwares praticamente concluídos. Com a finalização dos trâmites de importação foi iniciada a integração do Modelo de engenharia e os testes de seus subsistemas no LIT. A aquisição de componentes importados atrasaram seu desenvolvimento e os testes continuarão em 2015. A finalização da integração e dos testes dos modelos de engenharia e de voo, bem como a entrega do modelo de voo para lançamento deste satélite, juntamente com o Tancredo-1, estão previstas para maio de 2015. O lançamento até a ISS será realizado pelo lançador SPX-5.

• **Lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no Satélite Amazonia-1 e tecnologia transferida para a indústria**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a meta já havia sido totalmente cumprida no que tange à aplicação para o satélite Amazônia-1. A mesma tecnologia foi empregada, em 2013, para as peças do satélite Lattes, com o revestimento de 12 peças do satélite com diamante DLC como lubrificante sólido; os testes em vácuo confirmaram o baixo coeficiente de atrito. Uma vez cumprida a meta, deu-se continuidade ao projeto visando o aprimoramento dos processos envolvidos. No primeiro



semestre de 2014, começaram a ser realizados estudos de aprimoramento da aderência do diamante DLC sobre o titânio e suas ligas, além de testes tribológicos do diamante DLC sobre o titânio e suas ligas. O Laboratório de Tribologia foi instalado em suas novas dependências e está operacional. Ademais, também foi dado início aos estudos de deposição de diamante em filamentos de titânio e suas ligas e ao desenvolvimento de uma modificação na técnica PECVD (Deposição por Vapor Químico Assistido por Plasma). Já o processo de transferência de tecnologia para a indústria junto ao Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do INPE, passou por dificuldades técnico-jurídicas e ficou suspenso em 2014. Para 2015, espera-se avançar os estudos de incorporação de nano partículas em filmes para a melhoria do lubrificante sólido e desenvolver um reator específico para as deposições de lubrificantes sólidos com a tela ativa para se obter filmes com o aderência redobrada. Também em 2015, pretende-se retomar as gestões para a formalização do processo de transferência da tecnologia de lubrificantes sólidos para a indústria.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

30/01/2015

• Microgiroscópio de silício para uso espacial operacional e caracterizado**Análise Situacional da Meta**

Para a fabricação do microgiroscópio de silício é necessário que o Reator de Corrosão a Plasma (DRIE) esteja operacional e os demais componentes da infraestrutura de microfabricação estejam recuperados e adequados para atender aos requisitos técnicos. O DRIE foi adquirido em 2012, mas ainda não está operacional porque a infraestrutura laboratorial necessária (ar condicionado, sistema de refrigeração, sistema de gases, controle de temperatura e umidade, entre outros) não está completa. O principal motivo tem sido o tempo consumido na instalação e manutenção da infraestrutura e em processos de compras. Assim, a principal atividade para 2013, que seria a de maximizar a sensibilidade do giroscópio dado uma largura de banda, a partir da escolha de dimensões críticas do design, não foi concluída. No primeiro semestre de 2014, focou-se nas atividades relacionadas à instalação, manutenção e recuperação da infraestrutura e dos equipamentos, com destaque para: (1) conclusão da instalação dos sistemas de vácuo e de resfriamento de água do Reator; (2) conclusão da instalação de linhas de gases, com exceção dos purgadores que só foram recebidos no 2º semestre; (3) instalação do tanque de nitrogênio para suprir a operação do Reator; (4) instalação dos sensores de temperatura, de umidade e de gases para segurança; (5) projeto e fabricação dos componentes de válvula de alívio e de sistema de alimentação de gases da evaporadora; (6) construção dos dois fornos de infravermelho para litografia; (7) construção de dois controles de banho para limpeza RCA de silício; (8) aquisição, com recursos obtidos do CNPq, de lâminas de silício, vidraria de quartzo, liner e peças de reposição; (9) projeto e fabricação do suporte para as máscaras de 2,5 polegadas. No segundo semestre de 2014, esperava-se realizar a fabricação da primeira versão da estrutura mecânica de giroscópio, entretanto, ainda não foi possível concluí-la, pois o projeto ainda está no estágio de implantação de meios. Destaca-se a conclusão do projeto da eletrônica de controle para um giroscópio miniaturizado com características eletromecânicas (MEMS).

• Motor iônico qualificado**Análise Situacional da Meta**

O projeto do motor iônico vem sendo desenvolvido ao longo do PPA 2012-2015. O principal componente do motor iônico, o catodo oco, tem sido o foco dos maiores esforços. No primeiro semestre de 2014, os novos catodos ocios foram testados com os gases xenônio e argônio, apresentando resultados operacionais promissores. Os testes provaram o alcance do funcionamento em modo "spot", que é o modo operacional em propulsores iônicos. Em função desses resultados, no segundo semestre de 2014, os catodos ocios foram redimensionados e novos testes foram realizados. Com a utilização dos novos catodos ocios, espera-se evoluir no modelo de qualificação dos propulsores iônicos. Parte dos desafios enfrentados para a execução do projeto gira em torno das sérias dificuldades na importação de insumos e componentes sensíveis para tecnologia espacial. O nitreto de alumínio, por exemplo, material de alta condutividade térmica, que não havia sido adquirido em 2013, por ausência de empresa participante na concorrência internacional, foi



adquirido somente no segundo semestre de 2014, tornando possível o desenvolvimento de aquecedores de alta eficiência e baixo consumo de potência. Atividades como a fabricação e montagem do novo protótipo de propulsor iônico com 5 cm de diâmetro, utilizando os catodos ocos desenvolvidos, estão temporariamente suspensas e em busca de solução para prover um quadro adequado de técnicos mecânicos. A expectativa para 2015 é que seja encontrada uma solução para a retomada das atividades de fabricação, montagem e testes dos propulsores iônicos com os catodos ocos desenvolvidos.

OBJETIVO: 0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Buscando consolidar a autonomia nacional no monitoramento do território brasileiro, cabem ser destacados os esforços desenvolvidos em cooperação com a China no âmbito do Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite).

Com a perda do satélite CBERS-3, lançado no início de dezembro de 2013, devido a uma falha no terceiro estágio do foguete chinês Longa-Marcha 4B, que impediu a colocação do satélite em sua órbita correta, Brasil e China acordaram em acelerar o desenvolvimento do CBERS-4 e antecipar o seu lançamento para fins de 2014. O lançamento ocorreu no dia 7 de dezembro de 2014, a partir da Base de lançamento de Taiyuan/China, com todos os subsistemas do satélite operando conforme o esperado. As avaliações preliminares das quatro câmeras imageadoras indicam que as imagens são promissoras e devem aprimorar as atividades de monitoramento de florestas, recursos hídricos, agricultura e outras aplicações. Os projetos de satélites da família CBERS também foram importantes para o estabelecimento e para a capacitação do setor industrial espacial brasileiro para projetar e fabricar diversos subsistemas de satélites, tais como estruturas, suprimento de energia, painéis solares, propulsão de satélites, telecomunicação de bordo, câmeras ópticas imageadoras, gravadores digitais de dados e transmissores de imagens de satélites. Essa capacitação industrial inclui competências tecnológicas, infraestrutura, recursos humanos e metodologias gerenciais aplicáveis a outros setores em que estas empresas também atuam.

Destaque-se ainda a aprovação, em reunião ocorrida em novembro de 2013 na China, do Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial, aprovado na 3ª Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), que amplia as áreas de cooperação com aquele país.

Quanto ao desenvolvimento do satélite Amazônia-1, que visa ampliar a capacidade nacional em observação da Terra, os desafios para a conclusão da Plataforma Multimissão (PMM), bem como a sua integração à carga útil ainda permanecem. Quanto à plataforma do satélite, foram produzidos os equipamentos de testes relacionados ao PSS (Subsistema de Suprimento de Energia), ACDH (Controle e Dados de Bordo) e TT&C (Telemetria, Telecomando e Controle), a estrutura do módulo de carga útil do modelo de voo, o modelo de qualificação do subsistema OBDH, o modelo de qualificação do Gravador de Dados, o modelo de qualificação das antenas do transmissor Banda X, o modelo de voo das antenas Banda X e o modelo de engenharia do subsistema de transmissão de dados (AWDT). Foi também concluída a fabricação e os testes dos equipamentos de voo do subsistema de Controle de Atitude e Órbita e tratamento de dados (ACDH), este subsistema está em processo de transporte para o Brasil. Em nível de sistema, foram realizados a campanha de teste integrado do AOCS (Subsistema de Controle de Atitude) e OBDH (Gerenciamento de Dados) no INPE, o projeto da cablagem do módulo de serviço e a conclusão do projeto de controle térmico do satélite Amazônia-1.

Destaque-se ainda a conclusão dos trabalhos de revisão crítica (CDR) de projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), com a participação de especialistas da Telebras, do Ministério da Defesa, da AEB, do INPE e da empresa VISIONA, o que possibilitará o início da sua fabricação em 2015.

Correlacionado a este projeto, o Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE concluiu os estudos para implantar as capacidades necessárias para realizar as atividades de montagem, integração e testes (AIT) de satélites geoestacionários



de grande porte para telecomunicações e meteorologia, bem como satélites de órbita baixa para observação da Terra, científicos e os demais previstos no programa espacial. Este estudo concluiu pela necessidade de ampliação das instalações atuais do LIT em cerca de 12.000 m² de área construída e a implantação de novos meios de testes. Estimado em R\$ 185 milhões, o projeto contará, para sua primeira fase, com um apoio da FINEP no montante de R\$ 45 milhões. Em fins de 2014, houve a conclusão parcial do projeto básico das obras civis, estando previstas para 2015 a conclusão do projeto executivo, o início do processo licitatório de parte da obra civil, bem como a contratação de construtora responsável pelas obras.

Por fim, merece ser destacado ainda o sistema de monitoramento do clima espacial, cuja infraestrutura está praticamente concluída, encontrando-se já em fase inicial de operação com um ambiente robusto e que permite desenvolvimento sustentado na pesquisa espacial e em sinergia com esta, o que a potencializa para atingir a novos patamares internacionais. O sistema já está organizado em forma de um programa que já tem capacidade de emitir alertas imediatos via a sua página oficial no ambiente do INPE e em redes sociais quando radiação ou partículas solares atingem o ambiente terrestre, além de boletins diários com a previsão de ocorrência de tempestades de radiação solar, geomagnéticas, bolhas de plasma e perturbações na ionosfera, que podem afetar desde o funcionamento de satélites em órbita da Terra, até o uso de receptores GPS na superfície. Cabe mencionar ainda que o sistema desenvolvido no Brasil tem obtido projeção internacional e despertado o interesse de vários países em desenvolver cooperações internacionais nesta área. Recentemente, o gerente geral do programa brasileiro foi eleito como vice-diretor do organismo internacional que representa este setor técnico-econômico.

Metas 2012-2015

- **Concluir 50% de execução do projeto de ampliação do Laboratório de Integração e Teste (LIT) que o capacitará a realizar testes em satélites geoestacionários**

Análise Situacional da Meta

O LIT completou em 2012 os estudos para implantar as capacidades necessárias para realizar as atividades de montagem, integração e testes (AIT) de satélites geoestacionários de grande porte para telecomunicações e meteorologia, bem como satélites de órbita baixa para observação da Terra, científicos e os demais previstos no PNAE – Programa Nacional de Atividades Espaciais, no PESE – Programa Estratégico de Sistemas Espaciais e para as próximas etapas do programa SGDC.

O estudo concluiu pela necessidade de ampliação das instalações atuais do LIT em cerca de 12.000 m² de área construída e a implantação de novos meios de testes, incluindo:

- Novo sistema de testes de vibração de grande porte de cerca de 300 kN;
- Novo sistema para testes de antenas de pequeno porte, utilizando uma câmara de testes de campo próximo;
- Novo sistema para testes de antenas de grande porte e cargas úteis de telecomunicações, utilizando uma câmara de testes de campo compacto;
- Novas salas limpas para montagem e integração de sistemas espaciais de grande porte e com pé direito de cerca de 14 metros sob a ponte rolante.
- Nova instrumentação.

O investimento total necessário foi estimado inicialmente em R\$ 185 milhões ao longo de 5 anos (posteriormente revisto para R\$ 170 milhões), incluindo as novas edificações e a aquisição de novos meios de testes. Também foi prevista a contratação de 50 novos servidores ao longo deste mesmo período.

Este estudo deu origem, no final de 2012, a um Termo de Referência e uma encomenda de projeto junto à FINEP, no valor de R\$ 45 milhões, relativa à elaboração dos projetos básico e executivo e parte das obras civis das novas edificações.

A conclusão parcial do projeto básico se deu em dezembro de 2014 e a conclusão do projeto executivo está prevista para abril de 2015. Estima-se iniciar-se o processo licitatório de parte das obras civis em maio de 2015 e a contratação da construtora no segundo semestre de 2015.

A conclusão do projeto de ampliação do LIT está prevista para final de 2018, de forma compatível com a expectativa



atual para o início dos trabalhos para a próxima etapa do programa SGDC.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

30/01/2015

• **Concluir estudo de viabilidade do satélite de meteorologia, com participação da indústria nacional**

Análise Situacional da Meta

Projeto com andamento suspenso.

• **Concluir estudo de viabilidade do satélite radar, com participação da indústria nacional**

Análise Situacional da Meta

Projeto com andamento suspenso. Em 2013, foi possível preparar o ambiente de gestão informatizada de documentos para uso no projeto, necessário ao desenvolvimento de sua fase inicial.

• **Concluir o desenvolvimento dos Satélites CBERS-3 e CBERS-4 e realizar os lançamentos**

Análise Situacional da Meta

No período de 2012 e 2013, esta meta apresentou significativa evolução. O desenvolvimento do satélite CBERS-3 passou por problemas técnicos detectados nos conversores híbridos DC/DC, usados na fabricação de parte dos equipamentos do satélite. Por conta disto, o seu lançamento foi reprogramado para dezembro de 2013, o que de fato ocorreu. Entretanto, uma falha no foguete chinês Longa-Marcha 4B impediu que o CBERS-3 fosse colocado em sua órbita correta, provocando a reentrada do satélite na atmosfera da Terra. Face ao acontecido, decidiu-se antecipar o lançamento do satélite CBERS-4 de dezembro de 2015 para dezembro de 2014.

No 1º semestre de 2014, o satélite foi montado, integrado e submetido aos testes elétricos (Estados A, B, C e D). No Estado A, o satélite foi separado nos módulos de serviço e carga útil e foram realizados testes do subsistema de potência, telemetria e telecomando e interfaces entre subsistemas. No Estado B, o satélite continuou com os módulos separados e foram instalados vários simuladores, cujo objetivo é injetar sinais nos sensores e câmeras. Neste Estado foram realizados os testes funcionais completos de subsistemas e sistemas e foram realizados testes de simulação de voo, nos quais foi testada a sequência de eventos que ocorrem durante o lançamento e as primeiras órbitas após a injeção do satélite. No Estado C, os módulos foram acoplados e foram realizados testes com comunicação entre o satélite e o sistema de testes através de antenas de rádio frequência. No Estado D, o satélite, já em configuração de voo, foi submetido aos testes elétricos finais antes do início dos testes ambientais. No 2º semestre de 2014, foram realizados os testes ambientais (medidas de massa, vibração, termo-vácuo, EMI/EMC, balanço magnético), o que possibilitou o seu lançamento no dia 7 de dezembro de 2014, a partir da base de lançamento de Taiyuan/China, com todos os subsistemas do satélite operando conforme o esperado.

Embora as quatro câmeras imageadoras ainda estejam em fase de testes, as avaliações preliminares indicam que as imagens são promissoras e devem garantir ao Brasil aprimorar suas atividades de monitoramento de florestas, recursos hídricos, agricultura, entre outras aplicações.

Os projetos de satélites da família CBERS foram importantes para o estabelecimento e para a capacitação do setor industrial espacial. Esses projetos capacitaram a indústria nacional para projetar e fabricar diversos subsistemas de satélites, tais como estruturas, suprimento de energia, painéis solares, propulsão de satélites, telecomunicação de bordo, câmeras ópticas imageadoras, gravadores digitais de dados e transmissores de imagens de satélites. Essa capacitação industrial não se reduz às competências tecnológicas, mas incluem infraestrutura, recursos humanos e metodologias gerenciais extremamente valiosas e aplicáveis a outras atividades de outros setores em que estas empresas também atuam.

• **Concluir o desenvolvimento e realizar o lançamento do Satélite Amazônia-1**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, um dos principais destaques do desenvolvimento do satélite Amazônia-1 foi a realização da campanha de



qualificação estrutural do satélite. Como resultado, foi comprovado que o satélite estaria apto a suportar o esforço e as cargas geradas durante o lançamento.

Já em 2013, o satélite Amazônia-1 sofreu atrasos em seu desenvolvimento por inadequação da legislação para projetos de desenvolvimento tecnológico, fazendo com que diversos processos de compra não prosperassem. Apesar das adversidades, esforços da equipe levaram a um significativo avanço em diversas atividades, destacando-se as seguintes: (1) disponibilização dos equipamentos de testes (em nível de sistema) relacionados ao PSS (Subsistema de Suprimento de Energia), ACDH (Controle e Dados de Bordo) e TT&C (Telemetria, Telecomando e Controle); (2) realização da campanha de teste integrado AOCS (Subsistema de Controle de Atitude) e OBDH (Gerenciamento de Dados) no INPE; (3) disponibilização da Estrutura do Módulo de Carga Útil do modelo de voo; (4) conclusão da qualificação do Subsistema OBDH; (5) definição do Sistema de Detecção de Falhas (FDIR) para a fase de lançamento.

Por problemas relacionados aos aspectos administrativos e legais, ocorreu, ainda em 2013, a paralisação das atividades do contrato celebrado para prover o imageador AWF (Advanced Wide Field Imager). Como alternativa de solução, o INPE fez um estudo sistêmico para a utilização do imageador WFI (Wide Field Imager) desenvolvido para o Programa CBERS, que demonstrou ser viável a sua utilização no Amazônia-1, desde que adaptações sejam realizadas no sistema. No primeiro semestre de 2014, foi disponibilizado o subsistema de Propulsão e realizados os testes integrando os subsistemas OBDH e TT&C. No entanto, o consórcio PMM (Plataforma Multimissão) responsável pelo provimento dos subsistemas PSS e TT&C informou das dificuldades que vem encontrando para completar o desenvolvimento desses equipamentos dentro do atual cronograma de desenvolvimento, o que poderá levar a AEB, gestora do contrato, a buscar alternativas para seu fornecimento.

A Engenharia de Sistemas do INPE realizou um trabalho sistêmico para verificar as alternativas para tais equipamentos. O estudo concluiu que, com algumas adaptações, existem equipamentos no mercado internacional que poderiam substituir os que não seriam providos pelo consórcio PMM.

Quanto à plataforma do satélite, foi possível disponibilizar o modelo de qualificação do subsistema OBDH (Gerenciamento de Dados), o modelo de qualificação do Gravador de Dados, o modelo de qualificação das antenas do transmissor Banda X, o modelo de voo das antenas Banda X e o modelo de engenharia do subsistema de transmissão de dados (AWDT). Foi também concluída a fabricação e os testes dos equipamentos de voo do subsistema de Controle de Atitude e Órbita e tratamento de dados (ACDH), que está em processo de transporte para o Brasil. Quanto aos trabalhos em nível de sistema, foram realizadas, entre outras, as seguintes macroatividades: campanha de teste integrado do AOCS (Subsistema de Controle de Atitude) e OBDH no INPE, projeto da cablagem do módulo de serviço e conclusão do projeto de controle térmico do satélite Amazônia-1.

Apesar dos significativos avanços obtidos em várias frentes, ainda há grandes dificuldades a serem transpostas, que impedirão que a meta seja integralmente realizada até o final de 2015.

A execução física cumprida até 2014 foi de 62%. Para o ano de 2015 estão previstas as seguintes macroatividades: a) finalização da campanha ambiental do satélite relacionada aos testes térmicos; b) finalização dos testes de compatibilidade radioelétrica; c) início dos testes elétricos do modelo elétrico do satélite Amazônia-1; d) conclusão das atividades para contratação do veículo lançador.

• Implantar o sistema de monitoramento de clima espacial até 2013

Análise Situacional da Meta

A implantação do sistema de monitoramento do clima espacial não foi concluída em 2013. Optou-se por focar os esforços apenas na execução das ações de operação associadas ao monitoramento do clima espacial. A conclusão da meta está prevista para 2015.

Dentre as atividades / etapas a serem ainda desenvolvidas constam: (1) investimentos no serviço de manutenção de software e sistemas de monitoramento e previsão do clima espacial; (2) a finalização das instalações de equipamentos adquiridos em 2012, 2013 e 2014, bem como da casa de suprimento de energia e do sistema redundante de hardware; (3) a revisão dos serviços de internet. Essas etapas demandarão esforços na superação de desafios enfrentados desde



2012: (a) para a implantação de sítios de coleta há restrições operacionais pela baixa qualidade ou inexistência de serviços de internet e/ou energia, além da dificuldade logística para o transporte dos sistemas até o sítio; (b) nos processos de compra, há uma excessiva demora nos trâmites, podendo comprometer a execução final e os prazos; (c) devido ao alto grau de tecnologia envolvida, grande parte dos fornecedores dos suprimentos tecnológicos necessários é estrangeira, exigindo a realização de processos licitatórios internacionais e consequente longa espera nos processos de nacionalização para entrega.

Ao longo de todo o período do PPA 2012-2015, a equipe de pesquisadores e tecnologistas envolvidos disponibilizou as relevantes informações sobre o clima em boletins diários e comunicados à imprensa, quando aplicável. O mais recente sucesso alcançado foi a consolidação da parceria INPE-NOAA, através do estabelecimento de uma estação de recepção de dados da constelação de satélites Cosmic, aumentando a capacidade geográfica de monitoramento da América do Sul para o globo terrestre.

Também ao longo do 1º semestre de 2014, houve o aprofundamento da cooperação do INPE com a China para projetos associados ao Clima Espacial, dentro do escopo do Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial.



PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de criações intelectuais na área nuclear desenvolvidas nacionalmente	quantidade	30/12/2010	85	15/12/2014	74
Oferta de molibdênio-99 pela CNEN/MCTI	ci/ano	31/12/2010	14.330	15/12/2014	20.304
Taxa do ciclo do combustível nuclear com processo de produção nacional	%	31/12/2010	63,6	17/12/2014	67,4

Observações:

Número de criações intelectuais na área nuclear desenvolvidas nacionalmente - Número de criações intelectuais na área nuclear desenvolvidas nacionalmente - o índice de referência (85) refere-se ao período inteiro do PPA anterior, ou seja, trata-se do valor acumulado entre 2008 e 2011. No campo "Acompanhamento", o índice apresentado é o somatório dos anos de 2012, 2013 e 2014.

OBJETIVO: 0323 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil vem conseguindo aumentar a produção de radiofármacos anualmente, chegando em 2014 a uma produção 10% superior à meta estabelecida para 2015. Entretanto, em função das dificuldades existentes, principalmente a instabilidade do fornecimento de molibdênio 99 (Mo-99) pelo mercado internacional, a segurança no fornecimento somente será alcançada com a entrada em operação do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), prevista para 2019.

Com relação à implantação do RMB, as principais realizações alcançadas em 2014 foram as seguintes:

1. Conclusão do projeto básico de engenharia do reator e do projeto básico de infraestrutura, prédios, sistemas e componentes não nucleares.
 2. Início da adequação das instalações do Instituto de Pesquisas Nucleares (IPEN) e do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) para produção de hexafluoreto de urânio (UF6) enriquecido a 20% e produção de elementos combustíveis e alvos de urânio para operação do RMB.
 4. Assinatura da extensão do acordo entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA) da Argentina no âmbito da Comissão Nacional de Energia Nuclear (COBEN), entidade criada por aquelas comissões no intuito de desenvolver os reatores RMB e RA-10 (Argentino).
 5. Obtenção de outorga de utilização de água do rio Sorocaba e subsolo pelo Comitê de Bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê, e pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) do estado de São Paulo.
 6. Licença Prévia em fase final para emissão pelo IBAMA.
 7. Licença de Local em fase final para emissão pela CNEN.
 8. Ao final do ano, foi aprovado convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) no valor de R\$ 150 milhões, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), para realização do projeto detalhado de engenharia do reator do empreendimento RMB, incluindo seus prédios e sistemas. Ressalte-se que as questões relativas à desapropriação de terrenos comprometeram as ações previstas referentes à etapa de prospecção do local. Ademais, por indisponibilidade de recursos, não foi possível dar início à contratação do projeto detalhado. Consequentemente, o cronograma físico de implantação do empreendimento RMB sofreu atraso.
- Em 2015, deverá ser contratado o projeto detalhado do reator e dado início à sua elaboração; a desapropriação dos



terrenos deverá ser efetivada e assim permitir a execução das ações previstas para o local de instalação; e será dada continuidade aos processos de licenciamento nuclear e ambiental.

Metas 2012-2015

• Ampliar o fornecimento de radioisótopos e radiofármacos para 404 Ci por semana

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram fornecidos cerca de 23.240.692 mCi em radiofármacos que foram entregues a cerca de 432 clínicas de medicina nuclear distribuídas por todo o país. Esta atividade fornecida corresponde à produção de 445,7 Ci/semana, valor este superior em 10% à meta prevista para 2015. Com a variação cambial observada em 2014, o aumento do custo dos insumos e o orçamento anual previsto para 2015, haverá dificuldades para cobrir os custos de produção, sendo necessário o aumento do preço dos produtos já no início de 2015.

Quantidade alcançada

445,7

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	7	%	7	31/12/2014
Região Nordeste	15	%	15	31/12/2014
Região Norte	4	%	4	31/12/2014
Região Sudeste	58	%	58	31/12/2014
Região Sul	16	%	16	31/12/2014

• Implantar 50% do reator multipropósito brasileiro

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram executadas 50% das metas físicas planejadas para o ano. As ações previstas para o local de instalação do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) mais uma vez não puderam ser executadas em função do processo de desapropriação de parte do terreno que ainda se encontra em andamento pelo Estado de São Paulo. Consequentemente, o cronograma físico de implantação do empreendimento RMB sofreu atraso.

Em 2015, essas dificuldades deverão ser superadas, em função da assinatura de convênio de R\$150 milhões, da contratação pelo Estado de São Paulo da empresa que irá fazer novas avaliações, e da contratação pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) de empresa de comunicação especializada em processos de desapropriação.

Quantidade alcançada

7,5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	50	%	7,5	31/12/2014

OBJETIVO: 0325 - Expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Este Objetivo é integrado por atividades produtivas para atendimento da demanda nacional e projetos de ampliação e implantação das etapas do Ciclo do Combustível Nuclear, objetivando atender a demanda das usinas núcleo elétricas nacionais para geração de energia elétrica em larga escala.

As atividades produtivas referem-se às unidades fabris já em operação para atendimento da demanda nacional de



combustível nuclear. As etapas nacionais já implantadas são a Mineração, a Reconversão, a Fabricação de Pastilhas e a Fabricação e Montagem do Elemento Combustível. As etapas do ciclo ainda não nacionalizadas são a de Conversão e a de Enriquecimento, esta já operando com atendimento parcial da demanda.

Desde 2012, foram produzidos 258 elementos combustíveis, que possibilitaram o pleno atendimento das demandas desses anos, distribuídos conforme abaixo:

2012 - 62 EC's;

2013 -107 EC's;

2014 - 89 EC's.

Em relação à implantação do Ciclo Completo do Combustível Nuclear, a implantação da Usina de Enriquecimento, em sua primeira etapa composta por quatro módulos dotados do total de 10 cascatas de ultracentrífugas, atingiu, em 2014, progresso físico acumulado de 67,55% (5,56% no ano). Com a conclusão de cinco cascatas (1ª Cascata do módulo 2), representando uma capacidade nominal de 26.000 kg UTS/ano, o empreendimento atingiu a capacidade de enriquecimento de Urânio de cerca de 25% das necessidades de Angra 1. Ao final da implantação da 1ª etapa, a capacidade de produção irá atender 100% de Angra 1 e 20% de Angra 2.

Considerando essa capacidade nominal instalada de 26.000 kg UTS, a Taxa de Nacionalização do Ciclo do Combustível Nuclear passou a ser de 67,4% (em 2013 havia alcançado 64,9%).

Metas 2012-2015

• **Atender a 100% da demanda de elementos combustíveis para operação dos reatores das usinas termonucleares brasileiras**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, foram produzidos 89 Elementos Combustíveis, em estrita conformidade com as necessidades da Eletronuclear.

Por causa da restrição à produção de concentrado de urânio (U3O8) na unidade de Caetité/BA, a Indústrias Nucleares do Brasil (INB) teve, no segundo semestre de 2014, que efetuar licitação internacional para aquisição de 362.000 kg de Urânio como hexafluoreto de urânio (UF6) natural para manter o fornecimento de combustível nuclear ao seu cliente.

O comprometimento da produção de U3O8 é consequência da impossibilidade da operação da lavra subterrânea dos corpos I e III da Mina da Cachoeira (antiga anomalia Lagoa Real 13 - LR13), prevista inicialmente para se iniciar em abril de 2012, ocasião em que a exploração a céu aberto até a cota 770, viável economicamente, se encerraria; bem como da impossibilidade de exploração da jazida a céu aberto Mina do Engenho, devido à não liberação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para início da abertura de estradas e para a decapagem da área.

Com relação à mina subterrânea, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) emitiu licença somente para a construção dos primeiros 500m da rampa de acesso, cuja extensão total prevista é de 1.100m. Assim, desde 2009, os trabalhos destinados à operação da lavra subterrânea da Mina da Cachoeira estão paralisados, aguardando licença da CNEN. Tal fato impede tecnicamente a operação da lavra subterrânea da Mina da Cachoeira.

Adicionalmente, com a falta de licença da CNEN para a lavra subterrânea da Mina da Cachoeira, foram feitas alterações no planejamento, incluindo a operação a céu aberto do Corpo II da Mina da Cachoeira até a cota 820, alternativa encontrada para a produção de U3O8 em 2014, mesmo que em quantidade limitada, aquém da capacidade nominal da Unidade de Concentrado de Urânio.

A INB vem envidando esforços junto à CNEN para obtenção de licenças para a lavra subterrânea da Mina da Cachoeira, bem como para a lavra a céu aberto da Mina do Engenho (antiga anomalia LR9).

Para o próximo exercício, estão programadas as seguintes atividades produtivas relacionadas à fabricação de combustível nuclear:

a) Produção de 100 t de U3O8 na Unidade de Concentrado de Urânio – URA, em Caetité/BA – Lavra a Céu Aberto;



- b) Produção de 5.045 kg U enriquecido a 4,3% em peso de U235, correspondendo acerca de 19.500 kg UTS;
- c) Fabricação de 52 Elementos Combustíveis - EC's para 12ª Recarga de Angra 2;
- d) Fabricação de 36 EC's para a 2ª Região do Núcleo de Angra 3;
- e) Fabricação de 40 EC's para 22ª Recarga de Angra 1.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	100	%	100	31/12/2014

• Atender, com produção nacional, a 35% da demanda de urânio enriquecido para a Central Nuclear de Angra I

Análise Situacional da Meta

A consecução desta meta depende da implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio, ora em sua primeira etapa com quatro módulos compostos por 10 cascatas de ultracentrífugas (UC), cujos prédios se encontram construídos. Encontram-se em operação as quatro cascatas do Módulo 1 e a primeira de duas do Módulo 2. Os outros dois módulos, com duas cascatas cada, ainda precisam ter complementadas suas infraestruturas predial e eletromecânica e implementados seus Sistemas Comuns, de modo a viabilizar a montagem de suas cascatas.

Registre-se que:

- a) todas as atividades de desenvolvimento e fabricação das UC, bem como de montagem eletromecânica das cascatas e seu comissionamento, são contratadas ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), único órgão no País com a capacitação necessária para tal; e
- b) foram concedidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) (Resoluções 172 e 173/14): a Autorização para Operação Permanente (AOP) para as Cascatas 1 a 6 – Módulos 1 e 2 e a Autorização para Utilização de Material Nuclear (AUMAN), válidas até 02/05/2016.

A capacidade instalada nominal de produção da Usina de Enriquecimento atingiu, em outubro de 2014, cerca de 26.000 kg UTS/ano, correspondendo à aproximadamente 25% da demanda anual de Angra 1, consideradas 103.000 kg UTS para a próxima recarga, a 21ª. Tal capacidade se mostrou, devido à performance inicial de operação da Cascata 5, pouco inferior a que se esperava atingir em 2014.

O progresso físico da implantação da primeira etapa da Usina de Enriquecimento teve uma evolução de 5,56% durante o ano de 2014, alcançando um acumulado de 67,55%, contra o esperado de 68,94%.

A meta prevista para o ano de 2014 não foi alcançada devido aos recursos financeiros terem sido inferiores aos necessários e pela lentidão da Empresa Brasileira de Engenharia S.A. (EBE) na execução dos contratos de complementação do Módulo 4, de implementação dos Sistemas Comuns Módulos 3 e 4, de complementação do Módulo 3 e de construção do prédio do Módulo 5, levando a INB a decidir pela rescisão dos contratos, comprometendo a conclusão dos Módulos 3 e 4 destinados às Cascatas 7 a 10, bem como a construção do prédio do Módulo 5 destinado às Cascatas 11 e 12.

Com a entrada em operação da Cascata 6 – Módulo 2, prevista para o 2º semestre de 2015, será atingida uma capacidade nominal de produção entre 35.500 e 36.200 kg UTS/ano, próxima de 35% da demanda anual de Angra 1. Reitera-se que, para acelerar a implantação da Usina de Enriquecimento, buscando o atendimento da demanda de serviços de enriquecimento para as Centrais Angra 1, 2 e 3, além da prontificação de infraestruturas prediais e eletromecânicas, deve ser viabilizada a construção e operação da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica (UTSI) para fabricação em série de ultracentrífugas.

Quantidade alcançada

25

**Data de Referência**

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	35	%	25	31/12/2014

- **Atingir 100% do cronograma físico da implantação da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica**

Análise Situacional da Meta

A Unidade Tecnológica de Separação Isotópica foi concebida com dois módulos: Aramar e Resende.

Para a implantação do Módulo Aramar, o primeiro a ser construído, vinham sendo empreendidas ações para a contratação, pela Indústrias Nucleares do Brasil (INB), dos serviços do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) para a elaboração do Projeto Básico destinado a amparar a definição de outros escopos de serviços de engenharia relacionados à construção civil e à montagem da infraestrutura eletromecânica. Tal contratação estava diretamente associada à assinatura, entre INB e CTMSP, de Instrumento de Cessão de Uso do terreno de propriedade da Marinha do Brasil, no Centro Experimental Aramar (CEA), em Iperó/SP, destinado à construção do Módulo. Entretanto, os instrumentos contratuais não foram oficializados.

Busca-se novo rumo para a consecução da meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Atingir 30% do cronograma físico da Fábrica de Tubos Extrudados em ligas especiais**

Análise Situacional da Meta

Por necessidade de adequação do projeto aos recursos disponíveis, o mesmo sofreu uma total revisão, alterando escopo, metas e prazos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Atingir 40% do cronograma físico de implantação da Usina de Conversão**

Análise Situacional da Meta

Com os resultados obtidos em 2014, o empreendimento alcançou 8% do cronograma físico no período do PPA.

No ano de 2014, foram concluídas as atividades de contratação de consultoria para engenharia especializada em tecnologia e manuseio de hexafluoreto de urânio (UF6) bem como foram obtidas as instruções para início do licenciamento do empreendimento. Houve ainda a emissão do relatório final dos estudos hidrogeológicos e a revisão das bases conceituais do projeto.

As atividades para contratação de empresa nacional para execução de serviços de engenharia para elaboração do projeto Básico da unidade foram atrasadas em 08 meses. Isto foi devido ao surgimento de oportunidade de negociações com o fornecedor da tecnologia de origem (empresa franco-germânica AREVA) no sentido de que esse possa realizar uma revisão do projeto conceitual proposto, atualizando-o para o "estado da arte" em termos de inovações e sistemas de segurança operacional que estão sendo implantados na unidade de referência europeia. O atraso no cronograma nesta fase será compensado por meio dos respectivos ganhos de qualidade e segurança a serem agregados ao projeto, facilitando as futuras etapas de licenciamento operacional.

Os desdobramentos das reuniões técnicas realizadas na França alcançarão todo primeiro semestre de 2015. O planejamento de implantação será refeito para se adequar a este novo fato relevante.

**Quantidade alcançada**

8

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	10	%	0	31/12/2014
Região Sudeste	30	%	8	31/12/2014

• **Atingir 40% do descomissionamento previsto para as unidades minero-industriais do ciclo do combustível nuclear**

Análise Situacional da Meta

A captação e o tratamento de águas pluviais foram as principais atividades desenvolvidas na Unidade de Tratamento de Minérios (UTM) – Caldas em relação ao seu descomissionamento, no 2º semestre de 2014.

Duas ações para redução dos rejeitos da UTM foram executadas. A primeira foi a transferência (venda) para uma empresa de fertilizantes de aproximadamente 3.100 toneladas de borra de enxofre, rejeito proveniente da antiga fábrica de ácido sulfúrico, que operou entre os anos de 1981 a 1999. Esse material tem potencial elevado de geração de drenagem ácida e a remoção de parte deste passivo reduziu o risco ambiental. Essa ação possibilitou ainda a liberação da antiga área de estocagem para a recuperação ambiental, a qual se encontra em andamento.

A segunda ação foi a remoção de ácido sulfúrico cristalizado no fundo de dois tanques de estocagem, seguida do tratamento químico para neutralização desse rejeito. Essa ação eliminou os riscos de vazamento do ácido para o meio ambiente devido a eventuais danos nas paredes dos tanques.

O serviço para a recuperação e melhoria no sistema de drenagem das águas pluviais, que reduziria o custo do tratamento mencionado acima, continua suspenso, devido a problemas relacionados com licenças ambientais. As providências para obter as referidas licenças estão sendo tomadas por meio de contratação de empresas de consultorias especializadas.

A exportação da Torta II, que é um composto de Tório e Urânio, teve o contrato cancelado, devido ao fato de não obtenção da licença de importar.

Não houve progresso percentual de descomissionamento, tendo em vista não terem sido concluídas ações que resultem em liberação de áreas, representando intervenções que reduzam a geração de águas ácidas, e também pelo fato de ter havido cancelamento da exportação da Torta II.

O Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) da UTM - Caldas continua em processo de análise desde 2012. O próximo passo após análise da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) será reunir os elementos necessários para a Contratação do Projeto Básico e após este, a execução do Plano, cujo valor estimado é da ordem de R\$ 480 milhões.

Os principais desafios para a completa implementação do PRAD são o seu alto custo e as dificuldades para o licenciamento / aprovação das suas atividades pelos órgãos ambientais e nucleares. As ações a serem implementadas nos próximos períodos dependem da conclusão do processo de análise do PRAD-UTM pela CNEN.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• **Atingir 60% do cronograma físico do projeto de ampliação da capacidade produtiva do parque industrial de reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do PPA o progresso físico foi de 3%.

As atividades concluídas em 2014 resultaram na ampliação da capacidade produtiva da fabricação de varetas combustíveis, processo integrante da etapa de montagem do elemento combustível nuclear. Foram adquiridos dois



equipamentos de soldagem por pressão e resistência elétrica de varetas combustíveis, importante etapa do processo de produção da Fábrica de Combustível Nuclear, em Resende/RJ. A entrada em operação destes equipamentos resultou em aumento da confiabilidade e capacidade de produção dos processos descritos. Atualmente, estão sendo empregados na fabricação de varetas combustíveis destinadas às usinas nucleares de Angra 1, 2 e 3.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	60	%	3	31/12/2014

• Atingir a capacidade de produção de 800t de U3O8 ao ano na Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité - BA a partir de 2015

Análise Situacional da Meta

O projeto de duplicação da capacidade de produção para 800t de concentrado de urânio (U3O8) subdivide-se em três frentes principais: a) Exploração da lavra a céu aberto da Mina do Engenho (antiga anomalia Lagoa Real 9 - LR9), reserva de urânio na Província Uranífera de Lagoa Real; b) Implantar o projeto de lavra subterrânea dos corpos I e III da Mina da Cachoeira (antiga anomalia Lagoa Real 13 - LR13); e c) Duplicação da capacidade de produção na Unidade de Concentrado de Urânio (URA).

O alcance da meta tem sido prejudicado por algumas dificuldades, especialmente quanto ao licenciamento nuclear, contudo, estão sendo desenvolvidas atividades indispensáveis e importantes para que a meta seja alcançada no futuro:

- Lavra a céu aberto da Mina do Engenho (antiga anomalia Lagoa Real 9 - LR9)

Foi concluído o projeto básico de lavra. Entregue toda documentação para obter licença de instalação e autorização de supressão vegetal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Em processo de contratação do serviço de supressão vegetal, aguardando a Licença de Instalação. Em processo de licitação dos serviços de decapagem. Em processo de licitação do estudo geotécnico para atender a Comissão de Energia Nuclear (CNEN).

Previsões para o 1º semestre de 2015: a) Obtenção de Licença de Instalação (LI) e Autorização de Supressão Vegetal (ASV) do IBAMA; b) Contratação dos serviços de supressão vegetal e decapagem; c) Licitação do serviço de desenvolvimento e lavra e e) Início dos trabalhos de abertura de acesso e decapagem.

- Lavra Subterrânea dos corpos I e III da Mina da Cachoeira (antiga anomalia Lagoa Real 13 - LR13)

Em licitação estudo de caracterização geotécnica. Aguardando concessão de Autorização de Construção (AC) da CNEN, cujo processo encontra-se em andamento. Após a AC será iniciado o processo de licitação da lavra. Previsão para 1º semestre de 2015: a) contratação e elaboração do estudo geotécnico.

Através da Resolução nº 149 de 20 de março de 2013, a CNEN concedeu a Aprovação de Local (AL) para a Mina Subterrânea da Anomalia 13, da Unidade de Concentrado de Urânio, em Caetité/BA, faltando ainda autorização de Construção e Operação, para permitir a contratação dos serviços de desenvolvimento e lavra.

- Duplicação da capacidade de produção da Unidade de Urânio - URA

Foi contratada empresa de engenharia para elaboração do projeto básico de duplicação da capacidade de produção de 400 t/a para 800 t/a de U3O8 pelo processamento do minério de urânio, contemplando os Processos de Lixiviação Agitada, de Reextração de urânio com Ácido Forte (Ácido Sulfúrico) e de Precipitação de urânio com Peróxido de Hidrogênio.

Previsão o 1º semestre de 2015: a) Término do projeto básico e b) licitação de empresa para produzir documentos de licenciamento ambiental e nuclear.

Quantidade alcançada

400

**Data de Referência**

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	800	TON	400	31/12/2014

- **Aumentar em 30% a reserva medida de urânio no país por meio da intensificação da pesquisa e prospecção mineral**

Análise Situacional da Meta

As pesquisas geológicas estão concentradas na Província Uranífera de Lagoa Real, localizada no centro sul do estado da Bahia, uma das mais promissoras do País, que ainda não foi totalmente pesquisada, cujos recursos em concentrado de urânio (U3O8) na categoria de Recurso Medido mais Recurso Indicado, correspondendo aos Recursos Razoavelmente Assegurados, segundo a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), ainda não são totalmente conhecidos.

As sondagens geológicas realizadas nos anos de 2012 e 2013 nas Anomalias de Lagoa Real – LR35, LR36 e LR37, totalizando 12.500m de furos de sondagem, permitiram incremento de 7,42% na reserva medida de urânio no País. Em 2014, não foram realizadas novas sondagens.

O Relatório referente à Autorização de Supressão de Vegetação (ASV), que condiciona a sondagem, foi entregue ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 29 de setembro de 2014. A ASV foi concedida em dezembro. Com esta concessão, aguarda-se a contratação de serviços de sondagem geológica nas anomalias LR9, LR35, LR36 e LR37, prevista para o primeiro semestre de 2015, cujo processo licitatório já se encontra em andamento.

Quantidade alcançada

7,42

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	20	%	7,42	31/12/2014
Região Norte	10	%	0	31/12/2014

OBJETIVO: 0326 - Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo de implantar e manter um programa de formação especializada para o setor nuclear vem sendo cumprido pela Comissão de Energia Nuclear (CNEN). Sua implementação dá-se por intermédio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado para cursos de pós-graduação realizados no âmbito das unidades de pesquisa da CNEN, além de parcerias com instituições de ensino em áreas de interesse do setor nuclear.

Em 2014, a CNEN concedeu 23 bolsas de mestrado e 11 bolsas de doutorado por meio de edital público de âmbito nacional. Além disso, foram concedidas 14 bolsas novas de mestrado e 12 bolsas novas de doutorado em cotas para alunos dos cursos de pós-graduação mantidos pelas Unidades da própria CNEN. A esses bolsistas somam-se os que iniciaram seus cursos em anos anteriores, perfazendo um total de 66 beneficiados com bolsas de mestrado e 63 com bolsas de doutorado, em 2014.

Adicionalmente, a CNEN mantém com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) um Termo de Cooperação por intermédio do qual são concedidas bolsas de iniciação científica para estudantes de graduação



em áreas de interesse do setor nuclear.

Em 2015, espera-se discutir um Termo de Cooperação com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do MEC, a fim de que esta financie e assuma o gerenciamento operacional do Programa de Bolsas de Mestrado e Doutorado da CNEN.

Metas 2012-2015

• Formar 164 novos profissionais em temas de interesse do setor nuclear

Análise Situacional da Meta

A meta vem sendo cumprida dentro do planejado.

No exercício de 2014, foram formados 34 profissionais (isto é, alunos beneficiados com bolsa de estudos da Comissão de Energia Nuclear (CNEN) que concluíram o curso de mestrado ou de doutorado durante o ano de 2014). Além disso, foram concedidas 37 bolsas de mestrado, 23 bolsas de doutorado, e 60 bolsas de Iniciação Científica, perfazendo um total de 120 bolsas de estudos concedidas.

Quantidade alcançada

121

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	1	31/12/2014
Região Nordeste	16	unidade	9	31/12/2014
Região Norte	2	unidade	0	31/12/2015
Região Sudeste	132	unidade	107	31/12/2014
Região Sul	11	unidade	4	31/12/2014

OBJETIVO: 0327 - Fortalecer o sistema de regulação nuclear para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A ação Segurança Nuclear, Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas tem em parte transcorrido conforme a programação, observadas as dificuldades de cumprimento de demandas devido ao evento Copa da FIFA e pela redução do quadro funcional, decorrente de aposentadorias ocorridas.

Metas 2012-2015

• Criar a Agência Reguladora Nuclear

Análise Situacional da Meta

A criação da agência reguladora nuclear está alinhada com as diretrizes estabelecidas na Convenção Internacional de Segurança Nuclear, da qual o Brasil é signatário, e assegurará a inequívoca independência regulatória, no que tange a radioproteção e a segurança nuclear, para o estado brasileiro. A clara inexistência de conflito de interesses será assegurada a partir da dissociação das atividades de regulação e promoção do uso da energia nuclear no País, ambas, hoje, a cargo da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

O Anteprojeto de criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear encontra-se em discussão no Governo.

• Implantar o projeto de modelagem e automação dos processos de licenciamento e controle da Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear



Análise Situacional da Meta

O projeto encontra-se em execução. As ferramentas em desenvolvimento darão o suporte gerencial e de controle para implementação de uma gestão dos processos de licenciamento com eficiência otimizada e maximizada transparência.

• Implementação do sistema de monitoração dos indicadores de segurança de instalações nucleares

Análise Situacional da Meta

A implementação dos indicadores de segurança de instalações nucleares tem como objetivo prover os instrumentos de acompanhamento e análise do desempenho das atividades de licenciamento. A análise crítica destes indicadores e o acompanhamento de suas variações permitem a obtenção de informações estratégicas para os gestores públicos.

No ano de 2014, foram calculados os diversos indicadores propostos, tendo sido obtidos resultados que permitem avaliar a performance do Governo Federal no que tange a realização de inspeções regulatórias.

OBJETIVO: 0328 - Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2014, foi celebrado convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para contratação dos projetos de engenharia básico e executivo do futuro Laboratório de Fusão Nuclear (LFN) da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Metas 2012-2015

• Implantar 80% do Laboratório Nacional de Fusão

Análise Situacional da Meta

Dada a execução acumulada do projeto até 2014, a meta prevista no PPA 2012-2015 certamente não será alcançada.

Espera-se que até o final do PPA haja ao menos as contratações dos projetos de engenharia básico e executivo para implantação do Laboratório.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	80	%	1	31/12/2014

• Realizar, anualmente, 450 pesquisas científicas e tecnológicas

Análise Situacional da Meta

A meta anual prevista no PPA vem sendo alcançada como previsto.

Vinculado a esse resultado, foi captado o montante de R\$ 3,9 milhões em recursos de fomento destinados a atividades de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico, o que contribui para a melhoria do desempenho institucional na área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

Quantidade alcançada

460

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	unidade	1	31/12/2014



Região Nordeste	15	unidade	0	31/12/2014
Região Sudeste	430	unidade	459	31/12/2014

OBJETIVO: 0329 - Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando a proteção da população e do meio ambiente.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Foram identificadas as áreas potencialmente adequadas para a construção do Repositório de rejeitos radioativos de baixa e média atividade.

Ao longo do exercício de 2014, foram feitas gestões junto a outros órgãos federais visando a caracterização das alternativas possíveis para a seleção do local. O local potencial mais adequado foi pré-selecionado e para a confirmação técnica de sua adequação foi contratada empresa para fazer o levantamento geológico necessário para a devida análise técnica.

No âmbito da Cooperação com a Iniciativa Global para Redução de Ameaças (GTRI da sigla em inglês), com a finalidade de repatriar as fontes radioativas em desuso, armazenadas na Comissão de Energia Nuclear (CNEN), foi acordado e assinado o Memorando de Entendimento (MOU) entre o Governo Federal e esta instituição. Em sequência desta operação, foi elaborado e acordado documento operacional designado de Acordo de Implementação. A versão final deste Acordo deverá ser submetida, em 2015, à Procuradoria Federal da CNEN para aprovação e posterior assinatura.

Está em evolução a certificação dos depósitos intermediários de rejeitos das Unidades Técnico-Científicas da CNEN.

Metas 2012-2015

- **Atingir 45% do cronograma físico de implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN), até 2015**

Análise Situacional da Meta

A seleção do local do Repositório encontra-se em sua fase técnica final, porém, depende ainda de decisões governamentais, uma vez que ela requer ações políticas e de possíveis definições sobre compensações financeiras ou de contrapartidas ao município selecionado. A etapa seguinte à seleção técnica é a negociação com as partes interessadas, visando a aceitação pública do local selecionado.

Foi finalizado o levantamento do inventário de rejeitos existente atualmente e sua projeção para o futuro.

O levantamento geológico para caracterização técnica do local potencial de repositório foi iniciado em dezembro de 2014.

Adicionalmente, foi dada sequência à certificação dos depósitos intermediários de cada Unidade Técnica-Científica da CNEN.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	45	%	2	31/12/2014

OBJETIVO: 0573 - Aprimorar as atividades de proteção ao programa nuclear e o atendimento a emergências radiológicas e nucleares.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

**Análise Situacional do Objetivo**

O aprimoramento das atividades de proteção ao programa nuclear continuaram a ser desenvolvidas por meio de trabalhos em conjunto com as instituições participantes do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro. Em particular, foram desenvolvidas ações de treinamento para a detecção da torianita, durante a Operação Ágata, em colaboração com o Ministério da Defesa, a Polícia Federal e a Receita Federal.

No âmbito do atendimento às emergências radiológicas e nucleares, foram feitos 12 exercícios de notificação, um exercício simulado de acidente no transporte de material nuclear e um exercício simulado de emergência nuclear nas usinas nucleares Angra I e II.

Em 2015, deverão ser feitos 12 exercícios de notificação de emergência nuclear, o Exercício Geral de Emergência Nuclear, em Angra dos Reis e o Exercício Geral de Emergência no transporte de combustível nuclear, em Resende.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar a metodologia e aumentar a frequência dos exercícios de emergência de forma a manter o elevado grau de segurança das instalações nucleares do país**

Análise Situacional da Meta

A metodologia vem sendo aprimorada com o desenvolvimento do Projeto Siren (Simulador de Emergência Nuclear), que consiste em software para treinamento em emergências nucleares. O software deve ficar pronto no fim de 2015 e seu desenvolvimento encontra-se em dia.

A frequência dos exercícios de emergência nuclear atingiu a meta proposta, 12 exercícios de notificação e dois exercícios simulados.

- **Modernizar o Centro Nacional para o Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear (CNAGEN)**

Análise Situacional da Meta

A modernização do CNAGEN está sendo feita juntamente com a Rede Nacional de Pesquisas (RNP), ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Esse processo de modernização deverá abranger não só o CNAGEN, mas também os centros de emergência do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis. O Projeto dos três centros foi concluído, conforme previsto. A dificuldade prevista para terminar o processo de modernização é falta de recursos.



PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Conhecimento Geológico da Plataforma Continental Jurídica Brasileira na escala 1:100.000	%	31/12/2010	1	31/12/2014	1
Fundos marinhos internacionais com conhecimento geológico de iniciativa brasileira	km²	31/12/2010	0	31/12/2014	222.000
Número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar	unidade	01/06/2011	280	28/01/2015	505
Número de graduados anualmente em Ciências do Mar	unidade	01/06/2011	700	28/01/2015	900
Taxa de cumprimento de embarque para atividades práticas (experiência embarcada) destinadas aos graduandos na área de Ciências do Mar	%	01/06/2011	60	28/01/2015	8,89

OBJETIVO: 0558 - Desenvolver pesquisa científica e ações de preservação ambiental para assegurar a ocupação das Ilhas Oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestre e marinho e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A implementação desse objetivo envolve diversas universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras, e contribui para a consecução de objetivos mais amplos das políticas públicas ligadas à pesquisa científica, beneficiando diretamente toda a comunidade científica envolvida, bem como a população brasileira em geral que usufrui dos resultados das pesquisas e informações delas decorrentes, que podem levar à melhoria da qualidade de vida, geração de empregos e aumento na conscientização de preservação ambiental e da mentalidade marítima brasileira.

A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) conduz programas de pesquisa na Ilha da Trindade e no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, verdadeiros laboratórios a céu aberto no meio do oceano, com o apoio logístico da Marinha do Brasil (MB), onde são desenvolvidas atividades científicas com potencial econômico e importância estratégica para o País. A efetiva e continuada presença de pesquisadores brasileiros no Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) consolida a soberania e amplia a jurisdição oceânica do Brasil, com o aumento da Zona Econômica Exclusiva adjacente a essa feição geográfica.

Ao longo de 17 anos, cerca de 2.000 pesquisadores já tiveram a oportunidade de desenvolver pesquisas científicas em Ilhas Oceânicas, apoiados pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). A cada ano, cerca de 200 pesquisadores são apoiados pelos dois programas de pesquisas em Ilhas Oceânicas: O Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPÉLAGO) e o Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (PROTRINDADE).

Pelo PROARQUIPÉLAGO, desde a ativação da estação científica em 1998, já foram realizadas 418 expedições. Manter permanentemente habitada a Estação Científica instalada na Ilhota Belmonte - a maior do Arquipélago de São Pedro e



São Paulo (ASPSP), uma região extremamente inóspita, exige esforço logístico complexo. Nesse contexto, duas atividades são essenciais para proporcionar a segurança necessária durante as expedições científicas, que se processam a cada 15 dias, com saída de Natal. São elas: os treinamentos prévios e as comissões de manutenção. Os “Treinamentos Pré-Arquipélago” são coordenados pela SECIRM e envolvem a participação de diversos órgãos da Marinha e Universidades. Na ocasião, são proferidas palestras e instruções teóricas, seguidas de exercícios práticos, durante uma semana. Os pesquisadores indicados para integrar as expedições científicas aprendem, durante esse treinamento, a operar os equipamentos da estação e recebem noções de sobrevivência no mar, primeiros socorros e segurança. Esses treinamentos são imprescindíveis para a manutenção segura da presença humana no Arquipélago e, assim sendo, contribuem para o objetivo do Programa. Por ano, são realizados, em média, três treinamentos, que viabilizam a habilitação de 90 pesquisadores para integrar expedições científica ao ASPSP. Ao longo do ano são realizadas 24 expedições científicas ao ASPSP, envolvendo a participação direta de 85 pesquisadores, em média. Além do Treinamento Pré-Arquipélago, a manutenção permanente também é fundamental para assegurar o funcionamento e a eficiência dos equipamentos da Estação. Denominadas “APOIEX”, essas viagens são realizadas a cada quatro meses. Percorrem-se cerca de 1.100 Km, a partir de Natal-RN, e duram cerca de 12 dias, dependendo do navio empregado e do estado do mar. Adicionalmente às atividades tradicionalmente desenvolvidas, iniciaram-se, em 2014, as tratativas relacionadas à construção de uma nova Estação Científica.

Com relação ao PROTRINDADE, a ilha da Trindade está a cerca de 1.200Km de Vitória, o porto mais próximo do litoral brasileiro. Da mesma forma, a grande distância do continente impõe significativos desafios logísticos e elevados custos à manutenção da plena capacidade operacional da Estação Científica da Ilha da Trindade (ECIT). Desde sua construção em 2010, o Programa apoiou cerca de 420 pesquisadores de projetos científicos, previamente aprovados nos editais do CNPq, ou associados a outras instituições voltadas às áreas do conhecimento e a divulgação dos trabalhos realizados na ilha. Estes pesquisadores foram transportados à Ilha ao longo de 38 Expedições Científicas realizadas até o final desse ano, nove das quais em 2014. Atualmente, cerca de 50 projetos estão sendo desenvolvidos nos dois programas por universidades e órgãos de pesquisa, nas diversas áreas da ciência, como oceanografia, geologia, biologia, botânica e climatologia, incluindo, ainda, estudos para instalação de uma estação magnética e sismográfica do Observatório Nacional na Ilha da Trindade. Na área da Biologia, cita-se o prosseguimento das atividades de monitoramento de tartarugas por pesquisadores do Projeto TAMAR, por ser a Ilha da Trindade o maior sítio reprodutivo desses animais no Atlântico Sul.

Com o objetivo de aprimorar as condições para pesquisas na Ilha da Trindade está em curso processo administrativo para construção de um depósito, anexo a ECIT, capaz de armazenar os materiais e equipamentos diversos afetos aos projetos científicos apoiados. Parte deste depósito, eventualmente, poderá ser convertida em dormitório capaz de atender a até oito pesquisadores, dobrando assim a capacidade da Estação Científica.

Ainda com o intuito de ampliar as pesquisas em ilhas oceânicas e contribuir para conservação dos seus biomas terrestre e marinho, foi proposta pela Subcomissão para o Plano Setorial para Recursos do Mar (PSRM) a criação de um Programa de Pesquisas Científicas em Fernando e Noronha, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), com a previsão de instalação de uma estação científica em Fernando de Noronha, nas proximidades do porto. Para tal, a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) está articulando a seção de um terreno, com área em torno de 600 m², junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo de Pernambuco, que é o administrador do território, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes (ICMBio) e Secretaria de Patrimônio da União - SPU. A assinatura do Termo de Entrega do imóvel está prevista para ocorrer em 2015. A intenção é adotar um sistema de geração de energia renovável e tratamento de lixo, com a ênfase na sustentabilidade. A Marinha busca, desse modo, reforçar as iniciativas e contribuir para um modelo de desenvolvimento que prioriza a conservação da Ilha.

Para o 1º semestre de 2015, está prevista a continuidade das expedições científicas e a intensificação das gestões para instalação de um sistema de geração de energia renovável solar na Ilha da Trindade, projeto este desenvolvido em parceria com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, da ELETROBRÁS, que permitirá a economia de 90%



no consumo de óleo combustível e a consequente redução da emissão de CO₂ na atmosfera em cerca de 220 ton/ano.

Metas 2012-2015

• **Ampliar para 60 o número de projetos de pesquisa sendo desenvolvidos simultaneamente nas Ilhas Oceânicas**

Análise Situacional da Meta

O Edital CNPq Nº 39/2012 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas - apoia, desde 2012, 30 projetos de pesquisa. Em 2013 foi lançado o Edital MCTI/CNPq/FNDCT Nº62/2013 – “Pesquisa e Desenvolvimento em Ilhas Oceânicas”, com o objetivo de apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação na região das ilhas oceânicas existentes no Atlântico Sul, com ênfase para os projetos na área da oceanografia de mar aberto, bem como o monitoramento do CO₂ na interface oceano-atmosfera, naquelas regiões. A Chamada, que prevê recursos na ordem de R\$ 7.000.000,00 a serem dispendidos em três anos, aprovou sete projetos de pesquisa. Além deste total de 37 projetos apoiados pelos editais referidos, outros nove projetos, vinculados a editais diversos, compõem o rol de pesquisas realizadas nas Ilhas Oceânicas, a saber: SISBIOTA-Mar (três projetos), Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCT (um projeto), Editais CAPES (três projetos) e CNPq (dois projetos). Somados, esses 46 projetos totalizam o cumprimento da meta em aproximadamente 77%.

Quantidade alcançada

46

Data de Referência

06/01/2015

• **Manter a Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) habitada com pelo menos três pessoas durante 365 dias por ano**

Análise Situacional da Meta

A Estação Científica do ASPSP está em pleno funcionamento operacional, sem restrições e ocupada, permanentemente, por pesquisadores brasileiros e militares da Marinha do Brasil. Ao longo de 2014 foi dada continuidade às operações e à manutenção da estação científica, permitindo que a estação permaneça ocupada, no mínimo, por três pessoas, ininterruptamente, durante os 365 dias do ano (100% do tempo ocupada).

Avalia-se que a presente Meta foi executada a contento no exercício de 2014, em função de arranjos de gestão levados a efeito, tais como, o estabelecimento de prioridades na realização de comissões de apoio, aquisição de equipamentos e treinamento de pessoal.

No 2º semestre de 2014, deu-se continuidade ao processo de discussão relacionado à construção de uma nova Estação Científica no ASPSP, em substituição a atual, que já começa a apresentar sinais de desgaste, fruto das intempéries que assolam aquela remota região. Foi realizado o contrato com a empresa TRANSMAR para transporte de material e pessoal às expedições do PROARQUIPELAGO. O contrato além de promover melhores condições de habitabilidade, destina-se a apoiar o desenvolvimento de pesquisas nas áreas adjacentes ao Arquipélago de São Pedro e São Paulo.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0560 - Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), possui especial importância, pois define as diretrizes a serem desenvolvidas dentro das suas diversas ações e programas, para transformar os recursos da “Amazônia Azul” e Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial em riquezas para o País.



O PSRM é conduzido pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e guarda estreita relação com este Objetivo, constituindo-se num dos desdobramentos da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), definindo ações voltadas para o conhecimento e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais marinhos com importância econômica e político-estratégicas para o Brasil.

Dos 10 Programas que compõem o PSRM, sete estão relacionados a esse objetivo: o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLOC); o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA); o Programa de Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha (REVIMAR); o Programa de Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar (PPG-MAR); O Programa de Biotecnologia Marinha (BIOMAR); o Programa de Aquicultura e Pesca (AQUIPEÇA); e o Programa de Mentalidade Marítima (PROMAR). Além desses programas, existem outros assuntos ligados aos Recursos do Mar, que são discutidos no âmbito da CIRM, por meio de Grupos de Trabalho (GT). Esses Programas do PSRM contribuem para o desenvolvimento de atividades econômicas e de gestão ambiental, para a criação de tecnologia de ponta, novas patentes e empregos e qualificação de recursos humanos, refletindo positivamente no desenvolvimento socioeconômico do País e na maior inserção brasileira no cenário internacional de pesquisas no mar.

O REMPLAC e o PROAREA destinam-se a analisar a potencialidade dos recursos minerais marinhos e da biodiversidade a eles associada, com importância econômica e político-estratégica para o Brasil. No contexto do PROAREA, foi aprovado, em julho de 2014, pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), órgão das Nações Unidas responsável pela coordenação das atividades relacionadas aos recursos minerais marinhos em áreas além das jurisdições nacionais, um Plano de Trabalho que garantirá ao Brasil o direito de explorar por 15 anos crostas cobaltíferas na Elevação do Rio Grande (ERG), montanha submarina que se eleva desde profundidades médias de 4.000 até os 800 metros da superfície, situada a cerca de 1.500 Km da costa brasileira. A próxima etapa desse processo será a elaboração do respectivo Contrato de Exploração, que deverá ser assinado em 2015, o que dará ao Brasil exclusividade na exploração deste recurso mineral por um período de 15 anos, nessa área de grande valor estratégico para o País. As atividades de pesquisas prosseguirão em 2015, com a realização de comissões para atender ao REMPLAC e PROAREA. Neste último, o objetivo é identificar a ocorrência de fontes hidrotermais na cadeia mesoatlântica, nas proximidades do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, para subsidiar a elaboração de um novo plano de trabalho a ser submetido à ISBA, agora visando a exploração de sulfetos polimetálicos. Cabe destacar que a Rússia e a França estão explorando este recurso mineral na cadeia mesoatlântica no Atlântico Equatorial, em duas áreas contíguas, que tem início a cerca de 2.000 km ao norte do Arquipélago de São Pedro e São Paulo. As atividades do PROAREA contribuirão para que o Brasil lidere as pesquisas no Atlântico Sul, inclusive com possibilidade de incrementar parcerias internacionais.

No âmbito do BIOMAR, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia & Inovação (MCTI), em 2014, foram criadas quatro redes de pesquisa. As redes são formadas por treze projetos individuais, desenvolvidos em todas as Regiões do País e que se encontram em fase de estruturação ao longo de 2015. Essas redes de pesquisa em biotecnologia marinha promoverão o aprofundamento do conhecimento científico sobre os potenciais usos de bioativos provenientes de organismos marinhos presentes na Zona Costeira e no Oceano Atlântico Sul e Tropical, bem como em águas internacionais de interesse nacional, que com aplicação nas áreas de saúde, agrícola, alimentícia etc.

Na área de Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar (PPG-MAR), em 2014 ressalta-se a assinatura do contrato para a construção de nove embarcações com a empresa Indústria Naval do Ceará S.A., cuja finalidade é servir de laboratório de ensino flutuante, conforme informações disponíveis no Portal "Ciências do Mar Brasil" (www.cdmb.furg.br). As embarcações estão sendo construídas e serão distribuídas por diversas universidades, sendo que uma poderá ser disponibilizada para a Marinha do Brasil. Além da iniciativa para a construção dessas embarcações, cabe destacar o desenvolvimento de oficinas sobre "Empreendedorismo em Ciências do Mar"; a efetivação do "Programa de Apoio à Atividade Embarcada"; a elaboração do "Programa de Apoio à Publicação" referente às Ciências do Mar; a construção do "Repositório de Dissertações e Teses em Ciências do Mar"; e o lançamento de publicações inerentes ao ensino nessa área do conhecimento. As atividades desenvolvidas pelo PPG-MAR contribuem para a criação de uma



recursos humanos nacionais qualificados em Ciências do Mar, área de importância vital para as atividades desenvolvidas no âmbito da MB e da CIRM, e colaboram com o desenvolvimento da mentalidade marítima no Brasil.

Dando continuidade aos trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) Uso Compartilhado do Ambiente Marinho em 2014, foi disponibilizado um link na página Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (www.secirm.mar.mil.br) da 1ª Edição da publicação "COMPILAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL SOBRE USO COMPARTILHADO DO AMBIENTE MARINHO (Vade Mecum do Ambiente Marinho). O acesso no Portal do PPG-MAR (Ciências do Mar Brasil – www.cdmf.furg.br) será disponibilizado em 2015. A compilação, resultado do trabalho do Subgrupo Legislação, foi organizada pelos representantes do Serviço Geológico do Brasil (CPRM/MME), Diretoria de Portos e Costas da MB e do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), além dos membros do Subgrupo Legislação. Outro assunto desenvolvido no âmbito do objetivo, refere-se à criação de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) nas águas jurisdicionais brasileiras e em áreas internacionais, sob a coordenação do MMA e do MRE.

Com o objetivo de divulgar a importância do mar e despertar na sociedade brasileira uma mentalidade marítima, a CIRM, por meio do Programa de Mentalidade Marítima, realizou, durante o ano de 2014, várias exposições, palestras e doação de material de divulgação para várias instituições governamentais e não-governamentais, que apoiam as atividades ligadas ao mar, que também contribuirão para a divulgação do conceito "Amazônia Azul".

A execução e manutenção dos programas e ações do PSRM estão relacionadas diretamente ao modelo de gestão conduzido pela CIRM que, como fórum de discussão e articulação dos assuntos ligados aos Recursos do Mar, envolve diversas universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras e corrobora com políticas públicas ligadas à pesquisa científica, notadamente às relacionadas com o mar..

Apesar das dificuldades de disponibilidade de equipamentos e pessoal qualificado para a pesquisa, coleta e interpretação dos dados, bem como, da restrita disponibilidade de navios e embarcações, em especial os da Marinha do Brasil, avalia-se que o presente objetivo foi cumprido a contento ao longo de 2014, em função de arranjos de gestão levados a efeito pela CIRM na condução das diversas reuniões multissetoriais das Subcomissões, Comitês, e Grupos de Trabalhos, criados para a tratar dos diversos assuntos ligados aos recursos do mar, principalmente no aspecto de otimização na utilização de navios e embarcações da MB para atendimento aos vários programas do PSRM.

Metas 2012-2015

• Ampliar para 1.400 o número de graduados anualmente em Ciências do Mar

Análise Situacional da Meta

O levantamento, efetuado a partir do número de prováveis formandos divulgados pelas coordenações de cursos, permite estimar que mais de 900 dos cerca de 2.100 estudantes devam concluir a graduação em 2014, nos 44 cursos de graduação que integram a área de Ciências do Mar (inclui as modalidades de Ciências Biológicas com enfoque em temas relacionados às Ciências do Mar, Engenharia de Pesca, Engenharia de Aquicultura e Oceanografia - <http://www.cdmf.furg.br>). Esse número de 43% de formandos está próximo do recorde histórico, de 45% de alunos que se graduam em relação aos que ingressam nessas áreas de conhecimento. Cabe, ainda, destacar que parte dos cursos da área foram recentemente iniciados, razão pela qual não houve tempo hábil para graduar seus primeiros estudantes. Assim, a taxa de conclusão observada (43%) está subestimada. Adicionalmente, a expectativa é de que o trabalho desenvolvido pelo PPG-Mar, no que se incluem ações visando à melhoria da qualificação docente, a produção de material didático, a ampliação da experiência embarcada, o fortalecimento dos periódicos especializados, a introdução da cultura do empreendedorismo e da inovação e o aumento da inserção no mercado de trabalho, comece a se refletir de forma mais ampla na qualidade e na quantidade de formados a partir do ano de 2015, favorecendo o alcance da meta definida ao final do período de vigência do presente Plano Plurianual.

Fonte: Comitê Executivo para a Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar – PPGMar – MEC.

Quantidade alcançada

900

**Data de Referência**

28/01/2015

- **Ampliar para 40 o número de projetos de pesquisa multidisciplinares sobre o potencial biotecnológico da biodiversidade marinha**

Análise Situacional da Meta

No final de 2013 foram encerrados os Editais MCT/CNPq/CT Petro nº 39/2009 e MCT/CNPq Nº 07/2010, que apoiaram 17 projetos na área da Biotecnologia Marinha. Em 2013, foi lançado o Edital MCTI/CNPq/FNDCT Nº63/2013 – “Estruturação de uma Rede de Pesquisa em Biotecnologia Marinha”, com o objetivo de selecionar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, estruturados em Redes de Pesquisa em Biotecnologia Marinha. A Chamada, que prevê recursos na ordem de R\$ 6.000.000,00 a serem dispendidos em três anos, recebeu 15 propostas de Redes, mas apenas quatro foram aprovadas, contemplando 13 projetos individuais, distribuídos em todas as Regiões Brasileiras. Além destes 30 projetos apoiados, há outros 40 projetos atualmente vigentes sobre o potencial biotecnológico da biodiversidade marinha, seja na Rede Nordeste de Biotecnologia – RENORBIO (13 projetos), nas Fundações de Amparo à Pesquisa – FAPs (12 projetos), em outros editais do CNPq (oito projetos) e CAPES (cinco projetos) ou nos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCT (dois projetos). Ao todo, em 2014 se alcançaram 70 projetos de pesquisa multidisciplinares, ultrapassando em muito a meta estabelecida. Cabe destacar que o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) tem perspectiva de implantar o primeiro curso de mestrado em Biotecnologia Marinha do País, o que acarretará no aumento gradativo de projetos na área. Por fim, informamos que a meta visa atender à Iniciativa 025F - Fomento e aproveitamento sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha.

Fonte: MCTI

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

06/01/2015

- **Ampliar para 560 o número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar**

Análise Situacional da Meta

Os dados da avaliação trienal da CAPES, disponibilizados ao final de 2013, mostram que os 28 programas de pós-graduação identificados como pertencentes à área de Ciências do Mar (28 cursos de mestrado e 21 de doutorado) formaram no período 2010 a 2012, respectivamente, 281, 332 e 382 mestres e doutores, o que revela um incremento anual acima de 15%. Confirmada esta evolução, a expectativa é de que a quantidade de formados nos dois últimos anos seja, respectivamente, de 440 em 2013 e 505 em 2014, ao mesmo tempo em que projeta um número 580 mestres e doutores para 2015, acima da meta estabelecida para o período (560). Entretanto, será necessário esperar pelos dados da CAPES para confirmar tais estimativas. Adicionalmente, deve ser destacado que novos programas de Ciências do Mar foram recentemente criados (as informações ainda estão sendo levantadas), que ainda não tiveram tempo hábil para capacitar os primeiros profissionais, de forma que a expectativa é de que a meta para a pós-graduação seja de fato alcançada. Tal como para a graduação, a expectativa é de que o trabalho desenvolvido pelo PPG-Mar, no que se incluem ações visando à melhoria da qualificação docente, a produção de material didático, a ampliação da experiência embarcada e o fortalecimento dos periódicos especializados, entre outras, comece a se refletir na qualidade e na quantidade de pós-graduados a partir do ano de 2015, favorecendo ainda mais o alcance da meta definida ao final do período de vigência do presente Plano.

Fonte: Comitê Executivo para a Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar – PPGMar – MEC.

Quantidade alcançada

505

Data de Referência



28/01/2015

• Atender 70% dos graduandos na área de Ciências do Mar que necessitam realizar práticas de experiência embarcada (100 horas)**Análise Situacional da Meta**

Em 2014, com o auxílio do Programa de Apoio à Experiência Embarcada- PAAE, foram embarcados 80 estudantes em navios da Marinha do Brasil. Como no período foram graduados 900 estudantes (estimado), somente 8,89% dos graduandos da área de Ciências do Mar que necessitavam realizar práticas de experiência embarcada (100 horas) foram atendidos. É um percentual pequeno, mas superior ao observado em 2012, quando foram atendidos 5,6%, justificando o esforço que vem sendo realizado através do PAAE. Cabe destacar, por oportuno, que a razão do baixo atendimento da meta definida no PPA 2012-2015 (70% dos graduandos) está no reduzido número de embarcações disponíveis para atender a demanda por atividade embarcada. Ciente dessa dificuldade, como já relatado em oportunidades anteriores, o PPG-Mar, por meio do Grupo de Trabalho Experiência Embarcada, realizou um diagnóstico das embarcações potencialmente capazes de uso para esta finalidade, concluindo pela inviabilidade de utilização das mesmas, especialmente porque são meios flutuantes dedicados primariamente à pesquisa. O Ministério da Educação-MEC, informado do problema, destinou recursos financeiros para a construção de quatro Laboratórios de Ensino Flutuantes (LEF), designando a Universidade Federal do Rio Grande-FURG para viabilizar o processo, o que resultou na contratação da empresa Indústria Naval do Ceará S.A. – INACE. Superada a fase de elaboração e aprovado do projeto executivo, a contratada deu início à construção em agosto de 2014, processo que vem sendo acompanhado por Comissão de Fiscalização designada pela FURG. Construídos em série, os quatro LEF estão com o cronograma físico dentro do previsto em contrato, com previsão inicial de entrega do primeiro em julho de 2016 e os demais em intervalos sucessivos de dois meses.

Fonte: Comitê Executivo para a Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar – PPGMar - MEC.

Quantidade alcançada

8,89

Data de Referência

28/01/2015

OBJETIVO: 0561 - Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima (GOOS-Brasil), um dos 10 programas do PSRM - Plano Setorial para os Recursos do Mar, é composto por redes de observação do oceano e da atmosfera, que operam por meio de boias fixas, ondógrafos, marégrafos e boias de deriva no Atlântico Sul e Tropical, monitorando o nível médio do mar e de ondas em águas rasas, e produz informações que contribuem para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, da variabilidade do clima e das mudanças climáticas, principalmente junto à população litorânea brasileira.

O GOOS/Brasil, sediado na Diretoria de Hidrografia e Navegação-DHN, contribui com o GLOSS (Global Sea Level Observing System), um programa internacional conduzido sobre os auspícios da Comissão Técnica Integrada para Oceanografia e Meteorologia Marinha – JCOMM, da Organização Mundial de Meteorologia - WMO e da Comissão Oceanográfica Intergovernamental - IOC.

Durante o ano de 2014, com o propósito de aprimorar a coleta de dados oceanográficos e meteorológicos, foi efetuado o lançamento de boias de deriva ao longo da costa brasileira, manutenção das redes de boias fixas, recebimento de novas boias e sobressalentes, manutenção da rede de marégrafos e comissões MOVAR, o que proporciona a manutenção da



capacidade de monitoramento do Oceano Atlântico Sul. Foram recebidos, no final do primeiro semestre deste ano, nove flutuadores ARGO. O Centro de Hidrografia da Marinha, Coordenadora do GOOS/Brasil deu início, no final de 2014, ao plano de coleta de dados utilizando este tipo de flutuador, tendo sido efetuado o lançamento de dois ARGO. Esses flutuadores são de última geração e coletam uma grande gama de informações da coluna de água.

Os dados são recebidos, analisados e disponibilizados aos órgãos de previsão e à comunidade científica a fim de subsidiar estudos, previsões e ações e contribuem para a redução de riscos e vulnerabilidades decorrentes de eventos extremos e da variabilidade do clima que afetam o Brasil, assim como auxiliar as operações navais.

Além disso, com tais informações, a Marinha, por meio da DHN, tem condições de fornecer, quando solicitada, previsões meteorológicas para grandes eventos realizados no Brasil, como foi o caso nos Jogos Pan-americanos de 2007 e Copa das Confederações em 2013 e Copa de Mundo de Futebol de 2014, e será para os Jogos Olímpicos de 2016.

Em 2014, foram realizadas quatro comissões do Projeto MOVAR (Monitoramento da Variabilidade Regional do Transporte de Calor na Camada Superficial do Atlântico Sul, entre o RJ e a Ilha da Trindade), com o lançamento de XBT e coleta de dados oceanográficos.

Atualmente, o Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima, coordenado pelo Comitê Executivo para o GOOS/Brasil, está composto por um sistema formado por quatro Redes de Observação e um Projeto de pesquisa, quais sejam:

- Rede de coleta de dados oceanográficos e climatológicos por meio de boias fixas e de deriva no Atlântico Sul (PNBOIA);
- Rede de monitoramento do nível médio do mar (GLOSS);
- Rede de monitoramento de ondas em águas rasas (Rede ONDAS);
- Rede de coleta de dados oceanográficos e climatológicos por meio de boias fixas no Atlântico Tropical (PIRATA); e
- Projeto de monitoramento da caracterização da estrutura térmica, a partir de linhas de Alta Densidade de Batitérmógrafos descartáveis, entre o Rio de Janeiro e a Ilha da Trindade (MOVAR - Monitoramento da Variabilidade Regional do Transporte de Calor na Camada Superficial do Atlântico Sul, entre o RJ e a Ilha da Trindade).

Em abril de 2014, foi concluída a instalação da Estação Meteo-Maregráfica da Ilha da Trindade - EMARIT, como parte da rede de estações do GOOS/Brasil. Esse resultado é fruto do trabalho conjunto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e da MB, com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e logístico do Comando do 1º Distrito Naval e da SECIRM.

A Estação possui um par de marégrafos tipo radar, com duplicidade de sensores, e GPS de precisão, para registrar os deslocamentos da Ilha em relação ao nível médio do mar, sendo estes dados escoados para o continente em tempo quase real. A EMARIT, há um ano, tem gerado uma série de dados de marés, ventos, umidade relativa e temperatura do ar, pressão atmosférica, precipitação e radiação solar.

A segunda fase (de consolidação), que se inicia, contemplará a aplicação do controle de qualidade dos dados e o envio ao Banco Nacional de Dados Oceânicos – BNDO e a elaboração de artigos científicos.

A terceira fase da EMARIT (expansão) prevê a instalação de sensores para monitoramento da temperatura da superfície do mar - SM e outros parâmetros físico-químicos.

Ao longo do ano de 2014, foram recebidos sobressalentes e sensores para manter a operacionalidade das redes de observações; foi realizada a manutenção de rotina dos sensores e equipamentos de coleta de dados, principalmente, dos que integram as boias fixas, fundeadas ao longo da costa brasileira, com o auxílio dos Navios da Marinha do Brasil; foi adquirido um ondógrafo para a Rede de Monitoramento de Ondas em Águas Rasas, o qual está em fase de teste para futuro fundeio definitivo na região sul do país; os dados coletados foram disponibilizados à comunidade científica; e foram efetuados lançamentos de mais dispositivos derivantes e o aumento gradual da disponibilidade dos dispositivos. Como todos os Programas da CIRM, as atividades do GOOS-Brasil são discutidas no âmbito do respectivo Comitê Executivo, coordenado pela DHN, envolvendo diversas universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras e contribuem para a consecução dos objetivos de políticas públicas ligadas à pesquisa científica, notadamente as relacionadas com o mar e a previsão meteorológica, beneficiando



diretamente toda a comunidade científica envolvida, bem como a população brasileira em geral, que usufrui dos resultados das pesquisas e informações delas decorrentes, que podem levar à melhoria da qualidade de vida, geração de empregos e aumento na conscientização de preservação ambiental e da mentalidade marítima brasileira.

Apesar das dificuldades, decorrentes do estabelecimento, no âmbito do Poder Executivo federal, de nova programação orçamentária e financeira, da disponibilidade de equipamentos e falta de pessoal qualificado para a pesquisa, coleta e interpretação dos dados, bem como da disponibilidade de navios e barcos, em especial os da Marinha do Brasil, avalia-se que o presente objetivo foi cumprido a contento no ano de 2014, tendo em vista que todos os dados coletados pelas redes de observação foram disponibilizados às instituições de pesquisas, universidades e comunidade científica, para que possam gerar informações importantes, em tempo hábil. A comunidade científica tem expressado a importância das Redes de Observação previstas nesse objetivo, como sendo um elemento que contribui para a ampliação das pesquisas no Brasil, assim como eleva o prestígio do País junto a comunidade internacional, pela excelência dos produtos e pesquisas geradas.

Para 2015, espera-se dar continuidade as ações de monitoramento oceanográfico e climatológico da Amazônia Azul.

Metas 2012-2015

• **Ampliar para 40 o número médio de Dispositivos Fixos de coleta de dados, instalados, previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2014, com o propósito de aprimorar a coleta de dados oceanográficos e meteorológicos, foi efetuada a manutenção das boias fixas da Rede de boias fixas do PIRATA num total de oito boias e a manutenção das boias de Rio Grande, Santa Catarina, Cabo Frio, e Santos pertencentes à rede de observação por boias fixas do PNBOIA, o que mantém a capacidade de monitoramento do Oceano Atlântico Sul. Foi realizada a comissão de relançamento da boia de Recife, a qual tinha sido recolhida por ter sido danificada por vandalismo. Foram recebidas, durante 2014, duas boias fixas, sendo que uma foi fundeada na região de Porto Seguro e a outra foi utilizada para substituir a boia de Santos, a qual foi retirada para manutenção. Foram recebidos, também, sobressalentes e novos sensores necessários para a manutenção das boias. Existem, atualmente, 27 dispositivos fixos lançados e em funcionamento no mar. Os maiores desafios da implementação e da manutenção dos arranjos das redes estão na falta de pessoal qualificado e em quantidade suficiente para atender as necessidades de manutenção dos equipamentos e sensores, da interpretação e análise dos dados e da disponibilização dos mesmos à comunidade científica. Outro fator que tem dificultado a operacionalidade da Rede é o vandalismo constante, o qual a Marinha do Brasil vem combatendo diuturnamente.

A Rede de Monitoramento de Ondas em Águas Rasas (ONDAS) mantém em operação o ondógrafo fundeado na região do Estado Pernambuco e realiza testes no ondógrafo adquirido em 2014, o qual, no primeiro semestre de 2015, deverá ser fundeado definitivamente na região de Rio Grande.

A Rede de Monitoramento do Nível Médio do Mar (GLOSS) está operando dentro da sua normalidade.

Como estava planejado para o segundo semestre de 2014, foi realizada a comissão de lançamento de boias fixas na costa brasileira previstas dentro do plano operacional do PNBOIA, assim como o lançamento de uma boia costeira denominada Watchkeeper, na Baía da Guanabara, a qual auxiliará na coleta de dados em prol dos Jogos Olímpicos de 2016. Durante 2014, também, foram adquiridas mais duas boias fixas, as quais deverão ser recebidas durante o ano de 2015, com fundeio previsto logo após o recebimento, ficando na dependência da disponibilidade de meios flutuantes adequados.

A meta atingiu 27 dispositivos. Para atingir este valor, equipamentos de coleta foram fundeados e/ou substituídos para manutenção dos mesmos em terra. A consecução da meta, prevista para 2015, está diretamente ligada à disponibilidade de embarcações, equipamentos e pessoal qualificado. A DHN, como coordenadora do Comitê Executivo, tem envidado grande esforço de articulação com os demais órgãos participantes do GOOS/Brasil no sentido de minimizar esses desafios, principalmente com relação à dificuldade de alocar, tempestivamente, embarcações da MB devido ao concurso de várias demandas sobre as mesmas. Os deslocamentos destas são otimizados, atendendo muitas vezes a



vários programas numa mesma viagem.

Instituição Responsável pela Apuração: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar para 60 o número médio de Dispositivos Derivantes de coleta de dados previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil, em operação**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2014, foram lançados 20 flutuadores derivantes ao largo da costa brasileira, sendo dois deles do tipo ARGO, os quais coletam dados oceanográficos. Atualmente, existem 40 Dispositivos Derivantes lançados e em funcionamento no mar, considerando-se os lançados e os perdidos/inoperantes.

A redução do número de derivantes em funcionamento em relação de 2013, se deve a um problema técnico ocorrido com as boias lançadas em 2013, as quais deixaram de funcionar prematuramente, bem antes do prazo previsto. Esse problema foi discutido na última reunião Internacional sobre Boias de Deriva. O problema não acarretou ao Brasil problemas financeiros, pois as boias de deriva são recebidas da National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA) sem custo financeiro para o Brasil. A NOAA está mantendo contato com o fabricante sobre o problema apresentado.

Foram recebidos, no final do primeiro semestre deste ano nove flutuadores ARGO. O Centro de Hidrografia da Marinha, Coordenadora do GOOS/Brasil está em fase de treinamento de seu pessoal visando o lançamento, acompanhamento e coleta de dados deste novo dispositivo. Neste ano de 2014, foi efetuado o lançamento de dois destes equipamentos de coleta de dados.

Quantidade alcançada

40

Data de Referência

31/12/2014

- **Manter operacional 90% dos Dispositivos Fixos instalados nas Redes de Observação previstas pelo GOOS/Brasil**

Análise Situacional da Meta

A Meta prevê manter a disponibilidade de dispositivos fixos em operação para a coleta de dados para o monitoramento do Oceano, sendo que, a meta atingiu o índice de 93% de operacionalidade dos dispositivos fixos instalados, considerada excelente, ultrapassando a meta prevista.

Quantidade alcançada

93

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0562 - Ampliar a Plataforma Continental para além das 200 milhas da costa, de acordo com o previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a fim de assegurar direitos de soberania sobre essa área.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) passou a ser mais conhecido tendo em vista as várias descobertas de poços de petróleo na camada denominada Pré-Sal, situados próximos do limite das 200 milhas da costa, dentro da Zona Econômica Exclusiva, aumentando sua importância estratégica para o País.

Dando continuidade aos trabalhos do LEPLAC, após a conclusão da fase de aquisição de novos dados geofísicos, os



mesmos estão sendo processados e interpretados, sob a coordenação da Diretoria de Hidrografia e Navegação, de modo a aprimorar o embasamento da proposta revisada de limite exterior da margem continental brasileira, além das 200 milhas náuticas. As atividades do LEPLAC são aprovadas e coordenadas pela respectiva Subcomissão, coordenada pelo MRE, e conduzidas pelo Grupo de Trabalho do LEPLAC (GT-LEPLAC) e envolvem, também, diversos órgãos componentes da CIRM. Essas atividades se concatenam com políticas públicas ligadas à pesquisa científica, notadamente as relacionadas com o mar e com a soberania nacional, beneficiando diretamente toda a população brasileira, que usufrui dos resultados das pesquisas e informações delas decorrentes, como é o caso do petróleo que será extraído dos poços descobertos na camada denominada Pré-Sal. Na 63ª Reunião Ordinária da Subcomissão do LEPLAC, ocorrida em 11 de setembro de 2013, foi aprovado o envio de propostas revisadas parciais ao invés de uma única proposta revisada completa. A Margem Continental Brasileira foi dividida em três áreas: Sul, Equatorial e Leste. O encaminhamento de propostas revisadas parciais tem a intenção de testar a aceitação dos argumentos utilizados em uma área e que poderão ser utilizados em outras áreas. Nesta mesma reunião, também foi aprovada a criação de um grupo de trabalho para a elaboração dos aspectos político e jurídico dos relatórios de submissão das propostas revisadas parciais, que serão apresentados à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU, pelo Ministério das Relações Exteriores. Durante o ano de 2013, iniciou-se a revisão do relatório da área sul, que compõe a proposta revisada parcial daquela área, assim como ao processamento e interpretação dos dados das demais áreas, de modo a dar prosseguimento à elaboração de propostas revisadas parciais.

Ao longo de 2014, a proposta parcial da área sul foi prontificada e aprovada pela CIRM.

A proposta está pronta para ser encaminhada no momento político oportuno à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU, pelo Ministério das Relações Exteriores, responsável pela Meta. Para 2015, a intenção é concluir a proposta revisada da área norte.

Metas 2012-2015

• Delimitar a Plataforma Continental Brasileira

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foi dada prioridade à elaboração e prontificação do relatório parcial da área Sul.

Também foi dado andamento ao processamento e interpretação dos dados das demais áreas, de modo a dar prosseguimento à elaboração de propostas revisadas parciais.

Em 2014, o andamento dos trabalhos de revisão de dados de todas as áreas está em 45%.

As perspectivas de sucesso junto à CLPC são grandes tendo em vista a qualidade dos dados levantados e dos trabalhos que estão sendo executados.

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério das Relações Exteriores.

Quantidade alcançada

45

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0563 - Realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Os avanços neste objetivo estiveram centrados na construção do embasamento conceitual de que o planejamento territorial da costa deve ser integrado ao planejamento do território brasileiro como um todo, nas suas feições continental, costeira e marinha.

Em relação às vulnerabilidades, destacam-se as ações em torno do Sistema de Modelagem Costeira (SMC), cooperação técnica entre Brasil e Espanha (2010-2014), para aumentar o conhecimento e qualificação da gestão costeira no Brasil,



nos três níveis de governo. Neste período o projeto promoveu três Seminários Internacionais sobre o SMC Brasil (2011, 2013 e 2014) que tiveram como objetivo divulgar o Projeto SMC-Brasil e ampliar as parcerias institucionais. Este Projeto proporcionou os seguintes resultados: (i) SMC Brasil: software + base de dados (batimetria/ondas/nível); (ii) Manuais e documentos temáticos; (iii) Estudo sobre áreas de inundação costeira; (iv) Material didático para os cursos de formação; (v) Cursos de formação do SMC Brasil; e (vi) Quatro estudos de caso. Também foram feitas reflexões e recomendações sobre a estruturação de ações para vulnerabilidade e risco na zona costeira, bem como as sugestões de ações futuras que poderiam ser desenhadas numa segunda fase do Projeto pelo Comitê Executivo do SMC-Brasil. Esse comitê foi instituído por meio da Resolução 3/2013/CIRM e ficará responsável pela estruturação, manutenção e difusão do Sistema à comunidade governamental, técnica e científica brasileira.

A Gerência Costeira também vem acompanhando a execução de cinco projetos apoiados pelo Fundo Clima, via Chamada Pública MMA/FNMC 02/2011, que têm como linha de ação o mapeamento de vulnerabilidades da zona costeira a efeitos das mudanças climáticas. No escopo de um destes projetos, foi realizado o Simpósio Internacional de Vulnerabilidade Costeira (2013), que reuniu gestores e especialistas nacionais e internacionais para nivelar o conhecimento e avançar na proposição de métodos adequados à realidade brasileira. Nesse Simpósio foi apresentado o estudo elaborado pela Cepal para determinação de vulnerabilidades na zona costeira as mudanças climáticas na América Latina e Caribe.

Também nesse Simpósio, houve debate sobre o alinhamento vertical entre os referenciais utilizados na determinação da batimetria e altimetria na área costeira para que se possa construir um modelo digital de terreno (MDZ). Ficou claro que o IBGE é o ator principal para esta ação, carecendo, no entanto, de respaldo superior para que o trabalho se desenvolva. Assim, foi enviado ofício à Comissão Nacional de Cartografia (Concar), que debateu o assunto em junho de 2014. Ficou esclarecido que a demanda é do país e não apenas da área ambiental, sendo que a falta de compatibilização é um limitador para os estudos de aumento do nível do mar, independente da causa desse aumento. O entendimento foi que os produtos cartográficos atualmente disponíveis não atendem à precisão requerida, que a princípio seria de ordem centimétrica. O IBGE relatou que a geração de dados de altimetria na precisão necessária para o trabalho proposto passa por melhorias no modelo geoidal de referência, que dependem de ações de adensamento da rede gravimétrica mantida pelo órgão. O assunto vem sendo debatido em um grupo de trabalho, coordenado pelo Ministério do Planejamento, que reúne outros órgãos relevantes que deverá gerar os subsídios para reflexão e análise da Concar. Na última reunião deste GT, realizada em setembro, ficou encaminhada a proposta de realizar um workshop para subsidiar um possível plano de trabalho.

Com relação às mudanças climáticas, foi constituída no âmbito do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PNA), a Força Tarefa Zona Costeira com objetivo de subsidiar a elaboração do plano.

O aumento de casos de desastres relacionados à erosão costeira nos últimos anos, a necessidade de caracterizar o risco costeiro nas ações de mapeamento de risco e os resultados das iniciativas desenvolvidas no SMC-Brasil foram temas debatidos pelo Gi-Gerco, o que impulsionou a criação de um grupo de trabalho, coordenado pelo Ministério da Integração, para proposição de diretrizes. O GT foi instituído em maio de 2014 e definiu como objetivos (i) estabelecer critérios para mapeamento e monitoramento de riscos costeiros; (ii) estabelecer um protocolo para ações de proteção e intervenção na linha de costa; (iii) analisar novas tecnologias propostas para contenção de erosão costeira; e (iv) acompanhar os casos que solicitam apoio ao Governo Federal.

No escopo dos 25 anos da Lei 7.661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), foi realizado na USP o evento Oceanos&Sociedade 2013, em torno do tema. O evento contou com mais de 200 participantes e sua principal constatação foi a de que nesses 25 anos muito pouco do PNGC foi implementado, recomendando-se apoio à implementação dos seus instrumentos. Das recomendações relativas a apoio institucional consta o fortalecimento do Gi-Gerco, a sugestão de criação de uma Frente Parlamentar para Oceanos e Costas no âmbito do Legislativo e de um Fórum de Secretários Estaduais de Meio Ambiente para o Gerenciamento Costeiro e Oceânico. Em relação às ações de planejamento da ocupação da zona costeira foi recomendada a elaboração do Plano de Uso Compartilhado do Espaço Costeiro e Oceânico, a integração entre a gestão de Bacias Hidrográficas e a Gestão Costeira e Oceânica, e a criação de Unidades de Conservação marinhas para atendimento às metas de Aichi, no escopo da Convenção da Biodiversidade.



Em comemoração dos 25 anos do PNGC, o Gi-Gerco está elaborando uma publicação, coordenada pelo MMA, com contribuições dos setores e segmentos que o integram, com objetivo de apresentar um panorama da implementação do PNGC. A ação foi proposta na 45ª Sessão do Gi-Gerco em abril de 2013, com envio aos membros de um conjunto de perguntas orientadoras, de modo a estimular a reflexão e funcionar como um fio condutor do texto a ser elaborado por cada setor ou segmento representado. O texto da publicação foi aprovado no colegiado, em reunião extraordinária no dia 17 de outubro de 2014. A publicação encontra-se em fase de diagramação e deverá ser lançada na primeira reunião anual do Gi-Gerco, prevista para março/2015.

O Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF-ZC), instrumento do PNGC, prevê o "planejamento de ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na zona costeira, buscando responsabilidades compartilhadas de atuação". Na 45ª Sessão do Gi-Gerco, em abril de 2013, foi aprovada a atualização do PAF, cuja última versão era de 2005. Com apoio metodológico da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SPI/MP, e a participação de representantes do Gi-Gerco foi construída a árvore de problemas, estabelecendo como problema central pra Zona Costeira os "conflitos de uso dos recursos e do espaço territorial", tendo como causas diretas "o comprometimento da qualidade ambiental costeira e estuarina"; "governança: ausência/deficiência de articulação institucional para elaborar e efetivar ações"; e "ausência de hierarquia e prioridade nas ações". Após detalhamento destas causas, foram eleitos 12 problemas mais relevantes, destacando-se: a "baixa internalização da dimensão ambiental nas políticas setoriais", a "falta de um monitoramento sistemático para a Zona Costeira" e a "descontinuidade da gestão". O novo PAF deverá ter um caráter mais operativo, com vigência de dois anos, cujas ações deverão dispor de recursos, meios e compromisso de execução. O novo PAF será submetido à aprovação na próxima reunião do Gi-Gerco, prevista para ocorrer em março de 2015.

No escopo do Projeto Orla, em 2012 foram formados 150 instrutores, em três cursos regionais no RJ, PE e CE. Para a expansão do Projeto Orla mantém-se o desafio de construir a integração institucional e metodológica para a orla fluvial, e com outros instrumentos de planejamento territorial municipal, como o Plano Diretor. Em 2014 foi elaborada proposta de integração metodológica do Projeto Orla com o Plano Diretor, em fase de apreciação do Ministério das Cidades.

Com relação ao lixo marinho, temática priorizada na Rio+20, foi desenvolvido um esforço federativo de divulgação do assunto nas etapas locais e estaduais da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente, que tratou de resíduos sólidos. O tema teve reflexo na etapa nacional, tendo sido elencado nas deliberações finais, o que compromete o poder público a pautar e agir na agenda governamental. A expectativa é esta ação em um Projeto de Cooperação com a Unesco que estava em processo de negociação, contudo, não houve avanço nesta operação.

Em 2014, foi promovida a Jornada de Eventos do Gerenciamento Costeiro e Planejamento Marinho, organizada na forma de seminários temáticos com assuntos relacionados com a gestão da zona costeira e marinha, com base no intercâmbio de experiências nacionais e internacionais. A semana de eventos reuniu representantes das três esferas de governo, da academia e da sociedade civil organizada. Os resultados e encaminhamentos da Jornada de Eventos reforçam a importância da agenda que vêm sendo construída no âmbito deste objetivo do PPA.

O desenvolvimento do SMC-Brasil e os debates sobre mudanças climáticas e riscos costeiros confirmam que um dos grandes desafios no Brasil está relacionado à necessidade de um monitoramento contínuo e sistemático do ambiente costeiro e marinho, com a disponibilização dos dados para a sociedade, para a pesquisa e para apoio à gestão. O conhecimento das dinâmicas locais é um patrimônio inestimável, pois cada vez mais as soluções de engenharia e as medidas para adaptação aos efeitos climáticos, necessitarão estar amparadas em bases sólidas de informação.

Metas 2012-2015

- **Capacitar parceiros institucionais e sociedade dos 17 estados costeiros nas modalidades presencial ou a distância, na metodologia do Projeto Orla**

Análise Situacional da Meta

Até 2013 foram realizados três cursos regionais de formação de instrutores na metodologia do Projeto Orla, abrangendo os estados das regiões Sul/Sudeste (RS, SC, PR, SP, RJ e ES), região Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA) e região Norte (PA e AP). Esses cursos promoveram a capacitação de 150 instrutores quanto à



metodologia a ser utilizada nas oficinas para elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla.

Uma das demandas permanentes do Projeto Orla é a necessidade da sensibilização dos atores da sociedade civil organizada e técnicos municipais, estaduais e federais que atuam na orla.

Devido à grande quantidade de atores, a estratégia é desenvolver um curso a distância, que atenda às necessidades de capacitação. Neste sentido, a Coordenação Nacional do Projeto Orla vem desenvolvendo proposta junto à Universidade Federal de Rio Grande, para formatação de um curso que atenda a cerca 500 técnicos, dos diferentes setores e esferas de governo.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

30/06/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	9	unidade	9	30/06/2014
Região Norte	2	unidade	2	30/06/2014
Região Sudeste	3	unidade	3	30/06/2014
Região Sul	3	unidade	3	30/06/2014

• Elaborar metodologia para estudo e avaliação de vulnerabilidades na zona costeira, em escala local

Análise Situacional da Meta

No período as principais ações e resultados que contribuem para o cumprimento desta meta foram: i) a realização em 2013 do Simpósio Internacional de Vulnerabilidade Costeira; ii) a recomendação para que seja replicada para a costa brasileira a metodologia do estudo elaborado pela Cepal, agora em escala de maior detalhe; iii) a criação de uma Força Tarefa Zona Costeira para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, que deverá estar concluído até 2014; iv) a apresentação na Comissão Nacional de Cartografia (Concar) da necessidade de se promover o alinhamento vertical entre os referenciais utilizados na determinação da batimetria e altimetria na área costeira; e, v) a instituição de um grupo de trabalho, no âmbito do Grupo de Integração para o Gerenciamento Costeiro (Gi-Gerco), para propor parâmetros para intervenção e mapeamento de vulnerabilidades, em municípios costeiros. Permanece a lacuna, a ser observada pelas instituições federais, de um sistema de monitoramento sistemático e contínuo de dados oceanográficos, com disponibilização de dados, no portal e de acordo com os padrões da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde). Ressalta-se, entretanto, que desde o final de 2014, a Gerência Costeira do MMA tem apoiado a equipe da Marinha (EMA e DHN) na promoção de reuniões com algumas áreas do Governo Federal para apresentar a estrutura existente do Banco Nacional de Dados Oceanográficos (BNDO) e a estratégia de sua reestruturação na perspectiva de identificar parcerias para esta iniciativa.

• Elaborar proposta para monitoramento e avaliação dos resultados do Projeto Orla

Análise Situacional da Meta

A Coordenação Nacional do Projeto Orla, no intuito de desenvolver um sistema de monitoramento das ações implementadas pelo Projeto, bem como avaliar seus níveis de internalização nos municípios, iniciou junto ao MEC um processo de avaliação de ferramentas aplicáveis. Foram analisados o EPROINFO e o SIMEC, consistindo o primeiro em um ambiente colaborativo de aprendizagem que utiliza a tecnologia da Internet e permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações, e o segundo permitindo o acompanhamento gerencial de metas e tarefas. Também tinha a expectativa que esta ação fosse em parte contemplada em um Projeto de Cooperação com a Unesco que estava em processo de negociação, contudo, não houve avanço nesta operação. Desta forma, até final de 2014 não houve avanços para o alcance desta meta.

• Implementar e disseminar Sistema de Modelagem Costeira, adaptado às características da costa brasileira

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Modelagem Costeira (SMC), cooperação técnica entre Brasil e Espanha, é uma ferramenta que inclui um



conjunto de metodologias e modelos numéricos, que permitem estudar os processos costeiros e quantificar as variações que sofre o litoral como consequência de eventos naturais ou de atuações humanas na costa. Como produto da parceria, o Brasil conta hoje com o SMC3.0, versão do software atualizada e adaptada à realidade brasileira, que disponibiliza dados oceanográficos dos últimos 60 anos, obtidos por retroanálise numérica. Foram estruturados estudos de caso em Pernambuco e Rio Grande do Norte, com envolvimento das Universidades Federais e gestores ambientais estaduais, para estudar alternativas frente aos graves problemas de erosão costeira. Em 2012 foi realizada missão brasileira à Universidade de Cantábria com a participação de 18 gestores e professores federais e estaduais, para conhecer a estrutura de aplicação da ferramenta SMC na Espanha. Em 2012 e 2013, ocorreram dois cursos de formação na ferramenta, capacitando ao todo 65 pesquisadores de norte a sul do país, que contribuirão com o aprimoramento da ferramenta e serão os primeiros multiplicadores no Brasil.

No primeiro semestre de 2013 ocorreu o II Seminário Internacional SMC Brasil, que contou com a participação de cerca de 120 gestores e especialistas e teve como objetivo central divulgar o Projeto SMC-Brasil e ampliar as parcerias institucionais. Foram debatidos os desafios e oportunidades para a formação em Engenharia Costeira no Brasil, com a participação do CNPQ, CAPES e PPGMAR.

Importante avanço registra-se em relação ao acesso dos dados de ondas disponíveis no INPH, subordinado à Secretaria de Portos da Presidência da República, com quem mantivemos contato desde 2011. Em maio de 2014 ultimaram-se os acertos para repasse dos dados, enviados imediatamente à Universidade de Cantábria, para que seja refinada a calibração do SMC-Brasil. Esta etapa completa os procedimentos para calibração do SMC-Brasil, iniciados com o acesso a dados disponibilizados pela DHN/MB, dentre outros. Uma boa calibração, com base em dados pretéritos confiáveis, aumenta a qualidade dos resultados projetados e consequentemente a confiabilidade e aplicabilidade da ferramenta.

Em novembro de 2014 foi realizado o 3º curso de formação na ferramenta SMC-Brasil, cujos participantes formados majoritariamente gestores federais de Instituições membro do Comitê Executivo do SMC-Brasil. Também foi realizado o III Seminário Internacional sobre o tema quando foram apresentados os seus principais resultados e produtos. Além disso, foram feitas reflexões e recomendações sobre a estruturação de ações para vulnerabilidade e risco na zona costeira, bem como as sugestões de ações futuras que poderiam ser desenhadas numa segunda fase do Projeto.

O desafio para a sustentabilidade do projeto diz respeito à mobilização das instituições participantes do Comitê Executivo para o SMC Brasil, instituído por meio da Resolução 3/2013 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), responsável pela estruturação, manutenção e difusão do Sistema à comunidade governamental, técnica e científica brasileira.

OBJETIVO: 0564 - Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) vem realizando, por mais de 33 anos, pesquisa científica de qualidade em diversas áreas de conhecimento na Antártica, de forma a respaldar a condição do Brasil de Membro Consultivo do Tratado da Antártica, assegurando nossa participação nos processos decisórios relativos ao futuro daquele Continente, de relevante importância geopolítica para o Brasil. Além disso, sua existência já legou ao Brasil a formação de gerações de pesquisadores, o desenvolvimento de uma logística de alcance internacional, pela Marinha do Brasil e pela Força Aérea Brasileira, para apoio a atividades científicas que dependem de uma complexa estrutura e o reconhecimento da capacitação do País para tal. Como destaque, um dos principais reflexos positivos da presença brasileira na Antártica para a sociedade brasileira está no alto nível alcançado pela previsão meteorológica efetuadas pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE), que



mantém sensores permanentes em módulos de pesquisa na área da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF).

Em 12 de janeiro de 2013, foi encerrado o desmonte da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), totalizando cerca de 900 ton de destroços e uma área desmontada de 2.550 m², que retornaram para o Brasil. O sucesso da Operação de Desmonte e a limpeza da área proporcionou uma grande vitória na preservação ambiental, que possibilitou a aplicação do Plano de Remediação, implementado na OPERANTAR XXXII (2013-2014). A OPERANTAR XXXI (OUT/2012 a SET/2013) foi considerada a maior operação logística realizada na Antártica pela MB, onde foram empregados cinco navios, sendo três da MB, e realizados vários trabalhos de apoio logístico, com destaque para o desmonte da EACF. Em 14 de março de 2013, foi concluída a construção dos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE), na mesma área da antiga EACF, na Península Keller. São 45 módulos de três tipos, devidamente mobiliados e equipados, que propiciam a permanência do Brasil na Região Antártica, abrigando o grupo-base de militares da MB e, a partir do verão de 2013/2014, os pesquisadores que necessitaram de apoio na região para desenvolverem suas pesquisas. Foi realizada também, a reativação dos módulos isolados da edificação principal, que não foram atingidos pelo incêndio, foi realizada com sucesso, possibilitando a retomada dos trabalhos científicos na área da EACF.

Durante o ano de 2014, foram realizados 10 voos de apoio da Força Aérea Brasileira às OPERANTAR, sendo sete voos da OPERANTAR XXXII e três voos da OPERANTAR XXXIII (de outubro de 2014 a setembro de 2015), que transportaram pesquisadores, militares, visitantes e material para a Antártica, destinados aos MAE.

No 2º semestre de 2014, foram desenvolvidas as atividades finais de planejamento e preparação logística para a OPERANTAR XXXIII. Foi realizado o treinamento pré-Antártico em duas fases (03 a 10 de agosto e 17 a 24 de agosto de 2014) e apoiados 24 projetos científicos de diferentes áreas do conhecimento, com o envolvimento de cerca de 330 pesquisadores e 285 militares/servidores civis. Foram realizados, também, três dos 10 voos de apoio da FAB previstos, bem como se apoiou logisticamente o transporte de pessoal dos Programas Antárticos da Bulgária, de Portugal, da Alemanha e do Chile, além de parceria para reabertura da base antártica Argentina Tenente Câmara, na Ilha Livingston. Em decorrência das exigências legais e do trâmite administrativo exigido pelo processo licitatório, a licitação para o início da reconstrução da EACF ainda não foi concluída, porém há a expectativa que a reconstrução seja iniciada no início da OPERANTAR XXXIV (outubro de 2015 a setembro de 2016).

A XXXVII Reunião Consultiva do Tratado da Antártica – ATCM foi realizada, em conjunto com a XVI Reunião do Comitê para Proteção Ambiental - CEP, em Brasília (Brasil), de 28 de abril a 07 de maio de 2014. Realizada anualmente, a ATCM constitui-se em um fórum para o estabelecimento de normas para as atividades na Antártica, em consonância com os princípios e objetivos do Tratado e do Protocolo sobre Proteção ao Meio Ambiente (Protocolo de Madri). A presença brasileira garante o “status” de Membro Consultivo, além da participação do país na elaboração de procedimentos e ações que visem à preservação do meio ambiente antártico, o crescente conhecimento científico daquela região e o desenvolvimento das demais atividades, como a pesca e o turismo. Os países participantes reforçaram o papel estratégico da ciência no desenvolvimento de políticas sobre os estudos dos efeitos da mudança climática e outras ameaças ambientais. Durante a XXXVII ATCM, o Brasil apresentou 12 documentos que foram debatidos no plenário da ATCM e CEP, quando se destacaram: o Projeto de Reconstrução da Estação Antártica Brasileira e o Plano de Remediação para a Área da Estação Antártica Brasileira.

A SECIRM, como Gerente do PROANTAR, também, participou da XXV Reunião dos Administradores de Programas Antárticos Latinoamericanos (RAPAL), realizada em Buenos Aires, na Argentina, no período de 25 a 28 de março de 2014.

Metas 2012-2015

- **Alcançar a certificação ambiental NBR ISO 14001:2004, por meio da implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), na EACF, atingindo 100% do atendimento dos requisitos do Sistema**

Análise Situacional da Meta

A Antártica é a região do planeta mais preservada e assim deve ser mantida, compatibilizando a presença do homem e o atendimento de suas necessidades com a mitigação do impacto ambiental naquele que é um ecossistema com alto grau de fragilidade.



Ao ratificar o Tratado da Antártica, o Brasil assumiu compromissos internacionais que implicam o dever de preservar o meio ambiente antártico e de realizar pesquisa científica e o direito de participar dos mecanismos decisórios do Sistema do Tratado.

Sendo a Antártica um local ambientalmente preservado e a Estação Ferraz dedicada à ciência, a área que sofreu maiores ampliações e melhorias no projeto da nova Estação foi a destinada aos laboratórios, assim como a adoção de tecnologias voltadas para a minimização do impacto ambiental ocasionada pela ocupação da Península Keller.

Nesse sentido, espera-se, além da ampliação nas pesquisas desenvolvidas na região, estabelecer um programa de monitoramento ambiental visando identificar a efetiva eficiência dos sistemas instalados, por meio da implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), assim que a nova Estação estiver operacional, com o propósito de se alcançar a certificação ambiental NBR ISO 14001:2004.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Alcançar o número de 100 trabalhos científicos sobre a região Antártica desenvolvidos no âmbito do Programa Antártico Brasileiro publicados em periódicos e revistas nacionais ou internacionais indexadas, no período 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

De forma a melhor aferir o número de publicações produzidas por pesquisadores antárticos, é desejável analisar em primeira instância o apoio que vem sendo prestado aos projetos contratados pelo CNPq. Encontram-se em fase de encerramento de vigência 19 projetos de pesquisa vinculados ao Edital MCTI/CNPq nº 23/2009, mais dois Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, a saber, o da Criosfera (INCT Criosfera) e o Antártico de Pesquisa Ambiental (INCT-APA). Em 2013, foi lançado o Edital MCTI/CNPq/FNDCT nº 64/2013, com o propósito de selecionar propostas que visem contribuir significativamente para a produção científica brasileira de qualidade, bem como incentivar a cooperação internacional no âmbito do PROANTAR. Foram aprovados 20 projetos de pesquisa, com valor global de R\$ 13.800.000,00 para dispêndio em três anos. Assim, somados, temos hoje vigentes no PROANTAR 39 projetos e dois INCTS, que englobam muitos projetos individuais em sua estrutura. Em 2014, foi lançado o Edital MCTI/CNPq/CAPES/FAPs nº 16/2014, que visa apoiar a continuidade do Programa dos INCTS. O resultado deste Edital deve estar disponível em 2015. Como resultado da aferição da meta e das consultas aos coordenadores de projetos hoje vigentes no PROANTAR, identificou-se que, desde 2012 até o segundo semestre de 2014, foram publicados, aproximadamente, 179 trabalhos científicos, superando a meta previamente estabelecida.

Quantidade alcançada

179

Data de Referência

06/01/2015

- **Alcançar o número de 30 doutores titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015.**

Análise Situacional da Meta

O processo de formação de um doutor leva em média quatro anos e é fundamentado em projetos de pesquisa selecionados por meio de Editais em apoio ao Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR. Nesse sentido, estão vigentes 39 projetos de pesquisa no PROANTAR, conforme detalhado na meta anterior, acerca do número de publicações em pesquisa antártica. Apesar dos Editais em apoio ao PROANTAR não preverem a concessão de bolsas de Doutorado, a formação continuada da nova geração de pesquisadores antárticos é incentivada, tendo em vista o incremento na produção do conhecimento resultante das pesquisas. Como resultado de consultas aos coordenadores dos projetos hoje vigentes no PROANTAR, identificou-se que, desde 2012 até o segundo semestre de 2014, foram formados 45 doutores, superando a meta previamente estabelecida.

Quantidade alcançada

45

**Data de Referência**

06/01/2015

- **Alcançar o número de 60 mestres titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015.**

Análise Situacional da Meta

O processo de formação de um mestre leva em média dois anos e é fundamentado em projetos de pesquisa selecionados por meio de Editais em apoio ao Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR. Nesse sentido, estão vigentes 39 projetos de pesquisa no PROANTAR, conforme detalhado na meta anterior, acerca do número de publicações em pesquisa antártica. Apesar dos Editais em apoio ao PROANTAR não preverem a concessão de bolsas de Mestrado, a formação continuada da nova geração de pesquisadores antárticos é incentivada, tendo em vista o incremento na produção do conhecimento resultante das pesquisas. Nesse sentido, o PROANTAR se apoia nos Programas de Pós-Graduação vinculados às universidades brasileiras atuantes no Programa, nos quais os temas de pesquisa em ciência antártica contam com alunos de mestrado. Como resultado de consultas aos coordenadores dos projetos hoje vigentes no PROANTAR, identificou-se que, desde 2012 até o segundo semestre de 2014, foram formados 79 mestres, superando a meta previamente estabelecida.

Quantidade alcançada

79

Data de Referência

06/01/2015

- **Elevar a taxa de atendimento logístico da demanda para pesquisa para 80%**

Análise Situacional da Meta

Devido à conclusão da instalação dos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE), a EACF retornou a sua capacidade de apoio aos pesquisadores que trabalham no entorno das dependências da EACF. A primeira fase da remediação foi concluída com sucesso e, atualmente encontra-se em andamento o desenvolvimento da segunda fase da remediação, a qual não prejudica o desenvolvimento das pesquisas lá realizadas.

Em outubro de 2014, iniciou-se a OPERANTAR XXXIII (2014-2015), com prioridade para o incremento no atendimento da logística demandada pelos projetos de pesquisa num percentual maior do que a OPERANTAR XXXII, principalmente devido à utilização dos MAE em apoio aos pesquisadores. No 2º semestre de 2014, com a presença dos navios na Antártica e o consequente desenvolvimento das atividades de pesquisa previstas para a OPERANTAR XXXIII, atingiu-se o índice de atendimento logístico da demanda para pesquisa de 80,24%, ultrapassando a meta prevista para 2015.

Instituição Responsável pela Apuração: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Quantidade alcançada

80,24

Data de Referência

31/12/2014

- **Elevar a taxa de dedicação dos navios à pesquisa para 70%**

Análise Situacional da Meta

Após o desmonte da EACF, o NApOc "Ary Rongel" foi redirecionado para apoiar o atendimento às pesquisas na Antártica, o que refletiu num aumento da taxa de 64% (2012) para 65% (1º semestre de 2013).

Para a OPERANTAR XXXIII, iniciada em outubro de 2014, buscou-se ao máximo o atendimento dos projetos de pesquisa pelos dois navios, sendo o NPO "Alte Maximiano" dedicado, exclusivamente, aos projetos de Oceanografia e o NApOc "Ary Rongel" ficando responsável pelo atendimento aos projetos que necessitavam lançar acampamentos nas ilhas e no continente antártico, bem como com a necessidade de apoio logístico aos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE), que estão funcionando como estação provisória.

A OPERANTAR XXXIII está sendo conduzida com o objetivo de se elevar a taxa de dedicação dos navios à pesquisa, a qual havia alcançado o índice de 68%, ao final do primeiro semestre de 2014. Entretanto, no final do 2º semestre de



2014, a taxa recuou para o patamar de 65,15%. Esta diminuição da taxa de dedicação dos navios à pesquisa é decorrente da necessidade da retirada do NApOc “Ary Rongel” da Antártica para prestar auxílio aos passageiros do 2º Voo de Apoio logístico que se acidentou ao aterrissar na base chilena de Frei, em novembro de 2014.

Instituição Responsável pela Apuração: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Quantidade alcançada

65,15

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0991 - Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo de Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira tem evoluído satisfatoriamente, apesar das restrições orçamentárias e financeiras experimentadas em 2014.

Em águas internacionais, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais tem duas grandes frentes de prospecção e exploração: uma para sulfetos polimetálicos na Cordilheira Mesoatlântica e outra para crostas cobaltíferas na Elevação do Rio Grande.

Na Cordilheira Mesoatlântica as pesquisas se desenvolvem numa área de 90.000 km², onde já foram efetuadas várias expedições, sendo a última em 2013, que teve como meta principal a aquisição de dados oceanográficos químicos e físicos para a identificação da ocorrência de plumas hidrotermais, indicativas de sítios hidrotermais ativos. Duas novas expedições, que estavam previstas para 2014, não foram realizadas devido a questões técnicas, jurídicas e orçamentárias. Na Elevação do Rio Grande as pesquisas desenvolveram-se numa área de 132.000 km². A partir da análise dos dados dessas pesquisas foi possível selecionar 150 blocos de 20 km² cada, perfazendo um total de 3.000 km², como objeto para a requisição à ISBA (International Seabed Authority) dos direitos de pesquisa e exploração mineral. Em julho de 2014, durante a 20ª Sessão Anual do Conselho da ISBA, a proposta brasileira foi aprovada. O Plano de Trabalho prevê a pesquisa e exploração, ao longo de 15 anos, de recursos minerais na Elevação do Rio Grande.

Em relação às pesquisas na Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB), os trabalhos foram prejudicados em função de restrições orçamentárias, que inviabilizaram a realização de novos levantamentos. Entretanto, prosseguiram as atividades de tratamento e processamento de dados, sendo finalizados e publicados em 2014 produtos do Arquipélago de Fernando de Noronha e das Plataformas Continentais Rasas dos Estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará Oeste e Pernambuco.

Metas 2012-2015

• Obter direito de pesquisa e exploração mineral de fundos marinhos em águas internacionais

Análise Situacional da Meta

Para apresentar a proposta brasileira à ISBA - International Seabed Authority foram realizadas várias campanhas de levantamentos de dados no mar na região da Elevação do Rio Grande. A partir da análise dos dados destas campanhas foi possível selecionar uma área de maior interesse, delimitada por um quadrado de 550 km de lado (302.500 km²), onde se escolheu a localização de 150 blocos de 20 km², perfazendo um total de 3.000 Km². Esta seleção foi efetuada considerando-se a geofísica e a geoquímica das crostas com relação ao teor de concentração dos elementos de maior interesse.

Em 2013, após intensa articulação do Ministério de Minas e Energia com outros órgãos governamentais, particularmente com a Comissão Interministerial para Assuntos do Mar – CIRM, a proposta brasileira foi formalmente aprovada pelo Governo Brasileiro e encaminhada à ISBA, sendo recebida em 31 de dezembro de 2013.



Em julho de 2014, durante a 20ª Sessão Anual do Conselho da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), realizada em Kingston, na Jamaica, do qual participam mais de 160 países, a proposta brasileira foi aprovada pela ISBA. O Plano de Trabalho prevê a pesquisa e exploração, ao longo de 15 anos, de recursos minerais na Elevação do Rio Grande, uma elevação submarina no lado oeste do Atlântico Sul, a cerca de 1.500 km do Rio de Janeiro. Com esta aprovação, o Brasil passa a ser o primeiro País do hemisfério sul a ter aprovado um plano de exploração na área internacional dos oceanos, considerada patrimônio comum da humanidade pela ONU.

Quantidade alcançada

3.000

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	10.000	km²	3.000	31/12/2014

• **Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área da Elevação do Rio Grande**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram realizadas análises e processamento das amostras geológicas obtidas nos trabalhos de prospecção e exploração de crostas cobaltíferas na Elevação do Rio Grande, para um melhor conhecimento da variação geográfica dos teores de minerais de interesse e dos processos envolvidos em sua gênese.

Foi efetuado o planejamento da continuidade dos trabalhos de campo na região e estão em andamento negociações com a USP e a Marinha do Brasil para a realização de expedição à Elevação do Rio Grande, para iniciar os trabalhos previstos no contrato recentemente assinado com a ISBA. Para 2015 está prevista a realização de três segmentos lineares de inspeção visual do fundo oceânico com veículo operado remotamente (ROV) e/ou instalação de equipamentos para monitoramento das variáveis ambientais.

Quantidade alcançada

132.000

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	90.000	km²	132.000	30/12/2014

• **Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROAREA**

Análise Situacional da Meta

Na elaboração do PPA 2012-2015 esta meta foi definida a partir de uma concepção proposta pelo “Programa de Geologia e Geofísica Marinha”(*) e absorvidas pela CPRM e CIRM - Comissão Interministerial para Assuntos do Mar. Previa a realização de levantamentos geológicos e geofísicos em águas internacionais na escala de 1:100.000.

Posteriormente, a CPRM, sintonizada com a CIRM, redefiniu o escopo de seus trabalhos, priorizando o estudo focado na pesquisa de recursos minerais em áreas internacionais, com dois projetos: o PROERG, que objetiva avaliar a potencialidade mineral dos depósitos de crostas cobaltíferas da Elevação do Rio Grande, e o PROCORDILHEIRA, para efetuar o levantamento da potencialidade mineral e biotecnológica dos depósitos hidrotermais da Cordilheira Mesoatlântica.

Assim, os levantamentos geológicos e geofísicos sistemáticos foram despriorizados neste período, com os recursos financeiros da Ação 20LC sendo exclusivamente aplicados no PROERG e no PROCORDILHEIRA.

Na avaliação de 2012 foi informada uma execução física de 220.000 km² para esta meta, que correspondia ao somatório dos trabalhos efetuados naquele ano no PROERG e no PROCORDILHEIRA, que fazem parte do PROAREA, execução esta que se mantém estacionada em 2014, visto que os trabalhos feitos no PROCORDILHEIRA foram na mesma área trabalhada em 2012, e no PROERG não foram realizados trabalhos de campo.

(*) Instituição composta por 15 Universidades brasileiras que atuam em Geologia e Geofísica Marinha, e de outras



instituições vinculadas a pesquisa e/ou ao ensino nestas áreas.

Quantidade alcançada

220.000

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	520.000	km²	220.000	31/12/2014

• **Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROCORDILHEIRA**

Análise Situacional da Meta

Após o desmonte da EACF, o NApOc “Ary Rongel” foi redirecionado para apoiar o atendimento às pesquisas na Antártica, o que refletiu num aumento da taxa de 64% (2012) para 65% (1º semestre de 2013).

Para a OPERANTAR XXXIII, iniciada em outubro de 2014, buscou-se ao máximo o atendimento dos projetos de pesquisa pelos dois navios, sendo o NPO “Alte Maximiano” dedicado, exclusivamente, aos projetos de Oceanografia e o NApOc “Ary Rongel” ficando responsável pelo atendimento aos projetos que necessitavam lançar acampamentos nas ilhas e no continente antártico, bem como com a necessidade de apoio logístico aos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE), que estão funcionando como estação provisória.

A OPERANTAR XXXIII está sendo conduzida com o objetivo de se elevar a taxa de dedicação dos navios à pesquisa, a qual havia alcançado o índice de 68%, ao final do primeiro semestre de 2014. Entretanto, no final do 2º semestre de 2014, a taxa recuou para o patamar de 65,15%. Esta diminuição da taxa de dedicação dos navios à pesquisa é decorrente da necessidade da retirada do NApOc “Ary Rongel” da Antártica para prestar auxílio aos passageiros do 2º Voo de Apoio logístico que se acidentou ao aterrissar na base chilena de Frei, em novembro de 2014.

Instituição Responsável pela Apuração: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Quantidade alcançada

65,15

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	110.000	km²	90.000	30/12/2014

• **Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na Plataforma Continental Jurídica Brasileira**

Análise Situacional da Meta

Em função de restrições orçamentárias foi paralisado o processo licitatório para contratação de “Levantamento a Laser na Plataforma Continental Rasa e Zona Costeira Adjacente de Pernambuco”.

Foram concluídos e publicados os mapas do Arquipélago de Fernando de Noronha, resultantes do emprego da Tecnologia ALB (Airborne LiDAR Bathymetry), bem como o relatório integrado referente a atividade de aquisição e processamento dos dados do aerolevantamento a laser ali efetuado.

Foram também finalizados os seguintes produtos:

- * Relatórios, Carta Batimétrica e Modelo Digital de Terreno da Plataforma Continental Rasa do Estado de Alagoas;
- * Carta Textural da Plataforma Continental Oriental Rasa do Estado do Rio Grande do Norte;
- * Carta Textural da Plataforma Continental Ceará Oeste -Setor Bitubitá;
- * Carta de Caracterização dos Agregados Marinhos da Plataforma Continental Rasa do Estado de Pernambuco.

A unidade de medida desta meta não está adequada, vez que levantamentos distintos muitas vezes são realizados na mesma área física. Assim, os produtos ora disponibilizados, por terem sido realizados em áreas já contabilizadas em outros levantamentos, não representam aumento na área trabalhada.

Quantidade alcançada

35.000

**Data de Referência**

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	280.000	km²	35.000	31/12/2014

OBJETIVO: 0997 - Definir diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e implantar infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em termos das diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, está em curso a elaboração de uma Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, após reformulação do Comitê de Ciências do Mar (CCM), órgão de assessoramento ao MCTI, com este mandato. Somente em 2013 foi possível constituir uma força tarefa no âmbito do CCM, com o objetivo de minutar tal política, não tendo sido possível concluí-la até o fim de 2014. Este objetivo visa atender à Iniciativa 0487 “Elaboração e aprovação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos”.

No que tange à implantação de infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima, objeto da Iniciativa 0488 “Criação e implementação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH) como instrumento para a execução e fomento de uma Política em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e apoio a projetos de grande envergadura, objetivando o desenvolvimento de pesquisa científica nas Ciências do Mar”, ressalta-se que a Associação Civil Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH) foi criada em maio de 2013, como resultado de amplo debate entre Governo, Academia e Setor Privado, iniciado em 2011, e que resultou na definição de que, para a consecução de seus objetivos, o INPOH deveria adotar o modelo de organização social, sob a supervisão do MCTI, e contando com a atuação dos Ministérios da Defesa, da Pesca e Aquicultura e a Secretaria de Portos do Governo Federal. Além destes, integrarão o INPOH representantes da sociedade civil, do setor privado e da academia, envolvidos com a temática do Instituto. Como decorrência, encontra-se em tramitação a Exposição de Motivos Interministerial e a minuta de Decreto Presidencial que a acompanha, já obtidos os pareceres favoráveis de todas as pastas envolvidas, estando o processo no Ministério do Planejamento. Ainda aguarda-se parecer deste órgão e posterior encaminhamento à Casa Civil para assinatura de Decreto de Qualificação. Com isso, será possível celebrar contrato de gestão entre INPOH e MCTI, cuja minuta está em fase avançada de elaboração, já tendo havido rodada de negociação entre as Pastas. Em paralelo, o MCTI, com uma visão de futuro sobre o macroprojeto do INPOH, instituiu uma equipe de consultores de notório saber, contratados para cada área específica de atuação do INPOH, para, em última análise, elaborar proposta de uma agenda científica e de um plano de implementação, incluindo um minucioso levantamento do estado da arte de suas áreas, bem como a identificação de lacunas, potencialidades e parcerias estratégicas. O resultado completo destas análises está disponível no MCTI para consultas e será levado integralmente à apreciação do Conselho de Administração do INPOH.

Metas 2012-2015

- **Elaborar e aprovar, até 2012, a Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, harmonizada com os demais instrumentos jurídicos existentes**

Análise Situacional da Meta

O Comitê de Ciências do Mar (CCM), órgão de assessoramento ao MCTI, tem a incumbência de propor uma política nacional em ciência, tecnologia e inovação para os oceanos. Em 2013, foi constituída uma força tarefa no âmbito do CCM, dando início ao processo de elaboração de tal política. Ao final de 2013 os trabalhos estavam com um percentual de conclusão de 45%. No ano de 2014, não foi possível realizar reunião do CCM, necessária para definir os passos seguintes da elaboração da minuta. Assim, não houve avanço em termos de execução da meta, até o presente momento.



Espera-se que em 2015 possamos reunir o Comitê e deliberar acerca do documento.

Quantidade alcançada

45

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar e aprovar, até 2013, o Planejamento Estratégico para a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH).**

Análise Situacional da Meta

O INPOH encontra-se em fase de qualificação como organização social perante o poder público. Seu estatuto, discutido entre seus membros e aprovado quando da criação da Associação Civil INPOH, aborda os elementos do planejamento estratégico de sua criação, como se dará sua estrutura, organização e áreas de atuação. Adicionalmente, com uma visão de futuro sobre o macroprojeto do INPOH, o MCTI, instituiu uma equipe de consultores de notório saber, contratados para cada área específica de atuação do INPOH, para, em última análise, elaborar proposta de uma agenda científica e de um plano de implementação, incluindo um minucioso levantamento do estado da arte de suas áreas, bem como a identificação de lacunas, potencialidades e parcerias estratégicas. O resultado completo destas análises está disponível no MCTI para consultas e será levado integralmente à apreciação do Conselho de Administração do INPOH, constituindo subsídios imprescindíveis ao seu planejamento estratégico. Entende-se que as discussões ocorridas para determinação do escopo de atuação, das fases de implantação, dos elementos iniciais da minuta de contrato de gestão, da composição e estrutura dos Conselhos do INPOH compõem o planejamento estratégico de criação do INPOH. Somados à proposta de plano de implementação elaborada pelos consultores, a ser analisada pelo Conselho de Administração do INPOH, temos todos os elementos deste planejamento.

Assim, considera-se a meta cumprida, ressaltando que a conclusão e aprovação do planejamento estratégico do INPOH cabe ao seu Conselho de Administração.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Instalar e implementar o Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias até 2014**

Análise Situacional da Meta

O INPOH nasceu da necessidade histórica de preencher a lacuna de conhecimento sobre os oceanos e hidrovias e seus efeitos sobre a sociedade, desenvolvendo tecnologias que atendam ao setor, fomentando a indústria nacional e permitindo a inovação, que gerará forte impacto sobre a economia e o bem estar.

Para a consecução de seus objetivos, discutiu-se adotar o modelo de organização social, com a supervisão do MCTI e apoio das Pastas de Defesa, Pesca e Aquicultura e Portos do Governo Federal. Além destes, integram o INPOH representantes da sociedade civil, do setor privado e da academia, envolvidos com a temática do Instituto. Assim, foram tramitadas as minutas de exposição de motivos interministerial e de decreto presidencial para análise das pastas envolvidas, tendo havido a assinatura dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Pesca e Aquicultura, da Defesa e da Secretaria de Portos da Presidência, estando o processo em discussão no MPOG e Casa Civil.

Findo o processo de qualificação, e posterior publicação de decreto presidencial, está prevista a assinatura de contrato de gestão entre INPOH e MCTI, como supervisor, e os Ministérios da Defesa, da Pesca e da Aquicultura e a Secretaria de Portos da Presidência, como intervenientes. Discussões acerca do conteúdo deste contrato já foram feitas e já há uma minuta de consenso prévio entre as pastas. Aguarda-se a decisão emanada do MPOG e Casa Civil para finalizar o processo de qualificação do INPOH, não tendo sido possível sua instalação e implementação em 2014. Espera-se que em 2015 obtenhamos a assinatura final e posterior qualificação do Instituto, o que acarretará em sua instalação e implementação.



PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Cobertura do bioma Amazônico com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	100	10/02/2012	100
Cobertura do bioma Caatinga com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	2,2	10/02/2012	2,2
Cobertura do bioma Cerrado com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	62,77	10/02/2012	62,77
Cobertura do bioma Mata Atlântica com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	26,36	10/02/2012	26,36
Cobertura do bioma Pampa com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	0	10/02/2012	0
Cobertura do bioma Pantanal com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	100	10/02/2012	100
Maior PIB per capita Estadual/Menor PIB per capita Estadual	%	31/12/2008	8,56	31/12/2012	7,945
Maior PIB per capita Mesorregional/Menor PIB per capita Mesorregional	%	31/12/2008	21,06	31/12/2010	17,84
Maior PIB per capita Microrregional/Menor PIB per capita Microrregional	%	31/12/2008	24,17	31/12/2010	22,84
Número de Colegiados Territoriais Consolidados	unidade	30/06/2011	76	31/12/2014	225
Participantes sócios em empreendimentos econômicos solidários	unidade	01/01/2008	1.687.035	31/12/2014	1.687.044
PIB Centro-Oeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	9,2	31/12/2012	9,8008
PIB Nordeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	13,11	31/12/2012	13,5557
PIB Norte/PIB Nacional	%	31/12/2008	5,1	31/12/2012	5,2681
PIB Sudeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	56,03	31/12/2012	55,1901
PIB Sul/PIB Nacional	%	31/12/2008	16,56	31/12/2012	16,1849

Observações:

Cobertura do bioma Amazônico com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - Referência dos dados: PNIA – PAINEL NACIONAL DE INDICADORES AMBIENTAIS



http://www.mma.gov.br/pnia/Arquivos/Temas/Terras_e_Solos_TSO/3_Planejamento_e_Gestao_Territorial/TSO_3_1/Texto_TSO_3_1.pdf

Última data de atualização: 10.02.2012

Cobertura do bioma Caatinga com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - Referência dos dados: PNIA – Painel Nacional de Indicadores Ambientais

http://www.mma.gov.br/pnia/Arquivos/Temas/Terras_e_Solos_TSO/3_Planejamento_e_Gestao_Territorial/TSO_3_1/Texto_TSO_3_1.pdf

Última data de atualização: 10.02.2012

Cobertura do bioma Cerrado com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - Referência dos dados: PNIA – Painel Nacional de Indicadores Ambientais

http://www.mma.gov.br/pnia/Arquivos/Temas/Terras_e_Solos_TSO/3_Planejamento_e_Gestao_Territorial/TSO_3_1/Texto_TSO_3_1.pdf

Última data de atualização: 10.02.2012

Cobertura do bioma Mata Atlântica com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - Referência dos dados: PNIA – Painel Nacional de Indicadores Ambientais

http://www.mma.gov.br/pnia/Arquivos/Temas/Terras_e_Solos_TSO/3_Planejamento_e_Gestao_Territorial/TSO_3_1/Texto_TSO_3_1.pdf

Última data de atualização: 10.02.2012

Cobertura do bioma Pampa com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - Referência dos dados: PNIA – Painel Nacional de Indicadores Ambientais

http://www.mma.gov.br/pnia/Arquivos/Temas/Terras_e_Solos_TSO/3_Planejamento_e_Gestao_Territorial/TSO_3_1/Texto_TSO_3_1.pdf

Última data de atualização: 10.02.2012

Cobertura do bioma Pantanal com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - Referência dos dados: PNIA – Painel Nacional de Indicadores Ambientais

http://www.mma.gov.br/pnia/Arquivos/Temas/Terras_e_Solos_TSO/3_Planejamento_e_Gestao_Territorial/TSO_3_1/Texto_TSO_3_1.pdf

Última data de atualização: 10.02.2012

Maior PIB per capita Estadual/Menor PIB per capita Estadual - Defasagem de 2 anos, com publicação anual em novembro.

ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/pdf/comentarios.pdf

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; e Coordenação de População e Indicadores Sociais. População estimada para 1º de julho de 2012 segundo os municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU em 31.10.2012.

Maior PIB per capita Mesorregional/Menor PIB per capita Mesorregional - Não há apuração mais recente.

Maior PIB per capita Microrregional/Menor PIB per capita Microrregional - Não há apuração mais recente.

Número de Colegiados Territoriais Consolidados - Considera-se colegiado consolidado àquele que, uma vez constituído, tenha realizado atividades a partir do apoio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA. Em 2014, 193 territórios recebem o apoio para o seu funcionamento por meio dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) e outros 32 recebem apoio mediante contratos com ONGs referentes a exercícios anteriores.

Participantes sócios em empreendimentos econômicos solidários - A periodicidade de mensuração do indicador é trienal e a próxima medição ocorrerá em dezembro de 2014. O valor apurado é uma medição parcial.

F o n t e :
<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>

PIB Centro-Oeste/PIB Nacional - Defasagem de 2 anos, com publicação anual em novembro

Dados de 2012. Em ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/pdf/tab01.pdf

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

PIB Nordeste/PIB Nacional - Defasagem de 2 anos, com publicação anual em novembro

Dados de 2012. Em ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/pdf/tab01.pdf

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

PIB Norte/PIB Nacional - Defasagem de 2 anos, com publicação anual em novembro

Dados de 2012. Em ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/pdf/tab01.pdf



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

PIB Sudeste/PIB Nacional - Defasagem de 2 anos, com publicação anual em novembro

Dados de 2012. Em ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/pdf/tab01.pdf

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

PIB Sul/PIB Nacional - Defasagem de 2 anos, com publicação anual em novembro

Dados de 2012. Em ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/pdf/tab01.pdf

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

OBJETIVO: 0789 - Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito desse Objetivo, contemplam-se ações e iniciativas voltadas à institucionalização da PNDR e da PNOT; realização de planos regionais; capacitação e cooperação em desenvolvimento regional e territorial; e estruturação e fortalecimento do Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional com vistas à superação das desigualdades regionais e ao ordenamento do território.

Quanto à institucionalização da PNDR, em 2012 foi iniciada a reformulação da PNDR e o MI deu os primeiros passos com a articulação e realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional-CNDR, com o objetivo de promover um debate de abrangência nacional. A CNDR se fundamentou em quatro eixos temáticos: governança, participação social e diálogo federativo; financiamento do desenvolvimento regional; desigualdades regionais e critérios de elegibilidade; e vetores de desenvolvimento regional sustentável. Contou, ainda, com representantes dos seguintes segmentos: poder público, sociedade civil, setor empresarial e instituições de ensino superior, pesquisa e extensão. Seguindo este padrão, foram realizadas 27 edições de etapas estaduais/distrital e 5 edições de etapas macrorregionais da CNDR. Em 2013, realizou-se a etapa nacional e os subsídios gerados serviram de base para formulação da proposta de Projeto de Lei. Em 2014, foi elaborada e encaminhada à Casa Civil proposta de Projeto de Lei da PNDR (Protocolo nº SIDOF NUP 59250.000053/2014-80).

A DIMENSÃO ESTRATÉGICA DA PNDR

No primeiro semestre de 2014, por intermédio da Portaria/MI nº 196, de 27 de maio de 2014, foi instituído GT para atualizar os critérios técnicos necessários à delimitação do semiárido brasileiro, região tratada como prioritária pela PNDR. Adicionalmente, há um conjunto de políticas públicas que adotam a região como recorte específico e ações de governo nos diversos níveis que convergem para ela, em uma proposta de intersectorialidade horizontal e esforço conjunto dos entes federativos que buscam superar o quadro de desigualdades que historicamente caracteriza essa porção do território brasileiro. Dessa forma, a iniciativa de atualização do recorte territorial do semiárido encontra-se associado à PNDR, da mesma forma que a delimitação se relaciona fortemente com a política de ordenamento do território. Também estão sendo contratados estudos visando à identificação das agendas convergentes entre os diversos órgãos federais e a instituição de mecanismos de cooperação intersectorial, denominados Pacto de Metas. Serão instrumentos que permitirão dar um salto de qualidade para uma ação mais coordenada, convergente e eficaz do Governo Federal nas regiões marcadas pelas desigualdades. Além disso, poderão avançar para uma nova forma de compromisso entre o poder público e a sociedade.

A ESTRUTURAÇÃO E O FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SNIDR

Em 2012, iniciou-se processo de implementação do SNIDR, que consiste em estratégia de monitoramento e avaliação integrada e articulada com programas e projetos do MI e demais órgãos do Governo Federal para fortalecer a ação da política regional no Brasil. Sua operacionalização se dará por meio do Observatório do Desenvolvimento Regional



(ODR), cujo propósito é reunir, em um repositório de informações georeferenciadas provenientes de instituições governamentais que englobam dimensões de importância central para o desenvolvimento regional e possibilitará o monitoramento, avaliação e garantia do controle social da PNDR e da dinâmica regional brasileira. O ODR foi lançado durante a I CNDR, e encontra-se disponível para a sociedade. Atualmente, o Sistema conta com mais de 500 indicadores obtidos junto a fontes oficiais do governo e do setor privado, englobando dimensões relevantes do desenvolvimento regional. Adicionalmente, encontra-se disponível como uma ferramenta on line, possibilitando a construção de relatórios informativos e a plotagem em mapas. Tais ferramentas contribuem para a qualificação da tomada de decisão no MI e de outros órgãos federais ou de outras esferas da federação, na medida em que viabiliza análises comparativas e visualizações das ações em mapas construídos com rapidez e rigor metodológico. Em 2014, por meio de acordo de cooperação firmado com o IPEA, foram contratados 12 bolsistas do para a realização de estudo e levantamento sobre indicadores dos fundos constitucionais e de desenvolvimento; e para avaliação e construção de novos indicadores sintéticos e intermediários para PNDR.

A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM DIVERSAS ESCALAS

Em 2012, foram elaborados 4 planos Mesorregionais, 8 Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – PDIF e 1 do Alto Paraopeba. No ano de 2013, foi entregue o PDIF do estado do Pará e foi iniciada a contratação para a elaboração do Plano de Ação da RIDE do Polo da Grande Teresina, com previsão de conclusão para o ano de 2014, sob responsabilidade da Codevasf. Em 2014, a Sudam concluiu os estudos Política de Desenvolvimento Industrial da Amazônia Legal e o Identificação dos Microeixos de Transporte de Cargas dos Estados do Amapá, Amazonas e Pará. Encontra-se em andamento o Estudo do Mercado de Etanol Combustível na Amazônia Legal. No MI, foi concluído o PDIF do Estado do Paraná e está em andamento a elaboração dos Planos de Desenvolvimento do Estado de Rondônia e da Área de Abrangência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, ambos com previsão de término para 2015.

Ainda, de forma a promover o tema, o MI vem divulgando o desenvolvimento regional por meio:

- Prêmio Celso Furtado: tem por objetivo promover a reflexão acerca do desenvolvimento regional no Brasil, do ponto de vista teórico e prático. O público-alvo compreende segmentos representativos da sociedade brasileira, do poder público à sociedade civil organizada, na discussão e identificação de medidas concretas para a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento;
- Rede Latino-Americana de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional – REDE: A REDE representará um espaço de diálogo e convergência institucional, intercâmbio técnico e compartilhamento de informações em subsídio às políticas de desenvolvimento regional ou territorial dos países latino-americanos, nos marcos de um processo de aproximação Sul-Sul, com o apoio da cooperação técnica internacional. Na fase atual pretende-se aprofundar as articulações entre seus membros.

Metas 2012-2015

- **Aprovar o marco legal da Política Nacional de Ordenamento Territorial**

Análise Situacional da Meta

No período 2012-2013, o Ministério da Integração Nacional concentrou esforços na construção de proposta para reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR. Em 2014, o MI iniciou a preparação metodológica para a elaboração de uma Política de Ordenamento Territorial.

- **Criar 27 comitês estaduais de desenvolvimento regional que promovam o fortalecimento da governança da Política de Desenvolvimento Regional – PNDR**

Análise Situacional da Meta

Para viabilizar a realização das etapas estaduais, macrorregionais e nacional da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) articulou-se com os governos estaduais e do Distrito Federal, no âmbito da organização das respectivas etapas estaduais, para criar as 27 Comissões



Organizadores Estaduais (COE) que foram constituídas para a CNDR no ano de 2012. Sua criação serviu para identificar os atores-chave de cada segmento, de modo a formar um grupo-base que impulse a criação e a consolidação de um sistema de governança e fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

A expectativa é que elas sirvam de apoio e impulso para a criação do sistema de governança pensado pela nova PNDR, a partir da estruturação de uma rede de desenvolvimento regional, que envolverá instâncias sub-regionais, estaduais, macrorregionais e nacional, conforme discutido em eixo específico da I CNDR.

Quantidade alcançada 2012: 27 comitês estaduais de desenvolvimento regional

Quantidade alcançada 2013: 0

Quantidade alcançada 2014: 0

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

19/02/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	4	30/06/2014
Região Nordeste	9	unidade	9	30/06/2014
Região Norte	7	unidade	7	30/06/2014
Região Sudeste	4	unidade	4	30/06/2014
Região Sul	3	unidade	3	30/06/2014

• Elaborar 19 planos de desenvolvimento regional nas escalas macrorregional, estadual e sub-regional

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014, foram elaborados 17 planos de desenvolvimento em múltiplas escalas de abrangência territorial (regiões, estados), conforme detalhamento anexo. Os planos de desenvolvimento resultam de um processo participativo e colaborativo no qual são efetivamente envolvidos representantes dos segmentos sociais com atuação no território (empreendedores, entidades representativas de classes, instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais, administração pública). Tal abordagem coloca à disposição da sociedade um instrumento de atuação que, na visão dos atores do território, agrega um conjunto de medidas de promoção de desenvolvimento, responsáveis por sua execução e respectivo cronograma de implantação.

Quantidade alcançada 2012: 13 (4 Região Norte PDIF AM, AP, RO e RR; 4 Mesorregionais - PAIS Xingó, Seridó, Chapada das Mangabeiras e PDTS Meio Norte; 2 Região Centro-Oeste - PDIF MT e MS, 1 Região Sudeste - Plano Alto Paraopeba e 2 Região Sul - PDIF SC e PDIF RS)

Quantidade alcançada 2013: 2 (Região Sul - PDIF PR) e (Região Norte - PDIF PA)

Quantidade alcançada 2014: 2 (Região Norte - Estudos de Identificação dos Microeixos de Transporte de Cargas nos Estados do Amapá, Amazonas e Pará e Política de Desenvolvimento Industrial da Amazônia Legal – PDIAL

Sudene: Nordeste - PDRS Salgueiro

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

19/02/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	2	30/06/2014
Região Nordeste	8	unidade	4	30/06/2014
Região Norte	3	unidade	7	30/06/2014
Região Sudeste	3	unidade	1	30/06/2014
Região Sul	2	unidade	3	30/06/2014



• **Reformular e aprovar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento Regional**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, deu-se início ao processo de reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Para reformular, discutir e aprovar o marco legal da PNDR, tomou-se a decisão de levar o tema para o centro da agenda política nacional mediante a realização da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR) cujo objetivo foi discutir de forma participativa os princípios e as diretrizes que orientariam a reformulação da nova Política.

O processo estruturou-se em torno de três etapas inter-relacionadas. Na primeira, foram realizadas conferências nas 27 Unidades da Federação entre os meses de agosto e outubro de 2012. Na sequência, aconteceu a segunda etapa, quando foram realizadas as conferências macrorregionais, entre outubro e novembro de 2012. Por último, em março de 2013, foi realizada a etapa nacional. Nas três etapas, participaram dos debates mais de 13.000 pessoas do setor público, empresarial, da sociedade civil organizada e das instituições de ensino e pesquisa. As estruturas de governança, projetos estruturantes, papel das instituições regionais, planos de desenvolvimento macrorregionais foram alguns dos temas discutidos.

Finalmente, como produto da Conferência, elegeram-se 32 princípios e 95 diretrizes que subsidiarão a reformulação da PNDR. Com base nos subsídios gerados pela CNDR, no ano de 2014, foi encaminhado à Casa Civil da Presidência da República Projeto de Lei para a nova PNDR (Protocolo nº SIDOF NUP 59250.000053/2014-80).

OBJETIVO: 0790 - Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Relativamente aos Fundos Constitucionais de Financiamento, no exercício de 2012 foram tomadas, dentre outras, as seguintes medidas: a) Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, incluindo, dentre as atividades econômicas beneficiárias dos recursos dos Fundos Constitucionais, as atividades comerciais e de prestação de serviços. Nessa medida, foi revogado o § 3º do artigo 4º, extinguindo com isso o limite máximo de 20% das disponibilidades anuais de recursos de cada um dos Fundos Constitucionais para o financiamento das atividades comerciais e de serviços; aprovação da nova regulamentação do artigo 15-D desta Lei, que orientou a liquidação de dívidas do FNE e do FNO, pelo equivalente financeiro do valor atual dos bens passíveis de penhora, criando/aperfeiçoando mais um mecanismo para os bancos administradores atuarem na recuperação de operações inadimplidas contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais; b) Criação das linhas de crédito especiais para atender os produtores rurais e empreendedores prejudicados pela seca e estiagem, na região Nordeste, e das enchentes e enxurradas na região Norte. No caso do FNE houve prorrogação dessas linhas até dezembro de 2013 e, em relação ao FNO até maio do mesmo ano, destinando R\$ 3,8 bilhões, dos quais R\$ 3,45 bilhões para o Nordeste e R\$ 350 milhões para o Norte.

Já em 2013, foram publicadas, dentre outras, as seguintes normas: a) Resolução do CMN nº 4.181, de 7 de janeiro, que definiu os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais. As operações contratadas no período de janeiro a junho de 2013 tiveram taxa efetiva de juros de 3,53% a.a. e, as contratadas no período de julho a dezembro de 2013 de 4,12% a.a. A resolução definiu, ainda, a concessão de bônus de adimplência de 15% sobre a parcela da dívida, desde que quitada até a data do vencimento; b) Resoluções CMN nº 4.211 e n. 4.212, ambas de 18 de abril, autorizaram as instituições financeiras a renegociar as parcelas vencidas e vincendas em 2012, 2013 e 2014, referentes às operações de crédito rural de custeio e investimento, inclusive as parcelas prorrogadas, por autorização do CMN, em situação de adimplência, em 31 de dezembro de 2011, contratadas por agricultor familiar, ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e por produtor rural, cujo empreendimento estivesse localizado em município da área de atuação da Sudene, em que tenha havido decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca ou estiagem, com



reconhecimento pelo MI a partir de 1º de dezembro de 2011; c) Resoluções nº 4.214 e nº 4.215, de 30 de abril, prorrogaram até 30 de dezembro de 2013 o prazo para a contratação das linhas especiais de crédito de investimento e de custeio para os agricultores familiares enquadrados no Pronaf e demais produtores rurais afetados pela seca ou estiagem na área de atuação da SUDENE, além de estabelecer novos prazos para reembolso; d) Resoluções CMN nº 4.250 e nº 4.251, ambas de 16 de julho, que autorizam a renegociação das operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas entre 2007 e 2011, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por agricultores familiares que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); e) Lei nº 12.844, de 19 de julho, que autorizou a concessão de rebate para liquidação até 31 de dezembro de 2014, das operações de crédito rural de valor originalmente contratado até R\$100.000,00 (cem mil reais), com recursos de fontes públicas, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da SUDENE, contratadas até 31 de dezembro de 2006; f) Resolução nº 4.260, de 22 de agosto, que instituiu linha de crédito rural com recursos do FNE e do FNO para liquidação até 31 de dezembro de 2014, e operações de crédito rural de custeio e investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, daqueles Fundos ou das instituições financeiras oficiais federais, independentemente da fonte de recursos, contratadas até 31 de dezembro de 2006, no valor original de até R\$200.000,00 (duzentos mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário, que estivessem em situação de inadimplência em 30 de junho de 2012. Ademais, com objetivo de aperfeiçoar a gestão dos Fundos Regionais, o MI e o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) celebraram Acordo de Cooperação Técnica nº 19 (ACT n.19/2013), com vigência de cinco anos, cuja finalidade é estabelecer ações conjuntas que assegurem a realização de estudos, pesquisas e eventos em áreas de mútuo interesse, principalmente, no que se refere a temas concernentes ao padrão de desenvolvimento regional brasileiro, ao monitoramento e à avaliação dos instrumentos da política regional.

No que diz respeito ao exercício de 2014, foram publicadas, dentre outras, as seguintes resoluções: a) Resolução CMN nº 4.304, de 20 de janeiro, que definiu novos encargos financeiros e bônus de adimplência para as operações realizadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014; b) Resoluções nº 4.314 (27/3/2014) e 4.315 (27/3/2014), alteradas pela Resolução nº 4.387 (18.12.2014), que autorizam, respectivamente, a renegociação de operações de crédito e operações de crédito rural contratadas ao amparo de recursos dos Fundos constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e Norte (FNO).

Em relação aos Fundos de Desenvolvimento Regional, este teve em 2012 suas normas revistas, resultando na publicação dos normativos abaixo: a) Medida Provisória nº 564/2012, convertida na Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que consolidou o processo de financeirização do FDA e do FDNE. O objetivo dessa reformulação era garantir que o aporte de recursos aos Fundos de Desenvolvimento não impactasse o superávit primário das Contas de Governo, transferindo, para tanto, a assunção de todo o risco das operações aos agentes operadores daqueles fundos; b) Lei nº 12.712, entre outras medidas, tratou sobre o aporte de recursos dos Fundos de Desenvolvimento, autorizou a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras nas operações de financiamento, a título de equalização da taxa de juros, além de estabelecer que os critérios e condições nos financiamentos com recursos dos Fundos de Desenvolvimento deverão ser definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional; c) Decretos nos 7.838 e 7.839, ambos de 9 de novembro de 2012, que aprovaram os novos regulamentos do FDNE e do FDA; d) Resolução CMN nº 4.171, de 20 de dezembro de 2012, que estabeleceu critérios, condições e prazos para a concessão de financiamentos ao amparo de recursos desses Fundos.

Por sua vez, em 2013 foram publicados os seguintes normativos: a) Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, autorizou a União conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxa de juros, nas operações de crédito para investimentos no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO e; b) Decreto nº 8.067, de 14 de agosto de 2013, que aprovou o regulamento do FDCO com sistemática idêntica aos demais Fundos de Desenvolvimento.

Por fim, no exercício de 2014, foi publicada a Resolução CMN nº 4.303, que estabeleceu novos encargos financeiros, que



variavam de 6% a.a. até 7,5% a.a., para a concessão de financiamentos, a partir de 21 de janeiro de 2014, com recursos dos Fundos de Desenvolvimento.

No que se refere às liberações de recursos dos Fundos Fiscais de Investimento da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor), no período de 2012 a dezembro de 2014, foram realizadas 09 (nove) autorizações de liberações que atingiram o montante de R\$ 202,0 milhões. Deste total, destaca-se a destinação de R\$ 61,6 milhões, ou seja, 31% para o projeto da Transnordestina Logística. No decorrer do período, 49 (quarenta e nove) projetos foram contemplados com a emissão do Certificado de Empreendimento Implantado - CEI, sendo emitidos 41 (quarenta e um) certificados para beneficiárias incentivadas pelo Finam e 08 (oito) pelo Finor. Ainda para estes Fundos, em 26 de dezembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 634, prorrogando, até dezembro de 2017, o prazo para a opção pela aplicação do imposto de renda no Finam e no Finor, em favor dos projetos aprovados e que constava em processo de implantação até 2 de maio de 2001, em conformidade com o art. 9º e parágrafos da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991. Referentemente aos Incentivos Fiscais, em 2012, foi publicada a Lei nº 12.715, de 17 de setembro, prorrogando por mais cinco anos os benefícios e os incentivos fiscais que tinham previsão de término em 2013, benefícios esses concedidos às empresas instaladas nas áreas de atuação da Sudam e Sudene. No mesmo ano, os incentivos fiscais foram estendidos aos empreendimentos localizados na região do Vale do Mucuri, em Minas Gerais. Em 2013, foi aprovada a consolidação do regulamento comum às regiões da Amazônia e do Nordeste, por meio da Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 283, de 4 de julho de 2013, contemplando os incentivos concedidos às empresas instaladas nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene.

Metas 2012-2015

• Aplicar 100% dos recursos programados no exercício.

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizadas 640.172 contratações, somando R\$22,1 bilhões de reais. Deste montante, R\$5,8 bilhões foram aplicados pelo Banco do Brasil na região centro-oeste, R\$11,9 bilhões pelo Banco do Nordeste do Brasil na região nordeste, e R\$4,3 bilhões pelo Banco da Amazônia na região norte. Naquele mesmo ano, as unidades federativas que mais contrataram por Fundo foram Goiás e Mato Grosso, no FCO (31,9% e 31,1% do total do valor aplicado na região centro-oeste); Pernambuco, Bahia e Ceará, no FNE (23,7%, 20,4% e 13,2%, respectivamente, do total do valor aplicado na região nordeste); e Rondônia, Pará e Amazonas, no FNO (32,7%, 29,0% e 15,3%, respectivamente, do total do valor aplicado na região norte). Incluindo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), 54,3% dos recursos aplicados e 99,5% do número de contratos firmados foram realizados com empreendedores de menor porte, cuja renda bruta anual resultasse em até R\$ 16 milhões. Ocorreu também, no referido exercício, a criação de linhas emergenciais de financiamento, voltadas para municípios em reconhecida situação de emergência ou calamidade pública, em razão de enchentes e secas.

Em relação ao exercício de 2013, foram realizadas 648.394 contratações (8.222 operações a mais do que em 2012), somando R\$23,5 bilhões de reais, montante 6,3% superior ao do exercício anterior. Os Fundos Constitucionais, em 2013, não só alcançaram suas metas, mas tiveram um valor de contratação superior ao valor previsto. O setor rural e o de comércio e serviços, respectivamente, foram os setores que mais aplicaram recursos. No FCO, foram responsáveis por 52,9% e 25,9%. No FNE por 41,8% e 28,9%. Já no FNO, 38,1% e 31,7%. No balanço daquele mesmo ano, foram apontadas as unidades federativas que mais contrataram, sendo a Bahia e Pernambuco no FNE (23,9% e 14,3% respectivamente, do contratado no Nordeste); Goiás e Mato Grosso no FCO (33,5% e 29,0% do total contratado na região Centro-Oeste); Pará e Amazonas no FNO (33,4% e 22,5%, respectivamente, do contratado no Norte). Por ora, em 2013, o FNE Seca foi responsável por 279.595 operações contratadas, encerrando-se em 31 de dezembro. Já em relação ao FNO Emergencial, este número foi de 3.231, porém até 31 de maio, data em que esta linha emergencial finalizou-se.

Referentemente ao exercício de 2014, foi previsto para os três Fundos Constitucionais o montante de R\$24 bilhões e contratado até outubro daquele ano R\$17,6 bilhões. Categorizado por porte, até outubro, 74,5% dos recursos do FCO foram aplicados nos empreendimentos de menor porte, e 25,5% nos de médio e grande porte. No caso do FNE houve



um equilíbrio, sendo destinados 50% para os de menor porte e 50% para os de médio e grande porte. Já no FNO, os de menor porte foram responsáveis por 77,5% das aplicações e os de médio e grande porte por 22,5%. Os Fundos Constitucionais de Financiamento vêm, como se verifica ao longo do texto, alcançando suas metas. Para o exercício de 2014, a tendência é a mesma, tendo em vista que até outubro houve aplicação de 73% dos recursos.

Obs.:

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte: FNO;

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: FDNE;

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste: FCO.

Quantidade alcançada

73

Data de Referência

30/10/2014

- **Comprometer 100% das disponibilidades dos recursos programados no exercício em projetos de interesse do desenvolvimento regional.**

Análise Situacional da Meta

Os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, do Nordeste - FDNE e do Centro Oeste -FDCO são instrumentos de promoção do desenvolvimento regional criados com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em infraestrutura e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de novos negócios e de novas atividades produtivas. De 2012 a 2014 foram disponibilizados àqueles Fundos recursos na ordem de R\$12,8 bilhões, sendo R\$ 4,2 bilhões para o FDA, R\$ 6,05 bilhões para o FDNE e R\$ 2,6 bilhões para o FDCO. Desses recursos foi empenhado o montante de R\$ 11,4 bilhões. Do valor total de recursos empenhados pelo FDA, a maior parcela se concentrou no estado do Pará (R\$ 1,9 bilhão). Quanto ao FDNE, Pernambuco foi o estado que absorveu a maior parcela, com R\$ 4,9 bilhões. Em relação ao FDCO, quem se destacou foi o estado do Mato Grosso do Sul, com R\$ 1,1 bilhão. Ainda no período supracitado, do montante empenhado nos três Fundos, o setor industrial destacou-se absorvendo 73% do FDCO, 89% do FDA e 55% do FDNE.

Quantidade alcançada

97,06

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0791 - Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal vem buscando fortalecer a institucionalização das instâncias de governança da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, do Grupo de Trabalho Permanente de Arranjos Produtivos Locais (GTP APL) e dos Núcleos estaduais e dos Comitês Gestores nos APLs. Os Núcleos Estaduais de Apoio a Arranjos Produtivos Locais (NEs) possuem o papel de organizar as demandas dos APLs locais, analisar suas propostas e promover as articulações institucionais com vistas ao apoio demandado.

Durante 2014, o GTP APL prosseguiu com o trabalho de acompanhamento, mobilização, articulação e cooperação com os Núcleos Estaduais. Foram realizadas atividades de capacitação para inserção de dados no Observatório de APLs, no estado de São Paulo, em maio de 2014. A Secretaria Executiva do GTP APL participou da reinstalação do Núcleo Estadual do Amazonas, em abril de 2014.

Quanto ao Programa de Gestores e Articuladores de Arranjos Produtivos Locais, o histórico desse projeto revelou que a



profissionalização da gestão de APLs é de extrema importância para o desempenho desses, o que reforça a necessidade de capacitação. Nesse sentido, iniciativa do MDIC e da ABDI convergiram para a elaboração de um plano que definisse diretrizes e estratégias de capacitação. A parceria foi formalizada em um convênio, em 2011, e o primeiro produto entregue foi o PNC – Plano Nacional de Capacitação, no 1º semestre de 2014. Em seguida, foi contratada a elaboração do material didático dos quatro cursos definidos pelo Plano: (i) Curso Avançado para Formuladores e Executores de Políticas para APLs; (ii) Curso Intermediário para Formuladores e Executores de Políticas para APLs; (iii) Curso para Gestores e Multiplicadores Locais; e (iv) Curso para Empreendedores e Agentes Produtivos Locais. Em fase preliminar, o material didático e a plataforma de ensino foram testados em duas turmas piloto.

O curso intermediário para formuladores de políticas e o curso para empreendedores foram ministrados entre 1º de julho e 10 de setembro de 2014. No que tange ao conteúdo, todo ele já foi revisado pela Secretaria Executiva do GTP APL e a consultoria está fazendo as correções solicitadas. As recomendações gerais de melhoria do Comitê Temático do PNC englobam: critérios de seleção mais adaptados ao público-alvo; cronograma mais longo; modalidade de ensino à distância ou presencial adequada para cada realidade; melhoramento de algumas ferramentas da plataforma, em especial os comunicadores instantâneos; e desenvolvimento de uma ferramenta de controle de frequência ou acesso.

Além disso, também está em processo de construção o Mapa da Produção em APLs no País, que contará com pesquisa de campo para geração de indicadores.

O Observatório de APLs encontra-se em plena operação e visa à gestão do conhecimento, ao monitoramento e à avaliação de Arranjos Produtivos Locais. Com o objetivo de formular políticas públicas em APLs, foram finalizados os estudos para os setores de agregados da construção civil, cerâmica vermelha, florestas plantadas da região amazônica e ovinocaprinocultura.

Metas 2012-2015

• Instituir e implementar a Política Nacional para Arranjos Produtivos Locais

Análise Situacional da Meta

No final de 2012 o MDIC elaborou e apresentou o Termo de Referência da 2ª Geração de Políticas para APLs, tendo sido proposta uma revisão metodológica em 2013.

No entanto, devido às circunstâncias políticas que o GTP APL se encontrava, optou-se por não realizar tal revisão e, assim, utilizar as diretrizes estabelecidas no Termo de Referência da política para implementar os projetos e ações, aprovados em plenária no GTP APL. Entre os projetos e ações implementados pelo MDIC podemos destacar: o Plano Nacional de Capacitação para Gestores de APLs; o Projeto de APLs de Economia Criativa, em parceria com o Ministério da Cultura (Minc); o Projeto de Qualificação de Fornecedores em APLs dos setores de Automotivo, Petróleo, Gás e Naval; a 6ª Conferência Brasileira de APLs; o lançamento do Observatório Brasileiro de APLs e ações voltadas à inserção de dados, como diversas rodadas de capacitação de representantes indicados pelos Núcleos Estaduais e APLs, além do trabalho permanente da Secretaria-Executiva, e da mobilização para o uso da Rede Social de APLs.

Na 2ª reunião plenária do GTP APL em 2014, realizada em 27 de novembro, foi aprovada a proposta de revisão metodológica da Política Nacional de apoio aos APLs a partir de 2015. O Grupo concluiu que há a necessidade de atualização dos documentos que estabelecem a metodologia do GTP APL, em especial para adequar ao que é praticado atualmente pelas instituições.

Sendo assim, podemos considerar a Meta de instituição e implementação da PNAPL em execução.

OBJETIVO: 0792 - Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.



Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo contempla ações e iniciativas voltadas ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias. Para tanto, foram firmados convênios de apoio à inovação de Arranjos Produtivos Locais (APL) e à ampliação e ao fortalecimento das estruturas produtivas, além de projetos na área de difusão de tecnologias, tendo quatro instituições envolvidas: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene) e do Centro-Oeste (Sudeco).

No que se refere à meta de desenvolvimento de projetos de apoio à inovação em 10 APL, sob a responsabilidade do MDIC, foi alcançada com sucesso, por meio de convênios firmados com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) em três estados: IEL/BA, IEL/MG e IEL/PE no ano de 2012. Esses convênios visaram à qualificação de fornecedores no entorno de grandes empreendimentos e de empresas âncoras, do setor automotivo, de petróleo, gás e naval, com foco na inovação tecnológica e no incremento do fluxo de mercadorias inter-regional, a partir da metodologia de APL, inclusive pela atração de novos empreendedores que possam atuar de maneira integrada.

Por sua vez, a ampliação e o fortalecimento das estruturas produtivas concretizaram-se por meio de convênio com a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco – SARA para desenvolvimento do Projeto de Capacitação de Produtores Familiares e Fortalecimento das Estruturas Produtivas da Caprinocultura e Apicultura. As metas do projeto compreendem a realização de 40 cursos de ovinocaprinocultura para 600 criadores, 12 cursos em apicultura básica para 180 apicultores e aquisição de 540 colméias Langstroth e 12 conjuntos de extração de mel, abrangendo 21 municípios do Estado de Pernambuco.

Em 2014, para o Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação, a Sudeco iniciou o projeto de elaboração de diagnóstico de viabilidade técnica e econômica da implantação de um Parque Tecnológico Internacional (PTIN) em Ponta Porã - MS, na fronteira Brasil-Paraguai. A Sudene, por sua vez, colaborou diretamente em duas iniciativas: o Centro Vocacional Tecnológico – CVT de Tobias Barreto/SE (infraestrutura laboratorial para caracterização físico-química de oleaginosas com potencial produtivo) e o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – Cetene (soluções alternativas para a geração de energia).

Metas 2012-2015

• Desenvolvimento de projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais

Análise Situacional da Meta

Considera-se alcançada 100% dessa meta, com o desenvolvimento de projetos no entorno de grandes empreendimentos e de empresas âncoras dos setores automotivo, de petróleo, de gás e naval, com foco na inovação tecnológica e no incremento de fluxo de mercadorias inter-regional, a partir da metodologia de APLs, inclusive pela atração de novos players que possam atuar de maneira integrada.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

15/05/2013

• Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação da Amazônia

Análise Situacional da Meta

Conforme informações da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), não houve aporte de recursos face aos limites de empenho estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional.

Quantidade alcançada 2012: 0



Quantidade alcançada 2013: 0

Quantidade alcançada 2014: 0

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/06/2014

• **Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Centro-Oeste**

Análise Situacional da Meta

A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) informou que não houve execução nos anos de 2012 e 2013. Em 2014, está em andamento um projeto de elaboração de diagnóstico de viabilidade técnica e econômica da implantação de um Parque Tecnológico Internacional (PTIN) em Ponta Porã - MS, na fronteira Brasil-Paraguai.

Quantidade alcançada 2012: 0

Quantidade alcançada 2013: 0

Quantidade alcançada 2014: 0

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/06/2014

• **Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Nordeste**

Análise Situacional da Meta

A partir de uma estratégia de articulação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), foram realizadas reuniões com os Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia, para a utilização dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) como Rede de Inovação, uma vez que os CVT são unidades de ensino e de profissionalização voltadas para a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, conhecimentos práticos na área de serviços técnicos, além da transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processo produtivo.

Em 2012, foi firmado convênio com o estado de Sergipe para apoio ao CVT de Confecções de Tobias Barreto, com sua execução iniciada em 2013 e, atualmente, com 27,3% executados. Ainda foi celebrado termo de descentralização com o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - Cetene, para Desenvolvimento Integrado da Cadeia Produtiva de Biodiesel no Nordeste Brasileiro: Infraestrutura Laboratorial para Caracterização Físico-química de Oleaginosas com Potencial para Produção, cuja execução física iniciou-se em 2013.

Em 2013, foram apresentadas seis propostas, quatro das quais não se alinhavam com o objetivo da ação. As duas propostas passíveis de aprovação foram, o CVT de Desenvolvimento da Rede de Inovação em Plantas Medicinais e Fitoterápicas em Pernambuco e o CVT do Setor Têxtil do Seridó no Rio Grande do Norte. Sem prejuízo do exposto, uma vez que os processos não foram concluídos no ano em questão, sendo recomendada a inclusão destes projetos no Orçamento-Geral da União de 2014.

Em 2014, será realizado Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal de Pernambuco - UFPE visando ao Desenvolvimento da Rede de Inovação em Plantas Medicinais e Fitoterápicas no Estado de Pernambuco e também, o CVT do setor Têxtil do Seridó no Rio Grande do Norte, o qual será realizado pelo Instituto Federal Tecnológico do Rio Grande do Norte (IFRN), em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte. A estruturação destas unidades possibilitará o atingimento da meta Realização de projetos de incorporação e de difusão de tecnologias no setor produtivo do Nordeste, definida também para o Objetivo 0792.



Quantidade alcançada 2012: 1

Quantidade alcançada 2013: 1

Quantidade alcançada 2014: 0

Quantidade alcançada: 2

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

30/06/2014

• Realização de projetos de incorporação e de difusão de tecnologias no setor produtivo do Nordeste

Análise Situacional da Meta

Com vistas à aplicação dos recursos, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) realizou o Chamamento Público nº 3/2013, de 4 de junho de 2013 (<http://www.sudene.gov.br/system/resources/W1siZiIsIjIwMTMvMDYvMDQvMTBfMzRfMDdfMzX0NoYW1hbWVudG9fUHViIGljb18wMDNfMjAxMy5wZGYiXV0/Chamamento%20Publico%20003-2013.pdf>), e houve manifestação de interesse por parte de quatro proponentes dos estados de Alagoas, Paraíba e Piauí. Concluída a análise, a Sudene aprovou a proposta da Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa) com previsão de repasse de recursos federais de R\$ 212.000,00 (duzentos e doze mil reais), mas que, por impedimento jurídico, não avançou. Entretanto, a estruturação das unidades da meta Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação do Nordeste, definida também para o Objetivo 0792, possibilitará o atingimento desta meta.

Quantidade alcançada 2012: 0

Quantidade alcançada 2013: 0

Quantidade alcançada 2014: 0

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/06/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	8	unidade	8	30/06/2014

OBJETIVO: 0793 - Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente regulamentado pelo decreto nº 4.297/2002, o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) tem como objetivo fomentar um novo padrão de ocupação territorial, compatível com a manutenção, recuperação e promoção dos serviços ecossistêmicos e com o uso racional dos recursos naturais.

Ao avaliar os componentes dos sistemas ambientais quanto às suas potencialidades e limitações atuais e diante das tendências de desenvolvimento socioeconômico, o ZEE indica, no tempo e no espaço, as atividades econômicas mais compatíveis com as fragilidades de cada área, ao mesmo tempo em que promove a articulação das instituições no sentido



de contribuir para a melhoria dos projetos que influenciam a dinâmica territorial e a destinação de uso do território.

Em conformidade com o pacto federativo e com o Sistema Nacional de Meio Ambiente, o ZEE é executado de forma descentralizada e compartilhada entre a União, os estados e os municípios. Nesse sentido, constitui ação administrativa da União a elaboração do ZEE de âmbito nacional e macrorregional, em especial quando tiver por objeto os biomas brasileiros ou os territórios abrangidos por planos e projetos prioritários estabelecidos pelo Governo Federal. Aos estados cabe elaborar o ZEE de âmbito estadual, em conformidade com os zoneamentos de âmbito nacional e macrorregional e segundo a metodologia unificada, estabelecida em norma federal (decreto nº 4.297/2002), observando também um prazo de cinco anos para a elaboração e aprovação de seus ZEEs, conforme estabelecido no art. 13 da lei nº 12.651/2012. Por fim, aos municípios compete a elaboração do plano diretor, observando os ZEEs existentes.

No âmbito federal, os desafios associados ao ZEE não poderiam ser enfrentados sem a existência e atuação do Consórcio ZEE Brasil, composto por 15 instituições públicas (como ANA, CPRM, Embrapa e IBGE) com capacidade instalada e experiência acumulada, que atua tanto na frente de cooperação com os estados quanto nas ações de ZEE a cargo do Governo Federal. Além disso, como instância política responsável por planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução dos trabalhos de ZEE, foi instituída a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional (CCZEE), que se reúne periodicamente e da qual fazem parte treze ministérios e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Nesse sentido, cabe ressaltar que o Ministério do Meio Ambiente possui a competência legal de coordenar a execução dos trabalhos de ambos colegiados.

Atualmente, diversos estados do Brasil estão formulando e implementando seus respectivos zoneamentos, ao mesmo tempo em que o Governo Federal já elaborou o MacroZEE para a Amazônia Legal, instituído por meio do decreto nº 7.378/2010, e se dedica ao desenvolvimento, atualmente, do MacroZEE do Bioma Cerrado e do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, permitindo a formulação de estratégias de gestão territorial para essas regiões mediante uma abordagem estratégica da realidade. O desenvolvimento das atividades vinculadas a cada uma dessas agendas é coordenado pela CCZEE, contando com o apoio operacional técnico do Consórcio ZEE Brasil.

No que se refere ao período de abrangência do PPA 2012-2015 do Governo Federal, foram desenvolvidas uma série de atividades relacionadas ao ZEE.

Em 2012, cabe destacar (i) o lançamento do Atlas Interativo do MacroZEE da Amazônia Legal, que disponibilizou ao público interessado os dados geoespaciais utilizados e gerados pelo MacroZEE (www.mma.gov.br/atlaszeeamazonia), (ii) a elaboração de insumos técnicos (diagnóstico dos meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional) para serem aportados no processo de zonificação do bioma Cerrado, (iii) a aditivação dos convênios com os estados de Goiás e Piauí e a celebração de novos convênios com o Distrito Federal e os Estados de Pernambuco e do Tocantins para o apoio à elaboração de seus ZEE, e (iv) o estabelecimento de Acordos de Cooperação Técnica com os estados do Amapá, Amazonas e Roraima, também em apoio à execução de seus zoneamentos.

Em 2013, é preciso mencionar a realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, que conferiu destaque ao papel do ZEE para orientar as ações do governo de fomento ao desenvolvimento regional em bases sustentáveis, ao mesmo tempo em que foi organizada uma oficina conjunta do Consórcio ZEE Brasil e da CCZEE para a definição de um plano de ação voltado ao fortalecimento do ZEE como instrumento efetivo de planejamento territorial. Além disso, (i) foi elaborada uma proposta de regulamentação dos aspectos relativos ao ZEE no “novo Código Florestal” (lei nº 12.651/2012), discutida e aprovada pela Comissão Coordenadora do ZEE (CCZEE), (ii) contratada uma pessoa jurídica para a elaboração de cenários prospectivos para o Cerrado, insumos para o processo de zonificação do bioma Cerrado, (iii) celebrado um Acordo de Cooperação Técnica com o Estado do Piauí para acompanhar a elaboração e



implementação de seu ZEE, e (iv) publicado roteiro metodológico para a elaboração do ZEE no nível municipal, integrado ao plano diretor, em parceria com a Cooperação Técnica Alemã (GIZ).

Em 2014, cabe destacar (i) publicação das portarias ministeriais com os novos representantes do Consórcio ZEE Brasil e da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional (CCZEE); (ii) contratação de cinco consultorias (pessoa física) para o desenvolvimento de uma proposta de integração de diversos instrumentos de planejamento territorial (como o ZEE, o plano de recursos hídricos, o plano diretor municipal e a Agenda 21); (iii) continuidade das tratativas entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério de Integração Nacional (MI) sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); (iv) elaboração do termo de referência e acompanhamento do processo licitatório para a contratação de pessoa jurídica para a conclusão do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com recursos do Programa Interáguas, com previsão de início de execução para o exercício de 2015; (v) execução e conclusão da elaboração dos cenários prospectivos, para os anos 2022 e 2030, considerando o recorte do Bioma Cerrado como insumos ao processo de MacroZEE do bioma; e (vi) o acompanhamento do Termo de Cooperação firmado entre o MMA e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), prevendo atividades até maio de 2015, cujo objetivo é a avaliação quali-quantitativa dos ZEEs costeiros já elaborados no território nacional.

Na linha de ação voltada ao apoio dos ZEE estaduais, está em curso a estruturação e disponibilização em ambiente web dos bancos de dados dos ZEE dos estados da Amazônia Legal, em parceria com a Embrapa Informática. Ao mesmo tempo, os estados do Acre, Amazonas e Pará receberam apoio no detalhamento de seus ZEE nos níveis regional e municipal por meio de Projeto de Cooperação Técnica com a GIZ, para além de novos Acordos de Cooperação Técnica (ACT) celebrados com o Distrito Federal e o Estado do Maranhão. Cabe mencionar também que encontra-se em negociação novo Acordo de Cooperação Técnica com o Estado do Amazonas visando apoio técnico no processo de zoneamento da sub-região do Madeira. Por sua vez, o convênio com o Estado do Tocantins, firmado em 2012, foi aditivado com vistas a garantir a completude de execução das metas e etapas previstas no plano de trabalho.

Metas 2012-2015

• Elaborar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do bioma Cerrado

Análise Situacional da Meta

Instrumento estratégico para inserir a dimensão ambiental no planejamento e na gestão do território, o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) do Bioma Cerrado constitui ação estruturante do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado).

Em 2012, o MMA viabilizou contratação e elaborou insumos técnicos nas dimensões ambiental, socioeconômica e jurídico-institucional com vistas a aportar conteúdo no processo de MacroZEE do bioma Cerrado que, de fato, é coordenado pela CCZEE conjuntamente com o apoio operacional e técnico do Consórcio ZEE Brasil.

Durante o ano de 2014, o Ministério do Meio Ambiente, com apoio extra-orçamentário do Programa Iniciativa Cerrado Sustentável, elaborou os cenários prospectivos para o Bioma Cerrado, considerando os recortes temporais de 2022 e 2030. O objetivo foi compreender a dinâmica territorial instalada e projetada, em um exercício de articulação dos aspectos ecológico e econômico. Esses cenários foram objeto de sete oficinas participativas realizadas entre os meses de julho e agosto de 2014, com os seguintes públicos: (i) coordenações de ZEE dos estados do Bioma Cerrado, (ii) Fórum de Secretários de Meio Ambiente do Cerrado, (iii) Comissão Executiva do PPCerrado, (iv) setor industrial, (v) setor agropecuário, (vi) povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais do campo e (vii) ONGs socioambientais e academia.

A partir dessas oficinas, os cenários foram ajustados e consolidados considerando as contribuições obtidas, o que



também permitiu a elaboração de uma proposta de macrozonas e de diretrizes de uso e ocupação da região em bases sustentáveis.

Contudo, durante a 31ª Reunião Ordinária da Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE), realizada no dia 30 de outubro de 2014, deliberou-se que o atendimento ao marco legal previsto no decreto que institui o PPCerrado (decreto s/nº, de 15 de setembro de 2010), referente à elaboração do MacroZEE do Bioma Cerrado, não deveria partir do recorte do bioma tal como vigente atualmente. Nesse sentido, o encaminhamento acordado pela maioria dos membros da CCZEE foi que o processo de elaboração deste MacroZEE deverá ser coordenado pelo Consórcio ZEE Brasil a partir de iniciativas de zoneamento elaboradas tendo como recorte territorial as regiões político-administrativas que integram o bioma. Assim, os produtos produzidos pelo MMA até o momento serão considerados como insumos ao processo, no que couber. A expectativa é que ambos os colegiados (CCZEE e Consórcio ZEE Brasil), após planejamento interno, finalizem esta agenda em 2015.

Por outro lado, de modo a disseminar os trabalhos já produzidos, o Ministério do Meio Ambiente iniciou a elaboração de um atlas (analógico e digital) sobre o Bioma Cerrado, que reunirá uma série de informações sobre diferentes aspectos da região, além de uma publicação específica sobre os cenários para o bioma. Tais iniciativas, além de contribuir para um maior conhecimento da região, são uma oportunidade para melhor subsidiar as ações do setor público e privado sobre o Cerrado.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico em pelo menos 10 municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal**

Análise Situacional da Meta

Reavaliação de prioridades de governo e indisponibilidade de recursos orçamentários levaram à não realização da meta,

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0840 - Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

No cumprimento do Objetivo, o MI vem atuando na estruturação dos APL por meio da mobilização e orientação dos produtores, que são estimulados a atuar associadamente. Após a identificação dos pontos frágeis da cadeia produtiva, busca-se atuar na promoção de seu fortalecimento, seja na produção, por meio da doação de equipamentos, insumos e animais, na melhoria da qualidade do produto, com a construção de unidades de produção e beneficiamento em capacitações, necessárias ao êxito das atividades, bem como na destinação de recursos para obras de infraestrutura. Desta forma, a partir de 2012, a SDR, em parceria com a Codevasf, passou a ser uma das principais executoras do eixo de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria - Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. Nesse sentido, em 24/4/2014, foi publicada a Portaria/MI nº 165/2014, que estabelece o Sistema de Gestão das Rotas de Integração Nacional, enquanto estratégia de inclusão produtiva e desenvolvimento regional deste



Ministério e institui o Comitê Gestor das Rotas. Seu objetivo maior é promover a inclusão produtiva e a integração econômica das regiões menos desenvolvidas do país aos mercados nacionais e internacionais de produção, consumo e investimento.

Rota da Fruticultura

Desde 2012, foram investidos cerca de R\$ 24 milhões na Bahia, Piauí, Alagoas, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, beneficiando cerca de 12 mil famílias. A Codevasf, no segmento de cajucultura de sequeiro, oferece apoio à produção, por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cajucultura.

Rota do Mel

A apicultura é uma das atividades produtivas priorizadas. Desde 2012, foram investidos cerca de R\$ 48 milhões, beneficiando aproximadamente 9 mil famílias de apicultores. São fornecidos kits apícolas compostos por equipamentos como colmeias, fumigadores e equipamentos de proteção individual e centrífugas. Além disso, são construídas e adequadas as unidades de extração de mel, entrepostos, unidades de beneficiamento de pólen ou de cera de abelhas, com o objetivo de inserir as famílias beneficiadas na Rota do Mel.

Rota do Cordeiro

O objetivo é apoiar a atividade de produção de ovinos e caprinos no Nordeste e todas as atividades que estão ligadas a esta cadeia produtiva. As iniciativas objetivam inserir os criadores na Rota do Cordeiro. Desde 2012 foram investidos R\$ 2,5 milhões nesta atividade, principalmente na Bahia, Ceará, Pernambuco e Piauí. O trabalho consiste em implantação de áreas de produção de forragem; construção de centros de manejo reprodutivo, centrais de terminação e unidades de transferência de tecnologia; fornecimento de equipamentos e picadeiras de forragem; e capacitação dos produtores. Até 2014 foram atendidas cerca de 9.000 famílias.

Rota do Peixe

No setor de aquicultura e pesca, cerca de R\$ 37 milhões já estão sendo aplicados em ações vinculadas ao Plano Brasil Sem Miséria. São fornecidos diversos equipamentos e insumos, tais como tanques-rede, ração, alevinos, apetrechos de pesca, em benefício de aproximadamente 28 mil famílias de piscicultores. Destaca-se a atuação do DNOCS através do funcionamento das 8 Estações de Piscicultura e 1 Centro de Pesquisa que beneficiam cerca de 15 mil pescadores com pesquisas, capacitações e fornecimento de alevinos de excelente padrão. Os Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura da Codevasf também fazem parte desta estratégia de impulso à atividade produtiva. Os Centros são polos de capacitação de produtores, difusão de novas tecnologias e produção de alevinos para os projetos sociais. Desenvolvimento Sustentável de Mandiocultura e da Palma Forrageira (Reniva e Repalma)

Desde 2013, a SDR vem coordenando a execução dos Projetos Reniva (Rede de multiplicação e transferência de materiais propagativos de mandioca com qualidade genética e fitossanitária) e Repalma (Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Palma Forrageira). Neste primeiro semestre de 2014, o maior volume de investimentos foram destinados para a continuidade dos Projetos Reniva e Repalma e foram desenvolvidos três projetos mediante parceria entre Codevasf, Embrapa e MI. O Reniva já absorveu um montante de R\$ 25,4 milhões. Este arranjo produtivo deve atender a 5.560 mil beneficiários por meio da implantação de unidades de multiplicação de manivas, de unidades de produção de mandioca e do fornecimento de tratores e implementos agrícolas, bem como da implantação de unidades de processamento de farinha e derivados de mandioca. Em 2014, a Codevasf implantou no Estado da Bahia, por meio de Convênio e nos estados de Pernambuco, Piauí e Maranhão por aplicação direta. No Repalma, por sua vez, foram investidos R\$ 28,8 milhões cujos resultados beneficiarão 2.788 famílias por meio da implantação de unidades de multiplicação de raquetes de palma, de unidades de produção de palma e do fornecimento de tratores, implementos agrícolas e picadores de forragem. O objetivo é garantir reserva e segurança alimentar animal, principalmente para o enfrentamento de períodos críticos de seca.

Atividades Diversas

Complementando a estruturação das Rotas, houve também apoio a APL diversos, isto é, projetos que estruturam cadeias produtivas da bovinocultura leiteira e da agricultura familiar - distintas das identificadas como prioritárias - e projetos que apoiam várias cadeias produtivas, com apoio à infraestrutura logística ou à comercialização (feiras). Para estas ações,



foram investidos R\$ 90 milhões em 54 projetos, mostrando que infraestrutura ainda é uma necessidade nas diversas regiões atendidas.

Outras iniciativas

Implantação de Estruturas Produtivas em Localidades Atingidas pela Seca Em 2013, por meio de parceria com o BNDES, foram celebrados convênios no valor de R\$ 75,988 milhões, com a Codevasf e de R\$ 38.002.000,00 com o DNOCS, objetivando a implantação de estruturas produtivas em localidades atingidas pela seca. As ações de inclusão produtiva buscam promover o desenvolvimento local e possibilitar a que os beneficiários produzam alimentos para o consumo de sua família e comercialize o excedente, proporcionando o aumento de sua renda e gerando postos de trabalho, de modo a que as famílias deixem de fazer parte do público da extrema pobreza.

Para o cumprimento do objetivo, o Ministério da Integração Nacional (MI) vem atuando na estruturação dos arranjos produtivos (APL) por meio da mobilização e da orientação aos produtores, que são estimulados a atuar associadamente. Após a identificação dos pontos frágeis da cadeia produtiva, busca-se atuar na promoção de seu fortalecimento, seja na produção, por meio da doação de equipamentos, insumos e animais, melhoria da qualidade do produto, construção de unidades de produção e beneficiamento e capacitações, necessárias ao êxito das atividades, bem como mediante destinação de recursos para obras de infraestrutura.

Dessa forma, a partir de 2012, a Secretaria de Desenvolvimento Regional, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), passou a ser uma das principais executoras do eixo de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria - Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. Nesse sentido, em 24 de abril de 2014, foi publicada a Portaria/MI nº 165/2014, que estabelece o Sistema de Gestão das Rotas de Integração Nacional, enquanto estratégia de inclusão produtiva e desenvolvimento regional deste Ministério e institui o Comitê Gestor das Rotas. Seu objetivo maior é promover a inclusão produtiva e a integração econômica das regiões menos desenvolvidas do País aos mercados nacionais e internacionais de produção, consumo e investimento. As principais iniciativas apoiadas pela Rota de Integração Nacional são as Rotas da Fruticultura, do Mel, do Cordeiro, do Peixe, além de iniciativas para o Desenvolvimento Sustentável de Mandiocultura e da Palma Forrageira (Reniva e Repalma)

Em 2013, por meio de parceria com o BNDES, foram celebrados convênios que mobilizariam potencialmente até R\$ 75,988 milhões com a Codevasf e de R\$ 38,002 milhões com o DNOCS, objetivando a implantação de estruturas produtivas em localidades atingidas pela seca. As ações de inclusão produtiva buscam promover o desenvolvimento local e possibilitar a que os beneficiários produzam alimentos para o consumo de sua família e comercialize o excedente, proporcionando o aumento de sua renda e gerando postos de trabalho, de modo a que as famílias deixem de fazer parte do público da extrema pobreza.

Metas 2012-2015

• Ampliar o acesso aos recursos para construção da infraestrutura logística voltada para a inclusão produtiva

Análise Situacional da Meta

Várias unidades vinculadas ao Ministério da Integração apoiam a consecução dessa meta. No Exercício de 2013, o Departamento Nacional de Obras Contradas Secas (Dnocs) realizou obras mediante execução direta e por meio de convênios com prefeituras de diversos estados, que viabilizarão intervenções com a finalidade de promover o acesso aos recursos hídricos e as condições de inclusão sócio-produtiva necessária à melhoria das condições de vida da população residente em áreas atingidas pela seca.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) contribuiu principalmente com o fornecimento de equipamentos e implementos agrícolas e destinou recursos para obras de infraestrutura.

Por sua vez, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) firmou convênio com a Prefeitura de Saboeiro/CE para recuperação e melhoria do Mercado Público Municipal.

Já a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), por meio de recursos provenientes de emenda parlamentar, apoiou projetos de infraestrutura para municípios do Estado do Mato Grosso, voltados para construção de



centros de múltiplo uso, barracão comunitário, cobertura de feira livre, casa de apoio aos agricultores familiares e pavimentação asfáltica e drenagem de vias.

No ano de 2014, a Sudam, em parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), vem apoiando o Projeto Desenvolvimento Sustentável com Fomento e Fortalecimento das Cadeias Produtivas e Arranjo Produtivo Local nas Atividades de Fruticultura e Piscicultura no Município de Terra Alta – Estado do Pará. Também em parceria com a UFRA, vem apoiando o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável na Agricultura Familiar e Recuperação de Áreas Degradadas por intermédio de mecanização agrícola em municípios paraenses. Ainda, encontra-se em andamento o projeto Desenvolvimento Sustentável com Fomento da Avicultura Familiar nos Municípios Polos de Barcarena e Terra Alta no estado do Pará.

O DNOCS, mediante Termos de Cooperação para Descentralização de Créditos do MI, vem adquirindo os equipamentos e insumos necessários à implantação e ao funcionamento de estações de piscicultura.

A Codevasf já forneceu um total de 615 equipamentos e implementos agrícolas e também vem destinando recursos para obras de infraestrutura. Sua atuação vem beneficiando comunidades rurais e associações de agricultores familiares, dando condições de incrementar a produção e na geração de emprego e renda.

• **Gerar 106.770 postos de trabalho nos APLs apoiados**

Análise Situacional da Meta

Após o início da execução do Programa, temos entendido que a meta de gerar postos de trabalho não espelha de modo preciso o resultado das atividades que a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR/MI) desenvolve, pois não afere com precisão o tipo de benefício recebido pela sociedade. A maioria dos projetos não visa criar postos de trabalho, mas fornecer condições para promoção da inclusão produtiva de pequenos produtores ou garantia da competitividade de suas operações. A estruturação e a dinamização de Arranjos Produtivos Locais em espaços sub-regionais deprimidos, o provimento de infraestrutura produtiva e a promoção de iniciativas para aprimoramento da produção e inserção mercadológica muitas vezes contribuem não exatamente para a geração de postos de trabalho formais. Podemos citar, por exemplo, famílias que deixam de produzir para a subsistência e passam a ter um excedente comercializável, as famílias de pequenos agricultores que recebem apoio técnico e aumentam sua produção e as famílias que incrementam sua capacidade de comercialização ao se associarem em cooperativas e associações de produtores. Sugerimos, portanto, que a meta seja alterada de “postos de trabalho” para “famílias atendidas”, a exemplo do indicador já adotado nas ações do Plano Brasil sem Miséria.

As ações veem sendo desenvolvidas de forma satisfatória, apoiando e ampliando a viabilidade e a sustentabilidade de atividades produtivas, fortalecendo o associativismo e (ou) o cooperativismo como opções de organização social e produtiva, proporcionando ao pequeno produtor rural, condições para melhorar as características produtivas de seu rebanho, além de capacitá-lo, possibilitando o aumento da rentabilidade da pequena propriedade rural, o aumento da qualidade e da atratividade dos produtos oferecidos.

Com base nos números apresentados, a meta de 106.770 beneficiários foi atingida, todavia este é o número de beneficiários dos projetos e não de postos de trabalho criados. Além disto, quase a totalidade dos projetos ainda encontra-se em execução, assim para a uma parte dos beneficiários o desfrute do benefício ainda não chegou. Em média, os projetos de inclusão e estruturação produtiva demoram de dois a três anos para sua conclusão..

Desta forma solicitamos o ajuste das metas acumuladas para: 2012 – 24.872; 2013 – 78.728; 2014 – 107.525

Quando se acompanha a meta atingida anualmente, retificamos para:

Quantidade alcançada 2012: 24.872

Quantidade alcançada 2013: 53.856

Quantidade alcançada 2014: 28.797

O resultado acumulado da meta regionalizada é:

Semiárido: 2012 – 13.090; 2013 – 27.977; 2014 – 46.024

Mesorregião: 2012 – 4.720; 2013 – 18.325; 2014 – 23.164



Faixa de Fronteira: 2012 – 622; 2013 – 3.180; 2014 – 3.645

Região Hidrográfica: 2012 – 6.440; 2013 – 29.246; 2014 – 34.692

Quantidade alcançada

107.525

Data de Referência

30/06/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	20.000	unidade	3.645	30/06/2014
Mesorregiões Diferenciadas	22.520	unidade	23.164	30/06/2014
Região Hidrográfica do São Francisco, Parnaíba, Itapicuru e Mearim	57.550	unidade	34.692	30/06/2014
Semiárido	6.700	unidade	46.024	30/06/2014

OBJETIVO: 0977 - Promover a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, bem como em múltiplas escalas territoriais, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Territórios da Cidadania - PTC, criado em 2008, visa à promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na implementação de ações que contribuam para a redução das desigualdades regionais e sociais, incluindo as de renda, gênero, raça e etnia. Por meio de uma estratégia de integração das políticas públicas e mecanismos de participação social na gestão das mesmas, o PTC amplia o acesso a programas de cidadania, fortalece a inclusão produtiva e contribui para ampliação da infraestrutura em 120 territórios rurais.

Em âmbito setorial, a integração das políticas tem como principal instrumento a Matriz de Ações, documento que consolida e dá publicidade às ofertas previstas no planejamento do governo federal para territórios. A gestão deste instrumento é feita por meio de um processo de monitoramento, que envolve salas de situação e reuniões bilaterais periódicas entre os órgãos setoriais, coordenadores das políticas e representação do Comitê Gestor Nacional, com base em informações gerenciais sobre a execução e informações coletadas junto aos Colegiados Territoriais.

Em âmbito federativo, a principal estratégia é constituição e atuação de Comitês de Articulação Estaduais - CAE, com participação de representações de unidades descentralizadas de órgãos federais, de órgãos estaduais e prefeituras integrantes dos territórios. Estas instâncias têm como principais atribuições a promoção da integração entre matriz de ações federais com programas estaduais e municipais, a indicação de convergências e de agendas dos CAEs para o apoio a projetos com recursos federais, e, ainda, o acompanhamento da execução do Programa, contribuindo para a solução de entraves à efetivação das ações. Encontram-se em funcionamento 10 Comitês de Articulação Estaduais (CAE), implementados nos estados de Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, Tocantins e São Paulo. No âmbito territorial, a partir de 2014 iniciou-se a implementação da metodologia de gestão social das políticas públicas prioritárias, que visa ampliar a efetivação do PRONATEC Campo, Programa Luz para Todos e Minha Casa Minha Vida Rural nos territórios da cidadania.

Metas 2012-2015

- Atender 120 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural, por meio do Programa Territórios da Cidadania.

Análise Situacional da Meta

Os 120 territórios da cidadania foram atendidos em 2014 por meio da Matriz de Ações do governo federal, que é composta de 68 ações ofertadas por 13 órgãos setoriais – MDA, MEC, MS, MI, MDS, MCid, MAPA, MC, MinC,



MPA, MTE, SPM e MME, organizadas em 3 eixos - Apoio às Atividades Produtivas, Acesso a Direitos e Cidadania e Infraestrutura, totalizando recursos da ordem de R\$ 8,452 bilhões.

Com base nas prioridades realizadas em 2013 pelos Colegiados na Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural e na agenda dos movimentos sociais, foram selecionados o PRONATEC, Luz para Todos e Minha Casa Minha Vida Rural em assentamentos da reforma agrária para a efetivação de um monitoramento mais próximo por meio da metodologia de gestão social das ações prioritárias, envolvendo o Colegiado Territorial e instâncias definidas para o acompanhamento dessas políticas, a assessoria territorial e os gestores públicos federais. No âmbito das ações voltadas à inclusão produtiva atuou-se mediante a implementação da Estratégia de Gestão Territorial do Plano Safra - abrangendo as ações de microcrédito orientado, ATER, mercados institucionais, PROINF, Terra Forte e Renegociação de dívidas. Os avanços alcançados em 2014 apontam a realização de 92 plenárias para discussão da Matriz do PTC alcançando os seguintes resultados: no caso do Pronatec, 79 Territórios efetivaram aproximadamente 44 mil matrículas, o que representa um investimento de R\$ 70 milhões; a atuação dos Colegiados permitiu levantar 6 mil demandas de ligações elétricas, em 33 Territórios, a serem atendidas pelo Programa Luz para Todos; a efetivação do Minha Casa Minha Vida Rural tem se dado a partir do levantamento de informações sobre o estágio dos empreendimentos junto a mais de 500 entidades organizadoras, abrangendo 38 mil unidades, em 85 Territórios. A realização das 92 plenárias territoriais para debate a Matriz de Ações reuniu mais de 1.600 entidades e 3.000 pessoas presentes nos Colegiados Territoriais, em sua maioria representantes da sociedade civil, e com presença de mais de um terço de mulheres, o que indica um aumento na proporção anterior de participação e a importância de aprofundar iniciativas de fortalecimento dessa participação com vistas a conquistar a paridade.

Quantidade alcançada

120

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12	unidade	12	31/12/2014
Região Nordeste	56	unidade	56	31/12/2014
Região Norte	27	unidade	27	31/12/2014
Região Sudeste	15	unidade	15	31/12/2014
Região Sul	10	unidade	10	31/12/2014

- **Desenvolver ferramentas de gestão que adequem as políticas para territórios rurais às especificidades das comunidades quilombolas e tradicionais.**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do primeiro semestre de 2014, foi construído o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) que contém, entre seus objetivos, a adoção da abordagem territorial como estratégia para o desenvolvimento rural. Uma das iniciativas destacadas diz respeito a garantir nos normativos da política territorial o estímulo e apoio à participação efetiva de povos e comunidades tradicionais, bem como da diversidade do rural. A partir deste marco, teve início a elaboração de Planos Estaduais e Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário que, em consonância com o PNDRSS, deverá atender as especificidades de povos e comunidades tradicionais priorizadas nas Conferências Territoriais.

- **Inserir a perspectiva étnico-racial nos programas voltados aos territórios rurais.**

Análise Situacional da Meta

A Matriz 2014 do Programa Territórios da Cidadania conta com três ações com o recorte específico relacionado à perspectiva étnico-racial: Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas, Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Indígenas e Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e



Titulação de Territórios Quilombolas. Quanto às duas primeiras ações, estão em andamento três chamadas públicas visando à sua efetivação. A ação de regularização fundiária, por sua vez obteve já em 2014 uma execução estimada de aproximadamente R\$ 3 milhões de reais, em seis territórios, com 17 mil hectares reconhecidos. Outra iniciativa importante foi a inserção de meta exclusiva para grupos produtivos de povos e comunidades tradicionais por meio da seleção de propostas de Apoio à Infraestrutura em territórios rurais, descritas no Manual Operacional do PROINF 2014 e Chamamento Público PROINF 2014, que resultou no apoio a sete projetos com metas focadas em comunidades indígenas em um valor de R\$ 2,7 milhões.

• **Propor marco legal para o desenvolvimento territorial.**

Análise Situacional da Meta

A partir da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - 2ª CNDRSS e considerando as estratégias e iniciativas presentes no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PNDRSS, resultante desta conferência e aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, a Rede Nacional de Colegiados Territoriais e a representação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável elaboraram as diretrizes para constituição de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - SNDRSS, como forma de fortalecer e integrar os mecanismos institucionais de gestão social e gestão executiva do desenvolvimento rural. As bases deste sistema preveem a promoção, o fortalecimento e a institucionalização da abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas institucionalidades. Este tema foi objeto de debate em 26 Encontros Estaduais, que reuniram cerca de mil pessoas, e no Encontro Nacional da Rede de Colegiados Territoriais (ENREDE), que contou com a participação de mais de 600 pessoas, incluindo a representação dos 239 territórios rurais reconhecidos pelo Programa e representação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CEDRSS). O produto desta discussão qualifica estas diretrizes e deverá ser objeto

OBJETIVO: 0978 - Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A consolidação da abordagem territorial como uma estratégia viável para a promoção do desenvolvimento rural sustentável tem como pilares o estímulo à organização territorial por meio do reconhecimento de territórios rurais e sua incorporação ao programa, o apoio ao funcionamento de colegiados territoriais e suas redes, a articulação institucional com órgãos e entes federados visando à ampliação do acesso aos vários programas federais, e o apoio ao planejamento territorial participativo, de forma a construir insumos para o planejamento das políticas públicas. Esta estratégia, implementada desde 2004 pelo MDA, atingiu resultados significativos em 2013 com a edição da Resolução N° 94 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural - CONDRAF, que adicionou mais 74 territórios rurais ao programa. Assim, a partir de 2013, o programa atende a 239 territórios rurais, que abrangem 3.591 municípios em todas as unidades da federação. Nesses territórios, vivem mais de 76 milhões de brasileiros, dos quais 29,35% estão no meio rural. Cabe destacar ainda a instituição dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs), vinculados às Universidades e Institutos Federais e Estaduais, que são unidades administrativas para a produção de dados e informações; geração e difusão de conhecimentos, métodos e tecnologias sociais; monitoramento, avaliação e prestação de assessoria técnica aos colegiados territoriais, envolvendo diversos aspectos dos processos de gestão social e de efetivação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social e econômico do território. Em 2014, foram contratados mais 137 NEDETs que, somados aos 56 contratados em 2013, totalizam 193 territórios com uma equipe de



profissionais vinculados ao Núcleo que darão subsídio ao funcionamento dos colegiados territoriais, e assim fortalecendo a consolidação do modelo de gestão social como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural. O fortalecimento e a institucionalização da abordagem territorial também foi objeto de debate em 26 Encontros Estaduais e no Encontro Nacional dos Colegiados Territoriais, com a participação de mais de 600 pessoas, incluindo a representação dos 239 territórios apoiados pelo Programa, representação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Metas 2012-2015

• Apoiar a capacitação e formação de 80.000 agentes de desenvolvimento.

Análise Situacional da Meta

Esta meta visa aprimorar as capacidades dos atores locais, contribuindo para a participação qualificada de instituições nas diversas etapas do processo de gestão social do desenvolvimento territorial. Trata-se de ação transversal que apoia a realização de eventos formativos em temas relacionados ao desenvolvimento rural com enfoque territorial, a partir de referenciais conceituais, teóricos e metodológicos participativos. Participam das atividades de formação membros dos Colegiados Territoriais, representantes de instituições públicas, de organizações não governamentais, lideranças de movimentos populares, gestores públicos, representantes de segmentos sociais específicos, dentre outros. Até 2013, foram capacitados 18.190 agentes de desenvolvimento. Em 2014, foram realizadas atividades que contribuíram para formação de 2.554 agentes. Cabe ressaltar que estes resultam da execução de contratos firmados em exercícios anteriores que estão sendo contabilizados neste ano, bem como de atividades de capacitação de equipes dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial para atuação junto aos Colegiados Territoriais, realizadas diretamente pela SDT. Ressalta-se que, em função do contingenciamento de recursos de custeio previstos na LOA 2014, foi priorizada a utilização dos limites financeiros para a execução das ações de apoio aos colegiados territoriais por meio da parceria do CNPq para a constituição dos NEDETs, o que se constitui em elemento essencial para a implementação da estratégia de desenvolvimento Territorial. Importante ressaltar também que está em finalização a elaboração do Programa de Capacitação em Desenvolvimento Territorial, que constitui em um novo modelo com maior capilaridade à iniciativa de formação de agentes territoriais por meio da formação de multiplicadores para atuação, em 2015, nos 239 territórios.

Quantidade alcançada

20.744

Data de Referência

31/12/2014

• Apoiar a elaboração e qualificação de 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Análise Situacional da Meta

Desde 2008, a elaboração e qualificação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS é executada com a orientação de incorporar a multidimensionalidade do desenvolvimento no planejamento e o debate em torno da sustentabilidade. Até 2014, foram contratados recursos para apoiar a elaboração/qualificação de 158 PTDRS.

Atualmente, são 155 territórios com PTDRS disponíveis. É importante ressaltar que nas etapas territoriais da II CNDRSS - Conferência de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário foram apresentados subsídios para a atualização dos planos territoriais existentes vis a vis os avanços no acesso às políticas públicas. Nesse sentido, em 2013 foi estabelecida ou ampliada parceria com os estados do Acre, Ceará, Mato Grosso e Pernambuco para apoiar a elaboração ou atualização dos planos estaduais e de 32 planos territoriais em consonância com o PNDRSS. Em 2014, a SDT iniciou a elaboração das orientações metodológicas para elaboração dos planos, realizou reuniões de orientação para a elaboração dos 32 planos contratados, e celebrou 2 novos convênios com os estados da Bahia e Goiás para a elaboração de mais 37 Planos territoriais.

Quantidade alcançada

158

**Data de Referência**

31/12/2014

- **Apoiar o funcionamento dos 165 colegiados dos territórios rurais já incorporados ao Programa até 2012.**

Análise Situacional da Meta

Em continuidade às ações iniciadas em 2012, os territórios rurais foram apoiados por meio da execução de parcerias com governos estaduais (Bahia, Ceará e Maranhão), com entidades privadas sem fins lucrativos que proporcionaram assessoramento e realização de atividades territoriais, bem como pelos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs) em parceria com CNPq e instituições públicas de ensino superior. Esta é uma proposta que visa garantir apoio técnico, assessoramento, acompanhamento e qualificação da atuação dos colegiados territoriais, por meio de uma estratégia que tem em seu cerne a aproximação da academia à implementação das políticas públicas por meio de ações de extensão e pesquisa universitária. Em 2013, a partir de cooperação técnica estabelecida com o CNPq destinada à constituição dos Núcleos, foram selecionados projetos para implementação de 56 NEDETs, sendo 14 em territórios rurais, 10 em novos territórios, e 32 em territórios da cidadania. A equipe destes Núcleos foi capacitada no primeiro semestre de 2014 e já está atuando nos territórios.

Em 2014 os Colegiados Territoriais recebiam apoio para seu funcionamento por meio de parcerias com: (1) governos estaduais; (2) entidades privadas sem fins lucrativos e (3) Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial. Devido a sobreposição do tipo de assessoramento em alguns territórios, o apoio ao funcionamento dos Colegiados Territoriais, em 2014, foi realizado por meio de parcerias com 19 Governos Estaduais; 93 Entidades Privadas sem fins lucrativos e 44 Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs). O contrato com uma entidade que apoiava 9 Territórios de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul venceu em janeiro de 2014 e não houve renovação.

Ainda em 2014, foi lançada outra chamada destinada a selecionar projetos para implementação dos NEDETs nos demais territórios, totalizando os 239 territórios existentes. Nesta chamada foram apresentadas 202 propostas das quais, mediante processo de seleção, foram aprovadas parcerias com 48 universidades a constituição de 137 NEDETs. Estes Núcleos iniciarão suas atividades em 2015.

Quantidade alcançada

156

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	17	unidade	12	31/12/2014
Região Nordeste	67	unidade	67	31/12/2014
Região Norte	33	unidade	32	31/12/2014
Região Sudeste	26	unidade	23	31/12/2014
Região Sul	22	unidade	22	31/12/2014

- **Articular 200 processos de Agenda 21 junto aos colegiados territoriais**

Análise Situacional da Meta

Nesta meta, tem-se buscado promover o diálogo e a articulação entre o MMA e os órgãos envolvidos nos processos de construção da Agenda 21, em articulação com os colegiados territoriais. Procurou-se a aproximação do setor público e da sociedade civil para tratar dos problemas de resíduos sólidos, tema que foi bastante discutido e trabalhado na IV Conferência de Meio Ambiente em 2013 pelo MMA, pelos estados e municípios brasileiros; a execução de projetos de recuperação de áreas verdes; plantio das matas ciliares e recuperação de áreas degradadas; planos locais de habitação de interesse social; sistema de alarme para minimização de acidentes em cachoeiras; educação ambiental; fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas; entre outras. O grupo técnico dos órgãos envolvidos, que dará andamento ao trabalho, deverá avaliar os planos locais já elaborados quanto à implementação e sua efetividade com



foco nos instrumentos de gestão ambiental sugeridos. Deverão ser consideradas a continuidade das ações e a forma de disciplinar e monitorar os rumos dos planos, levando em conta a revisão e ajustes que se fizerem necessários, identificando possíveis omissões e divergências e apresentando sugestões de melhoria. Além disso, deverão ser identificadas outras áreas distribuídas no território para expansão do modelo.

• **Criar mecanismos de garantia da participação de povos e comunidades tradicionais nos colegiados territoriais e outras instâncias colegiadas**

Análise Situacional da Meta

Os Colegiados Territoriais têm constituído Câmaras Temáticas para povos e comunidades tradicionais como instâncias de participação social deste segmento nas discussões e deliberações relacionadas ao desenvolvimento territorial. Existem 37 Colegiados Territoriais com Câmaras Técnicas de PCT (6 de Comunidades Indígenas, 23 de Comunidades Quilombolas e 8 de Comunidades de Pescadores).

• **Reconhecer e incorporar 115 novos territórios à política de desenvolvimento territorial, com apoio ao funcionamento dos seus respectivos colegiados.**

Análise Situacional da Meta

Foram identificados, em 2012, 109 territórios rurais, em estágios diversos de reconhecimento e homologação pelos respectivos Conselhos Estaduais. Após apreciação pelo Comitê de Desenvolvimento Territorial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF e deliberação do plenário do referido Conselho foi editada a Portaria Ministerial Nº 38, de 15 de maio de 2013, estabelecendo os critérios para reconhecimento e incorporação de territórios pela SDT. Com base na aplicação dos critérios, foi editada a Resolução Nº 94 do CONDRAF, de 23 de maio de 2013, que incorporou 74 novos territórios rurais ao Programa. Os demais territórios analisados não se enquadraram nos requisitos da Portaria. Do total de 74 novos territórios rurais incorporados ao programa, 69 territórios recebem apoio para funcionamento dos colegiados, quer seja através de convênios com entidades parceiras, ou por meio da implantação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDETs (termo de cooperação com CNPq), ou de convênios com governos estaduais.

Quantidade alcançada

74

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	22	unidade	9	31/12/2014
Região Nordeste	47	unidade	36	31/12/2014
Região Norte	20	unidade	10	31/12/2014
Região Sudeste	9	unidade	1	31/12/2014
Região Sul	17	unidade	18	31/12/2014

OBJETIVO: 0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Para o ano de 2014, a estratégia da política de desenvolvimento territorial mantém as linhas da ação iniciadas no ano de 2013, com o acompanhamento, a manutenção e ampliação da Estratégia de Gestão Territorial das Políticas Públicas propostas no Plano Safra nos territórios rurais, buscando sistematizar o ordenamento e a adequação das políticas de âmbito nacional – como o crédito, a assistência técnica e extensão rural, a comercialização por meio do acesso a programas de mercados institucionais e o desenvolvimento dos assentamentos rurais – às condições específicas do



território, bem como da articulação institucional necessária para sua maior efetivação. Neste ano, deu-se início às atividades dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial contratados em 2013 com a capacitação dos assessores de inclusão produtiva e de técnicos das Bases de Serviço para qualificar sua ação no suporte à gestão territorial do Plano Safra. Nestes territórios, iniciou-se a mobilização dos atores locais para a constituição de câmaras técnicas no âmbito dos Colegiados Territoriais para a discussão das ações que compõem a matriz do Plano Safra, bem como o levantamento de dados relativos às demandas e à implementação das políticas públicas que a compõem. Em 2014, alcançou-se a expansão desta estratégia para mais 137 territórios com a contratação dos seus respectivos NEDETs que atuarão em campo a partir de 2015.

Metas 2012-2015

• Apoiar a capacitação e a formação de 3.000 agentes facilitadores de inclusão produtiva.

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a capacitação de agentes facilitadores para a inclusão produtiva atendeu 745 técnicos das Bases de Serviços contratados por meio de Convênio/Contrato de repasse e outras 316 pessoas entre Assessores de Inclusão Produtiva e Coordenadores dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) contratados a partir da parceria com o CNPq, perfazendo um total de 1.061 agentes de inclusão produtiva capacitados. As capacitações trataram de temas relacionados à estratégia de desenvolvimento territorial, centrando-se na metodologia de acompanhamento da Matriz de Gestão Territorial do Plano Safra 2014-2015 e o conhecimento dos programas e ações que a compõem.

Quantidade alcançada

4.456

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	419	unidade	382	31/12/2014
Região Nordeste	1.221	unidade	602	31/12/2014
Região Norte	569	unidade	354	31/12/2014
Região Sudeste	373	unidade	1.184	31/12/2014
Região Sul	418	unidade	1.934	31/12/2014

• Apoiar a elaboração 210 estudos estratégicos voltados à integração de políticas públicas e à inclusão produtiva.

Análise Situacional da Meta

Em 2013, houve uma reorientação metodológica para a elaboração de estudos estratégicos, optando-se por apoiar a elaboração da Matriz de Gestão Territorial do Plano Safra nos territórios. Assim, em 2014, na parceria firmada com o CNPq, foi contratada a elaboração de novas 137 Matrizes, a serem elaboradas no período de 2015-2016 pelos NEDETs, que incluem diagnósticos de acompanhamento, levantamento de dados primários, planos de gestão dentre outros. Em 2014, também teve início o processo de discussão das matrizes contratadas no ano anterior no âmbito das Câmaras Técnicas de Inclusão Produtiva, com os seguintes resultados: divulgação de informações e discussão sobre a execução de políticas de inclusão produtiva; conhecimento pelos atores dos próprios programas, suas regras, condições para acesso, disponibilidade de recursos, com repercussão na qualificação de suas demandas; e identificação de problemas/entraves, resultante do trabalho de levantamento de informações realizados pelos Assessores Territoriais de Inclusão Produtiva -ATIP, identificando os principais obstáculos que afetam negativamente a obtenção de bons resultados pelas políticas públicas de desenvolvimento rural.

Quantidade alcançada

211

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	23	unidade	21	31/12/2014



Região Nordeste	89	unidade	82	31/12/2014
Região Norte	40	unidade	36	31/12/2014
Região Sudeste	32	unidade	31	31/12/2014
Região Sul	26	unidade	41	31/12/2014

- **Apoiar a organização e estruturação de 200 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres.**

Análise Situacional da Meta

A constituição dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET preveem a realização de atividades de apoio à constituição e fortalecimento das redes socioprodutivas através da execução das Matrizes de Gestão Territorial do Plano Safra, articulando estas redes por meio da aproximação entre as demandas dos empreendimentos regionais com as ofertas de políticas públicas para a agricultura familiar. Entre as ações que compõem a Matriz existem atividades específicas voltadas para atender aos grupos de mulheres, tais como o Proinf, o PAA e o microcrédito orientado às mulheres. Assim, foram contratados, em 2014, 137 NEDETs, que apoiarão os trabalhos em 137 novas redes socioprodutivas. Desde 2013, houve uma recondução na atuação das Bases de Serviço, que passaram a atuar em apoio à elaboração da Matriz de Gestão Territorial do Plano Safra, em parceria com os NEDETs, em territórios onde os mesmos já haviam sido contratados. Assim, em 17 territórios, as Bases de Serviço atuam junto com os 56 NEDETs contratados em 2013 e em outros 45 territórios as Bases atuam como agente exclusivo na mobilização para discussão da matriz.

Quantidade alcançada

221

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	24	unidade	28	31/12/2014
Região Nordeste	82	unidade	89	31/12/2014
Região Norte	38	unidade	37	31/12/2014
Região Sudeste	29	unidade	24	31/12/2014
Região Sul	27	unidade	43	31/12/2014

- **Apoiar a organização produtiva de 5.000 empreendimentos econômicos solidários e/ou associativos, sendo, no mínimo, 30% de mulheres ou grupos de mulheres.**

Análise Situacional da Meta

Com a implementação da estratégia de gestão territorial do Plano Safra deixou-se de apoiar diretamente empreendimentos econômicos e solidários. Estes passaram a ser atendidos indiretamente no âmbito das ações que compõem a Matriz de Gestão Territorial do Plano Safra. A partir das ações que compõem as matrizes territoriais de gestão do Plano Safra 2014/2015, os assessores territoriais de inclusão produtiva ligados aos NEDETs promoverão apoio indireto aos empreendimentos produtivos. Com resultados físicos em 2014, oriundos de contratos de anos anteriores, houve o apoio direto a sete empreendimentos econômicos por meio de atuação de uma Base de Serviço no Estado do Acre. Além disso, a chamada pública contratou 137 novos NEDETs, permitindo a ampliação das ações que apoiarão aos empreendimentos econômicos solidários e/ou associativos nos territórios.

Quantidade alcançada

728

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	557	unidade	57	31/12/2014
Região Nordeste	2.629	unidade	451	31/12/2014
Região Norte	757	unidade	93	31/12/2014



Região Sudeste	500	unidade	46	31/12/2014
Região Sul	557	unidade	81	31/12/2014

• **Apoiar e coordenar o funcionamento de 150 Bases de Serviços Técnicos.**

Análise Situacional da Meta

A partir de reorientação estratégica da SDT/MDA nos Territórios, as Bases de Serviço contratadas anteriormente estão sendo gradativamente substituídas por Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) para atuar dentro da Estratégia de Gestão Territorial do Plano Safra. Em 2014, foram contratados 137 novos NEDETS que atuam dentro da estratégia, os quais somados às Bases de Serviço e NEDETS atuantes até 2013, perfazem um total de 321 entidades contratadas até 2014. As antigas bases de serviço, contratadas antes de 2013, estão sendo reorientadas a trabalharem também em sintonia com a estratégia de Gestão Territorial do Plano Safra.

Quantidade alcançada

321

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	14	unidade	29	31/12/2014
Região Nordeste	67	unidade	130	31/12/2014
Região Norte	33	unidade	65	31/12/2014
Região Sudeste	19	unidade	44	31/12/2014
Região Sul	17	unidade	53	31/12/2014

• **Implantar 3.200 bibliotecas rurais em assentamentos da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

O público alvo do Programa Arca das Letras atende os beneficiários do Crédito Fundiário, assentados da Reforma Agrária, comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhas, pescadores, extrativistas), Casas e Escolas Familiares Agrícolas. O processo de implantação do Programa se baseia na abordagem participativa respeitando a diversidade das populações, a cultura local e na ampla rede de parcerias entre Governos, Organizações Não Governamentais e Instituições Privadas para a confecção do móvel arca e a aquisição do acervo bibliográfico. No período de Janeiro de 2013 à 31/12/2013 foram implantadas 773 bibliotecas rurais em 70 municípios dos estados do Acre, Amapá, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, com 17.927 famílias beneficiadas, 38.736 livros distribuídos e 269 agentes de leitura capacitados. Nos assentamentos estaduais foram entregues 12 bibliotecas em 9 municípios, atendendo 605 famílias, com a distribuição de 2.820 livros e capacitação de 19 agentes de leitura. Sendo assim, foram implantadas 785 bibliotecas em 2013.

Quantidade alcançada

785

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O apoio a projetos de infraestrutura e serviços em Territórios Rurais (PROINF) tem contribuído para a qualificação de processos produtivos e econômicos da agricultura familiar nos territórios rurais. Parcerias com estados, municípios e



entidades privadas têm apoiado a contratação de projetos de infraestrutura nos territórios rurais. Estes resultados posicionam o PROINF como importante instrumento indutor dos processos de inclusão produtiva, de geração de trabalho e renda e de autonomia econômica de famílias e empreendimentos da agricultura familiar nos Territórios Rurais, apoiando propostas em Territórios Rurais e da Cidadania no país, que incluem os 74 novos Territórios Rurais criados em 2013. Os Colegiados Territoriais têm papel fundamental na definição de suas prioridades de contratação de projetos para infraestrutura rural e as propostas apoiadas devem ser coerentes às definições expressas nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Além disso, os Colegiados possuem a atribuição de realizar a gestão social dos contratos, contando para isso com o apoio dos Assessores Territoriais de Inclusão Produtiva que implementam a Estratégia de Gestão Territorial do Plano Safra.

Em 2014, o apoio a projetos de infraestrutura foi realizado por meio de dois instrumentos: Manual Operacional do Proinf 2014, que visa selecionar propostas de entes públicos; e o Chamamento Público para proposta de entidades privadas.

Esses instrumentos disponibilizam recursos para o financiamento de infraestrutura de estruturação e/ou qualificação de serviços públicos municipais ou estaduais para produção, armazenamento, transporte, comercialização e inspeção sanitária dos produtos da agricultura familiar nos Territórios. Neste contexto, foi previsto o apoio a um projeto para cada um dos 239 territórios rurais, tendo como parâmetro básico um recurso de R\$225 mil para Territórios Rurais e R\$275 mil para Territórios da Cidadania, com a possibilidade de, respectivamente, alcançarem os valores de R\$375 mil e R\$425 mil, se adotado o dispositivo de meta específica para empreendimentos produtivos de mulheres ou jovens ou povos e comunidades tradicionais.

Metas 2012-2015

• Apoiar 3.135 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais

Análise Situacional da Meta

A operacionalização do apoio a projetos de infraestrutura e serviços em Territórios Rurais e da Cidadania é implementada com os instrumentos: Manual Operacional do PROINF 2014 e Chamamento Público PROINF 2014, que regulam a seleção de propostas para a estruturação e/ou qualificação de serviços públicos municipais ou estaduais para produção, armazenamento, transporte, comercialização e inspeção sanitária da agricultura familiar nos 239 territórios apoiados pela SDT/MDA. Dentre as propostas do Manual Operacional do PROINF 2014 aprovadas, foram empenhados pela Caixa Econômica Federal 237 projetos de infraestrutura, sendo contemplados 15 projetos propostos por consórcios municipais, 39 por órgãos de Governos Estaduais, 171 projetos por Prefeituras Municipais e sete por outras entidades públicas. Por meio do Chamamento Público PROINF 2014, foram aprovados e empenhados pela Caixa Econômica Federal cinco projetos de infraestrutura a serem executados por entidades privadas sem fins lucrativos.

Quantidade alcançada

923

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	378	unidade	81	31/12/2014
Região Nordeste	1.236	unidade	298	31/12/2014
Região Norte	612	unidade	148	31/12/2014
Região Sudeste	453	unidade	78	31/12/2014
Região Sul	456	unidade	318	31/12/2014

• Apoiar projetos de melhoria da infraestrutura territorial nas comunidades indígenas.

Análise Situacional da Meta

A operacionalização do apoio a projetos de infraestrutura e serviços em Territórios Rurais e da Cidadania é implementada com os instrumentos: Manual Operacional do PROINF 2014 e Chamamento Público PROINF 2014; a



oferta de melhoria na infraestrutura territorial nas comunidades indígenas está contemplada nos instrumentos mencionados com a oferta de recurso adicional para investimentos específicos para grupos produtivos e comunidades tradicionais. Com base nas propostas apresentadas em 2014 foram aprovados e empenhados sete projetos para comunidades indígenas no valor de R\$ 2,7 milhões.

• **Beneficiar 2.155 municípios com até 50.000 habitantes com máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais**

Análise Situacional da Meta

A ação do PAC 2 de apoio à recuperação de estradas vicinais por meio da doação de máquinas e equipamentos beneficiou 5.071 municípios, com a entrega de 5.060 motoniveladoras, 5.071 retroescavadeiras e 5.060 caminhões-caçamba. Por conta do longo período de estiagem que prejudicou intensamente os municípios do semiárido brasileiro, o Comitê Gestor do PAC - CGPAC decidiu ampliar o benefício aos municípios da região e da SUDENE que tiveram reconhecida a situação emergência, por meio decreto federal, inclusive os municípios acima de 50 mil habitantes. Além dos equipamentos mencionados anteriormente, foram entregues a esses municípios 1.440 pás carregadeiras e 1.440 caminhões-pipa.

Quantidade alcançada

5.071

Data de Referência

02/07/2014

• **Beneficiar 30.600 trabalhadoras rurais, através do apoio a projetos estratégicos de incremento à infraestrutura que atinjam, direta e positivamente, organizações de mulheres**

Análise Situacional da Meta

A operacionalização do apoio a projetos de infraestrutura e serviços em Territórios Rurais e da Cidadania é implementada com os instrumentos: Manual Operacional do PROINF 2014 e Chamamento Público PROINF 2014; a oferta a projetos estratégicos de incremento à infraestrutura que atinjam, direta e positivamente, organizações de mulheres está contemplado nos instrumentos mencionados com a oferta de recurso adicional para investimentos específicos para empreendimentos produtivos de mulheres. Com base nas propostas apresentadas em 2014 foram aprovados e empenhados 94 projetos para grupos produtivos de mulheres, no valor de R\$ 35,6 milhões beneficiando um total de 18.629 mulheres.

Quantidade alcançada

95.054

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0981 - Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo tem como foco a ampliação dos direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais, com base no acesso à documentação e à participação no desenvolvimento territorial. O acesso à documentação é promovido por meio do Programação Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que, nos últimos 10 anos, desenvolve mutirões por todo o Brasil, focando nos Territórios da Cidadania e no público do Brasil Sem Miséria. Nos mutirões, é possibilitado o acesso à documentação civil, trabalhista e previdenciária, além de documentos de acesso à inclusão produtiva, como a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Em 2014, o PNDTR implementou nos mutirões a Sala da Cidadania, portal vinculado ao INCRA. No que se refere à participação das mulheres rurais nas instâncias colegiadas



dos Territórios da Cidadania e nos comitês gestores, o MDA atuou por meio de parcerias com os governos estaduais, com a formalização de cinco contratos em 2012, e também de parcerias com organizações não governamentais, com a realização de três convênios em 2013 e um em 2014. Estas parcerias consistem, dentre outras ações, da articulação dos comitês de mulheres nos Territórios da Cidadania, qualificando e ampliando sua participação no Colegiados Territoriais. Em 2014, foi firmada parceria entre MDA, CNPq e a Secretaria de Políticas para as Mulheres para o desenvolvimento de ações em 65 Territórios da Cidadania, com a mesma estratégia de fortalecimento dos comitês territoriais de mulheres rurais. Destaca-se, ainda, a participação na construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, do Documento Orientador da Educação Infantil no Campo e do II Encontro de Comitês Territoriais de Mulheres, que garantiram maior espaço para as mulheres rurais nas políticas públicas, principalmente no que diz respeito à ampliação da sua participação e do seu acesso à documentação.

Metas 2012-2015

- **Articular a realização de pesquisa de Amostra Nacional para conhecer a demanda por documentação**

Análise Situacional da Meta

Foi contratada, em 2014, a pesquisa sobre indocumentação no Brasil, com o objetivo de "realizar estudo qualitativo e quantitativo sobre o acesso e ausência de documentação civil, trabalhista, previdenciária e fiscal nas áreas de abrangência dos Territórios da Cidadania, por parte das mulheres rurais no Brasil". Já em 2014 foram entregues dois produtos da pesquisa e realizado um seminário em setembro para socialização das informações encontradas pela pesquisa. Participaram deste evento o Comitê Gestor do PNDTR, equipes estaduais do Programa, entidades parceiras e a equipe da DPMR. Está prevista para abril de 2015 a realização de outro seminário sobre a pesquisa e, também, a entrega do resultado final da pesquisa.

- **Emitir gratuitamente 1.200.000 documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram emitidos 300.020 documentos pelo Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), em articulação com diversos órgãos parceiros. Os documentos emitidos nos municípios do PNDTR foram: Registro e a Certidão de Nascimento (RN), Carteira de Identidade (CI), Carteira de Trabalho (CTPS), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Serviços Previdenciários (auxílio-doença, licença maternidade, entre outros), CadÚnico, Registro Geral da Pesca (RGP), Bloco de Notas de Produtora Rural e a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). O total de documentos emitidos em 2013 foi de 405.524. Em 2012, foram emitidos 247.502.

Quantidade alcançada

953.046

Data de Referência

31/12/2014

- **Garantir a obrigatoriedade da participação de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias colegiadas de 280 colegiados territoriais**

Análise Situacional da Meta

Os dados para quantificação da participação das mulheres nos colegiados territoriais ainda não estão disponíveis, porém, têm sido prioridade a construção e disponibilização destes dados. No ano de 2013, ocorreu a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), a qual contou com a participação de 50% de mulheres em todas as suas instâncias (Estadual e Nacional), demonstrando a importância e o comprometimento das mulheres no desenvolvimento territorial. Desta Conferência, consolidou-se, em 2014, o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) que reforçou o proposto no PPA, no que se refere à composição de 50% de mulheres e 30% de organizações de mulheres nos espaços de deliberação. Também em 2014, foi realizado o II Encontro Nacional de Comitês Territoriais de Mulheres Rurais, que contou com a participação de 64 territórios (rurais e da Cidadania) com foco na articulação das mulheres nos territórios, assim como na identificação de dificuldades e potencialidades para a sua participação nas instâncias colegiadas. Os projetos contratados em 2013 para o apoio às mulheres no desenvolvimento territorial com perspectiva de gênero nos Territórios da Cidadania iniciaram,



em 2014, suas atividades beneficiando 2.040 mulheres em 16 Territórios da Cidadania, favorecendo sua auto-organização e participação nos Colegiados Territoriais. Neste mesmo sentido de apoio e fortalecimento dos comitês territoriais de mulheres rurais, foi firmada parceria entre CNPq, MDA e SPM para o desenvolvimento de ações em 65 Territórios da Cidadania. Os projetos se encontram contratados e com início previsto para o 1º semestre de 2015. Além disso, as parcerias junto aos governos estaduais contribuem, por meio de contratos formalizados, em 2011 e 2012, com ações previstas em 36 Territórios da Cidadania e 23 Territórios Rurais, beneficiando cerca de 55 mil mulheres rurais. Em todas essas parcerias, tem-se procurado qualificar a estratégia de monitoramento, de forma a desenvolver indicadores sobre a efetiva participação das mulheres rurais nos Colegiados Territoriais.

• **Realizar 4.000 mutirões de documentação, atendendo a 700 mil mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram realizados 971 mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), em articulação com diversos órgãos emissores de documentos, nos quais foram atendidas 133.282 mulheres rurais. Estes mutirões aconteceram em 659 municípios e atenderam 80 Territórios da Cidadania. Em 2013 foram realizados 1.249 mutirões de emissão de documentos, que atenderam 199.425 mulheres e, em 2012, foram realizados 755 mutirões que atenderam 125.085 mulheres rurais. A DPMR está estruturando uma estratégia de monitoramento dos mutirões do PNDTR para identificar quem são as mulheres atendidas pelo Programa. Além disso, a DPMR tem sistematicamente consultado as coordenações estaduais do Programa para identificar dificuldades de execução do PNDTR e construir estratégias de resolução em temas como: adequação e manutenção das unidades móveis, internet, entre outros. Ressalta-se a importância de garantir a ampliação do PNDTR, meta prevista na iniciativa 3.9.7 do PNDRSS. Segue tabela anexa com os dados dos documentos consolidados 2012-2014.

Quantidade alcançada

2.975

Data de Referência

31/12/2014

• **Realizar campanha nacional de mobilização sobre a importância da formalização de grupos produtivos de mulheres na agricultura familiar e reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

A importância da formalização de grupos produtivos de mulheres na agricultura familiar e reforma agrária tem sido articulada pelo Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais e o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural em parceria com os Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres. Hoje esta ação está sendo desenvolvida pelos Estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Acre, Paraíba, Alagoas, Goiás, Espírito Santo e Maranhão, com contratação nos anos de 2011 e 2012. Em 2013 e 2014, esta meta focou na gestão dos projetos vigentes, que beneficiam 54.294 mulheres. Todas as parcerias, além de mobilizar para a formalização dos grupos produtivos, também envolvem ações em mutirões do PNDTR, mapeamento dos grupos produtivos, fortalecimento da participação das mulheres nos territórios e produção de materiais informativos sobre as políticas desenvolvidas para as mulheres rurais.

OBJETIVO: 0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

Quanto ao marco regulatório do cooperativismo, em 2014, foram intensificadas as negociações de tramitação dos projetos de leis no Senado. O PLS 03/2007, de autoria do Senador Osmar Dias; e o PLS 153/2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, ambos com o objetivo de atualizar a legislação do cooperativismo no Brasil, oferecendo condições para que se



cumpra o art. 5º, XVIII, da Constituição Federal, de que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. Com a aprovação do Requerimento nº 1.431, de 2011, da Senadora Ana Amélia de análise da matéria na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em 26 de março de 2014 o Senador Waldemir Moka, apresentou seu Relatório como substitutivo ao PLS 3/2007, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Diferentemente do Relatório aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, o relatório apresentado e aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária não apresenta uma nova proposta de lei para as cooperativas, mas promove modificações pontuais que conservam a base atual da Lei nº 5.764, de 1971. Tal proposição não abarca a nova realidade do cooperativismo brasileiro que resultou do período de democratização com a emergência dos novos movimentos sociais. Houve reversão desta situação com a negociação realizada na Comissão de Assuntos Econômicos e retomou o teor do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça que aprovou em caráter terminativo o relatório da Senadora Gleisi Hoffmann o qual representa avanços importantes na legislação cooperativista.

Quanto a Lei nº 12.690/2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP, não ocorreram avanços quanto a sua regulamentação. A Minuta de Decreto após tramitação no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos ainda encontra-se na Casa Civil aguardando assinatura presidencial.

Já no que diz respeito Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social - Pronacoop Social, instituído pelo Decreto nº 8.163/2013, foram dados os encaminhamentos para a constituição do seu Comitê Gestor com a indicação dos representantes dos Ministérios e a realização da Assembleia de Escolha dos representantes da sociedade civil por meio do Edital SENAES/MTE 002/2014.

Um importante avanço na regulamentação das sociedades cooperativas ocorrido no primeiro semestre de 2014 foi a publicação da Instrução Normativa DREI nº 21, de 4 de abril de 2014. Altera o art. 2º da Instrução Normativa nº 10, de 5 de dezembro de 2013, que aprova no Manual de Registro das Cooperativas excluindo a exigência de filiação a entidade de direito privado como condição de registro.

Metas 2012-2015

• Atualizar o marco regulatório do cooperativismo

Análise Situacional da Meta

Quanto ao marco regulatório do cooperativismo, em 2014, foram intensificadas as negociações de tramitação dos projetos de leis no Senado. O PLS 03/2007, de autoria do Senador Osmar Dias; e o PLS 153/2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, ambos com o objetivo de atualizar a legislação do cooperativismo no Brasil, oferecendo condições para que se cumpra o art. 5º, XVIII, da Constituição Federal, de que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. Com a aprovação do Requerimento nº 1.431, de 2011, da Senadora Ana Amélia de análise da matéria na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em 26 de março de 2014 o Senador Waldemir Moka, apresentou seu Relatório como substitutivo ao PLS 3/2007, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Diferentemente do Relatório aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, o relatório apresentado e aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária não apresenta uma nova proposta de lei para as cooperativas, mas promove modificações pontuais que conservam a base atual da Lei nº 5.764, de 1971. Tal proposição não abarca a nova realidade do cooperativismo brasileiro que resultou do período de democratização com a emergência dos novos movimentos sociais. Houve reversão desta situação com a negociação realizada na Comissão de Assuntos Econômicos e retomou o teor do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça que aprovou em caráter terminativo o relatório da Senadora Gleisi Hoffmann o qual



representa avanços importantes na legislação cooperativista.

Quanto a Lei nº 12.690/2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP, não ocorreram avanços quanto a sua regulamentação. A Minuta de Decreto após tramitação no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos ainda encontra-se na Casa Civil aguardando assinatura presidencial.

Já no que diz respeito Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social - Pronacooop Social, instituído pelo Decreto nº 8.163/2013, foram dados os encaminhamentos para a constituição do seu Comitê Gestor com a indicação dos representantes dos Ministérios e a realização da Assembleia de Escolha dos representantes da sociedade civil por meio do Edital SENAES/MTE 002/2014.

Um importante avanço na regulamentação das sociedades cooperativas ocorrido no primeiro semestre de 2014 foi a publicação da Instrução Normativa DREI nº 21, de 4 de abril de 2014. Altera o art. 2º da Instrução Normativa nº 10, de 5 de dezembro de 2013, que aprova no Manual de Registro das Cooperativas excluindo a exigência de filiação a entidade de direito privado como condição de registro.

• **Disseminar e promover na sociedade brasileira os princípios da economia solidária, do comércio justo e do consumo consciente**

Análise Situacional da Meta

Houve continuidade ao processo de divulgação com distribuição do material da campanha nacional de promoção da economia solidária e encaminhamento de reprodução de novos materiais para distribuição. A realização da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária foi uma importante oportunidade para divulgação dos princípios da economia solidária e do comércio justo e solidário na mídia nacional. Foram veiculados programas, entrevistas e reportagens sobre a economia solidária no país. No entanto, a falta de recursos orçamentários e a desigualdade no acesso aos meios de comunicação tem dificultado a implementação de uma estratégia mais ampla de divulgação da economia solidária. O tema ainda permanece bastante desconhecido para a opinião pública.

• **Institucionalizar a política nacional de economia solidária com o Sistema Nacional de Economia Solidária, o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e o Fundo Nacional**

Análise Situacional da Meta

Quanto ao processo de institucionalização da política nacional de economia solidária, constatamos avanços na tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 4.685/2012, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

Também ocorreram avanços nos mecanismos de participação e controle social com a realização da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária Nacional. Em sua preparação foram realizadas 207 conferências territoriais e municipais e 26 conferências estaduais e 5 conferências temáticas, com a mobilização de 22 mil pessoas em 1,6 mil municípios. Na etapa nacional da 3ª Conferência participaram 1,6 mil pessoas, sendo 62% de mulheres.

Em 2014, foi ainda instituído o Comitê do Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e ao Cooperativismo Social (Pronacooop Social), de acordo com o Decreto nº 8.163/2013 com a finalidade de planejar, coordenar, executar e monitorar as ações voltadas ao desenvolvimento das cooperativas sociais e dos empreendimentos econômicos solidários sociais. Também tivemos o acompanhamento da tramitação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 4.685/2012 (sobre a Política Nacional de Economia Solidária) que após aprovação de parecer na Comissão de Finanças e Tributação tramitou na Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário a qual devolveu à Mesa



Diretora da Câmara dos Deputados.

Quanto ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário o Conselho Nacional de Economia Solidária aprovou sua regulamentação que foi publicada por meio de Portaria Ministerial nº 2.060, de 30 de dezembro de 2014. Ao longo do ano de 2014 ocorreram avanços para o processo de institucionalização da política nacional, no entanto, a ausência de uma lei nacional a semelhança do que ocorre em outros países ainda constitui um entrave importante para a atuação do governo federal na promoção da economia solidária e do comércio justo e solidário no país.

• **Manter e atualizar informações de 30 mil organizações de economia solidária**

Análise Situacional da Meta

A estratégia central para esta meta é a manutenção e/ou ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES, com identificação e caracterização de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e políticas públicas de economia solidária, de forma a possibilitar a sua visibilidade e fortalecer a economia solidária como estratégia de organização social para geração de trabalho e renda e a inclusão social; subsidiar a formulação de políticas públicas e a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária; e integrar empreendimentos em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais a fim de facilitar processos de comercialização.

O SIES foi implantado no ano de 2004 e até o momento realizou três rodadas nacionais de identificação e caracterização dos empreendimentos econômico solidários (EES) no país. O primeiro levantamento ocorreu em 2005 quando foram mapeados 14.954. Este levantamento foi complementado em 2007 com o mapeamento de mais 6.905. Nesta primeira fase foram totalizadas informações de 21.859. A terceira rodada ocorreu nos anos de 2010-2012 quando foram mapeados mais 11.663. Portanto, desde 2004, o SIES já identificou 33.522 EES em todo o território nacional. Dos 11.663 novos empreendimentos mapeados nesta segunda fase, 5.811 (50%) declaram terem iniciado suas atividades após o ano de 2004, o que demonstra que a economia solidária é um fenômeno que apresenta dinamismo social e econômico independentemente do contexto de crise do desemprego e do fenômeno do desassalariamento que caracterizou o período de seu surgimento nas últimas décadas do século passado.

Em maio de 2014 foi realizado o Seminário Nacional do Sistema de Informações de Economia Solidária para apresentação dos resultados da primeira pesquisa nacional com sócios/as de empreendimentos econômicos solidários e as primeiras análises gerais dos dados mais atualizados relativos aos empreendimentos econômicos solidários.

Para disseminação das bases de dados foram assinados 34 Termos de Compromisso para Uso da Base de Microdados do SIES com entidades e centros de pesquisa para realização de estudos e uso da base em metodologias de organização da cooperação entre os empreendimentos econômicos solidários.

Por sua vez, em continuidade ao processo de implantação de um Observatório do Cooperativismo e da Economia Solidária no Brasil por meio de Convênio com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), tendo como base os resultados da cooperação entre o Brasil e a Itália pelo Programa Brasil Próximo. Igualmente, no âmbito do Programa foram contratados dois consultores e realizar intercâmbios metodológicos com a Região da Emília-Romagna.

Quantidade alcançada

33.522

Data de Referência

31/12/2014



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.000	unidade	3.447	31/12/2014
Região Nordeste	12.000	unidade	13.656	31/12/2014
Região Norte	3.000	unidade	5.325	31/12/2014
Região Sudeste	6.000	unidade	5.497	31/12/2014
Região Sul	6.000	unidade	5.597	31/12/2014

• **Promover a integração das políticas de economia solidária em 100 processos territoriais de desenvolvimento**

Análise Situacional da Meta

Por meio de Chamadas Públicas, realizadas anteriormente, especificamente voltadas a essa meta, a SENAES/MTE celebrou parcerias com governos estaduais e municipais, envolvendo um conjunto selecionado de 22 estados e 42 municípios, cujas propostas apoiadas entre 2011 e 2013 compreendem um total de 133 (cento e trinta e três) territórios. As ações desenvolvidas nos territórios prevêm a implantação de espaços multifuncionais de economia solidária, com agentes comunitários de desenvolvimento que atuarão na formação e assessoramento técnico para fomento à produção e comercialização de produtos e serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários.

No ano de 2014 não foram celebrados novos convênios, mas foi implementada a metodologia de acompanhamento e orientações para os convenientes. Uma das dificuldades para avançarmos mais diz respeito à questão da execução orçamentária dos recursos alocados para esta finalidade. Constataram-se atrasos no repasse das parcelas subsequentes previstas nos convênios celebrados em função da baixa execução das ações por parte dos governos estaduais e municipais. As justificativas para esta dificuldade estão relacionadas ao processo eleitoral, transições de governo, composição de novas equipes de gestão e demora no processo de contratação de serviços.

A integração de ações de apoio e fomento à economia solidária busca organizar de forma articulada as demandas dos empreendimentos econômicos solidários e dos demais sujeitos da política de acesso a conhecimentos, a recursos materiais e financeiros e a mecanismos e instrumentos de organização da comercialização. A integração intenciona evitar a fragmentação das ações e o descolamento das estratégias de arranjos organizativos e produtivos territoriais e setoriais em redes de cooperação de produção, comercialização e consumo.

Desta forma, as políticas públicas de economia solidária são executadas considerando as diversas dinâmicas e iniciativas de territorialização do desenvolvimento, dialogando com as estratégias governamentais e da sociedade civil, sendo orientada pelas prioridades locais dos EES. Assim a economia solidária se constitui como estratégia de dinamização socioeconômica em processos de desenvolvimento local e territorial.

Para aprimorar a articulação territorial foram realizadas visitas de supervisão e de orientação com vistas à execução dos convênios celebrados e a implementação de uma metodologia que favoreça a integração das ações de economia solidária executadas pelos estados, Distrito Federal, municípios, universidades e organizações da sociedade civil.

Quantidade alcançada

133

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10	unidade	15	31/12/2014
Região Nordeste	40	unidade	52	31/12/2014
Região Norte	10	unidade	15	31/12/2014
Região Sudeste	20	unidade	26	31/12/2014
Região Sul	20	unidade	25	31/12/2014



OBJETIVO: 0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

A economia solidária continua sendo cada vez mais reconhecida e fortalecida como uma estratégia de inclusão produtiva das pessoas em situação de extrema pobreza nos processos locais e territoriais de desenvolvimento, dinamizando cadeias produtivas e arranjos econômicos mais inclusivos. As iniciativas econômicas solidárias constituem-se em formas de organização da produção, da comercialização, das finanças e do consumo que privilegiam o trabalho associado, a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade, tendo o ser humano como sujeito e finalidade do desenvolvimento e afirmando o trabalho associado enquanto direito. Em 2014, deu-se continuidade ao apoio e fomento da economia solidária para contribuir com o esforço nacional de superação da pobreza extrema, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.

Como o objetivo de certificar os produtos e serviços de 9 mil empreendimentos econômicos solidários, em 2014, teve continuidade a pactuação com as instituições selecionadas para a implantação das metodologias de certificação próprias do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS). Com essa finalidade foram transferidos recursos para que mais de 1,2 mil EES possam participar do SCJS. As dificuldades para atingir a meta decorrem do caráter inovador do Sistema, visto tratar-se de uma iniciativa pioneira em termos mundiais. Contudo, a meta pactuada poderá ainda ser atingida, considerando os termos da Portaria Ministerial nº 2.060, de 30 de dezembro de 2014, que orienta as entidades parceiras da execução dos planos de trabalho conveniados.

No fomento e fortalecimento das finanças solidárias, com a ampliação de recursos e execução das parcerias resultantes da chamada pública realizada em 2013, foi possível, em 2014, apoiar 111 bancos comunitários de desenvolvimento, 285 fundos solidários e 94 cooperativas de crédito solidário.

Uma das principais estratégias para a capacitação de trabalhadores para a economia solidária é a Formação de Formadores, Educadores e Gestores Públicos em Economia Solidária, que está sendo implementada com a Rede Nacional de Centros de Formação em Economia Solidária (Rede CFES), visando qualificar sua atuação como multiplicadores de conhecimentos, inovações metodológicas e/ou tecnológicas junto aos EES, bem como para o fortalecimento das políticas públicas federais, estaduais e municipais. Para a continuidade e consolidação das atividades da Rede CFES, em 2014 foram repassados novos recursos que beneficiaram cerca de 3 mil pessoas.

Em 2014, teve continuidade o fortalecimento do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), que se constitui numa articulação interinstitucional para o desenvolvimento das incubadoras, levando a uma maior articulação entre as universidades brasileiras e as diferentes formas de cooperativas populares. No âmbito do Proninc também foram repassados recursos por meio de Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito Externo estabelecido em parceria com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Foram apoiadas 86 incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e economia solidária para ampliar a atuação das mesmas com a incubação de mais 220 EES em todo o país.

No tocante à assessoria técnica aos EES e suas Redes de Cooperação, as ações foram garantidas também por meio de projetos em parceria com municípios, estados e organizações da sociedade civil. Estes projetos incorporaram a dimensão



cultural e territorial dos processos produtivos, fortalecendo práticas autogestionárias, justas e solidárias, melhorando a qualidade dos produtos, assessorando na elaboração de planos de negócio, de planos de marketing e nos registros fiscais e contábeis adequados à legislação vigente. Por meio destas parcerias foram apoiados 895 empreendimentos.

Na promoção e fomento às redes de cooperação solidária, constituídas por empreendimentos em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo solidários foi dada continuidade ao apoio por meio de parcerias com organizações da sociedade civil para 134 redes que organizam e articulam 1,8 mil empreendimentos.

No fomento e fortalecimento das finanças solidárias, foram apoiados 111 bancos comunitários de desenvolvimento, 285 fundos solidários e 94 cooperativas de crédito solidário, enquanto instrumentos de promoção do desenvolvimento territorial sustentável com superação da pobreza extrema.

Metas 2012-2015

• Certificar os produtos e serviços de 9 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foi dada continuidade ao processo de pactuação com as instituições selecionadas para a implantação das metodologias de certificação próprias do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SCJS. No Sistema Nacional o principal instrumento é a Declaração de Conformidade da Economia Solidária – DCSOL, que compreende os fundamentos e os conteúdos metodológicos acerca das seguintes etapas da certificação: identificação, reconhecimento (avaliação, inspeção), cadastro e registro de um Empreendimento Econômico Solidário – EES com prática em comércio justo e solidário no SCJS. O desenvolvimento e a aplicação das modalidades de avaliação de conformidade são três: a) declaração de conformidade de fornecedor ou atestação de primeira parte ou reconhecida por esse Edital de Declaração de Conformidade Coletiva (DCC); b) declaração de conformidade por avaliação de pares ou atestação de segunda parte ou conhecida por Sistema Participativo da Garantia (SPG); e c) declaração de conformidade por auditoria externa ou de atestação de terceira parte. Para a implementação da metodologia foram transferidos recursos para que mais de 1.220 empreendimentos econômicos solidários possam participar do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SCJS o que permitiu atingir a meta de 2.945 empreendimentos. Em 2015, com a implantação da Portaria Ministerial nº 2.060/2014 do SCJS, será ampliada a certificação dos empreendimentos com base em critérios de garantia de conformidade.

Quantidade alcançada

2.945

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	900	unidade	216	31/12/2014
Região Nordeste	3.600	unidade	1.054	31/12/2014
Região Norte	900	unidade	216	31/12/2014
Região Sudeste	1.800	unidade	645	31/12/2014
Região Sul	1.800	unidade	814	31/12/2014

• Incluir 200 comunidades nas finanças solidárias

Análise Situacional da Meta

No fomento e fortalecimento das finanças solidárias, com a ampliação de recursos e execução das parcerias resultantes da chamada pública realizada no ano de 2013, foi possível, durante o ano de 2014 apoiar 111 bancos comunitários de desenvolvimento, 285 fundos solidários e 94 cooperativas de crédito solidário, dando continuidade aos processos de



consolidação das metodologias de finanças solidárias, disseminação das metodologias em novas comunidades e articulação em rede das diversas organizações de finanças solidárias.. Assim sendo, até o final de 2014 foi possível atingir a meta de inclusão de 665 comunidades incluídas o que revela a expansão das finanças solidárias na política nacional de economia solidária.

O tema das finanças solidárias está consolidando-se no país enquanto uma das principais estratégias de mobilização comunitária para o enfrentamento da pobreza por meio da implantação e manutenção de bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários e de cooperativas de crédito solidárias.

No âmbito das finanças solidárias e acesso a crédito para a economia solidária, ocorreram reuniões de trabalho entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) previsto no Acordo de Cooperação celebrado entre as partes.

Quantidade alcançada

665

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20	unidade	98	31/12/2014
Região Nordeste	80	unidade	293	31/12/2014
Região Norte	20	unidade	55	31/12/2014
Região Sudeste	40	unidade	105	31/12/2014
Região Sul	40	unidade	114	31/12/2014

• Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária, com prioridade para mulheres e população negra

Análise Situacional da Meta

Uma das principais estratégias para o alcance desta meta é a Formação de Formadores, Educadores e Gestores Públicos em Economia Solidária, para qualificar sua atuação como multiplicadores de conhecimentos, inovações metodológicas e/ou tecnológicas junto aos empreendimentos econômicos solidários (EES), bem como, para o fortalecimento das políticas públicas federais, estaduais e municipais. Essa estratégia está sendo implementada com a Rede Nacional de Centros de Formação em Economia Solidária - Rede CFES. São atividades da Rede de CFES: 1) formação avançada e continuada de formadores e educadores que atuam na economia solidária; 2) sistematização e disseminação de metodologias de formação; 3) organização, publicação e disseminação de material pedagógico e subsídios para a formação; 4) articulação de formadores e educadores em rede nacional; 5) Formação sistemática de gestores públicos atuantes em políticas de economia solidária. Para a continuidade e consolidação das atividades da Rede CFES, em 2014 foram repassados novos recursos permitindo que fossem beneficiadas mais 2.856 pessoas o que permitiu atingir a meta, até o final de 2014 de 8.017 beneficiários nas atividades de formação e capacitação social e profissional.

Além disso, a SENAES/MTE participou da elaboração do Marco Referencial da Política Nacional de Educação Popular elaborado no âmbito do GT Interministerial (coordenado pela Secretaria Geral da presidência) lançado no II Seminário da Política Nacional de Educação Popular em 25 de maio de 2014, em Brasília (DF).

Também tiveram continuidade as articulações com o Ministério da Educação para dar a integração entre a política de apoio a economia solidária economia solidária e as políticas de EJA e de Educação Profissional e Tecnológica. No âmbito do Pronatec - Brasil Sem Miséria deu-se início a pactuação para o atendimento da demanda formação profissional e tecnológica de catadores de material reciclável organizados em associações e cooperativas. Também



foram realizadas tratativas para a articulação do Programa Mulheres Mil e a incubação de empreendimentos de economia solidária nos Institutos Federais.

Quantidade alcançada

8.017

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.000	unidade	1.204	31/12/2014
Região Nordeste	4.000	unidade	1.302	31/12/2014
Região Norte	1.000	unidade	1.217	31/12/2014
Região Sudeste	2.000	unidade	1.804	31/12/2014
Região Sul	2.000	unidade	2.490	31/12/2014

- **Promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 5 mil empreendimentos econômicos solidários e redes de produção e comercialização**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a SENAES deu seguimento ao fortalecimento do PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Decreto 7657/2010), que se constitui numa articulação interinstitucional para o apoio de Incubadoras Universitárias de empreendimentos econômicos solidários, apoiando o desenvolvimento institucional das incubadoras e levando a uma maior articulação entre as universidades brasileiras e as diferentes formas de cooperativas populares. No âmbito do PRONINC também foram repassados recursos por meio de Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito Externo estabelecido parceria com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Foram apoiadas 86 incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e economia solidária para ampliar a atuação das mesmas com a incubação de mais 220 empreendimentos econômicos solidários em todo o país.

É estratégica também a participação da economia solidária no Programa de apoio a Extensão Universitária (PROEXT) por meio da Linha Temática 8 – “Geração de Trabalho e Renda por meio do Apoio ao fortalecimento de empreendimentos Econômicos Solidários”. No primeiro semestre de 2014, foram selecionadas as propostas de programas e projetos ampliando o apoio do PROEXT à economia solidária para o próximo ano. De maneira que tivemos uma ampliação importante de incubadoras universitárias de economia solidária, já ultrapassando a marca de 100 incubadoras nas IES e seus campi.

No tocante à assessoria técnica aos EES e suas Redes de Cooperação, as ações foram garantidas também por meio de projetos na parceria com municípios, estados e organizações da sociedade civil. Nestes projetos foram incorporadas na assessoria técnica, a dimensão cultural e territorial dos processos produtivos, fortalecendo práticas autogestionárias, justas e solidárias, melhorando a qualidade dos produtos, assessorando na elaboração de planos de negócio, de planos de marketing e nos registros fiscais e contábeis adequados à legislação vigente. Por meio destas parcerias foram transferidos recursos para o apoio a 895 empreendimentos econômicos solidários o que permitiu atingir 67,8% da meta proposta, 3.388 empreendimentos até o final de 2014. No ano de 2015 teremos condições com o pagamento das parcelas subsequentes de atingir as metas pactuadas.

Quantidade alcançada

3.388

Data de Referência

31/12/2014



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	500	unidade	408	31/12/2014
Região Nordeste	2.000	unidade	1.425	31/12/2014
Região Norte	500	unidade	390	31/12/2014
Região Sudeste	1.000	unidade	495	31/12/2014
Região Sul	1.000	unidade	670	31/12/2014

OBJETIVO: 1004 - Promover mecanismos que estimulem o Desenvolvimento Econômico Regional Sustentável na Amazônia Ocidental mediante a geração, atração e consolidação de investimentos apoiados em educação, inovação, ciência, tecnologia, implantação de projetos de desenvolvimento econômico e a promoção das potencialidades e vocações regionais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Dentre os mecanismos de atração, geração e irradiação do desenvolvimento regional, destacam-se aqueles voltados para o dinamismo do Polo Industrial de Manaus (PIM), principal vetor de desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Vale destacar que o PIM alcançou, no período de janeiro a dezembro de 2014: um faturamento de US\$ 37,5 bilhões, contra US\$ 38,54 bilhões registrado em 2013 (redução de 2,69%); um volume de investimentos da ordem de US\$ 10,60 bilhões, contra US\$ 10,66 bilhões registrado em 2013 (redução de 0,56%); manutenção de 122.350 postos de trabalho, contra 120.843 em 2013 (incremento de 1,24%); e exportações de US\$ 732,0 milhões, contra US\$ 862,44 milhões em 2013 (queda de 15,12%).

Com relação ao incremento das atividades de revisão e estabelecimento de novos Processos Produtivos Básicos (PPBs), indispensáveis às empresas do PIM, registra-se a publicação de 50 Portarias Interministeriais (PI), sendo 17 para novos produtos. A publicação da PI nº 109, de 29/06/2014, que estabelece o PPB para câmara de ar para pneumático de motocicleta, vem fortalecer ainda mais o segmento de componentes do PIM e contribuirá para o incremento da cadeia produtiva da borracha no interior do Amazonas, devido à exigência estabelecida pelo PPB de utilização de matéria-prima regional nos próximos anos, com impacto na interiorização do desenvolvimento na região. No mesmo exercício, o Conselho de Administração da SUFRAMA (CAS) aprovou 111 projetos industriais e de serviços beneficiados com incentivos fiscais, sendo 34 projetos de implantação e 77 projetos de ampliação, atualização e diversificação, os quais a partir do terceiro ano de implantação apresentam a possibilidade de geração de 1.605 novos postos de trabalho e investimentos totais de US\$ 1,06 bilhão.

Cabe destacar a inauguração da primeira fábrica de medicamentos do Polo Industrial de Manaus, gerando o interesse de outras empresas desse segmento, que estudam a possibilidade de se instalarem no Polo.

Em relação à promoção do desenvolvimento regional, destaca-se a utilização de recursos de Pesquisa e Desenvolvimento, oriundos da lei de Informática, para a consolidação de investimentos apoiados em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, voltados inclusive para a educação e dinamização de projetos das potencialidades regionais.

No que se refere à Promoção Comercial do Modelo Zona Franca de Manaus (ZFM), a Suframa participou divulgando o modelo ZFM e as potencialidades regionais nos seguintes eventos: 1) Mostra Internacional do Artesanato, realizada em Florença – Itália, no período de 24 de abril a 1º de maio; 2) Transpo Amazônia, realizada em Manaus – AM, no período de 21 a 23 de maio; 3) Naturaltech, realizada em São Paulo – SP, no período de 04 a 07 de junho; 4) 11ª edição da Marintech South America Navalshore, realizada no Rio de Janeiro – RJ, no período de 11 a 13 de agosto; e 5) 14ª edição da HSM ExpoManagement, em São Paulo – SP, no período de 03 a 05 de novembro.

No âmbito da inserção internacional, destacam-se as seguintes iniciativas: i) defesa da ZFM junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) dos questionamentos feitos pela União Europeia (EU) sobre os incentivos fiscais; ii) retomada das discussões a respeito de programas de cooperação entre a ZFM e a Zona Franca da Terra do Fogo; iii) estreitamento das relações com o Peru, fornecendo uma gama de produtos que o Amazonas terá condições de importar, bem como a lista de



produtos a serem exportados; iv) ações de inserção internacional dos produtos da ZFM em países da Pan-Amazônia; e v) interação com o Suriname por meio de troca de informações.

Com a promulgação da Emenda Constitucional (EC) n.º 83/2014, que incluiu o art. 92-A no ADCT da CF de 1988, os incentivos fiscais da ZFM foram prorrogados por mais 50 anos, até 2073. Essa decisão representa uma significativa conquista para o desenvolvimento da região, uma vez que os incentivos fiscais concedidos à ZFM são de primordial importância para a redução das desigualdades regionais. Concomitantemente, por meio do art. 3º da Lei n.º 13.023/2014, os incentivos fiscais pertinentes às Áreas de Livre Comércio (ALC) também foram prorrogados até 2050, o que contribuirá para o processo de mitigação das desvantagens locais e de integração com o restante do Brasil, através da atração de novos investimentos para o aproveitamento das potencialidades regionais e a geração de emprego e renda.

Em termos de organização institucional da Autarquia, ressaltamos que, através do concurso público realizado em 2014, ingressaram até o final do exercício 224 novos servidores. Este incremento no quadro de pessoal da SUFRAMA representa um reforço significativo para o desempenho das atividades institucionais do órgão, principalmente pelos novos desafios decorrentes da prorrogação dos incentivos fiscais da ZFM até 2073.

Metas 2012-2015

• Apoiar a estruturação de até 5 (cinco) cadeias produtivas nos Estados que compõem a área de atuação da SUFRAMA

Análise Situacional da Meta

Houve apenas um Projeto priorizado pela Emenda Parlamentar N.º 11970010 (Fonte 100), no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) que foi apresentado pelo Governo do Acre, em abril de 2014. Foi aprovado e instruído no Portal de Convênios SICONV, para fins de formalização de transferência voluntária na modalidade Contrato de Repasse, cujo objetivo é apoiar as unidades familiares de produção de farinha de mandioca, mediante aquisição de Máquinas e Equipamentos agrícolas, de maneira a contribuir com o fortalecimento das Cadeias Produtivas Prioritárias e Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional do Vale do Juruá, no Estado do Acre.

Contudo, os recursos previstos na referida emenda parlamentar foram bloqueados no SIAFI, não ocorrendo até dezembro de 2014 a disponibilização de cota orçamentária para empenho. Assim, não foi possível executar o projeto em 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

• Apoiar projetos de pesquisas e empresas na área de biotecnologia

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a dezembro de 2014, a Suframa manteve o apoio ao desenvolvimento de produtos e processos voltados à área de biotecnologia, mediante a disponibilização da infraestrutura física e laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) para desenvolvimento dos seguintes projetos:

- i) bioprospecção de novos antibióticos; ii) desenvolvimento de bebidas fermentadas; iii) otimização de fermentação de celulose para produção de etanol; iv) avaliação dos gargalos tecnológicos para incremento da inovação na cadeia produtiva da malva; v) extrusados com sabores da Amazônia; vi) bioprospecção farmacológica orientada para novos protótipos medicamentosos em insumos inovadores para cosmética e alimentação funcional; vii) fitodermo (desenvolvimento de fito medicamentos e dermocosméticos a partir da biodiversidade amazônica); viii) MODY: mapeamento de SNPs nos genes relacionados à forma monogênica do Diabetes Mellitus não-insulino-dependentes; ix) toxinas animais e criação de uma rede de pesquisa regional (identificação de peptídeos com potencial farmacológico); e x) cultura de raízes de *Psychotria ipecacuanha* (Brot. Stokes – Rubiaceae análise da produção de emetina e cefalina; xi) Inoculação e propagação clonal 0000 in vitro de curauá (*Ananas comosus* var. *erectifolius*) em sistema dupla fase;



xii) cultivo in vitro de plantas ornamentais tropicais.

• **Contribuir para ampliar em 6% o número de empresas instaladas nas Áreas de Livre Comércio sob a administração da SUFRAMA**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a dezembro de 2014, registrou-se um aumento no número de empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais administrados pela SUFRAMA. Foram implantadas 188 novas empresas, o que representa um avanço de 1,65 ponto percentual no alcance da meta. Durante a vigência do PPA foram instaladas 998 empresas sendo: 348 em 2012, 462 em 2013 e 188 em 2014, superando em 46% a meta estabelecida no PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

8,77

Data de Referência

31/12/2014

• **Incentivar a implantação de 60 novas empresas (industriais e de serviços) no Polo Industrial de Manaus, em especial empresas que utilizem produtos regionais como insumos de produção.**

Análise Situacional da Meta

Houve implantação de 64 novas empresas (industriais e de serviços) no Polo Industrial de Manaus (PIM), sendo 18 em 2012, 23 em 2013 e 23 em 2014 ultrapassando em 6,66 % a meta estimada para o período de vigência do PPA. Três dessas empresas utilizam produtos regionais como insumos de produção. Os diferenciais competitivos da Zona Franca de Manaus – ZFM baseados nos incentivos fiscais, e a prorrogação do Modelo ZFM por mais 50 anos, possibilitaram uma maior segurança jurídica às empresas que pretendem instalar-se no Polo Industrial de Manaus – PIM. Diante disso, espera-se que em 2015 os índices de realização da meta sejam mais significativos.

Quantidade alcançada

64

Data de Referência

31/12/2014



PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Ações concluídas do PAC 2 previstas para o período 2011-2014	%	31/10/2012	38,5	05/02/2015	92
% de empreendimentos com indícios de irregularidade grave no PAC	%	31/10/2012	2,43	05/02/2015	0,01
% de servidores públicos com curso superior	%	31/10/2012	66	30/11/2013	68,33
% Despesa com Pessoal do Gov. Federal/PIB	%	01/10/2012	4,6	05/02/2015	4,6
Total de execução (liquidado) do orçamento (exceto estatais) sob o total autorizado (LOA+Créditos)	%	31/12/2012	77	05/02/2015	84

Observações:

Ações concluídas do PAC 2 previstas para o período 2011-2014 - Fonte: Balanço do PAC 2, incluindo somente eixos transporte e energia, luz para todos e recursos hídricos
 % de empreendimentos com indícios de irregularidade grave no PAC - 58 empreendimentos apresentaram indícios de irregularidades. Total de empreendimentos do PAC 2 - 32.905. Fonte: http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2015/par_cmo/vol1/05_rel1_coi.pdf
 Total de execução (liquidado) do orçamento (exceto estatais) sob o total autorizado (LOA+Créditos) - Valores disponíveis em 05/02/2015 em consulta ao BI SPI

OBJETIVO: 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

A gestão dos imóveis da União se apresenta como recurso estratégico para o apoio às políticas públicas, em especial, àquelas voltadas ao funcionamento e fortalecimento do Estado, à inclusão social, à preservação ambiental e ao desenvolvimento econômico sustentável.

Neste sentido, foram disponibilizadas dezoito áreas para a regularização fundiária da moradia de 24.065 famílias urbanas, totalizando cerca de 19,7 milhões de m²; 3,5 mil hectares para a reforma agrária e 5,3 mil hectares ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para a titulação direta a 347 famílias de comunidades remanescentes de quilombos que vivem em áreas da União; e declaradas 19 áreas como de interesse público.

Ainda foram destinadas 21 áreas de aproximadamente 1,7 milhões de m², para construção de residências, no contexto do Programa Minha Casa, Minha Vida, beneficiando mais de 4,4 mil famílias. Também foram assinadas portarias de doação de mais de 477 milhões de m² de imóveis da União para os Estados do Paraná, Bahia, Piauí, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Acre, contemplando, no âmbito do Programa, ações de regularização fundiária, áreas sociais para educação, desenvolvimento econômico e urbano, Administração Pública e preservação social.

A execução dos eixos do PAC foi priorizada, com a destinação de 135 imóveis da União. Registra-se no âmbito do Programa a disponibilização de áreas da União em todas as sedes da Copa do Mundo Fifa 2014, para complementação das ações de infraestrutura urbana, reduzindo o custo dos investimentos. Os Jogos Olímpicos de 2016 também contarão



com a permissão de uso ou destinação de imóveis da União para sediar várias modalidades esportivas e equipamentos de apoio.

Destacou-se, ainda, a destinação, em todo o território nacional, de dez áreas para implantação de Terminais Portuários de Uso Privado (TUP); doze áreas para Unidades de Conservação, equivalentes a 3 milhões de hectares; 750 mil m² para Universidades e Institutos Federais de Educação; e 224 imóveis para uso estatal. Somado a essas atividades está o apoio prestado a 81 municípios com ações do Projeto Orla, plano de ordenamento territorial integrado da orla brasileira.

No contexto do Programa Mulher: Viver sem Violência, e em apoio à Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres, foram destinados três imóveis nos municípios de Curitiba (PR), Salvador (BA) e São Paulo (SP), com área total de mais de 25 mil m², para a construção das Casas da Mulher Brasileira. Desde a criação do Programa, foram destinadas áreas em treze localidades, totalizando mais de 100 mil m² de imóveis da União para atender o programa.

Como ação de apoio à preservação ambiental e ao desenvolvimento econômico sustentável, a regularização fundiária de glebas públicas federais, por meio do Programa Terra Legal, na Amazônia Legal, possibilitou a destinação de cerca de 1,5 milhão hectares, voltados ao interesse social e à proteção ambiental. Na região de fronteira em Roraima, foram identificadas 52 ilhas fluviais federais que subsidiaram políticas públicas locais e de interesse da defesa nacional.

Ainda como atividade que contribuiu para o fortalecimento da Administração Pública, foi lançado o Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis (Sisrei), <http://www.planejamento.gov.br/sisrei>, ferramenta eletrônica feita para o cadastramento e controle de solicitação de imóveis da União por entes públicos e entidades sem fins lucrativos. Além de facilitar o requerimento de imóveis, o sistema trará outros resultados importantes para a gestão patrimonial, como o aumento da transparência, a melhoria da capacidade de planejamento, padronização do processo e a racionalização dos gastos com compra e locação de imóveis.

A retribuição pelo uso privado de imóveis da União representou a arrecadação de receitas patrimoniais em 2014 no valor de R\$ 1.000.877.279,62, o que corresponde a um aumento de 2,19% em relação ao ano de 2013. Destaca-se o expressivo aumento na recuperação de créditos inadimplidos inscritos em Dívida Ativa da União, que registrou o montante de R\$ 108.647.011,00, superando em 53,5% o arrecadado no ano anterior.

Ainda como forma de promover a melhor organização e funcionamento do Estado, a produção de informações estatísticas e geográficas públicas se mostrou essencial para a consolidação de uma sociedade democrática, subsidiando os centros decisórios de governo no desenho de políticas públicas e na aferição das ações da Administração Pública.

No campo das Pesquisas e Estudos Estatísticos, merece destaque a divulgação das estimativas das populações residentes nos 5.570 municípios brasileiros, fundamentais para o cálculo de indicadores econômicos e sociodemográficos nos períodos intercensitários, além de ser um dos parâmetros utilizados na distribuição do Fundo de Participação de Estados e Municípios. Com vistas à ampliação do conhecimento da realidade do País, foram implementadas ações no âmbito do projeto Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), destacando-se: i) divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), relativos ao mercado de trabalho nos níveis Brasil e Grandes Regiões; (ii) divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), que investigou diferentes aspectos relacionados à saúde da população brasileira, entre os quais, acesso a serviços de saúde, morbidade, tópicos específicos de crianças até dois anos de idade, idosos, exames de caráter preventivo, saúde reprodutiva, entre outros.

No rol das estatísticas sociais, cabe destacar a estruturação do Sistema Nacional de Políticas de Gênero (SNIG), que permitiu o lançamento da publicação “Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010”



e a divulgação da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2013, instrumentos que visam a contribuir para a produção de conhecimento sobre a realidade socioeconômica das mulheres no País.

Com relação aos Estudos e Levantamentos Geocientíficos, as informações geoespaciais de referência, reveladas por produtos gerados a partir de imagens e de mapas, aprimoram a utilização dos dados geoespaciais pelo usuário, possibilitando um entendimento da dinâmica de ocupação do território. No campo das geociências, o Brasil expandiu a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC) em 14% em relação a 2013. Atualmente, a rede opera com 112 estações, com apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), INCRA e instituições de ensino das esferas estadual e federal. Destaca-se, ainda, o aumento de 46% de estações transmitindo dados em tempo real, alcançando um total de 78% de estações operando em tempo real, além de 25% das estações contarem com sensores meteorológicos que registram temperatura, pressão e umidade relativa a cada minuto.

No que se refere às informações geoespaciais temáticas, destaca-se o lançamento do mapa “Logística dos Transportes no Brasil”, exibindo as principais estruturas de transporte do país (rodovias, ferrovias, hidrovias etc.), bem como outros equipamentos associados à logística do transporte de cargas e pessoas, como armazéns, estações aduaneiras de interior (chamadas de “portos secos”), pontos de fronteira, aeródromos públicos e terminais hidroviários. O mapa fornece um amplo conhecimento da realidade territorial do Brasil, ao conjugar a esses elementos centrais de promoção da acessibilidade, as principais cidades de comando da rede de ligação do território nacional.

Outra ação promovida para a organização e o funcionamento do Estado refere-se ao aprimoramento e fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal, que teve como principal objetivo avaliar a execução dos programas de governo, com o propósito de aperfeiçoar o desempenho das políticas públicas federais. Foram realizadas mais de 5.400 auditorias e fiscalizações em órgãos federais, estaduais, municipais e entidades sem fins lucrativos que receberam recursos públicos federais. Ainda foram acompanhadas 20 políticas públicas (por exemplo, os programas Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros), das quais já se encontram publicados os relatórios referentes aos programas Restaurantes e Cozinhas Populares e Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres. Nesse contexto, foram realizadas 950 verificações in loco sobre a aplicação dos recursos públicos federais.

No âmbito da avaliação da gestão dos administradores públicos, que envolve atividades relacionadas à comprovação da legalidade e avaliação dos resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, foram realizadas auditorias anuais de contas em 432 órgãos e entidades do Poder Executivo federal e outras 2.400 de acompanhamento com foco na avaliação dos controles internos administrativos, na análise preventiva de editais, no acompanhamento das determinações e recomendações dos controles externo e interno e na regularidade das transferências voluntárias e das licitações.

Também contribuiu para ampliar a capacidade institucional da APF o desenvolvimento de estudos e pesquisas para o planejamento e a gestão de políticas públicas em parceria com outros países por meio de cooperação internacional, merecendo destaque: (i) discussão de iniciativas de inclusão social e produtiva de beneficiários de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, no âmbito do II Encontro Programa EUROsociAL II (cooperação com a União Europeia); e (ii) realização de missão na Inglaterra e Portugal para intercambiar experiências em pesquisas longitudinais sobre pobreza e com o objetivo de apoiar uma pesquisa brasileira para o Plano Brasil sem Miséria.

Metas 2012-2015

- Aprimorar a gestão do patrimônio imobiliário da União

**Análise Situacional da Meta**

Como inovação para aprimorar o registro e acesso aos imóveis por órgãos públicos e sociedade, foi criado o Requerimento Eletrônico, que permite a entes públicos e privados a consulta e requerimento de imóveis pela Internet, tendo sido divulgados dados de 300 mil imóveis à sociedade na web, incluindo os ocupados por servidores. Em 2015, serão disponibilizadas as informações de toda a base de imóveis da União.

Publicou-se o Plano Nacional de Caracterização, definindo prioridades na demarcação e elencando os municípios afetados, e a situação da ação de demarcação, além da extensão dos trechos. As ações executadas no âmbito do Plano serão disponibilizadas na internet.

O Programa de Modernização compartilhou dados geoespaciais nos padrões estabelecidos pela Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), em coerência com o Programa do Governo Eletrônico Brasileiro, e a disponibilização de dados abertos ao público em geral. Estes dados estarão acessíveis a partir do segundo semestre de 2015.

No tocante ao aumento da carteira imobiliária da União, em 2014 foram incorporados 1.602 imóveis, ampliando as possibilidades de apoio às políticas públicas governamentais. Foram ainda declarados 564 bens da União, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA), de valor histórico pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 2015, os imóveis serão destinados ao Instituto, para restauração de estações e projetos turísticos.

Com relação às ações de fiscalização, foram registradas 2.956 vistorias, com prioridade para a preservação dos imóveis públicos e a contenção de irregularidades no uso, especialmente em áreas constitucionalmente definidas como de bens de uso comum do povo.

Na Amazônia Legal, a regularização fundiária de glebas públicas federais, por meio do Programa Terra Legal, possibilitou identificar como áreas inalienáveis da União cerca de 1 milhão e quinhentos mil hectares, com vistas à destinação voltada ao interesse social e à preservação ambiental. Na região de fronteira em Roraima, foram identificadas 52 ilhas fluviais federais que subsidiaram políticas públicas locais e de interesse da defesa nacional. Em 2014, duas glebas da União, que somam 251,8 ha, foram leiloadas e os recursos provenientes utilizados para aquisição de terras para comunidades indígenas da etnia Atikum, no Município de Nioaque/MS.

Foi intensificada a atuação da rede de Grupos de Trabalho bipartites estaduais (governos e sociedade), que assessoram a destinação dos imóveis para habitação de interesse social e regularização fundiária, possibilitando o fortalecimento da participação e do controle social na destinação de imóveis da União no programa MCMV.

Na área normativa, foi editada IN de Regularização Fundiária, revisando fluxos e regulamentando os processos e a atuação do Grupo de Trabalho Nacional (GTN). Em parceria com o INCRA, foi estabelecido fluxo de identificação e destinação de áreas da União dentro de territórios quilombolas. Foram desenvolvidos instrumentos pacificadores de ordenamento territorial no Pará em áreas de conflito fundiário e em áreas sob intervenção de grandes obras de infraestrutura, como as Usinas Hidrelétricas (UHEs) Belo Monte, Santo Antônio e Jirau.

OBJETIVO: 0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo



O Governo Federal possui uma agenda transversal de projetos e atividades orientadas para melhoria da eficiência e modernização da gestão pública, com foco em prover meios, habilidades e tecnologia para que os diferentes setores possam entregar seus resultados com uso racional dos recursos. Objetiva-se ampliar e agilizar o acesso dos cidadãos a serviços públicos de qualidade, pela implementação da Política Nacional de Atendimento ao Cidadão, com a atualização do Portal de Serviços do Governo Brasileiro - Guia de Serviços, e a revisão das informações dos principais serviços públicos de 46 organizações federais. Foram contabilizados 56.580 cidadãos cadastrados, aderência de 15 órgãos e entidades e o oferecimento de mais de 600 serviços em seu catálogo, que contém informações sobre valores, taxas, documentos necessários, procedimentos, canais de prestação e contato da ouvidoria dos serviços, de forma a suportar mais de 60 mil acessos diários, sendo 35 mil visitantes únicos por dia, com crescimento superior a 400% com relação a 2013.

Em 2014, mais de 30 órgãos do Governo Federal foram envolvidos em iniciativas de melhoria da gestão estratégica e de processos. Este trabalho estruturante permite que cada órgão defina seus focos prioritários de atuação e envolva o conjunto de seus servidores na melhoria da prestação de serviços aos cidadãos, da competitividade do país e na entrega de políticas públicas.

Objetivando reduzir os custos na aquisição de equipamentos e serviços de TIC e melhorar o planejamento das necessidades dos entes federais, foi incentivado o uso de contratações conjuntas, tendo sido concluída a contratação conjunta de ativos de rede abrangendo 43 órgãos participantes, obtendo-se uma redução de 70% em relação aos preços de referência que totalizavam 67,8 milhões de reais. Foi finalizada a contratação conjunta de telefonia móvel, abrangendo 78 órgãos, gerando uma economia de R\$ 30,4 milhões para a Administração Pública. Estão em andamento, com previsão para conclusão em 2015, as contratações conjuntas para aquisição de microcomputadores, incluindo 123 órgãos participantes, para um total de 148 mil equipamentos, bem como de equipamentos de videoconferência, com a participação de cerca de 80 órgãos.

No âmbito da logística pública, várias iniciativas foram conduzidas: alteração de regulamentação do Sistema de Registro de Preços (SRP) e do Regime Diferenciado de Contratações (RDC); alteração de regras para a contratação de serviços terceirizados; definição de regras e procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral; elaboração de quatro atos normativos de comunicações para apoiar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e o Protocolo Integrado; alteração de dados normativos de passagens aéreas para viabilizar a compra direta de passagens; alteração do Decreto 99.658, de 30/10/1990, que trata de desfazimento de bens, para torná-lo aderente à Lei de Resíduos Sólidos; alteração de regras para envio de documentação pelos licitantes sob a modalidade Pregão Eletrônico; e publicação da Instrução Normativa sobre Eficiência Energética na Administração Pública.

Foram publicados, ainda, oito Cadernos de Logística, sobre temas relacionados a licitações e contratos sustentáveis, quais sejam, Conta Vinculada; Limpeza; Pesquisa de Preços; Regime Diferenciado de Contratações; Reprografia; Sanções; Transporte; Vigilância; três Cadernos de Estudo e Pesquisa sobre Contratações Públicas Sustentáveis; e Planos de Gestão de Logística Sustentáveis; bem como a Cartilha “vai comprar” com relação de itens sustentáveis no Sistema de Catalogação de Material (CATMAT); e a cartilha “Conheça a CISAP (Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública)”.

Foram disponibilizadas duas ferramentas para auxiliar os gestores na formulação de preços e acompanhamento dos contratados de terceirização: a operacionalização da funcionalidade “Conta Vinculada” para facilitar a elaboração de Planilha de Formação de Preços; e a planilha eletrônica para formação de preços de serviços de vigilância, limpeza e conservação. Destaca-se também a elaboração de um fluxo padrão da fase interna e minutas de editais para determinados



objetos, a serem publicados no Portal Compras Governamentais, e, ação conjunta com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), para implementar o SEI – Comprar.

Houve ainda a elaboração de estudo técnico para avaliar Planos de Logística Sustentável (PLS) dos órgãos e instituições de pesquisa sobre sustentabilidade para aplicação nos órgãos e instituições membros da CISAP; a implantação de critérios de sustentabilidade nos itens do Catálogo de Materiais e a suspensão de 65.535 itens no catálogo de materiais; realização de pesquisa para diagnosticar o nível de efetividade da área de logística pública e a construção da lista de indicadores para a logística pública.

Na área do projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN), foram realizadas customizações no SEI para implantação nos órgãos públicos. A implantação piloto foi iniciada em 2014 e está em uso ou implantação em mais de 10 órgãos federais. Desenvolvidos também os primeiros serviços centralizados de processo eletrônico, em fase de teste, para viabilizar o trâmite totalmente eletrônico de documentos e processos entre os órgãos da Administração Pública Federal (APF). Com relação ao projeto Protocolo Integrado, iniciou-se o desenvolvimento da plataforma tecnológica que receberá essas informações, durante o ano de 2014 e do respectivo sistema que está em fase final de implantação.

No contexto dos sistemas estruturantes, foram 17.750 questionamentos respondidos (Fonte sistema FORMSUS) e realizados 28.000 atendimentos telefônicos e 90 presenciais, bem como 3.995 habilitações de senhas. Na área normativa, foram respondidos 927 questionamentos das três esferas do Governo Federal. Na forma documental, ofícios, notas técnicas, e outros, foram produzidos 12.410 processos no tocante aos sistemas estruturantes e a área normativa e estratégica elaborou 833 processos.

Ainda como ação para atender empresas e organizações da sociedade civil, merece destaque o lançamento de novo portal de Compras Governamentais. Foi implantada, também, nova versão do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP). Nessa nova versão, o sistema foi adaptado com a inclusão de regras específicas para gestão de passagens e diárias relacionadas à Copa do Mundo Fifa 2014, para o Programa Mais Médicos e funcionalidades que permitem a compra direta de passagens.

No ambiente do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv), destaca-se a melhoria na qualidade do atendimento à sociedade, com a publicação dos dados dos convênios em formato aberto e com o módulo de acesso livre, em que o cidadão pode acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos em seu município. Foram implantadas no Siconv funcionalidades e integrações para atender às regras do Orçamento Impositivo, com a possibilidade de identificação dos beneficiários das emendas parlamentares. Visando ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão e demais organizações da sociedade, foram capacitados 6.043 usuários do Siconv no tema transferências da União e operacionalização do Siconv, dos quais 4.343 participaram de cursos presenciais e outros 1.700 a distância, por meio da escola virtual.

Foram também elaboradas melhorias no Siconv, as quais impactam diretamente os beneficiários das políticas públicas governamentais, especificamente nos processos de divulgação de programas, recebimento de propostas e celebração de convênios. Merece destaque a implantação das funcionalidades específicas para a operacionalização de convênios e contratos de repasse por meio da figura do executor e do subconvênio e a integração com a Imprensa Nacional, para o envio online de matérias para a publicação. Além disso, encontra-se em fase de homologação o novo portal de convênios, caracterizado por identidade visual padronizada e mais amigável, com navegação por perfis. Também, está sendo concluída a primeira versão da integração com os sistemas financeiros estaduais e municipais.

Foi dado prosseguimento ao processo de evolução do Portal do Software Público Brasileiro, com disponibilização da



versão de teste, com novas funcionalidades para validação dos usuários.

Diante da crescente demanda, por parte dos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), por formas de aprimorar a governança de TI, está em andamento a elaboração do modelo de governança de TI do SISP, tendo como uma de suas finalidades o melhor direcionamento das ações de TI, para apoiar a implementação das políticas públicas e utilizar os recursos de TI de maneira mais efetiva.

Metas 2012-2015

• **Buscar a resolutividade das demandas encaminhadas pelos cidadãos às ouvidorias dos órgãos e entidades públicas**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de fortalecer o funcionamento integrado das cerca de 300 ouvidorias federais, o Governo Federal promoveu as seguintes ações em 2014: (i) disponibilização do portal Ouvidorias.gov (www.ouvidorias.gov.br) com sistema informatizado para registro e consulta de manifestações dirigidas a qualquer ouvidoria do Poder Executivo federal; e (ii) publicação da Instrução Normativa OGU/CRG nº 01, de 24 de junho de 2014, sobre proteção à identidade do denunciante, e da Instrução Normativa OGU nº 01, de 6 de novembro de 2014, sobre a padronização de procedimentos e prazos das ouvidorias públicas federais, com vistas à criação de condições adequadas para o funcionamento efetivo.

Para contribuir para o aprimoramento do trabalho realizado pelas ouvidorias, alcançando a resolutividade das demandas e satisfação do cidadão, o Governo Federal realizou, em 2014, as seguintes atividades de capacitação: (i) Política de Formação Continuada em Ouvidorias (Profoco): oferta de cursos gratuitos na modalidade presencial e educação a distância para servidores que atuam em ouvidorias públicas em todos os entes federados. Atualmente, participam do processo formativo 1.966 servidores e colaboradores de unidades de ouvidoria. Desse quantitativo, 220 concluíram cursos na modalidade presencial em 2014. A Profoco será fortalecida, em 2015, com a realização de 20 cursos presenciais, com previsão de capacitação de mais 600 agentes públicos nos cursos presenciais, um incremento de 300% em relação ao ano de 2014; (ii) cirandas Regionais de Ouvidorias: atividades que visam a estimular e difundir o debate voltado à formulação de políticas para as ouvidorias públicas. Foram realizadas quatro edições nos estados do Espírito Santo, Pará, Paraná e Sergipe.

Essa iniciativa será expandida em 2015, com a realização de oito cirandas regionais. Também será possível disponibilizar dados, por meio do recém-lançado sistema eletrônico de ouvidorias, sobre a satisfação do cidadão com a resposta recebida.

Quantidade alcançada

98,3

Data de Referência

21/01/2015

• **Implementar e disponibilizar a Agenda Brasil Digital de Governo Eletrônico à sociedade**

Análise Situacional da Meta

A Agenda Brasil Digital é implementada por meio de Políticas Públicas Centrais de Governo Eletrônico e Políticas Públicas Setoriais de Governo Eletrônico. Ressalta-se a continuidade na construção da Agenda Brasil Digital, assim como a reformulação da Agenda do Governo Eletrônico, cujo foco está na melhoria da prestação de serviços públicos por meios eletrônicos, alinhados aos objetivos da Agenda de Gestão Pública, ao Decreto Cidadão e à Lei de Acesso à Informação. Das iniciativas da agenda, destacou-se o Guia de Serviços Públicos Federais, que concentra as informações sobre serviços do Governo Federal.



Dentre as Políticas Centrais, que são utilizadas de forma transversal pela APF, organizam-se três linhas de ações: políticas de uso direto pela sociedade, como o Guia de Serviços e a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA); e políticas estruturantes de Governo Eletrônico, como Compras Públicas, Convênios, Software Público Brasileiro, Infovia e Processo Eletrônico Nacional; políticas de governança; Padrões de Acessibilidade, Identidade Digital e Interoperabilidade; e Política de Segurança da Informação.

As políticas públicas setoriais de Governo Eletrônico incluem os sistemas e portais eletrônicos com informações e conteúdos específicos de cada setor governamental. Como exemplo, há os sistemas de gestão de programas e funções de governo, dentre eles o Cadastro Único (MDS) e o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação; e os portais institucionais, como o portal da Receita Federal e da Previdência Social. Para apoiar a formulação e implementação de políticas públicas de Governo Eletrônico, o Governo direciona suas ações por meio de Comitês Gestores.

Ainda no âmbito da governança, há a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (EGTIC), instrumento de gestão do SISP, que traça a direção de TIC, definindo o plano estratégico que visa promover a melhoria contínua da gestão e governança de TIC, além de subsidiar os órgãos do Sistema na elaboração dos planos de TI. Foi elaborada revisão do documento da EGTIC em parceria com os órgãos do SISP.

• Implementar Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) nos sítios governamentais

Análise Situacional da Meta

Como resultado, destaca-se a incorporação dos itens padrões do e-MAG à Identidade Padrão de Comunicação Digital do Governo Federal, facilitando a navegação do cidadão pelos sítios dos diversos órgãos públicos. Já foram adequados ao padrão os sítios Portal Brasil, Portal de Dados Abertos, Portal do Servidor, Guia de Serviços e o portal da Secretaria de Direitos Humanos.

A identidade digital, que define a padronização visual para os sítios de governo, contempla os itens padrões do e-MAG (modelo de acessibilidade de governo eletrônico) e vem sendo adotada gradualmente pelos órgãos da APF. Destaca-se a implementação nos portais da Advocacia-Geral da União, Ministério da Defesa, Ministério da Educação, Compras Governamentais, Acesso à Informação, Ministério da Justiça, Ministério da Pesca e Aquicultura, Transparência, Previdência, Ministério das Comunicações, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Esporte, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Comunicação Social, Secretaria de Aviação Civil, Planalto, Secretaria de Portos e Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e Controladoria Geral da União.

Foi realizado um conjunto de atividades e produtos que visam a aprimorar o e-MAG. Foram entregues os cursos de acessibilidade em Ensino a Distância (EAD), a versão 3.1 do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), um Kit de Tecnologia Assistiva para demonstração. Foi ministrado curso presencial de acessibilidade para a comunidade SISP, assim como foram entregues mais cinco kits de Tecnologia Assistiva a serem distribuídos aos Telecentros selecionados. Ademais, entregas parciais referentes ao Acordo de Cooperação estão sendo realizadas, tais como o Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (ASES) e o Sistema e-SELO, que apura o índice de acessibilidade das páginas.

Ressalte-se que os cursos EAD já foram enviados para disseminação e estão disponíveis no Portal de Governo Eletrônico sob licença Creative Commons (que permite o livre uso do conteúdo sob algumas condições).



Está em andamento a construção da Suíte VLIBRAS, composta pelas ferramentas VLibras-Desktop, VLibras-Plugin, VLibras-Video e WikiLibras. Trata-se de um Tradutor Automático de Conteúdos Digitais para a Linguagem Brasileira de Sinais – (LIBRAS) e ferramentas acessórias, em Código Aberto e Distribuição Livre que serão disponibilizadas no Portal do Software Público.

No Acordo com o W3C (Word Wide Web Consortium) foi realizada a tradução, em conjunto com especialistas de todo o Brasil, do documento base do WCAG 2.0 (Web Content Accessibility Guidelines), instrumento com diretrizes de acessibilidade para conteúdo web que pode ser consultado em <http://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-PT/>.

• Massificar o uso de Certificados Digitais da ICP- Brasil

Análise Situacional da Meta

A Massificação do uso da Certificação Digital ICP – Brasil continua registrando crescimento tanto em número de certificados emitidos como em aplicações que exigem o uso de certificado digital. Em 2014, foram emitidos 2.533.708 certificados digitais da ICP – Brasil. Os números demonstram que as principais áreas geradoras de riqueza e com infraestrutura de comunicação adequada já possuem pelo menos um ponto para aquisição de certificados digitais da ICP – Brasil.

Sem a Certificação Digital, sistemas críticos da economia nacional podem ser paralisados, como é o caso do Sistema de Pagamentos Brasileiro Nacional (SPB), do Sistema Nota Fiscal Eletrônica, entre outros. Dados disponíveis no Portal da Nota Fiscal Eletrônica indicam que foram autorizadas 10,846 bilhões de NF-e até 20/01/2015, emitidas por 1,089 milhões de contribuintes (base 12/01/2015).

Destaca-se, em 2014, o uso da certificação digital nas seguintes situações:

- a) O novo passaporte eletrônico brasileiro será aderente ao diretório Public Key Directory – PKD da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO);
- b) A Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM) implantou sistema que possibilita o parcelamento de débitos fiscais através da internet;
- c) Apresentada a primeira versão do assinador de atributos que permitirá administrar, gerenciar e operar todo o sistema de validação de certificados de atributos de uma entidade;
- d) O acesso ao Sistema do Programa Universidade para Todos (Sisprouni);
- e) O Governo Distrito Federal tornou obrigatória a emissão de Notas Fiscais Eletrônicas para mais de 20 mil empresas de serviços e contribuintes do Imposto sobre Serviços – ISS;
- f) A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP) tornou obrigatório o uso de certificado digital para acesso à consulta de dados no Cadastro de Contribuintes do ICMS (Cadesp);
- g) Assinado Acordo de Cooperação entre o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que trata da criação da Autoridade Certificadora (AC) Justiça Eleitoral, dentre outros objetivos;
- h) A transmissão da Declaração de Informações Econômico Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) 2014 exige o uso do certificado digital;
- i) O Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT) implantou o Processo Judicial Eletrônico – PF-e, que possibilita a execução dos atos processuais por meio eletrônico;
- j) A Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE) lançou o Portal da Empresa Simples;
- k) O acesso ao Sistema Documento de Origem Florestal (DOF) passou a exigir o uso do certificado digital;
- l) O Sindicato de Corretores de Seguros do Estado de São Paulo (SINCOR-SP) apresentou o Portal de Assinaturas do Mercado de Seguros, que possibilita a assinatura de qualquer tipo de documento;



- m) O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) tornou obrigatório para os empregadores o uso do aplicativo “Empregador WEB”, para realização de preenchimento do requerimento de seguro-desemprego e de comunicação de dispensa ao Ministério do Trabalho e Emprego (TEM);
- n) Tornou-se obrigatório o registro online do Número de Identificação Social (NI), por meio do Conectividade Social, da Caixa Econômica Federal, com o uso do certificado digital;
- o) A Receita Federal disponibilizou nos portais do Simples Nacional e do Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) um novo aplicativo que permite o parcelamento do Simples Nacional, desde que seja utilizado o certificado digital;
- p) O Processo Judicial Eletrônico (Pje) entrou em funcionamento na Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF) e no Tribunal Regional Federal da 1a. Região (TRF1) faz uso do certificado;
- q) A Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB), que reúne as ordens de indisponibilidade de bens imóveis decretadas pelo judiciário e por autoridades administrativas, utiliza o uso de certificado digital;
- r) A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) realizou, pela primeira vez no País, todo o procedimento de criação, assinatura e transmissão de um Contrato Social em ambiente totalmente digital;
- s) A Comissão do Senado Federal autorizou o armazenamento digital de prontuários médicos, desde que a digitalização ou microfilmagem seja realizada com o certificado digital;
- t) A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) disponibilizou um portal para assinatura digital de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARS);
- u) O acesso ao Sistema Registrato – Extrato do Registro no Banco Central, pode ser feito com uso do certificado digital;
- v) A Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCEAL) disponibilizou o “Junta Digital”, sistema online que automatiza todo o fluxo do processo empresarial, faz uso do certificado digital.

• **Melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) atuou junto a mais de 30 órgãos e entidades do Governo Federal para apoio à melhoria da gestão estratégica e de processos, e apresentou resultados concretos, por exemplo, no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que otimizou seu processo de concessão de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, agilizando a análise e equacionando o passivo de solicitações pendentes.

Como parte da política de melhoria da qualidade de atendimento, destaca-se o Guia de Serviços Públicos Federais, que facilita o acesso de cidadãos e empresas aos serviços federais. O portal teve cerca de 35 mil visitantes únicos diários, 612 serviços cadastrados por 15 órgãos e 56.580 cidadãos registrados como usuários. As principais melhorias foram: inclusão de busca inteligente com sugestão de serviços e relevância de palavras-chave; referência ao Guia de Serviços na Barra Brasil, presente em todos os sítios de governo do Governo Federal; e priorização do Guia de Serviços no ranqueamento dos principais motores de busca.

Destacaram-se ainda as ações para a regulamentação e consolidação da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), visando à disseminação e transparência de dados governamentais, permitindo o livre cruzamento, construção de aplicações e apresentação em formatos diversos para uso pelos cidadãos e pela Internet. O Portal de Dados Abertos registrou mais de 2 mil arquivos e 479 conjuntos de dados publicados, de 31 órgãos, com crescimento de 100% no ano. Entre os dados disponíveis estão: compras governamentais, convênios, execução orçamentária, plano plurianual, equipamentos públicos, Organizações da Sociedade Civil, censos escolares dos níveis básico e superior e do magistério, geologia, geodésia e vegetação do país, equipamentos públicos de atendimento ao cidadão. Também foi elaborado manual para desenvolvimento de Planos de Abertura de Dados. Foi realizada uma “maratona hacker” no Seminário Plano de Dados Abertos, estimulando o desenvolvimento de soluções.



A Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), ampliação da integração e visualização de dados georreferenciados existentes no governo, contou com 710 camadas disponíveis e 10.605 metadados liberados para acesso. Foi realizada a 2ª Jornada Acadêmica INDE, fomentando uma rede permanente de diálogo entre a comunidade acadêmica e gestores públicos. Cerca de 200 participantes debateram a proposta de uma Política Nacional de Geoinformação, impactos do marco legal e o papel da Academia e da INDE nesse cenário. Foram realizados cinco treinamentos nacionais, com média de 24 participantes por edição, e um treinamento regional em Cuiabá (MT). Prestou-se, ainda, apoio a órgãos na adesão à INDE e na elaboração do Plano Estratégico de Geoinformação do Setor Transportes (PEGEO). Em conjunto com a Central de Compras, estruturou-se licitação centralizada para aquisição de imagens de satélites, com a organização da demanda de um conjunto de órgãos.

No âmbito da identidade do Governo Federal, a Barra Brasil foi centralizada, com uma arquitetura integrada e dinâmica, configurada de modo a facilitar a inserção nos sítios dos diversos órgãos.

OBJETIVO: 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

Para fortalecer a capacidade institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública, especialmente daqueles considerados estratégicos para a viabilização dos resultados prioritários definidos pelo Governo, foram realizadas diversas ações, especialmente no campo do dimensionamento da força de trabalho e da reestruturação de órgãos e entidades, mediante autorizações de concursos públicos, de reposição de vacâncias, contratações temporárias, reestruturações e criações de órgãos e entidades.

A política de gestão e redimensionamento da força de trabalho busca adequar a quantidade e a qualificação dos servidores públicos às prioridades e áreas estratégicas de governo. Dentre os provimentos autorizados, destacaram-se os destinados à implementação das políticas prioritárias, nas áreas de desenvolvimento econômico, seguridade social e educação.

Com o objetivo de dotar a APF de ferramenta informatizada de gestão de pessoas apropriada às suas necessidades, encontra-se em desenvolvimento o “Projeto SIGEPE”, Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal, que substituirá o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), solução atualmente utilizada por mais de 200 órgãos para produção de suas folhas de pagamento. O SIGEPE utilizará tecnologias que propiciarão a oferta de gama maior de serviços, de forma integrada, segura e 100% disponível na internet. Diferentemente do SIAPE, que foi desenvolvido com o objetivo de efetuar o processamento da geração da folha de pagamentos, o SIGEPE será um sistema completo de gestão de pessoas que abarcará todas as disciplinas da área, cobrindo o ciclo de vida funcional do servidor.

Para o desenvolvimento do SIGEPE, foi efetuado mapeamento dos processos de gestão de pessoas, a partir do desenho das funcionalidades do sistema, com tecnologia workflow, bases de dados integradas e plataforma web. Assim, mais do que um sistema que registrará a vida funcional do servidor, o SIGEPE será a ferramenta de trabalho das áreas de Recursos Humanos e o canal de relacionamento com os servidores para as ocorrências e serviços relacionados à sua vida funcional, onde os processos eletrônicos substituirão o meio “papel”, o que proporcionará ganhos de produtividade, segurança e transparência aos processos de gestão de pessoas, em todos os órgãos do Executivo Federal.



O projeto SIGEPE foi estruturado em cinco etapas, de forma a proporcionar entregas modulares e constantes até sua conclusão, prevista para 2017. Em 2013 foi concluída a etapa 1 e parte da etapa 2, resultando nas seguintes entregas principais: desenvolvimento dos módulos de ações judiciais e cadastramento das consignatárias; início da migração das funcionalidades do SIAPenet Servidor para a nova estrutura do SIGEPE; e a construção dos Portais do Servidor, de Informações Gerenciais e de Gestão de Pessoas. Foi executado, ainda, o piloto do projeto Assentamento Funcional Digital (AFD) em 20 Unidades Pagadoras (UPAG), que prevê a digitalização de pastas funcionais de servidores e permitirá a gestão automatizada desses documentos. Foi contratada a fase global, que abrangerá a digitalização das pastas funcionais das demais UPAG que não participaram da etapa piloto.

Foi desenvolvida a versão 2.0 do Módulo de Ações Judiciais, que possibilitará a integração com o Sistema SAPIENS da AGU, a fim de agilizar o provimento de informações para a defesa da União em juízo e o cumprimento de decisões judiciais. Está prevista para o 2015 a implantação do projeto piloto no Ministério da Cultura e em mais outros dois Ministérios e, a partir disso, a implantação gradativa do Módulo nos demais órgãos da APF.

Para melhorar a gestão das estruturas organizacionais do Governo Federal, inclusive propiciando maior nível de integração dos sistemas estruturantes, está em desenvolvimento o projeto do novo Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG). Foi concluída a primeira fase, que consiste na preparação do Sistema para abrigar um novo cadastro contendo as estruturas organizacionais e os cargos e funções comissionados alocados nos órgãos e entidades. O Sistema já está disponível para os órgãos e entidades elaborarem suas propostas de revisão de estrutura organizacional e para manterem seu regimento interno atualizado e oferece ferramentas que auxiliam nesse trabalho.

Com relação à gestão do desempenho e do desenvolvimento de pessoas, destacaram-se os levantamentos e discussões no âmbito do SIPEC, visando à coleta de subsídios para aperfeiçoamento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP); os estudos para avaliação do atual nível de maturidade da implementação da gestão por competências na APF; a elaboração de proposta de unificação dos ciclos de avaliação de desempenho no âmbito da APF; e a publicação do Guia de Referência Prático de Mapeamento e Avaliação de Competências e do Manual de Orientação para a Gestão do Desempenho.

Iniciou-se em 4 de fevereiro de 2013 a vigência do regime de previdência complementar dos servidores públicos federais. Para viabilizar a implementação do novo Regime de Previdência Complementar, foram realizadas as seguintes ações principais de 2012 a 2014: instituição e estruturação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRESP-Exe); capacitação de servidores das áreas de gestão de pessoas do SIPEC; edição de orientações normativas para operacionalização do novo Regime; desenvolvimento de funcionalidades no SIAPE, Siapenet e programa gerador de arquivos de integração com o sistema da FUNPRESP, de forma a possibilitar aos servidores a adesão via internet ao novo regime; desenvolvimento de novas rotinas de cálculo automático para inclusão das contribuições na folha de pagamento; e desenvolvimento de funcionalidades no SIAPE para possibilitar a operacionalização do processo.

Relativamente à necessidade dos órgãos integrantes do SIPEC de orientação acerca da correta aplicação da legislação de pessoal, medida que garante a prevenção de litígios e minora as chances de entendimentos indevidos gerarem prejuízos ao erário, buscou-se fortalecer o arcabouço normativo em gestão de pessoas. Em 2012, foram editados 18 atos normativos, em 2013, 20 temas foram normatizados e em 2014, mais de 20 atos normativos publicados, todos considerados prioritários pelos órgãos do SIPEC. Também foi atualizada e republicada a Lei nº 8.112, de 1990, anotada.

Foram implementadas melhorias importantes na gestão da folha de pagamento de pessoal, com a obtenção de economia



substancial de recursos, merecendo destaque a automatização da elaboração e publicação do cronograma da folha de pagamento do SIAPE no SIAPENET, com controles automáticos de abertura e fechamento dos processos. Além disso, foram implementadas trilhas de auditoria nas rubricas que representam aproximadamente 80% do total das despesas com pessoal, no âmbito do SIAPE, com vistas a regularizar inconsistências em dados cadastrais e financeiros; o batimento mensal entre o SIAPE e a base de dados do Sistema de Óbitos da Previdência Social (SISOBI); e implantada uma nova sistemática de cadastramento dos aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis da União, que facilita a vida do servidor.

Na perspectiva de consolidação e aprofundamento do processo de democratização das relações de trabalho, foram realizadas 70 reuniões na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), como instrumento de tratamento de conflitos inerentes às relações de trabalho no serviço público.

Metas 2012-2015

• Aperfeiçoar o planejamento e a gestão da força de trabalho do Poder Executivo Federal

Análise Situacional da Meta

Em continuidade à política de gestão e recomposição da força de trabalho, que busca adequar a quantidade e a qualificação dos servidores públicos às prioridades e áreas estratégicas de governo, no período 2012 a 2014 foram autorizados concursos para o preenchimento de 72.297 cargos, sendo: 2012 (18.299), 2013 (41.735) e 2014 (12.263). Registra-se, ainda, nesse mesmo período, a autorização para provimento de 81.470 cargos efetivos, sendo: 2012 (17.456), 2013 (42.911) e 2014 (21.103).

Dentre os provimentos autorizados em 2013, destacam-se os destinados à implementação de políticas prioritárias, como as de economia, seguridade social e educação. Ainda em 2013, foi realizado o provimento de 888 cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais, de nível superior, com priorização dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e reforço de outros 9 órgãos, bem como foram convocados 64 novos analistas de infraestrutura distribuídos em órgãos prioritários para o PAC.

No tocante à estruturação de carreiras, foram convocados 76 novos Analistas Técnicos de Políticas Sociais, de nível superior, com a seguinte distribuição: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (30), Ministério da Saúde (17), Ministério da Previdência Social (9), Ministério do Desenvolvimento Agrário (5), Ministério do Trabalho e Emprego (5), Ministério da Educação (4), Ministério da Justiça (4), Ministério das Cidades (1) e Secretaria de Política para as Mulheres (1), bem como foram convocados 72 novos Analistas de Infraestrutura distribuídos em órgãos prioritários para o PAC. Foram editadas três Leis e três Decretos, que beneficiaram aproximadamente 47 mil servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo Federal.

As Leis nº 12.998/14 e 13.034/14, concederam reajustes de 15,8%, parcelados em dois anos, especialmente para carreiras que não concluíram a negociação em 2012, com impacto orçamentário de R\$ 578 milhões em 2014, e de R\$ 959,3 milhões em 2015.

Na linha de política inclusiva foi editada a Lei nº 12.990, de 9/6/2014, que disciplina a reserva de 20% de vagas para negros nos concursos para cargos e empregos públicos no âmbito da APF, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, nos próximos 10 anos. A lei já está sendo aplicada nos concursos lançados mais recentemente e trará reflexos nos quadros de pessoal da Administração nos próximos anos. Com a maior aproximação entre o perfil racial de sua força de trabalho e a composição racial da sociedade, pretende-se conferir maior capacidade ao governo de produzir programas e serviços cada vez mais



alinhados ao perfil populacional, com o desenho de políticas públicas mais sintonizadas com a pluralidade racial da sociedade brasileira. Vislumbra-se, ainda, o potencial de disseminação de práticas semelhantes nos demais Poderes e esferas de governo.

Foi elaborada proposta de Decreto disciplinando a realização de concursos públicos do Poder Executivo federal, em substituição ao Decreto nº 6.944, de 21/8/2009, a qual se encontra em fase de apreciação pela Casa Civil.

No campo da atenção à saúde avançou-se na consolidação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS), com 119 Unidades implantadas no país até 2014, beneficiando cerca de 426.283 mil servidores federais (74,728% dos servidores), com a implementação do sistema Siape-Saúde.

Após a publicação do Decreto de 7/10/2013, que estabelece a forma de patrocínio da União, suas autarquias e fundações à GEAP Autogestão em Saúde para prestação de serviços de assistência à saúde para servidores ou empregados ativos, aposentados, pensionistas, bem como para os respectivos grupos familiares, o governo federal pôde proporcionar assistência à saúde a diversos beneficiários que antes não tinham acesso. Foram editados normativos de modo a orientar as áreas de gestão de pessoas e os próprios servidores, quanto às possibilidades de inscrição em um dos planos da citada operadora. Mais de 600 mil beneficiários hoje fazem uso dos planos da GEAP, dentre os quais a maioria encontra-se na faixa etária acima de 59 anos, notadamente aqueles que mais necessitam da cobertura de um plano de saúde.

• Democratizar as relações de trabalho do âmbito da Administração Pública Federal

Análise Situacional da Meta

Em 2014, ocorreram 70 reuniões na Mesa Nacional de Negociação Permanente, sendo que, deste total, 35 foram realizadas com os grupos de trabalho criados por meio dos Termos de Acordo assinados entre 2012 e 2014. As negociações envolveram cerca de quinze mil servidores da Polícia Federal. Os reajustes acordados foram de 15,8%, parcelados para 2014 e 2015, para policiais federais (agentes, escrivães e papiloscopistas), que ainda não haviam sido contempladas nos anos anteriores.

Dentro da perspectiva de consolidação do processo de democratização das relações de trabalho, encontra-se em desenvolvimento o protótipo do Sistema de Relações de Trabalho no Serviço Público (SISRT) e da ferramenta de Business Intelligence (BI). As atividades estratégicas desenvolvidas e finalizadas contemplaram as seguintes áreas: Gestão do Projeto, Evolução dos módulos de Cadastramento de Entidades e Gestão do Relacionamento; Modelagem da informação e prototipação dos módulos de Cadastro de Carreiras, Tabela Remuneratória (SISRT) e BI com vistas ao desenvolvimento dos Indicadores de Relações de Trabalho.

No âmbito da Comissão Especial Interministerial (CEI), instituída pelo Decreto nº 5.115, de 24/6/2004, para revisão dos atos administrativos referentes a processos de anistia de que trata a Lei nº 8.878, de 11/05/1994, foram apresentados os seguintes resultados: 932 processos deliberados pelo pleno da Comissão; 205 processos com retorno deferido por portaria do MP; 605 notificações aos interessados cujos processos foram indeferidos; 675 respostas a pedidos de informações judiciais; 4.828 atendimentos aos interessados com processos na CEI ou a seus procuradores legalmente autorizados; 290 notificações aos interessados cujos requerimentos foram enviados intempestivamente a esta Comissão.

A Comissão Interministerial de Rondônia (CIR) deferiu o reconhecimento de vínculo de 48 servidores oriundos do ex-Território Federal de Rondônia e do Estado de Rondônia, para o quadro em extinção da Administração Federal. A CIR



foi extinta da Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público pelo Decreto nº 8.365, de 24/11/2014. A partir desta data, o Departamento de Órgãos Extintos do MP supervisionará e prestará suporte técnico e operacional aos trabalhos da CIR.

Foram recepcionadas 8.612 mensagens no Portal da Ouvidoria do Servidor e, deste total, 78% obtiveram resolubilidade das demandas. A rede de ouvidores do servidor teve sua expansão voltada para os órgãos da administração federal que atuam de forma descentralizada e possuem maior capilaridade territorial. Atualmente, contam-se 169 operadores distribuídos em 90 unidades operacionais da ouvidoria do servidor no executivo federal.

• **Fomentar inovações de gestão no âmbito da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de incentivar a implementação e disseminação de práticas inovadoras na gestão pública, por meio da premiação e da divulgação dessas iniciativas, foi realizado o 19º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Nesta edição, o Concurso contou com o apoio, para as premiações, das Embaixadas do Canadá, França e da Noruega. No contexto, foram divulgadas, em dezembro de 2014, as iniciativas vencedoras em ordem de inscrição. Entretanto, a classificação final só será anunciada no evento de premiação, em março de 2015.

Dentre as iniciativas apresentadas, foram vencedoras em ordem de inscrição: 1º) Aquisição de Equipamentos Médicos de Grande Porte; 2º) Inovação na Prospecção de Clientes; 3º) Veículo de Diagnóstico de Rodovias; 4º) Resolução extrajudicial de conflitos entre consumidores e operadoras de planos de saúde; 5º) Programa de Redução de Litígios e de Aperfeiçoamento da Defesa Judicial da União; 6º) InovAtiva Brasil; 7º) Serviço de Logística Reversa em Agência dos Correios; 8º) A Bolsa-Formação do Pronatec; 9º) SIACOR - Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse; 10º) Projeto de Integração de Dados do Programa Brasil Quilombola.

Com relação à premiação, aos três primeiros colocados, serão concedidas visitas técnicas ao Canadá, à França e à Noruega. Do quarto ao décimo lugar, serão destinadas, para cada equipe, três vagas em curso de Desenvolvimento Gerencial. Além disso, foram ofertados com cursos, assinatura da Revista do Serviço Público (RSP), publicação dos relatos em livro, certificado e Selo Inovação - a ser utilizado pelas iniciativas premiadas em seus materiais de divulgação.

• **Fortalecer a gestão por resultados e a capacidade institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Com vistas à melhoria da capacidade institucional de órgãos e entidades públicos, com priorização dos estratégicos, registra-se no período 2012 a 2014 a publicação de 87 decretos referentes à reestruturação de órgãos e entidades, sendo 2012 (34), 2013 (37) e 2014 (16).

No âmbito do Novo Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (Siorg), novas funcionalidades foram desenvolvidas, como o cadastro das estruturas organizacionais e os cargos e funções comissionados, bem como a ferramenta que possibilita aos órgãos e entidades elaborarem suas propostas de revisão de estrutura organizacional e manterem atualizados seus regimentos internos. Foi dada continuidade ao desenvolvimento de funcionalidades e relatórios, bem como da geração de parcela dos Anexos que compõem o ato normativo de alteração de estruturas organizacionais. O principal produto da segunda fase do projeto, que será concluído em 2015, será a gestão do fluxo de elaboração, análise e aprovação das propostas de estruturas organizacionais e cargos e funções por meio do sistema informatizado.



No período de 2012-2014, o Projeto “Apoio aos Diálogos Setoriais Brasil” - cooperação entre a União Europeia (UE) e o Brasil, que visa ao intercâmbio de conhecimentos e experiências em áreas de interesse mútuo, apoiou 124 ações de inovação e melhoria de políticas públicas, em 23 diálogos ou áreas temáticas, como gestão de pessoas, meio ambiente, cultura, direitos humanos e agricultura, fruto da parceria entre 26 órgãos da APF brasileira e 23 instituições europeias.

• Implementar a Política de Desenvolvimento de Pessoas

Análise Situacional da Meta

A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP) é o conjunto de orientações para organizar os processos de capacitação e desenvolvimento dos servidores da APF direta, autárquica e fundacional. A sua implementação é coordenada pelo Comitê Gestor-PNDP, com as competências de: (1) avaliar relatórios anuais dos órgãos, para verificar observação das diretrizes da PNDP; (2) orientar os órgãos da APF na definição sobre alocação de recursos para fins de capacitação de seus servidores; (3) promover a disseminação da PNDP entre os dirigentes dos órgãos, os titulares das unidades de RH, os responsáveis pela capacitação, os servidores públicos federais e suas entidades representativas. Uma das frentes para o aperfeiçoamento da política e dos instrumentos para o desenvolvimento de pessoal está relacionada à elaboração de uma proposta de revisão do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da APF direta, autárquica e fundacional.

Ressalta-se a realização de um conjunto de ações e o desenvolvimento de estudos para o aperfeiçoamento da política de desenvolvimento profissional, como o trabalho em curso de difusão de tecnologias de gestão por competências, merecendo destaque a elaboração e a publicação do “Guia de Referência Prático para Mapeamento e Avaliação de Competências”, que apresenta uma metodologia didática para a realização de diagnósticos de competências para auxiliar os órgãos na elaboração dos seus Planos Anuais de Capacitação (PACs); disseminação e discussões sobre o tema gestão por competências mediante a realização de seminários, oficinas, e encontros que abordam o tema.

O Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU) tem reuniões periódicas e agrega 16 escolas de governo de âmbito federal, do Executivo e do Legislativo. Foram capacitados cerca de 45 mil servidores públicos, sendo 35.268 em cursos a distância, assim como foram realizadas cinco reuniões do SEGU e o X Encontro das Escolas de Governo. Durante as reuniões do SEGU, discutiu-se a questão do credenciamento dos cursos de especialização das Escolas de Governo e a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), além da proposta de lei para a regulamentação das atividades das escolas de governo no Brasil. Por fim, receberam igual destaque nas reuniões do SEGU as informações e análise que compuseram a pesquisa sobre as escolas de governo, atividade fundamental tanto para o processo de credenciamento dos cursos de especialização quanto para um futuro projeto de lei para as escolas de governo.

O Encontro contou com 164 participantes ativos, representando 86 instituições e teve como objetivo incentivar trabalhos em parceria e o compartilhamento de experiências e conhecimento entre instituições de formação do servidor público, buscando melhorar a eficácia das mesmas. Abrigou 8 painéis temáticos, com 32 apresentações diferenciadas, sendo que mais de 20 escolas apresentaram suas reflexões e experiências. Os painéis se concentraram nos temas: “formação de carreiras públicas”, “educação mediada por tecnologias”, “o papel da pesquisa nas escolas de governo”, “cursos de pós-graduação nas escolas de governo”, “avaliação dos processos de capacitação”, “desenvolvimento gerencial de servidores públicos”, “cooperação técnica internacional” e “o desafio da institucionalização das escolas de governo”.

OBJETIVO: 0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas.



Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

Lançado no início de 2013, o Aplicativo PPA Mais Brasil (ppamaisbrasil.planejamento.gov.br) ganhou destaque no ano de 2014 e começou a ser utilizado para obtenção mais simplificada de informações sobre os Programas Temáticos e como uma ferramenta de gestão. O aplicativo inova ao oferecer uma interface mais amigável para a sociedade compreender e acompanhar a execução das políticas públicas refletidas no PPA.

Realizou-se uma revisão do PPA com base nas alterações promovidas pela Lei Orçamentária Anual, tendo como motivação a aderência do mesmo à dinamicidade da realidade político institucional do país. Ainda em relação ao monitoramento, foi disponibilizado na quinta edição do Fórum Interconselhos, o segundo relatório de monitoramento das agendas transversais, acessível pelo Aplicativo PPA Mais Brasil.

Destacou-se a premiação do Fórum Interconselhos pela United Nations Public Administration Network (UNSPA) com o prêmio máximo entre as melhores práticas inovadoras internacionais de participação social. A quinta edição do Fórum em 2014, caminhando para a consolidação da política de participação social como forma de governo.

O aperfeiçoamento da gestão orçamentária em 2014 transcorreu sob três vertentes: (i) a busca pela eficiência do gasto público; (ii) a comunicação dos principais instrumentos orçamentários e a inserção da variável de participação social no processo; e (iii) o apoio na articulação federativa.

Com relação à primeira vertente, importante ressaltar a realização do evento de lançamento do 3º ciclo do projeto Esplanada Sustentável, no qual haverá distinção entre as despesas que serão acompanhadas e aquelas que serão monitoradas. Doze órgãos tiveram a meta pactuada e, portanto, estão participando do monitoramento do 3º ciclo: AGU, MAPA, MinC, MD, MF, MSP, MC, MME, MDA, MP, SAE e SAC. No início de 2015, após o fechamento dos dados da execução orçamentária, será apurado o valor economizado por cada órgão. Ainda na busca pela eficiência, ocorreram duas captações de dados referentes ao acompanhamento físico-financeiro das ações orçamentárias de 2014.

Já dentro da segunda vertente, considera-se que a reformulação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), com foco na sua finalidade de estabelecer diretrizes para o Processo Orçamentário, foi encerrada satisfatoriamente a partir dos resultados apresentados nos últimos anos, com participação popular na modernização do arcabouço jurídico de planejamento, orçamento e execução, valendo-se do portal “PARTICIPA.BR” e do SIOP.

Em termos da articulação federativa, o Governo manteve as tratativas com as áreas de planejamento e orçamento dos Estados e, por meio da instituição da Rede Nacional de Planejamento e Orçamento - ReNOP, ofereceu assistência técnica para a melhoria da gestão e o aperfeiçoamento dos instrumentos tecnológicos, normativos e metodológicos estaduais. Foram realizados dois encontros da ReNOP, cujos temas foram “Sistema de Custos no Serviço Público” e “Reflexões para o novo Ciclo do PPA”.

A educação orçamentária, iniciativa que tem como finalidade principal o aprimoramento contínuo das instituições, processos e sistemas de alocação de recursos públicos, empreendeu inúmeras ações voltadas à produção, à captação e ao compartilhamento do conhecimento orçamentário. Com a missão de aprofundar a cidadania fiscal e de promover a transferência de conhecimento sobre o tema orçamentário, o Governo Federal disponibilizou 3311 vagas, distribuídas em 46 turmas entre cursos de Orçamento, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Ética e Serviço Público e Federalismo no Brasil, todos na modalidade à distância.



Com o objetivo de capacitar e qualificar servidores e gestores públicos envolvidos com as atividades próprias do ciclo de gestão de recursos públicos, no âmbito da 11ª Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas, foram ministradas cerca de 50 oficinas sobre o tema orçamentário, totalizando mais de 500 horas-aula. Como resultado dessas ações, 5.000 servidores/cursistas/acadêmicos tiveram a oportunidade de participar da geração e da difusão do conhecimento orçamentário.

Ainda como ação que contribuiu para o aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos, está o aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa das empresas estatais. A execução de melhorias processuais e institucionais possibilitou ao Governo Federal harmonizar entendimentos técnicos, facilitando e organizando os pleitos societários das estatais, assim como dar continuidade na governança corporativa das estatais, tais como, uniformização dos estatutos sociais das estatais; implementação do Programa de Remuneração Variável dos Diretores; e desenvolvimento de metodologia para criação de estatais.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a quantidade de serviços atualmente utilizados pelos órgãos e entidades da administração pública, através da rede INFOVIA Brasília, acrescentando sessenta serviços contratados até 2015**

Análise Situacional da Meta

A INFOVIA Brasília é uma infraestrutura de rede ótica metropolitana de comunicações, construída para fornecer, aos órgãos do governo em Brasília, serviços de telefonia, internet, videoconferência e conexão de dados, em ambiente seguro, de alto desempenho e disponibilidade, com redução de custos.

Foi recebida pelo Governo Federal a doação de 27 equipamentos do tipo gateway de voz do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), necessários para conectar a central telefônica do órgão participante da rede INFOVIA Brasília ao Serviço de Voz. Além da redução de gastos, esse serviço possui como principal diferencial o aumento da segurança no serviço de telecomunicações, dado que as ligações telefônicas entre os órgãos governamentais conectados trafegam exclusivamente dentro da rede INFOVIA Brasília, sem passar pela rede pública de telefonia – RPT.

Com esses equipamentos, foi possível ampliar o atual número de centrais telefônicas conectadas ao serviço. O número de órgãos que utilizou, em 2014, o Serviço de Voz da INFOVIA Brasília permaneceu o mesmo de 2013: 30 órgãos conectados. Houve alteração no número de centrais telefônicas conectadas (ou pontos conectados), de 52 para 47 pontos, em virtude de mudanças de endereço, reestruturações nos órgãos e desconexão de alguns pontos, como nos casos do IPEA-RJ e SERPRO-Curitiba.

Em relação ao Serviço de Videoconferência da INFOVIA Brasília, foi mantido o número de órgãos conectados: 21. Entretanto, houve redução no número de equipamentos conectados, de 112 para 110.

A publicação da Portaria Interministerial MP/MC/MD nº 141/2014 regulamentou o Decreto nº 8.135/2013, e definiu que os serviços de videoconferência e voz sobre IP (VoIP), deverão ser contratados das empresas públicas e sociedades de economia mista federais, pelos órgãos e entidades da União. Tem-se a expectativa que esses dispositivos normativos promoverão o aumento da demanda pelos dois serviços e crescimento do número de órgãos conectados à INFOVIA Brasília, contribuindo para o alcance da meta.

Em relação à infraestrutura, 191 órgãos estavam conectados à rede INFOVIA Brasília, em 190 pontos, distribuídos em mais de 150 km de fibras óticas na cidade de Brasília. Nesse contexto, deve-se destacar o serviço de Internet corporativa, que é o principal serviço prestado pela INFOVIA Brasília e que hoje possui uma banda total de 4,64 Gbps. O cenário de contratação de links/circuitos de comunicação com empresas públicas ou sociedades de economia mista



do Governo Federal, concebido pelo Decreto nº 8.135/2013, e pela Portaria Interministerial MP/MC/MD nº 141/2014, traz a expectativa de crescimento do número de órgãos conectados, da expansão dos serviços de conexão ponto a ponto e de acesso à Internet, prestados no âmbito da INFOVIA Brasília.

Destaca-se a prorrogação do contrato de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Companhia Energética de Brasília (CEB), a fim de remunerar o aluguel de postes e dutos dessa empresa. Negociações com a CEB permitiram que os gastos para esse compromisso fossem reduzidos de R\$ 40 mil por mês para R\$ 10 mil.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

• Consolidar a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais

Análise Situacional da Meta

A implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) tem cumprido o seu principal objetivo de facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais do governo. Entre inúmeras facilidades da INDE, destacam-se a integração e o compartilhamento de informações geoespaciais entre as organizações participantes.

A geoinformação é básica para a estruturação de sistemas corporativos públicos e privados, que sustentam a tomada de decisão frente a diversas temáticas (fiscal, econômica, ambiental, planejamento). Nesse contexto, destacaram-se as atividades relativas à disseminação da INDE por meio do Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação (FIGG), que congrega gestores de vários órgãos da APF, iniciando as discussões sobre a criação de uma Política Nacional de Geoinformação, que deverá definir as prioridades governamentais quanto à produção de dados geoespaciais, otimizando a aplicação de recursos e alinhando com os objetivos de governo. As diretrizes da Política foram debatidas nos eventos “4ª Reunião do Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação” e “XXVI Congresso Brasileiro de Cartografia”, e estão em processo final de análise no âmbito do MP.

Atualmente, 20 entidades publicam dados espaciais e/ou metadados através das ferramentas da INDE. Cerca de 30 entidades estão em processo de adesão, apresentando estágios variados de conclusão do processo. No que se refere à agenda de treinamentos, até 2013 foram capacitados 231 servidores de 45 instituições públicas federais, seis estaduais e quatro municipais. Em 2014, foram realizados cinco treinamentos nacionais e dois treinamentos regionais, perfazendo 74 servidores públicos federais capacitados, além de 59 servidores de outros entes. Em relação à agenda de Treinamentos 2015, para os nacionais há uma primeira turma prevista para março, e o treinamento regional, para fevereiro.

Destaca-se, ainda, a capacitação de atores como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Petrobrás, Receita Federal e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com treinamento de cerca de 140 servidores. Durante o ano também foi realizado um minicurso de seis horas sobre a INDE, para os participantes do XIX Encontro da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (ANIPES).

A INDE assume importante papel como fornecedora de dados e de informações geoespaciais, de forma centralizada. Ocorreu a divulgação de importantes indicadores de acompanhamento de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), uma série de macro-objetivos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Atualmente, o projeto de implantação encontra-se no Ciclo II. Nesta fase, a meta é consolidar a adesão dos atores federais e



prosseguir com a adesão de atores dos demais níveis de governo. O MP como gestor da INDE, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), auxiliou os órgãos que aderiram a essa infraestrutura – aproximadamente 30 – na implantação das tecnologias necessárias à divulgação de seus dados e informações geoespaciais no Catálogo de Metadados, no Catálogo de Geoserviços e no Visualizador da INDE.

No aspecto da governança da rede, foi realizado 1º Encontro de Gestores dos Nós da INDE, grupo que integra a estrutura do Comitê para Implantação da INDE (CINDE), e visa debater as questões técnicas relacionadas à operacionalização dos processos internos da INDE no âmbito de cada ator e contribuir para fortalecimento de uma rede de gestores de nós.

Também merece destaque a revisão da Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais (ET-EDGV), que representa uma importante contribuição para a consolidação da INDE, pois esta norma estabelece uma modelagem básica que visa assegurar a interoperabilidade dos dados geoespaciais produzidos pela Administração Pública.

• **Construir cenários de desenvolvimento nacional para orientar a alocação estratégica no Plano Plurianual e nos Orçamentos da União**

Análise Situacional da Meta

Foram feitas análises dos Impactos do Mercado de Trabalho no Seguro Desemprego e Abono Salarial. Essas ações, vinculadas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), são importantes rubricas orçamentárias, não só pelo significativo montante financeiro, mas também pelas influências e impactos que geram e recebem do Mercado de Trabalho.

Diante da importância das rubricas Seguro Desemprego e Abono Salarial, a identificação e avaliação da dinâmica dessas variáveis e das influências que recebem do mercado de trabalho mostra-se essencial para o acompanhamento dos gastos a elas relacionados.

O indicador aplicado para esta meta e sua fórmula de cálculo refletiu o resultado esperado. É um indicador processual e refletiu o bom andamento e conclusão do processo. Por se tratar de um processo, o seu acompanhamento poderia se dar por outras formas além da verificação do realizado acumulado, como, por exemplo, com a comparação do desempenho verificado com aquele esperado. Contudo, não haveria ganho significativo no acompanhamento do processo.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

10/12/2014

• **Desenvolver conhecimentos específicos, na área de gestão de despesas, voltados para a melhoria da qualidade do gasto**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado o lançamento do 3º ciclo do Projeto Esplanada Sustentável – PES, onde haverá distinção entre as despesas que serão acompanhadas e as que serão monitoradas.

Quanto às “Despesas Monitoradas”: (i) os órgãos poderão escolher esses tipos de despesas, sendo Energia Elétrica e Água e Esgoto obrigatórias; (ii) suas metas serão pactuadas; (iii) a premiação é financeira e seu montante será em virtude da economia de gastos obtida.



Quanto às “Despesas Acompanhadas”: (i) serão as de Telefonia; Vigilância; Limpeza e Conservação; Material de Consumo; Locações de Imóveis e Veículos; Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; Serviços de Processamento de Dados; e Manutenção de Bens Imóveis; (ii) não haverá pactuação de metas e premiações financeiras.

Para ambas as despesas, poderá haver premiação não financeira aos órgãos/entidades que implementarem práticas de eficiência que possam ser adotadas por outros órgãos/entidades.

Também foram apresentados os resultados do 2º ciclo do Projeto, que contou com a participação de 33 órgãos do Poder Executivo e 2 do Poder Judiciário. Destes, 35 órgãos participantes, 8 apresentaram economia global de recursos em 2013 em relação ao ano de 2012. O critério estabelecido para a premiação apurou a economia global de recursos de cada órgão nas despesas pactuadas. Sendo assim, os órgãos que apresentaram economia global, sem o atingimento da meta, serão contemplados com 5% da economia obtida e aqueles que alcançaram a meta pactuada serão contemplados com 10% da referida economia totalizando uma premiação de R\$15,9 milhões no 2º ciclo do PES.

Para o recebimento da premiação, que ocorre via ampliação de limite de movimentação e empenho, os órgãos contemplados devem encaminhar ao MP, justificativa circunstanciada acerca da destinação dos recursos abrangendo a totalidade dos recursos disponibilizados e contemplando ações de melhoria da gestão das despesas administrativas tratadas no PES, preferencialmente com foco em água, esgoto e energia elétrica, contendo no mínimo o objeto da aplicação, justificativa e valor. Dos 8 órgãos contemplados, três já apresentaram a referida justificativa com vistas a concretização da ampliação de limite.

Após o lançamento de 3º ciclo, 12 órgãos tiveram a meta pactuada e estão, portanto, participando do monitoramento do 3º ciclo: AGU, MAPA, MinC, MD, MF, MSP, MC, MME, MDA, MP, SAE e SAC. No início de 2015, após o fechamento dos dados da execução orçamentária, será apurado o valor economizado por cada órgão.

Com o objetivo de difundir entre, os órgãos participantes, iniciativas de sucesso na gestão de recursos públicos, foi realizado o 1º Diálogo do PES deste ano. Na ocasião foram apresentadas boas práticas de gestão relacionadas à eficiência energética. Devido à alteração na metodologia do projeto ocorrida no 3º ciclo as metas passaram a ser não quantificáveis.

• Modernizar o arcabouço jurídico na área de planejamento, orçamento e execução

Análise Situacional da Meta

As melhorias do PLDO fazem parte do processo natural das atribuições institucionais do Governo Federal. Ao longo dos últimos anos houve êxito na exclusão de dispositivos que não deveriam constar na PLDO, como os que tratavam de custos, redundantes com a Lei de Acesso à Informação ou que a matéria deveria ser disciplinada em outros normativos infralegais, como o Decreto nº 6.170/2007 (transferências voluntárias e setor privado).

Destaca-se em 2014 o processo participativo para a elaboração do PLDO e PLOA, que utilizou o portal “PARTICIPA.BR”. Especialmente no que diz respeito ao PLDO 2015, foi desenvolvida ferramenta no SIOP que permite o encaminhamento de sugestões de alterações e para as propostas que não foram acatadas, ficando registrado o motivo da rejeição.

Considera-se que este Projeto foi encerrado a partir dos resultados apresentados nos últimos anos, ampliando a participação popular na modernização do arcabouço jurídico de planejamento, orçamento e execução.

**Quantidade alcançada**

100

Data de Referência

30/04/2014

OBJETIVO: 0608 - Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizadas, em 2013, várias ações para o acompanhamento consistente das demandas dos entes federados em ministérios e entidades governamentais. São exemplos as nove reuniões do Sistema de Assessoramento Federativo (SASF), que trataram dos mais diversos assuntos, como a preparação do Governo Federal para a recepção dos novos prefeitos, o apoio a realização dos encontros estaduais, a XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, Programa Mais Médicos etc.

A Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República é coordenadora do CAF, Comitê de Articulação Federativa, instância de diálogo entre União e os municípios brasileiros.

O CAF se constitui em um espaço democrático, participativo e de construção de consensos, contando com a participação de 18 representantes das três entidades nacionais de representação dos municípios brasileiros, a Associação Brasileira de Municípios – ABM-, a Frente Nacional de Prefeitos, - FNP- e a Confederação Nacional dos Municípios – CNM- além de representantes de dezoito órgãos federais afetos mais diretamente às questões que envolvem os municípios.

O Plano Brasil Sem Miséria é outro exemplo de ações estratégicas articuladas de maneira interfederativa, pois mobiliza a estrutura do Governo Federal, dos Estados e Municípios reconhecendo as características do federalismo brasileiro. Seus eixos e suas metas só podem ser plenamente alcançados por meio de um esforço conjunto e articulado de toda a Federação, com execução de ações intersetoriais que visem a superação da extrema pobreza no Brasil.

Partindo de uma estratégia de pactuação que se inicia pelas Regiões brasileiras, o Brasil Sem Miséria celebrou Pactos Regionais com objetivo de firmar o compromisso entre a União e os 27 Governadores da Federação, tendo a interveniência dos Presidentes das Associações Municipalistas em cada Estado. Os Pactos expressam compromissos públicos e republicanos que estabelecem as competências e responsabilidades de cada ente na execução das ações propostas pelo Plano, promovendo sua implementação de forma coordenada nos eixos de Garantia de Renda, Inclusão Produtiva e Acesso a Serviços. Já foram realizados compromissos em todas as unidades da Federação.

Após décadas sem investimentos em infraestrutura, o Brasil retomou o planejamento em setores estratégicos, está elevando a competitividade do país e melhorando a qualidade de vida do brasileiro. Articulado de forma republicana envolvendo os três níveis de governo o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) se consolida como uma das forças propulsoras do desenvolvimento do País. Ao investir em áreas estratégicas, como infraestrutura e logística, o Governo Federal gera emprego, mantém o mercado interno aquecido e eleva a competitividade do Brasil.

Desde o início do PAC, o investimento público cresceu quatro vezes mais do que o Produto Interno Bruto (PIB) – 111% em termos reais. Com isso, a participação do investimento público no PIB aumentou 56%. A geração de emprego é outro efeito do Programa. No setor de obras de infraestrutura, o emprego formal aumentou 7,9% ao ano em média, entre 2011 e abril de 2013.

Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras. As ações do PAC 2 concluídas até abril de 2013 já chegam a 54,9% daquelas previstas para serem concluídas até 2014.

Em 2013, relativamente ao Programa Territórios da Cidadania, que visa à promoção do desenvolvimento rural



sustentável, foi consolidada a matriz de ações ofertadas pelo Governo Federal disponível no site: www.territoriosdacidadania.gov.br, e aos Comitês de Articulação Estaduais (CAE) caberá coordenar a consulta e consolidação da matriz estadual e o posterior monitoramento da sua execução. No esforço de potencialização do programa o governo federal está repactuando com os governos dos estados a rearticulação dos comitês estaduais. Além disso, o Governo Federal colocou em consulta pública no mês de julho dois importantes debates para garantir a Participação Social como ingrediente essencial da gestão pública, a Política Nacional de Participação Social e o Compromisso Nacional pela Participação Social. O Compromisso Nacional pela Participação Social é um documento que reflete os debates estabelecidos entre o Governo Federal, Estados, Municípios e o Distrito Federal sobre a necessidade de reconhecer a participação social como estratégia para a democratização das decisões sobre políticas públicas.

Metas 2012-2015

• Aperfeiçoar os mecanismos de diálogo, articulação e de cooperação federativa

Análise Situacional da Meta

Entre os dias 28 e 30 de janeiro, o Governo Federal realizou em Brasília (DF), o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas - O evento reuniu gestores municipais de todo o país – novos e reeleitos – para estabelecer parcerias com o objetivo de promover o crescimento econômico do país com inclusão social, equilíbrio ambiental e participação cidadã.

Para apoiar os gestores municipais a atingir esse objetivo, foram apresentados os principais programas federais, compreendidos nos eixos Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Ambiental e Urbano e Participação Social e Cidadania. Cada temática destacou as políticas dos Ministérios e órgãos federais voltadas para o respectivo tema.

Programas prioritários do Governo Federal, executados em parceria com os governos municipais, como o Brasil sem Miséria, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos e de Saneamento, entre outros, compuseram a programação principal do evento.

Também foram apresentadas boas práticas de municípios e consórcios intermunicipais e oferecidas oficinas técnicas sobre o sistema de convênios e contratos de repasse, bem como de outros instrumentos de modernização administrativa. Os participantes receberam publicações exclusivas com orientações voltadas para o início dos mandatos e os programas federais que podem ser acessados pelas prefeituras.

Como parte da estratégia de apoio aos municípios o Governo Federal, em parceria com governos estaduais e associações de municípios, vem promovendo um ciclo de Encontros Estaduais com Novos Prefeitos e Prefeitas. Em 2013, foram realizados os encontros estaduais em todos os estados, com o objetivo auxiliar os novos gestores no primeiro ano de mandato, apoiando a execução dos programas federais, bem como apresentando oportunidades de financiamento para os projetos municipais.

A programação principal nos estados abrange os seguintes eixos: saúde e educação, instrumentos de planejamento e apoio à gestão local, programas sociais, infraestrutura e participação social. Para cada estado é organizada uma programação alinhada às necessidades regionais. Os participantes também contam com oficinas de capacitação técnica e salas de atendimento individualizado por município.

Com o objetivo de ampliar os espaços de cooperação e coordenação dos órgãos federais nos estados, por ocasião da realização dos encontros estaduais de prefeitos, estão sendo organizados os fóruns estaduais de gestores federais, que reúnem os dirigentes dos órgãos federais nos estados os quais definem sua coordenação e seu calendário de atividades. Ainda no campo do aprimoramento das relações federativas foram executadas ações em duas frentes principais: a primeira envolve a definição de agenda comum de melhoria, fortalecimento e inovação da gestão pública, entre União e Estados da Federação, com o estabelecimento de diretrizes, estratégias e prioridades, de forma a promover a colaboração institucional intra e intergovernamental, concentrar esforços, evitar pulverização de investimentos e conceder maior visibilidade aos resultados obtidos. O objetivo é pactuar um compromisso político que atualize e



aprofunde a pauta da “Carta de Brasília”, com definição de diretrizes, estratégias e prioridades de ações comuns.

Trata-se de uma iniciativa que envolve o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (CONSEPLAN), com o apoio do BID. Neste sentido foi elaborada conjuntamente uma proposta de Agenda Comum de Gestão União-Estados.

A segunda frente consiste na preparação das linhas de ação para o Programa Pró-cidadão – Programa Nacional de Fortalecimento do Planejamento e Gestão Pública dos Estados Brasileiros, ora em processo de negociação direta entre o BID e os estados. O projeto financiará a realização de oficinas de debate entre representantes do Governo Federal e dos governos estaduais, sobre temas de interesse mútuo. O Pró-cidadão sucederá ao programa Pnage, que representa um importante marco de atuação conjunta dos estados com o BID.

• Capacitar agentes públicos municipais, estaduais e federais

Análise Situacional da Meta

Foram desenvolvidas atividades de capacitação dos agentes públicos, como exemplo, a oferta, no âmbito do Programa de Apoio à Elaboração e Implementação de PPAs Municipais, de dois módulos presenciais, para treinar multiplicadores estaduais e de associação de municípios para a elaboração de PPAs e confecção de projetos. Foram formados agentes multiplicadores oriundos de 15 estados da Federação e 309 municípios.

No que se refere à capacitação em temas orçamentários e controle social, foram treinados 3.400 alunos por meio da Escola Virtual da Secretaria de Orçamento Federal - SOF, além da interação com mais de 9.990 participantes em sua nova plataforma na Internet. Ademais, no intuito de dar continuidade à promoção da articulação federativa, foi ofertada assistência técnica para a melhoria da gestão e o aperfeiçoamento dos instrumentos tecnológicos, normativos e metodológicos estaduais, por meio da Rede Nacional de Planejamento e Orçamento (ReNOP).

Em apoio aos estados e municípios no planejamento de ações para ordenamento e utilização sustentável dos espaços de orla sob domínio da União, por meio da promoção de ampla articulação entre os três níveis de governo e a sociedade civil, foram realizadas oficinas de elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI) nos municípios de Itarema/CE, Aracati/CE, Paracuru/CE e Baía da Traição/PB, audiências públicas nos municípios de Fundão/ES, Corumbá/Ladário/MS e reuniões de sensibilização nos municípios de Porto Velho, Florianópolis/SC e Guajará-Mirim/RO, Marcação/PB, reunião para discutir a revisão dos PGIs de Itajaí e Porto Belo/SC, Lucena/PB, Conde/PB e Pitimbu/PB.

Ainda como atividade de capacitação dos agentes públicos municipais, estaduais e federais, destacou-se a realização, no âmbito da Rede Nacional de Escolas de Governo, que tem como objetivo aumentar a eficácia das instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos dos três níveis de governo, de seis reuniões do Sistema de Escolas de Governo (SEGU) para discussão de temas de interesse comum. Adicionalmente, foram ofertados cursos presenciais e a distância, nacionais ou em parceria com instituições estrangeiras, fortalecendo esse grupo de instituições como Escolas de Governo, que visam à implementação das políticas públicas e à disseminação do conhecimento para o aperfeiçoamento da gestão pública, orientada à melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos.



• **Implementar e consolidar instâncias de diálogo federativo**

Análise Situacional da Meta

Um dos objetivos estabelecidos no âmbito das relações federativas do Governo Federal é promover uma repactuação do País que viabilize um desenvolvimento capaz de superar a extrema pobreza e de reduzir as desigualdades sociais e regionais. Na busca de dar objetividade a esses desafios, fortalecendo o diálogo, visando o aprimoramento dos mecanismos de articulação e cooperação federativa para a melhoria da gestão das políticas públicas no território a estratégia em curso privilegia:

- estruturação de uma rede de assistência técnica aos municípios com a articulação dos estados e a participação das associações de municípios;
- implementação da Agenda de Compromisso com os ODM, objetivos do milênio;
- apoio a formação dos consórcios,
- aprofundamento dos trabalhos do GT de desburocratização,
- elaboração e implementação do Pacto pela Mobilidade Urbana;
- instalação do grupo de trabalho para a estruturação do repositório nacional da nota fiscal eletrônica;
- avançar na pactuação da agenda federativa de gestão com os estados e o BID;
- implementação da agenda federativa de apoio a gestão pública;
- difusão da Política Nacional de Participação Social e do Compromisso Nacional pela Participação Social.

Durante o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas foi lançada a Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) Governo Federal e Municípios 2013-2016, que visa oferecer aos novos prefeitos um instrumento de monitoramento do impacto das políticas públicas, objetivando o fortalecimento de uma gestão de resultados, baseada em metas e indicadores dos principais programas do Governo Federal.

Essa Agenda estimulará o prefeito que a adotar como ferramenta a qualificar sua gestão e a garantir transparência nas ações realizadas, além de permitir o processo de reconhecimento dos gestores empenhados na obtenção de bons resultados e contribuir para que a gestão pública de todo o País alcance níveis de excelência.

A desburocratização do processo de transferências voluntárias, uma das principais agendas do Comitê de Articulação Federativa - CAF desde 2012, ficou a cargo do Grupo de Trabalho Interfederativo, que passou a ter caráter permanente, para o acompanhamento das medidas de desburocratização dos convênios, dos contratos de repasse e dos termos de cooperação celebrados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros federais.

Além deste, estão em andamento o Grupo de Trabalho Interfederativo para desenvolver proposta para estruturação do Repositório Nacional da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e o Grupo de Trabalho para recomendar conjunto de medidas referentes ao Pacto pela Mobilidade Urbana, visando ao barateamento da tarifa e à melhoria da qualidade e ao controle social dos serviços de transporte público coletivo.

Outro destaque em 2013 foi a participação do Governo Federal na XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). A marcha, realizada no mês de julho, reuniu prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e secretários municipais, com o objetivo de debater os desafios administrativos, financeiros e sociais das suas localidades.

A Presidente Dilma anunciou na marcha, dentre outras importantes iniciativas, que os municípios receberão apoio financeiro do Governo Federal no valor de R\$ 3 bilhões. O recurso será transferido em duas partes iguais, uma cuja transferência foi realizada em setembro de 2013 e outra em abril de 2014, de acordo com os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

• **Modernizar a gestão municipal por intermédio da implantação de sistema de gestão integrada, oferecendo soluções tecnológicas disponíveis no portal do software público (4CMBR)**

**Análise Situacional da Meta**

A melhoria da gestão dos municípios brasileiros é um desafio de múltiplas facetas, dentre elas podemos destacar a necessidade da disponibilização de um sistema integrado de gestão. Um sistema composto pelos módulos administrativo, tributário, recursos humanos, patrimonial, financeiro e transparência.

O Portal do software público (www.softwarepublico.gov.br/) dispõe do e-Cidades e está em processo de recepcionar o software URBEN, desenvolvido pela Confederação Nacional dos Municípios. Estas duas soluções foram desenvolvidas para a realidade dos municípios. Um importante desafio é oferecer uma ferramenta de forma a garantir sua continuidade e evolução, adaptando-a a diversidade legal dos municípios

OBJETIVO: 0609 - Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

O ano de 2014 registrou importantes avanços no cumprimento das metas do Objetivo 0609. Iniciativas como o Fórum Interconselhos – experiência reconhecida internacionalmente como passo importante para a participação social na gestão pública –, a publicação do Decreto 8.243, de 23 de maio de 2014, o crescimento e fortalecimento de ferramentas digitais como o Participa.br e o Participatório, o lançamento da Biblioteca Digital da Participação Social, são alguns dos exemplos que contribuem para a institucionalização da participação social como método de governar.

Destaca-se, também, a aprovação e sanção da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece um novo regime jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público.

Finalmente, a sistematização e institucionalização do sistema de recebimento e resposta às demandas dos movimentos sociais, a realização do debate na Arena NetMundial e a articulação para dar maior visibilidade às conferências foram marcos importantes, que traçam um caminho de avanços na institucionalização da política de participação social.

Avalia-se, dessa forma, que o objetivo 0609 está sendo adequadamente cumprido, tendo obtido importantes resultados em 2014 e com perspectivas de pleno cumprimento em 2015.

Metas 2012-2015

• Assegurar que a sociedade tenha conhecimento dos Atos Oficiais**Análise Situacional da Meta**

Em 2014, houve crescimento significativo na meta física prevista de 23 % em relação à meta realizada. A meta alcançada em 2014 foi de 492.014 páginas editoradas, propiciando, assim, assegurar que a sociedade tenha conhecimento dos Atos Oficiais publicados nos Diários Oficiais da União.

No ano de 2014, foram publicadas 871.694 matérias no Diário Oficial da União e 39.043 no e-DFJ1, totalizando 910.737 matérias publicadas.

• Aumentar a efetividade da participação da sociedade civil em espaços institucionalizados de participação social**Análise Situacional da Meta**

Em 2014, foi implementado e aperfeiçoado um conjunto de mecanismos que contribuíram para o cumprimento desta meta, como o Portal Participa.br, o Fórum Interconselhos (em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, o projeto Webcidadania Xingu, o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, a Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais e várias mesas de diálogo, compromissos nacionais, consultas e audiências públicas. Neste sentido, destaca-se também a



publicação do Decreto 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, consolidando um conjunto de esforços para aumentar a participação da sociedade junto ao governo federal.

Destaca-se, ainda, a agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil que, em maio, gerou o Decreto 8.242/14 e o Decreto 8.244/14, que tratam respectivamente da regulamentação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e das parcerias com as Organizações da Sociedade Civil e o Governo Federal que têm repasse de recursos públicos, aperfeiçoando o ambiente jurídico e institucional relacionado ao tema no âmbito do Poder Executivo federal. No dia 2 de julho, foi aprovada no Congresso Nacional a Lei 13.019/2014, que estabelece um novo regime jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público. Com o objetivo de proporcionar segurança jurídica, transparência na aplicação dos recursos e efetividade nas parcerias com as OSC, foi cumprido o objetivo principal do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011, sob coordenação da Secretaria-Geral, composto por representantes titulares e suplentes de sete órgãos do Governo Federal e de 14 organizações nacionais da sociedade civil, indicados pela Plataforma por um Novo Marco Regulatório das OSCs, que representa mais de 50 mil organizações. Apresentam-se, agora, os desafios de regulamentação e implementação da nova lei.

- **Aumentar a efetividade no atendimento às demandas de pautas nacionais**

- Análise Situacional da Meta**

Em 2014, houve continuidade no recebimento das pautas dos Movimentos Sociais e das Mesas de Diálogos, sistematizadas e encaminhadas para resposta dos órgãos envolvidos. Assim, estruturou-se o trâmite das demandas interministeriais, gerando os Cadernos de Respostas aos movimentos sociais. Em agosto de 2014, o sistema registrava 2.433 demandas dos movimentos populares urbanos e do campo e floresta, relativas a 30 entidades da sociedade civil, organizadas em 72 temas de políticas públicas. Foram identificados mais de 230 programas (que agregam várias ações) de governo atinentes às demandas apresentadas. Os cadernos apresentam a evolução dos recursos, o número de beneficiários, ampliação ou criação de novas políticas públicas e arranjos institucionais, aumento na oferta de serviços, entre outros avanços.

Foram realizados, ainda, os Seminários “Diálogos Governo-Sociedade Civil Copa 2014”, nos meses de abril e maio de 2014, nas doze cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, contando com a participação de 3.101 pessoas inscritas e 808 instituições representadas. Na ocasião, foram debatidas diversas políticas para o desenvolvimento do país, como saúde, educação, mobilidade urbana, além de demandas objetivas da sociedade nas áreas de moradia, segurança, direitos humanos e participação, entre outros.

Ademais, dando sequência aos trabalhos realizados desde 2011, foi realizada nova edição do evento “Diálogos Governo – Sociedade Civil: Brasil Sem Miséria”. Em sua 5ª edição, realizada no segundo semestre de 2014, estiveram em pauta os resultados do plano de superação da extrema pobreza e os desafios e perspectivas até o fim do ano.

Foi instituída a Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, composta por representantes da SG/PR, Ministério das Cidades, Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com objetivo de construir soluções pacíficas para conflitos urbanos que envolvam famílias de baixa renda e grupos sociais vulneráveis, que envolvam a garantir a gestão democrática da cidade e assegurar o direito à moradia digna e adequada, o acesso à terra urbanizada regularizada e a promoção dos direitos humanos.

O Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção, resultado de diálogo tripartite entre Governo, empresas e trabalhadores, foi fortalecido pela adesão de mais empresas, totalizando, ao fim do ano, 25 empresas, que abrangiam 49 obras da construção civil e pesada e beneficiando aproximadamente 152.000 trabalhadores.

- **Capacitar servidores públicos sobre temas relacionados ao acesso a informações públicas**

**Análise Situacional da Meta**

As atividades voltadas à orientação e capacitação de gestores públicos sobre temas relacionados ao acesso a informações públicas têm tido uma atuação intensa por parte do Governo Federal.

Por meio do programa Brasil Transparente, são realizados eventos de capacitação de gestores públicos, presenciais e à distância, além da distribuição de materiais técnicos e de orientação sobre a implementação da LAI e de portais de transparência nos estados e municípios. Desde a criação do programa, em 2013, até abril de 2015, as ações do programa Brasil Transparente já alcançaram, por meio de capacitações presenciais, 930 municípios e aproximadamente 9.000 servidores estaduais e municipais. Na modalidade à distância, cerca de 15.000 pessoas, entre cidadãos e servidores públicos, obtiveram certificado de conclusão do curso sobre a Lei de Acesso à Informação.

Ademais, foram realizados dois encontros da RedeSIC em 2014, com o objetivo de capacitar os servidores envolvidos nos Serviços de Informação ao Cidadão (SIC) do Poder Executivo Federal. O “1º Encontro de RedeSIC do Executivo Federal” reuniu autoridades de monitoramento da Lei de Acesso à Informação e servidores dos SICs dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Cerca de 250 pessoas participaram do evento. Em novembro de 2014, aconteceu o “2º Encontro de RedeSIC do Executivo Federal”, que reuniu cerca de 122 participantes.

- **Criar e aprimorar serviços de informação ao cidadão em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal**

Análise Situacional da Meta

Como estratégia de aprimoramento dos serviços de informação ao cidadão, foi desenvolvido o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), que centraliza todos os pedidos de informação e seus respectivos recursos no âmbito do Governo Federal, tendo se tornado peça fundamental para o exercício do direito de acesso à informação no país. O e-SIC conta com 304 Serviços de Informação ao Cidadão (SIC) do Poder Executivo Federal cadastrados no sistema.

O e-SIC passa por uma contínua evolução, com intuito tanto de melhorar a sua usabilidade quanto de proporcionar maior grau de transparência às informações públicas. Dentre as melhorias no sistema, destaca-se o lançamento de novo layout; a disponibilização dos dados para download em formato aberto; links para os relatórios públicos dentro do sistema; disponibilização do relatório da pesquisa de satisfação dos usuários; melhorias no mecanismo de busca; e a possibilidade de cadastro no e-SIC de solicitantes que não possuem CPF, permitindo o acesso especialmente de usuários estrangeiros.

Com o objetivo de apoiar órgãos e entidades no cumprimento da LAI e do Decreto 7.724/2012, em maio de 2014, foi lançada a RedeSIC, espaço destinado ao diálogo, à cooperação e ao intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os SICs do Poder Executivo Federal. Os dois encontros presenciais da Rede, realizados em maio e novembro de 2014, reuniram cerca de 400 participantes, entre autoridades de monitoramento da LAI e gestores dos SICs de mais de 140 órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Os órgãos e entidades contam também com o Fórum da RedeSIC, espaço virtual definido como canal oficial de comunicação, por meio do qual os usuários da Rede podem propor temas para debate, divulgar boas-práticas relacionadas à implementação da LAI e compartilhar documentos e informações de interesse geral (www.lai.gov.br/forumredesic).

- **Criar e potencializar novas formas, linguagens e instrumentos de participação social**

Análise Situacional da Meta

O portal Participa.br teve grande atividade em 2014. A sanção da lei do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014) envolveu um intenso trabalho de mobilização e acompanhamento. De 22 a 24 de abril de 2014, foi realizada a Arena Net Mundial, no Centro Cultural São Paulo, na capital do estado de São Paulo, para debater os rumos da internet no Brasil e no mundo. O evento foi precedido da consulta pública “que internet você quer?”, que coletou cerca de 300 propostas para a discussão da governança da rede mundial. Foi desenvolvida proposta para a consulta pública de regulamentação do Marco Civil da Internet, que será realizada em parceria com o Ministério da Justiça. O Concurso Webcidadania Xingu foi concluído e várias iniciativas estão sendo elaboradas para que a experiência possa



ser disseminada como tecnologia social. O Seminário de Comunicação Comunitária foi realizado, de 5 a 7 de junho, em Altamira. O encontro reuniu especialistas (membros de rádios-comunitárias, blogueiros, integrantes de mídia livre ou pessoas que trabalham com comunicação comunitária) do governo e da sociedade civil para debater diversos temas ligados à participação social e o papel da comunicação para as populações locais. Os participantes tiveram oportunidade de trocar experiências sobre temas relacionados à comunicação comunitária e às mídias livres na Amazônia e tirar suas dúvidas sobre articulação em rede e formação nesta área, tanto em relação à infraestrutura quanto à inovação e tecnologia, o que fortaleceu as iniciativas inovadoras de comunicação na região.

Em 2014, foi desenvolvido também o projeto da Biblioteca Digital da Participação Social (biblioteca.participa.br), repositório digital de documentação produzida pelas instâncias e mecanismos de participação social, pelo Governo, por centros de pesquisa e pelos próprios movimentos sociais e entidades da sociedade civil. A iniciativa contribui para organizar, disponibilizar e preservar documentos e publicações produzidas pelas diversas instâncias, com promoção de maior transparência e acesso à informação.

- **Criar proposta de Sistema Nacional de Participação Social**

- Análise Situacional da Meta**

- O Decreto instituindo a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social foi assinado no dia 23 de maio de 2014, no encerramento do evento Arena da Participação Social.

- O Compromisso Nacional pela Participação, que já conta com a adesão de 12 Estados e 37 Municípios, é uma importante ferramenta de fortalecimento e articulação das ações de participação social. Ao aderir ao compromisso, esses entes elaboram seus respectivos Planos de Ação.

- **Fortalecer os Conselhos de Políticas Públicas**

- Análise Situacional da Meta**

- As relações com Secretários-Executivos e Coordenadores-Gerais de Conselhos e Comissões Nacionais foram reforçadas com a realização da Reunião de trabalho (Extraordinária) de Secretários-Executivos e Coordenadores-Gerais de Conselhos e Comissões Nacionais para a apresentação e implementação da Política Nacional de Participação Social, em 10 de junho de 2014. Além disso, foi iniciada uma sequência de visitas aos Conselhos e Comissões Nacionais, durante suas reuniões ordinárias, para tratar do tema junto às suas composições plenárias.

- A edição da Política Nacional de Participação Social, por meio do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, consolidou um conjunto de diretrizes voltadas ao fortalecimento dos Conselhos e Comissões Nacionais, que vinham sendo discutidas até então. Os órgãos colegiados receberam um conjunto de documentos, elaborados pela Secretaria-Geral da Presidência da República, com orientações sobre o conteúdo da Política e informações sobre as dúvidas mais frequentes, para que conselhos e comissões nacionais pudessem tratar o tema junto a conselheiros e conselheiras.

- **Incorporar mecanismos de participação social à metodologia de monitoramento do Plano Plurianual**

- Análise Situacional da Meta**

- O monitoramento do Plano Plurianual foi feito de forma participativa por meio do Fórum Interconselhos e dos relatórios de monitoramento das Agendas Transversais. São nove agendas, que retratam os objetivos e metas do PPA para segmentos específicos da população. No Fórum, a execução do Plano em relação a cada uma das Agendas foi apresentada e submetida à crítica da sociedade, que traz, pelos conselhos, propostas e contribuições para o relatório seguinte, de forma cíclica.

- Também houve avanços na incorporação da participação social na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Pelo segundo ano consecutivo, a sociedade pode apresentar contribuições na forma de emendas ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foram analisadas e respondidas individualmente. Também



foi realizada uma Audiência Pública, em 4 de junho, para conhecer as ferramentas de monitoramento do orçamento federal e apresentar propostas, que foram encaminhadas aos órgãos responsáveis como subsídios para a elaboração das suas propostas orçamentárias.

A iniciativa do Fórum Interconselhos conquistou, em 2014, o primeiro lugar no United Nations Public Service Awards, a maior e mais importante premiação do mundo na área de gestão pública. O Fórum foi agraciado com a distinção máxima na categoria Fostering Participation in Public Policy-Making Decisions. A entrega do prêmio ocorreu na cidade de Goyang, Coreia do Sul, do dia 23 a 26 de junho de 2014, durante o United Nations Public Service Forum, encontro de especialistas em gestão pública que teve como tema “Innovating governance for sustainable development and well-being of the people”.

- **Interagir com a sociedade civil e estimular o uso de dados públicos**

- Análise Situacional da Meta**

Destacam-se as ações para a regulamentação e disponibilização da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), que visa à disseminação e transparência de dados governamentais, permitindo o livre cruzamento, construção de aplicações e apresentação em formatos diversos para uso pelos cidadãos e pela Internet. Merece destaque, também, o lançamento de Portal de Dados Públicos (dados.gov.br); a regulamentação da INDA; a publicação dos dados do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), do Comprasnet, do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); a realização de compromissos do Brasil no Acordo para Governo Aberto (Open Government Partnership); e a divulgação de aplicações desenvolvidas com uso de dados abertos e apoio aos órgãos na realização de concursos de aplicativos.

No âmbito do Gabinete Digital, plataforma fornecida pelo Estado para fortalecer a relação entre governo, servidores e sociedade, foram incluídos conjuntos de dados referentes às localizações de Agências da Previdência Social, de Postos de atendimento do MTE, de escolas e de Unidades Básicas de Saúde.

Ainda, destacam-se as atividades relativas à disseminação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), por meio da realização da I jornada INDE/Academia, que possibilitou a constituição de uma rede de discussão entre órgãos públicos e sociedade sobre a Geoinformação, que permitirá a participação desse segmento na formulação e acompanhamento das políticas públicas relacionadas ao tema e a utilização dos dados públicos disponibilizados na plataforma.

- **Reestruturar o Portal da Transparência do Governo Federal**

- Análise Situacional da Meta**

O processo de reestruturação do Portal da Transparência do Governo Federal está em desenvolvimento. Já está em produção o Data Warehouse (DW), que agregará as bases de dados e possibilitará cruzamentos, agregações e novas formas de se visualizar as informações do Portal da Transparência.

Os primeiros protótipos do Novo Portal devem ser concluídos até novembro de 2015. A partir de então, serão realizados diversos testes de acesso com representantes da sociedade civil (cidadãos, conselheiros, membros de ONGs, jornalistas e usuários de dados abertos) para ajustes e aperfeiçoamentos. A construção do DW deve ser concluída em abril de 2016. A partir de então, intensificam-se os processos de programação e desenvolvimento, para que o Portal da Transparência reestruturado seja publicado em agosto de 2016.

OBJETIVO: 0871 - Garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas,



por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Análise Situacional do Objetivo

A Consultoria-Geral da União - CGU tem desenvolvido diversos esforços, desde a sua instituição, para a formação de uma base de dados, contendo a produção jurídica, havendo desenvolvido o Sistema Notapar, que continha o acervo jurídico apenas do Órgão Central. Em seguida, o controle da produção passou a ser mais amplo, com a instituição, em conjunto com a Procuradoria-Geral Federal (PGF), para a consignação de todas as manifestações do Órgão Central e dos Órgãos de Execução no Sistema Consultoria (Siscon). No ano de 2014, houve a capacitação e o preparo dos sessenta e dois Órgãos Consultivos, vinculados à Consultoria-Geral da União, para a utilização do Sistema Sapiens, que implica a completa alteração do fluxo de trabalho consultivo, convertido na via digital.

Ademais, há outras iniciativas para a satisfação do Objetivo, tais como a realização de pesquisa de satisfação com os Órgãos Assessorados pelas Consultorias Jurídicas da União nos Estados, para conhecimento da avaliação sobre a receptividade dos trabalhos desenvolvidos nas diversas unidades da federação, bem assim como a instituição da pesquisa de satisfação aos Órgãos Assessorados pelas Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios e Órgãos Consultivos assemelhados; Atuação do Departamento de Assuntos Extrajudiciais – DEAEX/CGU junto ao TCU, CNJ e CNMP; Instituição do projeto piloto com os indicadores de desempenho da atividade consultiva com três Consultorias Jurídicas nos Estados e três Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios e Assessorias Jurídicas junto às Secretarias da Presidência da República; Criação do Grupo de Trabalho para a definição do índice de valor do trabalho consultivos; Edição da Orientação Normativa nº 55, que institui os pareceres referenciais; Deflagração para o procedimento de revisão das Orientações jurídicas quanto ao assessoramento jurídico em matéria disciplinar; Prosseguimento dos trabalhos de planejamento estratégico da Consultoria-Geral da União, com os Departamentos da Sede (CGU) e com as Consultorias Jurídicas da União nos Estados e Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios e Assessorias Jurídicas junto à Presidência da República; Como atividade decorrente do planejamento estratégico, definição de duas metas: ampliação dos Órgãos Assessorados nos Estados, atendendo a sua integralidade e o aprimoramento na forma de atendimento aos Órgãos Assessorados nos Estados, mediante a plenitude do atendimento.

A Corregedoria-Geral da Advocacia da União – CGAU - fiscaliza as atividades funcionais dos membros das carreiras jurídicas da AGU e realiza correções nos órgãos da AGU e integrantes para verificação da regularidade e eficácia dos serviços jurídicos prestados. O seu papel é exercer uma atividade de orientação e controle preventiva, corretiva e de apuração de eventuais irregularidades constatadas.

O incremento e qualificação da atuação da Corregedoria-Geral da Advocacia da União é função direta para aumento da segurança e da eficácia da condução das políticas públicas vez que fiscaliza e orienta quanto à melhoria de qualidade do assessoramento jurídico prestado a todos os formuladores e executores de políticas públicas (Presidência da República, Administração Direta, Fundações Públicas, Autarquias e Agências Reguladoras).

Até 2012, a Procuradoria-Geral Federal – PGF representava judicial e extrajudicialmente 154 (cento e cinquenta e quatro) autarquias e fundações públicas federais. No curso de 2013, houve ainda o acréscimo de mais 5 (cinco) entidades representadas, com a criação da Universidade Federal do Cariri – UFCA, da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA e da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA, além da representação da Autoridade Pública Olímpica no âmbito federal — o que totaliza 159 (cento e cinquenta e nove) autarquias e fundações públicas federais representadas.

Desde sua criação, em 2002, a PGF vem centralizando a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, a fim de promover a racionalização de sua atuação, garantindo a viabilidade das políticas públicas dessas entidades.

Assim tem sido feito, recentemente, com a manutenção em juízo das políticas ligadas ao PAC, ao ENEM, à Copa do Mundo FIFA 2014, aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, aos leilões à infraestrutura do país, na proteção



ambiental, na defesa dos indígenas e quilombolas, na execução das políticas de reforma agrária, na defesa das regras da Previdência Social, na defesa judicial da regulação econômica e dos atos das agências reguladoras, na defesa das normas aplicáveis ao ensino e na defesa do patrimônio histórico e cultural.

Merece destaque, ainda, a centralização da cobrança e recuperação de créditos de todas as autarquias e fundações públicas federais e o desenvolvimento, pela PGF, do Sistema de Dívida Ativa – SISDAT, para a gestão informatizada desses créditos de inscritos em dívida ativa.

Foram também concluídas as atividades do Grupo de Trabalho para desenvolvimento do projeto de defesa da probidade, ressarcimento ao erário e combate à corrupção (Portaria PGF nº 474, de 30 de julho de 2013), com a realização de reuniões presenciais e à distância, e entrega dos relatórios finais.

Na esfera consultiva, a PGF implementou, no ano de 2014, três projetos relacionados à garantia da segurança jurídica das políticas públicas: implantação de grupos permanentes, elaboração de ementário das manifestações aprovadas pelo Procurador-Geral Federal, além da implantação do sistema de interlocução com as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais, conforme melhor explicitado na meta relativa à identificação dos riscos de conflitos judiciais relevantes que impactam na execução das políticas públicas, visando a revisão das teses adotadas. Ademais, no ano de 2014, foi também dado prosseguimento às atividades das Câmaras Permanentes criadas com o objetivo de uniformizar os entendimentos a respeito de Convênios e Instrumentos Congêneres, Licitações e Contratos Administrativos, harmonizando a posição de centenas de órgãos de consultoria espalhados no âmbito da Administração Federal Indireta. Estas Câmaras Permanentes nasceram dos Grupos de Trabalho constituídos pelo Departamento de Consultoria da PGF, por meio das Portarias PGF nº 359 e 467, de 2012. Diante do sucesso alcançado pelos Grupos de Trabalho, estes foram transformados em Câmaras Permanentes através da Portaria PGF nº 98, de 26 de fevereiro de 2013, visando à discussão de questões jurídicas relevantes afetas à atividade de consultoria e assessoramento jurídicos junto às autarquias e fundações públicas federais, relacionadas a convênios e demais ajustes congêneres, licitações e contratos administrativos.

Os últimos anos foram significativos para a Procuradoria-Geral da União, a avaliação, portanto, é de que a PGU deu um grande salto de melhoria nos seus diagnósticos e prognósticos, bem como na qualidade dos trabalhos realizados e nos serviços prestados para a sociedade.

O Programa Gestão por Resultados está sendo, sem dúvida, a propulsora da qualidade na gestão da PGU já que, com metodologia objetiva e sistêmica e foco na gestão de resultados, contribuiu significativamente para conferir maior celeridade ao aprimoramento da defesa judicial da União, o que inclui a uniformização de teses e da atuação judicial e a redução da litigiosidade.

Grandes avanços também foram obtidos na prevenção de litígios, com a participação crescente da PGU nas conciliações, com a continuação do programa de redução de litigiosidade e com o registro dos valores economizados por Procuradoria em virtude da atuação dos órgãos da PGU. Tais iniciativas e projetos demonstram que um novo modelo de gestão e atuação judicial instituído no âmbito da PGU.

Destaques expressivos foram obtidos, também, através da atuação proativa no Combate a Corrupção que obteve a maior recuperação de créditos do país, ajuizou mais de 6 mil ações de 2011 a 2014, cujo o montante atinge a marca de 650 milhões, levando o Brasil para um novo modelo não somente de probidade administrativa, mas de recuperação do patrimônio público.

Ademais, destacam-se as experiências exitosas das mobilizações obtidas com a realização da Copa do Mundo, leilões e da defesa do Programa Mais Médicos. Essa mobilização estratégica nacional e articulação propiciam o conhecimento jurídico, numa mesma linguagem, de argumentos que reforçam de defesa de eventos e das políticas públicas.

A gestão da informação foi um dos pilares estratégicos instituídos pela PGU para o alcance dos seus objetivos e metas. Destaca-se neste sentido a contribuição decorrente da maior integração e alinhamento não só entre os órgãos da PGU como com outras áreas da AGU. Esforços foram envidados para o aperfeiçoamento dos sistemas de informação possibilitando o compartilhamento de informações em maior escala, o aperfeiçoamento da integração entre os diversos órgãos e atores envolvidos com a defesa dos interesses da União, maior segurança na realização das atividades cotidianas



e inerentes a atividade de representação judicial da União, transparência, via de consequência, êxito da AGU no exercício de seu mister.

Em 2013, a PGU alcançou 51% de decisões favoráveis, primeira vez que o índice de decisões favoráveis supera desfavoráveis desde que esse indicador passou a ser medido. No ano de 2014, em decorrência das várias iniciativas e projetos listados acima, o percentual de decisões favoráveis subiu para 53%.

A Escola da AGU realizou quinhentos e sessenta e um eventos de capacitação com disponibilização de 28.246 vagas sobre diversos temas para contribuir com este objetivo.

Metas 2012-2015

• Ampliar em 10%, anualmente, o número de órgãos correccionados

Análise Situacional da Meta

Em 2014 a Corregedoria planejou a realização de 62 correições nos órgãos jurídicos da AGU e vinculados, para fim de verificar a regularidade e eficácia dos serviços jurídicos prestados. As correições possibilitaram a proposição de medidas e sugestões de melhorias nos serviços visando o aprimoramento da atuação jurídica. O cronograma proposto foi finalizado e em 2014 foram feitas 30 correições ordinárias presenciais, 1 correição extraordinária e 48 correições eletrônicas, somando um total de 79 correições, superando a meta estabelecida para o período.

Meta Quantificável? (X) Sim () Não

Quantidade alcançada: 79 (127% da meta planejada)

Data de Referência: 31/12/2014

Quantidade alcançada

1,27

Data de Referência

31/12/2014

• Construir marco legal para o incremento do suporte jurídico em questões internacionais

Análise Situacional da Meta

Para melhor atendimento à meta, a Escola da Advocacia-Geral da União promoveu o treinamento de membros da AGU por meio de ações de capacitação da Escola da AGU com a disponibilização de 63 vagas nos seguintes programas:

Curso de Combate ao Crime Organizado, promovido pela Universidade de Roma e a International Experience, na cidade de Roma, Itália, no período compreendido de 03 a 18 de maio de 2014;

Conferência Anual da Associação de Administração Legal, realizado no período de 17 e 23 de maio, em Toronto (Canadá);

Curso Anti-Corruption Program for Brazilian Government Officials, realizado no período de 31 de maio a 15 de junho, em Washington-DC (EUA);

IX Congresso Mundial de Direito Constitucional – “Desafios Constitucionais: globais e locais”, realizado no período de 14 a 22 de junho, em Oslo (Noruega);

Curso “Le Corti Internazionali, i diritti umani ed il diritto in Europa - studi comparati tra istituzioni e sistemi”, realizado nas cidades de Roma (Itália), Bruxelas (Bélgica) e Haia (Holanda), promovido pela Universidade de Roma - Tor Vergata, com o apoio da “International Experience”, no período de 28 de junho a 13 de julho de 2014;

Programa sobre OMC, Comércio Internacional de Desenvolvimento do Instituto de Altos Estudos Internacionais e do Desenvolvimento, em Genebra, e do curso da Academia do Instituto Mundial do Comércio sobre Política e Direito do Comércio Internacional e Investimentos, em Berna, ambos na Suíça, no período de 28 de junho a 17 de agosto de 2014;

Curso “Senior Managers in Government”, realizado no período de 20 de julho a 08 de agosto de 2014, no campus da Universidade de Harvard, em Cambridge, Massachusetts, nos EUA.

Para a atuação em ações relativas a assuntos internacionais, a PGU vem desenvolvendo trabalhos através do Grupo de



Atuação em Assuntos Internacionais (GATAI). O GATAI é coordenado pelo Departamento Internacional – DPI/PGU e composto por Pontos Focais para Assuntos Internacionais (PFAIs), designados por cada Procuradoria da União para concentrar as atividades de representação judicial da União nestas demandas.

As Procuradorias-Regionais da União designaram, informalmente, a pedido do DPI, Coordenadores Regionais de Assuntos Internacionais. A atuação destes Coordenadores ainda carece de regulamentação, mas já foi responsável pelo cadastramento de todas as ações sobre assuntos internacionais no Brasil, ao longo de 2014.

Projeto de aprimoramento do marco normativo que dispõe sobre as competências do DPI levou à edição do Ato Regimental AGU nº 01, de 23 de outubro de 2014, que alterou o artigo 8º do Ato Regimental nº 05, de 19 de junho de 2002.

As competências do DPI passaram a ser exercidas por dois núcleos distintos, nos termos da Ordem de Serviço DPI nº 02, de 19 de março de 2013, que instituiu o Núcleo de Controvérsias no Exterior (NEXT) e o Núcleo de Controvérsias em Foros Internos (NINT).

O DPI pretende obter, após o necessário debate com os membros do GATAI, ato normativo que disponha sobre a forma como se deve realizar as atividades do Grupo e sua orientação e coordenação pelo DPI. Outros projetos em curso também pretendem aprimorar o marco normativo da atuação internacional em temas específicos, a exemplo de sua atuação na defesa do Estado perante os órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e em ações no exterior, mediante contratação de advogados privados. Espera-se também que a possível alteração da Lei Complementar nº 73/93 represente melhoria das normas que atribuem as competências legais da unidade.

• **Criar mecanismo de identificação dos riscos de conflitos judiciais relevantes que impactam na execução das políticas públicas, visando a revisão das teses adotadas**

Análise Situacional da Meta

A Consultoria-Geral da União instituiu grupo de trabalho com a finalidade de edição de manual sobre licitações e contratos, que venha a contribuir com a atividade administrativa de contratação, mediante instrumentalização com os mais recentes entendimentos adotados pela doutrina e jurisprudência na matéria.

A Escola da AGU realizou a palestra “O Papel das Funções Essenciais à Justiça na Implementação e Adequação das Políticas Públicas”, com a disponibilização de 100 vagas.

Para identificar e acompanhar ações judiciais relevantes, que possam criar riscos jurídicos às políticas públicas das entidades representadas, a Procuradoria-Geral Federal – PGF criou e implantou, a partir de 2012, o Sistema de Acompanhamento de Ações Prioritárias da PGF – SAAR. Além disso, a PGF tem identificado ações e teses judiciais que apresentem elevados riscos fiscais, que consistem nas teses judiciais com impacto financeiro superior a R\$ 500 milhões.

Os Grupos Permanentes, instituídos pela Portaria PGF nº 835, de 10 de dezembro de 2013, e cujo funcionamento está regulamentado pela Ordem de Serviço nº 4, de 24 de fevereiro de 2014, voltam-se à integração e articulação dos seus integrantes, buscando a uniformização de rotinas e entendimentos jurídicos, em quatro áreas temáticas (ambiental, indígena e agrária; infraestrutura e desenvolvimento econômico; saúde, previdência e assistência social; educação, cultura, ciência e tecnologia).

Em 2014, conforme previsto no inciso IV do artigo 8º da Portaria PGF nº 835, de 2013, e no artigo 9º da citada Ordem de Serviço nº 4, de 2014, foram constituídos quatro Subgrupos no âmbito do Departamento de Consultoria da PGF. O primeiro é o Subgrupo Provisório integrado pelas Procuradorias Federais junto à ANTT, ao DNIT e ao IBAMA, instituído pela Ordem de Serviço nº 7, de 17 de março de 2014, com o objetivo de discutir questões jurídicas relevantes concernentes ao Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis – PROFAS, e elaborar modelo padrão de termo de compromisso de licenciamento ambiental corretivo. O segundo é o Subgrupo Permanente dedicado ao estudo de assuntos jurídicos envolvendo outorgas de bens e serviços públicos precedidos ou não de obras públicas. O terceiro é o Subgrupo Permanente que tem por objeto a discussão de questões relevantes às Universidades Federais e



aos Institutos Federais de Ensino, com a finalidade de uniformizar entendimentos jurídicos ou procedimentos nos respectivos âmbitos de atuação. O quarto é o Sugbrupo Permanente dedicado ao estudo de assuntos jurídicos envolvendo desapropriações de bens móveis e imóveis.

O ementário das manifestações do Departamento de Consultoria da PGF, por sua vez, compila em documento único e de fácil acesso a todos os membros da PGF, todos os pareceres e notas aprovados pelo Procurador-Geral Federal, em matéria consultiva, de modo a conferir segurança jurídica à atuação dos Procuradores Federais que utilizarão os entendimentos do Departamento de Consultoria em suas atividades de consultoria e assessoramento jurídico à Administração Federal Indireta.

Implementado pela Ordem de Serviço DEPCONSU nº 10, de 4 de abril de 2014, o sistema de interlocução busca estreitar a comunicação do Departamento de Consultoria com as Procuradorias Federais com atribuição consultiva, permitindo o monitoramento de entendimentos jurídicos firmados, nesses órgãos de execução da PGF, no que se refere às suas respectivas matérias finalísticas, de modo a possibilitar o conhecimento de referidos entendimentos pela direção central da PGF.

Por fim, a Procuradoria-Geral da União mantém o projeto “Matriz de Indicadores” que consiste em um painel que define qual é o resultado de cada unidade. O critério utilizado é o de decisões judiciais favoráveis à União, partindo-se do pressuposto de que qualquer “cliente” que seja parte em um processo judicial espera que seu advogado atue de forma a obter uma decisão judicial favorável.

A Matriz de Indicadores de uma Procuradoria traz 3 tipos de informação. A primeira parte traz dados sobre a atuação da unidade nos temas servidor público, atos da administração, ações relevantes – principais temas das Procuradorias – e em relação ao total da unidade. Essas informações permitem ao gestor identificar qual é o tema que mais está influenciando o resultado da unidade, conjugando-se a quantidade de decisões favoráveis com o percentual de decisões negativas. A utilização e a atuação a partir dos dados da Matriz contribuiu para o aumento do resultado das decisões favoráveis e pela primeira vez a União ganha mais do que perde em decisões na Justiça. De acordo com um balanço da PGU, de todas as decisões tomadas na Justiça, em 2013, a União obteve vitória em 51% das causas. Esse percentual aumentou para 55%, em março de 2014, ultrapassando a meta estimada para o fim do ano, que é de 53,5% de vitórias da União na Justiça.

• **Obter a adesão de 100% dos órgãos da AGU aos seus sistemas de gestão da informação, até 2015**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, a Corregedoria iniciou a implantação e uso do sistema Sapiens para processos administrativos no âmbito de seu Órgão central e dos Escritórios Avançados na 2ª, 3ª e 4ª Regiões (localizados, respectivamente, nos Estado do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). A unidade também continuou a proposição de melhorias no sistema através do grupo de trabalho constituído para acompanhar a implementação do sistema na CGAU. Para o segundo semestre do ano, a Corregedoria vislumbra seguir com as tratativas junto às unidades competentes para criação do módulo correicional do Sapiens e expansão do sistema visando a substituição dos sistemas próprios da CGAU, principalmente no que tange a correição eletrônica, o sistema de Processo Administrativo Disciplinar, Estágio Confirmatório, Acompanhamento Correicional (AC), Inspeção Eletrônica e PADS.

Em 2014, com a consolidação do sistema de correição eletrônica, a Corregedoria realizou 48 correições eletrônicas nos processos judiciais eletrônicos da 1ª e 4ª Regiões.

No âmbito da Consultoria-Geral da União, houve a ampliação do período de registro da produção consultiva no Sistema Consultoria (Siscon), de maneira a ampliar a base da informação sobre produção consultiva, colaborando para outras atividades em curso com a finalidade de mensurar para melhor gerenciar tal atividade jurídica. Edição do normativo com a definição de prazo para o seu cumprimento até o final do exercício 2013. A efetiva avaliação dos efeitos da atividade depende do alcance de tal marco temporal

Meta Institucional da CGU: cadastrar e arquivar eletronicamente 100% das manifestações jurídicas produzidas por 80% das CJUs no território nacional, referentes ao período de 1º/01/2010 a 31/03/2011.



Resultado (percentual): 23,15% cumprida

O alcance da meta foi prejudicado devido aos inúmeros problemas técnicos ocorridos no Siscon no ano de 2013, gerando sobrecarga para regularização no ano de 2014, aliado ao processo de implantação do Sapiens, em fase de plena expansão, tanto nas CJUs quanto nas Conjurs, onde 54 unidades (87%) já usam o sistema e 06 (10%) estão em treinamento e implantação.

Dentre as 27 CJUs, somente 5 (18,52%) conseguiram o cadastro no Siscon de 100% das manifestações registradas no CGUGestão referente à produção do período de 1º/01/2010 a 31/03/2011, enquanto 8 registraram entre 82% e 99% das manifestações, 3 atingiram o percentual entre 63% e 79%, já 6 atingiram entre 1% e 44% e outras 5 não realizaram registros.

Os principais sistemas de gestão da informação utilizados pela Procuradoria-Geral Federal – PGF são o Sistema Consultoria da AGU (SISCON), o Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU) e, a partir do primeiro semestre de 2014, o Sistema AGU de Inteligência Jurídica (SAPIENS).

O SISCON, além de ser um banco de dados de pesquisa de pareceres e demais atos consultivos produzidos pela PGF, é uma importante ferramenta gerencial, pois pode-se verificar, por meio dele, a produtividade e qualidade da atividade consultiva. Desenvolvido em 2010, teve sua implantação na PGF iniciada em 2011 e é de utilização obrigatória até a implantação do Sapiens na unidade, sistema que veio a superá-lo, mencionado abaixo.

O SAPIENS é um sistema de processo administrativo eletrônico que vem sendo desenvolvido na AGU desde 2013. É um sistema híbrido de gestão arquivística de documentos (isto é, permite a tramitação de processos físicos ou eletrônicos). À medida que for desenvolvido e implantado, substituirá o AGUDOC (sistema de tramitação de documentos), o SISCON e o SICAU.

A PGF vem conduzindo ainda o desenvolvimento do SISDAT - Sistema de Dívida Ativa. O fundamento do sistema é o gerenciamento dos créditos dessas entidades, possibilitando à PGF o gerenciamento e cobrança da dívida ativa de todas as entidades representadas com base nas informações contidas em um único banco de dados.

Por meio da sistemática atual todo o acompanhamento do crédito é feito de forma individualizada em cada um dos vários sistemas das entidades ou de forma manual por meio do contato direto com as autarquias e fundações públicas federais. Com o SISDAT, que está em fase de desenvolvimento, todos os créditos serão inscritos e acompanhados em um só sistema de dívida ativa.

A adesão ao SISCON, que desde o início de 2014 vem sendo paulatinamente substituído pelo SAPIENS, atingiu 74% (setenta e quatro) do total das unidades de consultoria da PGF.

A utilização do SICAU atinge 96% (noventa e seis por cento) das unidades de contencioso da PGF.

O SAPIENS, até 19 de dezembro de 2014, foi implantado por 51% (cinquenta e um por cento) do total de unidades da PGF.

Quantidade alcançada

0,08

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover manifestação jurídica em todos os processos administrativos relacionados à formulação de políticas públicas inclusas no PPA.**

Análise Situacional da Meta

O Departamento de Coordenação e Orientação dos Órgãos Jurídicos – DECOR, da Consultoria-Geral da União, tem realizado um trabalho em conjunto com a Procuradoria-Geral da União – PGU no mapeamento das matérias judicializadas com objetivo de adotar medidas administrativas que busquem a redução da litigiosidade. Esse trabalho envolve o levantamento das ações judiciais propostas em cada Região do País no ano de 2014, com a classificação da matéria discutida em juízo.

Busca-se a elaboração de pareceres para prevenir ou reduzir a litigiosidade sobre determinadas matérias comuns no



âmbito da Administração Pública.

Foram realizadas reuniões com as Consultorias Jurídicas da União nos Estados, por Região, com vista ao aprimoramento do assessoramento jurídico, tendo por base o citado levantamento das ações judiciais.

Foram criados Grupos de Trabalho para: uniformização do assessoramento jurídico em matéria de patrimônio da União, com a minuta de Orientações Normativas a serem submetidas ao Advogado-Geral da União; e ampliação e revisão dos pareceres parametrizados.

A Procuradoria-Geral Federal – PGF é responsável pela consultoria e assessoramento jurídico de todas as autarquias e fundações públicas federais, de modo a garantir a conformidade da política pública planejada com os ditames legais. Regulamentada pela Portaria PGF nº 425, de 2013, a atuação da PGF no âmbito consultivo, com intuito preventivo, foi regulamentada, como o objetivo de acompanhar os projetos estratégicos das autarquias e fundações.

Dada a necessidade de aperfeiçoamento e uniformização das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas às autarquias e fundações públicas federais, foi publicada a Portaria PGF nº 526, de 26 de agosto de 2013, que estabeleceu diretrizes gerais para o exercício de tais atividades. Até a presente data, em cumprimento à determinação consignada na citada Portaria, 61 (sessenta e uma) Procuradorias Federais junto a autarquias e fundações públicas federais já regulamentaram internamente o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos. Especificamente no que concerne à uniformização de temas em licitações, contratos e convênios, o Departamento de Consultoria da PGF constituiu Grupos de Trabalho pelas Portarias PGF nº 359 e 467, de 2012. Diante do sucesso alcançado pelos Grupos de Trabalho, estes foram transformados em Câmaras Permanentes através da Portaria PGF nº 98, de 26 de fevereiro de 2013, visando à discussão de questões jurídicas relevantes afetas à atividade de consultoria e assessoramento jurídicos junto às autarquias e fundações públicas federais, relacionadas a convênios e demais ajustes congêneres, licitações e contratos administrativos.

A constituição de tais Câmaras Permanentes deveu-se à necessidade de aperfeiçoamento contínuo das teses jurídicas relacionadas às atividades não finalísticas das autarquias e fundações públicas federais e à necessidade de disciplinar, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal – PGF, a rotina de identificação de temas relevantes para uniformização, nos moldes do artigo 14, inciso III, do Anexo I ao Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010. É importante subsídio no exercício de suas atribuições funcionais, dando-lhes segurança jurídica em questões específicas nas áreas de licitações e contratos, e também de convênios e demais ajustes congêneres.

No ano de 2014, 6 (seis) Orientações Normativas da Advocacia-Geral da União sobre convênios tiveram por fundamento entendimentos firmados em Pareceres da Câmara Permanente de Convênios da PGF.

Cumprir destacar ainda que, no ano de 2014, a Procuradoria-Geral Federal registrou, no Sistema Consultoria da AGU (SISCON) ou no Sistema AGU de Inteligência Jurídica (SAPIENS), 67.525 (sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e cinco) pareceres, 40.622 (quarenta mil, seiscentos e vinte e duas) notas e 22.264 (vinte e duas mil, duzentas e sessenta e quatro) informações jurídicas que foram produzidas por suas unidades.

• Reduzir o quantitativo de questionamentos judiciais acerca das políticas públicas

Análise Situacional da Meta

A Procuradoria-Geral Federal – PGF, por meio de seu Departamento de Consultoria e de seus órgãos de execução com atribuição consultiva, é responsável pela consultoria e assessoramento jurídico de todas as autarquias e fundações públicas federais, de modo a garantir a conformidade da política pública planejada com os ditames legais.

Com a edição da Portaria nº 425, de 16 de julho de 2013, o Departamento de Consultoria da PGF passou a acompanhar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas às autarquias e fundações públicas federais, no tocante a projetos estratégicos definidos pelo Procurador-Geral Federal.

Para consecução de tal projeto, são designados responsáveis para participar das discussões prévias a decisões administrativas a serem tomadas pelas autarquias e fundações públicas federais, e coordenar a troca de informações com outros órgãos de execução da PGF ou com outro órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo da União, quando necessário.



Desde 2013, vêm sendo acompanhados os seguintes projetos estratégicos:

- Concessão da ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim e do Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins/MG), concessão da exploração de portos organizados e arrendamento das instalações portuárias e concessão da exploração das ferrovias (conforme Ordem de Serviço nº 9, de 4 de setembro de 2013);
- Concessão de rodovias e licitação dos serviços de Transporte Rodoviário Interestaduais de Passageiros - TRIP (conforme Ordem de Serviço nº 10, de 17 de outubro de 2013);
- Concessão de área da União para ampliação, modernização, manutenção e exploração não regular e eventual de serviços de transporte ferroviário de passageiros na Estrada de Ferro do Corcovado - Trem do Corcovado, no trecho Cosme Velho - Corcovado no Rio de Janeiro/RJ, com finalidade turística, histórica e cultural (conforme Ordem de Serviço nº 24, de 12 de junho de 2014).

No que tange aos processos em trâmite no Poder Judiciário, o acompanhamento proativo dos órgãos de contencioso da PGF vem permitindo a diminuição do impacto dos questionamentos judiciais das políticas públicas.

No âmbito da Consultoria-Geral da União foi promovido a realização de evento com a meta de aproximação com os órgãos assessorados apontados pela Órgão Correcional, como ainda não integrados no fluxo cotidiano de assessoramento jurídico, especialmente em Brasília: I Seminário sobre assessoramento jurídico aos órgãos militares. Oportunidade de estabelecimento de diálogo e aproximação. Evento realizado com êxito e a previsão de repetição em periodicidade bienal.

Deflagração de trabalho tendente à uniformização jurídica quanto ao assessoramento prestado à autoridade administrativa no âmbito disciplinar. Atividade encerrada e em fase de revisão.

Na Procuradoria-Geral da União, possui grupos de trabalhos de atuação em temas específicos que ultrapassam o trabalho da defesa técnica e processual realizada nas demandas judiciais que questionam a concepção e consecução das políticas públicas e empreendimento. Trata-se de uma atuação, de caráter multidisciplinar e de atuação preponderantemente proativa, tanto no âmbito judicial como no extrajudicial. O GPAC, grupo criado e coordenado pelo Departamento de Serviço Público - DSP faz um trabalho de acompanhamento, monitoramento e defesa da União nas ações judiciais relativas aos empreendimentos, destaca-se a construção e funcionamento das Usinas Hidroelétrica UHE Três Irmãos em São Paulo, Aimorés e Mascarenhas em Minas Gerais, Belo Monte no Pará. Ainda no âmbito do DSP, cabe destacar o trabalho realizado na área de Saúde, de forma a atuar estrategicamente na defesa de Programas como o Mais Médicos e no fornecimento de medicamentos. O Grupo G-Amazônia Legal, outro grupo instituído, visa atuar na Amazônia Legal e foi pautada, principalmente, em três frentes de trabalho: Projeto Nossa Várzea, Programa Terra Legal e a Regularização Patrimonial de Comunidades Tradicionais em Áreas Militares. Em relação aos Direitos Sociais, o DTB (Departamento Trabalhista) desenvolveu um trabalho específico em relação às ações trabalhistas, em que a União figura como responsável subsidiário. Para isso, as procuradorias de todo o país, em parceria com os órgãos de consultoria, estão fazendo visitas aos órgãos assessorados, bem como reuniões com os gestores de contrato, demonstrando como deve ser feita a fiscalização de serviços terceirizados, para evitar ações judiciais de empregados dessas empresas. Foram realizados mais de 30 mil acordos na área trabalhista, acompanhamento em 247 processos referentes ao Trabalho Escravo Contemporâneo, entre estes, está a inclusão da Empresa Zara Brasil Ltda. na lista de empregadores que mantiveram trabalhadores em condições análogas a de escravo.



PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Dívida Pública (DLSP/ PIB)	%	31/12/2010	40	31/12/2014	34,1
Empresas dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco	%	31/12/2010	85	31/12/2014	94,8
Formação bruta de capital fixo (% PIB)	%	31/12/2010	19,5	31/12/2014	19,7
PIB (Crescimento)	%	31/12/2010	7,5	31/12/2014	0,1
Quantidade de Certificados de Garantia emitidos	%	31/12/2010	35	31/12/2014	13
Quota do Brasil no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	%	31/12/2010	78,74	31/12/2014	53,33
Quota do Brasil no FMI	%	31/12/2010	53,06	31/12/2014	55,82
Resultado Primário anual do Governo Central	R\$ bilhão	31/12/2010	79	31/12/2014	-20,5
Taxa de Emissões Primárias da Economia	%	31/12/2010	30,8	31/12/2014	14
Taxa de participação das Companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado no Produto Interno Bruto - PIB	%	31/12/2010	69,92	31/12/2014	43,69
Taxa de Participação dos Prêmios dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2010	3,24	31/12/2014	3,88
Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	%	31/12/2010	5,91	31/12/2014	6,41

Observações:

Dívida Pública (DLSP/ PIB) - Fonte: STN/MF.

Empresas dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco - Fonte: SUSEP/MF.

Formação bruta de capital fixo (% PIB) - Fonte: IBGE.

PIB (Crescimento) - Fonte: IBGE.

Quantidade de Certificados de Garantia emitidos - Fonte: SAIN/MF.

Quota do Brasil no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) - Fonte: SAIN/MF.

Quota do Brasil no FMI - Fonte: SAIN/MF.

Resultado Primário anual do Governo Central - Fonte: BCB - Indicadores econômicos consolidados (<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>) / Capítulo IV – Finanças públicas / Resultado primário do governo central

Taxa de Emissões Primárias da Economia - Fonte: CVM, IBGE e Bacen.

Taxa de participação das Companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado no Produto Interno Bruto - PIB - Fonte: CVM, BM&F Bovespa, IBGE e Bacen. A capitalização de mercado, divulgada pela BM&F Bovespa, referente ao último dia de negociação de 2014, somou R\$ 2,243 trilhões, enquanto o PIB a preços correntes acumulado no ano, calculado pelo BCB (o PIB de 2014 calculado pelo IBGE deverá ser divulgado em 27 de fevereiro de 2015), totalizou R\$ 5,134 trilhões no ano. (BCB - SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais -



série 4381 - PIB acumulado no ano - Valores correntes)

Taxa de Participação dos Prêmios dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB) - Fonte: SUSEP/MF.

Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - Fonte: IBGE.

OBJETIVO: 0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito internacional, as principais economias apresentaram ritmo de expansão heterogêneo ao longo de 2014. De um lado, Estados Unidos, Reino Unido e China mostraram taxas de crescimento mais robustas, contrastando com resultados mais modestos no Japão e na Área do Euro. Nesse cenário, em que as cotações das commodities seguiram deprimidas e a inflação ao consumidor nas principais economias maduras manteve-se em patamar reduzido, os bancos centrais da Área do Euro e do Japão ampliaram suas políticas de afrouxamento quantitativo, a fim de diluir riscos de deflação em suas respectivas jurisdições, enquanto nos Estados Unidos prevaleceu a lenta e progressiva normalização da política monetária.

No Brasil, a atividade econômica mostrou recuperação moderada no terceiro trimestre de 2014, quando o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu

0,1% em relação ao segundo, após dois recuos trimestrais consecutivos, segundo dados dessazonalizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado repercutiu, sob a ótica da oferta, desempenhos positivos dos setores industrial (1,7%) – após quatro recuos consecutivos – e de serviços (0,5%), e recuo de 1,9% na produção da agropecuária. No âmbito da demanda doméstica, destacaram-se a recuperação dos investimentos – após quatro recuos consecutivos – e a contração do consumo das famílias.

Nesse ambiente, as operações de crédito do sistema financeiro apresentaram expansão moderada no ano, com taxas de crescimento semelhantes nas carteiras de pessoas jurídicas – com destaque para os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – e de pessoas físicas – com destaque para financiamentos habitacionais e operações de crédito consignado. Após anos de forte expansão – arrefecida com a introdução de medidas macroprudenciais em finais de 2010 -, em 2014, o crédito voltado ao consumo passou por moderação, de modo que se observou, de um lado, redução de exposição por parte de bancos e, de outro, diminuição da alavancagem creditícia por parte das famílias.

Em 2014, a inflação de 12 meses manteve-se em patamares próximos ao limite superior da meta, refletindo, em parte, a ocorrência de dois importantes processos de ajustes de preços na economia – realinhamento de preços domésticos em relação aos internacionais e realinhamento dos preços administrados em relação aos livres. Assim, a taxa de inflação medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 6,41%, posicionando-se, portanto, dentro do intervalo de tolerância de 2 pontos percentuais acima ou abaixo da meta central de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O controle da inflação se reveste de importância crucial para qualquer sociedade, permitindo que o horizonte de planejamento do setor produtivo e de investidores se amplie e que o poder de compra dos consumidores seja preservado. Contribui também para a boa evolução dos rendimentos reais das famílias. À vista disso, o compromisso do Banco Central é manter a política monetária especialmente vigilante, de modo a minimizar riscos de que níveis mais elevados de inflação persistam no horizonte relevante para a política monetária.

Em um ambiente econômico complexo, o sistema bancário brasileiro registrou baixo risco de liquidez e elevada solvência.

O risco de liquidez de curto prazo apresentou reversão da tendência de aumento observada na primeira metade do ano,



retornando a patamares ainda mais baixos. Por sua vez, o risco de liquidez estrutural também continua baixo, pois o estoque de recursos estáveis tem sido suficiente para acomodar o menor ritmo de crescimento do crédito.

Em relação ao risco de crédito, o ano de 2014 foi marcado pela desaceleração do crescimento, aumento das taxas de juros, fim do ciclo de redução da inadimplência e redução no índice de cobertura. Não obstante, as provisões constituídas se mostram adequadas para fazer frente ao risco de crédito nesse novo ambiente.

O retorno sobre o patrimônio líquido do sistema bancário apresentou estabilidade em 2014. Ganhos com atividades de tesouraria e com participações societárias foram os principais avanços do período. A margem líquida de crédito permanece em queda, mas em ritmo inferior ao verificado em períodos anteriores.

A solvência do sistema bancário apresentou estabilidade e se mantém em patamar elevado. Os índices de capitalização permanecem em níveis superiores aos requerimentos regulatórios e a quase totalidade das instituições se encontra apta a cumprir os requerimentos de capital previstos pelo arcabouço de Basileia III para 2019, o que confirma a confortável situação da solvência do sistema bancário.

O déficit primário apurado pelo Banco Central, pelo método abaixo-da-linha, até 31/12/2014, foi de R\$ 20,5 bilhões para o Governo Central. Esse resultado está em linha com as diretrizes emanadas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2014, Lei nº 12.919, de 24/12/2013, alterada pela Lei nº 13.053, de 15/12/2014, considerando a possibilidade de abatimento, conforme estabelece o seu art. 3º.

Já o resultado do Governo Central pelo método acima-da-linha, apurado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), apresentou, até 31/12/2014, o déficit de R\$ 17,2 bilhões. Cabe destacar que para fins de verificação do cumprimento da meta de superávit primário, a métrica a ser utilizada é a apurada pelo método abaixo-da-linha do Banco Central.

Em relação à Dívida Pública Federal (DPF) de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado passou de R\$ 2.151,2 bilhões, em 2013, para R\$ 2.322,0 bilhões, em 2014, correspondendo a um aumento, em termos nominais, de R\$ 170,7 bilhões.

A DPF em mercado compreende as dívidas contratual e mobiliária, interna e externa, de responsabilidade do Tesouro Nacional em poder do público. Já o estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) é apurado pelo critério de competência, considerando a atualização monetária do principal da dívida e a apropriação mensal de juros, deságios e acréscimos em relação ao indexador dos títulos. O estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe) é apurado, segundo padrão internacional, com base no estoque (principal + juros apropriados por competência) na moeda de origem, convertido para o dólar e, em seguida, para o real.

Quanto à Dívida Líquida do Tesouro Nacional (DLTN), esta alcançou o montante de R\$ 1,2 trilhão em dezembro, o que corresponde a 22,7% do PIB.

A proposta orçamentária da STN/COAFI para o exercício de 2014 contemplou a estimativa de recebimentos de haveres financeiros da ordem de R\$ 44,63 bilhões. O semestre foi encerrado com o recebimento de R\$ 42,44 bilhões, ou seja, realização a menor de R\$ 2.191 milhões (-4,91%) em relação ao volume orçado.

Metas 2012-2015

• Assegurar o cumprimento da meta de superávit primário para o Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Análise Situacional da Meta

O déficit primário apurado pelo Banco Central, pelo método “abaixo-da-linha”, para o ano de 2014, foi de R\$ 20,5 bilhões para o Governo Central. Esse resultado está em linha com as diretrizes emanadas da LDO 2014, (Lei nº 12.919, de 24/12/2013, alterada pela Lei nº 13.053, de 15/12/2014) considerando a possibilidade de abatimento, conforme estabelece o seu art. 3º.

Já o resultado do Governo Central pelo método “acima-da-linha”, apurado pela Secretaria do Tesouro Nacional, apresentou, para o ano de 2014, o déficit de R\$ 17,2 bilhões. Cabe destacar que para fins de verificação do cumprimento da meta de superávit primário, a métrica a ser utilizada é a apurada pelo método abaixo-da-linha do Banco Central.

**Quantidade alcançada**

-20,5

Data de Referência

31/01/2015

- **Aumentar a quota do Brasil no FMI e no Grupo Banco Mundial, de forma a refletir sua participação relativa na economia global**

Análise Situacional da Meta

No 1º semestre de 2014, houve deterioração nos indicadores da meta de aumentar a quota do Brasil no FMI e no Grupo Banco Mundial de forma a refletir sua participação relativa na economia global, quando comparado com o resultado do 2º semestre de 2013. Para o cálculo dos indicadores, utiliza-se como base de comparação (i) a média dos últimos 5 anos da participação relativa do Brasil na economia mundial, calculada a partir de dados da base World Economic Outlook Database April 2014, do FMI, atualizada em julho de 2014 (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/01/weodata/index.aspx>), ou seja, 2,991694%; e (ii) a participação em quotas do Brasil no FMI, de 1,79% e a participação acionária do País no Banco Mundial, de 1,76%, em julho de 2014. Desde 2010, a Quota do Brasil no BIRD (indicador 843) vem piorando sucessivamente (caiu de 78,7400%, em dezembro de 2010, para 58,8295%, em julho de 2014). É importante ressaltar que o aumento da subrepresentação do Brasil no Grupo Banco Mundial ocorreu, primeiramente, devido ao aumento da participação da economia brasileira na economia mundial, demonstrado por recente atualização da base de dados. Também, essa situação foi agravada pela não subscrição de ações referentes aos aumentos seletivo e geral de capital de 2010 por parte do Brasil e concomitante integralização por outros membros, que diluiu a participação acionária do País. Em julho de 2014, a participação acionária do Brasil era de 1,76%, um recuo considerável, quando comparado ao resultado de dezembro de 2013, de 1,79% (vide indicador 843). Tal situação poderá ser, no entanto, corrigida mediante integralização das ações às quais o Brasil tem direito.

No caso do FMI, quando se compara com o ano de 2010, é verificada uma melhora da Quota do Brasil no FMI (indicador 842) - o índice de referência de 2010 era 53,0600% e a medição em julho de 2014 foi de 59,8323%. O resultado do 1º semestre de 2014 é ligeiramente melhor que a medição do 2º semestre de 2013, que foi de 58,1544%. O melhor do resultado do indicador 842 do 2º semestre de 2013, em relação ao 1º semestre de 2014, ocorreu porque a participação do Brasil na economia mundial foi levemente reduzida no período, enquanto sua participação em quotas no FMI se manteve inalterada.

No 2º semestre de 2014, houve deterioração nos indicadores da meta de aumentar a quota do Brasil no FMI e no Grupo Banco Mundial de forma a refletir sua participação relativa na economia global, quando comparado com o resultado do 1º semestre de 2014. Para o cálculo dos indicadores, utiliza-se como base de comparação (i) a média dos últimos 5 anos da participação relativa do Brasil na economia mundial, calculada a partir de dados da base World Economic Outlook Database October 2014, do FMI, atualizada em outubro de 2014, ou seja, 3,07%; e (ii) a participação em quotas do Brasil no FMI, de 1,79% e a participação acionária do País no Banco Mundial, de 1,65%, em dezembro de 2014.

Em relação à data de apuração do Índice de Referência do PPA 2012-2015, 31/12/2010, a Quota do Brasil no BIRD importante ressaltar que a redução da representação do Brasil no Grupo Banco Mundial ocorreu devido ao aumento da participação da economia brasileira na economia mundial no período 2010-2014 e à não subscrição de ações referentes aos aumentos seletivo e geral de capital de 2010 por parte do Brasil, com concomitante integralização por outros membros, que diluiu a participação acionária do País. Em dezembro de 2014, a participação acionária do Brasil era de 1,65%, um recuo considerável, quando comparado à situação de julho de 2014, de 1,76%. Tal situação poderá ser, no entanto, corrigida mediante integralização das ações às quais o Brasil tem direito, no prazo e condições determinadas pelas Resoluções do BIRD – para aproximadamente metade das quotas às quais o País tem direito, o prazo limite para integralização da parte integralizável é fim de março de 2015.

No caso do FMI, quando se compara com o ano de 2010, é verificada uma melhora da Quota do Brasil no FMI – o



índice de referência de 2010 era 53,06% e a medição em dezembro de 2014 foi de 58,33%. A redução no desalinhamento da participação relativa brasileira no FMI, de aproximadamente 10%, é fruto da consolidação de alguns esforços empreendidos no período 2008-2010, com a implementação da 6ª Emenda ao Convênio Constitutivo do FMI, aprovada em abril de 2008, que acompanhou pacote de reformas autorizando o aumento de quotas e poder de voto de países emergentes e em desenvolvimento. Em 2011, o Brasil integralizou o seu aumento de quotas no valor de SDR 1.214,4 milhões, elevando o seu total de quotas para SDR 4.250,5 milhões, ou 1,79%, e seu poder de voto para 1,72% do total de votos.

• **Implementar diretrizes de política econômica com vistas ao crescimento sustentado e à solidez das contas públicas, com estabilidade de preços e promoção da competitividade**

Análise Situacional da Meta

Foco nos investimentos como forma de aumentar a competitividade é parte essencial da estratégia de desenvolvimento do país. Todavia, é importante ressaltar que as condições adversas da conjuntura econômica internacional ainda reúnem elementos que afetam a dinâmica do PIB em diversos países avançados e, de modo particular, nas economias em desenvolvimento. No terceiro trimestre de 2014 com dados dessazonalizados, na comparação com o trimestre imediatamente anterior, a formação bruta de capital fixo cresceu 1,3%, após quatro trimestres seguidos de queda. Na comparação do acumulado de quatro trimestre em relação aos quatro trimestre imediatamente anteriores, sob a ótica da oferta agregada, a agropecuária continua apresentando taxas de crescimento positivas com alta de 1,1% em setembro de 2014, refletindo mais uma safra recorde. Ainda sob o prisma setorial, na mesma base de comparação, constata-se que o setor de serviços cresceu 1,2% enquanto a indústria caiu 0,5%. Pela ótica da demanda agregada, também na comparação do acumulado em quatro trimestre findos no terceiro trimestre de 2014 em relação aos quatro trimestre imediatamente anteriores, o consumo das famílias aumentou 1,5%, e o consumo da administração pública cresceu 2,1%. As exportações apresentaram elevação de 3,5%, beneficiadas pelo câmbio mais depreciado e pela gradual recuperação do comércio global, enquanto as importações cresceram 1,1%. A formação bruta de capital fixo foi a única componente da demanda agregada que apresentou queda (4,6%) nessa base de comparação.

Continuidade do Plano Brasil Maior: em 2014, o Governo manteve a orientação estratégica do Plano Brasil Maior e adotou diversas medidas de política industrial, tecnológica e de comércio exterior relacionadas à política industrial de incentivos à produção e ao investimento. A propósito, merecem destaque: a desoneração da folha de pagamentos para 56 segmentos da indústria, de comércio e serviços, e outros; o reestabelecimento do Reintegra; a manutenção em zero das alíquotas de IPI para material de construção e bens de capital; incentivos para abertura de capital de empresas de porte médio; e a prorrogação do PSI/BNDES.

Margens de Preferência nas Compras Governamentais: instituição de margem de preferência de até 25% para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras com o objetivo de fomentar o desenvolvimento. A partir de 2011, foram editados 23 decretos autorizando a concessão de margem de preferência para produção nacional dos setores têxtil, máquinas e equipamentos, produtos médicos, veículos vias férreas, aéreas e terrestres, equipamentos de tecnologia da informação e comunicação e produtos institucionais. Em junho de 2014, o Governo Federal anunciou a ampliação da política de compras governamentais, com margem de preferência de 25% para todos os setores, aplicadas nos processos de licitação para produtos manufaturados e serviços nacionais, com validade até 2020.

Fomento a investimentos públicos, mediante a continuidade de ações previstas no PAC: segundo dados de monitoramento do PAC 2, divulgados pelo MP, até dezembro de 2014, o PAC 2 concluiu R\$ 802,9 bilhões em obras, o que corresponde a 99,7% das ações previstas para o período 2011-2014. O Eixo Minha Casa, Minha Vida concluiu empreendimentos no valor de R\$ 449,7 bilhões, correspondente a 1,87 milhão de moradias. As ações do Eixo Energia propiciaram a inclusão de 15.908 MW no parque gerador brasileiro. No Eixo Transportes, o PAC 2 concluiu obras em 3.775 km de Rodovias, 1.413 km em concessões em todo o Brasil, perfazendo 5.188 km de intervenções. Na área de portos, registrou-se a conclusão de 30; e de aeroportos, de 37, que ampliaram a capacidade de atendimento e a melhoria das condições para o fluxo de bens e serviços e de passageiros em todo o país. Nos Eixos Água e Luz, foram



selecionados mais 1.073 empreendimentos no âmbito do PAC 2, para execução de obras de abastecimento em áreas urbanas, dos quais 95% estão contratados. Essas ações representam R\$ 11,2 bilhões de novos investimentos. O total selecionado beneficiará 926 municípios em 26 estados e no DF.

Política de valorização do salário mínimo: em 2014, o valor do salário mínimo foi reajustado de R\$ 678,00 para R\$ 724,00 a partir do dia 1º de janeiro, perfazendo reajuste de 6,8%. De acordo com o DIEESE, o referido reajuste beneficiará 48,2 milhões de pessoas e injetará R\$28,4 bilhões na economia neste ano, com o aumento da renda dos assalariados.

Fundamentos fiscais: os resultados das contas públicas têm sustentado a Dívida Líquida do Setor Público em 36,2%, posição de novembro de 2014, um patamar considerado baixo para os padrões do país. Associado a isso, a contínua melhoria do perfil da Dívida Pública Federal, em termos de prazo e composição, tem se refletido em exitosas emissões de títulos brasileiros no exterior, denominados tanto em dólar e como em euro.

• **Instituir novas diretrizes e/ou modificar a legislação financeira, tributária e creditícia, com ênfase nos aspectos que propiciem a otimização dos recursos alocados na implementação de políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

Algumas medidas na área financeira tributária e creditícia foram adotadas em 2014:

- 1) Ampliação e prorrogação do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI Bens de Capital) até o final de 2015.
- 2) Manutenção da redução à zero do prazo de apropriação dos créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de bens de capital; e da desoneração permanente do IPI sobre caminhões e bens de capital, e material de construção.
- 3) Instituição em 2014 do Programa Nacional de Plataformas do conhecimento, que estabelece diretrizes para pautar encomendas tecnológicas destinadas à solução de problema técnico específico ou à obtenção de produto ou processo inovador, de bens ou serviços, que envolvam risco tecnológico, além de consignar estímulos à parceria entre empresas e instituições de pesquisa científica e tecnológica.
- 3) A desoneração da folha de pagamentos foi ampliada novamente com um acréscimo de mais seis setores a partir de janeiro de 2014. Com isso a desoneração passa a abranger 56 setores da economia com predominância da indústria de transformação. Os setores beneficiados são responsáveis por cerca de 10 milhões de empregos formais (21,2% do estoque formal de emprego no país em 2012), 25,8% das exportações e 37,4% das importações totais brasileiras em 2013). Em junho de 2014, foi anunciado o caráter permanente da desoneração da folha de pagamento para os setores já beneficiados, que incluem indústria, comércio, serviços e exportações.
- 4) Reestabelecimento do Reintegra: a MP nº 651, de 09/07/2014, autoriza, entre outras medidas, a reinstituição do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra. Trata-se de regime tributário que permite a devolução, parcial ou integral, de um percentual da receita com as vendas internas aos exportadores de produtos manufaturados, como forma de compensação por eventual resíduo tributário remanescente na cadeia de produção de bens exportados. A alíquota aplicável à base de devolução é de 0,1% a 3%. O valor poderá ser ressarcido em espécie ou compensado com débitos próprios.
- 5) Novo Refis: instituição de novos parâmetros para o parcelamento de débitos de natureza tributária, vencidos até 31 de dezembro de 2013, perante a Receita Federal do Brasil (RFB) ou a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Nos termos da Medida Provisória nº 651, de 09 de julho de 2014, é definida escala para o parcelamento de débitos dos contribuintes, da seguinte forma: autoriza-se o parcelamento de 5% para dívidas de até R\$ 1 milhão; de 10% para débitos de R\$ 1 a R\$ 10 milhões; 15%, para passivos entre R\$ 10 e 20 milhões, e 20% para dívidas superiores a R\$ 20 milhões;
- 6) Isenção de ganhos de capital: a MP nº 651 de 2014 regulamentou a isenção tributária sobre ganhos de capital com ações de emissão majoritariamente primária de pequenas e médias empresas até 2023 de. O objetivo é estimular a captação de recursos de investimento por meio do mercado de capitais de empresas com valor de mercado de até R\$ 700 milhões e com receita bruta no exercício anterior à oferta inicial de até R\$ 500 milhões. Os fundos de investimentos constituídos com no mínimo 67% dessas ações também ficam isentos;



7) Debêntures de infraestrutura: prorrogação da vigência do incentivo tributário – A alíquota zero sobre ganhos de capital - dado às debêntures de infraestrutura, ou incentivadas, foi prorrogada de 31 de dezembro do próximo ano - data prevista na Lei 12.431 de 2011-, para 31/12/2020, conforme a MP. Desde que as debêntures de infraestrutura passaram a ser emitidas no fim de 2012, foram captados R\$ 11,4 bilhões, sendo R\$ 4,4 bilhões nos setores de petróleo e gás, R\$ 3,2 bilhões, em rodovias, R\$ 2 bilhões, em energia, R\$ 1,2 bilhão, em ferrovias, e R\$ 600 milhões em aeroportos.

8) Fundos de Investimento renda fixa: os Fundos de Investimento de Renda Fixa com cotas negociadas em bolsas de valores e mercados de balcão organizado serão tributados a partir de alíquotas de IR decrescentes em função do prazo médio de repactuação das carteiras dos fundos. Para o prazo médio de até 180 dias, a alíquota será de 25%, de até 720 dias, de 20%, e acima de 710 dias, de 15%.

• **Manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a inflação de 12 meses manteve-se em patamares próximos ao limite superior da meta, refletindo, em parte, a ocorrência de dois importantes processos de ajustes de preços na economia – realinhamento de preços domésticos em relação aos internacionais e realinhamento dos preços administrados em relação aos livres. Assim, a taxa de inflação medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 6,41%, posicionando-se, portanto, dentro do intervalo de tolerância de 2 pontos percentuais acima ou abaixo da meta central de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O controle da inflação se reveste de importância crucial para qualquer sociedade, permitindo que o horizonte de planejamento de consumidores e investidores se amplie e que o poder de compra seja preservado, contribuindo, dessa forma, para o crescimento dos rendimentos reais da população. À vista disso, o compromisso do Banco Central é manter a política monetária especialmente vigilante, de modo a minimizar riscos de que níveis elevados de inflação persistam no horizonte relevante para a política monetária.

Quantidade alcançada

6,41

Data de Referência

31/12/2014

• **Promover o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional às exigências de capitalização**

Análise Situacional da Meta

Analisando os valores aferidos no período de janeiro a novembro de 2014, veremos que o indicador de Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização apresentou resultado de 99,99% de enquadramento para a data-base novembro/2014*. Se analisarmos o comportamento desse indicador mais detalhadamente, veremos que ele teve desempenho superior à meta de 98,8% durante todos os meses do ano, oscilando entre 99,79 e 99,99%. O valor relativo ao desenquadramento é originado em algumas instituições de pequeno porte, sobretudo cooperativas de crédito e corretoras de títulos e valores imobiliários. No período, tivemos uma média mensal de 24 instituições desenquadradas, que somadas representavam um patrimônio inferior a R\$ 437 milhões de um total médio de R\$ 525 bilhões de Patrimônio Líquido Exigível consolidado para todo o Sistema Financeiro Nacional (SFN) no ano de 2014. Conclui-se, assim, ser bastante sólido o nível de capitalização das instituições do sistema financeiro brasileiro, contribuindo diretamente para a consecução do objetivo da iniciativa que é assegurar a solidez do SFN.

*O índice é calculado mensalmente conforme a data-base em que os elementos necessários para seu cálculo estão disponíveis. Assim, o valor informado para um determinado mês utiliza dados contábeis do segundo mês anterior, em função do prazo que as instituições têm para remeter o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO) e da garantia de representatividade dos dados na data do processamento. A partir da data base outubro/2013 esse indicador sofreu alteração em sua fórmula de cálculo para adequá-lo as novas Regras de Basileia III, que foram regulamentadas pela Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.

Quantidade alcançada



99,99

Data de Referência

30/11/2014

OBJETIVO: 0889 - Propor e/ou aperfeiçoar medidas regulatórias voltadas às atividades econômicas e ao mercado de captação de poupança popular.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Visando a aumentar a eficiência econômica, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae/MF) se manifesta sobre a regulação das atividades de prestação de serviços públicos e de infraestrutura, de comércio, de serviços e do setor industrial. A Secretaria trabalha no sentido de identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes ou propostas com o intuito de remover entraves desnecessários e nocivos à concorrência. Este Objetivo também abrange outras três grandes áreas de atuação: (1) autorização e fiscalização para a distribuição gratuita de prêmios e captação de poupança popular; (2) autorização e fiscalização de planos de sorteios relativos às extrações lotéricas vinculadas a corrida de cavalos (sweepstakes), bem como de outras modalidades de loteria turfística autorizadas; e (3) autorização, homologação, fiscalização e monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal. Em 2014, o MF continuou a se manifestar para aperfeiçoar as medidas de regulação apresentadas pelas agências reguladoras, com destaque para os setores de transportes, energia, telecomunicações, saúde, e também de prêmios e sorteios.

Metas 2012-2015

• Realizar 2.400 eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae/MF) realizou 731 eventos, o que representa 122 % da meta prevista para todo o ano 600 eventos. Foram analisados 720 processos de promoções comerciais, e 11 processos de homologação de loterias. Este bom resultado deveu-se ao aumento no número de promoções comerciais realizadas por shopping centers, associações comerciais e instituições financeiras e às promoções comerciais relacionadas à Copa do Mundo de 2014. Com relação ao produto “evento acompanhado”, nota-se, em comparação com o resultado declarado no mesmo período do ano anterior, uma diminuição quantitativa que se justifica por um ajuste interno na sistemática de contagem dos eventos acompanhados. Antes eram consideradas separadamente operações que, em segunda análise, constituem etapas integrantes de um mesmo evento. Pela contagem anterior, em Processos Administrativos de Prêmios e Sorteios a autorização e a homologação de uma promoção comercial eram entendidas como eventos próprios e distintos, o que se alterou neste ano de 2014, a partir do qual tais operações passaram a ser consideradas estágios de um único evento, qual seja, o acompanhamento da promoção comercial. Para 2015, a previsão é a realização de 600 eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais.

Quantidade alcançada: $731 (2014) + 2.373 (\text{acumulado } 2012/2013) = 3.104$

Data de Referência: 31/12/2014

Quantidade alcançada

3.104

Data de Referência

31/12/2014

• Realizar 300 manifestações sobre regulação de atividades econômicas

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae/MF) realizou 434



manifestações, contra uma previsão de 75 para todo o ano. Este excelente resultado deveu-se à entrada em vigor da Lei nº 12.529/11 que aumentou consideravelmente as atribuições da Seae/MF nesta área. Destaque-se a dificuldade em realizar uma previsão apurada da meta, tendo em vista que as manifestações da Secretaria dependem do número de medidas publicadas pelas agências reguladoras.

Quantidade alcançada: 434 (2014) +675 (acumulado 2012/2013) = 1.109

Data de Referência: 31/12/2014

Quantidade alcançada

1.109

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0893 - Viabilizar a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros, por meio de produtos e serviços bancários dos bancos públicos federais para população de baixa renda.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizadas ações para capacitação de pessoas de baixa renda destacam-se a distribuição do prospecto de Informações Essenciais e Dicas de Crédito Consciente aos Clientes, uma iniciativa que educa financeiramente ao mesmo tempo em que atende à determinação da Resolução CMN BACEN nº 4.283/13, e a confecção de vídeos de educação financeira abordando “Fundamentos de Educação Financeira” e “Planejamento Orçamentário”.

Em relação à disponibilização de produtos complementares à população baixa renda, caso cumprida a meta planejada para o ano 2015, será superada a meta planejada para todo o período do PPA 2012-2015.

No ano de 2014, a CAIXA realizou contratações de seguro e previdência no valor de R\$ 131.576.372,00, alcançando 86,44% da meta financeira prevista de R\$ 152.223.177,00, contribuindo para a execução da política pública de inclusão financeira da população de baixa renda.

A seguir detalhamos a quantidade física e o financeiro realizado no ano 2014.

•Quantidade Física

Produto Seguro -- janeiro/dezembro = 1.026.468

Produto Previdência -- janeiro/dezembro = 3.123

•Realizado Financeiro

Produto Seguro -- janeiro/dezembro = R\$131.264.072

Produto Previdência -- janeiro/dezembro = R\$ 312.300

03OD - Viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda nos moldes estabelecidos pelas Resoluções BACEN 3.211/2004 e 3.881/2010. Responsável: CAIXA

Em 2014, foram abertas 928.742 com o investimento financeiro de R\$ 18.574.840. A execução equivale a 62% da meta financeira de 2014.

04FF - Realização de negócios sociais junto aos beneficiários da estratégia negocial DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável - Responsável Banco do Brasil

Os números abaixo retratam a atuação do BB (posição novembro/2014):

- Quantidade de Planos de Negócios DRS ativos: 1.517

- Quantidade de beneficiários da Estratégia DRS em Planos de Negócios: 695.925;

- Quantidade de beneficiários da Estratégia DRS em Planos de Negócios, detentores de operações que compõem o portfólio de Negócios Sociais: 200.812;

- Percentual de Beneficiários DS c/ operações de Negócios Sociais: 28,86%.



Os Planos de Negócios DRS ativos são conduzidos por 1.358 agências BB e 34 Postos de Atendimento Avançados – PAA, totalizando 1.392 dependências distribuídas em todos os estados brasileiros.

Desempenho Financeiro alcançado: Não há metas físico-financeiras atreladas às Medidas Institucionais.

Ainda em 2014, foram abertas pela Caixa 928.742 contas correntes Caixa Fácil, o equivalente a 62% do previsto para o ano, volume inferior a 2013 (96%). Após o lançamento da operação Poupança CAIXA Fácil, percebeu-se a migração da preferência do cliente para a opção poupança Caixa Fácil, provavelmente em função dos rendimentos oferecidos e associados ao produto. A quantidade prevista em número de contas correntes a serem abertas anualmente, é de 1.500.000 (contas 023). Em contrapartida, em 2014, foram abertas 2.536.460 contas poupanças da modalidade.

Nesse sentido, está em análise pelo Ministério do Planejamento a solicitação de alteração do nome da iniciativa para “Viabilizar a abertura de conta de depósito simplificada corrente e poupança para pessoas de baixa renda”, visto que a conta simplificada de poupança é instrumento igualmente importante para a bancarização e inclusão financeira.

Por sua vez, da parte do Banco do Brasil (BB), são realizados negócios sociais junto aos beneficiários da Estratégia Negocial DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável. Negócios Sociais são iniciativas economicamente rentáveis que buscam soluções para problemas sociais, utilizando mecanismos de mercado, com o objetivo de resolver desigualdades socioeconômicas, de forma sustentável, garantindo renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos.

A atuação do BB é realizada por meio de soluções aderentes e adaptadas a programas sociais do Governo nos quais o Banco é agente executor, tais como: FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), MCMV (Minha Casa Minha Vida), MPO (Microcrédito Produtivo Orientado), Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e BB Crédito Acessibilidade, integrando e otimizando os esforços da Rede de Agências em prol dos Negócios Sociais, em conjunto com a estratégia DRS, além de estratégias específicas de atuação territorial com foco nos centros urbanos, nas oportunidades dos grandes eventos esportivos, parcerias em desenvolvimento sustentável com governos, empresas e entidades.

Em 2014, havia 695.925 beneficiários da estratégia DRS, detentores de operações que compõem o portfólio de Negócios Sociais.

O Banco do Nordeste, por sua vez, contribui para a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros através de seus dois programas de microcrédito: Crediamigo, atendendo às necessidades de microcrédito urbana e o Agroamigo voltado ao atendimento das necessidades de financiamento dos agricultores familiares, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Metas 2012-2015

• Realizar a inclusão social da população de baixa renda, por intermédio do acesso a produtos e serviços financeiros e capacitar os novos clientes de baixa renda em educação financeira

Análise Situacional da Meta

Iniciativa 03OA - Capacitar as pessoas de baixa renda que abrirem contas nos bancos federais em Educação Financeira para que façam bom uso da conta, do crédito e dos produtos decorrentes de forma que a bancarização tenha efeitos positivos na inclusão social dessas pessoas. Responsável: CAIXA

Não há meta financeira cadastrada no SIOP. Entretanto, foram realizadas ações para capacitação de pessoas de baixa renda destacam-se a distribuição do prospecto de Informações Essenciais e Dicas de Crédito Consciente aos Clientes, uma iniciativa que educa financeiramente ao mesmo tempo em que atende à determinação da Resolução CMN BACEN nº 4.283/13, e a confecção de vídeos de educação financeira abordando “Fundamentos de Educação Financeira” e “Planejamento Orçamentário”.

Iniciativa 03OB - Concessão de Crédito para pessoas de baixa renda com finalidades de consumo ou empreendedoras, com taxas de juros diferenciadas para essa faixa da população. Responsável: CAIXA

Em 2014, foi solicitada a exclusão da iniciativa 03OB devido o produto utilizar recursos da exigibilidade, vez que este já está contemplado na iniciativa 04FT, do programa 2071, que tem meta vinculada ao microcrédito produtivo orientado.

Iniciativa 03OC - Disponibilizar um portfólio de produtos complementares (seguro e previdência privada) destinados à



população de baixa renda para complementar a bancarização desse segmento de clientes. Responsável: CAIXA

Em relação a iniciativa 03OC, que disponibiliza produtos complementares à população baixa renda, caso cumprida a meta planejada para o ano 2015, será superada a meta planejada para todo o período do PPA 2012-2015.

No ano de 2014, a CAIXA realizou contratações de seguro e previdência no valor de R\$ 131.576.372,00, alcançando 86,44% da meta financeira prevista de R\$ 152.223.177,00, contribuindo para a execução da política pública de inclusão financeira da população de baixa renda.

A seguir detalhamos a quantidade física e o financeiro realizado no ano 2014.

•Quantidade Física

oProduto Seguro -- janeiro/dezembro = 1.026.468

oProduto Previdência -- janeiro/dezembro = 3.123

•Realizado Financeiro

oProduto Seguro -- janeiro/dezembro = R\$131.264.072

oProduto Previdência -- janeiro/dezembro = R\$ 312.300

03OD - Viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda nos moldes estabelecidos pelas Resoluções BACEN 3.211/2004 e 3.881/2010. Responsável: CAIXA

Após o lançamento da operação Poupança CAIXA Fácil, percebeu-se a migração da preferência do cliente para a opção poupança Caixa Fácil, provavelmente em função dos rendimentos oferecidos e associados ao produto. A quantidade prevista em número de contas correntes a serem abertas anualmente, é de 1.500.000 (contas 023). Em contra partida, em 2014, foram abertas 2.536.460 contas poupanças da modalidade.

Nesse sentido, está em análise pelo Ministério do Planejamento a solicitação de alteração do nome da iniciativa para “Viabilizar a abertura de conta de depósito simplificada corrente e poupança para pessoas de baixa renda”, visto que a conta simplificada de poupança é instrumento igualmente importante para a bancarização e inclusão financeira.

04FF - Realização de negócios sociais junto aos beneficiários da estratégia negocial DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável - Responsável Banco do Brasil

Os números abaixo retratam a atuação do BB (posição novembro/2014):

- Quantidade de Planos de Negócios DRS ativos: 1.517

- Quantidade de beneficiários da Estratégia DRS em Planos de Negócios: 695.925;

- Quantidade de beneficiários da Estratégia DRS em Planos de Negócios, detentores de operações que compõe o portfólio de Negócios Sociais: 200.812;

- Percentual de Beneficiários DS c/ operações de Negócios Sociais: 28,86%.

Os Planos de Negócios DRS ativos são conduzidos por 1.358 agências BB e 34 Postos de Atendimento Avançados – PAA, totalizando 1.392 dependências distribuídas em todos os estados brasileiros.

Desempenho Financeiro alcançado: Não há metas físico-financeiras atreladas às Medidas Institucionais.

Quantidade alcançada

150.151.212

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0894 - Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda



Análise Situacional do Objetivo

Em 2014 a CVM conferiu continuidade ao planejamento de suas atividades de supervisão segundo modelo baseado em risco, conforme determinado pela Resolução nº 3.427, de 21 de dezembro de 2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Com base nesse modelo, a CVM destina maior atenção a mercados, produtos e entidades supervisionadas que demonstram maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação e representam potencialmente um dano maior para os investidores ou para a integridade do mercado de valores mobiliários.

As ações preventivas de supervisão realizadas ao longo do exercício foram direcionadas às empresas, fundos de investimento, auditores independentes, mercado e intermediários, nos termos estabelecidos no Plano Bienal 2013-2014, divulgado no sítio institucional da entidade (www.cvm.gov.br), onde também podem ser encontrados os Relatórios Semestrais de execução e o Plano para o biênio 2015-2016.

No âmbito das emissões de valores mobiliários, merece registro o crescimento das ofertas públicas de títulos do agronegócio, com destaque para o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), cujo volume financeiro subiu de R\$ 185 milhões em 2012 para R\$ 250 milhões em 2013 e alcançou montante superior a R\$ 1 bilhão em 2014, o que demonstra a importância do mercado de capitais como alternativa ao setor bancário para o financiamento desse importante setor da economia brasileira.

A respeito das atividades de regulação do mercado, deve ser destacada a edição das Instruções CVM nº 547, 548, 549, 551 e 552, e dos normativos destinados à aprovação de pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que dispuseram, entre outros assuntos, sobre a evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiros.

As Instruções CVM nº 547 e nº 548, respectivamente, flexibilizaram o regime de divulgação de informação sobre ato ou fato relevante e dispensaram a publicação em jornal dos avisos obrigatórios em ofertas públicas, com o objetivo de facilitar e agilizar a disseminação de atos e fatos relevantes, bem como contribuir para a redução dos custos de acesso e manutenção das companhias abertas.

A Instrução CVM nº 549 criou os fundos de investimento em ações – mercado de acesso (FMA), que têm como política de investimento aplicar pelo menos 2/3 do seu patrimônio em ações de companhias listadas neste segmento, aprimorando o ambiente regulatório para que empresas de menor porte consigam acessar o mercado de capitais e se financiar por meio de emissões públicas de ações. Também com vistas ao segmento de empresas de menor porte, a Instrução CVM nº 551 inseriu as ações no rol de ativos que podem ser distribuídos publicamente com esforços restritos e estabeleceu novas regras relacionadas à distribuição e negociação de valores mobiliários por emissores em fase pré-operacional.

Ainda no âmbito das atividades de regulação do mercado de capitais, a Instrução CVM nº 552 atualizou vários dispositivos do formulário de referência previsto na Instrução CVM nº 480, de forma a racionalizar e aprimorar a prestação de informações pelas companhias. Além disso, disciplinou as informações que devem ser divulgadas ao mercado pela companhia sempre que for realizada uma transação entre partes relacionadas que se enquadre em determinados critérios, permitindo que os acionistas possam monitorar as transações mais relevantes de forma mais estreita e imediata.

Com relação às atividades de proteção e orientação aos investidores, em 2014 foi realizada a 1ª Semana Nacional de Educação Financeira (www.semanaenef.gov.br) e oferecidas gratuitamente ao público 170 iniciativas educacionais, como palestras, cursos, premiações e atividades por meio eletrônico.



Especificamente no âmbito da educação de investidores, a CVM lançou a terceira edição eletrônica do livro “Mercado de Valores Mobiliários”, além de um novo livro: “Relações com Investidores – Da pequena empresa ao mercado de capitais”, neste caso em parceria com o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI). A CVM também lançou um novo curso de educação financeira, à distância, voltado para jovens.

A fim de buscar soluções para fomentar mudanças de comportamentos financeiros prejudiciais ao indivíduo e, bem assim, estimular o hábito de planejamento financeiro e de formação de poupança, como requisito para o investimento consciente, foram realizadas as seguintes ações: i) criação de Núcleo de Estudos Comportamentais; ii) organização de uma conferência internacional; e iii) lançamento de blog dedicado a essas reflexões (<http://pensologoinvestido.cvm.gov.br/>).

No que tange à atuação internacional, em 2014 a CVM conseguiu um assento no Monitoring Board da International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS). Por meio do Monitoring Board, as autoridades do mercado de capitais que endossam ou estabelecem a adoção dos standards do IFRS em suas respectivas jurisdições, como é o caso da CVM, se tornam aptas a cumprir seus mandatos de maneira mais efetiva no que diz respeito à proteção do investidor, integridade de mercado e formação de capital.

No segundo semestre do ano, a CVM sediou, no Rio de Janeiro/RJ, a 39ª Conferência Anual da Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO). No âmbito dessa organização, a CVM foi eleita vice-presidente do Growth & Emerging Markets Committee e integrará o grupo de trabalho que definirá a direção estratégica da organização para o período 2015-2020.

Por fim, em termos de atividade sancionadora, a CVM instaurou, em 2014, 86 processos. No mesmo período, o Colegiado da entidade julgou 42 processos, que resultaram na aplicação de 128 multas, 16 advertências e cinco inabilitações. Outros 19 processos sancionadores / procedimentos investigativos foram encerrados por meio do cumprimento de obrigações constantes de Termos de Compromisso.

Ademais, cabe destacar que, no ano, foram aceitas 39 propostas de Termo de Compromisso.

Metas 2012-2015

- **Direcionar as ações de supervisão e regulação do mercado de valores mobiliários para a mitigação dos principais riscos relacionados ao desempenho das atribuições legais conferidas à CVM pela Lei nº 6.385/1976, objetivando uma abordagem mais preventiva do que reativa e a racionalização da aplicação dos recursos humanos e materiais. Entre 2012 e 2015, deverão ser elaborados e divulgados: - 2 Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco - 8 Relatórios Semestrais de Execução dos Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco**
Análise Situacional da Meta

No triênio 2012-2014 a CVM deu continuidade ao planejamento de suas atividades segundo um modelo de supervisão baseada em risco, conforme determinado pela Resolução nº 3.427/06 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Em 2012, foram divulgados à sociedade 2 Relatórios Semestrais (2º semestre de 2011 e 1º de 2012) e o Plano Bial para o período 2013-2014; em 2013, 2 Relatórios Semestrais (2º semestre de 2012 e 1º de 2013); em 2014, 2 Relatórios Semestrais (2º semestre de 2013 e 1º de 2014) e o Plano Bial para o período 2015-2016.

Em 2015, serão divulgados os dois últimos Relatórios Semestrais previstos para o quadriênio 2012-2015 (2º semestre de 2014 e 1º de 2015). Com isso, a meta estabelecida para o Objetivo 0894 (elaboração e divulgação de 2 Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco e de 8 Relatórios Semestrais) será cumprida em sua integralidade.



Por fim, a manutenção do sistema de supervisão baseada em risco consiste em medida prevista no objetivo nº 11 do Planejamento Estratégico da CVM para 2023.

O Planejamento Estratégico da CVM, os Planos Bienais e os Relatórios Semestrais podem ser acessados em <http://www.cvm.gov.br>.

• **Realizar as atividades de regulamentação com base em metodologias de AIR - Análise do Impacto Regulatório / CBA - Cost-benefit Analysis**

Análise Situacional da Meta

As principais ações destinadas à implantação da metodologia de AIR - Análise do Impacto Regulatório / CBA - Cost-benefit Analysis foram definidas no exercício de 2012 e exercitadas em 2013: i) levantamento das diferentes visões existentes sobre AIR, quanto aos seus objetivos gerais e específicos; ii) levantamento das alternativas existentes quanto ao escopo das análises, bem como a extensão e aplicabilidade da análise e iii) elaboração de diferentes alternativas de inserção da AIR dentro do processo decisório na CVM. Em 2013 e 2014, foram realizados estudos de impacto regulatório que subsidiaram a tomada de decisões pelo órgão Colegiado da CVM, o que também está previsto para ocorrer em 2015.

Com isso, a meta estabelecida para o Objetivo 0894 (realizar as atividades de regulamentação com base em metodologias de AIR / CBA) será cumprida em sua integralidade.

Ademais, o aprimoramento contínuo do processo de análise de impacto regulatório consiste em medida prevista no objetivo nº 10 do Planejamento Estratégico da CVM para 2023.

O Planejamento Estratégico da CVM pode ser acessado em <http://www.cvm.gov.br>.

• **Realizar a supervisão das companhias de capital aberto, fundos de investimento, auditores independentes, intermediários e autorreguladores com base em um sistema de supervisão baseada em riscos**

Análise Situacional da Meta

Os Planos de Supervisão Baseada em Risco para os biênios 2011-2012 e 2013-2014 contemplaram a supervisão de companhias de capital aberto, auditores independentes, fundos de investimento, intermediários e autorreguladores. O Plano para o biênio 2015-2016 prevê ações também para as distribuições públicas de valores mobiliários, com concentração na fase pós-concessão de registro e nas ofertas com esforços restritos, relativas à Instrução CVM nº 476/09.

Com isso, a meta estabelecida para o Objetivo 0894 (realizar a supervisão das companhias de capital aberto, fundos de investimento, auditores independentes, intermediários e autorreguladores com base em um sistema de supervisão baseada em riscos) será cumprida em sua integralidade.

A manutenção do sistema de supervisão baseada em risco consiste em medida prevista no objetivo nº 11 do Planejamento Estratégico da CVM para 2023.

O Planejamento Estratégico da CVM, os Planos Bienais e os Relatórios Semestrais podem ser acessados em <http://www.cvm.gov.br>.

• **Reduzir o tempo de trâmite dos processos sancionadores por meio do mapeamento de seus fluxos e da definição de indicadores de desempenho**

**Análise Situacional da Meta**

Esta meta do PPA está alinhada aos direcionadores estratégicos da CVM para o período 2013-2023, especificamente ao objetivo nº 12, que estabelece que os processos investigativos e sancionadores devem ser céleres, eficientes e produzir o efeito pedagógico necessário à efetiva inibição de irregularidades.

Em 2013, o Comitê de Governança Estratégica da CVM aprovou a execução de um projeto que apresentava, como um de seus objetivos, o estabelecimento de metas de prazo em relação ao estoque e instrução dos processos administrativos sancionadores.

Como resultado do projeto, a PORTARIA/CVM/PTE/N.º 173, editada em dezembro de 2013 com a finalidade de instituir os indicadores de desempenho institucional para o exercício de 2014, contemplou três metas destinadas ao fortalecimento da atividade sancionadora por meio do estímulo da celeridade processual:

M1: não possuir processos em aberto nas diversas superintendências no dia 31.12.2014, e que pudessem resultar, em tese, em alguma ação de enforcement (ofício de alerta, stop order, termo de acusação ou proposta de instauração de inquérito administrativo), que tivessem sido iniciados antes de 01.01.2009.

M2: não possuir processos que aguardassem pela instauração de inquérito administrativo na Superintendência de Processos Sancionadores no dia 31.12.2014 cuja proposta de instauração tivesse sido formulada antes de 01.01.2010.

M3: não possuir inquéritos administrativos em instrução na Superintendência de Processos Sancionadores no dia 31.12.2014 cuja proposta de instauração tivesse sido formulada antes de 01.01.2009.

Ademais, de modo a garantir que uma maior celeridade na tramitação dos processos não comprometesse a qualidade de sua instrução, foi instituído um indicador destinado à aferição da efetividade das acusações formuladas pelas áreas técnicas e julgadas pelo Colegiado. Para 2014, a meta era ter, no mínimo, 62% das acusações resultando em condenações ou absolvições sem unanimidade.

As quatro metas estabelecidas para o exercício de 2014 foram cumpridas em sua integralidade e, para 2015, foram acrescidos quatro indicadores relacionados ao tempo de estoque e instrução dos processos administrativos sancionadores.

Em resumo, as metas para 2015 são as seguintes:

M1: aferição da efetividade das acusações formuladas pelas áreas técnicas e julgadas pelo Colegiado mediante a verificação do percentual de absolvições por unanimidade decorrentes das acusações apreciadas pelo órgão Colegiado nos julgamentos dos processos administrativos. Meta para 2015: 70,5% das acusações devem resultar em condenações ou absolvições sem unanimidade.

(a meta de 2015 é superior à de 2014 em 8,5 pontos percentuais)

M2: não possuir processos em aberto nas diversas superintendências no dia 31.12.2015, e que possam resultar, em tese, em alguma ação de enforcement (ofício de alerta, stop order, termo de acusação ou proposta de instauração de inquérito administrativo), que tenham sido iniciados antes de 01.01.2012.

(a meta de 2015 é superior em 3 anos à de 2014)



M3: não possuir processos que aguardem pela instauração de inquérito administrativo na Superintendência de Processos Sancionadores no dia 31.12.2015 cuja proposta de instauração tenha sido formulada antes de 01.01.2014.

(a meta de 2015 é superior em 4 anos à de 2014)

M4: não possuir inquéritos administrativos em instrução na Superintendência de Processos Sancionadores no dia 31.12.2015 cuja proposta de instauração tenha sido formulada antes de 01.01.2012.

(a meta de 2015 é superior em 3 anos à de 2014)

M5: reduzir em 25% o estoque de Processos Administrativos Sancionadores pendentes de julgamento no Colegiado até 2019 – meta de julgamento para 2015: 65 processos, com base no estoque de 31.12.2014.

M6: não possuir processos administrativos sancionadores pendentes de julgamento pelo Colegiado no dia 31.12.2015 cuja distribuição (definição de Relator) tenha ocorrido antes de 01.01.2013.

M7: concluir 90% das negociações envolvendo Termos de Compromisso em até 90 dias corridos a partir da reunião do Comitê na qual a proposta foi apreciada.

M8: concluir 80% dos relatórios de negociação envolvendo Termos de Compromisso em até 60 dias corridos a partir da decisão final do Comitê.

Com isso, a meta estabelecida para o Objetivo 0894 (reduzir o tempo de trâmite dos processos sancionadores por meio do mapeamento de seus fluxos e da definição de indicadores de desempenho) será cumprida em sua integralidade.

O Planejamento Estratégico da CVM pode ser acessado em <http://www.cvm.gov.br>.

OBJETIVO: 0895 - Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, relevantes ações foram implementadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep visando aprimorar o processo de regulação e fiscalização do setor de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta. Nos últimos anos, o setor tem apresentado crescimento significativo e constante e com perspectivas de manter esse vigor por mais tempo, seja pelo espaço que ainda tem para se desenvolver no país, seja pela própria dinâmica da atividade.

A estimativa do mercado supervisionado aponta para uma receita total do setor, em 2014, próxima dos R\$ 200 bilhões, o que significa pouco mais de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e ativos totais acima de R\$ 600 bilhões. Estão em operação 124 sociedades seguradoras, 120 resseguradores, 20 sociedades de capitalização, 24 entidades abertas de previdência complementar e mais de 88 mil corretores de seguros. Focada na evolução deste segmento, a Susep vem trabalhando em várias frentes para colaborar com esse desenvolvimento e permitir a consolidação da atividade no âmbito da economia brasileira.

Entre as iniciativas, destaca-se o Laboratório de Produtos, tendo como objetivo estimular o mercado com a criação de



normas para produtos que ainda não estão sendo comercializados. Já se encontram em análise e em fase de desenvolvimento quatro propostas de normativos que deverão ser colocadas em consulta pública e posteriormente servirão para o lançamento dos produtos: Seguro Auto Popular, “Universal Life”, VGBL Saúde e Risco de Longevidade para Fundos de Pensão.

Na área de supervisão, foram intensificadas a fiscalização “in loco” e o monitoramento da solvência visando o saneamento do mercado supervisionado. Foram decretadas as liquidações extrajudiciais das empresas Federal de Seguros S.A., Federal Vida e Previdência S.A e Blazei Participações S.A. e a inclusão das empresas Confiança Cia de Seguros e GBOEX – Grêmio Beneficente no regime de direção fiscal.

De janeiro a dezembro de 2014, a Susep realizou 238 ações de fiscalização. Os dados revelam um crescimento nas ações de fiscalização desde meados de 2011. Naquele ano, foram realizadas 192 ações; em 2012, 216; em 2013, 226. Ao longo do ano, além das ações planejadas inicialmente, recebeu-se demandas de trabalho internas e externas (Ministério Público, Poder Judiciário etc) para realização de diligências específicas.

Nas ações preventivas, destaca-se a criação do Comitê Permanente de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Coibição ao Financiamento do Terrorismo nos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Privada Aberta (CPLD), que deu início às suas atividades no dia 14 de novembro. O Comitê tem por objetivo propor normas, procedimentos, estudos, novos padrões e o uso de novas tecnologias para atender à sua finalidade.

No âmbito das decisões normativas, a Susep aprovou a exigência às empresas supervisionadas da auditoria atuarial independente, que passa a ser feita por auditores contratados e de fora da empresa, o que deverá conferir mais transparência, confiabilidade e, conseqüentemente, mais solidez ao setor. A medida tem como objetivo avaliar de forma autônoma e imparcial os principais procedimentos e cálculos atuariais efetuados pelas sociedades supervisionadas que afetam a solvência dessas companhias.

O Seguro Viagem foi outro ato normativo lançado no período que teve como objetivo preencher uma lacuna percebida pela Susep em relação aos anseios dos consumidores por esse tipo de produto. As despesas médicas, hospitalares e odontológicas passaram a fazer parte das coberturas obrigatórias que devem ser oferecidas aos consumidores na contratação desse seguro nas viagens ao exterior. Nas viagens nacionais, a cobertura é opcional.

A partir de 2011, o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e a Susep editaram uma série de normativos para a regulamentação de produtos voltados exclusivamente para a população de baixa renda e para microempreendedores individuais, os chamados microsseguros, bem como criou a figura da sociedade seguradora que opera exclusivamente com microsseguro, conhecida como microsseguradora. Além desses pontos, destaca-se a regulamentação de novos canais de distribuição como: corretor de microsseguros, correspondentes de microsseguros, representantes de seguros e a contratação por meios remotos, os quais foram fundamentais para o avanço do produto. Decorrente de tais medidas, o mercado de seguros lançou, até o final de 2014, 36 produtos especialmente desenhados para o público de baixa renda e, atualmente, conta com 22 seguradoras autorizadas a operar com o produto. Para os próximos anos, há perspectiva de que novos planos de microsseguro e operadores sejam incluídos nesse segmento, visando atender o público que integra a classe C e D na pirâmide social, a nova classe média, atualmente estimada em 100 milhões de pessoas.

Ainda com foco nos produtos ofertados ao público que integra a nova classe média, observou-se uma rápida evolução do seguro de Garantia Estendida, impulsionada pela expansão do crédito, o que tornou as parcerias estabelecidas entre varejistas e seguradoras (além de outros tipos de instituições financeiras) um meio cada vez mais significativo e sofisticado para o aumento de receitas. A fim de estimular corretamente o crescimento de tal nicho, o CNSP e a Susep editaram normativos para regular essas operações, alcançando não apenas os produtos de seguro de Garantia Estendida, mas também outros ramos comercializados por esse canal de distribuição.

No que tange a Resseguros, destacam-se dois tópicos de bastante relevância para o mercado de resseguros sobre o qual a Susep debruçou-se durante o ano de 2014: i) a formalização dos contratos de resseguro e ii) a possibilidade de retrocessão para seguradoras. Ambos serão objeto de normatização em 2015.

A Gestão do Risco Rural é uma das ações que constitui a base da Política Agrícola brasileira e o Seguro Rural uma das frentes da gestão do risco rural. Ao Governo Federal compete a definição das regras, implementando e garantindo o



ambiente legal para o seu desenvolvimento e à Susep, a avaliação dos produtos de seguro rural ofertados pelo mercado, como instrumento de Política Agrícola.

Com o intuito de fomentar a entrada de mais seguradoras no Ramo Riscos de Petróleo, cuja taxa de cessão foi próxima a 90% nos últimos 3 anos, em setembro/2014, foi publicada a Circular Susep nº 495/2014, estabelecendo que apenas 40% dos prêmios emitidos e cedidos pelas companhias seguradoras no ramo riscos de petróleo deveriam ser considerados para fins de apuração do limite definido pelo art. 16 da Resolução CNSP nº 168/2007, qual seja, o limite de cessão global de 50% dos prêmios emitidos, para cada ano civil, nas operações de resseguro.

Em parceria com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), foi publicada a Instrução Normativa Conjunta SUSEP/PREVIC que trata de Portabilidade de planos fechados para abertos e vice versa. Com o Banco Central, foi desenvolvida a minuta de Decisão Conjunta BCB/SUSEP – que trata do instituto da transferência de Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI para aquisição de renda em plano de previdência, em fase final de aprovação.

A Susep atuou em inúmeros fóruns de discussão multilaterais e grupos de trabalho, como: na Câmara Temática dos Seguros do Agronegócio e no Comitê Gestor do Seguro Rural; e no Subcomitê de Inclusão Financeira do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec). A Susep também participa do Subcomitê de Resseguros [1] e do Grupo de Trabalho de Inclusão Financeira, ambos da Associação Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS – International Association of Insurance Supervisors).

A atuação no Subcomitê de Inclusão Financeira da IAIS foi reconhecida, motivo pelo qual a Autarquia foi convidada, no final de 2014, a presidir o Grupo de Trabalho da IAIS constituído para elaborar paper sobre Conduta de Mercado, Canais de Distribuição e Direitos do Consumidor em Mercados de Seguros Inclusivos (Drafting Group Issues paper on Market Conduct, Distribution and Consumer Protection in Inclusive Insurance).

No âmbito do Subcomitê de Inclusão Financeira do Coremec, a Susep e os demais órgãos integrantes do Grupo iniciaram, com o apoio do Sebrae, o desenvolvimento de uma estratégia conjunta de atuação junto ao Microempreendedor Individual e as Micro e Pequenas empresas.

As ações de educação financeira setoriais da Susep incluíram, no ano de 2014, palestras para o público em geral sobre temas de interesse da população, decorrente das dúvidas e consultas mais frequentes no setor de atendimento ao consumidor. As referidas palestras eram parte do evento “Sextas Financeiras”, organizado pela Escola de Educação Financeira do Rioprevidência, com a qual a Susep firmou acordo de cooperação técnica em dezembro.

No que se refere ao atendimento à sociedade, no exercício de 2014, a Susep recebeu um total de 26.471 reclamações. No mesmo período, houve a instauração de 889 processos administrativos, o que representa aproximadamente 4% do total de reclamações. Com relação ao mesmo período apurado em 2013, houve alteração na forma de cálculo, que passou a considerar apenas o total de reclamações. Anteriormente, considerava-se o total de atendimentos, o que incluía as consultas e pedidos de informações e de esclarecimentos. Mesmo com esta alteração, o indicador manteve-se resultado estável, variando o valor apurado de 97% para 96%, aproximadamente.

O procedimento de atendimento ao consumidor da Susep prevê que as reclamações sejam, inicialmente, submetidas a tratamento por parte das ouvidorias dos mercados supervisionados num prazo máximo de 15 dias. Apenas no caso de ser mantida sua insatisfação, o reclamante retorna à Susep para a instauração formal de processo administrativo, a partir do qual a Autarquia apura o cometimento de eventuais irregularidades.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver os Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, buscando a formação de poupança popular e a proteção da sociedade contra prejuízos financeiros, aumentando em 30% as reservas desses mercados corrigidas pelo IPCA ou outro índice que, porventura, venha a substituí-lo no período 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

O período de aferição da meta se iniciou em 01/01/2012 e termina em 31/12/2015, ou seja, compreenderá oito



semestres. De 2012 a 2014 (exclusive dezembro de 2014), verificou-se um crescimento nas provisões técnicas de R\$ 351 bilhões para R\$ 538 bilhões. Isso representa, em termos percentuais, uma expansão real de 35,29% quando considerado o IPCA acumulado de 18,35%. Isto significa que eventuais comprometimentos no crescimento econômico ou na rentabilidade dos fundos de investimentos não trarão problemas para o atendimento da meta de aumento de 30% no valor das provisões entre 2012 e 2015. Os valores referentes ao Resseguro não foram incluídos para evitar duplicidade, dado que a maior parte desses valores é decorrente de repasses das seguradoras nacionais.

A maior parcela do crescimento das reservas é representada pelas contribuições dos participantes dos planos de previdência. Estas contribuições são quase que integralmente adicionadas ao saldo das provisões técnicas, tendo em vista a baixa conversão em benefícios ou resgates no atual estágio de desenvolvimento dos mercados previdenciários. Outra parcela (menos representativa) do crescimento refere-se à capitalização atuarial das reservas, ou seja, reflete a taxa de juros contratual e a própria rentabilidade dos fundos em que os recursos são aplicados.

As provisões são mensuradas de forma cumulativa, enquanto o PIB é a riqueza produzida no ano. Para evitar mais distorções, multiplicou-se por 2 o PIB do primeiro semestre de 2014 para manter a base de comparação, com o índice anteriormente apurado. Desta maneira, uma vez que o total de provisões é R\$ 501 bilhões e o PIB ajustado R\$ 5.032 bilhões, obtém-se o índice 9,96% para o indicador. Em 2013, para o mesmo período, foi obtido o índice 9,54%, verificando-se o aumento do índice em referência. No entanto, entendeu-se que tal índice não é mais adequado para avaliar a performance do mercado.

A série histórica do IPCA foi obtida no site do Banco Central.

Provisões em dezembro/2011 - valores nominais: R\$ 337.696.093.467 (2011) R\$ 399.676.561.330 (2014)

Provisões atualizadas pelo IPCA em novembro/2014: R\$ 456.862.692.780 (2011) R\$ 540.714.901.897 (2014)

IPCA acumulado no período de 2011 a novembro de 2014: 18,35%

Crescimento Nominal das provisões: 60,12%

Crescimento Real das provisões: 35,29%

Quantidade alcançada

35,29

Data de Referência

30/11/2014

OBJETIVO: 0896 - Propiciar garantia de cobertura por parte da União para segmentos em que o setor privado não está presente ou atua com restrições, de forma a viabilizar a contratação de financiamentos e estabelecer um instrumento para a gestão desta garantia. Assegurar a sustentabilidade do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, promover o desenvolvimento de novas coberturas e viabilizar a recuperação de créditos da União em razão de indenizações pagas pelo FGE ou relativas ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

A concessão de garantia de cobertura pela União, por intermédio do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), para viabilizar operações de crédito à exportação de micro, pequenas e médias empresas sempre foi um objetivo a ser alcançado com o intuito de diversificar a pauta de exportação e aumentar o número de exportadores beneficiados por esse instrumento de apoio oficial.

Essa dificuldade foi superada por intermédio de alterações normativas efetuadas no exercício de 2008, que passaram a permitir que a União, por intermédio de SCE, concedesse garantia de cobertura para a produção exportável e, também, para operações de crédito à exportação com prazo inferior a dois anos. Em 2013, foram aprovados US\$ 9.060.987.992,00 em garantia.

Ainda em 2013, foi concluído e aprovado o modelo de Certificado de Garantia de Cobertura para Micro, Pequenas e Médias Empresas na modalidade pós-embarque. O modelo de certificado para a modalidade pré-embarque foi aprovado



em meados de 2014.

No primeiro semestre de 2014 foram aprovados cerca de US\$ 421 milhões em garantia. Nesse período, não houve operações garantidas utilizando o modelo de Certificado de Garantia de Cobertura para Micro, Pequenas e Médias Empresas na modalidade pós-embarque, aprovado em 2013. O modelo de certificado para a modalidade pré-embarque ainda estava sob análise jurídica pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

Em julho de 2014, a SAIN promoveu a contratação da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF para a execução de todos os serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação - SCE, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados. A ABGF substituiu a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE nesse papel.

No exercício de 2014 foram aprovados cerca de US\$ 2,1 bilhões em garantias.

Metas 2012-2015

• Disponibilizar ao mercado a garantia de cobertura pela União para operações financeiras que não são plenamente atendidas pelo setor privado

Análise Situacional da Meta

Essa meta representa o principal objetivo de funcionamento do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), que atua nas lacunas de atuação do setor privado no seguro de crédito à exportação. Atualmente, essa meta é atendida pela introdução do produto de cobertura de crédito à exportação com prazo inferior a dois anos a micro, pequenas e médias empresas. Sobre a confecção desse novo certificado, registra-se que houve novos entendimentos com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que sugeriu aprimoramentos ao produto. Algumas das sugestões da Febraban foram incorporadas à minuta do certificado e foram analisadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O certificado foi aprovado em junho de 2014.

No primeiro semestre de 2014 houve a publicação da Lei nº 12.995, de 18.06.2014, a qual altera dispositivo da Lei nº 9.818, de 23.08.1999, de forma a incluir o setor de defesa no âmbito de cobertura do Seguro de Crédito à Exportação. Tal alteração foi realizada com o intuito de harmonizar as regras as quais se submete o setor de defesa com as dos demais setores atendidos pelo Seguro de Crédito à Exportação.

Ainda nesse semestre iniciou-se a elaboração de Certificado de Garantia de Cobertura para os riscos político e extraordinário em operações de exportação com prazo inferior a dois anos para cobertura em conjunto com seguradoras privadas e disponibilizou-se o produto para cobertura exclusivamente desses riscos.

O modelo para a fase pré-embarque do produto de cobertura de crédito à exportação com prazo inferior a dois anos a micro, pequenas e médias empresas continua sob análise jurídica na PGFN.

No segundo semestre a garantia de cobertura para MPME nas modalidades pós-embarque, com ou sem financiamento bancário, e pré+pós-embarque, com financiamento bancário, passou a ser ofertada por meio do Sistema de Garantias Públicas (SGP).

Também no segundo semestre foi aprovada a cobertura de risco político e extraordinário para operações de exportação com financiamentos de prazo inferior a 2 anos. Essa cobertura já estava prevista em lei, mas ainda não havia sido implementada.

Com a publicação do Decreto nº 8.301, de 04.09.2014, foi facilitada a obtenção do Seguro de Crédito à Exportação pelas indústrias do setor de defesa com a redução das exigências de contragarantias, retirada da limitação do prazo máximo de financiamento, antes em 4 anos, e ampliação da possibilidade dessas exportações serem financiadas também por bancos privados.

• Estabelecer um procedimento de recuperação de crédito em razão do pagamento de indenizações pelo Fundo de Garantia às Exportações - FGE

Análise Situacional da Meta

No segundo semestre, iniciou-se o mapeamento do processo de recuperação de crédito em razão do pagamento de indenizações pelo Fundo de Garantia às Exportações – FGE, mas o processo será alterado em virtude da nova forma de recuperação de créditos privados, que passará a ser por intermédio da Advocacia-Geral da União. A primeira operação



com recuperação via AGU ainda está ocorrendo, de forma que após finalizado o processo, será feito novo mapeamento. O procedimento de recuperação existe e está em contínuo processo de aprimoramento. Os créditos privados são renegociados por advogados contratados pela prestadora de serviços, com aval do Ministério da Fazenda. Os créditos públicos são renegociados no Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (Comace). Encontra-se em discussão jurídica a edição de uma portaria para agilizar a tomada de decisões nos casos de inadimplimentos no setor aeronáutico. Houve, ainda, a interação com escritórios de advocacia para melhor mapeamento desse processo. Até o momento foram desenvolvidos diversos mecanismos, como recuperação via Seguradora (Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE), recuperação com a ajuda do próprio agente financeiro (por exemplo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES), e mesmo recuperação via Advocacia Geral da União. Todos vem funcionando parcialmente, em vista de necessidade de implementação de medidas jurídicas.

No primeiro semestre de 2014 foi publicada a Portaria nº 272, de 01.07.2014, que institui a Sala de Situação. Composta por representantes da Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, a Sala de Situação foi criada com o objetivo de permitir a análise célere de processos de agravamento de riscos, caracterização de sinistros, sub-rogação de créditos, adoção de ações judiciais e extrajudiciais de recuperação de créditos e de retomada de ativos, de reforma e recomercialização de ativos, em operações do setor aeronáutico garantidas pelo Seguro de Crédito à Exportação – SCE, com recursos do Fundo de Garantia à Exportação – FGE.

Conforme estabelece a Portaria, esses órgãos procederão à análise da situação e, dentro das respectivas competências e em caráter de urgência, praticarão os atos e proferirão as decisões necessárias e cabíveis para a solução das questões de interesse da União relativas aos processos supracitados, nas hipóteses de sinistros ou ameaças de sinistros decorrentes de riscos comerciais previstos no art. 2º do Decreto nº 3.937, de 25.09.2001.

Até o momento foram desenvolvidos diversos mecanismos, como recuperação via instituição habilitada a operar o Seguro de Crédito à Exportação (Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, posteriormente sucedida pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF) e recuperação com a ajuda do próprio agente financeiro (por exemplo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES). Nesse intuito, foi solicitada parceria com a Advocacia Geral da União – AGU.

Também nesse sentido foi publicada a Lei nº 12.995, de 18.06.2014, a qual altera dispositivo da Lei nº 11.281, de 20.02.2006, de forma a permitir contratação direta de serviços de assessoramento jurídico, no exterior, a fim de realizar a cobrança judicial e extrajudicial desses créditos, dispensada licitação, quando o prestador dos serviços já tiver sido engajado na recuperação do crédito por meio de contrato firmado com instituição controlada pela União.

Em 30.06.2014 o volume de créditos em atraso era de US\$ 21,9 milhões e o valor estimado de recuperação é de cerca de US\$ 11 milhões (50%).

• **Renegociar todos os créditos oficiais soberanos brasileiros em atraso, relativos ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações (ex-FINEX), com vistas à melhor recuperação possível**

Análise Situacional da Meta

Os créditos oficiais brasileiros inadimplidos no exterior (devidos por terceiros países) são renegociados no Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior – COMACE, cuja Secretaria-Executiva está a cargo do MF - SAIN. Quando alcançado o acordo bilateral entre o país devedor e o Brasil, a documentação pertinente à renegociação é encaminhada à PGFN, que completa o processo com o seu parecer jurídico, para posterior encaminhamento à Presidência da República, que, por sua vez, submete as condições da renegociação da dívida à apreciação e aprovação do Senado Federal. Em sendo aceitas as condições do acordo bilateral pelo Senado, a PGFN, como representante do governo brasileiro no âmbito do pacto, firma com as autoridades do país devedor o acordo de renegociação.

Em 2014, concluídas as negociações bilaterais, não foram encaminhados processos para o Senado Federal e 1 (um) contrato foi assinado pela PGFN.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2014

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO-BASE 2014

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015 ANO-BASE 2014

**VOLUME II - PROGRAMAS TEMÁTICOS
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO
E SERVIÇOS AO ESTADO**


PROGRAMA: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	84.949.618	93.555.492	93.183.428
Despesas Correntes	84.949.618	93.555.492	93.183.428
Despesas de Capital	0	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	84.949.618	93.555.492	93.183.428

PROGRAMA: 0550 - Controle Externo
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.100.903	1.137.210	1.059.514
Despesas Correntes	1.036.988	1.077.663	1.049.304
Despesas de Capital	63.914	59.547	10.210
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.100.903	1.137.210	1.059.514

PROGRAMA: 0551 - Atuação Legislativa do Senado Federal
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.311.107	2.305.547	2.041.593
Despesas Correntes	2.241.276	2.216.712	2.024.301
Despesas de Capital	69.832	88.835	17.291
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.311.107	2.305.547	2.041.593

PROGRAMA: 0553 - Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.538.831	3.603.794	3.224.305
Despesas Correntes	3.297.893	3.386.324	3.196.356
Despesas de Capital	240.937	217.470	27.950
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	3.538.831	3.603.794	3.224.305



PROGRAMA: 0565 - Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	435.139	459.663	374.116
Despesas Correntes	395.782	420.946	365.833
Despesas de Capital	39.358	38.718	8.283
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	435.139	459.663	374.116

PROGRAMA: 0566 - Prestação Jurisdicional Militar

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	256.860	267.017	239.036
Despesas Correntes	237.362	251.375	236.087
Despesas de Capital	19.498	15.642	2.949
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	256.860	267.017	239.036

PROGRAMA: 0567 - Prestação Jurisdicional no Distrito Federal

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.631.932	1.714.036	1.647.492
Despesas Correntes	1.575.081	1.659.696	1.621.880
Despesas de Capital	56.851	54.339	25.612
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.631.932	1.714.036	1.647.492

PROGRAMA: 0568 - Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	860.871	895.104	791.273
Despesas Correntes	814.167	867.409	781.413
Despesas de Capital	46.704	27.695	9.860
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	860.871	895.104	791.273


PROGRAMA: 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	7.727.217	8.186.316	7.564.653
Despesas Correntes	7.329.878	7.792.118	7.467.730
Despesas de Capital	397.339	394.198	96.922
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	7.727.217	8.186.316	7.564.653

PROGRAMA: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.865.684	5.122.825	4.449.431
Despesas Correntes	4.558.414	4.695.353	4.348.533
Despesas de Capital	307.270	427.472	100.897
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	4.865.684	5.122.825	4.449.431

PROGRAMA: 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	11.986.984	12.548.366	11.558.700
Despesas Correntes	11.342.964	11.909.746	11.476.380
Despesas de Capital	644.021	638.620	82.321
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	11.986.984	12.548.366	11.558.700

PROGRAMA: 0581 - Defesa da Ordem Jurídica
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.214.695	4.503.711	4.061.252
Despesas Correntes	3.866.320	4.169.554	4.013.012
Despesas de Capital	348.375	334.157	48.240
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	4.214.695	4.503.711	4.061.252



PROGRAMA: 0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	0	0	0
Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital	0	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	3.267.721	2.912.139	1.805.788
Totais	3.267.721	2.912.139	1.805.788

PROGRAMA: 0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	0	0	0
Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital	0	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	6.575.353	6.295.444	4.633.044
Totais	6.575.353	6.295.444	4.633.044

PROGRAMA: 1389 - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	209.820	220.199	94.455
Despesas Correntes	140.222	152.996	90.743
Despesas de Capital	69.598	67.203	3.712
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	209.820	220.199	94.455

PROGRAMA: 2100 - Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	77.999	75.877	56.548
Despesas Correntes	70.819	67.547	56.199
Despesas de Capital	7.180	8.330	349
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	77.999	75.877	56.548


PROGRAMA: 2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.751.847	4.904.294	4.523.974
Despesas Correntes	4.680.597	4.833.010	4.506.286
Despesas de Capital	71.250	71.284	17.689
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	4.751.847	4.904.294	4.523.974

PROGRAMA: 2102 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	60.669	67.820	57.885
Despesas Correntes	59.169	65.689	57.645
Despesas de Capital	1.500	2.132	240
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	60.669	67.820	57.885

PROGRAMA: 2103 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	28.475	30.066	17.456
Despesas Correntes	23.882	25.472	17.145
Despesas de Capital	4.593	4.593	311
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	28.475	30.066	17.456

PROGRAMA: 2104 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	22.804	22.445	19.545
Despesas Correntes	22.754	22.395	19.531
Despesas de Capital	50	50	14
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	22.804	22.445	19.545


PROGRAMA: 2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.644.811	5.083.168	4.989.770
Despesas Correntes	4.625.223	5.045.793	4.979.521
Despesas de Capital	19.589	37.375	10.250
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	4.644.811	5.083.168	4.989.770

PROGRAMA: 2106 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.191.225	2.253.261	2.119.497
Despesas Correntes	2.145.432	2.209.656	2.100.263
Despesas de Capital	45.793	43.605	19.234
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.191.225	2.253.261	2.119.497

PROGRAMA: 2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	701.039	748.658	637.543
Despesas Correntes	673.684	717.405	630.579
Despesas de Capital	27.356	31.253	6.964
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	701.039	748.658	637.543

PROGRAMA: 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	23.574.284	26.560.653	25.511.799
Despesas Correntes	23.183.245	26.194.303	25.353.306
Despesas de Capital	391.039	366.350	158.494
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	23.574.284	26.560.653	25.511.799


PROGRAMA: 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	30.278.755	33.658.755	32.433.470
Despesas Correntes	30.175.593	33.549.613	32.408.615
Despesas de Capital	103.162	109.142	24.855
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	30.278.755	33.658.755	32.433.470

PROGRAMA: 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13.939.491	14.514.278	12.610.085
Despesas Correntes	13.001.507	13.465.074	12.517.583
Despesas de Capital	937.984	1.049.204	92.502
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	13.939.491	14.514.278	12.610.085

PROGRAMA: 2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	977.424	985.903	814.384
Despesas Correntes	932.257	931.075	795.484
Despesas de Capital	45.168	54.828	18.899
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	977.424	985.903	814.384

PROGRAMA: 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.810.046	6.333.616	5.754.885
Despesas Correntes	5.744.031	6.212.580	5.745.773
Despesas de Capital	66.016	121.036	9.111
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	5.810.046	6.333.616	5.754.885



PROGRAMA: 2113 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aquicultura

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	101.968	117.349	107.436
Despesas Correntes	99.020	114.401	105.835
Despesas de Capital	2.948	2.948	1.601
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	101.968	117.349	107.436

PROGRAMA: 2114 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.612.297	5.885.228	5.800.488
Despesas Correntes	5.601.332	5.873.410	5.799.048
Despesas de Capital	10.965	11.818	1.439
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	5.612.297	5.885.228	5.800.488

PROGRAMA: 2115 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	11.136.075	11.341.264	10.973.213
Despesas Correntes	11.058.026	11.282.265	10.956.929
Despesas de Capital	78.049	58.999	16.285
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	11.136.075	11.341.264	10.973.213

PROGRAMA: 2116 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	914.697	990.617	881.273
Despesas Correntes	878.518	963.393	876.322
Despesas de Capital	36.180	27.224	4.951
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	914.697	990.617	881.273


PROGRAMA: 2117 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	546.243	590.492	503.709
Despesas Correntes	525.932	561.500	499.839
Despesas de Capital	20.311	28.992	3.870
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	546.243	590.492	503.709

PROGRAMA: 2118 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.352.652	1.422.920	1.485.928
Despesas Correntes	1.334.597	1.402.065	1.467.953
Despesas de Capital	18.055	20.855	17.975
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.352.652	1.422.920	1.485.928

PROGRAMA: 2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.275.989	1.421.809	1.280.505
Despesas Correntes	1.207.149	1.342.328	1.262.005
Despesas de Capital	68.840	79.480	18.499
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	74.488	68.524	26.733
Totais	1.350.477	1.490.332	1.307.237

PROGRAMA: 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	871.361	930.361	833.094
Despesas Correntes	845.939	889.939	812.460
Despesas de Capital	25.422	40.422	20.634
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	871.361	930.361	833.094


PROGRAMA: 2121 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.020.090	1.033.251	857.747
Despesas Correntes	965.430	971.930	853.791
Despesas de Capital	54.660	61.320	3.956
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.020.090	1.033.251	857.747

PROGRAMA: 2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	279.087	257.676	192.445
Despesas Correntes	271.454	250.043	190.686
Despesas de Capital	7.633	7.633	1.759
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	279.087	257.676	192.445

PROGRAMA: 2123 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	158.663	171.063	119.308
Despesas Correntes	147.968	167.369	118.811
Despesas de Capital	10.694	3.694	497
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	158.663	171.063	119.308

PROGRAMA: 2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente
Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.379.194	1.468.169	1.374.522
Despesas Correntes	1.364.013	1.448.590	1.365.456
Despesas de Capital	15.180	19.579	9.066
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.379.194	1.468.169	1.374.522



PROGRAMA: 2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	6.681.158	3.786.237	3.041.959
Despesas Correntes	6.635.324	3.740.843	3.038.571
Despesas de Capital	45.834	45.395	3.387
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	6.681.158	3.786.237	3.041.959

PROGRAMA: 2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.025.275	2.963.900	2.079.359
Despesas Correntes	2.006.811	2.194.848	1.745.990
Despesas de Capital	1.018.464	769.053	333.369
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	3.025.275	2.963.900	2.079.359

PROGRAMA: 2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.739.058	1.738.778	1.625.980
Despesas Correntes	1.711.838	1.700.137	1.619.526
Despesas de Capital	27.220	38.641	6.455
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.739.058	1.738.778	1.625.980

PROGRAMA: 2128 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	134.127	137.173	106.361
Despesas Correntes	111.882	114.927	98.815
Despesas de Capital	22.245	22.245	7.546
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	134.127	137.173	106.361

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ANEXO I

EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES

ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS



PROGRAMA: 2057 - Política Externa

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.020.334	1.261.083	1.093.931
Despesas Correntes	958.639	1.200.278	1.063.783
Despesas de Capital	61.695	60.805	30.148
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.020.334	1.261.083	1.093.931

OBJETIVO: 0900 - Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03PD - Adensamento das relações políticas bilaterais, do comércio, dos investimentos, da cooperação científica e tecnológica, e nas áreas de segurança pública, crime organizado e ilícitos internacionais e dos intercâmbios cultural e educacional, entre outros, entre o Brasil e os outros países, mediante a realização de reuniões de Comissões Mistas bilaterais, de Consultas Políticas e de visitas de autoridades brasileiras a esses países e estrangeiras ao Brasil, e da ação de outros atores públicos e privados, nacionais e estrangeiros

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WW	488.676.084	636.001.496	684.315.208	671.298.564	671.298.567
Total	488.676.084	636.001.496	684.315.208	671.298.564	671.298.567

- 03PE - Adensamento das relações políticas, econômicas e culturais, e de cooperação com países de língua oficial portuguesa e países membros de organismos regionais africanos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2532	1.408.000	988.000	987.073	987.073	987.073
Total	1.408.000	988.000	987.073	987.073	987.073

- 03Q3 - Intensificação dos trabalhos de demarcação de fronteira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2536	1.802.002	1.802.002	1.654.731	1.589.643	1.589.643
Total	1.802.002	1.802.002	1.654.731	1.589.643	1.589.643

- 03Q5 - Promoção de eventos internacionais de Política Externa

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8495	12.079.000	10.749.000	10.558.996	10.558.996	10.558.996
Total	12.079.000	10.749.000	10.558.996	10.558.996	10.558.996

OBJETIVO: 0901 - Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o país é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha.



Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03QE - Atuação nas negociações intergovernamentais para lograr composição e gestão inclusiva das instituições e órgãos centrais dos sistemas de governança, com prioridade para a reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança (CSNU)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WX	50.289.761	65.886.349	68.701.740	66.878.516	66.878.515
Total	50.289.761	65.886.349	68.701.740	66.878.516	66.878.515

OBJETIVO: 0902 - Promover e participar da discussão sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não-proliferação, nos diferentes foros de negociação bilateral, regional e multilateral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03RH - Intensificação do apoio, na ONU, a esforços em favor da paz e da segurança internacionais, com a participação em Missões de Paz

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X1	300.000.000	290.326.973	255.678.721	195.726.594	169.952.064
Total	300.000.000	290.326.973	255.678.721	195.726.594	169.952.064

OBJETIVO: 0905 - Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03SI - Capacitação de funcionários diplomáticos brasileiros para atuar especificamente nos contenciosos de interesse do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) e familiarização de advogados com o funcionamento da OMC

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6105	1.599.440	4.099.440	1.866.172	1.169.088	1.169.088
Total	1.599.440	4.099.440	1.866.172	1.169.088	1.169.088

OBJETIVO: 0907 - Desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03TB - Organização e apoio a Missões Comerciais em países prioritários e por ocasião das visitas da Presidenta da República ao exterior e da visita de altas autoridades estrangeiras ao Brasil, divulgando as oportunidades de investimentos no Brasil, além de prestação de apoio na organização de missões de empresas ou grupo de empresas brasileiras ao exterior, auxiliando na confecção de Agenda de encontros e visitas a autoridades, entidades de classe e empresas estrangeiras

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WZ	17.351.955	14.332.485	14.582.839	9.771.135	9.771.135
Total	17.351.955	14.332.485	14.582.839	9.771.135	9.771.135



OBJETIVO: 0909 - Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03TN - Aperfeiçoamento da rede dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) das Embaixadas, em sua base tecnológica e de infraestrutura

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2541	880.000	631.000	70.333	70.333	70.333
Total	880.000	631.000	70.333	70.333	70.333

OBJETIVO: 0911 - Aprimorar e expandir os serviços consulares, o tratamento dos temas migratórios e as atividades de apoio às comunidades brasileiras no exterior, nos termos da política governamental estabelecida pelo Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03UD - Elevação da qualidade do atendimento consular e da assistência aos brasileiros no exterior, com ênfase no aprimoramento das práticas de trabalho, no treinamento de agentes consulares, na realização de campanhas de informação e outras formas previstas em Plano Diretor de Reforma Consular

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2015	46.750.000	46.750.000	44.932.177	44.749.535	44.722.326
Total	46.750.000	46.750.000	44.932.177	44.749.535	44.722.326

OBJETIVO: 0913 - Ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03UH - Aprimoramento do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD), do Curso de Formação, do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e do Curso de Altos Estudos (CAE), assim como do programa de intercâmbio para diplomatas estrangeiros, tornando obrigatórias disciplinas eletivas, tais como o russo, o árabe e o chinês

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2534	2.464.000	1.726.000	1.634.045	1.626.001	1.625.620
Total	2.464.000	1.726.000	1.634.045	1.626.001	1.625.620

- 03UL - Concessão da Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia para candidatos afro-descendentes e expansão da divulgação do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco para todas as capitais brasileiras

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00CC	1.540.000	1.078.000	1.074.725	151.742	151.742
Total	1.540.000	1.078.000	1.074.725	151.742	151.742

OBJETIVO: 0915 - Expandir o conhecimento internacional sobre a variedade brasileira da Língua Portuguesa e sobre a cultura brasileira, e promover o intercâmbio, a cooperação cultural e educacional e a diversidade cultural, nos âmbitos bilateral e multilateral, e a transformação da percepção sobre o Brasil e os brasileiros.



Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03UX - Aprimoramento e ampliação dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00CB	2.000.000	1.400.000	738.314	738.314	738.314
Total	2.000.000	1.400.000	738.314	738.314	738.314

- 03V7 - Promoção da cultura brasileira e da variedade brasileira da língua portuguesa no exterior.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WY	29.100.000	21.891.070	23.817.946	23.472.617	23.472.617
Total	29.100.000	21.891.070	23.817.946	23.472.617	23.472.617

OBJETIVO: 0916 - Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03VC - Promoção de debates, por meio da realização de colóquios, mesas redondas, encontros, seminários, cursos, conferências sobre os temas prioritários da política externa e da história diplomática brasileira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2367	9.152.000	6.452.000	6.152.289	4.491.289	4.491.289
Total	9.152.000	6.452.000	6.152.289	4.491.289	4.491.289

OBJETIVO: 0917 - Diversificar e ampliar a cooperação técnica internacional do Brasil, com base em mecanismos bilaterais, multilaterais e regionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03VF - Aperfeiçoamento e fortalecimento da formulação, da execução, do acompanhamento e da avaliação de instrumentos de Cooperação Técnica Internacional prestada, concebida e implementada em parceria com países em desenvolvimento e organismos internacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2533	36.000.000	118.500.000	28.623.856	27.765.749	27.761.913
Total	36.000.000	118.500.000	28.623.856	27.765.749	27.761.913



OBJETIVO: 0918 - Expandir a participação do Brasil em negociações e ações internacionais de combate à fome e à pobreza e de cunho humanitário, a fim de prevenir calamidades, propiciar apoio emergencial em casos de desastres ou conflitos e auxiliar a recuperação de países atingidos por eventos danosos de grandes proporções.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03VP - Participação de especialistas e de meios brasileiros em ações internacionais de prevenção e resposta a desastres e reconstrução pós-calamidade, e execução de atividades de cunho humanitário, inclusive em operações de resgate, busca e salvamento, e de gestão de risco e de desastres

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X0	19.242.000	38.469.400	39.921.381	32.885.844	32.885.844
Total	19.242.000	38.469.400	39.921.381	32.885.844	32.885.844

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	14.750.812	15.939.535	9.407.137
Despesas Correntes	5.852.410	6.553.243	4.418.108
Despesas de Capital	8.898.402	9.386.293	4.989.029
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	8.000	64.475	58.483
Totais	14.758.812	16.004.011	9.465.620

OBJETIVO: 0461 - Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea (SISDABRA) e Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB), visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01HF - Desenvolvimento e modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XV	1.505.057.441	1.997.521.093	1.565.944.389	856.202.636	853.259.844
Total	1.505.057.441	1.997.521.093	1.565.944.389	856.202.636	853.259.844

• 01HG - Monitoramento e defesa do espaço aéreo brasileiro

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais				
Ação	Dotação		Executado	
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado
2041	8.000.000	64.475.196		58.483.109
Total	8.000.000	64.475.196		58.483.109

• 01HH - Prevenção de acidentes aeronáuticos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2913	12.137.500	12.137.500	12.200.788	7.079.230	6.963.094
Total	12.137.500	12.137.500	12.200.788	7.079.230	6.963.094

• 04E8 - Implantação e Adequação de Artilharia Antiaérea de Autodefesa

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T2	4.000.000	3.000.000	2.995.395	1.802.808	1.794.229
Total	4.000.000	3.000.000	2.995.395	1.802.808	1.794.229

• 04H3 - Obtenção de Armamentos e Sistemas de Defesa Antiaérea

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
151D	50.000.000	50.000.000	9.835.113	927.352	911.117
Total	50.000.000	50.000.000	9.835.113	927.352	911.117



OBJETIVO: 0462 - Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01HM - Formação e capacitação de recursos humanos da Força Aérea Brasileira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X9	20.700.000	20.700.000	20.546.888	13.945.518	13.942.721
20X8	6.300.000	6.300.000	5.862.190	1.483.429	1.464.436
Total	27.000.000	27.000.000	26.409.078	15.428.947	15.407.157

• 01HN - Instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão da Força Aérea Brasileira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2916	40.249.978	44.608.533	42.155.700	33.619.617	33.616.549
Total	40.249.978	44.608.533	42.155.700	33.619.617	33.616.549

• 01HO - Logística operacional da Força Aérea Brasileira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2868	500.000.000	446.844.668	361.733.433	345.570.444	316.381.356
20XA	52.478.317	53.379.980	46.779.155	18.640.458	18.302.402
212O	164.281.387	164.281.387	164.852.659	162.663.724	162.663.724
2865	91.434.775	91.434.775	91.436.682	83.671.691	83.105.693
2048	631.000.000	638.723.000	607.260.083	464.737.382	464.522.014
Total	1.439.194.479	1.394.663.810	1.272.062.013	1.075.283.699	1.044.975.190

OBJETIVO: 0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01HR - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas (Projeto KC-X)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123B	959.000.000	959.000.000	965.111.420	965.111.420	965.111.420
Total	959.000.000	959.000.000	965.111.420	965.111.420	965.111.420

• 01HZ - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XB	48.280.000	47.469.332	37.632.033	12.211.803	12.211.803
212H	14.700.000	14.700.000	0	0	0
20XC	2.700.000	2.000.000	1.948.652	1.009.815	995.746
Total	65.680.000	64.169.332	39.580.685	13.221.618	13.207.548



OBJETIVO: 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0110 - Adequação da frota de aeronaves militares

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8969	242.433.871	222.470.824	163.880.829	163.854.173	163.854.173
20IH	224.890.747	272.294.018	295.131.545	245.785.028	245.785.028
Total	467.324.618	494.764.842	459.012.374	409.639.201	409.639.201

• 04HU - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X (Projeto A-1M)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U72	94.628.137	94.628.137	0	0	0
Total	94.628.137	94.628.137	0	0	0

• 011B - Aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123J	670.300.000	670.300.000	658.805.405	228.487.107	225.830.200
Total	670.300.000	670.300.000	658.805.405	228.487.107	225.830.200

• 011I - Adequação dos meios de apoio ao combate

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XU	9.090.300	10.908.360	8.770.792	3.943.525	3.943.525
Total	9.090.300	10.908.360	8.770.792	3.943.525	3.943.525

• 011K - Implantação de novos sistemas bélicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TH	30.000.000	30.000.000	32.212.397	22.274.915	22.274.915
Total	30.000.000	30.000.000	32.212.397	22.274.915	22.274.915

• 04E6 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T0	0	10.000.000	0	0	0
Total	0	10.000.000	0	0	0

• 04GP - Aquisição de Cargueiros Táticos Militares de 10 a 20 toneladas (KC-390)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XJ	20.000.000	20.000.000	20.510.115	20.510.115	20.510.115
Total	20.000.000	20.000.000	20.510.115	20.510.115	20.510.115



OBJETIVO: 0482 - Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01LV - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T5	298.000.000	298.000.000	256.059.115	75.769.386	63.577.561
Total	298.000.000	298.000.000	256.059.115	75.769.386	63.577.561

• 01LW - Implantação e adequação da infraestrutura de defesa terrestre e de apoio ao pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11UB	20.000.000	16.000.000	10.444.978	7.892.722	7.625.850
20PY	226.062.890	230.062.890	155.010.019	52.495.830	41.785.246
Total	246.062.890	246.062.890	165.454.997	60.388.552	49.411.096

• 01LX - Implantação e adequação do sistema de aviação do Exército

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3138	120.000.000	120.000.000	101.120.330	34.764.665	30.366.780
Total	120.000.000	120.000.000	101.120.330	34.764.665	30.366.780

OBJETIVO: 0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01QX - Apoio a comunidades carentes

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XD	1.500.000	443.000	442.313	396.892	396.892
Total	1.500.000	443.000	442.313	396.892	396.892

• 01QY - Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6557	12.000.000	12.000.000	11.860.630	8.812.772	4.526.478
Total	12.000.000	12.000.000	11.860.630	8.812.772	4.526.478

• 01QZ - Cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XH	89.677.012	147.245.012	15.134.133	10.556.012	10.556.002
Total	89.677.012	147.245.012	15.134.133	10.556.012	10.556.002



• 04GE - Desenvolvimento de Atletas Militares

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IG	2.000.000	2.000.000	1.796.087	1.200.479	1.162.202
Total	2.000.000	2.000.000	1.796.087	1.200.479	1.162.202

• 04GF - Fortalecimento da Consciência Cidadã do Universitário.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8425	4.000.000	4.000.000	3.953.790	2.499.496	2.303.936
Total	4.000.000	4.000.000	3.953.790	2.499.496	2.303.936

OBJETIVO: 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01YO - Adequação dos meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XP	398.748.996	318.999.879	317.532.051	191.014.368	189.175.762
Total	398.748.996	318.999.879	317.532.051	191.014.368	189.175.762

• 01YR - Construção de navios-patrolha oceânicos 1800 t (PROSUPER)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DC	5.000.000	4.000.000	5.312	5.312	5.312
Total	5.000.000	4.000.000	5.312	5.312	5.312

• 01YS - Construção de navios-patrolha de 500 t

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1N47	36.028.619	28.822.896	16.078.839	4.001.369	3.997.514
Total	36.028.619	28.822.896	16.078.839	4.001.369	3.997.514

• 01YT - Construção de submarino de propulsão nuclear (PROSUB)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123H	332.865.754	437.672.877	458.650.923	156.249.184	153.440.076
Total	332.865.754	437.672.877	458.650.923	156.249.184	153.440.076

• 01YU - Construção de submarinos convencionais (PROSUB)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123I	337.200.760	361.930.760	343.499.913	267.433.426	216.496.884
Total	337.200.760	361.930.760	343.499.913	267.433.426	216.496.884



- 01YW - Implantação de estaleiro e base naval para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares (PROSUB)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123G	1.590.933.486	1.461.396.363	1.251.901.136	1.241.110.712	1.129.861.219
Total	1.590.933.486	1.461.396.363	1.251.901.136	1.241.110.712	1.129.861.219

- 01YX - Implantação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DE	19.000.000	17.000.000	7.005.702	6.767.506	6.764.540
Total	19.000.000	17.000.000	7.005.702	6.767.506	6.764.540

- 04EF - Construção de Navios Escoltas (NEsc)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TB	6.000.000	4.809.700	4.810.105	317.653	317.653
Total	6.000.000	4.809.700	4.810.105	317.653	317.653

OBJETIVO: 0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01Z4 - Adequação da infraestrutura de unidades militares e dos pelotões especiais de fronteira na região do Calha Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2452	12.765.480	12.765.480	12.764.830	4.017.830	2.894.520
Total	12.765.480	12.765.480	12.764.830	4.017.830	2.894.520

- 01ZA - Logística operacional para apoio às atividades do Calha Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X6	59.234.520	59.234.520	42.232.167	15.121.821	12.403.806
Total	59.234.520	59.234.520	42.232.167	15.121.821	12.403.806

- 01ZC - Implantação e melhoria da infraestrutura básica nos municípios atendidos pelo Calha Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1211	374.740.755	484.937.666	209.990.931	15.649.911	15.649.911
Total	374.740.755	484.937.666	209.990.931	15.649.911	15.649.911

OBJETIVO: 0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicações no Exército, visando assegurar a capacidade de defesa cibernética no campo militar e contribuir com a segurança cibernética nos campos civil e industrial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas



• 01ZH - Implantação do sistema de defesa cibernética

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147F	70.000.000	70.000.000	61.751.715	26.396.990	23.596.824
Total	70.000.000	70.000.000	61.751.715	26.396.990	23.596.824

OBJETIVO: 0523 - Elevar a capacidade operativa da Marinha e adequar a infraestrutura das instalações terrestres, para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01ZM - Aprestamento dos meios operativos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XN	760.733.348	875.369.321	796.614.566	604.419.612	580.699.449
20XY	1.100.000	5.100.000	996.675	705.592	571.565
Total	761.833.348	880.469.321	797.611.241	605.125.204	581.271.014

• 01ZT - Adequação de arsenais, bases, estações navais e demais instalações terrestres

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SE	66.508.033	62.548.217	27.166.523	11.011.732	10.859.965
Total	66.508.033	62.548.217	27.166.523	11.011.732	10.859.965

• 01ZN - Formação e capacitação de recursos humanos da Marinha

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XR	46.519.000	46.519.000	45.217.963	40.393.451	40.325.388
Total	46.519.000	46.519.000	45.217.963	40.393.451	40.325.388

• 01ZQ - Logística operacional da Marinha

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2865	112.212.260	107.712.260	107.712.244	81.230.511	81.058.050
2120	261.610.763	266.110.763	271.834.022	269.668.774	269.661.274
Total	373.823.023	373.823.023	379.546.266	350.899.285	350.719.324

• 04C5 - Implantação da Segunda Esquadra

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T8	5.000.000	4.000.000	0	0	0
Total	5.000.000	4.000.000	0	0	0

OBJETIVO: 0527 - Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas



• 01ZX - Desenvolvimento das Atividades de Auxílio à Navegação e de Registro e Fiscalização de embarcações

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XX	49.773.000	49.773.000	50.386.855	39.331.529	38.884.862
Total	49.773.000	49.773.000	50.386.855	39.331.529	38.884.862

• 01ZY - Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2510	140.709.650	140.709.650	140.232.821	88.352.790	86.317.033
Total	140.709.650	140.709.650	140.232.821	88.352.790	86.317.033

OBJETIVO: 0528 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0200 - Desenvolvimento da Propulsão Nuclear de Submarino

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T7	336.360.000	336.360.000	347.635.676	155.929.119	140.991.708
Total	336.360.000	336.360.000	347.635.676	155.929.119	140.991.708

• 0202 - Desenvolvimento de sistemas e tecnologias operativas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XO	29.934.818	23.947.855	20.336.419	16.403.854	14.111.484
1N56	42.720.275	34.176.221	18.986.201	9.687.068	9.666.985
Total	72.655.093	58.124.076	39.322.620	26.090.922	23.778.469

• 047H - Pesquisa para o Desenvolvimento do Ciclo de Combustível Nuclear

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211D	8.600.000	8.600.000	4.382.675	3.199.245	3.167.275
Total	8.600.000	8.600.000	4.382.675	3.199.245	3.167.275

OBJETIVO: 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 020B - Obtenção de sistemas de artilharia antiaérea

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DB	87.000.000	87.000.000	91.737.605	55.438.627	54.812.861
Total	87.000.000	87.000.000	91.737.605	55.438.627	54.812.861



• 020C - Obtenção e modernização de equipamentos de engenharia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2911	22.000.000	22.000.000	19.175.977	13.048.874	11.840.927
Total	22.000.000	22.000.000	19.175.977	13.048.874	11.840.927

• 020D - Obtenção e Modernização de Meios do Exército (EB).

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XG	190.000.000	190.000.000	182.471.356	121.646.130	116.996.137
20XF	35.500.000	35.500.000	3.824.872	158.328	157.089
Total	225.500.000	225.500.000	186.296.228	121.804.458	117.153.226

• 04EA - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14LW	311.000.000	311.000.000	222.547.290	40.852.750	37.385.450
Total	311.000.000	311.000.000	222.547.290	40.852.750	37.385.450

• 04EB - Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T6	48.000.000	48.000.000	29.931.224	5.732.717	3.957.165
Total	48.000.000	48.000.000	29.931.224	5.732.717	3.957.165

• 04EC - Aquisição de Blindados Guarani

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T4	133.000.000	133.000.000	95.764.570	64.301.692	56.966.387
Total	133.000.000	133.000.000	95.764.570	64.301.692	56.966.387

OBJETIVO: 0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 020H - Proteção, segurança e desenvolvimento regional da Amazônia Legal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X4	72.019.958	71.186.484	52.114.562	32.552.799	31.816.938
13F9	4.600.000	4.600.000	331.704	41.844	41.844
Total	76.619.958	75.786.484	52.446.265	32.594.644	31.858.782

OBJETIVO: 0534 - Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.



Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 020J - Implantação e operação do sistema de comunicações militares

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X5	32.513.552	32.513.552	32.537.611	26.325.054	25.064.902
Total	32.513.552	32.513.552	32.537.611	26.325.054	25.064.902

• 020M - Obtenção e tratamento de imagens e dados por sensoriamento remoto

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
151S	113.000.000	113.000.000	97.889.356	95.546.526	95.523.179
Total	113.000.000	113.000.000	97.889.356	95.546.526	95.523.179

• 020R - Realização de exercícios militares conjuntos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X7	87.640.449	87.640.449	37.859.970	27.552.910	24.628.001
14VW	0	476.600.000	366.704.661	242.481.934	200.405.836
Total	87.640.449	564.240.449	404.564.631	270.034.843	225.033.837

• 04E4 - Apoio à Realização de Grandes Eventos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14SY	358.400.004	358.400.004	375.910.513	213.834.631	196.893.898
Total	358.400.004	358.400.004	375.910.513	213.834.631	196.893.898

OBJETIVO: 0542 - Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0215 - Formação e capacitação de recursos humanos do Exército

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8965	67.400.000	67.400.000	67.395.137	56.476.964	52.922.171
Total	67.400.000	67.400.000	67.395.137	56.476.964	52.922.171

• 0217 - Instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão do Exército

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4450	411.497.702	411.497.702	364.363.883	196.944.766	188.561.520
2900	12.272.000	12.272.000	10.330.659	9.212.082	7.578.433
20XK	354.869.357	354.869.357	335.760.085	225.951.497	212.143.258
Total	778.639.059	778.639.059	710.454.627	432.108.344	408.283.211



• 0218 - Logística operacional do Exército

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XL	1.643.000	1.643.000	1.099.207	861.183	851.873
2865	239.600.807	281.917.161	276.243.120	205.338.658	196.541.991
2120	529.383.031	489.383.031	492.897.383	491.132.234	489.907.482
2919	32.118.263	32.118.263	27.156.800	20.850.554	16.759.554
Total	802.745.101	805.061.455	797.396.510	718.182.629	704.060.901

OBJETIVO: 0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0237 - Aperfeiçoamento e integração dos sistemas de serviço militar das Forças Armadas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2872	7.756.111	7.756.111	6.652.360	4.030.370	3.381.352
Total	7.756.111	7.756.111	6.652.360	4.030.370	3.381.352

• 023A - Implantação do SINAMOB, em rede nacional privada, de forma a permitir a realização de exercícios e a execução dos planos de mobilização

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X3	1.550.000	1.550.000	1.489.924	1.488.954	1.484.956
Total	1.550.000	1.550.000	1.489.924	1.488.954	1.484.956

OBJETIVO: 0552 - Promover o desenvolvimento e a capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército, visando à ampliação da capacidade operacional terrestre para a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 023N - Implantação e modernização dos sistemas de comunicações, de guerra eletrônica e complementares de comando e controle

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XE	139.650.000	139.650.000	77.446.016	48.086.273	41.329.643
Total	139.650.000	139.650.000	77.446.016	48.086.273	41.329.643

• 023O - Pesquisa e desenvolvimento tecnológico de sistemas, equipamentos e materiais de uso de defesa e civil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XJ	27.131.546	27.131.546	27.816.064	20.641.464	19.157.975
2A82	10.000.000	10.000.000	8.917.447	6.125.255	5.845.324
Total	37.131.546	37.131.546	36.733.511	26.766.719	25.003.300



OBJETIVO: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0249 - Desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D55	17.709.000	17.709.000	18.354.861	13.001.324	12.752.090
Total	17.709.000	17.709.000	18.354.861	13.001.324	12.752.090

OBJETIVO: 0971 - Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 044X - Construção e modernização de instalações militares

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20S9	50.100.000	43.867.267	38.198.917	11.415.843	11.239.788
14VX	76.255.043	128.181.618	86.379.000	55.481.297	55.481.297
Total	126.355.043	172.048.885	124.577.917	66.897.140	66.721.084

- 044Y - Desenvolvimento e implantação de sistemas institucionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SA	6.000.000	7.200.000	6.065.918	4.243.884	3.927.964
Total	6.000.000	7.200.000	6.065.918	4.243.884	3.927.964

**PROGRAMA: 2056 - Política Espacial****Execução Orçamentária do Programa**

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	359.467	345.467	88.769
Despesas Correntes	101.544	101.544	59.560
Despesas de Capital	257.923	243.923	29.210
	0	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	359.467	345.467	88.769
Totais			

OBJETIVO: 0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 016E - Desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores nacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V0	28.253.078	28.253.078	28.561.132	13.362.553	13.362.553
Total	28.253.078	28.253.078	28.561.132	13.362.553	13.362.553

OBJETIVO: 0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 016L - Exploração dos serviços comerciais de lançamento pela Alcântara Cyclone Space (ACS) a partir de Alcântara

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0B18	80.000.000	66.000.000	0	0	0
Total	80.000.000	66.000.000	0	0	0

• 016O - Implantação do Complexo Espacial de Alcântara (CEA)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7F40	90.699.455	90.699.455	56.192.599	896.949	896.949
Total	90.699.455	90.699.455	56.192.599	896.949	896.949

OBJETIVO: 0555 - Ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 024Q - Desenvolver tecnologias críticas requeridas por sistemas espaciais, particularmente as voltadas para satélites, cargas úteis, veículos lançadores e sistemas de solo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VB	35.472.000	35.472.000	31.127.742	13.611.209	13.496.073
Total	35.472.000	35.472.000	31.127.742	13.611.209	13.496.073



OBJETIVO: 0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02NB - Concepção e análise de viabilidade de novas missões espaciais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VC	91.882.598	91.882.598	83.689.796	45.778.590	44.332.792
Total	91.882.598	91.882.598	83.689.796	45.778.590	44.332.792

• 02NA - Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreo e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UZ	33.160.192	33.160.192	31.687.528	15.119.747	14.225.841
Total	33.160.192	33.160.192	31.687.528	15.119.747	14.225.841

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	659.510	672.573	403.837
Despesas Correntes	488.312	529.652	362.620
Despesas de Capital	171.198	142.921	41.217
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	659.510	672.573	403.837

OBJETIVO: 0323 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00ZQ - Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12P1	2.113.500	1.479.450	384.162	117.864	75.975
Total	2.113.500	1.479.450	384.162	117.864	75.975

• 00ZR - Produção de radioisótopos e radiofármacos para a saúde

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2478	71.150.912	85.150.912	84.923.646	72.381.754	70.806.185
Total	71.150.912	85.150.912	84.923.646	72.381.754	70.806.185

OBJETIVO: 0325 - Expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 00ZX - Ampliação do parque industrial de reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CQ	3.000.000	3.000.000	3.000.000	2.989.218	2.989.218
Total	3.000.000	3.000.000	3.000.000	2.989.218	2.989.218

• 00ZY - Descomissionamento das unidades minero-industriais do ciclo do combustível nuclear

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I3	17.007.302	12.508.302	539.912	415.663	415.663
Total	17.007.302	12.508.302	539.912	415.663	415.663

• 00ZZ - Expansão da unidade de Concentrado de urânio em Caetité/BA



• 00ZZ - Expansão da unidade de Concentrado de urânio em Caetité/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CP	52.575.805	36.803.065	3.996.386	1.632.160	1.632.160
Total	52.575.805	36.803.065	3.996.386	1.632.160	1.632.160

• 0100 - Implantação da Fábrica de Tubos de Ligas Especiais Extrudados

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CS	750.000	750.000	0	0	0
Total	750.000	750.000	0	0	0

• 0101 - Implantação da Usina de Conversão de UF6

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CR	3.500.000	4.549.000	434.997	0	0
Total	3.500.000	4.549.000	434.997	0	0

• 0102 - Implantação da Usina de Enriquecimento com a contribuição da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1393	45.079.429	45.079.429	45.577.836	15.736.880	13.360.765
Total	45.079.429	45.079.429	45.577.836	15.736.880	13.360.765

• 0104 - Produção de elementos combustíveis para a operação dos reatores das usinas term nucleares brasileiras

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2482	392.535.303	413.261.741	392.517.723	261.482.214	260.229.578
Total	392.535.303	413.261.741	392.517.723	261.482.214	260.229.578

• 0105 - Realização de prospecção e pesquisa geológica em áreas com indícios de depósitos uraníferos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I2	11.212.000	8.712.000	366.618	329.361	329.361
Total	11.212.000	8.712.000	366.618	329.361	329.361

OBJETIVO: 0326 - Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0106 - Ampliação do programa de formação especializada para o setor nuclear

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B32	4.178.000	3.770.000	3.658.976	3.491.316	3.477.760
Total	4.178.000	3.770.000	3.658.976	3.491.316	3.477.760



OBJETIVO: 0327 - Fortalecer o sistema de regulação nuclear para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0107 - Aperfeiçoamento das atividades de licenciamento e controle de instalações nucleares e radioativas e de salvaguardas nucleares

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UW	8.950.969	8.950.969	8.854.142	5.527.486	5.527.486
Total	8.950.969	8.950.969	8.854.142	5.527.486	5.527.486

OBJETIVO: 0328 - Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 010C - Pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologia nuclear e suas aplicações

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UX	32.760.237	34.093.637	33.954.675	30.116.952	28.858.538
13CN	330.500	231.350	0	0	0
20UY	7.683.000	7.683.000	7.136.924	5.077.643	3.861.338
2463	3.000.000	3.000.000	2.999.680	2.482.881	2.482.881
Total	43.773.737	45.007.987	44.091.278	37.677.476	35.202.757

OBJETIVO: 0329 - Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando a proteção da população e do meio ambiente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 010D - Aperfeiçoamento das atividades de recolhimento e armazenamento de rejeitos radioativos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2464	1.611.000	1.611.000	1.558.335	1.141.894	1.128.021
Total	1.611.000	1.611.000	1.558.335	1.141.894	1.128.021

- 010E - Implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CM	661.000	528.800	513.225	425	425
Total	661.000	528.800	513.225	425	425

OBJETIVO: 0573 - Aprimorar as atividades de proteção ao programa nuclear e o atendimento a emergências radiológicas e nucleares.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 027U - Atendimento a emergências radiológicas e nucleares

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2468	440.642	440.642	440.392	207.160	207.160
Total	440.642	440.642	440.392	207.160	207.160



- 027V - Modernização da infraestrutura, dos procedimentos, da capacitação e do sistema normativo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B27	970.000	970.000	818.647	706.142	546.637
Total	970.000	970.000	818.647	706.142	546.637

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	86.540	86.540	12.599
Despesas Correntes	41.430	31.430	8.585
Despesas de Capital	45.110	55.110	4.014
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	86.540	86.540	12.599

OBJETIVO: 0991 - Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 047J - Efetuar levantamentos geológicos marinhos na Plataforma Continental Jurídica Brasileira e em fundos marinhos de Águas internacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7112	2.130.000	2.130.000	318.983	165.978	119.872
20LC	15.860.000	15.860.000	951.730	667.148	505.732
Total	17.990.000	17.990.000	1.270.713	833.126	625.604

- 047K - Exploração econômica de recursos minerais marinhos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13E5	100.000	100.000	0	0	0
Total	100.000	100.000	0	0	0

OBJETIVO: 0563 - Realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 047I - Gestão ambiental territorial da zona costeira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20W0	500.000	500.000	257.756	14.756	14.756
Total	500.000	500.000	257.756	14.756	14.756

OBJETIVO: 0560 - Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas



• 025F - Fomento e aproveitamento sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UV	700.000	700.000	500.000	106.556	106.556
Total	700.000	700.000	500.000	106.556	106.556

OBJETIVO: 0561 - Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 025O - Operacionalização de Redes de Observação de coleta de dados oceanográficos e climatológicos e desenvolvimento de outros projetos de pesquisa que contribuam para o monitoramento dos oceanos e do clima

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2518	15.200.000	15.200.000	4.254.915	3.265.499	3.264.881
Total	15.200.000	15.200.000	4.254.915	3.265.499	3.264.881

OBJETIVO: 0564 - Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 025U - Implantação, operacionalização e manutenção da infraestrutura necessária à consecução do PROANTAR; realização de missões de apoio logístico às atividades científicas brasileiras na Antártica; e participação de delegações brasileiras nos fóruns do Sistema do Tratado da Antártica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2345	7.200.000	7.200.000	6.717.655	6.328.048	6.328.048
Total	7.200.000	7.200.000	6.717.655	6.328.048	6.328.048

• 025W - Monitoramento dos impactos ambientais no ambiente antártico decorrentes das atividades brasileiras na região; estabelecimento de uma sistemática de monitoramento ambiental para o meio ambiente antártico e seus ecossistemas dependentes e associados; e desenvolvimento de instrumentos gerenciais para a melhoria do desempenho ambiental das Operações Antárticas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6618	199.640	199.640	11.351	6.346	6.346
Total	199.640	199.640	11.351	6.346	6.346

• 04EL - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14ML	44.650.000	44.650.000	2.422.561	2.044.742	1.755.014
Total	44.650.000	44.650.000	2.422.561	2.044.742	1.755.014

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.861.508	5.985.607	557.842
Despesas Correntes	264.485	260.384	50.780
Despesas de Capital	5.597.023	5.725.223	507.062
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	5.861.508	5.985.607	557.842

OBJETIVO: 1004 - Promover mecanismos que estimulem o Desenvolvimento Econômico Regional Sustentável na Amazônia Ocidental mediante a geração, atração e consolidação de investimentos apoiados em educação, inovação, ciência, tecnologia, implantação de projetos de desenvolvimento econômico e a promoção das potencialidades e vocações regionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 04FN - Promoção Comercial do Modelo Zona Franca de Manaus e Divulgação das potencialidades regionais.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210L	9.554.156	11.344.156	8.621.473	8.513.833	7.760.798
Total	9.554.156	11.344.156	8.621.473	8.513.833	7.760.798

- 04FP - Apoio ao desenvolvimento industrial e tecnológico e a estruturação de cadeias produtivas de produtos desenvolvidos a partir da utilização da biodiversidade amazônica.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DM	6.000.000	5.850.000	0	0	0
210K	8.000.000	8.150.000	4.502.971	1.537.590	1.537.590
Total	14.000.000	14.000.000	4.502.971	1.537.590	1.537.590

OBJETIVO: 0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 046L - Fortalecimento da institucionalização da Política Nacional com a implantação de sistema de políticas públicas de economia solidária, sistema nacional de comércio justo e solidário, realização de conferência, apoio ao conselho nacional, manutenção do sistema de informações e apoio a espaços multifuncionais nos territórios com agentes de desenvolvimento solidário para a promoção de ações integradas de economia solidária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZL	24.000.000	27.000.000	26.293.806	6.243.270	5.537.972
Total	24.000.000	27.000.000	26.293.806	6.243.270	5.537.972



OBJETIVO: 0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 046T - Fomento e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação de produção, comercialização, finanças solidárias e consumo com formação, incubação, assessoramento técnico, desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais e apoio à infraestrutura

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YT	56.670.000	56.670.000	41.442.156	11.798.602	11.605.557
20GG	20.000.000	16.000.000	0	0	0
Total	76.670.000	72.670.000	41.442.156	11.798.602	11.605.557

OBJETIVO: 0793 - Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 036X - Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional, em suas múltiplas escalas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VT	550.000	550.000	46.899	46.633	46.633
8689	2.280.000	2.280.000	835.823	0	0
Total	2.830.000	2.830.000	882.723	46.633	46.633

OBJETIVO: 0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0469 - Ampliação e qualificação da oferta de bens e serviços para os territórios, buscando a promoção da inclusão socioprodutiva, com a consolidação de empreendimentos econômicos, a estruturação de redes socioprodutivas da agricultura familiar, o apoio à infraestrutura e serviços nos territórios rurais e a gestão social, garantindo a constituição e fortalecimento dos Colegiados Territoriais, o apoio a processos de formação e de capacitação de agentes de desenvolvimento.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210X	315.397.932	332.862.932	180.197.863	16.153.164	5.006.514
Total	315.397.932	332.862.932	180.197.863	16.153.164	5.006.514

OBJETIVO: 0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 046C - Melhoria da infraestrutura viária municipal e territorial para escoamento da produção dos agricultores familiares por meio da aquisição de máquinas e equipamentos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
152M	116.916.729	156.891.729	31.394.520	3.866.202	3.866.202
Total	116.916.729	156.891.729	31.394.520	3.866.202	3.866.202



OBJETIVO: 0789 - Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 035P - Capacitação e cooperação em desenvolvimento regional e territorial

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4640	3.423.950	3.423.950	2.040.642	421.837	398.453
8917	1.850.000	1.850.000	410.204	0	0
4664	100.000	100.000	58.838	47.348	47.348
Total	5.373.950	5.373.950	2.509.684	469.185	445.801

• 035S - Estruturação e fortalecimento do Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WQ	17.134.804	17.518.804	6.293.821	1.324.150	931.270
Total	17.134.804	17.518.804	6.293.821	1.324.150	931.270

OBJETIVO: 0790 - Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 035Y - Aplicações dos Fundos de Desenvolvimento Regional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0355	2.022.481.635	2.022.481.635	1.889.550.146	465.304.480	465.304.480
0E83	1.102.853.841	1.102.853.841	1.102.853.840	0	0
0353	1.397.512.880	1.397.512.880	1.397.512.880	0	0
Total	4.522.848.356	4.522.848.356	4.389.916.866	465.304.480	465.304.480

OBJETIVO: 0792 - Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 036Q - Desenvolvimento de Redes Regionais de Inovações

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8340	3.000.108	3.000.108	1.999.959	59.300	59.300
Total	3.000.108	3.000.108	1.999.959	59.300	59.300

• 036R - Difusão de novos produtos e tecnologias de produção, beneficiamento, gestão e comercialização

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8918	1.000.000	1.300.000	500.000	0	0
Total	1.000.000	1.300.000	500.000	0	0



OBJETIVO: 0840 - Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03G3 - Apoio e institucionalização de associações e cooperativas, inclusive com a consolidação de redes de APLs

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N9	10.400.000	10.550.000	779.955	679.830	629.830
Total	10.400.000	10.550.000	779.955	679.830	629.830

• 03G7 - Promoção e desenvolvimento dos canais de comercialização, do encadeamento produtivo e do desenvolvimento de fornecedores fixados no território

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N8	34.456.000	35.006.000	17.141.425	6.944.856	6.795.866
Total	34.456.000	35.006.000	17.141.425	6.944.856	6.795.866

• 03G8 - Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e aos arranjos produtivos locais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8902	135.365.810	131.834.356	31.559.746	0	0
20NK	25.693.000	25.693.000	9.851.878	500.000	500.000
20N7	105.602.084	105.833.538	98.158.495	8.142.852	3.275.762
12P6	500.000	500.000	500.000	0	0
7K66	440.765.054	508.550.054	126.860.808	26.257.971	2.001.733
Total	707.925.948	772.410.948	266.930.927	34.900.823	5.777.495

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	954.730	969.047	464.041
Despesas Correntes	796.195	800.873	458.402
Despesas de Capital	158.535	168.174	5.639
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	954.730	969.047	464.041

OBJETIVO: 0608 - Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02DF - Aprimoramento dos mecanismos de articulação e cooperação federativa para a melhoria da gestão das políticas públicas no território

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20D5	4.446.700	4.396.700	812.033	416.981	416.981
Total	4.446.700	4.396.700	812.033	416.981	416.981

OBJETIVO: 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 029L - Aprimoramento da gestão do patrimônio da União

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8690	4.186.970	4.186.970	1.080.775	707.212	707.212
152W	19.600.000	19.600.000	0	0	0
20U4	67.713.030	67.713.030	45.353.746	28.954.806	28.327.963
Total	91.500.000	91.500.000	46.434.521	29.662.018	29.035.176

- 029O - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00M6	16.442.000	11.509.400	7.301.428	6.782.789	6.782.789
20U8	4.782.633	6.212.633	4.808.518	4.271.303	4.271.303
20U6	23.974.207	31.074.207	30.278.293	27.579.357	27.573.530
2230	4.982.279	4.982.279	4.407.654	3.547.693	3.547.693
20U7	214.419.041	187.040.669	28.457.500	4.343.072	4.333.735
4727	37.888.000	46.720.532	46.209.960	35.435.886	34.254.383
Total	302.488.160	287.539.720	121.463.353	81.960.101	80.763.434



OBJETIVO: 0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02D2 - Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP - Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP - Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4917	4.390.000	5.268.000	4.294.118	2.967.993	2.967.993
4912	300.000	300.000	288.173	67.216	67.216
4858	60.000	60.000	0	0	0
Total	4.750.000	5.628.000	4.582.291	3.035.208	3.035.208

OBJETIVO: 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02D4 - Aperfeiçoamento do planejamento, da organização, do dimensionamento e da gestão da força de trabalho, considerando perspectivas de médio e longo prazos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U1	76.566.645	61.323.316	19.024.883	4.337.195	4.324.695
10M8	29.037.275	29.037.275	18.779.268	9.608.174	9.608.174
Total	105.603.920	90.360.591	37.804.151	13.945.369	13.932.869

- 02D6 - Implementação de política de desenvolvimento de pessoas na Administração Pública Federal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U9	12.900.000	10.320.000	4.506.570	3.548.353	3.548.353
Total	12.900.000	10.320.000	4.506.570	3.548.353	3.548.353

- 02D7 - Criação e fortalecimento dos instrumentos de democratização das relações de trabalho

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U3	1.555.000	1.555.000	1.025.182	47.020	47.020
Total	1.555.000	1.555.000	1.025.182	47.020	47.020

- 0483 - Promoção do desenvolvimento dos profissionais da área fazendária e promoção da cidadania fiscal.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2250	21.390.000	21.390.000	14.247.145	10.944.006	10.935.307
20VE	3.399.920	3.399.920	359.762	109.093	109.093
20SH	500.016	500.016	477.025	272.282	272.282
Total	25.289.936	25.289.936	15.083.932	11.325.381	11.316.682



OBJETIVO: 0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02D9 - Aperfeiçoamento e disseminação de metodologias para o planejamento, o orçamento, o monitoramento e a avaliação das ações governamentais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U0	1.500.000	1.500.000	1.008.165	747.391	747.391
8861	5.400.000	5.400.000	3.678.735	2.893.746	2.893.746
Total	6.900.000	6.900.000	4.686.899	3.641.136	3.641.136

- 02DA - Aperfeiçoamento de mecanismos para a gestão e compartilhamento de informações visando à produção de conhecimento e a melhoria do processo decisório

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U2	38.755.200	37.446.056	8.848.769	2.894.273	2.836.473
Total	38.755.200	37.446.056	8.848.769	2.894.273	2.836.473

- 02DB - Aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento intensivo dos projetos estratégicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8785	2.000.000	2.000.000	677.377	484.269	484.269
Total	2.000.000	2.000.000	677.377	484.269	484.269

OBJETIVO: 0609 - Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02DI - Fortalecimento dos espaços de participação social e criação de novos mecanismos para ampliar a transparência e a participação da sociedade civil na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4901	1.000.000	1.200.000	1.173.820	1.110.842	1.110.842
2E24	14.878.000	14.848.000	10.634.779	8.899.794	8.899.794
Total	15.878.000	16.048.000	11.808.599	10.010.636	10.010.636

- 02DM - Aperfeiçoamento dos instrumentos de transparência na Administração pública Federal e de divulgação de informações oficiais para a Sociedade

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2804	37.021.000	44.421.000	43.837.786	34.408.437	34.405.730
Total	37.021.000	44.421.000	43.837.786	34.408.437	34.405.730



OBJETIVO: 0871 - Garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03KM - Fortalecimento da sustentabilidade jurídico constitucional de todas as políticas públicas nas etapas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2674	305.642.000	345.642.000	280.568.041	268.662.170	267.301.856
Total	305.642.000	345.642.000	280.568.041	268.662.170	267.301.856

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.



PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	552.169	564.742	391.806
Despesas Correntes	458.320	461.175	320.256
Despesas de Capital	93.849	103.567	71.550
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	552.169	564.742	391.806

OBJETIVO: 0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03MO - Promover a comunicação e o acesso a informações de interesse da sociedade em geral sobre os assuntos de política monetária, educação financeira e estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	2.778.801	2.778.801	1.181.966	1.181.966	1.181.966
Total	2.778.801	2.778.801	1.181.966	1.181.966	1.181.966

- 03MV - Definição, regulamentação, implementação e controle dos instrumentos de política monetária, cambial e de crédito, bem como desenvolvimento de programa de educação e inclusão financeira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZA	42.000.000	54.600.000	50.241.689	50.241.689	50.241.689
2098	16.225.000	16.225.000	7.996.127	7.996.127	7.996.127
Total	58.225.000	70.825.000	58.237.816	58.237.816	58.237.816

- 03MX - Regulação, organização e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, com vistas a um sistema sólido e eficiente

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y9	7.720.000	7.693.000	4.771.085	4.771.085	4.771.085
Total	7.720.000	7.693.000	4.771.085	4.771.085	4.771.085

- 03N0 - Desenvolvimento e gestão dos sistemas de informação necessários à execução das atividades de supervisão bancária e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, do Sistema de Pagamentos Brasileiro, das Reservas Internacionais, do Sistema de Câmbio e Capitais Estrangeiros, do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e do Sistema CCR (Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2089	86.880.580	86.880.580	64.766.238	64.766.238	64.766.238
Total	86.880.580	86.880.580	64.766.238	64.766.238	64.766.238



• 03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Z6	29.570.257	29.570.257	16.319.279	13.086.641	13.028.132
Total	29.570.257	29.570.257	16.319.279	13.086.641	13.028.132

• 03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Z7	291.035.929	291.035.929	269.314.670	202.539.726	202.539.726
20Z8	821.546	821.546	592.027	589.847	589.847
0556	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000
Total	326.857.475	326.857.475	304.906.698	238.129.572	238.129.572

OBJETIVO: 0894 - Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03OG - Disponibilizar canais de comunicação para orientação e atendimento aos investidores e demais participantes de mercado, desenvolver programa de educação financeira com foco no mercado de valores mobiliários e realizar estudos para o aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM junto ao mercado

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WU	32.937.600	32.937.600	13.664.126	8.555.446	8.483.111
Total	32.937.600	32.937.600	13.664.126	8.555.446	8.483.111

• 03OK - Regulamentar o mercado de valores mobiliários, assegurando o acesso do público às informações sobre os valores mobiliários e seus emissores; supervisionar permanentemente as atividades e os serviços prestados no âmbito do mercado (inclusive por meio de modelo baseado em risco), bem como a veiculação de informações às pessoas que dele participam e aos valores nele negociados; e impor penalidades aos infratores das Leis 6.404/76 e 6.385/76, das normas da CVM ou de leis especiais relacionadas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210J	4.840.400	4.840.400	2.565.803	2.180.496	2.176.297
Total	4.840.400	4.840.400	2.565.803	2.180.496	2.176.297

OBJETIVO: 0895 - Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03OM - Fomentar os mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta, por meio de regulamentação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VH	2.359.325	2.359.325	982.911	896.553	896.553
Total	2.359.325	2.359.325	982.911	896.553	896.553

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Secretaria de
Planejamento e Investimentos
Estratégicos

Ministério do
Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Consumidor: CDC e normas correlatas



Esta obra reproduz o texto integral da histórica lei que, promulgada dois anos depois da Constituição de 1988, passou a regular as relações de consumo no Brasil a partir de 1991. Além dela, o volume apresenta os dispositivos da Constituição e do Código Penal relativos ao tema, e algumas relevantes normas correlatas.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 352 páginas
(O.S. 12567/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

